

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

Vinícius Couzzi Mérida

**DOM ANTÔNIO DE CASTRO MAYER E O LEGADO TRADICIONALISTA EM
CAMPOS**

Belo Horizonte
2024

Vinícius Couzzi Mérida

**DOM ANTÔNIO DE CASTRO MAYER E O LEGADO TRADICIONALISTA EM
CAMPOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Religião em cotutela com o Programa de Teologia e Ciências da Religião da L'Université Laval.

Orientadores: Prof. Dr. Rodrigo Coppe Caldeira (PUC Minas) e Philippe Roy-Lysencourt (Université Laval)

Área de concentração: Religião e Cultura

Linha: Religião e Contemporaneidade

Belo Horizonte

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M561d	Mérida, Vinícius Couzzi Dom Antônio de Castro Mayer e o legado tradicionalista em Campos / Vinícius Couzzi Mérida. Belo Horizonte, 2024. 431 f. : il. Orientador: Rodrigo Coppe Caldeira Orientador: Philippe Roy-Lysencourt Tese (Doutorado) - L'Université Laval / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião 1. Mayer, Antonio de Castro, 1904-1991 - Biografia. 2. Igreja Católica. Diocese de Campos (RJ). 3. Concílio Vaticano (2. : 1962-1965). 4. Igreja Católica - Brasil. 5. Conservantismo. 6. Movimento tradicionalista católico. 7. Historiografia. I. Caldeira, Rodrigo Coppe. II. Roy-Lysencourt, Philippe. III. L'Université Laval. IV. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. V. Título.


SIB PUC MINAS

CDU: 262.7

Vinícius Couzzi Mérida

**DOM ANTÔNIO DE CASTRO MAYER E O LEGADO TRADICIONALISTA EM
CAMPOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências da Religião em cotutela com o Programa de Teologia e Ciências da Religião da L'Université Laval.

Área de concentração: Religião e Cultura

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Rodrigo Coppe Caldeira (Orientador)

Professor Dr. Philippe Roy-Lysencourt (Orientador, Université Laval)

Professora Dra. Gizele Zanotto (Universidade de Passo Fundo RS)

Professor Dr. Paulo Agostinho Nogueira Batista (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Professor Dr. Gilles Routhier (Université Laval)

Professor Dr. Carlos Ribeiro Caldas Filho (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Belo Horizonte, 11 de Outubro de 2024

Dedico este trabalho à minha esposa, Carolina, aos meus filhos Gregório e Úrsula, e à minha mãe, Terezinha, porque elas me deram grande suporte. Com Todo Amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Eterno, sendo a misteriosa fonte da existência de todas as coisas, e que de maneira indizível, sustentou a minha vida por este tempo bastante desafiador. Agradeço à minha família amada, minha esposa Carolina e à minha mãe Terezinha, por todo o suporte a mim oferecido. Ao meu filho Gregório, meu Amor Maior, que tanto alegra a minha vida.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus estimados e inesquecíveis orientadores, Rodrigo Coppe Caldeira e Philippe Roy-Lysencourt. Ambos não apenas me desafiaram e corrigiram de maneira incisiva, mas também me incentivaram a superar limites anteriormente inimagináveis, resultando na produção de um trabalho de excelência. Agradeço por terem sido fundamentais para meu desenvolvimento acadêmico. Manifesto minha gratidão por ter realizado o sonho de ser aluno da PUC Minas, que não só me proporcionou uma experiência educacional enriquecedora, mas também abriu as portas para a oportunidade única de ingressar no programa de doutoramento em Teologia e Ciências da L'Université Laval do Canadá. As duas universidades deixam uma marca indelével em minha trajetória acadêmica e pessoal.

Expresso minha sincera gratidão à Fraternidade Sacerdotal São Pio X, que gentil e generosamente me acolheu no Seminário Internacional de Écône por nove dias. Agradeço especialmente pelo acesso concedido a todas as cartas escritas por Castro Mayer ao arcebispo Marcel Lefebvre (1905-1991)¹ entre 1968 e 1988. Sem a assistência valiosa da FSSPX, minha tese estaria incompleta em relação a informações fundamentais.

Agradeço a Dom Roberto Francisco Ferreria Paz, bispo de Campos, que me deu acesso aos arquivos da diocese, com de maneira generosa. A Dom Fernando Arêas Rifan, que me ajudou com as cartas de ruptura entre Castro Mayer e o Dr. Plínio Correa de Oliveira.

Quero expressar meu profundo agradecimento ao Dr. Nelson Fragelli, que generosamente me presenteou com dois livros essenciais que contribuíram significativamente para a escrita da minha tese. Agradeço também ao professor Fabiano Victor pelas aulas

¹ Dom Marcel François Marie Joseph Lefebvre foi um arcebispo católico francês membro da Congregação do Espírito Santo, que se notabilizou pela resistência contra as reformas empreendidas no catolicismo romano, pelo Concílio Vaticano II, de maneira mais destacada o Ecumenismo, a Liberdade de Consciência e Liberdade Religiosa, a Colegialidade dos Bispos e a Reforma Litúrgica de 1969. Lefebvre foi sagrado bispo em 1947, foi um nome proeminente do conservadorismo durante o Concílio e após o Vaticano II, fundou a FSSPX em 1970 para conservar a doutrina anticonciliar, que preconizava o modelo de Igreja antimoderno inspirado pelos concílios de Trento e Vaticano I. Em junho de 1988 recebeu a excomunhão *latae sententiae* em função das sagrações episcopais de quatro bispos sem mandato apostólico do Papa João Paulo II. Morreu em 25 de março de 1991 sem ter se reconciliado com a Santa Sé (Mallerais, 2021).

excelentes que enriqueceram meu conhecimento. Um agradecimento especial ao querido amigo Wellington Teodoro, cujas valiosas lições foram transmitidas em inúmeras conversas pelos corredores e jardins da PUC Minas. Sua contribuição foi fundamental para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Quero expressar minha profunda gratidão ao amigo Alex Kiefer, cuja assistência foi vital nos procedimentos relacionados à Universidade Laval e ao Canadá, representando uma contribuição significativa para o meu percurso acadêmico. Agradeço também ao amigo Fred Ludugério, que tem sido um ouvinte dedicado e oferecido suporte valioso ao longo dos anos, tanto no âmbito pessoal quanto acadêmico. Além disso, meu agradecimento estende-se ao amigo Pierre-Louis Mongrain, cuja ajuda foi crucial nos momentos decisivos da formatação deste trabalho.

Agradeço ao meu querido amigo Luiz Paulo Rodrigo (*in memoriam*), que foi determinante para que eu conseguisse da SEEDUC RJ a minha licença remunerada para eu estudar. Gostaria de estender meu profundo agradecimento aos amigos Victor Gama e Edino Apolinário, cuja colaboração foi fundamental e generosa, enriquecendo este trabalho com informações valiosas e doações de fontes históricas essenciais.

Desejo expressar um agradecimento especial à Professora Zélia Seiblitiz (*in memoriam*), que não apenas me recebeu calorosamente em sua casa, mas também deixou como legado para a Universidade o primeiro trabalho acadêmico sobre o tradicionalismo católico no Brasil. Sua contribuição é inestimável e digna de reconhecimento.

Agradeço à irmã Auxiliadora que me recebeu na sua casa, em Anchieta, e me narrou a sua visão histórica enquanto secretária de Dom Carlos Alberto Navarro, Dom João Corso e Dom Roberto Gomes Guimarães. Expresso minha sincera gratidão a todas as pessoas e instituições mencionadas, pois sem a contribuição delas, esta produção acadêmica estaria significativamente menos enriquecida.

Manifesto meu sincero agradecimento à Igreja Católica Apostólica Romana, que desempenhou e continua a desempenhar um papel fundamental em minha trajetória de vida. Sou grato por ter recebido valores cristãos e humanos que moldaram minha visão de mundo. Além disso, a Igreja proporcionou-me os objetos de pesquisa que enriqueceram minha jornada acadêmica. O apoio e a influência positiva da Igreja foram cruciais para abrir portas significativas em minha educação e desenvolvimento pessoal.

À CAPES pelo financiamento estudantil.

“Nenhuma paixão é mais forte no peito humano que o desejo de impor aos demais as próprias crenças” Virgínia Woolf (1928, p. 303).

RESUMO

A emergência da modernidade suscitou várias questões sobre os estudos da história da Igreja Católica Romana no Brasil e no mundo. Desde os primeiros movimentos modernos, a instituição eclesiástica foi desafiada por novas forças emergentes, tanto em seu poder temporal quanto em seu pensamento teológico. Assim, ao longo do século XIX, surgiram duas correntes interpretativas diante das transformações do mundo contemporâneo: a tendência liberal, que defendia a abertura da Igreja ao pensamento moderno, e a tendência conservadora, que rejeitava a mentalidade moderna e buscava preservar a ordem disciplinar e doutrinal antimoderna. Ambas as ideologias influenciaram a Igreja no Brasil, gerando muito no clero, que se dividiu entre diferentes perspectivas de reflexão. O conservadorismo antimoderno teve expressão particularmente radical na diocese de Campos dos Goytacazes, historicamente marcada pela visão eclesiológica conservadora do bispo Antônio de Castro Mayer. Sua inflexão em relação às reformas do Concílio Vaticano II está no cerne deste estudo, cujo objetivo é analisar a trajetória biográfica e a militância antimoderna de Castro Mayer, que se destacou como prelado tradicionalista e figura central na resistência anticonciliar, influenciada pela formação que recebeu e por sua atuação intransigente durante e após o Concílio Vaticano II. Para isso, é fundamental examinar as diferentes etapas de sua biografia como opositor do concílio, considerando inclusive o processo de excomunhão em 1988, após sua participação nas sagrações de Éône sem mandato apostólico. A militância de Castro Mayer deixou um legado tradicionalista profundo na diocese, que esta pesquisa se propõe a analisar. A metodologia adotada pesquisa documental, com a análise de fontes primárias inéditas que enriquecem o estudo com dados únicos. Além disso, houve a coleta e organização de registros para uma avaliação crítica de informações sobre a biografia de Castro Mayer. Foi também realizada uma revisão bibliográfica, utilizando fontes já publicadas em livros e artigos científicos, evoluindo à robustez acadêmica do estudo. Para garantir a veracidade das informações, foi feito o índice de fontes, de modo a fortalecer a confiabilidade dos dados analisados sobre o legado tradicionalista de Campos, que se revela um caso único no catolicismo romano mundial.

Palavras-chave: catolicismo brasileiro; tradicionalismo católico; Concílio Vaticano II; Diocese de Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

The emergence of modernity has raised several questions about the history of the Roman Catholic Church in Brazil and around the world. Since the first modern movements, the ecclesiastical institution has been challenged by new emerging forces, both in its temporal power and in its theological thinking. Thus, throughout the 19th century, two interpretative currents emerged in the face of the transformations of the contemporary world: the liberal tendency, which defended the Church's openness to modern thinking, and the conservative tendency, which rejected the modern mentality and sought to preserve the anti-modern disciplinary and doctrinal order. Both ideologies influenced the Church in Brazil, generating a lot among the clergy, who were divided between different perspectives of reflection. Anti-modern conservatism had a particularly radical expression in the diocese of Campos dos Goytacazes, historically marked by the conservative ecclesiological vision of Bishop Antônio de Castro Mayer. His turn towards the reforms of the Second Vatican Council is at the heart of this study, which aims to analyze the biographical trajectory and anti-modern militancy of Castro Mayer, who stood out as a traditionalist prelate and a central figure in the anti-conciliar resistance, influenced by the formation he received and his uncompromising action during and after the Second Vatican Council. In order to do this, it is essential to examine the different stages of his biography as an opponent of the Council, including the process of excommunication in 1988, after his participation in the Écône consecrations without an apostolic mandate. Castro Mayer's militancy left a profound traditionalist legacy in the diocese, which this research aims to analyze. The methodology adopted is documentary research, with the analysis of unpublished primary sources that enrich the study with unique data. In addition, records were collected and organized for a critical evaluation of information on Castro Mayer's biography. A bibliographical review was also carried out, using sources already published in books and scientific articles, adding to the academic robustness of the study. To guarantee the veracity of the information, an index of sources was made in order to strengthen the reliability of the data analyzed on Campos' traditionalist legacy, which proves to be a unique case in Roman Catholicism worldwide.

Keywords: brazilian catholicism; catholic traditionalism; Second Vatican Council; Diocese of Campos dos Goytacazes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB:	Ação Católica Brasileira.
ADA:	Acta et Documenta concilio oecumenico Vaticano II.
AS:	<i>Acta Synodalia</i> .
AUC:	Ação Universitária Católica.
ARQPeJPV:	Anotações e registros do arquivo particular do padre José Paulo Vieira
ARQBioPlinio:	Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP.
ARQCúriaSP:	Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.
ARQDossiêTFP:	Dossiê que reúne cartas e documentos escritos por diferentes autores cujo conteúdo depõe contra Plinio e a TFP.
ARQÉcône:	Arquivo do Seminário de Écône.
ARQDioCampos:	Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes.
ARQPadresTFP:	Carta dos quatro padres tefepistas remetidas ao cardeal Augustin Mayer e à comissão <i>Ecclesia Dei</i> .
ARQRuptura:	Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plinio Corrêa de Oliveira sobre a ruptura entre ambos.
ARQSNI:	Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil.
ARQSigaud:	Arquivo Pessoal de Dom Geraldo de Proença Sigaud.
ARQPioLat:	Arquivo Seminário Pio Latino.
ARQADM:	Arquivo Público da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney.
ARQTRAD:	Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes.
ARQTFP:	Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP.
A/S:	<i>Acta Synodalia Sacrosancti Concilii Oecumenici Vaticani II</i> .
CEB's:	Comunidades Eclesiais de Base.
CELAM:	Conselho Episcopal Latino-Americano.

CEMI:	Centro de Estudos Maria Imaculada.
CFDT:	<i>Confédération Française Démocratique du Travail.</i>
CIP:	<i>Coetus Internationalis Patrum.</i>
CNBB:	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CSSR:	Congregação do Santíssimo Redentor
CVDR:	Congregação do Verbo Divino em Roma.
DzH:	Denzinger-Hunnerman.
FSSPX:	Fraternidade Sacerdotal São Pio X.
FSIGAUD/SP:	Arquivo Sigaud da Biblioteca dos Redentoristas de São Paulo.
IPCO:	Instituto Plínio Correa de Oliveira.
JEC:	Juventude Estudantil Católica.
JOC:	Juventude Operária Católica.
JUC:	Juventude Universitária Católica.
LEC:	Liga Eleitoral Católica.
MIJARC:	<i>Mouvement International de la Jeunesse Agraire Catholique.</i>
MemoPlinioCVII:	Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.
PPC:	Plano de Pastoral Conjunto.
S.V.D:	Sociedade do Verbo Divino.
S.D.B:	Sociedade Dom Bosco.
SIGAUD/SP:	Fundos Arquivísticos de Sigaud de São Paulo.
O.S.B:	Ordem de São Bento.
O.C.D:	Ordem dos Carmelitas Descalços.
TFP:	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A FORMAÇÃO DE UM FUTURO PRÍNCIPE DA IGREJA.....	40
1.1 Família, formação escolar e acadêmica no Brasil	40
1.2 Formação em Roma e ordenação presbiteral	47
1.3 O trabalho na arquidiocese de São Paulo	52
1.4 A sagração episcopal e o episcopado em Campos dos Goytacazes	58
1.5 A ligação com Plínio Corrêa de Oliveira.....	76
1.6 Conclusão	102
2 Castro Mayer no Concílio Vaticano II (1959-1965)	105
2.1 A consulta Tardini: 1959	105
2.2 A chegada em Roma e as primeiras medidas conciliares	111
2.3 A fundação do Coetus Internationalis Patrum.....	123
2.4 Pela defesa do latim na liturgia	142
2.5 O pensamento antirrevolucionário pela primazia do Papa e da Igreja contra o ecumenismo e a liberdade religiosa	150
2.6 A devoção mariana e o combate ao Comunismo	161
2.7 Conclusão	167
PARTE II - O PÓS-CONCÍLIO DE ANTÔNIO DE CASTRO MAYER	169
3 O bispado em Campos no pós-concílio e a recepção do Concílio.....	169
3.1 A primeira recepção conciliar em Campos dos Goytacazes: 1966-1968.....	170
3.2 As angústias de Castro Mayer e suas medidas anticonciliares: 1968-1974.....	183
3.3 A carta a Paulo VI e o isolamento diocesano: 1974-1981	232
3.4 A ruptura com Plínio e a TFP: 1982.....	240
3.5 Conclusão	252
4 A crise diocesana e a resolução pela Igreja.....	255
4.1 A chegada de Dom Carlos Alberto Navarro em Campos e a transição na diocese: 1981.....	256
4.2 A organização do discurso de resistência em Campos: 1982	269
4.3 As exonerações paroquiais e a criação da União Sacerdotal São João Maria Vianney: 1982-1987	291
4.4 As sagrações de Écône: 1988	347
4.5 Década de 1990: um novo momento na questão tradicionalista.	355
4.6 A criação da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney: 2002	363
CONCLUSÃO	371
REFERÊNCIAS	380
ANEXO 1 - Declaração de Castro Mayer sobre a reforma liturgia, Campos dos Goytacazes, ARQPeJPV 27/11/1971.....	410

ANEXO 2 - Carta de Castro Mayer ao cardeal Knox, Écône, 15/06/1980, Arquivo do Seminário de Écône (ASE). ARQÉcône,15/06/1980.....	412
ANEXO 3 - Discurso proferido por Dom Antônio de Castro Mayer ao transmitir o comando da diocese. Campos dos Goytacazes, ARQPeJPV 15/11/1981	418
ANEXO 4 - carta dos padres tradicionalistas aos fiéis da diocese ARQTRAD 26/09/1982.....	420
ANEXO 5 - Carta do padre Geraldo Gualandi aos fiéis da paróquia de Nossa Senhora de Fátima de Itaperuna ARQTRAD 03/04/1982	423
ANEXO 7 - Resposta dos padres tradicionalistas ao decreto do bispo Dom Carlos Alberto Navarro	424
ANEXO 8 - Carta do Padre Jonas dos Santos Lisboa aos paroquianos de São Fidélis.....	426
ANEXO 9 - Manifesto do padre Antônio Paula da Silva a bispo Dom Carlos Alberto Navarro	427
ANEXO 10 - Manifesto dos fiéis tradicionalistas de S. Antônio de Pádua ARQTRAD 27/01/1985	428

INTRODUÇÃO

O termo Ciências da Religião refere-se a um empreendimento acadêmico que, sustentado por recursos públicos, norteado por um interesse de conhecimento específico e orientado por um conjunto de teorias específicas, dedica-se de maneira não normativa ao estudo histórico e sistemático de religiões concretas em suas múltiplas dimensões, manifestações e contextos socioculturais (Usarski, 2013, p. 51).

Dessa forma, verifica-se que as Ciências da Religião abarcam uma grande quantidade de pesquisas sobre diferentes práticas religiosas, desde as mais antigas até as mais recentes. Isso aconteceu porque os registros históricos apontam que as muitas práticas religiosas e espiritualistas tocam a vida humana há milhares de anos. E, ainda hoje, representam um conjunto de valores que influenciam a vida de bilhões de pessoas em todo o globo terrestre, apesar do exponencial crescimento científico, que anunciou o fim das religiões no século XIX (Baleeiro, 2009, p. 51).

Essa multiplicidade de práticas religiosas exerce grande interferência no imaginário humano das mais diferentes formas: caráter público, hierarquias clericais, reuniões regulares, estabelecimento de limites entre o sacro e profano, a sacralização de determinados locais, veneração de divindades etc. Verifica-se, então, que religião é um assunto universal, que toca a existência humana nas diferentes etapas da história humana (Hock, 2010, p. 17).

A pluralidade cultural das religiões é tão grande, que se impossibilita elaborar uma descrição completa sobre a ampla diversidade religiosa em um único trabalho acadêmico, uma vez que as essas práticas são dinâmicas e multiformes. No espectro das competências próprias das Ciências da Religião, a investigação acadêmica não visa promover a apologética e tampouco de hagiografia. Quando há uma investigação sobre a vida de um personagem religioso, um grupo social ou uma determinada corrente espiritual, os pesquisadores buscam elementos que permitam perceber como o pensamento religioso foi gerado numa determinada dinâmica cultural e histórica (Oliveira, 2019, p. 67).

É necessário destacar que a pesquisa deve acontecer sem a dimensão valorativa, pois, a análise normativa da religião é competência da Teologia e não da História e das Ciências da Religião (Usarski, 2013, p. 51). Partindo dessa premissa, esse trabalho utilizará a lanterna da Ciências da Religião Histórica para investigar o seu objeto de pesquisa: a biografia do bispo brasileiro Antônio de Castro Mayer (1904-1991), um bispo brasileiro que ganhou destaque no catolicismo romano brasileiro, em função da sua oposição às reformas do Concílio Vaticano II.

O catolicismo romano é uma religião global que um dicastério chamado Congregação para a Doutrina da Fé, cuja tarefa é propriamente a de promover e tutelar a doutrina da fé em todo o mundo católico, que tem o grande desafio de conservar a ortodoxia da fé numa orbe cada vez mais dinâmica e múltipla, haja vista a pluralidade das ideias, que parece algo elementar na modernidade, marcada pelo Politeísmo de valores (Sorj, 2016).

Na contramão desta pluralidade do Mundo Moderno, o tradicionalismo caminhou em direção ao conservantismo enquanto o liberal-progressismo católico desenvolveu-se de forma consciente e orgânica, em consonância com o pensamento moderno. Diante das divergências ideológicas que se acentuaram nas últimas décadas, os termos *liberal* e *conservador* estão atrelados ao contexto de seu surgimento no século XIX, que foi um período caracterizado pela rivalidade na Igreja (Caldeira, 2009, p. 47).

Uma das características mais marcantes do conservadorismo é a sua ligação com o concreto, o imediato, o real. O pensamento conservador abomina o abstracionismo e qualquer tipo de especulação. Para o conservador, “sentir e pensar concretamente vêm a ser então um desejo de restringir o campo de atividades ao ambiente imediato no qual se está colocado, e de reprovar, de maneira estrita, tudo o que possa sugerir especulação ou hipótese.” (Mannheim, 1981, p. 125). Contrariamente ao assim chamado progressismo, que se nutre da sempre “consciência do possível”, transcendendo “o presente imediatamente dado, agarrando-se às possibilidades de mudança sistemática que ele oferece.” (Mannheim, 1981, p. 125).

Em síntese,

Os traços característicos deste pensamento e vivência conservadores seriam a defesa da natureza qualitativa, a ênfase no concreto, a aceitação da realidade presente duradoura, a simultaneidade ilusória que atribui aos acontecimentos históricos, a tentativa de substituir o indivíduo pela propriedade territorial como base da história e a preferência por unidades sociais orgânicas. Em síntese, segundo Mannheim, o tradicionalismo é essencialmente uma dessas inclinações ocultas que cada indivíduo inconscientemente abriga dentro de si mesmo. O conservadorismo, por outro lado, é consciente e reflexivo desde o princípio, na medida em que surge como um contramovimento em oposição consciente ao movimento progressista altamente organizado, coerente e sistemático (Mannheim, 1981, p. 125).

Na esteira do pensamento conservador, que marcou o catolicismo no século XIX, é importante destacar que o “tradicionalismo é uma atitude psicológica geral que se expressa em diferentes indivíduos como uma tendência a agarrarem-se ao passado e como um medo de inovações.” (Foracchi, 1982, p. 112). No que toca a história do catolicismo romano, é importante explicar que o significado de *tradicionalismo* no século XIX difere do significado utilizado comumente no século XX, quando há a designação de grupos conservadores que

recusaram as reformas doutrinárias e litúrgicas oriundas do Concílio Vaticano II (Caldeira, p. 2009, p. 53).

O antigo tradicionalismo do século XIX, conhecido como fideísmo, foi condenado pelo Concílio Vaticano I (1869-1870) (Caldeira, 2009, p. 53), porque afirmava a impossibilidade da razão alcançar as verdades metafísicas da fé. Segundo o antigo tradicionalismo do século XIX, a existência de Deus só seria conhecida através da Revelação Divina, pois, essa corrente afirmava que “há no homem verdadeira incapacidade para chegar, sem auxílio da Revelação, não só à certeza, mas até ao simples conhecimento da existência de um ser Supremo.” (Rosário, 1984, p. 259).

Em última análise, o fideísmo preconizava que “sem negar as forças da razão e sem recusar a fé, separava radicalmente uma da outra, desvinculando a fé de toda relação com as premissas racionais e negando que a razão precede a fé.” (Martina, 1996, p. 267)². Para este último autor, no conjunto da constituição da doutrina católica, percebe-se certo equilíbrio por parte da Igreja, que confia nas capacidades da razão humana, apesar de reconhecer seus limites.

Assim, verifica-se que há diferença entre o significado de tradicionalismo no século XIX e o significado conferido no século XX: século XIX, houve o intuito de destacar a fé em detrimento da razão enquanto meio de acessar à Revelação Divina. Na segunda metade do século XX, o tradicionalismo católico foi caracterizado pelo conservadorismo intransigente³ focado num modelo de Igreja antidemocrática centrada na hierarquia, no ministério clerical, na obediência à autoridade pautada na preservação da teologia antimoderna, cuja prática litúrgica era professada através da liturgia de Pio V (Faggioli, 2013, p. 33). Além disso, os tradicionalistas condenaram a reforma litúrgica, o ecumenismo, a liberdade religiosa, a colegialidade dos bispos e o diálogo da Igreja com o mundo moderno sob alegação de que esses elementos seriam frutos da mentalidade revolucionária oriunda da Revolução Francesa. Verifica-se, então, que por detrás dessa rejeição conciliar, há também uma visão ideológico-política (Libanio, 2000, p. 2000). Este arcabouço de elementos tinha como finalidade a reafirmação da prática católica condenatória da mentalidade contemporânea.

No caso de Campos, o clero e os fiéis que seguiram a Castro Mayer reproduziram o que aprenderam com o bispo de Campos: “o ecumenismo é a paixão dominante da nova Igreja.

² Doutrina teológica condenada por Pio IX na III seção do Concílio Vaticano I, através da *Constituição* dogmática *Dei Filius* de 24 de abril de 1870. Os fideístas desprezavam a razão e preconizavam a existência de verdades absolutas alcançadas exclusivamente pela fé e pela revelação (Denzinger, 2005, p. 605).

³ Intransigente no sentido próprio do termo, porque esse catolicismo rejeita qualquer tipo de diálogo, transação e acordo com a modernidade, enquanto fenômeno filosófico e marco histórico [...]. Assim, tendem a formar-se contra-sociedades católicas, que encerram a totalidade da vida dos fiéis e limitam ao máximo o contato destes com os Estados considerados perseguidores ou com as sociedades consideradas ímpias (Fouilloux, 2001, p. 14).

Atacá-lo, destruí-lo é praticamente vencer ou ao menos desarticular a autodemolição da Igreja. Daí surgiu a nova missa, propositadamente ambígua, heretizante e ecumênica na sua criação, proposta e execução.” (ARQTRAD 24/04/1998)⁴.

Isso posto, veremos nos capítulos a seguir que o *modus operandi* eclesiológico de Castro Mayer atendeu a todos os elementos pontuados acima, pois, compôs a ala da Igreja que viu o concílio como uma ruptura com o Magistério anterior, e, mais ainda, com o que chamam de *Tradição de sempre* (Congar, 1976).

Castro Mayer reproduziu o discurso da Tradição de sempre, que combateu a transformações oriundas da modernidade, vista por Sorj (2016) como um fenômeno sociológico e histórico caracterizado pelo politeísmo de valores. Os antimodernos queriam uma Igreja militante contra o mundo moderno, os reformistas queriam uma Igreja aberta ao diálogo com o mundo contemporâneo (Libanio, 2000, p. 26-27).

A linha antimoderna da Igreja pretendia a supremacia católica na sociedade, para que o mundo moderno estivesse submisso à Igreja e não em diálogo de igualdade. Este projeto representava para os conservadores um falha doutrinária, em função da intransigência com a qual tratavam a modernidade (Souza, 2004, p. 45).

Desta maneira, constata-se que discorrer sobre a realidade do catolicismo romano, inserido neste mundo cada vez mais influenciado pelo politeísmo de valores, é um exercício árduo, por tratar-se de uma religião repleta de nuances, história e tradições⁵. No Brasil, o catolicismo está atrelado à história do país, haja vista o cotidiano brasileiro, os costumes, as configurações familiares, a cultura, o urbanismo, a educação etc. na própria história do Brasil foi se estabelecendo, ao longo de mais de cinco séculos, tendo como base o catolicismo (Azevedo, 2002, p. 14).

A prática do catolicismo exercida de uma forma mais rigorosa visa conectar os preceitos dogmáticos da Igreja institucional à profissão de fé mais comum dos fiéis, a fim de diminuir, por parte da hierarquia institucional da Igreja, uma possível percepção de “irregularidade” pelo povo simples que professa o chamado catolicismo popular⁶, cujo início remonta aos tempos mais

⁴ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Ecumenismo e missões: conferência do padre Fernando Arêas Rifan, da União Sacerdotal São João Maria Vianney, a ser apresentada no Terceiro Congresso Teológico de Si Si No No, sobre ecumenismo*. Albano Laziale, Roma, 24 de abril de 1998.

⁵ Desejo entender Tradição como o “conjunto de representações, imagens, saberes teóricos e práticos, comportamentos, relações, etc., que um grupo ou uma sociedade aceita em nome da continuidade necessária entre o passado e o presente.” (Hervieu-Léger, 1996, p 137).

⁶ O catolicismo popular é uma das modalidades do catolicismo e tem a sua funcionalidade a partir da figura nuclear que são as devoções aos santos. Dito de outra maneira, esse catolicismo pode ser definido usando a expressão popular: “muita reza, pouca missa; muito santo, pouco padre”. O catolicismo popular é uma devoção aos santos,

remotos da história: já na primeira parte do século passado, visitantes, tanto europeus como norte-americanos, observaram, com pesar, que o catolicismo brasileiro rompia com protocolos romanos programados pela oficialidade da Igreja, porque havia práticas que eram organizadas pelo laicato que tinha suas particularidades religiosas, que fugiam às rigorosas orientações da cúpula romana (Azevedo, 2002, p. 14).

Essas práticas religiosas do chamado catolicismo popular, que foi um elemento constituinte na história do cotidiano da população brasileira, trouxeram diferentes formas de profissão religiosa são vistas pelas Ciências da Religião como uma forma de prática cultural. Diante dessa realidade plural e “pouco ortodoxa” de professar a fé, houve alguns clérigos católicos que foram mais complacentes e outros que foram mais rigorosos para com as práticas populares.

O rigor católico, cujo referencial está centralizado nas orientações de Roma, tem relação direta com a figura histórica do bispo Castro Mayer, sendo o objeto dessa pesquisa. Haja vista que o prelado atende aos critérios que caracterizam um clérigo mais intransigente⁷, como os registros históricos demonstram.

Os registros encontrados demonstram que Castro Mayer tinha aversão às mudanças, sob alegação de ser um mundo perigoso pelas suas instabilidades (Mayer 1971). Por isso, o prelado se mostrou perene e intolerante à ideia de diversidade. E, para evitar as ameaças progressistas, o bispo de Campos entendia que a Igreja deveria ser militante e combativa. Haja vista que “Dom Antônio de Castro Mayer rezava em todos os seus mistérios do terço: que vos digneis humilhar todos os inimigos da Santa Igreja, nós vos rogamos, ouvi-nos.” (ARQTRAD 24/04/1998)⁸.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é analisar a trajetória biográfica e a militância antimoderna do bispo brasileiro Antônio de Castro Mayer, que se notabilizou na Igreja como prelado tradicionalista⁹ devido à intransigência com a qual decodificou, transmitiu e defendeu o seu conceito de Tradição. Desse modo, o trabalho a ser apresentado percorre os caminhos que demonstram um longo processo ocorrido na diocese de Campos, cujo início foi um conflito interno e a culminância foi a ruptura da comunhão com a Igreja Universal.

às romarias, as novenas, as procissões, as bênçãos, a festa de padroeiro, as promessas. As devoções aos santos na cultura popular se apresentam como resposta para dar sentido a sua vida (Galvão, 1976, p. 7).

⁷ Grupo de católicos que consideravam que só eles estavam de posse da verdade, só eles eram fiéis tanto à letra como ao espírito da mensagem católica, e ao ensino e às intenções do Papa, numa palavra, que só era válida a sua concepção de religião (Daniel-Rops, 2006, p. 300).

⁸ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Ecumenismo e missões: conferência do padre Fernando Arêas Rifan, da União Sacerdotal São João Maria Vianney, a ser apresentada no Terceiro Congresso Teológico de Si Si No No, sobre ecumenismo*. Albano Laziale, Roma, 24 de abril de 1998.

⁹ Grupo católico em defesa do pensamento antimoderno que se recusou a aceitar as reformas do Concílio Vaticano II (Caldeira, 2009, p. 124)

Devido à intransigência com a qual os grupos conservadores do catolicismo romano recusaram às reformas conciliares, utilizaremos o termo *tradicionalista* para designar esses grupos que repeliram ao Concílio Vaticano II e se insubordinaram contra os integrantes da cúpula católica, a partir da década de 1960, por entenderem que a Igreja fora influenciada pelo Modernismo¹⁰, ao coadunar com a modernidade por meio da doutrina conciliar (Méri­da, 2016, p. 75).

A questão problema desta tese será averiguada por meio de registros que permitam uma análise biográfica de Castro Mayer e dos fundamentos que o levaram à recusa do Concílio Vaticano II. Para tal, é necessário discorrer sobre a sua formação acadêmica e a sua rede de sociabilidade, que incidiram diretamente no seu conjunto de crenças, que se chocou com a proposta reformista vigente na Igreja durante o concílio.

A consequência direta do choque eclesiológico entre o bispado de Campos dos Goytacazes e a doutrina conciliar está relacionada à adesão intransigente do bispo ao Magistério antimoderno da Igreja (Caldeira, 2009), que constituiu na diocese de Campos uma experiência singular no mundo.

Castro Mayer nasceu em Campinas (1904), estudou no seminário arquidiocesano de São Paulo (1916-1924) e Universidade Gregoriana de Roma (1924-1927), foi padre da arquidiocese de São Paulo (1927-1948), bispo de Campos dos Goytacazes (1948-1981), participou do Concílio Vaticano II (1962-1965) e tornou-se bispo emérito de Campos (1981-1991).

Recebeu uma severa formação romanizada em São Paulo, que estava enquadrada no contexto da afirmação social da Igreja no Brasil. Além disso, graduou-se e recebeu o título de Doutor pela Universidade Gregoriana de Roma, que durante os anos em que foi estudante, era um centro de formação ultramontana¹¹, tradicional e a serviço do papado (Roy-Lysencourt, 2011, p. 157-162).

¹⁰ O modernismo foi uma tendência, uma orientação que surgiu na passagem do século XIX para o século XX. Esse movimento caracterizou-se por apontar para uma renovação intelectual que se pautava entre a relação dos ensinamentos eclesiais clássicos e as novas ciências religiosas que se formavam confessionalmente independentes. A crise modernista, assim sendo, teve sua origem no debate suscitado por alguns teólogos em relação à aplicação dessas novas ciências na compreensão das verdades cristãs, ou seja, do emprego de métodos histórico-críticos e da crítica literária à Bíblia e à história das origens cristãs. As questões giravam em torno das verdades escriturísticas e a evolução dos dogmas (Caldeira, 2009, p. 41).

¹¹ Designação para “além das montanhas”. O Ultramontanismo foi um movimento dentro da Igreja Católica que surgiu no século XIX, defendendo a centralização da autoridade eclesial no papa e em Roma. O termo ultramontano significa “além das montanhas”, referindo-se ao fato de que, para católicos de outros países europeus, Roma ficou do outro lado dos Alpes. Esse movimento era uma resposta aos desafios do liberalismo, nacionalismo e secularização que ameaçavam enfraquecer o poder da Igreja e do papado. (Aubert, 1975, p. 40). Os ultramontanos enfatizaram a infalibilidade do Papa em questões de fé e moral e defenderam que ele era a autoridade suprema sobre todos os assuntos da Igreja, superior até mesmo aos bispos e concílios. Essa visão ganhou força no Concílio Vaticano I (1869-1870), que proclamou o dogma da infalibilidade papal. Assim sendo, verifica-se que o movimento ultramontano teve grande impacto no fortalecimento da identidade católica e na centralização do poder

Ao retornar ao Brasil, notabilizou-se rapidamente no clero arquidiocesano de São Paulo e no episcopado brasileiro como um clérigo intransigente e conservador, haja vista a militância antimoderna conjunta com Plínio Correa de Oliveira (1908-1995) e o então padre Geraldo de Proença Sigaud (1909-1999), padre Missionário da Sociedade do Verbo Divino.

Os registros apontam que durante seu episcopado em Campos, Castro Mayer ofereceu uma formação mariana, anticomunista, antirrevolucionária e antiecumênica ao seu clero e aos seus fiéis. O antiecumenismo de Castro Mayer preconizava o retorno dos dissidentes à Igreja, de acordo com a formação que ele recebeu. Por isso, quando houve a iminência da chegada de um novo bispo, um grupo de padres e dezenas de milhares de fiéis, em que orbitavam em 17 paróquias da diocese, expressaram apoio irrestrito ao bispo, cujo objetivo era a conservação da “Igreja de Sempre”, fundamentada na conservação do rito tridentino¹², difusão do catecismo de São Pio X, campanha pela moralização dos costumes e das vestes no recinto da Igreja e fora dele, uso da batina pelos padres e hábito pelas religiosas, combate ao ecumenismo, devoção mariana e combate à vida mundana (Ribeiro, Paz, 2022, p. 100).

Segundo o padre Fernando Arêas Rifan¹³, porta-voz do movimento tradicionalista de Campos dos Goytacazes e futuro bispo da Administração Apostólica São João Maria Vianney,

Dom Antônio de Castro Mayer formou seus padres para transmitirem a doutrina de Sempre. Pois, o bispo de Campos sempre venerou a Roma Eterna e não a Roma modernista. Por isso, ele participou do Concílio Vaticano II e fundou o *Coetus Internationalis Patrum* para resistir ao Modernismo. Assim, ele pretendeu conservar em suas paróquias a missa tradicional. Porque a missa nova apresenta no seu conjunto e em pontos particulares um grande afastamento da Teologia Católica exposta pelo Concílio de Trento. Tornando-se, então, uma missa protestantizada. Dom Antônio de Castro Mayer transmitiu a formação que ele recebeu e assim a conservou. (ARQTRAD, sem data)¹⁴

papal e no combate ao processo de secularização, porque reivindicou a restauração e o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais, a reafirmação da escolástica e definiu claramente os inimigos da Igreja a serem combatidos: galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de Liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, Socialismo, casamento civil e a liberdade de imprensa. A culminância dessas condenações se deu na Encíclica *Quanta cura* e do *Syllabus*¹¹, anexo à mesma, publicados em 1864 por Pio IX (1792-1978)¹¹ (Aubert, 1975, p. 40).

¹² Termo usado para se referir à liturgia de São Pio V promulgada de 1570 (Davies 2017).

¹³ Dom Fernando Rifan nasceu na cidade de São Fidélis, no interior do Estado do Rio de Janeiro, em 25 de outubro de 1950. Ele foi ordenado presbítero aos 24 anos, no dia 08 de dezembro de 1974, por Castro Mayer, e no ano 2002 foi nomeado pelo Papa São João Paulo II, bispo da Administração Apostólica Pessoal de São João Maria Vianney, tendo sido ordenado no dia 18 de agosto daquele ano pelo Cardeal Dario Castrillón Hoyos, Prefeito da Congregação para o Clero. Atualmente está no Governo Pastoral da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney, criada pela Santa Sé em 18 de janeiro de 2002, pelo decreto *Animarum Bonum* da Congregação para os Bispos, para os católicos ligados à forma extraordinária do Rito Romano.

¹⁴ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Conferência do padre Fernando Arêas Rifan sobre Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, sem data.

Ainda sobre a formação que o bispo deu ao seu clero, o padre Fernando Rifan afirmou ter aprendido no seminário que “A verdade é intransigente por si mesma. Por isso, recusamos o ecumenismo, porque a verdade é única e o erro é múltiplo. Agimos a exemplo dos primeiros cristãos que eram antiecumênicos.” (ARQTRAD 15/11/1999)¹⁵.

O discurso do Fernando Rifan endossa, como veremos ao longo do texto, a postura empreendida durante o Concílio Vaticano II: mariana, anticomunista, antirrevolucionária e antiecumênica (Caldeira, 2013, p 16). Após a finalização do concílio, Castro Mayer entrou em colisão com a Santa Sé, com a nunciatura apostólica e com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, pela sua postura em relação ao concílio, que o bispo via como evento “mundanizado” (Mayer, 2010, p. 93). E, para acomodar em sua consciência a obediência à Igreja e a rejeição à doutrina conciliar, Castro Mayer alegava que o Vaticano II fora pastoral, por isso, ele se via desobrigado de implementar as reformas conciliares, porque um católico só teria obrigação de aceitar plenamente um concílio dogmático (ARQÉcône 07/09/1970)¹⁶.

Assim sendo, as pesquisas demonstram que o pensamento antimoderno foi uma bússola eclesiológica que marcou profundamente a vida do bispo de Campos. Haja vista que a partir de 1968, recusou a eclesiologia praticada por grande parte do episcopado brasileiro, que se abria às novas experiências. Esta recusa deu início então a um longo processo de deterioração da relação entre o bispado de Campos, a CNBB e a nunciatura apostólica (ARQÉcône 04/04/1982)¹⁷.

As cartas particulares escritas para o arcebispo francês demonstram que Castro Mayer entendia que Roma estava em perigo de apostasia porque o concílio teria sido um momento de “abertura às ideias modernistas” (ARQÉcône 26/01/1970)¹⁸. Então, constata-se que já havia um processo de deterioração das relações entre o bispado de Campos e a Igreja desde a década de 1960. Todavia, o prelado católico ainda primava pela boa relação pública com a instituição, apesar de ter acelerado o seu caminho de ruptura em 1969, quando demonstrou restrições ao *Novus Ordo*.

A análise biográfica do bispo Castro Mayer aponta que o processo de isolamento diocesano foi se cristalizando ao longo de toda década de 1970, cujo agravamento ocorreu após

¹⁵ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Lançamento do livro *quer agrade, quer desagrade*. Bom Jesus do Itabapoana, 15/11/1999.

¹⁶ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 07/09/1970, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

¹⁷ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 04/04/1982, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

¹⁸ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 26/01/1970, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

sua aposentadoria, quando assumiu uma posição combativa contra o Concílio Vaticano II, sob alegação pública de que “Roma aderiu ao Modernismo” (ARQÉcône 04/04/1982)¹⁹.

Verifica-se, então, que o bispo inoculou no seio do clero a narrativa intransigente que sustentou a mentalidade anticonciliar e contra o missal de Paulo VI²⁰ (1897-1978) publicado em 1969. Haja vista a uma série de críticas à Igreja feitas pelo bispado de Campos, cuja justificativa seria “foi a missa nova que trouxe toda essa desordem.” (ARQTRAD 10/10/1981)²¹.

Em novembro de 1981, quando Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro (1931-2003) tornou-se bispo titular de Campos, havia um clima de animosidade em toda a diocese. Assim sendo, em função das divergências eclesiológicas foi deflagrada na Igreja de Campos uma crise sem precedentes, de modo que o novo bispo diocesano teve de remover 25 padres de suas paróquias e fechar o seminário diocesano, a fim de implementar o processo de recepção do Concílio Vaticano II, de forma consciente e deliberada (Mérida, 2016, p. 13-15).

As fontes históricas apontam que, ao final do concílio, os mais importantes padres conciliares conservadores, que integraram o *Coetus Internationalis Patrum*²², acordaram uma resistência contra qualquer interpretação não tradicional dos textos conciliares (Roy-Lysencourt, 2016, p. 320). Mas, à medida que os anos foram passando, Castro Mayer e Marcel Lefebvre²³ viram-se sozinhos na resistência conjunta. Por isso, Écône e Campos dos Goytacazes tornaram-se referências mundiais do tradicionalismo católico.

As pesquisas demonstram na década de 1980 houve dois processos simultâneos: a recepção conciliar tardia na diocese a exoneração dos padres tradicionalistas. Como fruto dessas exonerações, houve o surgimento da União Sacerdotal São João Maria Vianney, cuja formalização teve lugar em Campos na data de 15 de agosto de 1988, quando foi criado o

¹⁹ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 04/04/1982, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

²⁰ Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini (1897-1978) foi arcebispo de Milão e nomeado cardeal por Pio XII em 1954 e eleito o 262º papa da Igreja em 21 de junho de 1963. Com a morte de João XXIII, Paulo VI deu sequência aos trabalhos do Concílio Vaticano II (Mattei, 2013, p. 34).

²¹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

²² Grupo conservador de oposição aos padres da Europa Central que buscaram o rumo renovador tomado no Concílio Vaticano II. O *Coetus* começou como o *piccolo comitato* na sessão de 1962 e tornou-se *Coetus Internationalis Patrum* nas sessões seguintes (Caldeira, 2009, p. 163).

²³ Dom Marcel François Marie Joseph Lefebvre foi um arcebispo católico francês membro da Congregação do Espírito Santo, que se notabilizou pela resistência a certas reformas da Igreja Católica instauradas pelo Concílio Vaticano II. Sagrado bispo em 1947, ele defendeu o movimento tradicionalista católico, fundou a FSSPX em 1970 e recebeu a excomunhão *latae sententiae* em função das sagrações episcopais de 1988, sem mandato apostólico de João Paulo II (Mallerais 2021).

estatuto desta união de padres legada por Castro Mayer, a despeito do bispado de Campos (ARQÉcône 15/08/1988)²⁴.

Em 1983, no meio do processo das exonerações, considerando o trágico dilema em que se encontravam, Castro Mayer e Lefebvre escreveram uma carta aberta para o Papa João Paulo II (1920-2005)²⁵, que inaugurou a chamada “Operação sobrevivência da Tradição.” (Mallerais, 2021, p. 559). Na esteira dos embates entre a linha tradicionalista a a Santa Sé, o encontro interreligioso de Assis, em 1986, liderado pelo Papa João Paulo II foi um escândalo para Castro Mayer e Lefebvre. Sobre o evento, o arcebispo francês afirmou que se tratava de “um pecado público contra a unicidade de Deus.” (Mallerais, 2002, p. 565). Castro Mayer não foi mais ameno:

À luz desses premissas o encontro ecumênico de Assis, convocado pelo Papa João Paulo II, se constitui: 1- injúria a Deus; 2- uma negação da universal necessidade de Redenção; 3- uma falta de justiça e caridade com os infiéis; 4- um perigo e um escândalo para os católicos; 5- uma traição à missão da Igreja e de Pedro (Mayer, 1986, p.1).

Essa foi a condenação antiecumênica mais solene feita por Castro Mayer, todavia, houve outras feitas em seus sermões e na doutrina que ele transmitiu. Haja vista a fala do padre Fernando Rifan sobre uma visita do Papa João Paulo II (1920-2005)²⁶ a uma igreja luterana de Roma em 1983, quando o Pontífice Romano leu uma oração de Lutero pela unidade. Segundo Rifan, os protestantes brasileiros teriam dito aos católicos: “Até que enfim vocês católicos chegaram à conclusão de que nós estávamos certos.” (ARQTRAD 24/04/1998)²⁷.

Esse fato caiu mal entre os tradicionalistas, que ficaram indignados e entendiam que a fé católica estava sob ameaça. Por isso, seria necessário resistir às reformas, conforme a formação que Castro Mayer transmitiu (ARQTRAD 24/04/1998)²⁸.

Tendo em vista a idade avançada dos dois bispos, o processo de reformas promovidas pelo Vaticano II e os “pedidos que ficaram sempre sem respostas” (Fleischman, 2001, p. 17),

²⁴ *Estatuto da União Sacerdotal São João Maria Vianney*, Campos dos Goytacazes, 15/05/1988, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

²⁵ Karol Józef Wojtyła, nasceu na Polônia e foi o 264º Papa de 16 de outubro de 1978 até a data de sua morte em 2 de abril de 2005. Foi canonizado em Roma, pelo Papa Francisco, em 27 de abril de 2014 (Mérida, 2016, p. 42).

²⁶ Karol Józef Wojtyła, nasceu na Polônia e foi o 264º Papa de 16 de outubro de 1978 até a data de sua morte em 2 de abril de 2005. Foi canonizado em Roma, pelo Papa Francisco, em 27 de abril de 2014 (Mérida, 2016, p. 42).

²⁷ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Ecumenismo e missões: conferência do padre Fernando Arêas Rifan, da União Sacerdotal São João Maria Vianney, a ser apresentada no Terceiro Congresso Teológico de Si Si No No, sobre ecumenismo*. Albano Laziale, Roma, 24 de abril de 1998.

²⁸ Ibid.

Lefebvre decidiu sagrar, sem mandato apostólico, quatro bispos seriam seus sucessores na luta contra o Vaticano II. Sobre a justificativa de sagrar bispos sucessores, Lefebvre afirmou:

[...] se a situação estivesse piorando na Igreja, se a providência me mostrasse claramente que devo fazê-lo, então provavelmente me resignaria a sagrar um bispo, já que posso fazê-lo validamente. Mas seria um ato de ruptura com Roma - cuja perspectiva, aliás, é assustadora - e farei de tudo para evitá-lo (Mallerais, 2021, p. 567).

O bispo emérito de Campos, em plena consciência, manifestou seu apoio e confirmou sua presença nas sagrações (ARQÉcône 19/06/1987)²⁹. No ano seguinte, Castro Mayer estava em Écône e deu seu apoio ao arcebispo francês:

Minha presença aqui, nesta cerimônia, deve-se a um dever de consciência: fazer uma profissão de fé católica perante toda a Igreja [...]30 desejo expressar aqui minha sincera e profunda adesão à posição de Sua Excelência Dom Lefebvre ditada por sua fidelidade à Igreja de todos os séculos (ARQÉcône, 30/06/1988)³¹.

O arcebispo consultou uma comissão de teólogos para averiguar a possibilidade de sagrar um bispo sem a devida nomeação papal, pois, a sua preocupação era se a sagração representaria um ato cismático, uma vez que buscava resposta de Roma, todavia, a resposta tardava a chegar. Então, convencido de que este não seria um ato de rebeldia, mas o único caminho para a transmissão do sacerdócio e para dispensação dos sacramentos segundo a forma antiga do ritual, decidiu proceder com a sagração de bispos que lhe sucederiam em sua obra (Mallerais, 2002, p. 569).

Foram quatro os sacerdotes escolhidos para assumirem a plenitude do poder sacerdotal com o episcopado e dar continuidade aos trabalhos dos bispos tradicionalistas: o inglês Richard Williamson, o espanhol Alfonso de Galarreta, o francês Bernard Tissier de Mallerais (1945-2024) e o suíço Bernard Fellay (Mérida, 2016, p. 94).

A proposta, ao realizar a sagração destes bispos, era claramente de não possuírem jurisdição, isto é, não teriam uma diocese e iriam exclusivamente administrar os sacramentos para padres e fiéis:

Sendo um dos princípios gerais da lei canônica a salvação das almas, diante da crise da Igreja, segundo a compreensão dos tradicionalistas, fazia-se justo a sagração dos

²⁹ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 19/06/1987, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).*

³⁰ Omissão de uma parte da citação, que não altera o sentido da frase.

³¹ *Declaração de Castro Mayer por ocasião de sua presença nas sagrações de Écône, Écône, 30/06/1988, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).*

bispos com poderes reduzidos, com a chamada “jurisdição de suplência”³², pois, tratava-se de uma “Operação sobrevivência da Tradição.” (Mallerais, 2021, p. 559).

Sobre a presença do clero de Campos nas sagrações de 1988, o porta-voz dos tradicionalistas justificou que “o Papa está liderando uma apostasia geral na Igreja Católica, numa crise alarmante e sem precedentes, em que padres e bispos não cumprem a sua missão e estão levando as almas para o caminho da perdição.” (ARQSNi 08/07/1988)³³.

Esse evento foi o principal agravante da crise diocesana em Campos, porque o bispo emérito incorreu em excomunhão, uma vez que ele e o seu clero aderiram a “operação sobrevivência” em plena consciência, alegando que se tratava de um caso de extrema gravidade: “E este caso de necessidade grave e urgente em que hoje nos encontramos, com grave perigo para a fé, não foi criado por Dom Lefebvre, mas sim pela atual apostasia e patrocínio da heresia por parte dos membros da nova Igreja conciliar.” (ARQTRAD [s.d.])³⁴.

Por ocasião destas sagrações, Lefebvre, Castro Mayer e os quatro bispos sagrados foram penalizados com a excomunhão *latae sententiae*³⁵ e *ipso facto*³⁶ porque transgrediram o Cân. 1382: “O Bispo que, sem mandato pontifício, conferir a alguém a consagração episcopal, e o que dele receber a consagração, incorrem em excomunhão *latae sententiae* reservada à Sé Apostólica” (Código de Direito Canônico, 1987, p. 138). Além disso, houve a qualificação agravante correspondente (cf. cânon 1364, §1), que ameaça de excomunhão por cisma a quem apoie as sagrações. De acordo com o inciso Cân. 1364: “Sem prejuízo do cân. 194, § 1, n.º 2, o apóstata da fé, o herege e o cismático incorrem em excomunhão *latae sententiae*; o clérigo pode ainda ser punido com as penas referidas no cân. 1336, § 1, ns. 1, 2 e 3. § 2. Se o exigir a contumácia prolongada ou a gravidade do escândalo, podem acrescentar-se outras penas, sem exceptuar a demissão do estado clerical.” (Código de Direito Canônico, 1987, p. 238).

³² A ideia de jurisdição de suplência está fundamentada para os tradicionalistas no cânon 213 do Código de Direito Canônico, que prevê que os leigos têm o direito de receber do clero os bens espirituais necessários à salvação de suas almas (Cânon 213). Estariam, pois, todos os sacerdotes obrigados a dispensar os sacramentos, ainda que impossibilitados pela carência de autorização, em razão da necessidade (Gama, 2019, p. 91).

³³ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Ascensão do Movimento Católico Tradicionalista*, Rio de Janeiro, 08/07/1988.

³⁴ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Manifesto do padre Fernando Rifan: *Porque não valeu contra Dom Lefebvre e Dom Antônio a excomunhão*. Campos dos Goytacazes, [s.d.].

³⁵ Uma pena canônica é chamada *latae sententiae* quando “se incorre nesta pena pelo próprio fato de ter cometido um delito”. Isto significa que a pena é inerente, por assim dizer, ao ato culposos, sem ser preciso esperar que um juiz ou um superior o infligam por meio duma sentença ou decreto. Por isso se tem o costume de dizer que a excomunhão *latae sententiae* se aplica automaticamente. Tanto isto é verdadeiro que os efeitos jurídicos desta declaração se produzem *ex tunc* (desde então), ou seja, a partir do momento da realização do ato culposos (cânon 2232, par. 2, C.D.C de 1917), e não a partir do momento da sentença ou do decreto. (Caldeira, 2009, p. 66).

³⁶ Que acontece no próprio momento do delito, não sendo necessário que a pena seja infligida por decreto. Pela sagração ilegal de bispos o antigo código ameaçava somente de suspensão (*ipso iure suspensi sunt, donec Sedes Apostolica eos dispensaverit*, cânon 2370, C.D.C. de 1917). (Caldeira, 2009, p. 66)

Apesar da punição da Santa Sé, em Campos, todo o movimento de resistência tradicionalista foi justificado por causa da “a autodemolição da Igreja e o ponto nevrálgico da Nova Igreja Conciliar.” (ARQTRAD 24/04/1998)³⁷. Assim, a linha tradicionalista se via na obrigação moral de promover uma articulação diocesana contra o Vaticano II, porque cria que “o Concílio tem caráter heretizante e favorece as heresias pelas novas reformas litúrgicas.” (Rifan, 1988, p. 4). Haja vista que os padres de Campos ensinavam para os fiéis que a doutrina conciliar praticava o Latitudinarismo, que é uma corrente teológica inglesa surgida no século XVII por teólogos, estudiosos e clérigos ingleses da Universidade de Cambridge que pregam a máxima tolerância religiosa e a doutrina do que todos os homens se salvarão em suas religiões (Padres de Campos, 1988, p. 40). Esse foi um argumento a mais para a rejeição ao concílio em Campos.

No que tange à resistência anticonciliar em Campos, é importante destacar que Castro Mayer prestou assistência ao clero tradicionalista da diocese. Mas, não assumiu a frente de batalha contra Dom Carlos Alberto Navarro. Essa “ausência” é explicada pelo seu estado de saúde debilitado, devido à idade. Então, o prelado foi poupado. As pesquisas demonstram que, após 1982, a luta pública foi travada pelos padres e fiéis tradicionalistas, formados e orientados pelo bispo emérito, que atuava nos bastidores, mas não de frente diretamente no conflito. Esse foi o *modus operandi* tradicionalista que perpassou a década de 1980 (Soares, 2022, p. 83).

Em 1991, Castro Mayer e Lefebvre faleceram. Para dar sequência à batalha anticonciliar, os bispos de Écône foram a cidade de São Fidélis e sagraram Dom Licínio Rangel (1936-2002) como sucessor de Castro Mayer, na assistência ao clero e aos fiéis da União Sacerdotal São João Maria Vianney. Havia, então, em Campos dos Goytacazes, a diocese oficial e a paralela, que protagonizaram um processo de rivalidade:

Ademais, a honestidade manda não se fazer chantagem com números nem manipulação de multidões. Assim, dizer: na Missa de Dom Antônio havia 3500 pessoas, na procissão de Dom Navarro havia 7000: logo o progressismo tem o dobro de adesões! Não é um raciocínio honesto! Na verdade, os milhares que estavam presentes na Missa de Dom Antônio (lembremo-nos que foi um dia de semana), quase todos, ali estavam por convicção e adesão à Tradição. O mesmo não se pode dizer da multidão que foi à procissão de Corpus Christi, isto é, que lá foram “POR CAUSA” do progressismo. Alguns foram por isto, mas a imensa maioria foi simplesmente por causa da procissão em si mesma ou então para ver os tapetes, sem com isso quererem significar sua adesão ao progressismo (Rifan 1999, p. 55).

³⁷ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Ecumenismo e missões: conferência do padre Fernando Arêas Rifan, da União Sacerdotal São João Maria Vianney, a ser apresentada no Terceiro Congresso Teológico de Si Si No No, sobre ecumenismo*. Albano Laziale, Roma, 24 de abril de 1998.

A divisão oriunda da crise diocesana tem o seu cerne no conjunto de crenças do bispo Castro Mayer, que recusou o Concílio Vaticano II e criou ao seu redor uma rede de sociabilidade que contou com a metade do clero de Campos e dezenas de milhares de fiéis, tornando o processo de recepção conciliar num “caso de polícia”, que chegou até a Santa Sé, conforme apontam as fontes históricas.

A respeito desse processo, tardio e conflituoso, Castro Mayer disse a Paulo VI que “desobedeceu em nome da obediência.” (ARQÉcône 25/01/1974)³⁸:

Eis que, Santo Padre, a obediência me obriga agora a comunicar a Vossa Santidade pensamentos que talvez lhe tragam pesar. Faço-o, no entanto, com paz de alma, pois estou na via da sinceridade e da obediência, na qual conto permanecer com a graça de Deus. Mas, se está tranqüila minha consciência, ao mesmo tempo está triste meu coração. Com efeito, toda a minha vida de Sacerdote e de Bispo vem sendo marcada pelo empenho de – no meu limitado ambiente de ação – ser, por meu devotamento irrestrito, e por minha obediência inteira, motivo de alegria para os vários Papas sob cuja autoridade tenho sucessivamente servido. Ora, na presente conjuntura, o devotamento e a obediência me levam a contristar a Vossa Santidade (ARQÉcône 25/01/1974)³⁹.

Indubitavelmente, trata-se de uma figura polêmica que deixou marcas indeléveis na história do catolicismo romano em Campos e de igual maneira, na história contemporânea da Igreja no Brasil.

Por isso, o pensamento crítico e analítico do pesquisador é necessário para reconstituir a figura histórica de Castro Mayer, uma vez que é por meio da criticidade, analisando as fontes históricas reunidas e cruzadas, que é possível elaborar perguntas pertinentes para a elaboração das hipóteses iniciais que norteiam a questão problema a ser investigada.

A organização das possíveis hipóteses sobre a figura de Castro Mayer apresenta os desafios próprios de um trabalho acadêmico, que tem como finalidade a tarefa de escrever sobre um bispo antimoderno, inserido num mundo em franca transformação.

Segundo Antoine Compagnon (2014), os primeiros antimodernos pertencem a três correntes: conservadora (ou tradicionalista), reacionária e reformista. A análise da biografia de Castro Mayer aponta que o bispo se enquadra nas correntes conservadora e reacionária. Os conservadores queriam restabelecer o Antigo Regime⁴⁰ e a ordem social tal como eles eram antes da Revolução Francesa (1789), sem fraqueza e nem abusos. Defendiam a monarquia tradicional, na sua plenitude, limitada somente pelos costumes, pela lei natural, pela moral e

³⁸ *Carta de Castro Mayer ao Papa Paulo VI*, Écône, 10/02/1973, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ O termo Antigo Regime é utilizado para denominar o sistema político e social da França e nos demais países europeus antes da Revolução Francesa. Nessa época, o governo era aristocrático, com o controle centralizado nas mãos dos reis e havia forte influência da Igreja na sociedade (Compagnon, 2014, p. 29).

pela religião, enaltecendo o restabelecimento de uma autoridade real efetiva e centralizada (p. 29).

Castro Mayer não era um monarquista intransigente, no que se refere ao regime governamental dos países. Todavia, participava da doutrina preconizada pelo Concílio Vaticano I, que defendia a centralidade absoluta da autoridade papal sobre a Igreja. Segundo o bispo de Campos “os primeiros hierarcas foram constituídos pelo próprio Jesus Cristo, e os atuais são sucessores daqueles numa série ininterrupta. Entre os hierarcas, o Divino Mestre estabeleceu um, São Pedro, como chefe de toda a Igreja, dando a esta, pois, uma estrutura monárquica e desigual” (Mayer, 1971, p. 237).

A respeito do conceito de “antimoderno reacionário”, Compagnon explica que essa corrente ideológica defendia as distinções, os privilégios e os direitos históricos da nobreza de espada, que se colocava contra o discurso de igualdade e de democracia (p. 29). Castro Mayer, por sua vez, defendia que “A Igreja é por instituição divina uma sociedade desigual, na qual se distingue uma parte docente e outra discente, Hierarquia e súditos.” (Mayer, 1971, p. 44). Além das diferenças hierárquicas na Igreja, o bispo de Campos cria que a sociedade civil também deveria ser desigual: “A Revolução é igualitária por causa do nivelamento total, a abolição das classes que destrói e suprime o direito de herança, a família, a propriedade privada, as elites sociais, a Tradição.” (Mayer, 1971, p. 131).

Após essa breve contextualização e explicação sobre a mentalidade antimoderna de Castro Mayer, e, sabendo que o Concílio Vaticano II se entregou um diálogo amistoso com a cultura moderna (Kasper, 2012, p. 33), surge a questão problema que se consubstancia nas seguintes perguntas: como e por que Castro Mayer tornou-se um crítico intransigente ao Concílio Vaticano II no Brasil? Como a sua oposição foi manifesta no concílio e como recebeu o Vaticano II em Campos? Quais foram as consequências para a diocese?

Para tanto, houve a contextualização histórica da formação recebida por Castro Mayer em São Paulo e a caracterização ideológica da linha de estudos praticada pela Universidade Gregoriana de Roma, na qual recebeu a graduação e o título de Doutor em Teologia em 1927. Pois, assim será possível compreender melhor os impactos que a formação recebida exerceu no seu *modus operandi* durante os 33 anos em que esteve à frente da diocese.

Dessa forma, a hipótese central levantada considera que Castro Mayer foi um bispo ultramontano e intransigente na defesa do seu conceito de Tradição, diretamente formado pela doutrina antimoderna dos concílios de Trento e Vaticano I e catecismo antimodernista de Pio

X (1835-1914)⁴¹. Na contramão dessas três colunas norteadoras do bispo de Campos, surge o Magistério do Concílio Vaticano II, visto por ele como um evento modernista, cuja doutrina seria irreconciliável com os três pilares principais da sua formação religiosa (ARQTRAD 10/10/1981)⁴². Assim, o choque doutrinário interpretado por Castro Mayer, teria incidido diretamente na eclosão da crise diocesana pós-conciliar em Campos, conforme indicam as fontes históricas.

Os quatro capítulos têm por finalidade demonstrar a trajetória de vida do bispo Castro Mayer. Para tal, é necessário que haja contextualização histórica de sua biografia inserida na realidade vivida pela Igreja no Brasil e no mundo. Por isso foi necessário investigar a sua origem familiar, o contexto em que a Igreja estava inserida durante os primeiros anos de sua formação em São Paulo, a formação acadêmica na Universidade Gregoriana de Roma; verificar sua atuação presbiteral em São Paulo, durante os 21 anos de sacerdócio na arquidiocese; o contexto em que se deu a sua sagração episcopal em 1948; sua atuação como bispo de Campos durante o Concílio Vaticano II; o processo de recepção conciliar pelo bispado de Campos nos anos imediatos ao término do Vaticano II e a crise diocesana legada à diocese.

É necessário analisar as diferentes etapas da vida do bispo de Campos – formação, atuação e rede de sociabilidade - para entender sua trajetória e o legado anticonciliar deixado na Igreja de Campos dos Goytacazes.

Por isso, é necessário questionar os motivos que levaram a uma pesquisa sobre um personagem histórico conservador e polêmico que prescindiu de um diálogo convergente com a mentalidade contemporânea: por que pesquisar um personagem intransigente em suas crenças religiosas conservadoras, ainda mais, em se tratando de um personagem pouco abordado pela historiografia e pelas áreas de Ciências da Religião na contemporaneidade?

Por que se debruçar sobre uma pesquisa a respeito de um prelado cujas ideias foram tão austeras que se chocaram diretamente com personagens religiosos com grande apelo popular, a

⁴¹ Pio X ou São Pio X, O.F.S., nascido Giuseppe Melchiorre Sarto, foi o 257.º Papa. O seu pontificado decorreu de 4 de agosto de 1903 até a data da sua morte. Ficou conhecido como o “Papa da Eucaristia” que lutou contra o Modernismo que havia na Igreja na viragem do século XIX para o século XX. Ele foi o primeiro Papa a ser canonizado desde Pio V (Mérida, 2016, p. 23).

⁴² Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

exemplo de Dom Hélder Pessoa Câmara (1909-1999)⁴³, Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016)⁴⁴ e João Paulo II?

Estas perguntas são necessárias, tendo em vista que as pesquisas atuais sobre os grupos militantes na história contemporânea do catolicismo romano, na sua maioria, não caminham no descobrimento de personagens conservadores do século XX, tampouco para a revelação de um bispo tradicionalista do interior do estado do Rio de Janeiro. Esta delicada questão a respeito da carência de pesquisas sobre personagens conservadores na historiografia brasileira aponta para a relevância desta pesquisa, que visa contribuir para o alargamento do entendimento melhor da realidade católica atual.

Um aprofundamento na história do catolicismo contemporâneo no Brasil, a partir dos estudos bibliográficos que grande parte das pesquisas referentes à história da Igreja ainda é mais voltada para a esquerda católica (Caldeira, 2009, p. 11).

Muito foi tratado sobre os padres operários, na JUC (Juventude Universitária Católica), sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a influência da Teologia da libertação, a Igreja progressista, a atuação de setores da Igreja contra o governo militar etc. Porém, o mesmo não aconteceu com os grupos conservadores. Esta lacuna historiográfica justifica a realização desta pesquisa (Caldeira, 2009, p. 12).

O conservadorismo católico é um assunto relevante para o debate a respeito da história da Igreja, afinal, há episódios que tocam a realidade dos tradicionalistas, como a Constituição Apostólica *Ecclesia Dei*, de 1988; o *Motu Proprio Summorum Pontificum*, de 2007; o

⁴³ Hélder Pessoa Câmara, bispo de Olinda, pode ser considerado o contraponto de Sigaud no episcopado brasileiro. Câmara, dentro do Concílio, participou e teve atuação destacada no chamado Grupo Igreja dos Pobres e do chamado, por ele mesmo, como Grupo Ecumênico, já que articulava diversas conferências episcopais, e que tinha à frente um dos destacados cardeais do eixo liberal: o cardeal Suenens. A esses grupos pertenciam bispos de língua francesa, entre belgas, africanos e franceses e um grupo de brasileiros, que alcançou 16 bispos. Hélder, como um dos maiores representantes do episcopado brasileiro, já que era secretário da CNBB durante a primeira sessão conciliar, ligava-se claramente às ideias do grupo da Aliança. Logo que ocorrem as mudanças na presidência da CNBB, Suenens procura o novo presidente, Agnelo Rossi, a fim de saber se a conferência episcopal brasileira continuaria seguindo as orientações do Grupo Ecumênico. Rossi responde: “Sobre o Concílio, posso afirmar que o episcopado brasileiro, guiado por Dom Hélder Câmara, secretário da CNBB, seguia a orientação do Cardeal Suenens e simpatizava com as iniciativas da Conferência Episcopal Francesa.” (Beozzo, 2005, p. 189, grifo meu). E parece fazer uma dura crítica a forma que Hélder conduzia o episcopado: “V. Eminência sabe que o episcopado brasileiro não é uma boiada de que podemos dispor à vontade. Mande-nos anteriormente suas sugestões; nós as discutiremos livremente e, se estivermos de acordo, nós a apoiaremos” (Carta de Dom Agnelo Rossi a José Oscar Beozzo, no dia 19 de junho de 1989. Fundo Vaticano II/SP. Cf. Beozzo, 2005, p. 186).

⁴⁴ Frade franciscano que atuou como arcebispo metropolitano de São Paulo de 1970 a 1998, tendo sido seu terceiro cardeal desde 1973. Na Igreja foi membro da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos; coordenador do Colégio Episcopal de São Paulo; Grão Chanceler da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. No Brasil se destacou pela luta dos direitos humanos e combate à ditadura militar, sempre em defesa dos grupos mais pobres da sociedade (Sydow, Ferri 1999).

levantamento, por Bento XVI (1927-2022)⁴⁵ em janeiro de 2009, das excomunhões perpetradas contra os bispos sagrados por Lefebvre e Castro Mayer; os indultos conferidos pelo Papa Francisco aos padres lefebvristas por ocasião do ano da misericórdia em 2015 e o *Motu Proprio Traditionis Custodes*, de 2021 (Oliveira, 2021). Verifica-se, assim, que os últimos três papas trataram sobre a problemática concernente aos setores tradicionalistas da Igreja.

A ideia mais comum é que o contato do historiador com a sua ferramenta fundamental de pesquisa ocorra, notadamente, em arquivos públicos de abrangência nacional, estadual e/ou municipal, em arquivos particulares, museus, bibliotecas, centros específicos de memória e de documentação etc. (Samara; Tupy, 2009, p. 67).

E de fato, esse foi o procedimento adotado para a escrita desta tese. Primeiro, foi realizada uma pesquisa no arquivo público municipal Waldir Pinto de Carvalho, em Campos dos Goytacazes a fim de obter jornais de Campos dos Goytacazes e jornais com circulação nacional das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, em busca de textos, diários, cartas e imagens que retratassem a questão religiosa de Campos. O empreendimento obteve sucesso, porque mais de 1000 matérias de jornais foram encontradas no arquivo.

Depois da pesquisa realizada no arquivo municipal de Campos dos Goytacazes, começou um longo processo por buscas de registros que estavam espalhadas pelas várias cidades da diocese. E não só no Brasil, afinal também houve pesquisa na Suíça e na Itália. Esse material foi analisado e separado em 14 arquivos de fontes primárias, devidamente descritos na lista de siglas e abreviaturas. Ao longo do texto, cada uma delas está explicada em nota de rodapé, a fim de viabilizar o entendimento do leitor. A reunião e organização desse material constitui um denso um acervo que viabilizou responder à questão-problema dessa pesquisa.

A saber, *ARQPioLat*: material extraído dos arquivos do Seminário Pio Latino de Roma, que contém cartas que demonstram as disciplinas estudadas em São Paulo e a trajetória do seminarista Castro Mayer em Roma, desde o pedido feito pelo padre Alberto Teixeira Pequeno (+1943), reitor do seminário da arquidiocese de São Paulo, até a sua ordenação presbiteral em 1927; *ARQCúriaSP*: material extraído dos arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo que contém registros da vida presbiteral de Castro Mayer naquela arquidiocese.

Acta Synodalia Sacrosancti Concilii Oecumenici Vaticani II (1962-1965) (AS I; AS II; AS III; AS IV)⁴⁶, *Cura et Studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, Typis Polyglottis*

⁴⁵ Joseph Aloisius Ratzinger foi o 265º Papa da Igreja de 19 de abril de 2005 a 28 de fevereiro de 2013, quando oficializou a sua abdicação. Posteriormente foi Papa Emérito e Romano Pontífice Emérito da Igreja Católica (Mérida, 2016, p. 42).

⁴⁶ *Acta Synodalia Sacrosancti Concilii Oecumenici Vaticani II*. Disponível em < <https://archive.org/search?query=acta+synodalia> >. Acesso em 10 de maio de 2021.

*Vaticanis*⁴⁷ que contém todas as intervenções de Castro Mayer no Concílio Vaticano II, esclarecendo as posições do prelado no que tange os assuntos discutidos nas aulas conciliares; *ARQPeJPV*: reúne diversas anotações feitas pelo, então, seminarista padre José Paulo Vieira (1955-2009), quando morou com o bispo emérito de Campos por cinco anos na rua Riachuelo. Além das anotações pessoais, nesse arquivo há algumas transcrições de programas de rádio feitos pelo bispo durante as décadas de 1960 e 1970 na rádio continental.

ARQBioPlinio e *MemoPlinioCVII*: contêm as memórias do leigo católico, narradas em diversas conferências transcritas por membros tefepistas, nas quais, o líder católico falava sobre os vários eventos de sua vida, nos quais descreve a militância conjunta com Castro Mayer, a fundação do CIP e a participação do bispo durante o concílio.

ARQDioCampos: constituído pelo acervo encontrado nos arquivos da Cúria diocesana de Campos e pelos livros de tombos encontrados em cinco paróquias da diocese⁴⁸. No acervo da Cúria foram encontradas questões do cotidiano de Castro Mayer entre 1948 até a década de 1970. Todavia, há pouco vestígios históricos sobre a intransigência tradicionalista e a crise diocesana. A contribuição diocesana mais rica está nos livros de tombo das paróquias pesquisadas oferecem um material mais interessante sobre a questão do tradicionalismo, porque contêm mais detalhes sobre transição episcopal em 1981 e o cisma do ponto de vista conciliar. Assim como as colunas *A Voz do Pastor*, que foram escritas por Dom Carlos Alberto Navarro ao longo de anos nos jornais de Campos, demonstram o ponto de vista de conciliar sobre o cisma na diocese.

ARQÉcône: cartas trocadas entre o bispo Dom Antônio de Castro Mayer e o arcebispo Marcel Lefebvre e estão guardadas nos arquivos do seminário de Écône (ARQÉcône). Este material é rico e oferece informações inéditas contidas entre 1968, quando surgiram os primeiros problemas em Campos, e 1988, ano das sagrações episcopais. Através delas, foi possível analisar a perspectiva de Castro Mayer à luz de correspondências privadas, que

⁴⁷ Por decisão do Papa Paulo VI, logo após o término do Concílio, iniciou-se a publicação das *Acta Synodalia Sacrosancti Concilii Oecumenici Vaticani II* (1962-1965), *cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, Typis Polyglottis Vaticanis*, tendo saído entre 1970 e 1971, os quatro tomos relativos à primeira sessão conciliar de 1962 (*Volumen I: Periodus Prima*); entre 1971 e 1973, os seis tomos referentes à segunda sessão conciliar de 1963 (*Volumen II: Periodus secunda*); entre 1973 e 1976, os oito tomos da terceira sessão conciliar de 1964 (*Volumen III: Periodus Tertia*); entre 1976 e 1978, os sete tomos da quarta sessão conciliar de 1965 (*Volumen IV: Periodus quarta*); entre 1989 e 1991, os três tomos de processos verbais do Conselho de Presidência, do Secretariado do Concílio para os Negócios Extraordinários, da Comissão de Coordenação dos Trabalhos Conciliares e dos Moderadores (*Volumen V: Processus Verbales*). Começaram a sair, em 1996, as Atas da Secretaria Geral: *Volumen VI: Acta Secretariae Generalis. Pars I: Periodus Prima*, MCMLXII. Entre 1996 e 1999 haviam sido publicados quatro tomos: *Acta Synodalia VI – Acta Secretariae Generalis, Pars I – IV* (Beozzo, 2001, p. 11).

⁴⁸ São José do Avahy, São Benedito, Nossa Senhora do Rosário de Fátima, Senhor Bom Jesus e Nossa Senhora do Rosário.

esclarecem suas posições sobre o Concílio Vaticano II e a situação da Igreja. Essas posições, são restritas aos círculos fechados, e agora, se tornarão públicas, por meio de citações diretas e indiretas.

ARQTRAD: Trata-se da reunião de um vasto arquivo que antes estava disperso pela diocese, composto por panfletos, áudios, cartas e outros documentos. O recorte temporal abrange as décadas de 1970, 1980 e 1990, período marcado pela crise diocesana em Campos.

Esses registros evidenciam a ruptura institucional sob a perspectiva do clero e do laicato tradicionalistas, que se mobilizaram contra o bispo Dom Carlos Alberto Navarro e contra o Concílio Vaticano II. O acervo foi reunido ao longo de anos de pesquisa, possível graças à colaboração de diversas pessoas que solicitaram anonimato, devido à natureza sensível e conflituosa do material. A análise desses arquivos oferece uma contribuição iniciada às pesquisas sobre o Concílio Vaticano II, aprofundando o entendimento das divisões internas da Igreja nesse período. Esses documentos fazem parte do arquivo particular do autor.

ARQSigaud: o acervo contém detalhes sobre a relação entre Dom Antônio de Castro Mayer e Dom Geraldo de Proença Sigaud, explicando as razões da ruptura entre o bispo de Campos e o arcebispo de Diamantina. Além disso, ele revelou a mobilização do Coetus Internationalis Patrum (CIP) em relação à petição para a Consagração da Rússia ao Imaculado Coração de Maria durante o Concílio Vaticano II.

ARQSNI: Os relatórios produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), extraídos do site do Arquivo Nacional, demonstram como o bispado de Campos era bem-visto pelo regime militar, em função do seu conservadorismo. Esses documentos explicam as razões dessa boa relação e revelam o monitoramento dos grupos religiosos brasileiros pelo governo federal nas décadas de 1970 e 1980.

ARQDossiêTFP, *ARQRuptura* e *ARQTFP*: contêm registros que explicam o processo de ruptura entre Castro Mayer e Plínio de Oliveira, a ruptura interna que aconteceu na TFP devido à morte de Plínio de Oliveira, os primeiros contatos dos quatro padres tefepistas⁴⁹ com a mitra diocesana de Campos, as restrições do bispo diocesano Dom João Corso (1928-2014) em relação esses sacerdotes e o processo retorno destes, que foram os primeiros tradicionalistas a retornarem à plena comunhão com o bispado de Campos.

E, por fim, o *ARQADM*, que constitui um acervo documental, presente em todas as paróquias da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney que explica a regularização da União Sacerdotal São João Maria Vianney à comunhão com a Santa Sé,

⁴⁹ David Francisquini, Antônio Paula da Silva, Gervásio Gobato e José Olavo Pires Trindade (1940-2024).

através da criação da Administração Apostólica em janeiro de 2002. Esses documentos fazem parte do arquivo particular do autor.

O objetivo de reunir, cruzar as fontes históricas documentais e analisar estes é demonstrar as diferentes etapas de vida do bispo de Campos, a fim de explicar toda a sua trajetória: desde o seu contexto familiar até a sua morte. Este procedimento longo foi necessário porque há poucos trabalhos publicados sobre Castro Mayer e os padres tradicionalistas de Campos.

Outro ponto de dificuldade para reunir as fontes históricas foi a resistência da Administração Apostólica e dos padres diocesanos de Campos, pois, as duas linhas clericais preferem manter a crise diocesana no passado, devido à readmissão dos tradicionalistas no seio da Igreja, e uma pesquisa histórica sobre este tema delicado pode representar um constrangimento. Por isso, acessar às fontes históricas requereu muito diálogo.

Pelo bem da pesquisa acadêmica e pela memória de Castro Mayer, diferente de Campos dos Goytacazes, a FSSPX abriu seus arquivos generosamente e pediu, somente, que os documentos não fossem publicados integralmente. Apesar da resistência da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney em fornecer material para com este trabalho, ela prestou ajuda importante: a liberação das cartas de ruptura entre Plínio de Oliveira e Castro Mayer. Entretanto, assim como a FSSPX, houve o pedido de que os documentos fossem citados indiretamente. As exigências da FSSPX e da Administração Apostólica foram atendidas nesta pesquisa.

Outra fonte histórica fundamental foram as cartas pastorais escritas por Castro Mayer, que demonstram o modelo eclesiológico praticado pelo bispado de Campos ao longo das três décadas em que esteve à frente da diocese. Para tal, foram analisadas, no contexto histórico vivido pelo bispo e pela Igreja, a fim de relacionar o Magistério da Igreja e a visão de mundo do bispo de Campos no processo de reformas que aconteceu no Concílio Vaticano II.

Na esteira das cartas pastorais, houve outras publicações fundamentais que demonstram as crenças de Castro Mayer e a coesão tradicionalista em Campos: o mensário *Catholicismo*, dois livros biográficos sobre Castro Mayer publicado pelos padres de Campos em 1973⁵⁰, por ocasião do seu jubileu de prata episcopal, e outro publicado em 1988⁵¹, por ocasião dos seus quarenta anos de episcopado, num momento em que a crise diocesana estava no auge. De igual maneira, os artigos escritos pelo bispo de Campos no jornal *Monitor Campista*, e compilados

⁵⁰ Padres de Campos. *Dom Antônio de Castro Mayer: jubileu episcopal*. São Paulo. Editora Vera Cruz, 1973.

⁵¹ Padres de Campos. *Dom Antônio de Castro Mayer: 1848-1988. Quarenta Anos de Episcopado*. Itaperuna: Damadá, 1988.

na obra *O pensamento de Dom Antônio de Castro Mayer*, elucidam a concepção anticonciliar do bispo de Campos⁵².

Corroborando a riqueza de fontes históricas analisadas, os artigos publicados pelo padre Fernando Rifan, ao longo de anos de crise conciliar, elucidam o *modus operandi* e o conjunto de crença dos tradicionalistas de Campos mediante um livro que serviu um elemento norteador do clero e do laicato na resistência anticonciliar na diocese. Por isso, a análise dessas obras dos padres tradicionalistas de Campos é fundamental, Além dos diversos folhetos assinados pelo clero e pelo laicato, que não tem editoras e foram distribuídos para os fiéis.⁵³

A organização destas obras e fontes é necessária, porque elas são registros necessários para a compreensão e demonstração da realidade eclesiológica de Campos, uma vez que os estudos sobre o conservadorismo católico no Brasil ainda está se cristalizando, diferentemente do que acontece em relação ao Marcel Lefebvre⁵⁴.

Esta tese busca se somar a outras obras relevantes, como a tese *Os arquitetos do paraíso: estudo de um conflito religioso*⁵⁵ escrita pela professora antropóloga Zélia Seiblitiz; o livro *A boca do leão*⁵⁶ do escritor norte-americano David Allen White; a tese *Os baluartes da Tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II*⁵⁷ escrita por Rodrigo Coppe Caldeira; alguns livros de Philippe Roy-Lysencourt, de maneira destacada a sua tese⁵⁸ e outras publicações sobre o grupo fundado por Castro Mayer no concílio⁵⁹.

⁵² Mayer, Antônio de Castro. *O pensamento de Dom Antônio de Castro Mayer: artigos selecionados: 1972-1989*. Niterói: Permanência, 2021.

⁵³ Rifan, Fernando Arêas. *Quer agrade, quer desagrade*. Campos dos Goytacazes: Gráfica Lobo, 1999. Padres de Campos. *A missa nova: um caso de consciência. Compilado sob a responsabilidade dos padres tradicionalistas da diocese de Campos*. São Paulo: Artpress, 1982. União Sacerdotal São João Maria Vianney. *Católicos apostólicos romanos: Nossa posição, na atual situação da Igreja*. Campos dos Goytacazes: Gráfica Lobo, 1982. União Sacerdotal São João Maria Vianney. *Missa nova ou missa tradicional: uma questão de fé*. Campos dos Goytacazes: Gráfica lobo. Além dos diversos folhetos assinados pelos padres de Campos, que não tem editoras e foram distribuídos para os fiéis.

⁵⁴ Sobre Marcel Lefebvre e sua atuação no Concílio e no pós-Concílio cf. Chalet 1977; Congar, 1976; Perrin, 1991; Perrin, 1995. Vários de seus escritos são encontrados em Lefebvre 1995. Todas as suas intervenções encontram-se em: Lefebvre, 1976. Também sobre o “caso Lefebvre”: Anzeviu, 1976; Fraternité Saint Pie X 1976. Cf. também o capítulo XIII (p. 266-281) – *Un Pape déchiré, un archevêche tranquille: Paul VI et Mgr Lefebvre* – de Poutlat 1980.

⁵⁵ Seiblitiz, Zélia Milanes Rossio. 1992. *Os arquitetos do paraíso: um estudo de um conflito religioso*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁵⁶ White, David Allen. 1993. *The mouth of the Lion: Bishop Antônio de Castro Mayer & the last catholic diocese*. Kansas: Angelus Press.

⁵⁷ Caldeira, Rodrigo Coppe. *Os baluartes da Tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II*. Curitiba: Editora CRV, 2013.

⁵⁸ Roy-Lysencourt. 2011. *Le Coetus Internationalis Patrum, Un groupe d’opposants au sein du concile Vatican II*. Thèse de Doctorat. Québec: Université Laval. Lyon 3: Faculté des Lettres & Civilisations de L’Unisé Jean-Moulin.

⁵⁹ Roy-Lysencourt, Philippe. *O Coetus Internationalis Patrum no Concílio Vaticano II: apresentação e resultados de uma pesquisa*. *Horizonte* nº 38: 1051-1079, 2015.

Seiblit (1992) trabalhou antropológicamente o conflito na diocese de Campos a partir de 1981, quando a crise diocesana foi deflagrada. A autora verificou a capacidade de mobilização humana por suas crenças religiosas no interior do estado do Rio de Janeiro e trouxe informações valiosas para o entendimento da crise conciliar na Igreja de Campos. Todavia, Seiblit não abordou a biografia de Castro Mayer. A pesquisa focou na transição do governo do bispado e na crise diocesana, com ênfase na última década de vida de Dom Antônio de Castro Mayer.

White (1993) retratou a biografia de Castro Mayer com muitas informações relevantes, todavia, a metodologia utilizada pelo autor foi comprometida por sua paixão religiosa, causando imprecisões em determinadas partes da obra. O escritor estadunidense participava integralmente do ponto de vista religioso do bispo emérito de Campos e, por isso, retratou a crise diocesana pela ótica religiosa tradicionalista. Em decorrência da similaridade de crenças religiosas, White misturou realidade histórica e a devoção religiosa, porque conferiu ao bispo de Campos um lugar de figura santificada, devido ao combate ao Vaticano II. A obra é importante, mas precisa ser lida com critério para um bom entendimento.

A tese de Zanotto (2007) foi um referencial acadêmico importante, ao oferecer um estudo aprofundado sobre a doutrina e a vivência dos membros da TFP (Tradição, Família e Propriedade) no Brasil, no período de 1960 a 1995. Esses anos aprenderam à fundação da associação em São Paulo e ao falecimento de seu fundador, Plínio Corrêa de Oliveira, em outubro de 1995. Zanotto responde a questões essenciais sobre Plínio de Oliveira e a TFP, que influenciaram diretamente a biografia de Dom Antônio de Castro Mayer.

Caldeira (2013) escreveu uma obra de referência para a pesquisa histórica sobre o tradicionalismo católico no Brasil. Ele explicou conceitos fundamentais como o Modernismo, o Ultramontanismo e o tradicionalismo católico, tendo em vista a luta antimoderna travada por Castro Mayer, Proença Sigaud e a TFP nas sessões conciliares. Trata-se de uma referência importante para esta pesquisa devido à riqueza de informações sobre Castro Mayer enquanto membro ativo do *Coetus Internationalis Patrum*. Todavia, Caldeira fez seu recorte histórico que elucidou a dinâmica das sessões conciliares e, por isso, a biografia de Castro Mayer não foi toda contemplada nesta obra.

Philippe Roy-Lysencourt escreveu diversos artigos e livros sobre o *Coetus Internationalis Patrum*⁶⁰, entre os quais, alguns foram utilizados nesta tese. Por isso, este pesquisador é visto como um dos principais nomes da pesquisa a respeito de conservadorismo

⁶⁰ (Roy-Lysencourt, 2011); (Roy-Lysencourt, 2014), (Roy-Lysencourt, 2015), (Roy-Lysencourt 2019).

católico no mundo. Entretanto, assim como Caldeira, ele não tem Castro Mayer como seu principal objeto de análise. O bispo de Campos é mais um elemento que constitui sua pesquisa.

A pequena quantidade de autores citados chama a atenção para um dado relevante, sendo a dificuldade de se abordar a trajetória dos grupos conservadores na história contemporânea da Igreja, haja vista que ainda há poucos autores que escreveram sobre *Coetus Internationalis Patrum*, sobre o tradicionalismo católico, sobre os agentes antimodernos na Igreja etc. e, além das narrativas históricas.

Então, para dar prosseguimento a este empreendimento desafiador, a linha teórica escolhida para esta pesquisa caminha à luz da história das religiões e religiosidades, cujo método descritivo e analítico explora a pesquisa bibliográfica e documental que se baseia em documentos originais, como cartas, diários, fotografias, registros oficiais, jornais etc. Este material oferece uma boa descrição do que foi a crise diocesana de Campos e demonstra a fundamentação ideológica contida no discurso de Antônio de Castro Mayer. Para tal, foi utilizado como recurso metodológico uma literatura relevante sobre o tema e a análise e cruzamento de fontes primárias, no intuito de verificar o conteúdo encontrado nos registros encontrados, cuja finalidade é compreender e explicar as fases biográficas de Castro Mayer, enquanto suposto prelado intransigente, que, na condição de bispo diocesano, teria patrocinado a ereção de uma estrutura eclesial de resistência ao Vaticano II, por meio da mobilização do clero e do laicato, que teriam atuado como agentes de uma prática religiosa, que contou como o proselitismo religioso, na prática da disciplina clerical e pela normatização dos ritos enquanto signos de uma identidade religiosa (Hermann, 1997, p. 489).

Este trabalho não prescinde do método qualitativo, haja vista a dimensão subjetiva da pesquisa que demonstra as singularidades de Castro Mayer, que estão presentes no legado deixado na história diocesana. Este legado ficou conhecido popular e academicamente pelo conceito de tradicionalismo, que representa a recusa às reformas conciliares. Por isso, o conjunto de valores de personagem histórico também tem a sua relevância metodológica na pesquisa acadêmica (Engler; Stausberg, 2013, p. 65).

No campo de estudos sobre histórias eclesiásticas, alguns trabalhos caracterizaram-se por tentar contar a história das chamadas “grandes religiões”, inventariando suas crenças, rituais etc., numa abordagem que privilegia a busca das origens da evolução histórica, observada, geralmente, por seu desdobramento linear e cronológico (Hermann, 1997, p. 487). No intuito de explicar as crenças e preferências ritualísticas de Castro Mayer, é utilizado como marco histórico os concílios de Trento e Vaticano I, em função da proeminência que estes dois eventos

católicos tiveram no depositário de crenças do bispo de Campos e no discurso anticonciliar que protagonizou a crise diocesana.

Caracterizada como “múltipla, densa e intrigante, a teia que liga as diversas religiões às diferentes e possíveis formas de religiosidades tem demonstrado ser um campo fértil para continuadas reflexões teórico-metodológicas e futuras investigações historiográficas.” (Hermann, 1997, p. 352). Por isso, ela foi utilizada nesta pesquisa. Este campo teórico ajuda na compreensão dos aspectos e da originalidade do tradicionalismo católico em Campos, cuja forma de mobilização deixou marcas indeléveis no tempo e no espaço.

Tendo em vista a utilização cartas como fonte histórica, surge a inevitável pergunta: o que as cartas nos dizem? Entende-se que cabe ao historiador decidir o que irá buscar nessas cartas, fazendo delas, fontes ou objeto da História e da cultura. Outrossim, é fundamental definir quais são as questões a serem colocadas diante dessas fontes históricas primárias, para que nos fale algo. Por isso, não se prescindiu das perguntas: quem, quando, onde, como e por que uma carta é escrita? (Malatian, 2009, p. 204).

As cartas escritas por Castro Mayer, Lefebvre e por outros personagens neste trabalho e utilizados como fontes históricas, foram cruzadas com outros documentos para alcançar uma percepção nuançada de seus objetivos, conteúdos e implicações, além de um maior conhecimento do personagem estudado.

Enquanto metodologia de pesquisa, é necessário haver a identificação, com precisão, do conteúdo escrito e, para isso, em um primeiro momento, foi estabelecido o contexto histórico do documento, não apenas definindo as relações entre o conteúdo e a época em que as cartas foram escritas.

A abordagem de história das religiões e religiosidades consolida-se como uma vertente de conhecimento capaz de alicerçar a reflexão sobre diversas temáticas sociais, instrumentalizada pela pesquisa na verificação, e até possíveis desconstruções, de visões midiáticas sobre questões contemporâneas que permitem uma visão processual dos fenômenos culturais e religiosos. E indo além, é possível lançar luz nas construções de uma abordagem mais tolerante das dinâmicas sociais e da identificação de qual “lugar” o indivíduo cria e recria as suas percepções sociais (Lia, 2012, p. 2012).

Dentro dessa reflexão, destaca-se que esta escassez se deve ao fato de que a história do conservadorismo católico pode ser perfeitamente apresentada como a história dos vencidos e que, por ser a história dos perdedores, por anos, esse ponto de vista não foi apresentado. E essa contraposição de adjetivos antagônicos, vencidos e vencedores, perdedores e ganhadores, representa a luta ideológica entre diferentes correntes que batalham pelo poder na Igreja,

acarretando pontos de tensões eclesiais que deixaram marcas indeléveis na memória religiosa dos diocesanos de Campos.

As pesquisas feitas sobre o Concílio Vaticano II apontam que ele desencadeou um vasto campo repleto de tensões, sedimentados por posturas acaloradas e passionais que requereram um bom recuo histórico temporal, a fim de que a escrita e a pesquisa acadêmicas passassem pela maturação cuja finalidade é o equilíbrio do espírito acadêmico das Ciências da Religião.

A análise histórica não é uma prática espontânea. Os caminhos que se percorrem de uma área ao tema e deste ao objeto de estudo pressupõe leitura e domínio de bibliografia específica, o que é feito mobilizando-se estratégias e métodos que permitem a proposição de questões precisas. Em outras palavras, a escrita da História impõe rigor, tanto que é o enredo que distingue a produção do historiador daquela do jornalista, ambos podem abordar a mesma questão, mas o distanciamento fica por conta dos procedimentos adotados (Le Goff, 1990, p. 49).

Por isso, é inserido neste trabalho a bibliografia específica concernente ao concílio e as poucas obras que narram a história da linha tradicionalista no século XX. O resultado é a elaboração de um texto estruturado cronologicamente, diretamente relacionado aos temas próprios da história de um prelado antimoderno, que militou contra o pensamento reformista presente no pensamento ocidental e nas correntes mais progressistas do catolicismo no século XX.

O trabalho é estruturado em duas partes: a primeira, contendo dois capítulos, aborda a biografia de Castro Mayer (1904-1991) e sua atuação antes e durante o Vaticano II, (1959-1965). A segunda parte, igualmente com dois capítulos, aborda o pós-concílio em Campos desde os primeiros anos do processo de recepção, a partir de 1966, até a resolução da crise diocesana pela Santa Sé, através da criação da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney em 2002.

No capítulo I – A formação de um futuro príncipe da Igreja – é explicada a formação de Castro Mayer: as disciplinas que estudou em São Paulo, inserido no contexto da Igreja da primeira metade do século XX e o perfil da Universidade Gregoriana, na qual graduou-se e doutorou-se em Teologia. Também é explicada a parceria antirrevolucionária e anticomunista estabelecida com Plínio de Oliveira, que incidiu diretamente no sacerdócio e no episcopado, bem como os interesses de Plínio de Oliveira em relação às benesses oferecidas pelo amigo bispo.

No capítulo II – Castro Mayer no Concílio Vaticano II (1959-1965) – é abordada a participação de Castro Mayer no concílio, desde a consulta do cardeal Domenico Tardini (1888-

1961)⁶¹, em 1959 - pela qual Castro Mayer já expõe suas críticas ao mundo moderno e a devoção mariana como remédio eficaz para restaurar a sociedade da atuação antimoderna da Igreja⁶² – até a sua participação conciliar como um dos fundadores do *Coetus Internationalis Patrum* e sua postura conservadora combativa às ideias reformistas que caracterizaram o Vaticano II.

No capítulo III – O bispado em Campos no pós-concílio e a recepção ao Concílio – é explicado o processo de recepção ao concílio em Campos, a partir de 1966, quando Castro Mayer apresentou nuances de recepcionar o Vaticano II alinhado com a hermenêutica dos concílios de Trento e Vaticano I, passando por toda a década de 1970, quando o bispado de Campos se mostrou resoluto na luta pela resistência conciliar e pela recusa ao missal de 1969. De igual maneira é retratado o processo pelo qual Castro Mayer adentrou nos anos de isolamento eclesial com a Igreja Universal. Para tal, organizou em torno de si uma rede de sociabilidade tradicionalista constituída pelo arcebispo Lefebvre, pelos padres tradicionalistas de Campos e pela TFP, até 1982, quando acontece a ruptura com Plínio de Oliveira.

No capítulo VI – A crise diocesana e a resolução pela Igreja - é apresentada desde a chegada de Dom Carlos Alberto Navarro, a transição na diocese, alguns números sobre a realidade diocesana, o agravamento da crise conciliar, a exoneração dos padres, a divisão no clero e no laicato entre a linha conciliar e a linha tradicionalista, as sagrações de Écône, a excomunhão em 1988, a sagração de Dom Licínio Rangel e a reconciliação diocesana, quando foi criada a Administração Apostólica São João Maria Vianney em 2002, após 20 anos de divisão diocesana.

A conexão dos quatro capítulos pretende demonstrar cronologicamente as diferentes fases da biografia de Castro Mayer e a fim de destacar o legado religioso caracterizado pela intransigência, pela devoção mariana, pela militância anticomunista e pela formação antimoderna que fizeram de Campos dos Goytacazes e do trabalho pastoral do seu bispo diocesano uma realidade singular no mundo. Após essa análise histórica, o trabalho será finalizado com a conclusão, seguida das referências bibliográficas.

⁶¹ Cardeal italiano e membro da Cúria Romana. Ordenado padre em 1912, nomeado bispo e cardeal Secretário de Estado em 1958 por Pio XII (Mattei, 2013, p. 96).

⁶² Roy-Lysencourt, Philippe. *Les vota préconciliaires des dirigeants du Coetus Internationalis Patrum*. Strasbourg: Institut d'Étude du christianisme, 2015.

1 A FORMAÇÃO DE UM FUTURO PRÍNCIPE DA IGREJA

O primeiro capítulo da pesquisa tem por objetivo apresentar a biografia de Dom Antônio de Castro Mayer, cuja finalidade é demonstrar sua atuação conservadora no catolicismo romano no século XX. Para tanto, serão abordados elementos que explicarão a sua compreensão de mundo, considerando a trajetória pessoal que perpassa a realidade familiar na cidade de São Paulo, na década de 1910, e a sua formação acadêmica, enquanto seminarista da arquidiocese de São Paulo e aluno da Universidade Gregoriana de Roma, na década de 1920, vida presbiteral e os anos do episcopado em Campos. À vista disso, conhecer o contexto no qual esteve inserido é fundamental, uma vez que os acontecimentos históricos que cercam a sua vida incidirão diretamente na sua atuação pastoral e nas crenças que o nortearam enquanto clérigo integrista⁶³ em São Paulo e em Campos.

Partindo da premissa que o século XX foi palco de grandes tensões políticas, culturais, sociais e econômicas no Brasil e no mundo, é evidente que essas tensões também tiveram eco na Igreja. Portanto, o primeiro capítulo versa sobre a figura de Castro Mayer diante destas tensões, apresentando as ideologias⁶⁴ que o influenciaram. Por isso, além da sua formação acadêmica e do contexto eclesiológico brasileiro do século XX, é importante discorrer sobre a militância conjunta estabelecida entre Castro Mayer e Plínio de Oliveira, cujo pano de fundo milita na contrarrevolução e na luta anticomunista.

Além da formação católica e acadêmica e da relação com Plínio de Oliveira, é necessário explicar o contexto histórico do século XX, que trouxe consigo filosofias dos séculos XVIII e XIX, será explicado para que o conceito de contrarrevolução tenha sentido no desenvolvimento do capítulo, afinal o pensamento liberal surgido no século XVIII, as ideias comunistas, no século XIX, que foram condenados por diferentes papas, e o conceito de Modernismo, atribuído aos papas dos séculos XIX e XX, foram os pilares que nortearam a vida de Castro Mayer.

Por isso, o primeiro capítulo pretende explicar sua história de vida, a fim de compreender a formação do conjunto de crenças que orientou a prática pastoral do bispo de Campos.

⁶³ Corrente doutrinária do catolicismo que prima pela luta contra o mal que há cinco séculos destrói a Cristandade a Revolução, pela defesa incondicional e absoluta ao papado, e pelo estímulo a uma intervenção política ativa dos católicos nas instituições visando cristianizá-las. (Zanotto, 2007, p. 4). POULAT, Emile. *Intégrisme*. In: *Encyclopaedia Universalis*. Vol. 9. Paris: *Encyclopaedia Universalis*, 1985. p. 1246-1249.

⁶⁴ Associação de representações e ideias que um determinado grupo social produz a respeito do seu meio envolvente e da sua função nesse meio (Eagleton, 2019, p. 38).

1.1 Família, formação escolar e acadêmica no Brasil

A vida de Antônio de Castro Mayer confunde-se com a história do século XX. Ele viveu por 87 anos num século de grandes transformações e repleto de tensões. Hobsbawm (1995) refere-se a esse século como o “breve Século”, 1914-1991⁶⁵. Todavia, apesar do recorte temporal mais curto feito pelo historiador britânico, é possível constatar que o século XX foi intenso, haja vista o desenvolvimento tecnológico e contraposição entre ideologias distintas que disputaram a hegemonia mundial. E foi neste período histórico e conturbado que a vida de Castro Mayer se passou, revelando uma biografia singular, marcada por eventos relevantes, que marcaram a história do catolicismo romano no Brasil.

Ao pesquisar a biografia do bispo, constata-se um prelado que esteve diretamente ligado aos problemas de um clérigo do século XX, com uma concepção de mundo antimoderna, conforme as suas cartas pastorais demonstram (Mayer, 1971). Além das cartas pastorais, existem os documentos circulares na diocese de Campos que evidenciam a formação que o clero e os fiéis diocesanos receberam do bispo bispo, que trabalhou para blindar o catolicismo campista do conjunto de reformas e ideologias progressistas e contra a secularização, vista por ele como “um elemento nocivo à fé, que visa destruir a Igreja.” (ARQTRAD, 10/10/1981)⁶⁶. O conceito de secularização apresentado neste trabalho é entendido como “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos.” (Berger 1985, p. 39). O autor advoga, ainda, que secularização refere-se ao processo em que a religião perde sua influência sobre diversos aspectos da vida pública e privada, especialmente nas sociedades ocidentais modernas. Isso ocorre através de mudanças nas crenças, valores e práticas sociais, bem como pela separação entre instituições religiosas e o Estado.

As pesquisas demonstram que Castro Mayer, ao longo de sua vida, condenou os elementos que foram condenados pelo Ultramontanismo e de igual maneira, defendeu os mesmos ideias. Haja vista que seu discurso religioso foi construído e solidificou-se, essencialmente, seguindo a proposição escolástica na qual a ordem determinada anteriormente por Deus estabelecia todas as coisas no seu devido lugar, tentava se sustentar frente às novas demandas sociais e

⁶⁵ A primeira guerra mundial começou em 28 de julho de 1914 e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se deu em 26 de dezembro de 1991. São estes eventos, acontecidos no início e no final do século XX que são tomados pelo historiador como marcos temporais que delimitam o século XX (Hobsbawm, 1995, p. 13).

⁶⁶ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

intelectuais desfiladas desde a época da Reforma (Caldeira, 2005, p. 24). Por isso é necessário discorrer sobre a vida desse prelado católico a fim de relacionar sua formação ao discurso adotado na prática pastoral.

Filho do pedreiro bávaro Johannes Mayer e da camponesa Francisca de Castro Mayer, que se casaram em Campinas, na igreja de Nossa Senhora do Rosário, no dia 08 de junho de 1888, Antônio nasceu em 20 de junho de 1904. De família católica e numerosa, teve 11 irmãos, dentre os quais duas irmãs se tornaram freiras, uma dominicana e outra conceitualista. Um dos sobrinhos de Castro Mayer também se tornou padre da arquidiocese de São Paulo, o cônego José Mayer Paine (1921-2018), tendo sido pároco da paróquia Santa Generosa, no bairro Paraíso, por 62 anos.

A migração de Johannes Mayer para o Brasil tem relação com o processo de transformações sociais ocorridas no país, haja vista que em 1888 aconteceu a abolição da escravidão negra que contava com 750 mil escravos que se tornaram livres (Caldeira, 2017, p. 359). Então, diante da demanda econômica, o Brasil recebeu, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, cerca de 3,8 milhões de imigrantes, oriundos da Ásia e Europa, para trabalharem na agricultura e nas fábricas de uma indústria nascente em âmbito nacional (Fausto, 2011). Foi nesse contexto, de fluxo migratório oriundo da Europa, que Johannes Mayer chegou ao Brasil para construir a sua vida profissional e casou-se com a camponesa Francisca de Castro Mayer, em Campinas.

Johannes Mayer não tinha nenhuma formação acadêmica, era um trabalhador imigrante de origem humilde que iniciou seu trabalho no campo, onde conheceu sua esposa. Depois estabilizou-se na profissão de pedreiro numa cidade que passava pelo processo de urbanização, caracterizada por uma sequência de planos e obras de saneamento, modificando e modernizando o desenho da cidade de Campinas com a construção de avenidas perimetrais, alargamento de ruas no centro, canalização de córregos e, pela primeira vez desde a criação do rossio, sua transposição (Santos, 2013, p. 30).

Francisca de Castro habitava na zona rural, cujas terras públicas e propriedades rurais mais próximas do centro urbano começaram a ser loteadas, o que gerou uma consistente elevação no preço dos imóveis. Quando ela contraiu o casamento com Johannes, a família se mudou para a zona urbana de Campinas (White, 1993, p. 98).

Após alguns anos em Campinas, desejosos de melhores oportunidades financeiras, a família mudou-se de Campinas para a cidade de São Paulo em 1909, onde Antônio cursou o Grupo Escolar do Pari, entre 1911 e 1916. Em 1910, quando Castro Mayer tinha 6 anos, seu pai faleceu. A partir desse fato, trabalhou para auxiliar sua mãe no sustento da família. Referindo-

se a figura paterna, dizia: “de meu pai recebi o maior tesouro: a fé” (White, 1993). Aos 8 anos de idade, dois anos após o falecimento de seu pai, em 8 de dezembro de 1912, o jovem Antônio realizou sua primeira comunhão. O sacramento foi ministrado pelo cônego Manoel Meireles Freire (1881-1948), o primeiro pároco da igreja de São João Batista do Brás (ARQTRAD, 08/12/1912)⁶⁷.

Com a idade de 12 anos, em 16 de fevereiro de 1916, entrou para o seminário menor de Bom Jesus de Pirapora, dirigido pelos padres Premonstratenses. Entre 1922 e 1924, o seminarista Antônio estudou no seminário maior da arquidiocese de São Paulo, no bairro da Luz, onde fez o curso de Filosofia, tendo estudado as seguintes disciplinas: Filosofia Universal, Matemática, Física e Química, História da Filosofia, Língua Grega, Literatura e História do Brasil, sempre se destacando pela capacidade intelectual, conforme aponta seu reitor, o padre Alberto Teixeira Pequeno (+ 1943), que escreveu para Roma em busca de uma vaga de estudos para o jovem seminarista (ARQPioLat, 02/10/1924)⁶⁸.

Nesse momento da História, o Brasil vivia seus primeiros anos como país republicano, após décadas de monarquia imperial (1822-1889). O regime político em vigor no Brasil de 1904, ano do nascimento de Castro Mayer, era a república oligárquica, regida pelos grandes proprietários de terra (Fausto, 2011, p. 146).

A Constituição que regia a Primeira República no Brasil tinha como principais características: república federativa liberal, com sistema presidencialista de governo; divisão dos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, extinguindo assim o poder moderador que vigorou no Império; fim do voto censitário ou por renda, em que todos os cidadãos seriam considerados aptos como eleitores, exceto os analfabetos, os mendigos, os soldados e os membros de ordens religiosas que eram impedidos de votar; separação entre Estado e Igreja, ou seja, fim do Padroado Régio⁶⁹ (Aquino, 2012, p. 146).

Nota-se que as mudanças substanciais na transição do regime monárquico para o regime republicano foram fortemente influenciadas pelo Positivismo (Carvalho, 1990, p. 120), que se tornou um referencial intelectual na virada do século XIX para o XX. As alterações políticas trazidas pela Constituição de 1891, que separou Estado e Igreja, evidenciam o processo de secularização que começou no Brasil do século XIX, que fora alvo contínuo das críticas de

⁶⁷ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Documento da primeira comunhão de Antônio de Castro Mayer*, São Paulo, 1912.

⁶⁸ *Grade curricular do curso de Filosofia da arquidiocese de São Paulo atestado pelo Reitor padre Alberto Pequeno em 02 out. 1924*, Roma, Arquivo do Seminário Pio Latino.

⁶⁹ O Padroado é um mecanismo jurídico que permitiu, ao longo da história, reis e governantes se envolverem mais diretamente em assuntos da hierarquia da Igreja Católica. É um sistema muito conhecido a partir do período de colonização portuguesa (Aquino, 2013, p. 1487).

Castro Mayer em suas cartas pastorais, haja vista que defendeu que o Estado deveria confessar publicamente a fé católica e promover a sua doutrina (Mayer, 1971, p. 95).

Diante das transformações ocorridas no Brasil no final do século XIX, constata-se que, entre 1890 e 1916, a Igreja teve por preocupação a consolidação de reformas internas, o que propiciou o espaço necessário para a romanização do clero católico, que fortaleceu o controle do papado sobre a Igreja no Brasil durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX (Aquino, 2012, p.1485)⁷⁰. Por isso, o jovem seminarista Castro Mayer desenvolveu em sua formação uma grande devoção à autoridade monárquica exercida pelo papado.

A romanização católica no Brasil foi um movimento de uniformização e centralização da prática religiosa, iniciado especialmente no final do século XIX. Esse processo buscou alinhar a Igreja brasileira às normas e diretrizes do Vaticano, fortalecendo a autoridade papal e promovendo o uso de práticas e ritos romanos em vez das práticas locais, que muitas vezes foram influenciadas pelas tradições populares (Hoornaert, 1991, p. 64)

Entre as principais medidas incluíram o fortalecimento da disciplina clerical, a formação de novos seminários, e a chegada de ordens religiosas europeias, como os Redentoristas, Claretianos, Maristas Salesianos e Lazaristas, além das ordens que já havia no país, desde o século XVI. O processo buscava também eliminar práticas religiosas sincréticas, comuns em várias regiões do Brasil, e afirmar uma identidade católica mais ortodoxa, atualizando tradições. Esse movimento intensificou-se em resposta ao crescimento do protestantismo e à influência do liberalismo na política brasileira, especialmente após a Proclamação da República. Num contexto de crescente separação entre Igreja e Estado, a romanização foi um esforço para consolidar a autoridade e a coesão interna (Lenharo, 1986).

Para consolidar a influência social da Igreja, alguns integrantes do clero promoveram a presença eclesiástica mais sólida na sociedade, antecipando o período da neocristandade ⁷¹, que

⁷⁰ AQUINO, M. DE. O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação (*The concept of Romanization of Brazilian Catholicism and the historical approach of the Liberation Theology*) - DOI: 10.5752/P.2175-5841.2013v11, n32, p1485. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 11, n. 32, p. 1485-1505, 15 dez. 2013.

⁷¹ Sobre o conceito de neocristandade é importante explicar que foi a atuação da Igreja católica romana que despontou no início do século XX e caracterizou-se, principalmente, por sua forte centralização. Esse processo centralizador sucedeu-se durante todo o século XIX, caracterizando-se pela luta que visava à manutenção do poder temporal e pela tentativa de barrar o influxo das ideias modernas em seu interior. A instituição eclesiástica romana estendeu os seus tentáculos burocráticos por todos os lados, a fim de trazer para mais perto de seu controle as igrejas locais, refletindo, assim, sua perspectiva ultramontana nessas igrejas. O processo centralizador da Igreja católica logo se fez sentir no Brasil. A Igreja brasileira, submetida há séculos pelo regime do padroado português, tornou-se livre num Estado livre, regidos por leis de um Estado republicano. Entretanto, com a proclamação de um Estado laico pela carta constitucional, as altas esferas eclesiásticas viram a necessidade de recatolicizar o Estado, buscando influenciar as decisões políticas por meio da formação de uma elite intelectual católica. (Caldeira, 2009, p.84).

se iniciou no Brasil a partir de 1916 (Mainwaring, 2004, p. 42), justamente o início da formação seminarística de Castro Mayer em São Paulo.

Naquele período histórico da Igreja no Brasil, havia dois temas que incomodavam o clero: a Estado laico e a exclusão do ensino religioso do currículo escolar das escolas. Por isso, como forma de compensação e resgate social do prestígio da Igreja, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942)⁷² estimulou a mobilização de leigos, para aumentar a presença da Igreja na sociedade, haja vista a criação do Centro Dom Vital, que se empenhou no aumento da influência católica na sociedade com a participação direta do laicato (Azzi, 1994, p. 50), que, naquele momento, teve uma importância significativa para que a Igreja aumentasse sua influência social (Fernandes, 1989, p. 353).

O pensamento que se desenvolveu em torno deste centro de formação, sob a liderança do leigo Jackson de Figueiredo⁷³ (1891-1928), era caracterizado por espelhar alguns padrões elitistas europeus como crítica ao regime democrático, visto como uma “anarquia prática”, e ao Liberalismo apresentado como “romantismo político” (Fernandes, 1989, p. 353).

Tendo em vista a atuação proeminente do laicato, os anos de 1930 se converteram na “época de ouro” do Centro Dom Vital, que do Rio de Janeiro abriu filiais em várias cidades do Brasil. Em 1933, o centro contava com novos e pujantes centros de irradiação em Recife, São Paulo, Belo Horizonte, São João del Rey, Juiz de Fora, Itajubá, Aracaju, Fortaleza, Porto Alegre e Bahia. Este movimento era tão importante, que foi considerado a *alma mater* da movimentação laica católica em curso no Brasil (Vieira, 2016, p. 248).

Além do Centro Dom Vital, o Apostolado da Oração, Liga Católica, Congregados Marianos e Pia União das Filhas de Maria tinham destaque como grupos laicos ativos por todo o Brasil e militavam contra o Comunismo e contra a mentalidade secularizada, que advinha do Liberalismo filosófico, cuja origem remonta ao século XVIII na Europa (Vieira, 2016). Esses fatos são fundamentais para o entendimento da pujança da Igreja do Brasil e qual era a mentalidade vigente na Igreja, pois, as pesquisas históricas demonstram que essa forma de pensar formou o clero nas primeiras décadas do século XX.

O Liberalismo, contra o qual Castro Mayer fora formado pelos seus princípios democráticos, era visto pela elite católica brasileira como regime falido, política e socialmente. A elite católica

⁷² Sebastião Leme da Silveira Cintra, o Cardeal Leme, foi o segundo cardeal brasileiro. Foi arcebispo de Olinda e Recife (1916-1921) e cardeal arcebispo do Rio de Janeiro (1930-1942) (Vieira, 2016, p. 150-154).

⁷³ Jackson de Figueiredo Martins foi um leigo católico formado em direito que atuou intensamente como professor, jornalista, crítico, ensaísta, filósofo e político. Após sua conversão ao catolicismo organizou o movimento católico leigo no Brasil (Fernandes, 1989).

tinha influência do processo de romanização originado no século XIX, cuja centralidade estava na autoridade eclesiástica, que se apresentava como defensora de regimes fortes, atribuindo ao Estado uma autoridade absoluta, desde que devidamente sob a influência da Igreja (Seiblit, 1992, p. 311). Não por coincidência, o discurso da elite católica brasileira era exatamente o pensamento de Castro Mayer. Assim, verifica-se que o Brasil, na primeira metade do século XX, foi um país que passou por transformações sociais e econômicas que tornaram a sociedade mais complexa e representaram ameaças ao monopólio religioso e cultural da Igreja, que via no mundo moderno e no processo pelo qual a sociedade passava no século XX como um projeto maligno que corroía a fé devota e encorajava o culto da personalidade, do prestígio, do dinheiro e do poder (Mainwaring, 2004, p. 44).

Por isso, Dom Sebastião Leme, recém-nomeado arcebispo de Recife e Olinda, ao perceber o processo de mudanças na qual a sociedade e a Igreja estavam inseridas, publicou, em 1916, a sua famosa carta pastoral *Saudando seus diocesanos*, na qual endossou a obediência da Igreja no Brasil ao papado. Diante da repercussão e da difusão do pensamento alinhado com Roma, Dom Leme tornou-se o principal mediador entre a Sé Romana e a Igreja no Brasil (Pierucci, 1984, p. 345).

Hábil articulador político entre a Igreja e a elite, Dom Sebastião Leme influenciou o pensamento do clero brasileiro com o objetivo de desenvolver um quadro expressivo de intelectuais católicos, alinhar práticas religiosas com os procedimentos ortodoxos e se fortalecer enquanto instituição. Dessa forma, entre 1916 e 1955, a Igreja ganhou espaço social no Brasil e teve peso para influenciar o espaço público e as decisões políticas (Mainwaring, 2004, p. 41).

Ao analisar o contexto histórico e social no qual o jovem Castro Mayer esteve inserido na infância e como seminarista, nas décadas de 1910 e 1920, verifica-se que foi quando a Igreja adotou uma postura mais conservadora junto aos leigos e restaurou seu prestígio social. São Paulo, cidade onde a família Mayer vivia e onde o jovem seminarista fez o seminário menor e cursou Filosofia, ganhava prestígio político e econômico devido ao destaque na produção e na exportação de café trazendo divisas para a economia do Brasil (Caldeira, 2017, p. 486).

Entre as causas pelas quais a família Mayer migrou para São Paulo está o desenvolvimento econômico acelerado pela guerra iniciada em 1914, da 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Como as potências industriais estavam envolvidas no conflito, a indústria nacional foi obrigada a se expandir: em 1914 havia mais de sete mil fábricas no Brasil. Em 1920, mais de 13 mil. No mesmo período, o número de operários saltou de 145 mil para 275 mil e de igual maneira a população brasileira: em 1890, eram 14 milhões de habitantes, em 1920

cerca de 30 milhões e em 1940 totalizava 41 milhões (Libanio, 2005, p. 30), sendo São Paulo a cidade que mais cresceu neste período.

No Brasil, a Igreja adotou o discurso antianarquista e anticomunista com a mobilização de clérigos e leigos (Leirias, 2016, p. 29). Estes eventos influenciaram a formação de Castro Mayer enquanto estava no seminário da arquidiocese de São Paulo, haja vista o reflexo destes eventos presentes no conteúdo dos textos conservadores que escreveu ao longo de sua vida.

A contextualização histórica descrita acima apresentou brevemente a realidade sociocultural do Brasil e a atuação da Igreja no tocante a sua atuação política e social e, por isso, é possível deduzir que o clero formado nas primeiras décadas do século XX no Brasil teve como preocupação nesse cenário reafirmar a doutrina católica, uma vez que a mentalidade anticlerical estava presente em diferentes seguimentos sociais brasileiros (Mainwaring, 2004, p. 42).

Esta formação foi eficaz para moldar sua mentalidade, visto que nos anos seguintes, tornou-se um crítico severo ao pensamento das revoluções socialistas, por causa da associação dessas ao discurso comunista que é uma inflexão à autoridade da Igreja e diverge de sua doutrina (Mayer, 2010, p. 41).

1.2 Formação em Roma e ordenação presbiteral

Em 2 de outubro de 1924, o reitor do seminário arquidiocesano de São Paulo, Padre Alberto Teixeira Pequeno, escreveu para o Pontifício Colégio Pio Latino-americano de Roma pedindo que o colégio aceitasse o seminarista Castro Mayer entre seus alunos e hóspedes para estudar Teologia (ARQPioLat 02/10/1924)⁷⁴. Naquela ocasião, o Pontifício Colégio, localizado na Via Gioacchino Belli, 3, era dirigido pelo padre jesuíta Nicolás Monaco. Sob sua direção, o Pio Latino visava fortalecer a educação religiosa e disciplinar os futuros padres em conformidade com os ensinamentos e doutrinas do Vaticano, promovendo, assim, o processo de romanização nas igrejas locais da América, com o objetivo de alinhar as igrejas latino-americanas com a ortodoxia católica, reforçando a centralização e a unidade da Igreja (Asensio, 1979).

Ao chegar a Roma, com 20 anos, Castro Mayer começou seus estudos de Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, cujo Reitor era o padre jesuíta Giovanni Battista Janssens (1889-1964). A formação teológica recebida na Gregoriana estava alinhada ao

⁷⁴ Arquivo do Seminário Pio Latino, *Carta do padre Alberto Pequeno para o seminário Pio Latino de Roma*, Roma, 02/10/1924.

pensamento de uma universidade romana a serviço do papado (Roy-Lysencourt, 2011, p. 159-162). O contexto pelo qual a Europa passava na década de 1920 era de instabilidade política e econômica devido à devastação da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (Hobsbawm 1995 : 90).

Em 2 de outubro de 1924, o reitor do seminário arquidiocesano de São Paulo, Padre Alberto Teixeira Pequeno, escreveu para o Pontifício Colégio Pio Latino-americano de Roma pedindo que o colégio aceitasse o seminarista Castro Mayer entre seus alunos e hóspedes para estudar Teologia (ARQPioLat, 02/10/1924)⁷⁵. Naquela ocasião, o Pontifício Colégio era dirigido pelo padre Nicolás Monaco e se localizava na Via Gioacchino Belli, 3, em Roma.

Ao chegar a Roma, com 20 anos, Castro Mayer começou seus estudos de Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, que era uma universidade romana a serviço do papado (Roy-Lysencourt, 2011, p. 159) que o acompanhou por toda a vida. O contexto pelo qual a Europa passava na década de 1920 era de instabilidade política e econômica devido à devastação da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (Hobsbawm, 1995, p. 90).

Em 1924, o Papa reinante era Pio XI (1857-1939)⁷⁶, cujo lema do pontificado *Pax Christi in Regno Christi*⁷⁷. Esse lema dizia muito a respeito dos planos do Papa para a Igreja, que tinha de lidar com questões políticas num país que passava por momentos difíceis, uma vez que a frustração do nacionalismo italiano, o caos social, o desemprego agravado pelo fracasso na guerra e a crise do parlamentarismo, em 1921, criaram um campo favorável para a ascensão do fascismo na Itália, em detrimento de qualquer possibilidade de democracia (Hobsbawm, 1995, p. 115).

Durante o período em que estudou em Roma, Castro Mayer testemunhou a difícil relação entre a Igreja e as novas ideologias políticas em ascensão, particularmente na Itália, que estava muito deteriorada no pós-guerra e encontrou no discurso fascista o doloroso caminho que a levou a outra guerra (Hobsbawm, 1995, p. 50)

Uma vez admitido no Pontifício Colégio Pio Latino-Americano, o seminarista Castro Mayer cumpriu todos os protocolos pelos quais deveria passar até a sua ordenação sacerdotal: em 9 de dezembro de 1925 pediu a tonsura (ARQPioLat, 09/12/1925)⁷⁸; em 7 de março de 1926

⁷⁵ Arquivo do Seminário Pio Latino, *Carta do padre Alberto Pequeno para o seminário Pio Latino de Roma*, Roma, 02/10/1924.

⁷⁶ Nascido Ambrogio Damiano Achille Ratti, foi o 259º bispo de Roma e Papa da Igreja Católica de 1922 até a data da sua morte. A partir de 1929, data do Tratado de Latrão, foi o primeiro soberano do Estado da Cidade do Vaticano (MATTEI, 2013).

⁷⁷ A paz de Cristo no reino de Cristo.

⁷⁸ Arquivo do Seminário Pio Latino, *Carta do padre Alberto Pequeno para o seminário Pio Latino de Roma*, Roma, 09/12/1925. Cerimônia religiosa onde o bispo dá um corte no cabelo do ordinando ao conferir-lhe o primeiro grau de Ordem no clero, chamado também de *prima tonsura*.

solicitou as ordens menores; em 8 de abril de 1927 pediu o subdiaconato. Todas essas ordens foram recebidas pelo seminarista das mãos do cardeal Giuseppe Palica (1869-1939). O diaconato lhe foi conferido em 12 de setembro de 1927, pelas mãos do monsenhor Giovanni Piccioni (1876-1959), bispo de Livorno (ARQPioLat, 12/09/1927)⁷⁹. E, por fim, em 27 de outubro, foi ordenado padre pelo cardeal Basílio Pompili (1958-1931)⁸⁰, Vigário Geral de Pio XI. Pouco depois de sua ordenação, Castro Mayer recebeu o grau de Doutor em Teologia da Universidade Gregoriana de Roma (ARQPioLat, 12/09/1927)⁸¹.

Enquanto seminarista na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, entre 1924 e 1927, estudou as seguintes disciplinas, com seus respectivos professores (ARQPioLat 1924/1925)⁸². Ano I: Teologia Moral, padre Arthur Vermeersch; Teologia Fundamental (religião revelada e inspiração à sagrada escritura), padre Fabbri; Introdução à Sagrada Escritura (história canônica, apócrifa, história textos e traduções, hermenêutica, introdução especial ao Pentateuco) padre Rosadini; História Eclesiástica (primeiros oito séculos), padre Domenici; Arqueologia Cristã (noções gerais e cristianismo primitivo), padre Domenici; língua Hebraica, padre Nevrand; Teologia Fundamental (da Igreja, do Pontífice Romano e da Tradição), padre Van Laak. Ano II: Teologia Moral, padre Vermeersch, Instituições das leis Canônicas, (instituições das leis eclesásticas públicas e privadas) padre Cappello, Teologia Dogmática (sacramentos da penitência, extrema unção, ordem e matrimônio), padre Huarte, Teologia Dogmática (sacramentos do batismo, confirmação e eucaristia), padre Palermo Lazzarini, História do Dogma, (eucaristia), padre De Groot. Ano III: Teologia Dogmática, padre Huarte, Sagrada Escritura Velho Testamento, (introdução ao Pentateuco e ao livro da Sabedoria. Exegese. Genesis, Êxodo e Sabedoria) padre Parenti. Sagrada Escritura e Novo Testamento (As condições dos presos políticos e religiosos do tempo de Cristo na Palestina/Introdução às epístolas católicas e ao Apocalipse. Exegese local selecionada do evangelho e das epístolas católicas), padre Rosadini. Língua Greco-bíblica, padre Rosadini. Teologia Dogmática, padre Palermo Lazzarini, História do dogma, padre de Groot.

A Pontifícia Universidade Gregoriana foi um local de formação e estudos para muitos dos futuros membros e simpatizantes do *Coetus Internationalis Patrum* (Roy-Lysencourt, 2011, p. 157-167). Além de Castro Mayer, outro proeminente nome do conservadorismo católico

⁷⁹ Arquivo do Seminário Pio Latino, *Carta do Pontifício Colégio Pio Latino de Roma*, Roma, 02/10/1924.

⁸⁰ Basílio Cardeal Pompili foi cardeal italiano, que trabalhou como vigário-geral de Roma de 1913 até sua morte (Mérida, 2016, p. 46).

⁸¹ Arquivo do Seminário Pio Latino, *Carta do Pontifício Colégio Pio Latino de Roma*, Roma, 02/10/1924.

⁸² Arquivo do Seminário Pio Latino, *Carta do padre Alberto Pequeno para o seminário Pio Latino de Roma. Grade curricular do curso de Teologia da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma*, Roma, 1924/1925; 1926/1927.

brasileiro e futuro membro do grupo também estudou Teologia na Universidade Gregoriana: Dom Geraldo de Proença Sigaud (1909-1999)⁸³. Ele foi aluno daquela universidade entre 1928 e 1932, ano em que foi ordenado padre (Roy-Lysencourt, 2011, p. 49-50). Ao que tudo indica, Castro Mayer e Proença Sigaud se conheceram em São Paulo, onde foram contemporâneos, pois, não foram encontrados possíveis indícios de contato em Roma.

A Universidade na qual Castro Mayer estudou Teologia foi um centro de formação ultramontana e tradicional que sofreu influência da Tradição ultramontana e intransigente, haja vista que formou vários membros do futuro *Coetus Internationalis Patrum*, quando ainda eram seminaristas (Roy-Lysencourt, 2011, p 157-162).

A formação antimoderna e romanizada recebida por Castro Mayer na Universidade Gregoriana foi reproduzida por ele durante seu episcopado, haja vista as cartas pastorais, os documentos circulares da diocese, nos artigos esporádicos publicados no mensário *Catolicismo*⁸⁴ e áudios de sermões adquiridos para essa pesquisa.

Os cursos ministrados na Pontifícia Universidade Gregoriana seguiam o *Ratio Studiorum* dos jesuítas⁸⁵ que enfatizava os estudos filosóficos e teológicos seguindo respectivamente os ensinamentos de Aristóteles e São Tomás de Aquino. *Ratio Studiorum*, cuja edição final apareceu em 1598, sendo posteriormente adaptado e modificado, notadamente no novo *Ratio Studiorum* de 1832, promulgado alguns anos após a restauração da Companhia de Jesus, sem, no entanto, conter mudanças substanciais em relação ao ensino de Filosofia e Teologia.

Após a promulgação da Encíclica *Aeterni Patris*⁸⁶, o Papa Leão XIII (1810-1903) enviou ao superior geral dos Jesuítas a obra *Gravissime Nos*, de 30 dezembro 1892. Nessa obra, São Tomás de Aquino foi confirmado como o médico adequado para a formação da Companhia

⁸³ Geraldo de Proença Sigaud nasceu em Belo Horizonte em 16 de setembro de 1909 e foi ordenado em 1932. Foi sagrado bispo em São Paulo, e foi para a cidade de Jacarezinho (PR) em 1947, onde ficou até 1961. Dom Sigaud foi sagrado por Dom Carlo Chiarlo e consagrantes: Dom José Maurício da Rocha e Dom Manuel da Silveira d'Elboux. Em 1961 se tornou Arcebispo Metropolitano de Diamantina (MG), onde permaneceu até 1980. Escreveu a Pastoral sobre a seita comunista e um pequeno livro intitulado *Catecismo anticomunista* (Caldeira, 2005, p. 67) e tinha por lema "Concedei-nos vossa graça por meio da Mãe, Maria".

⁸⁴ Mensário fundado em janeiro de 1951 por Castro Mayer e editado em Campos dos Goytacazes entre 1951 e 1980, a pedido de Plínio de Oliveira, que detinha o controle editorial e seguia a mesma linha do *Legionário* (Lima, 1984, p. 85). Assim como acontecia no *Legionário*, Castro Mayer sempre era noticiado nas páginas de *Catolicismo*. Todavia, ele escrevia esporadicamente no mensário.

⁸⁵ *Ratio Studiorum* é uma coletânea privada, fundamentada em experiências acontecidas no Colégio Romano e adicionada a observações pedagógicas de diversos outros colégios, que busca instruir rapidamente todo jesuíta docente sobre a natureza, a extensão e as obrigações do seu cargo.

⁸⁶ Foi uma encíclica emitida pelo Papa Leão XIII em agosto de 1879. Foi legendada "Sobre a Restauração da Filosofia Cristã nas Escolas Católicas no Espírito do Doutor Angélico, São Tomás de Aquino". O objetivo da encíclica era avançar no renascimento da filosofia escolástica. (Denzinger, 2005, p. 599).

de Jesus. Ao final do texto, o Papa expressou sua satisfação com o ensinamento dado pelos professores da Universidade Gregoriana (Roy-Lysencourt, 2011, p. 162).

Dito isso, é possível perceber a importância dada ao tomismo na formação filosófica e teológica recebida pelos alunos da Universidade Gregoriana nesse período, que teve entre os seus princípios básicos um espírito de total submissão às diretrizes Papais (Roy-Lysencourt, 2011, p. 163).

A Teologia de São Tomás de Aquino foi um ponto de destaque na trajetória acadêmica percorrida pelo jovem seminarista e foi determinante para despertar nele a futura discordância dos padres conciliares da Europa Central, que influenciados pela *Nouvelle Theologie*, preconizavam uma Igreja com “oportunidade de uma renovação teológica, de uma aproximação do mundo contemporâneo, a exigência da superação não do tomismo, mas do escolasticismo, a preocupação de um retorno aos Padres” (Martina, 1997, p. 263).

Assim, verifica-se a solidez da formação do seminarista Castro Mayer como um elemento crucial para que se tenha um melhor entendimento a respeito das ideias que constituíram as suas crenças e as batalhas empreendidas ao longo de sua vida. Após a formação em Roma, Castro Mayer regressou ao Brasil, onde desempenhou importantes funções na Igreja de São Paulo.

1.3 O trabalho na arquidiocese de São Paulo

No fim de 1927, Castro Mayer deixou a Itália fascista de Benito Mussolini (1883-1945) e reencontrou o Brasil governado pelo último presidente da denominada República Velha: Washington Luís (1869-1957). No aspecto religioso, encontrou uma Igreja mais vigorosa, anticomunista e antiprotestante e buscava atuação no sistema educacional pregando a hierarquia e a ordem social. E, como fora dito, a política vaticana apoiou a Igreja do Brasil a fortalecer a sua presença em todos os segmentos da sociedade, pois, Pio XI encorajava Dom Sebastião Leme a promover a restauração católica no Brasil (Mainwaring, 2004, p. 42).

Entre as primeiras funções, Castro Mayer foi nomeado professor do seminário arquidiocesano localizado no bairro do Ipiranga e durante 13 anos, ensinou Filosofia, História da Filosofia e Teologia Dogmática para os seminaristas. Enquanto esteve ligado à arquidiocese de São Paulo, Castro Mayer foi subordinado diretamente a três arcebispos: Dom Duarte Leopoldo e Silva⁸⁷ (1867-1938), Dom José Gaspar d'Afonseca e Silva⁸⁸ (1901-1943) e Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta⁸⁹ (1890-1982).

Em 1936, Castro Mayer conheceu Plínio de Oliveira, que já era, desde 1928, um leigo católico ativo que exercia liderança na arquidiocese de São Paulo. Naquele momento, Plínio de Oliveira era diretor do *Legionário*⁹⁰ e como estratégia para difusão de suas ideias, levou para o quadro redatorial do jornal vários jovens que haviam se destacado no movimento mariano e que seriam no futuro colaboradores na fundação da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (IPCO, 2015).

Entre os redatores do *Legionário* estavam Fernando Furquim de Almeida (1913-1981) um dos diretores da TFP, pertencente ao grupo primitivo, José Carlos Castilho de Andrade, José de Azevedo Santos, Adolpho Lindenberg, primo de Plínio de Oliveira e um dos fundadores da TFP, José Fernando de Camargo, José Gonzaga de Arruda e Paulo Barros de Ulhôa Cintra, membros do conselho da TFP. Esse grupo que se encontrava à frente do *Legionário* e formava

⁸⁷ Segundo bispo de Curitiba, primeiro arcebispo de São Paulo entre 1908-1938. Conde romano e assistente ao sólio pontifício (Lima, 1984, p. 7).

⁸⁸ Décimo quarto bispo de São Paulo e segundo arcebispo entre 1939-1943. Morreu em um acidente de avião em 1943 no Rio de Janeiro (Lima, 1984, p. 7).

⁸⁹ Décimo quinto bispo de São Paulo, sendo seu terceiro arcebispo de primeiro cardeal entre 1944 e 1964. Também foi cardeal de Aparecida entre 1964 e 1982 (Lima, 1984, p. 3).

⁹⁰ O *Legionário* de 1933 a 1947 foi o baluarte de uma visão conservadora e ultramontana. Editado por um grupo de jovens jornalistas católicos, o jornal tinha como maior liderança a figura de seu diretor, Plínio Corrêa de Oliveira. Como veremos, Oliveira orientava e inspirava a linha editorial do jornal, e assinava especificamente alguns artigos de fundo e a sessões “7 dias em revista” (Zaghi, 2018, p. 15).

sua comissão redatorial reunia-se regularmente a fim de ler e discutir, sob a luz da doutrina católica, as notícias que estavam sendo veiculadas pela imprensa em geral (Mattei, 1997).

Após dois anos de amizade, em 1938, Castro Mayer começou a ganhar destaque nas páginas do jornal dirigido pelo amigo leigo, pois sempre teve suas atividades pastorais publicadas, principalmente, quando foi nomeado, por Dom Gaspar, Vigário Geral da arquidiocese, em 1940, e Assistente Eclesiástico da Ação Católica⁹¹ em São Paulo, em 1941.

A Ação Católica⁹² foi fundada com o nome de *Società della Gioventù Cattolica Italiana* em 11 de fevereiro de 1867, por Giovanni Acquaderni (1839-1922) e Mario Fani (1845-1869). Dois jovens universitários que escolheram “a oração, a ação e o sacrifício” como princípios básicos do apostolado que priorizava o respeito pela Santa Sé, o estudo da religião, o testemunho de uma vida cristã e o exercício da caridade. O movimento foi aprovado por Pio IX em 02 de maio de 1868 e se difundiu por toda a Itália. Diante da penetração do movimento por todo o país, em 23 de dezembro de 1922, por meio da Encíclica *Uni Arcano Dei Consilio*, Pio XI conferiu legitimidade à Ação Católica como sendo a “participação dos leigos organizados no apostolado hierárquico da Igreja fora e acima dos partidos, para estabelecer o reino universal de Jesus Cristo” (Vieira, 2016, p. 252).

Por isso, que a presidência da Ação Católica era um lugar de destaque, haja vista que o grupo era instrumento para a participação dos leigos na vida democrática e no exercício pleno da cidadania, com o mérito de levar a doutrina social da Igreja às escolas, às universidades, às fábricas, aos meios de comunicação, aos sindicatos e estimulando a criação de inúmeros outros movimentos sociais de inspiração cristã (Souza, 2006, p. 48).

Para Pio XI, a Ação Católica era um movimento de leigos muito importante para a atuação da Igreja na sociedade, visto que os partidos políticos eram demasiadamente divididos.

⁹¹ A Ação Católica Brasileira (ACB) é oficialmente instituída com os Mandamentos dos Bispos do Brasil, de 9 de junho de 1935, coincidindo com a festa de Pentecostes daquele ano. A ACB tem os significados de apostolado católico geral e apostolado social. Pio XI vai procurar concretizá-la oficialmente, em 1935, de modo especial na Itália e no Brasil, como uma organização distinta de todas as outras organizações católicas, contando com outras auxiliares, e comportando uma estrutura própria e metodologia correspondente, a qual visava à colaboração ou participação do leigo no apostolado da hierarquia da Igreja. Com o Golpe do Estado Novo - em 10 de novembro de 1937 - ocorre a extinção do PCB e da AIB, assim como dos demais partidos políticos. A Ação Católica Brasileira, já atuante por dois anos, tem como presidente Alceu Amoroso Lima. A direção efetiva era confiada a uma comissão episcopal composta de cinco membros. O modelo organizativo tinha como base núcleos relativamente autônomos e reagrupava os associados segundo critérios de idade e sexo. No momento que a Ação Católica nascia de modo efetivo, as Congregações Marianas se encontravam em pleno desenvolvimento. Alceu Amoroso Lima e Plínio Corrêa de Oliveira se mostravam como as principais figuras pensantes do catolicismo, respectivamente, no âmbito carioca e paulista (Alencar Junior, 2014, p. 29).

⁹² Este movimento foi tão ativo que atuou em diferentes frentes em meio aos grupos jovens: JAC: Juventude Agrária Católica; JEC: Juventude Estudantil Católica; JIC: Juventude Independente Católica; JOC: Juventude Operária Católica; JUC: Juventude Universitária Católica, ligada à AUC, Ação Universitária Católica fundada em 1929 no Rio de Janeiro (Vieira, 2016, p. 255).

Assim, através da atuação dos leigos, a Igreja conseguiu avançar sobre o espaço público e influenciar as políticas de Estado nas décadas de 1930 e 1940 (Mainwaring, 2004, p. 43).

Apesar de Castro Mayer ser Vigário Geral de São Paulo, Assistente Eclesiástico da Ação Católica e ter sempre suas atividades pastorais publicadas nas páginas do *Legionário* (Lima, 1984, p. 84), a sua participação na redação dos textos do jornal semanário foi pequena, haja vista que teve somente um discurso publicado no ano de 1941, quando preferiu uma conferência⁹³ por ocasião da comemoração arquidiocesana do centenário de ordenação sacerdotal de São João Bosco (1815-1988), celebrado durante o Congresso do Instituto Pio XI. De igual maneira, nos anos seguintes, Castro Mayer escreveu poucos artigos, somente 11, e todos no ano de 1943⁹⁴. Verifica-se, então, que importância do padre Castro Mayer para o grupo estava no seu prestígio arquidiocesano, que apoiava o leigo católico, haja vista que o conteúdo dos artigos escritos pelo padre amigo convergia com o conteúdo do livro *Em defesa da Ação Católica*, publicado por Plínio de Oliveira em junho de 1943.

De fato, havia razões para que Castro Mayer apoiasse Plínio de Oliveira na publicação do seu livro, cujo conteúdo consistiu na manutenção das diferenças hierárquicas entre o clero e o laicato, que representava a parte discente da Igreja a ser conduzida pelo clero porque a Igreja representava, pela ótica do leigo católico, a alma da contrarrevolução (Oliveira, 2009, p. 111).

A preocupação dos católicos antimodernos tinha cabimento, haja vista que havia uma influência progressista na Ação Católica, que influenciou a Juventude Universitária Católica, JUC, que teve principais Jacques Maritain (1882-1973)⁹⁵ como um dos principais

⁹³ *A Grandeza do Sacerdócio* (Mayer 1941, p. 4).

⁹⁴ *Representante da Hierarquia* (Mayer, 1943, p. 4); *Os padres e a Ação Católica* (Mayer, 1943, p. 4); *Lei Viva* (Mayer, 1943, p. 4); *Formação* (Mayer, 1943, p. 3); *Semana de estudos para o clero* (Mayer, 1943, p. 4); *Formação* (Mayer, 1943, p. 4); *Formar* (Mayer, 1943, p. 4); *Notas da Ação Católica* (Mayer, 1943, p. 4); *Instituições Leigas* (Mayer, 1943, p. 4); *Formação* (Mayer, 1943, p. 4); *Formação* (Mayer, 1943, p. 4); *Semana anticomunista no seminário central* (Mayer, 1943, p. 4).

⁹⁵ Jacques Maritain (1882-1973) nasce em Paris. Discípulo do filósofo Henri Bergson, converteu-se ao Catolicismo em 1906, juntamente com a esposa Raïssa, judia de origem russa. Depois de ter se aproximado da *Action Française* (movimento contrarrevolucionário monarquista, defensor de um integralismo de inspiração tradicionalista, que tinha como principal ideólogo Charles Maurras), afastou-se quando ela foi condenada pelo Papa Pio XI em 1926. Desde então passou ser considerado como o novo *maître à penser* do mundo católico. Na *Action Française* de Charles Maurras, vai ser utilizada a questão da —unidade para fundamentar a defesa do nacionalismo. Tal perspectiva encontrará ressonância nos países onde floresceriam regimes autoritários e totalitários. Na década de 1930, o filósofo francês Jacques Maritain utiliza essa mesma temática, mas passa a associar o conceito de unidade ao de pluralidade, agora sob uma forma que caminha para uma perspectiva mais próxima do conceito de democracia, que passará a ficar mais clara a partir da obra *Humanismo Integral*. No Brasil, Alceu Amoroso Lima também tomou a questão da unidade por um tempo considerável, sobretudo no que concerne à unidade nacional e, nesse sentido, ele esteve em sintonia com o discurso nacionalista do governo Vargas por um tempo significativo. Depois de ter passado o período da II Guerra Mundial na América, Maritain foi nomeado embaixador de França junto à Santa Sé (1944-1948), para em seguida voltar à América como professor na Universidade de Princeton. Foi a Maritain que Paulo VI dirigiu a "mensagem aos intelectuais" na conclusão do Concílio Vaticano II. Maritain morre em 1973, em Toulouse (Alencar Junior, 2014, p. 122).

influenciadores. Por isso, houve discordâncias entre setores mais conservadores e a corrente mais progressista que ganhava espaço na Ação Católica (Vieira, 2016, p. 244).

O livro de Plínio de Oliveira e o conteúdo dos artigos de Castro Mayer expunham para a Ação Católica os “riscos” promovidos pelos princípios igualitários, que estariam a rondar a Igreja e a Ação Católica (Vieira, 2016). Em todos os textos que escreveu no *Legionário*, Castro Mayer endossou que o laicato e a Ação Católica deveriam ser “coesos e subordinados à hierarquia da Igreja” (Mayer, 1943, p. 3). Pois, eles eram um “braço da hierarquia” (Mayer, 1943, p. 4). O presidente da Ação Católica de São Paulo, através das páginas do *Legionário*, respondeu ao amigo sacerdote: “Monsenhor Mayer, estamos às suas ordens para trabalhar” (Oliveira, 1943, p. 4).

O *Legionário* via o progressismo como a ameaça que minava a autoridade da Igreja. Haja vista, as críticas direcionadas à *Nova Teologia*, que buscava reconciliar o pensamento teológico com a modernidade por meio das figuras de Pierre Teilhard de Chardin (1881-1975)⁹⁶, Yves Congar (1904-1995)⁹⁷, Henri de Lubac (1896-1991)⁹⁸, Jean Daniélou (1905-1974)⁹⁹, Dominique-Marie Chenu, Réginald Marie Garrigou-Lagrange (1877-1964)¹⁰⁰ entre outros (Mondin, 1979).

Com a morte de Dom Duarte, em 1938, e a ascensão de Dom Jose Gaspar no governo da arquidiocese de São Paulo, tudo fluiu bem e o grupo do *Legionário* manteve, por um tempo, grande prestígio e influência. Todavia, o novo arcebispo começou a mudar de pensamento sobre a equipe do *Legionário* e começou a dar alguns sinais de contrariedade, o que seria um prelúdio das oposições acirradas nos anos seguintes (ARQBioPlínio, 18/03/1989)¹⁰¹.

⁹⁶Pierre Teilhard de Chardin foi um padre jesuíta, teólogo, filósofo e paleontólogo francês que tentou construir uma visão integradora entre ciência e teologia. Através de suas obras, legou para a sua posteridade uma filosofia que reconcilia a ciência do mundo material com as forças sagradas do divino e sua teologia. Em função de suas ideias, ele sofreu sanções da Igreja, e em 1948, foi chamado a Roma pelo geral da Companhia de Jesus e soube que estava proibido de ensinar no *Collège de France*. Além disso, suas obras *Phénomène humain* e *Milieu divin* foram proibidas de serem publicadas. Apesar das restrições sofridas, suas ideias estiveram presentes no concílio e o nome de Pierre Teilhard de Chardin era sempre evocado nas aulas conciliares (Mattei, 2013, p. 348).

⁹⁷ Teólogo dominicano e cardeal francês. É considerado um dos maiores eclesiólogos do século XX, que abriu a eclesiologia católica ao ecumenismo (Mattei, 2013, p. 12).

⁹⁸ Cardeal francês. Sua principal contribuição foi o modo de entender o fim sobrenatural do homem e sua relação com a graça. Influenciou no Concílio Vaticano II. Em 1913, ingressou na Companhia de Jesus aos 17 anos. Estudou filosofia na Inglaterra e na França (Mattei, 2013, p. 26).

⁹⁹ Dom Jean Daniélou, SJ, foi um padre jesuíta, teólogo e cardeal francês, nomeado em 1969 por Paulo VI, que participou ativamente no Concílio Vaticano II, alinhado aos setores progressistas (Mattei, 2013, p. 55).

¹⁰⁰ Foi um frade dominicano, O.P., francês e um dos maiores teólogos do Século XX. Durante o concílio, teve bastante trânsito entre os teólogos e os padres conciliares, em função de suas ideias progressistas que tocavam o pensamento tomistas. Entre os tomistas é considerado uma das maiores autoridades devido ao volume de produção acadêmica. Lecionou no *Angelicum* em Roma entre 1909 e 1960 (Mattei, 2013, p. 55).

¹⁰¹ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, Santo do dia, 18/03/1989.

Assim sendo, Plínio de Oliveira entendeu que a nomeação de Castro Mayer como Assistente Eclesiástico da Ação Católica foi um meio que o arcebispo encontrou para controlar o movimento em São Paulo, e assim, limitar suas atividades, engessando o grupo de *Legionário* (ARQBioPlínio, 20/06/1990)¹⁰².

O temor era grande, porque a equipe diretora de *Legionário* cria que a Ação Católica em todo o mundo passava por um processo de transformação, devido às supostas infiltrações revolucionárias. Então, se Castro Mayer fosse controlado pelo arcebispo na direção do movimento, as ideias do grupo seriam cerceadas, e assim, a Ação Católica estaria mais aberta às ideias reformistas, apesar de haver uma direção conservadora (ARQBioPlínio, 20/06/1990)¹⁰³.

No final de 1941, após 13 anos, Castro Mayer deixou a função de professor no seminário arquidiocesano para se dedicar exclusivamente às funções de Assistente Ação Católica, Cônego Catedralício do Cabido Metropolitano, com a dignidade de primeiro Tesoureiro, e Vigário Geral da arquidiocese. Ter deixado a função de professor foi algo que lhe contrariou, como demonstra a carta escrita ao arcebispo:

Avizinhandose o termo desse ano letivo, aproxima-se a data da minha saída do seminário. É com o coração cheio de mágoa que considero o sacrifício da separação que me verei forçado a fazer. Entretanto, quando penso em nossa diletíssima Ação Católica, todo esse sacrifício me parece leve, ainda mesmo quando a ele somo em espírito as graves preocupações e labores decorrentes do cargo de assistente geral, que devo à amizade e confiança de Vossa Excelência. Posso afirmar a Vossa Excelência, Senhor Arcebispo, que executada a Ação Católica, nada no mundo me pareceria suficientemente forte para me arrancar ao saudosíssimo seminário, não me parecendo que qualquer outro posto de trabalho, por mais honroso que fosse, a mais florescente paróquia com a mais tranquila capelania, como ainda outra alta função, me resignaria a dor de deixar o seminário. (ARQCúriaSP, 20/11/1941).¹⁰⁴

Castro Mayer Castro Mayer foi Vigário Geral de São Paulo e Cônego catedralício do Cabido Metropolitano até a chegada de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, substituto de Dom José Gaspar. Um ano após a posse de Dom Carmelo, a tríade Castro Mayer, Plínio de Oliveira e Proença Sigaud foi freada e eles foram designados para funções mais tímidas e distantes do centro do poder da arquidiocese (ARQBioPlínio 20/06/1990)¹⁰⁵.

¹⁰² Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, entrevista à Rádio Uruguiana, São Paulo, 20/06/1990.

¹⁰³ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, entrevista à Rádio Uruguiana, São Paulo, 20/06/1990.

¹⁰⁴ Arquivo da cúria metropolitana de São Paulo, carta do padre Castro Mayer ao arcebispo Dom Gaspar, São Paulo, em 20/11/1941.

¹⁰⁵ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, entrevista à Rádio Uruguiana, São Paulo, 20/06/1990.

Plínio de Oliveira dizia aos seus pares no *Legionário* que “Dom Carmelo Motta é mais progressista e nós mais conservadores, por isso, ele nos combate. Há uma questão política.” (ARQBioPlínio 08/08/1954)¹⁰⁶. Plínio de Oliveira entendia que Dom Carmelo errava ao ter simpatia pela esquerda. E, no que tange à direita, cometia outro erro: era simpático ao Integralismo, que para o leigo católico, seria a “falsa Direita” (ARQBioPlínio 20/06/1990)¹⁰⁷. Ainda na condição de arcebispo de São Luís do Maranhão, Dom Carmelo Motta afirmou que “Os católicos têm ampla liberdade de abraçar o Integralismo. Não vejo incompatibilidade entre a doutrina integralista e a moral católica.” (Vieira, 2016, p. 243). As críticas ao Integralismo foram um dos elementos que aproximaram Plínio, Castro Mayer e Proença Sigaud em 1936. Portanto, o novo arcebispo demonstrava um pensamento diferente do leigo católico.

Segundo Vieira (2016), o novo arcebispo ouviu com benevolência os críticos do livro *Em defesa da Ação Católica*, que naquele momento eram numerosos. Então, o arcebispo empreendeu medidas disciplinares contra Castro Mayer e Proença Sigaud, devido ao imprimatur no livro *Em defesa da Ação Católica* (Souza, 2006, p. 49).

É importante destacar que não foram encontrados registros históricos produzidos por Castro Mayer, Proença Sigaud e Dom Carmelo Motta que demonstrem que a intenção do arcebispado de São Paulo de dismantelar o grupo do *Legionário*. Todavia, há relatos encontrados em trabalhos acadêmicos, escritos por outros pesquisadores, que endossam a narrativa de oposição sofrida pelo grupo do *Legionário* por parte de Dom Carmelo Motta (Vieira, 2016, p. 257), que não é descrito nesses trabalhos acadêmicos como um prelado de esquerda. Esse é um ponto de vista do grupo do *Legionário*.

Então, enquanto, supostamente, trabalhava para dismantelar o grupo do *Legionário*, Dom Carmelo Motta propôs um armistício entre o grupo do *Legionário* e seus opositores, que, segundo Mattei (1996), teria seguido “uma tempestuosa campanha de difamação, da qual Plínio e os seus amigos não puderam defender-se publicamente, devido ao armistício imposto pelo arcebispo” (p. 139). Segundo a obra *Meio século de epopéia anticomunista*, “dos arraiais progressistas soprou contra este grupo do *Legionário* um tufão de diz-que-diz, de detrações e de calúnias [...]. Como reflexo da campanha contra o grupo do *Legionário*, o número de paróquias em que se vendia o *Legionário* começou a diminuir a olhos vistos” (TFP, 1980, p. 430), e o jornal teve cada vez menos influência na arquidiocese.

¹⁰⁶ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, conferência de Yves de Pontfarcy VIII, São Paulo, 08/08/1954.

¹⁰⁷ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, entrevista à *Rádio Uruguiana*, São Paulo, 20/06/1990.

No que tange às publicações escritas pelo cônego Castro Mayer no *Legionário*, as pesquisas demonstram que elas cessaram nos anos de 1945, 1946 e 1947. De igual maneira, as menções elogiosas que Plínio de Oliveira fazia aos padres Castro Mayer e Proença Sigaud também chegaram ao fim, o que coincide com a perda de suas funções na arquidiocese (IPCO, 2015, p. 295).

Em meio aos dissabores, Castro Mayer teve a satisfação de retornar à função docente nas cátedras de Religião e Doutrina Social Católica, respectivamente na Faculdade Paulista de Direito e no Instituto *Sedes Sapientiae*, ambas escolas superiores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (White, 1993, p 235).

O desejo do arcebispo Carmelo Motta em relação a Castro Mayer era encaminhá-lo para uma paróquia de periferia, com o intuito de diminuir a sua influência na arquidiocese, pelas divergências ideológicas: “o padre Mayer e o padre Sigaud são vozes dissonantes na arquidiocese” (ARQBioPlínio, 14/07/1973)¹⁰⁸.

As divergências levaram Castro Mayer para o ostracismo, haja vista que seus últimos anos em São Paulo foram numa paróquia de pouca expressão onde permaneceu até o fim de seu ministério presbiteral, quando foi nomeado bispo em 1948 de maneira inesperada.

1.4 A sagração episcopal e o episcopado em Campos dos Goytacazes

Em 6 de março de 1948, Pio XII (1876-1958) elevou Castro Mayer a bispo titular de Priene e coadjutor, com direito à sucessão, do arcebispo-bispo de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Dom Octaviano Pereira de Albuquerque (1866-1949). Apesar da perda de prestígio sofrida por Castro Mayer e Proença Sigaud em São Paulo enquanto ainda eram padres, o núncio apostólico Bento Aloisi Masella (1879-1970), supostamente, teria intervindo junto a Roma em favor deles e ambos foram sagrados bispos (Mallerais, 2021, p. 314).

Doze dias após sua nomeação para a função de bispo auxiliar de Campos dos Goytacazes, Castro Mayer enviou um telegrama a Dom Octaviano de Albuquerque, no qual manifestou sua alegria e desejo de relações cordiais, solicitou sua bênção episcopal e reiterou seu total comprometimento com o bispado de Campos e a diocese (ARQTRAD, 18/03/1948)¹⁰⁹

¹⁰⁸ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, Santo do dia, São Paulo, 14/07/1973.

¹⁰⁹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Telegrama do cônego Mayer para o bispo Dom Octaviano Pereira de Albuquerque*, Campos dos Goytacazes, 1948.

No dia 23 de maio de 1948, o Núncio Apostólico do Brasil, Dom Carlo Chiarlo (1881-1964)¹¹⁰, presidiu a cerimônia de sagração, tendo como prelados assistentes Dom Ernesto de Paula (1899-1994), bispo de Piracicaba (São Paulo) e Dom Geraldo de Proença Sigaud, bispo de Jacarezinho (Paraná) e Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança (1909-1981) como padrinho. A sagração teve lugar na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em São Paulo. Serviram no altar os seguintes sacerdotes: presbítero assistente cónego Francisco Cipullo; porta báculo cónego Castro Nery; assistentes ao sólio cónego Benedito Marcos de Freitas e cónego Vicente Zioni; diácono da missa padre Álcio Albano, da diocese de Piracicaba, e subdiácono, padre Jason Barbosa Coelho, da diocese de Campos, tendo dirigido as cerimônias o cónego João Panézio (ARQPeJPV, 1986)¹¹¹.

Naquela ocasião, o, então, padre Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, que trabalhou no Departamento de Estado do Vaticano de 1922 a 1954, escreveu uma carta saudando o novo bispo em 18 de junho de 1948:

"Ornado de honra e dignidade episcopal, dentro em breve vós dirigireis para Campos, a fim de auxiliar ao arcebispo-bispo daquela ínclita sede na qualidade de coadjutor. O augusto pontífice, por esta ocasião, e atendendo de bom grado os vossos votos, de boa mente concede a bênção Apostólica a vós e aos trabalhos que vos esperam. Ele implora estes celestes auxílios para que vós, fidelíssimo à causa da Igreja, sempre vigilante e solerte, sejais valiosíssimo auxílio para o venerando Pastor, e adquirais para vós grandes méritos". (ARQPeJPV, 1986)¹¹²

De fato, foi o que aconteceu: logo que foi sagrado bispo, Castro Mayer ficou menos de três meses em São Paulo e mudou-se para Campos dos Goytacazes, para auxiliar o bispo titular, cuja saúde era precária. Em agosto de 1948 o bispo coadjutor foi apresentado aos católicos de Campos e começou a percorrer toda a diocese. Em 3 janeiro de 1949 seria o bispo titular, em função do falecimento do bispo antecessor (ARQPeJPV, 1986)¹¹³.

Enquanto bispo, teve relações eclesásticas com seis núncios apostólicos: Dom Carlo Chiarlo, de 1946 a 1954, que o sagrou bispo; Dom Armando Lombardi (1905-1964)¹¹⁴, de 1954 a 1964; Dom Sebastiano Baggio (1913-1993)¹¹⁵ entre 1964 a 1969; Dom Umberto

¹¹⁰ Núncio apostólico no Brasil entre 1946 e 1954. Trabalhou em outros países da América Latina e foi elevado ao cardinalato em 1958 por João XXIII (IPCO, 2015, p. 297).

¹¹¹ Anotações e registros do arquivo particular do padre José Paulo Vieira. *Memórias da convivência com Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 1981-1986.

Anotações e registros do arquivo particular do padre José Paulo Vieira. *Memórias da convivência com Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 1981-1986.

¹¹³ Anotações e registros do arquivo particular do padre José Paulo Vieira. *Memórias da convivência com Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 1981-1986.

¹¹⁴ Arcebispo da Igreja Católica e diplomata da Santa Sé italiano.

¹¹⁵ Diplomata italiano feito cardeal em 1969 por Paulo VI.

Mozzoni (1904-1983)¹¹⁶ de 1969 até 1973; Dom Carmine Rocco (1912-1982)¹¹⁷, entre 1973 a 1982; e por fim, Dom Carlo Furno (1921-2015)¹¹⁸, de 1982 a 1992, que foi o núncio apostólico que enfrentou o problema da crise diocesana na década de 1980.

O lema episcopal de Castro Mayer foi “*Ipsa Conteret*”, Ela Esmagará. Esse lema, escrito em seu brasão episcopal, evidencia a devoção mariana a qual se confiou enquanto bispo e sua ideologia combativa, afinal, esmagar é um verbo que remete ao ataque.

A detalhada descrição do brasão episcopal de Castro Mayer ajuda na compreensão de sua visão de mundo e nas suas crenças quanto à postura de um bispo e a finalidade de seu episcopado: de arminho, um leão rompante de ouro, carregado de um *tau* antigo de goles (vermelho), na espádua; dupla orla de goles. O escudo pousado em uma cruz de ouro e encimado de um chapéu prelatício verde com seus cordões terminados em cada flanco de seis borlas de verde e ouro. O emblema, numa listra vermelha, traz a legenda: “*IPSA CONTERET*” [Gênesis 3:15] em ouro (White, 1993, p. 55).

O leão lembra a imagem escriturística em que Jesus Cristo é designado como Leão de Judá: “*Vicit Leo de tribu Judá*”, (“Venceu o Leão da tribo de Judá”, Apocalipse 5:5). Simboliza também a virtude da fortaleza da qual Jesus foi o supremo modelo. O *tau*, com que está marcado o leão, figura na visão de Ezequiel (Ezequiel, IX, 4) como sinal distintivo dos que não se conformavam com os “erros do paganismo” e com a infiltração desses “erros” no povo eleito. A dupla orla lembra, pela sua cor vermelha, a luta pela Igreja até a efusão de sangue (White, 1993, p. 55).

O campo de arminho representa o manto protetor de Nossa Senhora, conforme velha Tradição bretã. Estando o Rei Artur em grave risco em uma guerra contra infiéis, apareceu-lhe Nossa Senhora que o cobriu com o seu manto forrado de arminho, protegendo-o assim contra os golpes adversários. Esta seria a origem do campo de arminho das armas da Bretanha (White, 1993, p. 55).

O leão encontra-se em um campo de arminho como Jesus encontra-se em Maria Santíssima. A fortaleza cristã e a proteção da Virgem asseguram o triunfo da Igreja. (White, 1993, p. 55). Portanto, o brasão episcopal de Castro Mayer evidencia elementos que nortearam seu trabalho pastoral pelo viés combativo e que tiveram como finalidade defender a ortodoxia

¹¹⁶ Diplomata argentino feito cardeal em 1973, por Paulo VI.

¹¹⁷ Diplomata italiano da Santa Sé, arcebispo italiano e núncio apostólico no Brasil.

¹¹⁸ Cardeal italiano, arcepreste emérito da Basílica de Santa Maria Maior. Foi núncio apostólico no Brasil e criado Cardeal-diácono de *San Cuore di Cristo Re*, em 26 de novembro de 1994, por João Paulo II, depois de dez anos tornou-se Cardeal-presbítero atuando em Roma.

da fé católica romana contra os ataques internos e externos que poderiam ameaçá-la, e de maneira frequente expressando sua devoção mariana.

Por ocasião de sua sagração episcopal, Castro Mayer recebeu os cumprimentos e saudações de diversos bispos do Brasil, e até de Dom Manuel Larraín Errazuriz (1900-1966), bispo de Talca, no Chile (ARQDioCampos, 25/06/1948)¹¹⁹, vice-presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano, CELAM¹²⁰, amigo de Dom Hélder Câmara, que se notabilizou no Vaticano II por sua postura reformadora à frente do grupo “Igreja dos Pobres” (Beozzo, 2001, p. 386).

A realidade que Castro Mayer encontrou era muito diferente da realidade que vivera até então. A diocese era basicamente agrária, constituída de cidades pequenas e a sede do bispado ficava numa sociedade que conservava resquícios de uma sociedade escravagista e canavieira (Soffiati, 2021, p. 8).

Campos dos Goytacazes é uma cidade com relevância histórica. Localizada no norte do estado, teve seu início em 1650, quando foi implantado o primeiro engenho no território que seria essa cidade. Após um ano da construção do primeiro engenho inicia-se a construção da igreja matriz de São Salvador. Mais tarde, em 1922, tornou-se catedral do Santíssimo São Salvador (Paz; Ribeiro, 2022, p. 20). Nota-se que a população campista é miscigenada, tendo como ascendentes os indígenas Goytacazes, os colonizadores portugueses e os escravos africanos.

Entre os séculos XVI e XIX, o continente americano recebeu 15 milhões de africanos. Desse total, o Brasil recebeu 40%. O Cais do Valongo, na região portuária do Rio de Janeiro, recebeu 20% do total de escravos de todo o continente americano. Campos dos Goytacazes recebia escravos que aportavam no Cais do Valongo, legalmente, e havia dois outros portos onde desembarcavam escravos, oriundos do tráfico negreiro: São Francisco do Itabapoana e Búzios. Nos séculos XVIII e XIX, Campos destacou-se como centro econômico do Norte Fluminense em decorrência da indústria canavieira. Por isso, a região recebeu milhares de africanos (Soffiati, 2021, p. 8).

¹¹⁹ Arquivo diocesano de Campos dos Goytacazes. Carta de Dom Larraín a Castro Mayer 25 de junho de 1948. Campos dos Goytacazes.

¹²⁰ O Conselho Episcopal Latino-Americano surgiu em 1955, quando teve lugar a primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, no Rio de Janeiro. A Conferência aconteceu entre 25 de junho e 4 de agosto de 1955 e foi presidida pelo cardeal Adeodato Giovanni Piazza (1884-1957), Secretário da Congregação Consistorial, assistido por Dom Antonio Samorè (1905-1983), Secretário da Congregação de Assuntos Eclesiásticos. Nesta ocasião, Pio XII se fez presente por meio da Carta Apostólica *Ad Ecclesiam Christi*, de 29 de junho de 1955 (Godoy, 2015, p. 99).

Em 1677, o Visconde d'Asseca funda a vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes e a primeira atividade econômica nesse período foi a pecuária. No século XVIII começou a expansão da cana-de-açúcar, possível pela divisão dos grandes latifúndios.

A Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes foi elevada à categoria de cidade em 28 de março de 1835. Em função de ser o centro econômico do Norte Fluminense, ao longo do século XIX, as elites agrárias lutaram para que se tornasse capital do Estado do Rio de Janeiro, mas sem sucesso (Soffiati, 2012, p. 7). Se no âmbito político Campos não se tornou a capital fluminense, no âmbito religioso a cidade tornou-se sede diocesana do Norte Fluminense em 1922.

A diocese de Campos (*Dioecesis Camposinus*) foi criada em 4 de dezembro de 1922, através da Bula *Ad Supremae Apostolicae Sedis Solium* do Papa Pio XI, quando foi desmembrada da diocese de Niterói. Em 1924, a antiga Matriz de São Salvador foi elevada à categoria de Catedral Diocesana, tendo como 1º pároco o padre Dr. Antônio Carmelo, substituído pelo padre Magaldi e o monsenhor João de Barros Uchoa. O primeiro bispo da cidade foi Dom Henrique César Fernandes Mourão (1877-1945)¹²¹. Sob o comando do monsenhor Uchoa, a Catedral recebeu uma grande reforma e sua transformação arquitetônica em 1935. Em 1963 foi elevada à Basílica Menor do Santíssimo Salvador (Padres de Campos, 1988).

Quando Castro Mayer chegou a Campos dos Goytacazes, em 1948, a cidade tinha sua economia pautada na indústria canavieira e na propriedade agrária, ainda com fortes resquícios escravagistas do século XIX, quando Campos era uma cidade dos barões da cana-de-açúcar com mão-de-obra essencialmente escrava:

Nessa linha de raciocínio, “o branco veio se juntar ao negro trazido como escravo das costas Africanas e da junção das duas raças foram surgindo os tipos como hoje conhecemos: mulatos claros e mulatos escuros. À matriz étnica que compôs a sociedade campista foi incorporada uma gama de tradições, costumes e valores que cada povo trouxe da sua origem e, possivelmente, tais elementos serviram de subsídios para a composição das características próprias que identifica um campista. (Pinto, 2006, p. 31).

¹²¹ Dom Henrique Mourão, primeiro bispo de Campos (1925-1935) e segundo de Cafelândia, nasceu no dia 28 de novembro de 1877. Seus pais, Vitório Pereira Mourão e Maria Vitória Fernando Mourão, profundamente cristãos, o educaram no santo temor de Deus, entre as belezas naturais e os encantos do Rio de Janeiro, capital do então Império do Brasil. Nos primeiros anos não frequentou as escolas públicas, mas fez o curso primário em escola particular, e parte no Ginásio do Instituto S. Bento, que, então mantinha um externato gratuito, muito frequentado. Mais tarde entrou no Colégio Salesiano de Niterói na época dirigido pelo inesquecível P. Pedro Rota, que seria depois por 18 anos Inspetor. Inteligência vasta e profunda, coração grande e generoso, desde aquele tempo era para seus irmãos e jovens, mais coração do que cabeça, mais pai que superior. Perto dele todos se sentiam bem: salesianos e alunos, pais dos jovens e benfeitores. O pequeno Mourão foi imediatamente cativado pelo encanto daquela pedagogia que em última análise era o genuíno espírito de Dom Bosco, ele e os dois condiscípulos, os irmãos Helvécio e Emanuel de Oliveira, agora, respectivamente arcebispos de Mariana e Goiás.

A cidade manteve forte ligação com a economia voltada para a produção de açúcar. É por isso que ainda é possível constatar que Campos é a única cidade brasileira que cresceu, progrediu, tornou-se populosa e prosperou exclusivamente à custa da atividade açucareira (Pinto, 2006, p. 91). Somente nos anos 1980 que outros elementos produtivos se fortaleceram na cidade, particularmente com a descoberta e extração de petróleo e a expansão universitária.

Foi para essa economia canavieira e de cultura mestiça de indígenas da tribo dos Goytacazes, escravos oriundos de vários lugares das Áfricas e colonizadores portugueses, que tinham em sua fala a mistura do português de Portugal, o português brasileiro e diferentes dialetos africanos (Silva e Silva, 2016, p. 48), que Castro Mayer trouxe a sua formação antirrevolucionária e romanizada.

A sociedade campista tinha grandes contradições sociais, em função da forte influência social do regime escravocrata que dominou a região da planície goitacá por séculos. E foi neste lugar que emergiu um catolicismo luso-brasileiro com influências de crenças indígenas e africanas. Todavia, com a chegada de elementos característicos da modernidade, a exemplo dos meios de comunicação de massa, como rádio e jornais, houve em Campos a transição do catolicismo rural e mestiço para um modelo mais influenciado pelo catolicismo romanizado, existente nos episcopados de Dom Henrique César Mourão e Dom Otaviano Albuquerque, que fora endossado no episcopado de Castro Mayer. Assim, é possível constatar em Campos o influxo ultramontano, que patrocinou a “transição do catolicismo colonial ao catolicismo universalista, com total rigidez doutrinária e moral.” (Benedetti, 1984, p. 108).

Após a sacração em 1948, foi inaugurado momento na vida do padre paulista. Embora tenha pertencido ao grupo intransigente de Plínio de Oliveira em São Paulo e levado essa militância para Campos, Castro Mayer manteve boas relações com os outros bispos no Brasil, porquanto os arquivos encontrados na cúria diocesana de Campos dos Goytacazes demonstram que recebeu vários convites para eventos importantes que aconteceram em outras dioceses brasileiras, demonstrando sua integração com os demais bispos.

Nos anos seguintes que sucederam à sacração de Castro Mayer, a Igreja no Brasil passou por um momento de transição, deixando paulatinamente o modelo de Igreja da neocristandade e aderindo novo momento chamado reformista, haja vista que uma grande parcela do clero que estava preocupada com as necessidades do mundo moderno, para além da questão meramente religiosa. Esse momento de transição, que aconteceu na década de 1950, foi notado pelos setores mais conservadores, uma vez que começou a haver posições que se preocupavam com a melhoria do destino humano na Terra ao promover a justiça social. Entretanto, os setores

conservadores temiam que esse novo momento pudesse se abrir ao pensamento socialista devido ao contexto da Guerra (Mainwaring, 2004, p. 63).

Os arquivos da Cúria Diocesana de Campos demonstram que Castro Mayer recebeu diversas cartas de bispos que lhe escreveram para felicitá-lo, por ocasião de sua sagração episcopal. Desde o início de seu episcopado, Castro Mayer se revelou muito participativo nas reuniões e movimentos promovidos pela província eclesiástica do Rio de Janeiro. Desde o início de seu episcopado, e durante a década de 1950, Castro Mayer se revelou muito participativo nas reuniões e movimentos promovidos pela província eclesiástica do Rio de Janeiro (ARQDioCampos, 14/04/1958)¹²², além de contatos próximos com outros bispos do Brasil e do exterior.

A exemplo do que evidencia uma carta escrita em 30 de outubro de 1949, por Dom Delfim Ribeiro Guedes (1908-1985), bispo de Leopoldina, na qual agradeceu a Castro Mayer o apoio pelo trabalho conjunto contra a maçonaria. Nessa ocasião, Castro Mayer publicou, no jornal campista “Folha do Comércio”, o manifesto contra a maçonaria, escrito por Dom Delfim Guedes (ARQDioCampos, 30/10/1949)¹²³. Este fato foi um dos vários convites que Castro Mayer recebeu e atendeu, evidenciando sua conexão com os seus pares no clero católico.

Como um militante ativo do pensamento antimoderno, antirrevolucionário e anticomunista, em 1953, Castro Mayer escreveu uma carta ao clero da diocese de Campos, para conscientizar os diocesanos contra os inimigos da Igreja, que vinham numa cronologia histórica, cujo objetivo era destruir da Igreja:

A sentença impugnada aceita como legítimas as sucessivas revoluções de caráter nivelador - protestantismo, revolução francesa, Comunismo - que, sob a pressão do espírito de orgulho e sensualidade, vêm transformando a terra (Leão XIII, Enc. 55 “*Parvenu á la 25e. année*”). Querer conformar a Igreja a uma sociedade civil modelada segundo este espírito é pedir que a Religião Católica capitule. Ademais, é abstrair de que a organização da Igreja, em seus elementos de instituição divina, é imutável (Mayer, 1971, p. 65).

E esta foi a linha ideológica que é possível verificar no discurso de Castro Mayer, devidamente alinhado com a formação por ele recebida: o padre militante contra a conjuração anticristã revolucionária, que queria destruir a Igreja (Le Sel De La Terra, 2001, p. 16). Haja vista, que o bispo promovia a mobilização diocesana em torno de campanhas de apoio às

¹²² Na década de 1950, a província eclesiástica do Rio de Janeiro era constituída pela arquidiocese de Rio de Janeiro e pelas dioceses de Niterói, Campos, Barra do Piraí, Valença, Petrópolis, Espírito Santo, atual arquidiocese de Vitória, e pela abadia de Nossa Senhora do Monserrat no mosteiro de São Bento, no centro do Rio de Janeiro. Arquivo diocesano de Campos dos Goytacazes. Carta de Castro Mayer aos bispos fluminenses. Campos dos Goytacazes, 14/04/1958.

¹²³ Arquivo diocesano de Campos dos Goytacazes. Publicação de Castro Mayer contra a maçonaria. Campos dos Goytacazes, 30/04/1949.

organizações católicas anticomunistas. Para tal, como medida concreta, as paróquias deveriam arrecadar fundos para auxiliar financeiramente a Santa Sé no seu projeto de socorro às vítimas das ditaduras comunistas¹²⁴, enquanto meio de fortalecer a integração entre a Igreja de Campos e a Santa Sé (ARQDioCampos, 02/06/1955)¹²⁵.

Foi desta forma que Castro Mayer agiu e assim ensinou aos seus diocesanos, numa perspectiva que defendia a autoridade da Igreja, contra o discurso igualitário. Segundo Castro Mayer,

Nos últimos séculos, o espírito de revolução tem produzido transformações constantes no sentido de derrubar os poderes legítimos, amesquinhar a autoridade, seja política, social ou econômica, e no sentido de nivelar todas as desigualdades legítimas. A Igreja opôs-se e continuará a se opor a este processo histórico. No século XIX e nas primeiras décadas do século XX combateu o Liberalismo anarquizante; nesta segunda parte do século XX, dispõe-se a combater “com a maior energia” o Socialismo, que põe em grave risco “a dignidade do homem e a salvação eterna das almas” (Pio XII, Radiomensagem ao *Katholikentag* de Viena, cfr. “Catolicismo” n.º 24, dezembro de 1952). Por isto, edifica o mundo com a existência de sua organização hierárquica, que é de instituição divina, e, portanto, imutável; e pelo fato de em sua liturgia, em sua disciplina, etc., manifestar um espírito de hierarquia oposto ao espírito revolucionário (Mayer, 1971, p. 54).

O bispo de Campos se enxergava na função de defender a Igreja contra quaisquer ideias que colocassem em risco sua autoridade. Haja vista que em 1958, por ocasião da soltura do líder comunista Luiz Carlos Prestes (1898-1990), a Província Eclesiástica do Rio de Janeiro emitiu um Manifesto em oposição à libertação do líder comunista. Em função desse manifesto, Castro Mayer escreveu ao cardeal Dom Jaime de Barros Câmara (1894-1971)¹²⁶ demonstrando total apoio, pedindo sua bênção e osculando a púrpura do cardeal (ARQDioCampos, 27/04/1958)¹²⁷, em claro sinal de apoio à prisão de Prestes.

A Igreja se empenhou em combater os comunistas e seus aliados nos pleitos eleitorais ocorridos entre 1945 e 1964. A participação política da Igreja foi uma questão delicada, uma vez que a orientação usual da cúpula católica no Brasil era manter uma certa distância das disputas políticas, mantendo-se acima das paixões partidárias. Todavia, em se tratando da luta

¹²⁴ 100 milhões de pessoas foram assassinadas pelas ditaduras socialistas em todo o mundo no século XX (Courtois; Werth et al, 2005, p. 100).

¹²⁵ Arquivo diocesano de Campos dos Goytacazes. Ajuda diocesana de Campos à Santa Sé para as vítimas do comunismo, Campos dos Goytacazes, 02/06/1955.

¹²⁶ Dom Jaime de Barros Câmara nasceu na cidade catarinense de São José, filho do escrivão de órfãos Joaquim Xavier de Oliveira Câmara com Anna de Carvalho Barros. Dom Jaime estudou no gaúcho de São Leopoldo, recebeu a ordenação de Dom Joaquim Domingues de Oliveira (1878-1967) em 1º de janeiro de 1920 e trabalhou por 10 anos em Florianópolis. No dia 18 de abril de 1935 foi nomeado camareiro secreto de Sua Santidade, pelo Papa Pio XI, passando a usar o título de Monsenhor e eleito cardeal em 1946 por Pio XII. Dom Jaime foi arcebispo do Rio de Janeiro entre 1943 e 1971, quando faleceu na capital carioca (Araújo, 2012).

¹²⁷ Arquivo diocesano de Campos dos Goytacazes. Carta para o cardeal Câmara contra o comunismo no Brasil, Campos, Campos dos Goytacazes, 24/04/1958.

anticomunista, a hierarquia fazia uma interpretação especial, entendendo que não poderia haver omissão de sua parte (Motta, 2002, p. 48).

A prisão de Luiz Carlos Prestes aconteceu num momento que havia a atuação da cruzada brasileira anticomunista, CBA. Fundada em 1952 no Rio de Janeiro, objetivo desta cruzada era implantar uma política anticomunista que contasse com apoio dos setores do Estado, a fim de coibir a atuação de grupos comunistas no Brasil, que eram vistos pelos setores mais conservadores da sociedade e da Igreja como o "perigo vermelho" (Motta, 2002, p. 180).

Sobre o combate ao Comunismo, é necessário destacar que havia diferentes formas de pensamento. De acordo com Motta (2002), havia uma heterogeneidade entre os grupos e propostas anticomunistas, tendo em vista os que se aproveitaram do perigo comunista de forma oportunista e os grupos e indivíduos, não necessariamente fanáticos, que sinceramente acreditaram na existência de um risco real. Mobilizaram-se e combateram por temor que os comunistas chegassem ao poder. Ainda segundo Motta, a motivação anticomunista resultou da intrincada mistura entre instrumentalização, manipulação e convicção, que se combinaram em medida diferente ao longo da história (Zanotto, 2007, p. 155).

Dentro da Igreja, a oposição da Igreja ao Comunismo era justificada porque ele,

negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista levaria ao desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários (Motta, 2002, p. 20).

Castro Mayer estava entre os bispos católicos anticomunistas mais convictos, que queriam que essa ideologia fosse reprimida, porque o Comunismo representava o principal inimigo da Igreja e da sociedade (Mayer, 1971). Por isso, era necessário combater a ideologia e seus adeptos (Mayer, 1971, p. 128).

Para tal, somente com a atuação organizada da Igreja e do Estado, a sociedade estaria segura deste perigo iminente para este inimigo da ordem pública (ARQDioCampos, 27/04/1958)¹²⁸. Nesse momento da História do catolicismo no Brasil, Castro Mayer não era uma voz dissonante da Igreja, porque no episcopado brasileiro havia outros bispos anticomunistas, embora já houvesse sinais de dissidências entre os bispos do Brasil. A postura ultramontana não representou um impedimento para que o bispo de Campos estivesse presente

¹²⁸ Arquivo diocesano de Campos dos Goytacazes. Carta para o cardeal Câmara contra o comunismo no Brasil, Campos, Campos dos Goytacazes, 24/04/1958.

em outras dioceses. As celeumas maiores entre Castro Mayer e a Igreja ficaram mais evidentes somente a partir da década de 1970 e agravaram-se nos anos de 1980.

Enquanto esteve à frente da diocese de Campos dos Goytacazes, entre 1948 e 1981, exerceu o trabalho pastoral junto ao clero e aos fiéis e, de igual maneira, exerceu o Magistério universitário, tendo sido professor de filosofia na Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC) e na Faculdade de Direito de Campos (FDC) (White, 1993, p. 100).

Entre as obras realizadas à frente da diocese, evidencia-se a fundação, em 1951, do jornal *Catolicismo*, com tiragem mensal. Este jornal tinha por objetivo formar a mentalidade antirrevolucionária dos católicos em todo o Brasil, a partir da diocese de Campos dos Goytacazes.

É este o objetivo com que lançamos hoje "Catolicismo". Nossa folha visa contribuir para proporcionar à elite intelectual e às organizações religiosas católicas da cidade e de toda a Diocese, uma visão sintética dos principais acontecimentos nacionais e mundiais no campo religioso, filosófico, literário, político, social e artístico, completada sempre por uma apreciação feita do ponto de vista da doutrina católica. Por esta forma, contamos proporcionar à intelectualidade campista meio seguro e cômodo de analisar o desenvolvimento da grande tragédia contemporânea - à qual está ligada o Brasil como membro da comunidade das nações cristãs do Ocidente — do único ponto de vista que realmente interessa: na imensa confusão em que vivemos, estamos nos afastando de Jesus Cristo, ou estamos retornando a ele? Quais as ideologias, os partidos, os sistemas, os homens que aproximam o mundo de Jesus Cristo; quais os que Dele o afastam? "A opinião pública é a rainha do mundo", escrevia Voltaire. Em nossos dias, esta afirmativa se torna cada vez mais verdadeira. Formar a opinião tem sido o objetivo constante de todas as forças ocultas ou não, que vem tentando desde o século XVIII, ou quiçá, desde o século XVI a conquista do mundo [...]. Nada, porém, do que é de Campos fica circunscrito só a Campos. Desejamos registrar em nossas páginas os ecos da intelectualidade campista, e, pela difusão de nosso jornal em outros centros do País, assegurar a irradiação da alma católica campista em todo o Brasil. (Catolicismo, 1951, p.1).

A participação direta de Castro Mayer nas publicações de *Catolicismo* foi tímida, haja vista que o primeiro artigo escrito pelo bispo de Campos no mensário aconteceu em janeiro de 1952, por ocasião do primeiro aniversário do mensário¹²⁹. A linha editorial do jornal ficou sob a responsabilidade de Plínio de Oliveira e Castro Mayer lhe dava o apoio eclesiástico, a exemplo do *Legionário*. Em ambos os jornais, verifica-se o tom combativo e contrarrevolucionário do mensário, conforme evidencia a publicação comemorativa da edição de número 100, de abril de 1959:

Catolicismo dá a lume, hoje, seu centésimo número, e quer assinalar o fato marcando a presente edição com uma nota especial, que propicie um aprofundamento da

¹²⁹ Todos os artigos e cartas pastorais publicados por Castro Mayer em *Catolicismo* estão descritos nas referências bibliográficas deste trabalho.

comunicação de alma, já tão grande, que tem com seus leitores. Para isto, nada lhe pareceu mais oportuno do que a publicação de um artigo sobre o tema Revolução e Contrarrevolução. É fácil explicar a escolha do assunto. Catolicismo é um jornal combativo. Como tal, deve ser julgado principalmente em função do fim que seu combate tem em vista. Ora, a quem, precisamente, quer ele combater? A leitura de suas páginas produz a este respeito uma impressão talvez pouco definida. É frequente encontrar, nelas, refutações do Comunismo, do Socialismo, do totalitarismo, do Liberalismo, do liturgicismo, do maritainismo, e de outros tantos “ismos”. Contudo, não se diria que temos tão mais em vista um deles, que por aí nos pudéssemos definir. Por exemplo, haveria exagero em afirmar que Catolicismo é uma folha especificamente antiprotestante ou antissocialista. Dir-se-ia, então, que o jornal tem uma pluralidade de fins. Entretanto, percebe-se que, na perspectiva em que ele se coloca, todos estes pontos de mira têm como que um denominador comum, e que é este o objetivo sempre visado por nossa folha. O que é esse denominador comum? Uma doutrina? Uma força? Uma corrente de opinião? Bem se vê que uma elucidação a respeito ajuda a compreender até suas profundezas toda a obra de formação doutrinária que Catolicismo veio realizando ao longo destes cem meses (Catolicismo, 1959, p. 3).

Em Campos, Castro Mayer atendeu a três pedidos de Plínio: deu ao amigo leigo a função de editor-chefe de *Catolicismo*, criou um grupo de jovens que trabalhava na distribuição do mensário e formou a congregação mariana. Segundo Plínio de Oliveira, o mensário *Catolicismo* era o *Legionário* aparecendo sob outro nome, entretanto, com o mesmo ideal combativo e mais do que um jornal, *Catolicismo* era um movimento (ARQBioPlínio, 17/06/1989)¹³⁰. Por isso houve a necessidade de recrutar, formar e arregimentar jovens para distribuir o jornal em diferentes pontos do país.

O Padre Antônio Ribeiro do Rosário (1909-2004), Vigário Geral de Campos dos Goytacazes e vereador na câmara municipal de Campos, foi o primeiro diretor do jornal, que era editado em Campos, redigido e impresso em São Paulo pelo “grupo da Martim Francisco” (ARQBioPlínio, 17/06/1989)¹³¹.

O mensário tinha assuntos variados e alguns temas fixos que tocavam pautas de costumes, filosofia, política nacional e internacional, catequese e assuntos que tocavam a cultura cristã. A função de escrever o jornal ficou sob a responsabilidade do grupo ligado a Plínio de Oliveira, que era dividido entre residentes em Campos dos Goytacazes e em São Paulo (ARQBioPlínio, 17/06/1989)¹³².

José Carlos Castilho de Andrade coordenava o corpo de redatores: Plínio de Oliveira escrevia sobre “Ambientes, costumes e Civilização” e Fernando Furquim de Almeida era responsável pela coluna “Os católicos franceses no século XIX”. Essa coluna era destinada a

¹³⁰ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, santo do dia, 17/06/1989.

¹³¹ *Ibid*

¹³² *Ibid*.

falar das heresias que havia na Igreja e como os franceses a combatiam. Adolpho Lindenberg escrevia sobre política internacional e Antônio Ablas Filho era o agente geral do jornal para o Sul do Brasil. Proença Sigaud escrevia pontualmente sobre religião e política e Castro Mayer tratava de questões catequéticas. Havia outras colunas que traziam matérias produzidas no exterior e eram reproduzidas em consonância com o pensamento de Castro Mayer (TFP, 1980, p. 442).

Os principais assinantes do *Catolicismo* eram ex-integralistas (ARQBioPlinio, 09/08/1954)¹³³ e assinantes do extinto *Legionário*. Quando o “grupo da Martim Francisco” deixou os trabalhos no *Legionário*, levou a lista de assinantes e começou a enviar-lhes o *Catolicismo* em busca de novos assinantes. Dessa forma, o jornal foi enviado para todo o Brasil, com tiragem inicial de 5000 exemplares (ARQBioPlinio, 16/06/1973)¹³⁴.

Assim se verifica como foi importante para Plinio de Oliveira ter o apoio de dois bispos da Igreja e, ao mesmo tempo, enxergar nos discursos e medidas tomadas por Castro Mayer e Proença Sigaud ações que favoreciam ao grupo que formaria a TFP (ARQBioPlinio, 21/05/1973)¹³⁵.

Na esteira da linha ideológica de *Catolicismo*, Castro Mayer investiu para formar a diocese alinhada com o seu pensamento, e por isso, fundou a rádio católica Afonsiana e promoveu Semana Eucarística, que teve lugar em toda a diocese entre 16 e 25 de abril de 1955. A finalidade desta semana eucarística era preparar o laicato diocesano para o 36º Congresso Eucarístico Internacional, que aconteceu no Rio de Janeiro, entre os dias 17 e 24 de julho do mesmo ano.

Durante os dias do Congresso, houve as mais variadas expressões da fé católica, praticadas por milhões de cariocas e peregrinos do Brasil e vários países da América Latina, que tomaram as ruas do Rio de Janeiro. Por isso, a mobilização católica teve grande espaço na imprensa nacional. Da mesma forma como aconteceu em Buenos Aires, em 1934, quando teve lugar o 33º Congresso Eucarístico, possivelmente o Rio de Janeiro presenciou o maior momento de devoção católica e exaltação da fé na Eucaristia de toda a sua história (Crônica Eclesiástica, 1955, *apud* Wismiewski, 2013, p. 29).

¹³³ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros de *Catolicismo*, São Paulo, conferência para Yves de Pontfarcy, 09/08/1954.

¹³⁴ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, santo do dia, em 16/06/1973.

¹³⁵ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, santo do dia, em 21/05/1973.

No tocante à Igreja do Brasil, o 36º Congresso Eucarístico Internacional foi destinado a revitalizar as manifestações de fé e a reafirmar o protagonismo central da Igreja na sociedade, haja vista que ele criou um clima de unidade e de fervor religioso na cidade e nos participantes, presentes nas dezenas de Horas Santas celebradas nos mais diversos espaços, desde as casas aos hospitais e presídios, nas numerosas confissões, comunhões, Conferências, sermões, procissões na terra e no mar e finalmente na consagração do Brasil ao Sagrado Coração (Crônica Eclesiástica, 1955, *apud* Wismiewski, 2013, p. 29).

Castro Mayer e Plínio de Oliveira estavam fora da organização do Congresso Eucarístico, que ficou sob responsabilidade de Dom Hélder Câmara, a pedido do Cardeal Câmara (Araújo, 2012, 89). O bispo de Campos e o amigo leigo entenderam que este evento seria bastante oportuno para projetar o mensário. Para tal, um stand foi alugado numa escola pública e vários jovens trabalharam distribuindo *Catolicismo* durante os dias do Congresso Eucarístico Internacional. Pela ótica do grupo, este foi o meio encontrado para ter visibilidade e espaço, uma vez que o evento foi controlado por setores progressistas do catolicismo brasileiro (IPCO, 2015, p. 429).

Tendo em vista a relevância deste evento para a Igreja, Pio XII, por ocasião do encerramento, enviou uma Radiomensagem na qual dizia que o Congresso Eucarístico:

Foi uma massiva homenagem a Jesus Eucarístico e uma inconfundível manifestação da força da fé católica na América. Fervor eucarístico que, deveria transformar os participantes em paladinos do rei eucarístico sempre e por toda a parte, tanto na vida individual como na familiar, tanto na vida social e civil como na vida pública, para que o Redentor e Rei divino, não só de direito, mas de fato, reine em quantos corações palpitam do Amazonas ao Prata, estabelecendo em todos o seu reinado de paz e amor, de justiça e santidade, que só assim será, mesmo temporalmente, segundo as divinas promessas, reino de —Ordem e Progresso, de tranquilidade e concórdia e prosperidade verdadeiras (RADIOMENSAGEM DE PIO XII NO ENCERRAMENTO DO XXXVI CONGRESSO EUCARÍSTICO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 1955, *apud* Wismiewski, 2013, p. 30).

Sabendo da importância que Pio XII daria ao evento, Castro Mayer criou nos fiéis diocesanos o espírito de fé alinhado com a proposta do Congresso Eucarístico ao estimular as devoções eucarística e mariana por todo território diocesano. Para tal, a imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima percorreu as cidades da diocese, mobilizando o clero e milhares de fiéis:

Daí a Imagem seguiu para Macaé, onde houve 1.000 comunhões, e Carapebus, onde houve mais ou menos outro tanto. Em Conceição do Macabu a permanência foi de apenas horas e as comunhões foram 524; em S. Gonçalo de Goitacazes toda a população comungou. Em S. Bento do Mussurepe, onde se encontra o tradicional Mosteiro beneditino, houve 2.000 comunhões. Também em Tocos, todo o povo comungou, e à passagem da Imagem verificou-se a cura de um paralítico. Em Bom Jesus do Itabapoana houve 3.550 comunhões, em Itaperuna 3.000, e em Cardoso Moreira 2.300, sendo que esta última cidade resolveu suprimir definitivamente os

jogos de azar e os bailes. Em Miracema, a recepção se caracterizou por um cortejo de 200 automóveis, e houve 7.000 comunhões, sendo a população da cidade de 13.000 almas. Soleníssima foi a recepção em Pádua, onde houve 5.000 comunhões. De Pádua até Cambuci o trajeto se faz normalmente em duas horas, mas a Imagem levou seis horas a percorrê-lo, seguida de centenas de automóveis. É que à beira das estradas populações rurais a detinham a fim de a venerar. De Cambuci (2.950 comunhões) o cortejo rumou para S. Fidelis, onde também houve muitas comunhões. Em S. Sebastião do Alto, não há Vigário, e não houve missa. Mas o Prefeito Municipal, Sr. Hermes Ferro, deu um belo exemplo encarregando-se de preparar a recepção, que foi excelente. Também edificante a acolhida em Santa Maria Madalena, onde, embora não haja Vigário, foi notável o número de homens que se aproximaram da Sagrada Mesa. De lá, a celeste Peregrina foi conduzida a Trajano de Moraes, onde houve 950 comunhões. Por fim seguiu para Campos (Catolicismo, 1955, p. 1).

Depois de haver celebrações várias paróquias do território diocesano, as celebrações preparativas para o 36º Congresso Eucarístico Internacional se dirigiram para Campos, onde houve grande participação do laicato.

No dia 17, nova cerimônia, na Praça do SSmo. Salvador. Era uma pregação dos Missionários Capuchinhos. A praça, na qual cabem cerca de 30.000 pessoas, ficou literalmente cheia. Pormenor importante, havia lá especialmente muitos homens, o que numa cidade em que grassava o respeito humano, constituía novidade marcante. No dia 18, a fim de incendiar o zelo no recesso das famílias, realizou-se na Catedral uma Concentração de Mães. O templo tem 6.400 metros quadrados, e ficou literalmente cheio. Desde logo, os frutos da Semana se iam prenunciando tais, que foi necessário marcar dias de confissão para as diversas categorias de pessoas. E ainda assim o movimento de tal modo excedeu à expectativa que os Sacerdotes não bastaram para a grande quantidade de penitentes. Era Nossa Senhora que falava às almas (Catolicismo, 1955, p. 1).

A mobilização diocesana organizada pelo bispado de Campos em torno do Congresso Eucarístico Internacional de 1955 deve ser vista como uma demonstração do cuidado pastoral de Castro Mayer, cujo objetivo era promover a integração diocesana com o Papa e com o episcopado brasileiro.

No aspecto externo, Castro Mayer tinha o cuidado de manter a diocese integrada aos eventos de porte nacional e estadual. No que tangia à expansão pastoral diocesana, Castro Mayer trabalhou pela fundação de cinco paróquias¹³⁶, ordenação de 23 padres¹³⁷, abertura de

¹³⁶ Paróquia Nossa Senhora da Conceição (21.11.1955) Italva; Paróquia Imaculado Coração de Maria (07.10.1958) Ururaí, Campos dos Goytacazes.; Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima (20.12.1967) Itaperuna; Paróquia São Benedito (10.04.1968) Itaperuna Paróquia Santa Maria (13.11.1976) Santa Maria em Campos dos Goytacazes;

¹³⁷ Padre Olivácio Nogueira Martins (1950), Padre Lamar Barreto Calzolari (1955), Padre José Moacir Pessanha (1959) Padre Emanuel José Possidente (1959), padre Roberto Gomes Guimarães (1961), padre Joaquim Ferreira Sobrinho (1961), padre Eduardo Athayde (1967), padre Licínio Rangel (1967), Padre Antônio Alves de Siqueira (1969), Padre Manoel Henrique Ferreira Lima (1969) Padre Gervásio Gobato (1970), Padre Elcio Murucci (1974), Padre David Francisquini (1974), Padre Fernando Arêas Rifan (1974), Padre José Eduardo Pereira (1974), Padre Antônio Paula da Silva (1974), Padre José Gualandi (1975), Padre Jonas dos Santos Lisboa (1976), Padre Geraldo Gualandi (1979), Padre José Ronaldo de Menezes (1980), Padre José Onofre Martins de Abreu (1980), Padre Alfredo Gualandi (1980), Padre Manoel Macedo de Farias (1988).

seminário diocesano Maria Imaculada, sendo o Menor em 1957 e o Maior em 1969¹³⁸, e elevação da Catedral Diocesana à Basílica Menor do Santíssimo Salvador, em 1963 (Padres de Campos, 1988, p. 4).

Outras realizações lideradas por Castro Mayer foram as missões diocesanas. Para tal, houve, por anos, a organização de diversas campanhas de oração na diocese, que mobilizavam os padres da diocese para atender confissões, realizar casamentos, batizados, primeiras comunhões, catequeses e a criação de comunidades pela diocese, a fim de assistir os fiéis espiritualmente. De maneira destacada, as missões diocesanas realizadas com a imagem Peregrina e Milagrosa de Nossa Senhora de Fátima, em 1974, 1976 e 1978, que visavam o “afervoramento da fé, a prática da oração e da penitência e a admoestação os católicos contra o Comunismo e o progressismo” (ARQTRAD, sem data)¹³⁹. Afinal, o bispo diocesano e o padres mais próximos eram clérigos marianos e anticomunistas e exerciam esse apostolado, cujo principal fundamento era a devoção à Nossa Senhora de Fátima. Por isso, a diocese impulsionou a atuação das congregações marianas e das Pias Uniões das Filhas de Maria contra os movimentos de esquerda (ARQPeJPV, 1986)¹⁴⁰.

Outra prática recorrente em seu ministério episcopal foram as quatorze cartas pastorais que escreveu para seus diocesanos, sempre em tom de admoestação diante das transformações trazidas pelo século XX¹⁴¹. Entre as cartas publicadas, destacam-se as que tiveram repercussão internacional: *Sobre Problemas do Apostolado Moderno* (1953), com edições na França, na

¹³⁸ O seminário de Varre-Sai formou quatorze padres. Treze padres da União Sacerdotal São João Maria Vianney: Dom Licínio Rangel, monsenhor Eduardo Athayde, padre Antônio Alves de Siqueira, Dom Fernando Arêas Rifan, padre Elcio Murucci, padre José Gualandi, padre Alfredo Gualandi, padre Geraldo Gualandi, padre Jonas dos Santos Lisboa, padre José Onofre Martins de Abreu, padre José Ronaldo de Menezes, padre Hélio da Silva Rosa, padre José Paulo Vieira. Somente o padre Manoel Henrique Ferreira Lima deixou a diocese e aderiu ao concílio. Reitores do Seminário Maria Imaculada durante o episcopado de Castro Mayer: padre Abaeté Cordeiro (1957-1962), padre Moacir Pessanha (1962-1964), padre Abaeté Cordeiro (1964-1972) e padre Licínio Rangel (1972-1982).

¹³⁹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Conferência do padre Fernando Arêas Rifan sobre Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, sem data.

¹⁴⁰ Anotações e registros do arquivo particular do padre José Paulo Vieira. *Memórias da convivência com Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 1981-1986.

¹⁴¹ Sobre o dogma da Imaculada Conceição da Bem-Aventurada Virgem Maria (1950); Sobre os problemas do apostolado moderno, contendo um catecismo de verdades oportunas que se opõem aos erros contemporâneos (1953); Prevenindo os diocesanos contra os ardis da seita comunista (1961); Castidade, humildade, penitência, características do cristão, alicerces da ordem social (1963); Os documentos conciliares sobre a Sagrada Liturgia e instrumentos de comunicação social (1963); Instrução pastoral sobre a Igreja (1965); considerações a propósito da aplicação dos documentos promulgados pelo Concílio Vaticano II (1966); Por ocasião do 250º aniversário do encontro da milagrosa imagem de Nossa Senhora Aparecida e do 50º aniversário das aparições de Nossa Senhora do Rosário de Fátima (1967); sobre a preservação da fé e dos bons costumes (1967); Sobre o santo sacrifício de missa (1969); *Aggiornamento* e tradição (1971); Sobre cursilhos de cristandade (1972); Pelo casamento indissolúvel (1975); Sobre a realeza de Nosso Senhor Jesus Cristo (1976) e Sobre a mediação universal de Maria Santíssima (1978) (Padres de Campos, 1988, p. 2).

Itália, na Espanha e na Argentina; *Aggiornamento e Tradizione* (1971), traduzida na França, na Alemanha, na Espanha, na Inglaterra e na Itália; *Sobre o Santo Sacrifício da Missa* (1969), traduzida para o italiano; *Sobre Cursilhos de Cristandade* (1972), traduzida para o inglês e espanhol; e cartas pastorais em que apresenta aos fiéis os documentos conciliares do Vaticano II (Padres de Campos, 1988, p. 3).

A carta pastoral *Sobre Cursilhos de Cristandade* foi um arauto do discurso conservador de direita, ao denunciar que havia nos movimentos cursilhistas “uma singular mistura de erro e de verdade, de bem e de mal” (Mayer, 1973, p. 2), devido à influência marxista e da tendência esquerdizante do movimento. Por isso, a carta pastoral foi largamente divulgada pela TFP em campanhas combativas por todo o Brasil. De igual maneira, *Catolicismo* também publicou a carta pastoral do bispo de Campos contra as infiltrações marxistas na Igreja (TFP, 1980, p. 233).

O apontamento dessa carta pastoral no relatório do SNI¹⁴² aponta que o movimento tradicionalista liderado por Castro Mayer tinha era relevante para o governo. Por isso, fora monitorado por esse órgão do governo, cujo objetivo era coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contrainformação e à informação sobre questões de subversão interna. Na prática, transformou-se em um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria “na luta contra o inimigo interno” (Fausto, 2011, p. 259).

Segundo o relatório do SNI,

[...] Isso tudo contrasta com o estrito respeito do Governo à inviolabilidade da esfera espiritual, pondo em risco a segurança interna do País, por se moverem no atual panorama nacional como "companheiros de viagem" do Comunismo internacional. De há muito, a infiltração comunista nos meios católicos vem sendo objeto de pronunciamentos públicos de personalidades eclesásticas. Assim, em 1972, D. ANTÔNIO DE CASTRO MAYER. Bispo de Campos, publicou uma Carta Pastoral sobre Cursilhos de Cristandade. Nela, o Prelado denunciava infiltrações comunistas no pensamento de muitos conhecidos e atuantes setores da igreja no BRASIL (ARQSNI, 20/11/1980)¹⁴³.

O destaque de Castro Mayer fora da diocese e fora do ambiente religioso deve-se, em grande parte, ao conteúdo conservador das suas cartas pastorais. Talvez, a mais célebre seja a de 6 de janeiro de 1953, *sobre os Problemas do Apostolado Moderno* (Padres de Campos, 1988,

¹⁴² O SNI foi instituído pela Lei Nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Seu Artigo 1º dizia: “É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional” (BRASIL, 2012).

¹⁴³ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *A Igreja e o Governo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 20/11/1980.

p.2). Essa carta pastoral foi publicada em português, em francês, em italiano e em espanhol, respectivamente no Brasil, no Canadá, na França, na Itália e na Argentina (Mayer, 1971, p. 17).

Outras cartas pastorais assinalaram também o episcopado de Castro Mayer. Elas tinham a finalidade de ser um sólido norteador do conservadorismo católico, que privilegiava a devoção mariana, o combate anticomunista e a defesa do modelo de Igreja pré-conciliar. Ele escreveu cartas pastorais sempre defendendo a conservação da hierarquia e da doutrina da Igreja, enquanto elementos imutáveis (Mayer, 1971, p. 46), contra as ideias reformistas.

Durante o Concílio Vaticano II, Castro Mayer discordou e combateu as ideias reformistas e destacou-se como um dos líderes da corrente conservadora reunida no *Coetus Internationalis Patrum*. Ele foi o segundo bispo brasileiro que mais interveio durante as sessões conciliares, tendo feito 30 intervenções durante as quatro sessões no Vaticano II, num total de mais de 200 bispos brasileiros (Beozzo, 2001, p. 203).

De maneira geral, suas intervenções foram em favor da conservação do latim¹⁴⁴ na liturgia, em defesa da estrutura monárquica da Igreja, pela manutenção dos privilégios do catolicismo e pela condenação explícita do Comunismo. Com Lefebvre, fez parte do *Coetus Internationalis Patrum* (Roy-Lysencourt, 2015, p. 1062).

As análises históricas demonstram que após o Concílio Vaticano II, os bispos Antônio de Castro Mayer, de Campos, e Marcel Lefebvre, da França, estreitaram relações devido ao isolamento progressivo que ambos enfrentaram no seio da Igreja, em razão do processo de recepção conciliar. Com o avanço das novas diretrizes do Concílio, tanto Castro Mayer quanto Lefebvre experimentaram dilemas de consciência, devido ao choque entre seus valores religiosos e as novas diretrizes do Concílio, que serão devidamente apresentadas no decorrer do texto.

As cartas escritas por Castro Mayer evidenciam que entre o final da década de 1960 e o início da década de 1980, o bispado de Campos enfrentou uma série de desafios: conflitos com a Nunciatura Apostólica, problemas internos com membros do clero na diocese e um afastamento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nesse período, ele também estreitou relações, e posteriormente rompeu, com Plínio Corrêa de Oliveira e a Organização Tradição, Família e Propriedade (TFP). Essa série de eventos aprofundou o processo de divisão dentro da diocese de Campos, onde surgiram claramente duas vertentes: a linha que aderiu ao Concílio e a linha tradicionalista, que o rejeitava (Seiblit 1992 : 258).

¹⁴⁴ A língua latina ou latim é uma antiga língua indo-europeia do ramo itálico, originalmente falada no Lácio, a região em volta da cidade de Roma (Longo, 2006, p. 100).

Em 1981, Castro Mayer, com 77 anos, tornou-se bispo emérito de Campos dos Goytacazes, após 33 anos à frente da diocese. Foi substituído por Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro, que assumiu a diocese em 15 de novembro de 1981. Nesse contexto, ao longo dos anos de 1980, Castro Mayer foi se afastando cada vez mais da Santa Sé e manifestava publicamente seu descontentamento com o Concílio Vaticano II, por meio de carta aberta endereçada ao João Paulo II e pelas declarações de seus padres na mídia local. A situação foi se agravando na diocese devido às diferenças pastorais praticadas por Castro Mayer e Dom Carlos Alberto Navarro, que, devido à resistência tradicionalista contra o *Novos Ordo* e contra o Concílio Vaticano II, exonerou metade do clero diocesano, que formou União Sacerdotal São João Maria Vianney (Mérida 2016 : 78).

Para impedir que os padres tradicionalistas, com seus respectivo fiéis ficassem desamparados, Castro Mayer lhes prestou assistência com os sacramentos e abençoando a fundação das novas igrejas tradicionalistas, que começaram a serem construídas, cujo objetivo era resistir à implantação do *Novus Ordo* conservar o modelo de Igreja praticado na diocese durante o episcopado de Castro Mayer (Mérida 2016 : 13-15).

Por terem posições semelhantes a respeito das reformas implementadas pelo Concílio Vaticano II, a aproximação entre Castro Mayer e Marcel Lefebvre foi às últimas consequências: a excomunhão, quando ambos realizaram a sagração de quatro bispos, em 30 de junho de 1988, sem mandato apostólico: o francês Bernard Tissier de Mallerais, o suíço Bernard Fellay, o espanhol Alfonso de Galarreta e o inglês Richard Nelson Williamson.

Castro Mayer participou dessa sagração em Écône como co-sagrante, contra a vontade do Papa, que classificou o evento como “ato cismático” (Denzinger, 2005, p. 1142)¹⁴⁵. Assim, Lefebvre, o co-sagrante e os bispos sagrados incorreram na grave pena da excomunhão prevista pela disciplina eclesiástica conforme o Código de Direito Canônico, como descrito anteriormente (Denzinger, 2005, p. 1142)¹⁴⁶.

Em 18 de dezembro daquele mesmo ano, Castro Mayer realizou a ordenação sacerdotal do diácono Manoel Macêdo de Farias na cidade de Varre-Sai, Noroeste Fluminense. Essa ordenação foi sua última participação em evento público, tendo em vista sua idade avançada e seu estado de saúde debilitado.

Em 25 de abril de 1991, faleceu na cidade de Campos dos Goytacazes na casa onde funcionou o seminário da União Sacerdotal São João Maria Vianney, localizado na rua

¹⁴⁵ Carta Apostólica *Motu Proprio Ecclesia Dei* do Sumo Pontífice João Paulo II.

¹⁴⁶ Carta Apostólica *Motu Proprio Ecclesia Dei* do Sumo Pontífice João Paulo II.

Riachuelo, convicto de “longe da Igreja de Cristo se encontra a Igreja do Vaticano II” (Henri et Hodie, 1991, p. 3).

Por ocasião do falecimento de Castro Mayer, o padre Fernando Rifan afirmou,

“A Tradição não pode morrer. A Tradição Católica vive! O que Dom Antônio nos legou, nós continuamos a seguir, não porque foi ele que nos legou, mas, porque é doutrina da Santa Igreja [...]. E assim as paróquias continuam, as procissões continuam, as santas missas tradicionais, os colégios, as congregações religiosas, as construções continuam. A Tradição Católica vive. A Tradição Católica não pode morrer. Conservemos sempre no coração a chama da Tradição: fé católica de sempre, a doutrina e o catecismo de sempre” (ARQTRAD, 1991)¹⁴⁷.

E assim, o grupo tradicionalista de Campos dos Goytacazes estabeleceu contato com os bispos lefebvristas para que sagrassem Dom Licínio Rangel como bispo substituto de Castro Mayer à frente da União Sacerdotal São João Maria Vianney.

1.5 A ligação com Plínio Corrêa de Oliveira

A vida de Castro Mayer esteve diretamente ligada à vida de Plínio Corrêa de Oliveira por quase cinco décadas. Juntos, eles militaram pela defesa de uma Igreja antimoderna, contra as ideias que embalaram a Revolução Francesa e promoveram o Comunismo no século XX. Segundo Plínio de Oliveira, a Revolução¹⁴⁸ seria o principal malefício do mundo contemporâneo (Oliveira, 2009, p. 17).

As pesquisas nos arquivos de Plínio de Oliveira¹⁴⁹, do *Legionário* e *Catolicismo* e no material coletado no território diocesano apontam para uma militância estreita, na qual o bispo prestou grande assistência aos projetos de Plínio Correa de Oliveira em diferentes etapas da sua vida; sempre com um discurso antimoderno pautado pela doutrina católica do século XIX. Segundo as publicações feitas em *Catolicismo* e nas cartas pastorais de Castro Mayer, o bispo e o leigo eram opositores públicos ao Iluminismo, o Racionalismo, o Positivismo, o

¹⁴⁷ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Conferência ministrada pelo padre Fernando Rifan sobre Dom Antônio de Castro Mayer. Campos dos Goytacazes, 1991.

¹⁴⁸ Em 1959, *Catolicismo* estampou em suas páginas o ensaio *Revolução e Contrarrevolução* que, como livro, nas décadas seguintes, foi publicado em 16 países da Europa e das Américas, em nove línguas. Esta obra marcou profundamente a história do pensamento do carismático líder Plínio de Oliveira e de seus seguidores. Através do conteúdo apresentado, os membros do grupo do *Catolicismo* viram reunidos os traços essenciais de seu ideário e uma visão panorâmica do espírito da luta contrarrevolucionária que estavam imbuídos de continuar a combater (Caldeira, 2009, p. 105).

¹⁴⁹ Memórias autobiográficas de Plínio Correa de Oliveira em encontros públicos e privados com integrantes da TFP e transcrito por eles.

Cientificismo etc. Esta postura é a adoção do discurso antimoderno, aderido por Plínio Corrêa de Oliveira e Castro Mayer na empreitada que ficou conhecida como contrarrevolução.

A contrarrevolução seria uma reação, a ser concretizada no século XX, para conter os efeitos das revoluções, cuja gênese começou com a decadência da Idade Média e seguiu seu curso com a Reforma Protestante e a Renascença, a Revolução Francesa, e a implantação das ideias comunistas no século XX. Esses movimentos seriam as diferentes faces de um único movimento entendido como a “Revolução ateia e igualitária”, contra a qual o grupo de *Catolicismo* lutava, sob alegação de estar defendendo a restauração da civilização cristã, austera e hierárquica, fundamentalmente sacral, anti-igualitária e antiliberal (Oliveira, 2009, p. 75).

Plínio Corrêa de Oliveira nasceu em São Paulo, em 13 de dezembro de 1908 e foi um importante intelectual católico do século XX, que se colocou como militante da contrarrevolução e para entender o seu discurso é fundamental ter em mente este conceito, pois Castro Mayer também foi um adepto da contrarrevolução, haja vista que cria que o “tumor revolucionário queria se instaurar no interior da Cidade de Deus” (Mayer, 1971, p.8).

A Cidade de Deus é uma obra escrita por Santo Agostinho (354-430), que retrata uma concepção teológica que representa a comunidade dos fiéis, aqueles que buscam a Deus e vivem em conformidade com seus princípios morais. É uma realidade espiritual, oposta à “cidade terrena”, caracterizada por desordem, corrupção e busca egoísta de prazeres mundanos (Osborne, 2016, p. 145). Por isso Castro Mayer deu espaço para que Plínio de Oliveira e seu grupo difundissem em Campos dos Goytacazes as ideias antimodernas e contrarrevolucionárias por meio de *Catolicismo*.

A concepção ultramontana interpreta que a história moderna consistiu “essencialmente numa progressiva apostasia que atingiu seu ápice com a revolução, ataque desenfreado das potências do mal contra os filhos da verdade, imunes da toda culpa e de todo erro” (Martina, 1996, p. 82). Dessa maneira, caberia a todo católico empreender a luta pela restauração da sociedade que antecedeu a Revolução Francesa (Martina, 1996, p. 82).

Portanto, a contrarrevolução pretendeu a restauração do *Ancien Régime*; a preconização do poder do Papa e da Igreja acima do poder do Estado, sendo a maior autoridade na sociedade; a negação da razão humana como único meio para adquirir conhecimento, distinguindo o verdadeiro e o falso, o bem e o mal; reafirmação do método escolástico para os estudos teológicos (Caldeira, 2005, p. 46).

O catolicismo antimoderno entende que a Revolução é liberal porque nega sistematicamente a autoridade política legítima e, além de almejar a destruição da Igreja, dos tronos e da sociedade, promovendo o igualitarismo. Sendo assim, a Revolução passou por três

fases: a primeira fase visaria a separação da Igreja do Estado, no intuito de enfraquecê-la, promovendo sua destruição social (Ségur, 2019, p. 34). A segunda fase visaria a consequência da destruição da autoridade da Igreja, assim, a autoridade do Estado estaria subjugada à soberania dos povos e por fim, a terceira fase visaria a destruição dos direitos da família e da propriedade, subvertendo a ordem natural deixada por Deus (Ségur, 2019, p. 34). Na condição de antimoderno, o bispo de Campos participou dessa concepção sobre o conceito de Revolução:

Nos últimos séculos, o espírito de revolução tem produzido transformações constantes no sentido de derrubar os poderes legítimos, amesquinhar a autoridade, seja política, social ou econômica, e no sentido de nivelar todas as desigualdades legítimas. A Igreja opôs-se e continuará a se opor a este processo histórico. No século XIX e nas primeiras décadas do século XX combateu o Liberalismo anarquizante; nesta segunda parte do século XX, dispõe-se a combater “com a maior energia” o Socialismo, que põe em grave risco “a dignidade do homem e a salvação eterna das almas” (Pio XII, Radiomensagem ao Katholikentag de Viena, cfr. “Catolicismo” n.º 24, dezembro de 1952). Por isto, edifica o mundo com a existência de sua organização hierárquica, que é de instituição divina, e, portanto, imutável; e pelo fato de em sua liturgia, em sua disciplina, etc., manifestar um espírito de hierarquia oposto ao espírito revolucionário (Mayer, 1971, p. 64).

O discurso de Castro Mayer advoga a causa da manutenção das diferenças sociais e pela primazia social da Igreja sobre as demais instâncias, em função de seu caráter divino. Esta também era a concepção de Plínio Corrêa de Oliveira, cujo discurso tendia pela manutenção do prestígio da nobreza e da elite, pois o leigo católico condenava o pensamento igualitário e conservava as diferenças sociais e harmônicas (Oliveira, 2009, p. 52).

Uma das possíveis explicações para o discurso classista de Plínio tem relação com a sua origem familiar. O leigo era filho do João Paulo Corrêa de Oliveira (1874-1951) e Lucília Ribeiro dos Santos Corrêa de Oliveira (1876-1968), duas famílias aristocráticas pertencentes à elite fundiária brasileira (IPCO, 2015, p. 20).

Do lado paterno, os Corrêa de Oliveira, senhores de Engenho em Pernambuco, eram descendentes dos portugueses que expulsaram os holandeses de Pernambuco. Entre seus parentes de proeminência social e política, está o Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira (1835-1919), seu tio-avô paterno, senador vitalício do Império e membro, também vitalício, do Conselho de Estado. Enquanto Primeiro-Ministro, João Alfredo referendou a Lei de libertação dos escravos, cognominada “Lei Áurea”, em 13 de maio de 1888. João Alfredo era irmão do Senhor de Engenho de Uruaé, Leodegário Corrêa de Oliveira, avô de Plínio (IPCO, 2015, p. 20).

Do lado materno, era oriundo da elite paulistana, as chamadas famílias dos “quatrocentos anos”, isto é, provenientes dos fundadores ou primeiros moradores da cidade de

São Paulo. Dentre os antepassados maternos de Plínio Corrêa de Oliveira destacou-se, durante o reinado do Imperador Dom Pedro II, o professor Gabriel José Rodrigues dos Santos, catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, advogado, deputado provincial e mais tarde nacional (IPCO, 2015, p. 20).

Embora fosse de família aristocrática, Plínio de Oliveira rompeu com o seu meio social e direcionou sua vida para trabalhos ligados à Igreja. Assim, estabeleceu sua própria rede de sociabilidade, que era distinta da rede de sociabilidade da sua família. Segundo palavras do próprio Plínio de Oliveira, rompera com o meio social ao qual pertencia para se dedicar às causas nas quais acreditava em relação à Igreja:

Eu fiz mais ou menos como Cortéz quando queimou os navios para ele não poder voltar do México para Espanha. Eu queimei os navios. Quando eu rompi com o mundo, deixei de frequentar a sociedade e emergi no Movimento Católico, me chamou especialmente atenção o [seguinte trecho do] Salmo 101: Tornei-me semelhante ao pelicano no deserto; tornei-me como a coruja no seu albergue. Velei, e tornei-me como o pássaro solitário no telhado. Eu passava perto das casas da sociedade, passava perto do Clube Paulistano, que era o melhor clube de São Paulo naquele tempo e do qual eu fora sócio anos, onde eu mandei cortar meu nome para cortar qualquer ligação com aquele mundo, e passando diante daquilo que era o mundo que eu não frequentava mais, eu me sentia alheio àquilo, mas como o pássaro é alheio ao que se passa debaixo dele na casa de família, onde outrora ele poderia ter morado numa gaiola, ou num poleiro, ou numa coisa qualquer. Quer dizer, eu morei aqui, mas hoje vivo solitário no teto, rompi com isso. (ARQBioPlínio, 16/06/1992)¹⁵⁰.

Segundo as memórias leigo católico, a sua busca em deixar os ambientes sociais não católicos é convergente com a prática do integrismo católico¹⁵¹, caracterizado como um movimento que surgiu no interior do catolicismo, cuja função era o reestabelecimento do

¹⁵⁰ Anotações biográficas de Plínio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *Santo do dia*, São Paulo, 16/06/1992.

¹⁵¹ O Integrismo constitui uma mentalidade ou um modo de ver mais do que uma escola ou um sistema de Filosofia. Tem suas raízes nos fins do séc. XIX, quando o racionalismo se afirmou, proclamando o culto à Razão e à Ciência, em oposição à fé cristã; as novas ideias acompanhavam uma revolução social, definida pelo lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, em antagonismo à antiga estrutura da sociedade, muito marcada pela aristocracia, a monarquia e o absolutismo dos soberanos. Ele sintetizou na primeira década do século XX, e sob o pontificado de Pio X (1903-1914), a árdua tarefa de manter intacto o espírito “íntegro” e a concepção jurídico-institucional-hierárquica da Igreja romana diante da teologia dos teólogos modernistas, assim acusados pelo Vaticano, e que propunham desde finais do século XIX, reformas na ortodoxia e nos métodos de exegese, avanços na crítica sobre os limites da filosofia tomista, conexão entre igreja, política e mundo moderno e o papel mais efetivo da democracia cristã. Os textos fundadores do integrismo são três: a Encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, o decreto *Lamentabili sane exitu*, 5 ambos de 1907, e o juramento antimodernista *Sacrorum Antistitum*, de 1910. Essa trilogia integrista marca para a Igreja da época o rol de condenações, prescrições, desconfiança e política de vigilância sem atenuantes produzidos para conter o “progressismo” contido na teologia de alguns recalcitrantes modernistas que teriam encabeçado a tentativa de reformas: mais notadamente Lucien Laberthonière e Alfred Loisy na França, George Tyrrell na Irlanda, Romolo Murri e Ernesto Buonaiuti na Itália. O emprego da categoria integrismo no interior da Igreja, serviu, pois, para afirmar a oposição dos representantes da ultraortodoxa baseada no “catolicismo oficial” e romano que reivindicava uma sociedade confessional, de fé católica integral, apoiada nos dogmas e no suposto de inerrância do texto papal frente aos postulados pelos setores modernistas internos (Gonçalves, 2012, p. 81).

reinado de Cristo na sociedade contemporânea. O termo integrismo designava o movimento antimodernista presente no interior do catolicismo dos países latinos da Europa. Sendo uma denominação externa e pejorativa, não foi adotada e autorreferenciada pelos católicos ultramontanos, que, para expressarem sua posição no campo católico, atribuíam a si a alcunha de tradicionalistas (Zanotto, 2007, p 47).

O ápice do catolicismo integrista aconteceu entre os anos de 1903 e 1914, quando teve lugar o pontificado de Pio X, por isso, esse Papa é mencionado com bom afeto pelos católicos mais conservadores, devido ao catecismo antimodernista. Quando o Integrismo passou a ser a referência básica da política pontifícia, cujo objetivo era a retomada da influência social católica perdida devido ao processo de secularização e de desordem desencadeado, na sua compreensão, pela Reforma Protestante. Para os católicos integristas, a Idade Média representou um período em que se obteve certo equilíbrio entre as forças do bem e do mal, onde o pecado foi, de certa forma, controlado pelo poder de influência da Igreja-, através da consolidação de uma sociedade hierárquica e autoritária, dois ícones deste modelo de catolicismo (Zanotto, 2007, p. 47).

Então, inserido num contexto histórico marcado pelo Racionalismo e pela secularização, levanta-se assim, a ideia de um catolicismo integral¹⁵² que se opunha ao Modernismo e ao Liberalismo católico surgido no século XIX (Poulat, 1977, p. 34). Este movimento liberal angariou membros na Igreja e preconizava a autonomia individual, social e nacional em relação à Igreja. De modo que a influência religiosa católica ficasse restrita aos templos religiosos, porque a sociedade deveria ser regida por princípios laicos em detrimento da autoridade eclesiástica (Salvany, 2020, p. 19).

Diante desse fenômeno, houve o levante do integrismo católico, que tinha como suas características a intransigência, a recusa da sociedade condenada pelos de seus “erros”, a instauração social do Reino de Cristo e a supremacia da autoridade do catolicismo romano, bem como a obediência incondicional ao Papa (Antoine, 1980, p. 12). É, portanto, possível compreender a atuação integrista para além das fronteiras do campo religioso, a partir do entendimento desta enquanto fluida, passível de configurações múltiplas e compostas com outros campos de pensamento (Zanotto, 2007, p. 9).

Em setembro de 1928, aos 19 anos, Plínio Corrêa de Oliveira, então jovem universitário, participou do congresso da mocidade católica, em São Paulo, quando estabeleceu o primeiro

¹⁵² Integral porque rejeita qualquer forma de liberalismo que separe o público do privado e tenda a repelir a religião para o domínio do privado por intermédio do processo de laicização. O catolicismo integral reivindica para a religião o direito de instruir todas as atividades humanas, sejam elas quais forem. Para isso, no entanto, precisou adotar uma estratégia evolutiva. Por cima, a conservação ou o restabelecimento do Estado cristão, impondo aos súditos ou cidadãos o respeito às leis da Igreja (Fouilloux 2001, p. 14-15).

contato com as congregações marianas, que estavam nos primórdios da sua expansão pelo Brasil. Nesse movimento, Plínio de Oliveira se destacou como conferencista, orador e membro atuante. Em pouco tempo, tornou-se uma das lideranças do movimento católico no Brasil com o apoio de Dom Duarte Leopoldo e Silva.

O contexto e a militância nos quais esteve inserido, nos anos de 1920, são caracterizados por uma perspectiva elitista e têm por finalidade a recatolização da sociedade. Essa tarefa deveria ser desempenhada por uma elite católica formada em escolas, congregações ou movimentos religiosos, com a elaboração de jornais, revistas, livros, campanhas públicas e associações para difundir a doutrina católica no intuito de formar os jovens que aderissem a esses movimentos formadores (Mainwaring, 2004, p. 43).

Portanto, a década de 1920, em especial, foi marcada pela criação e estímulo a movimentos eclesiais de reação ao positivismo, ao Liberalismo, ao Comunismo, ao materialismo e ao ateísmo. Essas correntes filosóficas eram vistas como anticristãs e contrárias à doutrina católica e, por isso, a militância de grupos católicos contra essas ideias (Zanotto, 2007, p. 21).

Entre os anos de 1928 e 1937, quando Plínio Corrêa de Oliveira emergiu como líder católico, um intenso movimento foi disseminado entre os jovens brasileiros, particularmente entre aqueles da baixa e média burguesia. O Congresso da Juventude Católica, do qual participou em setembro de 1928, foi um marco nesse movimento nascido das congregações arianas de jovens em São Paulo e que se espalhou pelo Brasil (TFP, 1980, p. 412).

Plínio Correa de Oliveira ganhou destaque social, religioso e político para além das fronteiras da arquidiocese de São Paulo. Entre 1928 e 1932, se tornou líder congregado mariano e foi integrante da Ação Universitária Católica (AUC) na Faculdade de Direito de São Paulo, pouco antes de concluir a sua graduação em Ciências Jurídicas e Sociais. Sobre a atuação da AUC, disse:

Depois de formarmos um pequeno grupo de amigos, eu propus a [esses congregados marianos] fundarmos um movimento católico, de luta a favor da Religião Católica, na Faculdade. Eles ficaram logo muito entusiasmados com a ideia e eu tive uma alegria, uma satisfação enorme com isso. E com a aprovação do diretor da minha congregação mariana, que era o Monsenhor Pedrosa, formamos uma organização só desses cinco, chamada “Ação Universitária Católica”. Logo [que foi fundada], a “Ação Universitária Católica” tomou o mesmo colorido intransigente [das Congregações Marianas]. Os meus colegas eram bobinhos; acho que nem tinham ideia do que aconteceria com eles se o assunto da castidade fosse levantado lá. Mas eu falei, expliquei, enfim, a coisa ficou bem combinada e nós resolvemos então, lançar um jornal católico chamado “AUC” e distribuir o jornal na Faculdade. Era um jornalzinho de estudante, mas sustentando ideias católicas desde a primeira letra até a última. Eu via chegando aqueles automóveis trazendo alunos, a maior parte automóveis ricos, e quando o colega descia do automóvel, eu me apresentava a ele e dizia: “Olha aqui,

um número da organização dos jovens católicos da Faculdade” (ARQBioPlinio, 13/08/1988)¹⁵³.

A maneira como descreveu a sua atuação junto à AUC evidencia um jovem atuante, que disseminou a doutrina religiosa e as ideias católicas, no intuito de angariar membros e simpatizantes no ambiente universitário. É dessa forma que Plinio de Oliveira atuou em sua vida nos distintos lugares que frequentou, a exemplo do que fez quando era estudante universitário.

Entre 1933 e 1936, exerceu mandato de deputado federal pelo estado de São Paulo, tendo sido o candidato mais jovem e mais votado nas eleições de 1932 entre os que participaram da constituinte de 1934: 24.017 votos. Essa votação expressiva se deve à ajuda da Liga Eleitoral Católica (LEC). À época de sua eleição, estava com apenas 24 anos (ARQBioPlinio14/09/1991)¹⁵⁴.

Enquanto deputado federal, atuou na constituinte como voz ativa entre o grupo de parlamentares católicos. Ele pretendia que a LEC se tornasse o maior partido político do Brasil com o apoio dos congregados marianos espalhados por todo o país. Assim, após esse passo, Plinio de Oliveira tinha um segundo plano: estimular nos congregados marianos, e posteriormente na LEC, a concepção monarquista. Afinal, segundo sua concepção de mundo, enquanto jovem, “ser católico era necessariamente ser monarquista”, tendo uma grande decepção quando soube que o arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, era republicano (ARQBioPlinio 29/04/1992)¹⁵⁵.

E foi justamente no final do seu mandato como deputado federal, em 1936, que Plinio de Oliveira conheceu o padre Castro Mayer. Em função da formação conservadora que Castro Mayer recebeu no curso de Teologia, o jovem sacerdote estabeleceu uma relação de mútua influência com o leigo católico, que foi sólida e durou anos (Lima, 1984, p. 38).

Após concluir o seu mandato de deputado, Plinio de Oliveira dedicou-se ao Magistério universitário, assumindo a cátedra de História da Civilização no Colégio Universitário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e, posteriormente, tornando-se professor catedrático de História Moderna e Contemporânea nas Faculdades de Filosofia, Ciências e

¹⁵³ Anotações biográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia* 13/08/1988.

¹⁵⁴ Anotações biográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 14/09/1991.

¹⁵⁵ Anotações biográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 29/04/1992.

Letras São Bento e *Sedes Sapientiae*, ao mesmo tempo, em que se empenhava na análise filosófica e religiosa do que chamou de “crise contemporânea” (ARQBioPlinio, 08/08/1954)¹⁵⁶.

Em 1936, Plínio de Oliveira escreveu um relatório condenatório sobre o Integralismo¹⁵⁷ e procurou Dom José Gaspar para lhe entregar esse relatório. Nessa ocasião, Dom Gaspar era bispo auxiliar de São Paulo e como não tinha tempo para ler o documento, então, delegou a análise desse relatório aos cuidados do jovem padre Castro Mayer, até então, desconhecido pelo leigo católico. Segundo o bispo auxiliar de São Paulo, o jovem padre era muito culto, inteligente, virtuoso, piedoso e extraordinário e seria a pessoa ideal para receber o relatório escrito por Plínio de Oliveira (ARQBioPlinio, 08/08/1954)¹⁵⁸.

A reprovação ao Integralismo foi a primeira influência de Plínio de Oliveira sobre Castro Mayer. E, os argumentos apontados pelo leigo eram destacadamente políticos e religiosos. No aspecto político, Plínio de Oliveira via essa corrente como um “tipo da falsa direita, com todas as características nazistas e fascistas. O *Führer* brasileiro era o Plínio Salgado (1895-1975)” (ARQBioPlinio, 25/02/1989)¹⁵⁹. Que, segundo o líder leigo católico, pretendia “promover uma totalidade perigosa na política e da sociedade brasileiras” (ARQBioPlinio, 25/02/1989)¹⁶⁰.

Conforme Plínio de Oliveira,

Imaginem um rio e uma pessoa estabelece um desvio de água para as águas depauperarem o rio. O primeiro desvio de água foi o Integralismo [...]. O *Legionário* desenvolveu uma campanha incessante nos meios católicos neste ponto: “o Integralismo é uma falsa direita, não é verdadeira direita, porque não é verdadeiramente católico, nem é verdadeiramente [monarquista], mas apenas uma tapeação como o nazismo ou o fascismo (ARQBioPlinio, 25/02/1989)¹⁶¹.

¹⁵⁶ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *conferência para Yves de Pontfarcy*, São Paulo, 08/08/1954.

¹⁵⁷ O integralismo foi um movimento partidário pautado no Estado Integral, que visava o fortalecimento do Estado em detrimento do posicionamento individual. A constituição social seria pelo chefe da nação, abrigando em seu interior órgãos representativos das profissões e entidades culturais, com posicionamento político de extrema-direita com inspiração fascista, sob a influência de Plínio Salgado, Sob o lema de “Deus, Pátria e Família” Plínio Salgado lança o Manifesto da AIB em outubro de 1932. O símbolo do integralismo é a letra grega Sigma (Σ) simbolizando a máxima do movimento que buscava a integração da sociedade brasileira. A partir da integração da família como menor instituição da sociedade e tendo o Estado forte para tomada do eixo, a sociedade se integraria e o Brasil se fortaleceria (FAUSTO, 2011, p. 194).

¹⁵⁸ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *conferência para Yves de Pontfarcy*, São Paulo, 08/08/1954.

¹⁵⁹ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *conferência para Yves de Pontfarcy*, São Paulo, 08/08/1954.

¹⁶⁰ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *conferência para Yves de Pontfarcy*, São Paulo, 08/08/1954.

¹⁶¹ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *conferência para Yves de Pontfarcy*, São Paulo, 08/08/1954.

No sentido religioso, Plínio de Oliveira enxergava um espírito “anticatólico e heretizante”, já que os integralistas ligados ao integralista Plínio Salgado defendiam a criação de um quarto.

estágio social e religioso. Plínio de Oliveira escreveu em seu relatório que a cúpula integralista enxergava a prática religiosa histórica em diferentes estágios, pretendendo chegar ao quarto e último estágio de desenvolvimento: o primeiro estágio como politeísmo, que migrou para o monoteísmo até chegar na terceira fase, que seria o ateísmo. A quarta fase seria mais requintada porque misturaria o politeísmo e o monoteísmo, promovendo chamada a “Humanidade do Integralismo”, com uma nova religião, divergente o catolicismo romano (ARQBioPlínio, 25/02/1989)¹⁶².

Por isso, entre 1935 e 1938 houve uma campanha promovida nas páginas do *Legionário* contra o Integralismo, visto e acusado, também, pelo leigo católico como falso anticomunismo. Os textos de Plínio de Oliveira, na segunda metade dos anos de 1930, apontam que o Liberalismo, Comunismo e o Integralismo constituíam os três piores inimigos da Igreja no Brasil naquele momento. Por isso, o clero deveria condenar publicamente estas correntes sob a alegação de defesa da doutrina e integridade da fé no Brasil, uma vez que estas correntes ideológicas estavam ligadas ao contexto da guerra na Europa (ARQBioPlínio, 25/11/1994)¹⁶³.

Plínio de Oliveira entregou um relatório acusando o Integralismo de “falsa direita” ao padre Castro Mayer, que o recebeu em nome do bispado de São Paulo. Assim, o leigo católico pôde discorrer sobre estas ideias diretamente com o jovem padre com que começara seus laços de amizade. Segundo o discurso de Plínio de Oliveira, o jovem padre Castro Mayer era simpático ao Integralismo, e por isso, duvidou do relatório num primeiro momento. Foi então, que o padre arquidiocesano pediu ao leigo católico que lhe concedesse os livros apropriados para se aprofundar no assunto. Após realizar as leituras de textos escritos pelo líder católico, Castro Mayer disse estava desiludido com o Integralismo e afirmou que Plínio de Oliveira tinha toda razão em suas críticas contidas no relatório que fora entregue à arquidiocese (ARQBioPlínio, 08/08/1954)¹⁶⁴.

Os motivos citados acima por Plínio de Oliveira fizeram Castro Mayer crer que o Integralismo minaria a influência católica no campo político-social. Assim sendo, o jovem

¹⁶² Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *Santo do dia*, São Paulo, 25/02/1989.

¹⁶³ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *Santo do dia*, São Paulo, 25/11/1994.

¹⁶⁴ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *conferência para Yves de Pontfarcy*, São Paulo, 08/08/1954.

padre arquidiocesano estreitou laços com o leigo católico e abdicou de sua simpatia integralista, para aderir ao discurso anticomunista de Plínio de Oliveira (ARQBioPlínio, 30/06/1973)¹⁶⁵. Destaca-se que as razões iniciais que uniram Castro Mayer e Plínio de Oliveira foram muito parecidas com as circunstâncias que da amizade entre Plínio de Oliveira e Proença Sigaud. Eles se conheceram em 1936, em São Paulo e Proença Sigaud também tinha suas simpatias integralistas, desfeitas por Plínio de Oliveira. Tinha início, então, no ano de 1936, uma tríade conservadora que trabalhou nas décadas seguintes pela militância anticomunista e antirrevolucionária (ARQBioPlínio, 30/06/1973)¹⁶⁶.

A partir deste momento, Castro Mayer começou a prestar assistência eclesiástica ao grupo que compunha o *Legionário* e no futuro integraria *Catolicismo* e a TFP (ARQBioPlínio, 09/04/1977)¹⁶⁷, elucidando a militância conjunta entre o leigo católico e o padre paulista (White, 1993, p. 39).

Plínio de Oliveira tinha ideias monarquistas, e dessa forma, desejava que seus amigos clérigos e leigos também tivessem essa preferência (ARQBioPlínio, 24/04/1992)¹⁶⁸. Todavia, o leigo católico não logrou o sucesso esperado em relação ao amigo Castro Mayer, haja vista o conteúdo da carta pastoral *Sobre os Erros do Apostolado Moderno*, de 1953, na qual escreveu,

Em si, a Igreja considera igualmente compatíveis com seus princípios, e, pois, com o espírito evangélico, os três regimes, monárquico, aristocrático e democrático. Santo Tomás de Aquino ensina que, em princípio, o melhor regime é o monárquico, mas que, dadas as contingências humanas, o melhor sistema de governo deve conter elementos de cada um desses três regimes (Mayer, 1971, P. 109).

O bispo de Campos prossegue a respeito de sua preferência sobre o regime político quando diz que,

Democracia crista” é expressão usada para indicar qualquer governo que promova o bem comum sob a lei de Deus, seja esse governo monárquico, aristocrático ou democrático. É o que ensina Leão XIII quando diz que a democracia cristã “não deve absolutamente ter em vista preferir e preparar uma forma de governo em substituição a outra” (Encíclica “*Graves de Communi*”) (Mayer, 1971, p. 95).

¹⁶⁵ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *santo do dia*, São Paulo, 30/06/1973.

¹⁶⁶ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *santo do dia*, São Paulo, 30/06/1973.

¹⁶⁷ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *santo do dia*, São Paulo, 09/04/1977.

¹⁶⁸ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *santo do dia*, São Paulo, 24/04/1992.

O foco de Castro Mayer era a promoção da Igreja. Já o regime político tinha menos importância, desde que a Igreja tivesse a primazia social garantida:

O Estado tem por fim próprio prover o bem temporal, e em sua esfera é soberano. A Igreja, tutora do direito natural em todo o orbe, tem o direito de ver respeitadas as suas leis e doutrinas pelos poderes públicos temporais. O Estado deve declarar-se oficialmente católico, deve por ao serviço da preservação e expansão da Fé todos os seus recursos (Mayer, 1971, p. 95).

A posição política sobre o regime de governo ideal é relevante neste ponto do trabalho, porque demonstra uma diferença de pensamento que havia entre Castro Mayer e Plínio de Oliveira. O leigo católico queria que o Estado promovesse o catolicismo romano, todavia, dava mais ênfase ao regime monárquico do que Castro Mayer (ARQBioPlínio, 24/04/1992)¹⁶⁹. A despeito das preferências sobre o regime político, Plínio de Oliveira seguia adiante com sua militância na arquidiocese de São Paulo.

Após alguns anos como colunista do *Legionário*, no dia 20 agosto de 1933, número 126, o leigo apareceu pela primeira vez como diretor do jornal, cargo que ocupou até dezembro de 1947, quando foi retirado do posto pelo cardeal Carmelo Motta (IPCO, 2015, p. 161).

Esse jornal foi fundado em 1927, em São Paulo, e ganhou relevância, tendo sido distribuído em vários lugares do Brasil. Tinha a finalidade de influenciar um grupo específico de católicos para disseminar o conteúdo do *Legionário*. Plínio de Oliveira teve essa ideia lendo o jornal francês *Sept*, que pregava o liturgicismo¹⁷⁰, do qual Plínio de Oliveira era opositor. Mas, valeu-se da ideia do *Sept* para nortear seu trabalho enquanto foi diretor do *Legionário* (IPCO, 2015, p. 160).

Um tempo depois, o pequeno jornal, com pouca expressividade, tornou-se o veículo oficioso de comunicação da arquidiocese de São Paulo, em função do trabalho empreendido pelo grupo:

Em pouco tempo o “*Legionário*” cresceu e ampliou seu campo de influência e de ação. De quinzenário de duas folhas passou a semanário de oito páginas; de folha paroquial, a órgão oficioso da Arquidiocese de São Paulo. Além de outros colaboradores, dois jovens professores de seminário atuavam também no “*Legionário*”: Mons. Antônio

¹⁶⁹ Anotações biográficas de Plínio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 24/04/1992.

¹⁷⁰ O que Plínio Corrêa de Oliveira chamava de liturgicismo é a adesão ao Movimento Litúrgico, que se caracterizou por renovar e flexibilizar a liturgia católica elaborada pelo Concílio de Trento. Na prática, o Movimento Litúrgico pretendeu vivência e participação subjetiva pessoal e comunitária, compreensão e acessibilidade do significado dos ritos, simplificação dos ritos e superação do rubricismo, variedade e pluralidade da liturgia da palavra e orações eucarísticas, profundidade de penetração do mistério celebrado, dimensão pascal e salvífica da liturgia, nova concepção do Mistério, aténs como sedução do que limite da inteligência (Libanio, 2005, p. 28)

de Castro Mayer – Assistente Eclesiástico do jornal – e o Pe. Geraldo de Proença Sigaud, S.V.D. Ambos, Mons. Mayer e o Pe. Sigaud, eram apontados como figuras proeminentes do jovem Clero brasileiro (Silva, 2009, p. 57).

Plínio de Oliveira queria ganhar espaço na arquidiocese, e para tal, ter a amizade de dois padres arquidiocesanos poderia ser útil ao seu projeto de ascensão, haja vista o seu desejo de se tornar presidente da Ação Católica de São Paulo, a fim fazer oposição a Alceu Amoroso Lima (1893-1983)¹⁷¹, que adotou o pseudônimo Tristão de Athayde em 1919 (ARQBioPlínio, 08/08/1954)¹⁷². Plínio de Oliveira justificava sua oposição a Alceu Amoroso Lima devido a uma suposta mudança de pensamento, pela qual Lima teria se tornado mais progressista pelas ideias de Maritain (ARQBioPlínio, 16/06/1973)¹⁷³.

No início da década de 1940, visando se tornar presidente da Ação Católica da arquidiocese de São Paulo, Plínio de Oliveira reclamou com o padre Paulo Rolim Loureiro (1908-1975), secretário do arcebispo, dizendo que se sentia preterido por Dom José Gaspar. O leigo católico queria que o arcebispo o recompensasse e percebeu na ascensão de Castro Mayer e Proença Sigaud um caminho para presidência da Ação Católica. E, de fato o leigo estava certo, porque Castro Mayer, ao ser nomeado Assistente Geral da Ação Católica, pediu ao arcebispo que Plínio de Oliveira fosse conduzido para a função de presidente, e o grupo foi atendido por Dom José Gaspar (ARQBioPlínio, 16/06/1973)¹⁷⁴.

As pesquisas aos arquivos pessoais de Plínio de Oliveira apontam que Castro Mayer e Proença Sigaud foram fundamentais para sua ascensão na arquidiocese de São Paulo, e por isso, o leigo católico soube arregimentar o patrocínio desses dois padres amigos, porque o seu prestígio cresceu na arquidiocese (ARQBioPlínio, 16/06/1973)¹⁷⁵.

¹⁷¹ Crítico literário, escritor, professor, pensador, líder católico brasileiro da Liga Eleitoral Católica, nos anos de 1930, presidente da Ação Católica, entre 1933 e 1934, e membro da Academia Brasileira de Letras. Eleito em 29 de agosto de 1935, como membro da Academia Brasileira de Letras. Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro em 1893. Consagrou-se como crítico literário, professor, intelectual, escritor e líder católico. Adotou o pseudônimo de Tristão de Athaíde ao se tornar crítico literário de O Jornal, em 1919. Em 1913 formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro. Após publicar seu primeiro livro, o ensaio Afonso Arinos de 1922, travou com Jackson de Figueiredo um famoso e fértil debate, do qual decorreu sua conversão ao catolicismo em 1928. Após a morte de Jackson de Figueiredo, o substituiu na direção do Centro Dom Vital e da revista A Ordem. Mais tarde, tornou-se símbolo de intelectual progressista na luta contra às transgressões, à lei e à censura que o regime militar iria impor ao povo brasileiro. Patrocinou em múltiplas ocasiões as cerimônias de formatura de estudantes de diversas especializações que rendiam tributo à sua luta constante contra os regimes de caráter autoritário. Faleceu em Petrópolis no ano de 1983 (Zanotto, 2007, p. 22).

¹⁷² Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Correa de Oliveira transcritas por membros de *Catolicismo*, São Paulo, conferência para Yves de Pontfarcy, 08/08/1954.

¹⁷³ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 16/06/1973.

¹⁷⁴ *Ibid.*

¹⁷⁵ *Ibid.*

Embora tenha nomeado Plínio de Oliveira para a presidência da Ação Católica, Dom José Gaspar tinha restrições a ele pela sua mentalidade conservadora. O leigo católico queria mostrar a Dom Gaspar os “erros” das ideias mais progressistas e o arcebispo queria que Plínio de Oliveira fosse menos conservador (IPCO, 2015, p. 230).

As nomeações feitas pelo arcebispo denotam que Dom Gaspar queria imobilizar os conservadores em São Paulo através da Ação Católica. Para que, delegando a função de presidente ao líder leigo, atuasse em convergência com a Ação Católica francesa, que tinha ideias progressistas (ARQBioPlínio, 10/08/1954)¹⁷⁶.

A respeito dessa realidade, Plínio de Oliveira afirmou que fora instaurada a “ditadura da Ação Católica” porque se via limitado por instâncias que eram superiores a ele, embora tivesse um discurso de obediência à hierarquia da Igreja. Plínio entendia que “o leigo não pode escolher uma atividade que esteja fora do programa da Ação Católica e com isso ou se faz o apostolado esquerdista deles ou não se faz nenhum apostolado” (ARQBioPlínio, 10/08/1954)¹⁷⁷. Eis a questão de Plínio, se sentir tolhido pela esquerda, que atuaria na Ação Católica, porque se tratava de uma estratégia do arcebispo para controlá-lo (ARQBioPlínio, 10/08/1954)¹⁷⁸.

O leigo católico classificou o movimento que influenciava a Ação Católica como “um perfeito nazismo eclesiástico”. E, foi a partir desse momento, em 1941, que começou a escrever *Em defesa da Ação Católica* (ARQBioPlínio, 10/08/1954)¹⁷⁹, o que traria problemas para o grupo.

A direção da Ação Católica em São Paulo ficou constituída da seguinte maneira: presidente, Plínio Correa de Oliveira; tesoureiro, Prof. José Benedito Pacheco Sales; 1º Secretário, José Gonzaga de Arruda; 2º Secretário, Prof. Fernando Furquim de Almeida (ARQBioPlínio, 10/08/1954)¹⁸⁰.

No mesmo período, o padre Geraldo de Proença Sigaud foi designado assistente arquidiocesano da Juventude Estudantil Católica, JEC, masculina e feminina. Plínio de Oliveira, o então padre Castro Mayer e o padre Proença Sigaud trabalharam juntos à frente da

¹⁷⁶ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Correa de Oliveira transcritas por membros de *Catolicismo*, São Paulo, conferência para Yves de Pontfarcy, 10/08/1954.

¹⁷⁷ *Ibid.*

¹⁷⁸ *Ibid.*

¹⁷⁹ *Ibid.*

¹⁸⁰ *Ibid.*

Ação Católica arquidiocesana, evidenciando a conexão nos trabalhos que desempenharam juntos pelas décadas seguintes (ARQBioPlinio, 04/09/1987)¹⁸¹.

Como Presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica de São Paulo, publicou, em junho de 1943, seu primeiro livro, *Em defesa da Ação Católica*, que contou com a revisão do padre Geraldo Sigaud e do padre Castro Mayer, o *Imprimatur* de José Gaspar e foi prefaciado pelo então Núncio Apostólico no Brasil, Dom Benedetto Aloisi Masella (Caldeira, 2005, p. 81).

Nesse livro, Plinio de Oliveira demonstrou as influências progressistas que, supostamente, estariam sendo infiltradas na Ação Católica. Para tal, o leigo católico reuniu documentos pontifícios que versavam sobre o tema e destacou os objetivos originais que a instituição deveria prezar. Assim, a obra foi lançada visando influenciar o numa perspectiva conservadora, que recusasse algumas premissas reformistas (Caldeira, 2005, p. 80), destacadamente o discurso de Jacques Maritain.

Segundo Plínio de Oliveira, foi através do movimento litúrgico e da Ação Católica que se disseminava o progressismo no catolicismo no Brasil. Para ele, devido às influências do pensamento revolucionário que preconizavam o discurso que tendia ao

Igualitarismo, a ser combatido pela Igreja, tendo em vista a tendência a um nivelamento antinatural na Igreja e no Estado; o Liberalismo, no caso, a obsessão por ajustar a Igreja às transformações continuamente mais extremadas do mundo neopagão; horror ao esforço, ao sacrifício e à ascese. (Caldeira, 2005, p. 76).

O livro de Plinio de Oliveira suscitou opositores no episcopado católico, destacando-se o arcebispo de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral (1884-1967)¹⁸², que era bem relacionado no clero, sendo amigo de Dom José Gaspar e tendo sido bispo que sagrou Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta em 30 de outubro de 1932, na matriz de São José, em Belo Horizonte (IPCO, 2015, p. 276).

Com a morte de Dom José Gaspar, em função de um acidente de avião no Rio de Janeiro em 1943, Dom Carmelo Motta foi nomeado para assumir a arquidiocese. Com essa nova nomeação, a ascensão da tríade conservadora encontrou limites e os problemas multiplicaram-se o para o grupo, porque antes mesmo do novo arcebispo chegar em São Paulo, já teria planejado o enfraquecimento do grupo do Legionário (ARQBioPlinio o cardeal Carmelo Motta,

¹⁸¹ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 04/09/1987.

¹⁸² Foi o segundo bispo de Natal, o primeiro bispo e o primeiro arcebispo metropolitano de Belo Horizonte. Foi agraciado com o título de Conde Romano, em 18 de outubro de 1932, pelo Papa Pio XI foi visto por Castro Mayer e Plinio como um prelado reformista (Souza, 2013).

novo Arcebispo de São Paulo, Sem Data)¹⁸³. Castro Mayer e o padre Geraldo Sigaud sofreram consequências diretas por estarem ligados a ele e por comungarem das suas ideias (Alencar Júnior, 2014, p. 156).

Dom José Gaspar já tinha preocupação com o grupo do *Legionário*, mas faleceu sem tomar nenhuma atitude pública contrária ao mesmo (ARQBioPlinio, 17/02/1995)¹⁸⁴. O novo arcebispo, cuja visão era contrária à defendida pelo *Legionário*, assim que chegou a São Paulo, propôs um armistício à situação de conflito gerada nos meios católicos pela publicação de *Em defesa da Ação Católica* (Caldeira, 2005, p. 76).

A ideia de Dom Carmelo Motta era criar um ambiente mais homogêneo na arquidiocese a fim de que os católicos assumissem uma única posição que seria determinada pela Igreja no encontro episcopal de 1946. Portanto, entre 1944 e 1946 houve um armistício na arquidiocese, enquanto os católicos esperavam o pronunciamento oficial da Igreja que se deu por meio dos bispos. Todavia, este armistício paralisou a militância de Castro Mayer, Plinio de Oliveira e Proença Sigaud e fortaleceu seus adversários na arquidiocese (ARQBioPlinio, 16/08/1988)¹⁸⁵.

Entretanto, segundo Plinio de Oliveira, o tempo do armistício proposto pelo arcebispo de São Paulo não representou tempos de paz para o *Legionário*. Na prática, esse tempo serviu para que o grupo de Plinio de Oliveira sofresse em silêncio as críticas de pessoas que o combatiam publicamente sem que nada pudesse ser feito (IPCO, 2015, p. 307).

A primeira memória de Plinio de Oliveira sobre o novo arcebispo de São Paulo foi um prenúncio dos tempos que viriam para ele e seu grupo:

Eu atravessava o Largo de São Francisco, preocupado como vocês podem imaginar, e encontro o Paulo Monteiro, Ministro na Ordem Terceira de São Francisco –o que equivale ao Prior na Ordem do Carmo–, chefe leigo, mulato esperto, vivo, muito informado, simpático a nós em algumas coisas, que me chamou e disse o seguinte: “Dr. Plínio, informações absolutamente seguras me dizem que Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Arcebispo de Maranhão, vai ser nomeado Arcebispo de São Paulo. Amigo íntimo de Dom Cabral, ele vem executar em São Paulo a política de Dom Cabral, e já está decidido que o primeiro golpe dele será contra os senhores”. Eu disse a ele: “Seu Monteiro, nós estamos nas mãos de Nossa Senhora. Nossa Senhora fará ou permitirá o que entender. Nós vamos continuando a viver”. (ARQBioPlinio, O Cardeal Motta, novo Arcebispo de São Paulo)¹⁸⁶.

¹⁸³ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP sob o título de “O Cardeal Motta, novo Arcebispo de São Paulo”, sem data indicada.

¹⁸⁴ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 17/02/1995.

¹⁸⁵ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 16/08/1988.

¹⁸⁶ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP sob o título de “O Cardeal Motta, novo Arcebispo de São Paulo”, São Paulo, sem data indicada.

Conforme as memórias de Plínio de Oliveira, Dom Antônio dos Santos Cabral era um bispo progressista, afeito às reformas na Igreja, adepto do liturgicismo e inimigo do *Legionário*. A aversão de Dom Cabral ao grupo do *Legionário* era grande, haja vista que o arcebispo de Belo Horizonte fez críticas severas e públicas ao livro *Em defesa da Ação Católica* (IPCO, 2015, p. 162). Esta oposição incidiu diretamente na vida do *Legionário* (IPCO, 2015, p. 288).

Sendo o arcebispo de São Paulo, Dom Carmelo Motta, amigo particular de Dom Cabral e adepto de sua corrente ideológica, teve entre seus objetivos restringir a linha editorial do *Legionário* (ARQBioPlinio, 18/03/1989)¹⁸⁷.

Na condição de um líder leigo conservador de direita e anticomunista, Plínio de Oliveira via a figura de Dom Carmelo Motta como um prelado católico inclinado ao pensamento político de esquerda (IPCO, 2015). Antes mesmo de assumir a arquidiocese, em sua primeira carta pastoral, o arcebispo se referiu a Getúlio Vargas como de “o homem de Deus para o Brasil, o homem da legislação social” (ARQBioPlinio, 16/06/1973)¹⁸⁸. Este fato elucida que o arcebispo e o presidente tinham uma boa proximidade, haja vista que em 1944, ainda com poucos meses na função de arcebispo, Dom Carmelo Motta foi do Maranhão ao Rio de Janeiro, rumo a São Paulo, no avião da FAB cedido por Getúlio Vargas, que prestigiaria o arcebispo (IPCO, 2015, p. 290).

A posição de Dom Carmelo Motta em relação a Getúlio Vargas foi vista pelo *Legionário* como um tiro contra a linha editorial do jornal, pois, o presidente da república era visto como um homem alinhado com a esquerda (IPCO, 2015, p. 291). Em 1947, ano que a PUC de São Paulo recebeu o título de Universidade Pontifícia de Pio XII, Plínio de Oliveira deixou a função de professor dos cursos em que ministrava aulas, pois viu que a sua presença na PUC era embaraçosa para o arcebispo (IPCO, 2015, p. 144).

Esse fato foi mais um numa série de restrições impostas ao leigo pelo arcebispo Carmelo Motta, que foi perdendo espaço paulatinamente em São Paulo, em função das diferenças de ideias e políticas que tinha com arcebispado e para expelir a militância de Plínio de Oliveira, o arcebispo não mediu esforços, inclusive, de tocar no clero da arquidiocese.

Essa perda de espaço não foi surpresa, porque Plínio de Oliveira sabia da oposição de Dom Carmelo Motta, que teria sido anunciada antes mesmo da chegada do novo arcebispo pelo

¹⁸⁷ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 18/03/1989.

¹⁸⁸ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 16/06/1973.

padre César Dainesse, S.J, Superior de Residência dos Padres Jesuítas (ARQBioPlinio, 16/07/1988)¹⁸⁹.

Por ocasião de sua nomeação, o núncio apostólico Bento Aloisi Masella, de maneira apreensiva, disse ao padre Dainesse César (1894-1986)¹⁹⁰ “o arcebispo que vem para São Paulo é inimigo pessoal de Dr. Plinio; vem com intenção de demolir o Dr. Plinio e o seu Grupo. É uma tristeza, mas não tem remédio. Coitado do Dr. Plínio, coitado do Dr. Plínio!” (ARQBioPlinio, 16/07/1988)¹⁹¹.

Segundo palavras de Plinio, ele e o seu grupo tiveram problemas com a chegada do novo arcebispo de São Paulo: “Dom Carmelo nos pôs na posição mais humilhante que uma pessoa possa ficar: réus que daqui a dois anos (1944-1946) vão ser julgados” (ARQBioPlinio, 31/12/1993)¹⁹². O leigo católico continua em suas memórias que,

As coisas estavam nesse pé, quando, depois dum retiro do Clero, o Cardeal chamou Dom Mayer, no seminário arquidiocesano, e passou em Dom Mayer a repreensão mais violenta, mais apaixonada e mais injusta que um homem possa passar no outro. Disse que estava muito desgostoso com a Ação Católica; que ele absolutamente não queria saber que a Ação Católica continuasse em mãos de Dom Mayer; que ele destituía Dom Mayer do cargo de pró-Vigário Geral; que ele cassava todos os poderes de Dom Mayer, mandava Dom Mayer como simples vigário; e que, de mais a mais, ele tinha a dizer a Dom Mayer que se ele estivesse aqui no momento em que Dom Mayer declarou que um Bispo podia errar, que ele teria suspenso Dom Mayer de ordens. Coisa muito bem-feita da parte do Cardeal, porque se Dom Mayer entabulasse uma discussão com ele, ele diria: “Está vendo? Revoltoso, orgulhosos, herege etc., etc.” Como Dom Mayer ficou quieto, observou o silêncio mais modelar, ele disse a Dom Mayer: “Bem, e outra coisa: eu ouvi dizer que esse *Imprimatur* que figura no livro do Dr. Plínio foi dado sem autorização de Dom José Gaspar, e eu portanto quero provas de que esse *Imprimatur* foi dado com autorização de Dom José Gaspar” (ARQBioPlinio, 13/08/1954)¹⁹³.

Diante dos fatos narrados e da hostilidade com a qual foi tratado pelo arcebispo, Castro Mayer foi demitido do cargo de Vigário Geral da arquidiocese, em 1945, sendo enviado para a paróquia de São José, no bairro do Belenzinho, na periferia de São Paulo. O padre Geraldo Sigaud foi enviado para ser professor no seminário do Verbo Divino, na cidade de Estella, província espanhola de Navarra, onde permaneceu de 1945 a 1947. As remoções de Castro

¹⁸⁹ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 16/07/1988.

¹⁹⁰ Padre jesuíta italiano, ordenado em Roma no ano de 1927. Reitor do colégio Anchieta de Nova Friburgo (1934-1935 e 1940-1945), reitor do Colégio Antônio Vieira de Salvador e provincial dos jesuítas na Bahia (1953-1957) e reitor do colégio Santo Inácio no Rio de Janeiro (1963 e 1964) (IPCO, 2015, p. 194).

¹⁹¹ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 16/07/1988.

¹⁹² Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 31/12/1993.

¹⁹³ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros de Catolicismo, São Paulo, *conferência para Yves de Pontfarcy*, 13/08/1954.

Mayer e Proença Sigaud foram punições administrativas e estavam relacionadas à proximidade que ambos tinham com o leigo católico (Alencar Júnior, 2014, p. 156).

No que tange à equipe que compunha a redação do *Legionário*, os vários redatores do jornal foram perdendo seus cargos no movimento católico até as publicações cessarem em dezembro de 1947. É fato que o episcopado de Dom Carmelo Motta representou um do grupo que duraria três anos, como demonstram os registros (Caldeira, 2009, p. 104).

Segundo Mattei (1997):

Por fim, em dezembro de 1947, Plínio Corrêa de Oliveira foi afastado da direção do *Legionário*. No número de 29 de fevereiro de 1948, apareceu um editorial com o título "Legionário em terceira fase", em que se anunciava o início de uma "nova fase" na existência do semanário, resumida no mote final do artigo, não assinado: "*Incipit vita nova*". Nem uma palavra sobre Plínio Corrêa de Oliveira, que havia dedicado ao *Legionário*, com imensa generosidade, quinze anos da sua vida. No mesmo ano, D. Hélder Câmara assumiu o cargo de assistente eclesiástico da Ação Católica Brasileira. A atmosfera tinha mudado profundamente (Mattei, 1997, p. 58).

Dom Hélder Câmara tornou-se Assistente Eclesiástico da Ação Católica Brasileira em 1946 (Araújo, 2012, p. 64), o que foi um golpe duro para o grupo do *Legionário*, que padecia pelo ostracismo em São Paulo. Essa substituição é muito emblemática, por evidenciar a transformação nos rumos da ACB, que tomou um caminho distinto do caminho almejado por Plínio de Oliveira.

Dom Hélder tinha um projeto de reestruturação da Ação Católica que defendia a responsabilidade social do catolicismo, influenciado pelo método "Ver-Julgar-Agir", desenvolvido pelo padre Josef-Léon Cardijn (1882-1967)¹⁹⁴ e pelo Humanismo Integral¹⁹⁵ de Jacques de Maritain. Apesar das restrições que tinham em São Paulo, Castro Mayer, Proença Sigaud e Plínio de Oliveira criticavam o projeto de reestruturação da ACB pretendido por Dom Hélder Câmara, pois, eles defendiam que a ACB deveria seguir o modelo italiano pautado nos quatro ramos fundamentais¹⁹⁶ e eram contra a atuação social da ACB (Araújo, 2012, p. 67).

Diante da exoneração de Castro Mayer do cargo de Vigário Geral para vigário ecônomo da paróquia de São José do Belenzinho, da transferência do padre Geraldo Sigaud para a Espanha, da destituição de Plínio de Oliveira da presidência arquidiocesana da ACB e do retorno à direção da Ação Católica de padres e leigos destituídos por Plínio de Oliveira outrora,

¹⁹⁴ Padre Belga feito cardeal em 1965 por Paulo VI e fundador da Juventude Operária Católica 1923 (IPCO, 2015, p. 202).

¹⁹⁵ Pensamento de Jacques Maritain que visava conjugar a espiritualidade e questões sociais que promovessem valores baseados no reconhecimento da verdadeira dignidade e direitos dos homens, abertos à solidariedade, cultura, social e economia (Alencar Júnior, 2014, p. 182).

¹⁹⁶ Segundo a idade e o sexo, insistindo na necessidade da formação como preparação para a ação, com seus círculos e semanas de estudos.

o grupo sentiu-se perseguido na arquidiocese pelo próprio arcebispo (ARQBioPlinio, Impressão de que Deus abandonou nosso apostolado)¹⁹⁷.

Sobre esta situação, Plinio de Oliveira disse: “debaixo do peso dessa coisa, empurrados nós violentamente para fora da Ação Católica e, portanto, no cúmulo do desprestígio, a maioria das pessoas que expulsamos da Ação Católica voltou para os cargos” (ARQBioPlinio, Impressão de que Deus abandonou nosso apostolado)¹⁹⁸.

Após perderem a direção do *Legionário* e da Ação Católica, o grupo de Plinio de Oliveira alugou uma casa na Rua Martim Francisco, 665, no bairro Santa Cecília, em São Paulo, onde Castro Mayer morou até ir para a paróquia do bairro Belenzinho. Era o “grupo da Martim” que trabalhou no *Legionário*, que no futuro seria o mentor do jornal *Catolicismo* e fundariam a TFP. A ideia era permanecer unidos e articularem-se para trabalhos em novas campanhas como era habitual. Eles levaram seus pertences que estavam nas dependências da Ação Católica e do *Legionário*. Assim organizaram uma nova casa para encontros e formação (ARQBioPlinio, 13/08/1954)¹⁹⁹.

Segundo Pierucci (1984), os anos compreendidos entre 1945 e a década de 1970 foram anos de grande tensão no catolicismo romano no Brasil. O crescente apelo pela atuação social da Igreja inverteu as prioridades da hierarquia católica, o que causou uma cisão no episcopado brasileiro, em função das dicotomias “espirituais” e da “responsabilidade social” da Igreja.

O recorte temporal feito por Pierucci converge com as impressões de Castro Mayer e Plinio de Oliveira. Haja vista que o Vigário Geral da arquidiocese de São Paulo remeteu uma carta ao laicato paulistano, na qual reclamava que a sociedade brasileira não era obediente à Igreja (ARQCúriaSP, 10/10/1940)²⁰⁰. O leigo católico, por sua vez, afirmou que os acontecimentos da década de 1940 foram cruciais para o declínio da cristandade no Brasil (IPCO, 2015, p. 299).

Um fato ajuda a entender o contexto histórico do catolicismo brasileiro. Na constituinte de 1946, a Liga Eleitoral Católica apoiou os candidatos que defendiam o “Direito Natural”, dessa forma, a Igreja apoiaria aqueles que fossem contra o divórcio, condenassem o aborto, garantissem o ensino religioso nas escolas públicas, assegurassem o acesso dos religiosos às

¹⁹⁷ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros de *Catolicismo*, São Paulo, conferência para Yves de Pontfarcy, 13/08/1954.

¹⁹⁸ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros de *Catolicismo*, São Paulo, conferência para Yves de Pontfarcy, 13/08/1954.

¹⁹⁹ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros de *Catolicismo*, São Paulo, conferência para Yves de Pontfarcy, em 13/08/1954.

²⁰⁰ Arquivo da cúria metropolitana de São Paulo, carta do padre Castro Mayer aos diretores gerais da Ação Católica da arquidiocese de São Paulo, São Paulo, em 10/10/1940.

forças armadas, às prisões e aos hospitais e garantissem também o direito da propriedade privada (Pierucci, 1984, p. 350). Esse movimento dos candidatos católicos foi necessário porque havia, na vida pública, mentalidades que divergiam da doutrina da Igreja, o que preocupava o clero, ainda que houvesse, no seio do clero, divergências ideológicas.

Embora essas medidas fossem tomadas como posições conservadoras, o grupo do *Legionário* ainda as via como reivindicações complacentes com o secularismo que ganhava espaço no Brasil. Haja vista as palavras do então padre Castro Mayer, proferidas num momento em que 97,8% da população brasileira se declarava católica (Campos, 2008, p. 9): “é necessário converter a sociedade brasileira, que vive de forma paganizada” (ARQCúriaSP, 10/10/1940)²⁰¹.

Ainda no ano de 1946, houve a publicação da obra *manifesto do episcopado brasileiro sobre a ação social*. Nesse trabalho, a Igreja evidenciou suas preocupações sociais em relação ao sistema capitalista, criticando as mazelas sociais e o anarquismo individualista promovidos pelo capitalismo. Entretanto, o manifesto não representou uma simpatia ao Socialismo: “o episcopado rechaça o ideal de luta de classes, que só acirraría as desigualdades sociais, e propõe a fraterna colaboração entre elas, no intuito de transformação social” (Pierucci, 1984, p. 347).

O grupo do *Legionário* interpretou este manifesto como um documento acanhado no que toca a crítica ao regime socialista, pois, tendo em vista o contexto de pós-guerra pela qual o mundo passava, o grupo desejava uma postura mais aguerrida, que condenasse o Socialismo e defendesse a propriedade privada, pois, sendo um grupo conservador, pretendia que a Igreja se pusesse mais à direita nos seus espectros ideológicos (ARQBioPlínio, 13/6/90)²⁰². Todavia, essa declaração ideológica não aconteceu.

Conforme narrado acima, após alguns anos de perda de prestígio, de maneira surpreendente para o grupo do *Legionário*, Proença Sigaud foi nomeado bispo de Jacarezinho em 29 de outubro de 1946. A respeito disso, Plínio de Oliveira relatou:

Uma noite, no ano de 1947, chegando na nossa Sede da Rua Martim Francisco, eu encontro o nosso pessoalzinho, uns 5 ou 6, 7 ou 8, que me esperava. Por uma coincidência qualquer, eu cheguei um pouco mais tarde do que de costume. Eles num alvoroço, numa alegria enorme. Eu disse: O que é que houve? O padre Sigaud foi nomeado Bispo. Como assim? Ele foi expulso aqui de São Paulo pelo Cardeal, foi mandado pelos superiores para Estela, um lugar na Navarra que eu nem sabia que existisse. Está lá exilado, como nós estamos aqui, e agora é Bispo? Em geral, a nomeação de um Bispo era publicada pelos jornais. Essa não tinha sido publicada por nenhum jornal brasileiro, [mas] pela rádio. Ficamos desconfiados que houvesse alguma jogada. E para tirar bem a limpo, telefonamos para Estela, na Navarra. Naquele tempo, para se obter uma ligação para a Europa era difícilimo, e sobretudo muito caro.

²⁰¹ Arquivo da cúria metropolitana de São Paulo, *carta do padre Castro Mayer aos diretores gerais da Ação Católica da arquidiocese de São Paulo*, São Paulo, em 10/10/1940.

²⁰² Arquivo biográfico de Plínio Correa de Oliveira, *entrevista concedida à professora Nádia Silveira*, São Paulo, santo do dia, 13/06/1990.

Nosso dinheiro para lá de escasso. Dom Sigaud veio ao telefone. Mas não sabia quem estava falando. A telefonista não dizia. Soube somente que do Brasil o estavam chamando. E do outro lado do fio do telefone eu dizia: Padre Sigaud! padre Sigaud! Eu ouvi de longe: O que é? É Plínio quem fala! Ah, Plínio! Como vai você? E eu apressando-me, com medo que a ligação caísse de um momento para outro, perguntei-lhe: Queria saber se é verdade que o senhor foi nomeado Bispo de Jacarezinho? Quéééééé? O senhor foi nomeado Bispo de Jacarezinho ou não foi? Fui, sim. Estou preparando minha volta para o Brasil. Grande alegria, porque era a vitória, uma confirmação da Santa Sé pela boa orientação de nosso livro (ARQBioPlinio, 17/06/1989)²⁰³.

Apesar de terem perdido espaço na arquidiocese de São Paulo, Proença Sigaud e Castro Mayer ganharam destaque no âmbito do catolicismo brasileiro. Em 07 de Março de 1947, Proença Sigaud embarcou no navio Cabo Horno rumo ao Rio de Janeiro, onde desembarcou no dia 20 do mesmo mês. O grupo do *Legionário* estava no porto esperando Proença Sigaud. Em seguida foram para São Paulo, onde Proença Sigaud foi sagrado bispo pelo núncio apostólico em 01 de maio de 1947. Proença Sigaud escolheu Dom Carlo Chiarlo para presidir a sagração, pois não queria ser sagrado por Dom Carlos Carmelo, nessa ocasião cardeal de São Paulo (IPCO, 2015, p. 323)

Em 6 de março de 1948, Castro Mayer foi nomeado bispo coadjutor de Campos dos Goytacazes. Diferentemente do que acontecera com Proença Sigaud, dessa vez Plinio de Oliveira estava próximo ao bispo nomeado e soube rapidamente:

Dom Mayer foi uma tarde ao meu escritório e começou a conversar e disse: “Se eu fosse convidado para Bispo, você acha que eu deveria aceitar qualquer diocese do Brasil?” Fiquei com muita pena de Dom Mayer, pensando nesses assuntos naquela situação miserável em que nos encontrávamos. Em todo o caso, providencialmente, eu disse: “Marque uma periferia que para o norte não passe de Campos, mais distante do que Campos não convém”. Ele conversou mais um pouco e despediu-se. Eu disse comigo mesmo: “Que crosta dura de quebrar!” A seguir, comecei a trabalhar e o assunto passou. Um dia, quando eu chegava à Martim, encontrei o Pacheco elétrico dizendo: “*Episcopus habemus*”, numa tal vibração que eu pensei que tivesse sido nomeado algum padre péssimo. Ele me disse: “Dom Mayer foi eleito Bispo Auxiliar de Campos!” A seguir, chegaram os outros rapazes, e nós não conseguimos sentar. Esperamos por todos e fomos ao Belenzinho em 3 táxis. Lá havia chegado o padre Arnaldo com duas garrafas de vinho no bolso. Lá o José Fernando telefonou a “O Estado de São Paulo”, pedindo a publicação para o dia seguinte. A notícia saiu na seção religiosa. E nós antegozamos o efeito da bomba no Palácio Pio XII. (ARQBioPlinio, 17/06/1989)²⁰⁴.

Segundo narrativas de Plinio de Oliveira, houve grande alegria, em função da nomeação episcopal dos dois padres que pertenceram ao grupo do *Legionário*. Assim que soube da

²⁰³ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, santo do dia, 17/06/1989.

²⁰⁴ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, santo do dia, 17/06/1989.

nomeação de Castro Mayer, o leigo foi estar com o amigo para comemorar a nomeação (IPCO, 2015, p. 332).

Em maio de 1948, Castro Mayer foi sagrado bispo e se tornou coadjutor de Dom Otaviano Pereira de Albuquerque (1866-1949)²⁰⁵, com direito à sucessão. A sagração episcopal de um aliado na militância animou tanto o grupo (IPCO, 2015, p. 332) que, após a sagração, eles decidem acompanhá-lo de São Paulo até Campos dos Goytacazes, onde permaneceram para ajudá-lo. (ARQBioPlinio, 17/06/1989)²⁰⁶.

O fato de Castro Mayer ter sido acompanhado pela comitiva de Plinio de Oliveira foi um sinal dos anos que seguiriam, uma vez que o futuro grupo tefepista gozou de grande privilégio na diocese por décadas, com o aval do futuro bispo diocesano.

No início da década de 1950, Plinio de Oliveira sugeriu a Castro Mayer que escrevesse uma carta pastoral na qual o bispo diocesano defendesse as teses apresentadas no livro *Em defesa da Ação Católica*, e o bispo diocesano, novamente, atendeu ao pedido do amigo leigo, e publicou em 1953 a carta pastoral *Sobre problemas do apostolado moderno – Contendo um Catecismo de verdades oportunas que se opõem a erros contemporâneos*. A carta pastoral foi publicada em *Catolicismo*, no nº 31, de abril de 1953. Apesar de não defender explicitamente o regime monárquico, como era do feitio de Plinio de Oliveira, Castro Mayer foi influenciado pelo amigo na escrita desta carta pastoral, e lhe agradeceu pela ajuda numa carta escrita de Itaperuna, em 27 de julho de 1953, quando escreveu “Há outras pessoas, que se reservam horas mais tranquilas para lerem com vagar meu modesto e seu brilhante trabalho” (IPCO, 2015, p. 425).

Se por um lado, Plinio de Oliveira tinha influência sobre Castro Mayer, Castro Mayer também influenciava o pensamento de Plinio de Oliveira. Haja vista que, em 1959, o leigo católico, com a aprovação, o apoio e participação do bispo de Campos, escreveu sua obra de maior relevância: *Revolução e Contrarrevolução* (Oliveira, 2009, p. 13). A obra é um estudo histórico das principais revoluções, inimigas do catolicismo, ocorridas nos últimos séculos, cujo impacto enfraqueceu o poder da Igreja, nomeadamente a Reforma Protestante (1517), a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Russa (1917). Como escreveu o líder católico,

Este inimigo terrível tem um nome: ele se chama Revolução. Sua causa profunda é uma explosão de orgulho e sensualidade que inspirou, não diríamos um sistema, mas toda uma cadeia de sistemas ideológicos. Da larga aceitação dada a estes no mundo

²⁰⁵ Dom Otaviano Pereira de Albuquerque, arcebispo-bispo (1935-1949). Era gaúcho, antes fora Bispo do Piauí e Arcebispo de São Luís do Maranhão. Transferido para Campos, conservou a dignidade de arcebispo, a título pessoal. Faleceu nesta sé em 3 de janeiro de 1949.

²⁰⁶ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 17/06/1989.

inteiro, decorreram as três grandes revoluções da História do Ocidente: a Pseudorreforma, a Revolução Francesa e o Comunismo. (Oliveira, 2009, p. 24).

Conforme as ideias de Plínio de Oliveira, o protestantismo seria fruto da Renascença e a primeira etapa de ataques ao catolicismo. Por sua vez, a Revolução Francesa, no século XVIII, seria a segunda etapa, e por fim, as revoluções comunistas do século XX, a terceira. Como remédio para esses males, a única salvação para o mundo seria a restauração da cristandade nos moldes medievais. Essas ideias defendidas por Plínio de Oliveira na sua obra foram apresentadas alguns anos antes na carta pastoral *Sobre os Problemas do Apostolado Moderno* publicada por Castro Mayer em 1953. Mais um fato que evidencia a familiaridade de ideias entre ambos.

Plínio de Oliveira tinha por finalidade a atuação na contrarrevolução. Por esse ideal, em 26 de julho de 1960, fundou a Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade, TFP. Sobre o surgimento da TFP, Plínio de Oliveira dizia que era “o lírio nascido durante a noite, do lodo e da tempestade” (ARQBioPlínio, 21/01/1995)²⁰⁷. Essa frase mostra o quão insatisfeito estava com a realidade vivida pelo catolicismo naquele momento e, por isso, outorgou a si e ao seu grupo a missão de restaurar a Igreja.

A TFP recrutou jovens do gênero masculino oriundos de vários lugares do Brasil. Para serem membros do grupo, eles deveriam “fazer a Deus, à Bem-Aventurada Virgem Maria e ao Senhor Doutor Plínio Corrêa de Oliveira voto de celibato, sendo depositário deste o Revmo. Cônego José Luiz Marinho Villac (1929-2018)²⁰⁸” (ARQTFP, 15/07/1999)²⁰⁹. De outra forma, eles não poderiam ser membros do grupo.

As campanhas eram feitas em vários lugares espalhados pelo território nacional e até em outros países da América Latina. A finalidade era difundir a devoção mariana, o anticomunismo e a contrarrevolução. Sempre tendo como alvo a esquerda e as ideias progressistas que estavam presentes nos âmbitos político, filosófico e religioso (IPCO, 2015).

Dessa forma, centenas de jovens saíram às ruas dos centros urbanos, em vários países, com bandeiras, estandartes e faixas promovendo campanhas pela difusão do catolicismo contrarrevolucionário. Um inglês de muita projeção, o Lord Grand Duque de Mulhouse, uma vila francesa, que morava na Rodésia, na África, por discordar da política inglesa, escreveu uma carta a Dom Bertrand de Orleans e Bragança, membro da família Imperial brasileira, dizendo

²⁰⁷ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 21/01/1995.

²⁰⁸ Padre ordenado em São Paulo, em 1957, afilhado de Plínio Corrêa de Oliveira, pertenceu ao clero de Campos e trabalhou assistente espiritual da TFP (IPCO, 2015).

²⁰⁹ Arquivo de pesquisa sobre padres tefepistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Reunião na Sede do Reino de Maria. Advertência: A grande tentação do membro do Grupo nos dias atuais*. São Paulo, 15/07/1999.

que para combater o Comunismo, considerava *Tradição, Família e Propriedade* os pilares da reconstrução ideal e o movimento de reconstrução deveria ter este nome para evidenciar sua oposição aos princípios comunistas. Assim surgiu o nome da Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade, inspirada no conselho de um nobre britânico (ARQBioPlinio, 14/07/1973)²¹⁰.

Conforme Plinio de Oliveira, a serpente narrada no livro do Gênesis seria a primeira revolucionária e a devoção mariana seria a proteção daqueles que lutavam contra a revolução (Azzi, 2008, p. 205).

A devoção mariana também foi outro elemento que uniu ideologicamente Plinio de Oliveira e Castro Mayer e foi uma das razões pelas quais Plinio de Oliveira atuou no concílio (MemoPlinioCVII 05/11/1999, p. 23)²¹¹. Ambos defendiam enfaticamente a devoção mariana alinhada com o discurso contrarrevolucionário, que apresentava a revolução mundial em marcha que necessariamente levaria à destruição da humanidade pecadora e anuncia a fundação de uma nova era de paz: o Reino de Maria. Neste sentido defende uma concepção de mundo como palco da intensa luta entre o bem e o mal, entre os filhos da luz e os filhos das trevas, e apela aos bons espíritos contrarrevolucionários para contribuírem com seus esforços e devoção para a derradeira vitória do bem, certeza esta que teria sido revelada pela mensagem de Nossa Senhora de Fátima: “Por fim, o meu Imaculado Coração triunfará”. Para tal, seria necessário haver homens com espírito de desapego e coragem para lutarem pela implantação da verdadeira civilização, que seria a civilização cristã (Zanotto, 2007, p. 169).

Ainda no ano de 1960, Plínio Corrêa de Oliveira publicou o livro *Reforma Agrária, Questão de Consciência* (IPCO, 2015, p. 453). A primeira parte da obra é atribuída ao próprio Plinio de Oliveira que submeteu o texto à apreciação de Castro Mayer e Proença Sigaud, a fim de que o avaliassem do ponto de vista teológico e uma vez aprovado, deram o *imprimatur* ao livro. Já, a segunda parte foi escrita pelo economista Luiz Mendonça de Freitas, tendo em vista sua formação acadêmica, atendo-se ao viés econômico da análise. *Reforma Agrária, Questão de Consciência* teve quatro edições no Brasil sendo publicado também na Argentina (1963), na Espanha (1969) e na Colômbia (1971), totalizando dez edições. Vendeu em torno de 40 mil exemplares (Mattei, 1997).

²¹⁰ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 14/07/1973.

²¹¹ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

Nesse momento histórico, o Brasil vivia um contexto de impulso à legislação agrorreformista por parte do governo de João Goulart (1919-1976). Por isso, os tefepistas recorreram à pedagogia do medo contra as propostas da reforma agrária, imediatamente identificadas com o Socialismo/Comunismo, consideradas então como roubo, configurado como um pecado que os cristãos não deveriam tolerar (Zanotto, 2007, p. 126). É importante destacar que em Campos, Castro Mayer tinha a adesão e simpatia da elite rural nobre e da sólida burguesia campista, ambas profundamente conservadoras (ARQSNi, 10/11/1982)²¹².

No que tange às questões ligadas à Reforma Agrária, a militância de Castro Mayer e Proença Sigaud, junto ao episcopado brasileiro, acontecia desde 1951, cuja motivação era a crença de que a propriedade privada seria um Direito Natural do gênero humano:

É desejável que a propriedade se difunda o mais possível entre os homens, como apanágio natural da personalidade. A prosperidade social, não obstante comporta e por vezes exige que ao lado da pequena propriedade existam as médias e as grandes. A igualdade entre os homens deve entender-se não no sentido nivelador, mas no sentido proporcional: os direitos e as responsabilidades são correspondentes à situação que a pessoa tem na sociedade (Mayer, 1971, p. 66).

Entre os opositores dos dois prelados conservadores estava o arcebispo de São Paulo, Dom Carmelo Motta, que via a questão da reforma agrária com mais flexibilidade: “é necessário que todos tenham acesso à terra, e o governo pode prestar esse auxílio” (ARQBioPlinio, 21/01/1995)²¹³.

Houve outro episódio que demonstra a coesão do grupo tefepista: Castro Mayer e Proença Sigaud levaram uma comitiva tefepista para o Concílio Vaticano II, a fim de prestar apoio aos dois bispos (Caldeira, 2009). Esse é um fato relevante que demonstra ligação conservadora entre os dois bispos e o líder tefepista (MemoPlinioCVII, 05/11/1999)²¹⁴. Posteriormente, a partir da segunda sessão conciliar, a TFP, em menor número, juntou-se ao *Coetus Internationalis Patrum* para trabalhar durante as sessões conciliares (Caldeira, 2009, p. 187).

Sobre as afinidades pessoais que havia entre Plínio, Castro Mayer e Proença Sigaud, o líder leigo narrou em suas memórias:

²¹² Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Dissensão no seio do clero de Campos – clero tradicionalista versus Igreja pastoralista*, Rio de Janeiro, 10/11/1982.

²¹³ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, *santo do dia*, 21/01/1995.

²¹⁴ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

Eu me lembro que quando Dom Mayer ou Dom Sigaud apareciam em casa para me visitar, para falar comigo, Dona Lucília aparecia sempre para cumprimentá-los, e frequentemente os convidávamos para jantar. Ela sempre, sempre, sempre osculava o anel, depois pedia licença para oscular a Santa Cruz. E eles naturalmente concordavam, tiravam a cruz, para ficar mais cômodo para ela, e ela osculava ali a Santa Cruz, depois punha no lugar. (ARQBioPlinio, 26/02/1995)²¹⁵.

As relações de proximidade entre Castro Mayer e Plinio de Oliveira era tais, que os bispo frequentava seu espaço familiar. O mesmo fato se passava com Proença Sigaud, o que demonstrava a cumplicidade ideológica desta tríade conservadora.

Ainda nas campanhas políticas no Brasil e no catolicismo, entre 1966 e 1968, Plinio de Oliveira realizou campanhas contra o divórcio por todo o Brasil. A TFP conseguiu mais de 1 milhão de assinaturas e entregou ao congresso para que os deputados votassem contra o divórcio. Castro Mayer publicou a carta pastoral *Pelo casamento indissolúvel*, em 1975, que foi difundida pelo Brasil todo, com o apoio de distribuição realizado pela TFP. Doze anos depois, em 26 de dezembro de 1977, quando o divórcio foi aprovado no Brasil pelo presidente Ernesto Geisel (1907-1996), Plinio de Oliveira destacou o trabalho de Castro Mayer contra o divórcio, todavia, sem sucesso (ARQBioPlinio, 21/01/1995)²¹⁶.

Em 1973, por ocasião do 25º aniversário de sagração episcopal do bispo de Campos, Plinio Corrêa de Oliveira proferiu um discurso público que evidenciou os estreitos laços de amizade que havia entre os dois. Ao expressar sua admiração por Castro Mayer, ele o comparou a Santo Agostinho, devido à sua personalidade enérgica que ganhou destaque fora das fronteiras da diocese de Campos (Oliveira, 1973).

Ao descrever Castro Mayer quando ainda padre na arquidiocese de São Paulo e professor no seminário do Ipiranga, Plinio de Oliveira atribui ao bispo de Campos:

Inteligência penetrante, lúcida, com uma capacidade de compreensão extraordinária, mas, ao mesmo tempo, uma inteligência investigadora e indagatória. Uma inteligência que no mais alto e belo sentido – e eu reconheço a essa palavra, que entre nós repercute como uma palavra de elogio extraordinário – nós podemos dizer que era uma inteligência inquisitorial, à maneira da inteligência de São Pio V, o grande inquisidor da Itália. Inteligência que fez, com o que eu ouvisse, a respeito de Dom Antônio de Castro Mayer, dos lábios do sucessor de Dom Duarte Leopoldo e Silva, Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, essa referência a Dom Mayer muito de perto. Levei a Dom José Gaspar um documento qualquer, mostrando-lhe que tinha um erro qualquer de doutrina. Ele leu um pouco e disse: olha – ambos eram colegas e muito amigos, daí a linguagem livre – procure o Mayer e mostre ao Mayer, porque o Mayer tem uma inteligência tal – e aí os senhores veem definido o sentido de sua inteligência – o Mayer tem (Dom Mayer, faz de conta que sua excia. não está presente nesta

²¹⁵ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, santo do dia, 26/02/1995.

²¹⁶ Anotações de memórias autobiográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, São Paulo, santo do dia, 21/01/1995.

descrição), o Mayer tem uma inteligência tal, que se der para ele um material qualquer, ele descobre o erro sem microscópio. Se for preciso microscópio, ele usará e descobrirá. Se não houver microscópio e ele não enxergar, ele queima, reduz a cinza. Se houver erro, ele descobre”. Decidido trabalhador. Mas o gênero de trabalho e o gênero de decisão tinham qualquer coisa de aquilino. Assim como, por exemplo, a águia sobe e cai sobre a presa, assim também a atividade de Dom Mayer era uma atividade em linha reta. Consistia em subir muito acima do horizonte e, do alto do horizonte, praticar um voo em linha reta em cima do problema. Pegá-lo, agarrá-lo e resolvê-lo. Dom Mayer era certamente um homem de propulsão. Ele era e é, certamente, um homem de dinamismo. Dom Mayer levantava voo e baixava de novo, tomava o problema e era para resolvê-lo num golpe, numa medida seca e que resolvia de uma vez só. Homem certamente não só de luta, não só de estudo, não só de trabalho, mas homem também muito atento e observador. Muito atento aos matizes das coisas, muito atento às “nuances” (matizes), apaixonado por observar as psicologias e as mentalidades. Mas, ao mesmo tempo, propenso a estudar as grandes correntes do pensamento moderno (Oliveira, 1973).

Essas palavras evidenciam a admiração e a identificação de ideias que havia entre os dois. Os elogios ditos publicamente retratam que o bispo de Campos representava o modelo ideal de pastor a ser seguido pelos demais sacerdotes católicos, segundo Plínio de Oliveira. As palavras efusivas de Plínio de Oliveira são um reflexo da realidade que acontecia em Campos, uma vez que, naquele momento, era a diocese na qual a TFP tinha mais prestígio, haja vista que Castro Mayer disponibilizava padres para atender ao apostolado tefepista na diocese (ARQBioPlínio, 14/12/1983)²¹⁷.

A proximidade entre Castro Mayer e Plínio de Oliveira causou mal-estar entre o bispo de Campos e alguns padres que se sentiam perseguidos e vigiados por membros tefepistas (ARQÉcône, 01/10/1968)²¹⁸, e devido ao espaço ocupado pela TFP em Campos, havia padres e leigos que se afastaram de Castro Mayer. Este apoio mútuo entre Plínio de Oliveira, a TFP e Castro Mayer em Campos durou até o momento que permaneceu no bispado e somente a partir de 1982, quando já era bispo emérito de Campos, começou a haver um afastamento, que será discorrido por este trabalho.

1.6 Conclusão

O primeiro capítulo apresentou a biografia de Castro Mayer para que houvesse uma compreensão do seu fundamento ideológico, ao ponto de destacar-se como proeminente agente intransigente do pensamento antimoderno na Igreja no Brasil. Para isso, foi construída a

²¹⁷ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *santo do dia*, São Paulo, 14/12/1983.

²¹⁸ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 01/10/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

contextualização histórica e ideológica dos diferentes cenários em que esteve inserido ao longo de sua vida.

A adesão de Castro Mayer ao pensamento ultramontano tem relação direta com a sua personalidade e com a formação que recebeu em São Paulo, cidade caracterizada pela efervescência econômica e cultural, exatamente quando o catolicismo romano trabalhava para a retomada de seu destaque social na sociedade brasileira.

É relevante destacar que os anseios da Igreja postos em prática nas primeiras décadas do século XX incidiram diretamente na formação dos seminaristas paulistanos, entre os quais, Castro Mayer fazia parte.

Diante das transformações sociais e culturais pelas quais um indivíduo é apresentado, ele pode aderi-las ou então recusá-las, segundo as ideologias que melhor lhe aprouver. No caso de Castro Mayer, o conservadorismo intransigente.

A compreensão do caminho ideológico percorrido por ele explica-se, também, pela formação acadêmica que recebeu em Roma após anos de estudos na arquidiocese de São Paulo.

Caracterizado como centro acadêmico antirrevolucionário e antimoderno naquele período, a Universidade Gregoriana de Roma foi um elemento imprescindível na vida do bispo de Campos, por causa da formação tomista, haja vista, que a direção da universidade era competência dos jesuítas que tinham larga experiência histórica, pastoral e educacional durante os séculos que marcaram a modernidade.

Portanto, verifica-se que a postura intransigente e antimoderna de Castro Mayer não foi coincidência, ela foi consequência de uma linha de pensamento ponderada e aderida de forma consciente, tendo em vista a formação que o bispo recebeu enquanto seminarista.

Para além da formação recebida como seminarista, a militância conjunta com Plínio Correa de Oliveira colaborou para a cristalização das de Castro Mayer numa perspectiva antirrevolucionária e anticomunista. Esta militância conjunta representou um encontro entre iguais, tendo em vista o pano de fundo antirrevolucionário e anticomunista, uma vez que, não somente sustentou o discurso em Plínio de Oliveira, mas agiu ativamente como agente convergente ao discurso do leigo católico, que se colocou contra as transformações sociais e culturais pelas quais o mundo passava no século XX.

O que se verificou ao longo da trajetória do bispo foi uma luta ardente contra os princípios convergentes com a modernidade, que lhe trouxe parceiros de batalha na defesa comum do pensamento antirrevolucionário e antimoderno praticado ao longo do seu sacerdócio e do seu episcopado em Campos, marcando indelevelmente a história da diocese.

Posto isto, conclui-se, parcialmente, que Castro Mayer foi um agente antimoderno do catolicismo brasileiro porque não prescindiu da formação recebida, todavia, a praticou na condição durante seu sacerdócio exercido em São Paulo e Campos dos Goytacazes. No que tange ao Vaticano II, veremos mais detalhadamente nas páginas seguintes.

2 CASTRO MAYER NO CONCÍLIO VATICANO II (1959-1965)

O presente capítulo tem por objetivo explicar a atuação de Castro Mayer desde a consulta Tardini, feita na fase de preparação conciliar em 1959 até a sua atuação durante o desenvolvimento das quatro sessões conciliares, entre 1962 e 1965. Caracterizado como bispo mariano e anticomunista, Castro Mayer foi peça importante que trabalhou na fundação do *Coetus Internationalis Patrum*, a fim de condenar os valores secularizados no mundo moderno e defender uma concepção tradicional de Igreja durante o concílio.

A comissão preparatória para o concílio, a pedido de João XXIII, quis saber quais eram os anseios dos prelados e das universidades espalhados pelo mundo inteiro. Castro Mayer enviou suas respostas, deu seu parecer à luz de suas crenças e sugeriu diferentes possibilidades de atuação para a Igreja trilhar. Todavia, encontrou divergências nas sessões conciliares, pois a linha reformista se organizou rapidamente buscando proeminência nas discussões (WILTGEN, 2007, p. 85). Diante disso, as diferenças ideológicas promoveram embates nos quais Castro Mayer teve participação (Caldeira, 2009, p. 128).

A minoria conciliar, a qual Castro Mayer integrou (Caldeira, 2009, p. 17), atuou alinhada com o pensamento antimoderno, estribada num denso Magistério doutrinário produzido por diferentes papas nos últimos séculos que condenaram diferentes ideologias, cuja gênese estaria ligada à Renascença e a culminância teria sido o processo de secularização no século XX (Caldeira, 2009, p. 99).

No concílio, Castro Mayer foi membro atuante a serviço do discurso conservador e fez vários contatos com teólogos, padres conciliares, jornalistas, leigos etc. configurando uma ampla rede de sociabilidade, considerada pequena minoria, cujos esforços foram direcionados para o enaltecimento do catecismo antimodernista de Pio X (1835-1914)²¹⁹ e de outros papas ligados às fórmulas clássicas do Concílio de Trento e da Igreja ultramontana do Concílio do Vaticano I (Caldeira, 2009, p. 17). E é neste sentido que o texto caminhará, conforme as fontes históricas reunidas, apresentadas e analisadas.

2.1 A consulta Tardini: 1959

²¹⁹ Pio X ou São Pio X, O.F.S., nascido Giuseppe Melchiorre Sarto, foi o 257.º Papa. O seu pontificado decorreu de 4 de agosto de 1903 até a data da sua morte. Ficou conhecido como o “Papa da Eucaristia” que lutou contra o Modernismo que havia na Igreja na viragem do século XIX para o século XX. Ele foi o primeiro Papa a ser canonizado desde Pio V.

O concílio desejado por João XXIII foi desejado por ele como uma primavera na Igreja (Beozzo, 2001, p. 110). Entre janeiro de 1959 e maio de 1960, o Papa reforçou, por meio de diversos comunicados, a necessidade e a importância do concílio, que foi nomeado de Vaticano II em 30 de maio de 1960 (Passos; Sanchez, 2015, p. 1017).

Em um ambiente bastante esperançoso, apesar das incertezas e perplexidades, houve uma grande mobilização na Igreja para que fossem tomadas as providências necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos conciliares. João XXIII tomou a decisão sobre o concílio plenamente consciente, pois sabia que a Igreja estava acomodada num mundo marcado pela divisão de dois blocos, que rivalizavam pelo controle global. Em um mundo repleto de tendências, verifica-se que a Teologia praticada nas sessões conciliares também absorveu as polarizações e as múltiplas ideologias contemporâneas (O'Malley, 2014, p. 52).

Tendo em vista que João XXIII contava com a participação do clero do mundo inteiro, o cardeal Domenico Tardini, nomeado pelo Papa para o comando da comissão preparatória, teve a função de organizar um questionário²²⁰ que seria respondido pelos padres conciliares, universidades católicas, congregações religiosas e teólogos do mundo inteiro a fim de que livremente, pudesse sugerir os temas a serem discutidos pela Igreja reunida em Concílio (Caldeira 2009 : 114).

77% das pessoas e entidades consultadas responderam ao inquérito do cardeal Tardini, foi publicado em alguns densos volumes. A Igreja quis ouvir o mundo e seus prelados espalhados em todos os lugares (Alberigo, 1995, p. 396).

Entre os temas de destaque nas respostas episcopais, podem ser salientados: a reforma da Cúria, a colegialidade episcopal, a liberdade de consciência — frequentemente enfatizada pelos bispos dos Estados Unidos —, a solicitude ecumênica dos bispos orientais e a questão

²²⁰ “Excelência Reverendíssima, Apraz-me comunicar a V. Ex.cia que o Sumo Pontífice João XXIII felizmente reinante, em 17 de maio de 1959, dia de Pentecostes, criou a Comissão antepreparatória, que tenho a honra de presidir, para o próximo Concílio Ecumênico. O augusto Pontífice, em primeiro lugar, deseja conhecer opiniões e pareceres e recolher conselhos e vota dos ex.mos bispos e prelados que são chamados de direito a participa do Concílio Ecumênico (cân. 223); de fato sua Santidade atribui a maior importância aos pareceres, conselhos e vota dos futuros Padres conciliares: o que será muito útil na preparação dos temas para o Concílio. Peço, portanto, vivamente a V. Ex.cia que queira fazer chegar a essa Comissão Pontifícia com absoluta liberdade e sinceridade, pareceres, conselhos e vota que a solicitude pastoral e o zelo das almas possam sugerir a V. Ex.cia em ordem às matérias e aos temas que poderão ser discutidos no próximo Concílio. Estes temas poderão dizer respeito a alguns pontos de doutrina, disciplina do clero e do povo cristão, a múltipla atividade que empenha toda a Igreja, os problemas de maior importância que essa deve enfrentar hoje, e toda outra coisa que V. Ex.cia julgar oportuno apresentar e desenvolver. Neste trabalho, V. Ex.cia poderá se valer, com descrição, do conselho de eclesiásticos prudentes e peritos. Essa Comissão Pontifícia acolherá de sua parte com profunda consideração e respeito o quanto V. Ex.cia julgar útil para o bem da Igreja e das almas. As respostas, V. Ex.cia queira redigir em latim, e devem ser enviadas o quanto antes à Pontifícia Comissão mencionada, e, se possível, não depois de 1 de setembro do corrente ano. Com expressão de meu profundo e cordial respeito etc. D. Card. Tardini” (Alberigo, 1998, 103-104). Essa carta foi redigida originalmente em latim (Documento original da ADA I/II, 1, p. X-XI).

social. No entanto, esses não eram os objetivos principais da Cúria, que buscava, em vez disso, homologar a teologia dos papas anteriores ao concílio (Alberigo 1995 : 398).

No que tange às preocupações dos bispos brasileiros, em sua maioria foram concernentes aos problemas internos da Igreja e da realidade social do país. Baraúna (1993) cita sete pontos nos quais os bispos tocaram com maior frequência em suas respostas: reintrodução do diaconato como ministério próprio (49%); maior uso do vernáculo na liturgia e sua reforma (36%); proclamação de definição dogmática da doutrina da mediação universal de Maria Virgem (35%); celibato eclesiástico e solução “benigna” para os padres casados (30%); necessidade de deliberação sobre o uso do traje clerical e tonsura (28%); maior inserção e entrosamento dos religiosos na pastoral, sob a coordenação dos bispos (25%); problemas dos seminários (23%) (Baraúna, 1993, p. 149).

Tendo em vista as diferenças nas respostas acima, é importante salientar que havia no episcopado, neste momento histórico, três tendências predominantes: os conservadores, que defendiam o modelo da neocristandade e detinham a predominância até então; os modernizadores conservadores pregavam as mudanças moderadas como meio pastoral como caminho para que a Igreja fosse mais eficaz no mundo moderno os reformistas, que compartilhava da preocupação dos modernizadores conservadores com o trabalho pastoral mais intenso e uma educação religiosa mais eficaz, com posições sociais mais progressistas (Mainwaring, 2004, p. 57).

Castro Mayer foi consultado e suas respostas apontaram para problemas contemporâneos que deveriam ser resolvidos pela restauração da Cidade de Deus e pela devoção mariana. Por isso, participou do pedido pela proclamação de definição dogmática da doutrina da mediação universal da Maria Virgem. As respostas de Castro Mayer foram muito parecidas com as reivindicações feitas por Proença Sigaud²²¹, como era esperado, haja vista a militância conjunta estabelecida nos jornais *Legionário* e *Catolicismo* (Roy-Lysencourt, 2015, p. 83)

Na condição de bispo diocesano de Campos, que atuou como padre conciliar, Castro Mayer respondeu ao cardeal Tardini e emitiu o seu parecer, que foi dividido em 16 pontos, que representava a lista de assuntos que o concílio deveria tratar a fim de restaurar a cidade cristã: o imenso esforço da raça humana para trazer a unidade; mal menor, tese, hipótese; adaptação,

²²¹ Dom Geraldo de Proença Sigaud sugeriu os seguintes pontos a serem debatidos pelos padres conciliares: onipresença do espírito revolucionário, o inimigo a ser combatido: a Revolução, organização da luta contrarrevolucionária, o cavalo de Tróia na Igreja, dificuldades internas na Igreja, princípios para uma luta contrarrevolucionária (Roy-Lysencourt, 2015, p. 52-69).

cooperação; educação, especialmente educação sexual e iniciação; formação do clero; cidade cristã; novo cristianismo; atitude em relação ao Comunismo; atitude em relação ao Socialismo; intervenções do Estado; progresso material; filosofia e Teologia escolástica; mediação universal da Virgem Maria; Magistério do Pontífice Romano; poder dos bispos; ação dos bispos (Roy-Lysencourt, 2015, p. 72).

Estes 16 pontos foram aglutinados em quatro pontos básicos por Roy-Lysencourt: a conjuração contra a Cidade de Deus, erros a serem evitados e condenados, as formas para restaurar a cidade cristã e as medidas a serem tomadas (Roy-Lysencourt, 2015, p. 72-73). Comparando a vota pré-conciliar de Castro Mayer com o livro de Mons. Henri Delassus (1836-1921)²²², podemos verificar que há uma semelhança de ideias, haja vista que a sua obra *A Conjuração Anticristã* tinha como foco de suas críticas as ideias liberais maçônicas, que teriam patrocinado as revoluções igualitárias modernas, destacadamente a Revolução Francesa (Delassus, 2016). Essa obra exerceu uma influência significativa em todos os integrantes do grupo do *Legionário* e no futuro grupo de *Catolicismo*, porque era uma leitura recomendada, a fim de fortalecer nos seus membros o espírito antirrevolucionário, que se tornou uma característica distintiva do grupo (ARQBioPlinio 26/08/1954)²²³.

Assim, o bispo de Campos denunciou a realidade contemporânea e sugeriu medidas práticas para que a Igreja agisse efetivamente contra a mentalidade secularizada presente na civilização ocidental. Na introdução da sua resposta, Castro Mayer afirmou haver uma verdadeira conjuração contra a Cidade de Deus:

A conjuração anticristã não é o resultado do encontro fortuito de diversos erros ou dos errantes, mais ao contrário, ela goza verdadeiramente de uma unidade de intenções. Por consequência, não se deve negligenciar a ligação intencional entre os diferentes erros enquanto os meios dos quais o inimigo do gênero humano se serve para impor o seu império sobre os espíritos e os costumes dos homens. Assim considerado, a conjuração anticristã mostra-se tal e qual ela verdadeiramente é, quer dizer não como um sistema doutrinal puro e simples, mas, como uma verdadeira vontade de instaurar uma nova concepção de vida, que insinua uma maneira de pensar e de agir contrária aos desejos cristãos (AD I, II, VII, 1959, p. 156).

A sua postura tem relação com o seu desejo de restauração da Cidade de Deus, tendo em vista que a mentalidade ocidental, que prescindiu da influência da Igreja e patrocinou os eventos revolucionários durante a modernidade, enfraqueceu o poder da Igreja e diminuiu sua

²²² Padre católico francês, doutor em teologia, e escritor contrarrevolucionário e antimaçônico.

²²³ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *Conferência para o Yves de Pontfarcy I*, São Paulo, 26/08/1954.

influência das sociedades. Por isso, escreveu a Tardini recomendando que a Igreja deveria trilhar o caminho da restauração, a fim de resgatar sua influência.

O objetivo era destacar que havia uma nova mentalidade que propunha um novo modo de viver, na qual a Igreja era menos influente. Por isso, o concílio deveria organizar um *Syllabus*, assim como Pio IX fez, para orientar objetivamente a vida dos católicos por meio de orientações e condenações aos grupos modernistas e às ideologias contemporâneas (Roy-Lysencourt, 2015, p. 73).

Para restaurar a cidade cristã, Castro Mayer entendeu que havia a necessidade de evitar alguns “erros” e condenar outros, entre os quais destacou, por meio de uma denúncia, o esforço geral da raça humana para lutar pela unidade negligenciando seus direitos naturais e os da verdade revelada. De igual maneira, condenou a doutrina do mal menor, a adaptação da Igreja ao mundo moderno e a educação naturalista direcionada às crianças (Roy-Lysencourt, 2015, p. 74).

A ideia de igualdade entre o gênero humano e entre os países deveria ser formalmente condenada pela Igreja, a despeito do discurso da UNESCO. De igual maneira, sociedades como o Rotary Club e o Lions, que aspiravam a ereção de uma sociedade sem as fontes da verdadeira religião e que entendiam que a caridade seria a verdadeira religião, deveriam ser reprovadas pela Igreja através do concílio. Conforme Castro Mayer “tais factos, parece-me, não podem ser ignorados pelo concílio, pois constituem meios inteligentes e muito eficazes de corromper a noção autêntica da cidade cristã” (AD I, II, VII, 1959, p. 157).

Admoestação, restauração e condenação ao mundo moderno foram as ideias destacadas na carta que o bispo direcionou a Roma quando respondeu ao cardeal Tardini. Estas três palavras se destacaram na resposta que partiu do bispado de Campos, porque desejava que o concílio trabalhasse de forma aguerrida, tendo em vista que a Igreja se encontrava num mar revolto de ataques ideológicos, os quais deveria combater (O’Malley, 2014, p. 81).

Na luta contra as ideologias modernas e os movimentos contrários à Igreja, Castro Mayer evocou o *Syllabus* de Pio IX para ressaltar a ideia de que o concílio reunido deveria condenar as ideias modernas, que defendiam a separação entre Igreja e Estado, porque entendia que a cidade cristã precisaria ser defendida pelos poderes públicos (Roy-Lysencourt, 2015, p. 75).

A separação entre Estado e Igreja tinha relação com a mentalidade contemporânea condenada pelo bispo de Campos. Por isso, denunciou a ideia de certos católicos que queriam adaptar a Igreja aos costumes do século. Conforme o desejo de Castro Mayer, caberia ao concílio indicar claramente as regras para esta adaptação, a fim de que não houvesse nenhuma

subjetividade na adaptação ao mundo moderno. Entretanto, seria necessário ter em mente o Magistério da Igreja seria irreconciliável com o mundo contemporâneo:

Na prática, a visão aceita não vê qualquer perigo nos católicos que vivem juntos com descrentes, hereges ou pecadores públicos. Se não houver perigo, então toda a cooperação é permitida, uma vez que o seu pecado ou é útil ou indiferente. A razão para isto é que os homens, quando pecam, fá-lo-iam por ignorância ou fraqueza, mas nunca por malícia; portanto, os não-Católicos seriam facilmente induzidos a seguir a doutrina e os preceitos da Igreja. Pela mesma razão, diz-se, qualquer coisa que possa irritar, como argumentos polêmicos ou pontos menos amáveis da doutrina católica, por exemplo, o inferno, a penitência, a obediência, e afins, deve ser mantida fora do trabalho apostólico. Além disso, tudo deve ser apresentado sob uma luz doce e alegre (AD I, II, VII, 1959, p. 158).

Castro Mayer cria que o mundo moderno estaria a atuar em várias frentes. Por isso, entendia que as crianças corriam sério risco doutrinário, porque grande parte dos professores estaria corrompida pelo naturalismo, ao crer que o pecado original seria um mito, sendo a natureza humana seria boa por si e que a religião revelada era nociva. De acordo com o bispo de Campos,

Contra o naturalismo e endossar a sua doutrina de que somente pela graça divina, viva e eficaz, através dos sacramentos da Igreja, o gênero humano conseguiria disciplinar a sua natureza corrompida pelo pecado original e, assim, aspirar a salvação eterna. Como medida prática, propôs que o concílio deveria se declarar contra o naturalismo como consequência corrompida do gênero humano pelo pecado original (AD I, II, VII, 1959, p. 158).

No intuito de restaurar a cidade cristã, também propôs medidas concretas que combatessem as conjurações anticristãs, tais como: a Filosofia e a Teologia escolástica, o fortalecimento da infalibilidade papal através da proclamação da força do Magistério ordinário pontifício, a limitação do campo de ação das assembleias nacionais dos bispos e uma sabatina rigorosa a ser respondida pelos futuros bispos que deveriam se comprometer contra a conjuração anticristã para ascenderem ao episcopado (Roy-Lysencourt, 2015, p. 77).

Aqui está a conclusão do "vota" Castro Mayer para o que deveria ser tratado pelo concílio, datada de 20 de agosto de 1959:

Não há dúvida de que a restauração da cidade cristã depende, acima de tudo, da ação dos bispos. É por isso que, por ocasião do questionário ordinário para apresentação dos candidatos ao episcopado, parece-me que devemos, acima de tudo, prestar atenção em seu estado de espírito com relação ao Socialismo, secularismo, neomodernismo, etc., e em geral doutrinas que alimentam a conspiração anticristã, para garantir que eles tenham a capacidade e a força para combater esses erros e doutrinas de forma firme, ativa e eficaz (Le Sel De La Terre, 2001, p. 137).

Tendo em vista o processo de secularização que emergiu no século XIX e influenciou o século XX, Castro Mayer via a necessidade da militância conjunta entre todo o episcopado, formado na linha escolástica, pois, segundo o bispo de Campos, ela nunca seria superada pelos erros do pensamento moderno, visto como revolucionário (Mayer, 1971).

Assim, o bispo de Campos estimava como medida útil a reafirmação doutrinária dos concílios de Trento e Vaticano I,

Segundo o pensamento de João XXIII, o Concílio não tinha por escopo fixar algum ponto controverso da doutrina católica. Sua razão de ser era outra. Sua missão era promover um afervoramento da vida cristã, mediante uma adesão mais plena e mais intensa à verdade revelada, esplendidamente exposta, sobretudo pelos Concílios de Trento e do Vaticano I. Em segundo lugar, deveria o Concílio empenhar-se por que essa doutrina, sem a menor mutilação, fosse estudada e explanada segundo as exigências de nossos tempos (Mayer, 1971, p. 275).

A filosofia moderna era repudiada por Castro Mayer e muitos foram os pontos de condenação feitos por ele. No que se refere ao concílio, desejava que a Igreja condenasse o Liberalismo e o Comunismo, estabelecendo uma relação entre ambos, porque estas duas correntes de pensamento seriam agentes atuantes na conjuração anticristã.

Como medida eficaz para combater os agentes da conjuração anticristã e restaurar a cidade cristã, Castro Mayer propôs que a Igreja proclamasse o dogma da mediação universal da Virgem Maria (Roy-Lysencourt, 2015, p. 83). O bispo entendia que a restauração da fé passaria necessariamente pela “devoção filial, terna e fiel à Maria” (AD I, II, VII, 1959, p. 161).

O bispo de Campos, que tinha forte devoção mariana, avistava na mediação à Virgem Maria um mecanismo efetivo e eficaz para combater os inimigos da Igreja e os males da vida presente. Assim, respondeu à consulta feita pelo cardeal Tardini apontando os problemas contemporâneos, os “erros” a serem evitados e combatidos e as medidas práticas a serem tomadas pela Igreja reunida em concílio.

2.2 A chegada em Roma e as primeiras medidas conciliares

Em 10 de outubro de 1962, a comitiva da TFP chegou a Roma constituída pelos seguintes integrantes: Frei Jerônimo Van Hinten (1909-1972), teólogo holandês carmelita que foi perito teológico de Castro Mayer e Proença Sigaud; Plínio Corrêa de Oliveira; Professor Fernando Furquim de Almeida; Sua Alteza Imperial Dom Bertrand de Orléans e Bragança; Paulo Corrêa de Brito Filho, um dos diretores da TFP; Dr. Luís Nazareno de Assumpção Filho (1931-2009), membro da alta elite de São Paulo; Dr. Sérgio Brotero Lefèbvre (1938-1984),

primo de um dos membros da elite da TFP; Dr. Fábio Vidigal Xavier da Silveira (1934-1971), fundador das TFP's latino-americanas, o “apóstolo dos Andes”; Dr. João Sampaio Neto; Dr. Otto de Alencar e Sá Pereira (1932-2017); Dr. Murilo Maranhão Galliez, médico e membro tefepista responsável por redigir as notas; Umberto Braccesi, membro da TFP italiana; Dominique Pierre Faga, dono de editora Diário das Leis que ajudou a financiar a comitiva, paga por ele e por Emílio Scherrer (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 1)²²⁴

Estas pessoas prestaram apoio a Proença Sigaud e a Castro Mayer e trabalharam na logística de difusão de ideias tefepistas na primeira sessão conciliar. A partir deste momento, tudo o que aconteceu em Roma foi compartilhado em reuniões diárias, no fim de cada dia (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 1)²²⁵.

Ao chegarem a Roma, os integrantes da comitiva direcionaram-se para seus respectivos endereços: Castro Mayer ficou hospedado na sede da Ação Católica Feminina Italiana, *Domus Mariae*, Proença Sigaud ficou hospedado na casa dos padres Verbitas e os demais integrantes da TFP ficaram hospedados em três endereços distintos que serviram para reuniões de trabalho: via Emília 47, a Sede; Via Felipe Giordano 11, residência principal e Via Quintino Sela 3, residência secundária (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 1)²²⁶.

As Anotações se iniciam em 10 de outubro de 1962, três dias antes da primeira Congregação Geral, e a última data anotada é 15 de dezembro de 1962. De 10 de outubro a 9 de dezembro, há anotações em todos os dias. Em dezembro observa-se uma lacuna de anotações entre 10 e 13. Cada uma das anotações, separadas então por dias, se dividem, geralmente, da seguinte forma: atividades do grupo, notícias sobre as Congregações Gerais (em especial a atuação de Castro Mayer e Proença Sigaud), informações de seus integrantes, quando havia (com um tópico destacada para cada um deles), entrevistas, notícias na imprensa jornais. No decorrer dos dias, as entradas vão se transformando e isso acontece devido ao surgimento de novas personagens. São informadas reuniões e atividades dos membros do grupo em várias cidades e diferentes ocasiões, mas a maioria dos eventos acontece em Roma (Caldeira, 2020, p. 194).

Na manhã do dia 12 de outubro de 1962, o grupo reuniu-se para prestar toda assistência necessária a Proença Sigaud e a Castro Mayer e para traçar as metas do dia. Após a ida para a

²²⁴ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

²²⁵ *Ibid.*

²²⁶ *Ibid.*

basílica vaticana, Plínio de Oliveira contactou outros bispos para divulgar o livro *Revolução e Contrarrevolução* e o trabalho da TFP (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 3)²²⁷.

Durante a estadia em Roma, Castro Mayer, Proença Sigaud, Plínio de Oliveira e a TFP ficaram atentos aos discursos do Papa e dos padres conciliares, a fim de conhecerem o ambiente em que estavam inseridos, o que os ajudaria a agir com mais assertividade no grande embate de ideias que foi o concílio (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 3)²²⁸.

As notícias predominantes nos primeiros dias eram desfavoráveis aos interesses antimodernos de Castro Mayer, haja vista que na reunião da segunda noite, o assunto mais debatido pelo grupo tefepista foi o discurso do Papa na abertura do concílio. O grupo destacou que João XXIII pareceu muito otimista ao criticar “os que só veem coisas ruins no mundo contemporâneo” e demonstrou atenção para com as delegações estrangeiras (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 3)²²⁹.

As impressões da delegação de Castro Mayer enfatizavam o termo “união na caridade” (MemoPlinioCVII, 1999, p. 3)²³⁰, haja vista o discurso de João XXIII na abertura: “A Igreja sempre se opôs a estes erros; muitas vezes até os condenou com a maior severidade. Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade. Julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validade da sua doutrina do que renovando condenações.” (João XXIII, 2001, p. 29). O *modus operandi* de Castro Mayer era diferente: “Contudo, há também - e em certas épocas são eles infelizmente muito numerosos - hereges ou pecadores que não se movem senão pela condenação enérgica de seu erro, e salutar temor do estado em que estão.” (Mayer, 1971, p. 31).

Ao comparar o discurso de João XXIII e do bispo de Campos, é factível verificar as divergências pastorais, no que tange ao tratamento das doutrinas díspares do catolicismo, por isso Plínio de Oliveira disse que “João XXIII é traidor. Pio XII é que era um grande Papa.” (MemoPlinioCVII 1999, p. 3)²³¹.

Tendo em vista as diferentes posições no interior da Igreja, o concílio refletiu as tensões eclesiais que havia no Igreja - tanto no Brasil como na Europa. Pois, o contexto mundial era favorável às instabilidades, apesar do clima de otimismo que marcou o início da década de 1960 (Hobsbawm, 1995, p. 315).

²²⁷ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

²²⁸ *Ibid*

²²⁹ *Ibid.*

²³⁰ *Ibid.*

²³¹ *Ibid.*

No que toca o catolicismo brasileiro, desde o final da década de 1940 e durante as décadas seguintes, houve o acirramento das disputas ideológicas, cujo contexto histórico fora marcado pelas inseguranças próprias da Guerra Fria e o advento de governos populistas (Fausto, 2011, p. 220-225). Sobre a realidade católica, é fundamental destacar que na década de 1960 havia o “espírito do concílio”, que representava uma atmosfera otimista em relação ao mundo contemporâneo, apesar do acelerado processo de secularização do século XX, que fora praticado no Ocidente. Na dimensão prática pastoral, verifica-se na Igreja a corrente favorável às reformas, cujos baluartes do otimismo pretenderam fazer a passagem da estrutura de “Igreja-hierarquia à Igreja-povo de Deus” (Libanio, 2005, p. 120).

E para a execução do projeto “Igreja-povo de Deus”, o caminho escolhido pelos setores progressistas da Igreja no Brasil direcionou seus esforços na participação e inserção eclesial nos temas sociais, econômicos e políticos relevantes para a sociedade brasileira. Trata-se, então, do crescimento da parcela do clero que estaria mais aberta aos anseios sociais e menos voltado para a estrutura eclesial católica, cuja praxe foi verificada no concílio.

No tocante ao ecumenismo com as Igrejas orientais separadas da Igreja latina, Castro Mayer também fez uma intervenção:

Tendo visto que alguns dos Padres subscreveram a postulação do Exmo. E Revmo. Arcebispo de Agra, na Índia, de que ele possa falar após a discussão do esquema sobre as Igrejas Orientais, quero observar que consinto apenas se cada uma das cidades onde há diversos ritos, seja somente a autoridade eclesial da qual todas as outras dependam. Não concordo com a proposta do Exmo. de que na Igreja os Patriarcas tenham os mesmos direitos que os Eminentíssimos Senhores Cardeais. (AS III/5, p. 247).

Para Castro Mayer, o único diálogo possível com os diferentes era a ordem de Jesus de Nazaré “ide e ensinai”. Tudo o que fosse diferente dessa ordem poderia ser astúcia do demônio, por isso o diálogo ecumênico foi rechaçado por ele (Mayer, 2010, p. 33). No mesmo 12 de outubro aconteceu uma reunião para discutir a representatividade brasileira para votação dos indicados para as comissões conciliares que iriam discutir os assuntos no concílio. Castro Mayer e Proença Sigaud foram excluídos por alguns integrantes do episcopado brasileiro, além de não terem sido convidados para a reunião de votação (MemoPlínioCVII, 05/11/1999, p. 3)²³². Esta exclusão demonstra que a maioria parte do episcopado brasileiro estava aberto às “atualizações oportunas” sugeridas por João XXIII, diferentemente dos dois prelados excluídos.

²³² *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio. São Paulo, 05/11/1999.*

Segundo Plínio Correa de Oliveira, os bispos brasileiros indicados para a Comissão Teológica tendiam ao pensamento político de esquerda e o mentor dessa articulação teria sido Dom Eugênio de Araújo Sales (1920-2012)²³³, então bispo auxiliar de Natal (MemoPlínioCVII, 05/11/1999, p. 3)²³⁴.

A TFP levou consigo a experiência de publicações de livros, jornais e revistas e da distribuição de panfletos nas ruas. Adicionada a essa experiência, o espírito combativo eivado pelas ideias antimodernas e anticomunistas, que eram características marcantes dos integrantes tefepistas. Haja vista que se referiam aos opositores como “inimigos” e “adversários”, pois havia o intuito de defender a doutrina e a pastoralidade da Igreja contra as reformas que rondavam o clero, de modo mais específico o da Europa Central e o episcopado oriundo dos países comunistas que, segundo informações de Castro Mayer e Proença Sigaud, eram monitorados por espiões comunistas agentes de Estado (MemoPlínioCVII, 05/11/1999, p. 1)²³⁵.

Essas informações recebidas por Castro Mayer nortearam a sua postura no concílio, que foi ativa, com diversas intervenções, como demonstram as *Acta Synodalia Concilii Vaticani II*²³⁶. Foram cinco intervenções orais, 23 intervenções escritas, 12 assinaturas de intervenções orais e dez assinaturas de intervenções escritas (Roy-Lysencourt, 2014, p. 47).

Ele iniciou o concílio participando ativamente das discussões e, a partir do segundo período, foi membro ativo do *Coetus Internationalis Patrum* (Beozzo, 2001, p. 208) que começou na primeira sessão como *piccolo comitato* (pequeno comitê) e se tornou *Coetus* a partir da segunda sessão conciliar.

Enquanto isso, em 1962, o grupo de Catolicismo estabeleceu em Roma uma secretaria para acompanhar de perto os procedimentos do Concílio. Nessas circunstâncias, sob a proposta dos dois prelados brasileiros, Dom Lefébvre concordou em formar com eles um *piccolo comitato* ou “grupo de estudo” para se opor às ideias liberais no

²³³ Cardeal brasileiro e arcebispo emérito do Rio de Janeiro. Foi o religioso brasileiro com o maior número de cargos no Vaticano. Começou seus estudos no tradicional Colégio Marista de Natal. Em 1931, entrou para o Seminário Menor. Estudou Filosofia e Teologia no Seminário da Prainha, em Fortaleza. Em 1943, foi ordenado sacerdote pelo bispo Dom Marcolino Esmeraldo de Sousa Dantas. Em 1954, foi nomeado bispo auxiliar de Natal, pelo Papa Pio XII. Em 1962, entrou para a administração do apostolado da Arquidiocese de Natal nomeado por Dom Nivaldo Monte. No ano de 1964 foi nomeado administrador apostólico de São Salvador da Bahia e em 1968, Arcebispo de Salvador, pelo Papa Paulo VI, que o nomeou cardeal, em 1969 e Arcebispo do Rio de Janeiro, em 1971, cargo que exerceu até 2001 (BEOZZO, 2001, p. 30).

²³⁴ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

²³⁵ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

²³⁶ AS I/2, 695-97; AS I/3, 312-13; AS I/3, 445-46- XXV; AS I/3, 772-75; AS II/2, 721-23; AS II/3, 438-41; AS II/4, 631-33 – LXIII; AS II/5, 124-25; AS II/5, 288-90; AS II/5, 365; AS II/5, 784-85; AS II/6, 109-12; AS III/2, 109-11; AS III/2, 485-86 LXXXVII; AS III/3, 161-62; AS III/3, 449-50; AS III/3, 545; AS III/4, 295-96; AS III/4, 562-63; AS III/5, 247-48; AS III/5, 339-41 CVII; AS III/7, 223-26; AS IV/1, 712-14; AS IV/2, 371-73 CXXXIV; AS IV/2, 1029-34; AS IV/3, 181; AS IV/3, 422; AS IV/4, 478; AS IV/5, 295-99; AS VI/2 393. Vat. II: 1º, 2º, 3º e 4º períodos. (BEOZZO, 2001, p. 155).

Concílio, na linha de pensamento do cardeal Ruffini. Eles se encontram no *Corso d'Italia* na procuradoria dos Padres do Espírito Santo e organizam em Roma conferências-reuniões para os padres conciliares durante a primeira sessão (Mallerais, 2021, p. 309)²³⁷.

Já no primeiro dia em Roma, quando houve a primeira reunião, Castro Mayer notificou ao grupo que era voz corrente na *Domus Mariae* que havia espiões comunistas como auxiliares leigos dos bispos húngaros. Em roda de conversa, Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra (1906-1999)²³⁸, primeiro bispo de Petrópolis, referiu-se à Igreja da Hungria como “Igreja do Sofrimento”. Entretanto, um bispo húngaro, não identificado, protestou contra o qualificativo e disse que o termo não correspondia aos fatos (MemoPlinioCVII, 05/11/1999)²³⁹.

A tensão entre o episcopado começou a surgir nos primeiros contatos, devido às diferenças ideológicas. Essa pequena narrativa representou apenas o prelúdio de conflitos maiores que aconteceram efetivamente no concílio (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 3)²⁴⁰.

Ainda no primeiro dia em Roma, o episcopado brasileiro foi informado que Dom Helder Câmara, alegando o péssimo estado das finanças nacionais, impediu que os bispos retirassem os U\$1.000,00 dólares oferecidos pelo governo brasileiro, ficando a retirada restrita a U\$ 250,00. Castro Mayer, contrariado com Dom Helder, compartilhou essas informações com o grupo tefepista enquanto discutiam questões sobre concílio e sobre o episcopado internacional (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 3)²⁴¹.

Ao fim da reunião, Frei Jerônimo notificou ao grupo que o clero holandês queria abolir a confissão auricular e individual (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 2)²⁴². Essa notícia alarmou os brios combativos do grupo, que estava em estado vigilante. Somente no primeiro dia da chegada de Castro Mayer a Roma, houve quatro assuntos polêmicos para serem discutidos pela TFP: espionagem comunista, embate entre Dom Cintra e um bispo húngaro, restrição financeira

²³⁷ *Entre-temps, em 1962, le groupe de Catholicisme établit à Rome em secrétariat afin de suivre de près le déroulement du Concile. Ces dans ces circonstances que, sur la 116^{re} proposition des deux prélats brésiliens, mgr Lefebvre accepta de former avec eux em piccolo comitato ou “groupe d’études” pour s’opposer aux idées libérales au concile, dans la ligne de pensée du cardinal Ruffini. Ils se réunissent au Corso d’Italia à la procure des pères du Saint-Esprit, et organisent à Rome des conférence-rencontres destinées aux pères conciliares pendant la première session.*

²³⁸ Dom Manuel Pedro da Cunha Cintra foi o primeiro bispo da Diocese de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Nomeado em 3 de janeiro de 1948, era até então Reitor do Seminário Central da Imaculada Conceição do Ipiranga e Visitador Apostólico dos Seminários do Brasil (Beozzo, 2001).

²³⁹ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

²⁴⁰ *Ibid.*

²⁴¹ *Ibid.*

²⁴² *Ibid.*

sugerida por Dom Hélder e a reforma do sacramento da penitência na Igreja da Holanda (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 8)²⁴³.

No dia seguinte, o grupo dirigiu-se para a basílica de São Pedro para a cerimônia de abertura do concílio. João XXIII atravessou a porta de bronze sendo levado na sedia gestatória até o interior da Basílica usando a mitra e não mais a sua tiara, em sinal de maior simplicidade e despojamento.

Na cerimônia, todos os presentes entoaram o *Veni Creator* e a missa foi celebrada pelo cardeal decano Eugène Tisserant (1884-1972). O livro com os evangelhos foi solenemente entronizado e o evangelho de São Mateus foi cantado em latim, grego, árabe e eslavo. Em seguida realizada a profissão do Credo e a oração do concílio *Adsumus*. O Papa expressou significativamente a sua felicidade por ocasião da inauguração conciliar,

Alegra-se a Santa Mãe Igreja, porque, por singular dom da Providência divina, amanheceu o dia tão ansiosamente esperado em que solenemente se inaugura o Concílio Ecumênico Vaticano II, aqui, junto do túmulo de São Pedro, com a proteção da Santíssima Virgem, de quem celebramos hoje a dignidade de Mãe de Deus (JOÃO XXIII, 2001, p. 21).

João XXIII destacou a importância da atualização da Igreja que deveria olhar para o futuro intrepidamente para acolher e não condenar a sociedade humana, tal e qual-Cristo se uniu a sua Igreja. O Papa reprovou os profetas da desgraça, convidando a Igreja, a ser mais confiante no gênero humano frente aos desvios, às exigências e às oportunidades da idade moderna:

3. Mas parece-nos que devemos discordar desses profetas da desventura, que anunciam acontecimentos sempre infaustos, como se estivesse iminente o fim do mundo. 4. Iluminada pela luz deste Concílio, a Igreja, como esperamos confiadamente, engrandecerá em riquezas espirituais e, recebendo a força de novas energias, olhará intrépida para o futuro. Na verdade, com atualizações oportunas e com a prudente coordenação da colaboração mútua, a Igreja conseguirá que os homens, as famílias e os povos voltem realmente a alma para as coisas celestiais (JOÃO XXIII, 2001, p. 24).

O discurso do Papa entusiasmou os setores mais progressistas da Igreja que viam no Pontífice Romano a abertura necessária para propor uma Igreja reformada diante das inúmeras transformações pelas quais a sociedade ocidental passara desde o advento da modernidade. Neste sentido, havia aqueles que desejavam trilhar um caminho desconhecido, mas repleto de possibilidades, sob a alegação de que seria melhor “a preferência pela misericórdia ao bastão da punição” (Libanio, 2005, p. 61). E foi nesse embate de posicionamentos que havia a preparação dos textos, a votação e a publicação são o extrato dos diferentes posicionamentos assumidos

²⁴³ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio. São Paulo, 05/11/1999.*

pelos padres conciliares, quer fossem da maioria reformista, quer fossem da minoria conservadora (Kloppenburger, 1963, p. 74).

A concepção otimista de João XXIII contagiou grande parte do clero, que deu muito apoio ao pensamento do *aggiornamento* proposto por ele, em detrimento da concepção antimoderna de Igreja militante que norteou o catolicismo romano nos últimos séculos. Segundo as anotações tefepistas, havia uma “onda de agitação em torno do Papa que toma decisões sem ouvir a todos. Conjurações chefiadas por Liénart, Döpfner, Frings e outros que desejam que o Concílio não trate nada de dogmático” (MemoPlínioCVII, 05/11/1999, p. 7)²⁴⁴.

Tendo em vista as anotações feitas pelos membros da TFP e outras narrativas a respeito do ambiente conciliar, é claro que havia um choque de ideias que circundavam o concílio, uma vez que os movimentos que prepararam a entrada do sujeito moderno nas aulas conciliares, que se contrapôs aos antimodernos. Esta percepção era cada vez mais nítida por meio dos traços modernos que despontavam em contrastes com o feitiço pré-moderno do que os antecedia (Libanio, 2005, p. 49).

O contexto socioeconômico, sociopolítico e sociocultural indicava que a Igreja abordaria a sua relação com o mundo contemporâneo de maneira distinta como fizera até então. A Ideia não seria a condenação, mas, sim, o diálogo humanitário converte com as questões de consciência que afligiam o gênero humano no mundo do *pós-guerra*, como a fome e as angústias existenciais (Osborne, 2016, p. 481).

Dessa forma, é importante destacar que havia demandas propostas pelo sujeito moderno, que foram discutidas no concílio, a despeito dos setores conservadores. Ele, o sujeito moderno, foi fruto de um olhar atento às transformações pelas quais o mundo passara nos últimos séculos e para tal queria ser visto pela Igreja como uma nova forma de vida e pensamento que também carecia de respostas pela Igreja no mundo contemporâneo (Libanio, 2005, p. 48).

Tendo em vista que Vaticano II foi palco de tensões entre o sujeito moderno e o pensamento antimoderno, é um fato que o concílio foi muito influenciado pelos peritos (Davies, 2019, p. 61). Segundo o padre Wiltgen (2007), um perito sozinho podia impor suas opiniões sobre todo o concílio, se conseguisse ganhar a aprovação do episcopado alemão, que talvez tenha sido a conferência episcopal mais organizada. Dom Cornelius Lucey (1902-1982), bispo de Cork and Ross (Irlanda), afirmou que os peritos eram mais poderosos do que a maioria dos bispos, mesmo que não tivessem direito ao voto, “porque tinham à disposição o ouvido de um

²⁴⁴ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio. São Paulo, 05/11/1999.*

cardeal ou do chefe de um grupo nacional de bispos, e eram influentes na redação dos documentos conciliares. O especialista é a pessoa com poder” (Davies, 2019, p. 61).

Os teólogos progressistas eram favoráveis ao diálogo ecumênico e ao fortalecimento das conferências episcopais, por meio do esquema da colegialidade episcopal. Por isso, trabalharam para tal durante o concílio, com o apoio dos padres da Europa Central (Davies, 2019, p. 48). O diálogo convergente com as demais religiões e a tolerância caritativa ao Comunismo, que não foi condenado pelo concílio (Davies, 2019), eram demasiadamente pesados para a mentalidade de Proença Sigaud e Castro Mayer. Por isso, o partido romano recebeu o apoio de ambos os bispos brasileiros, uma vez que foi visto pelos dois como partido ativo que representava o pensamento da direita conservadora na Igreja (MemoPlínioCVII, 05/11/1999, p. 7)²⁴⁵.

Desde o princípio, a TFP ficou atenta à imprensa e sempre deu seu parecer dos eventos conciliares nas páginas de *Catolicismo*. O objetivo era informar as pessoas que a Igreja se mantinha perene no objetivo de conservar a sua doutrina, sem grandes reformas.

No Vaticano II não há notícias de que alguma heresia especial será condenada. Mas todo o liberalismo, todo o modernismo, todo o existencialismo, todo o socialismo serão, por certo, alvo das decisões do Concílio. Estas heresias sairão dele feridas de morte, assim o esperamos, e a Hierarquia inteira voltará a suas circunscrições orientada para a realização de um Catolicismo sempre mais autêntico e total, que impregne todos os aspectos da vida individual, familiar e social. Encontramo-nos em plena heresia laicista, que ignora o reinado social do Sagrado Coração. O Concílio mobilizará as almas para a grande tarefa da penetração e do domínio de todos os aspectos da vida social pelo Evangelho, de sorte que Jesus Cristo seja o Rei dos corações e da sociedade. Mobilizar a Hierarquia e o laicato para a construção do reinado social do Sagrado Coração e do reino de Maria, será a grande tarefa e o grande fruto do II Concílio Ecumênico do Vaticano. Ele assim terá levantado a bandeira da luta contra o comunismo em todas as suas formas, contra o comunismo que é a negação total do reinado do Sagrado Coração sobre a vida humana, mormente sobre a vida social, e que afirma e impõe como único dono dos destinos humanos e das instituições humanas o Estado sem Deus e o Estado contra Deus. Na santíssima Assembleia que está para se inaugurar será decidida a sorte do comunismo e será selada a sua derrota total; em vez de uma humanidade sem Deus, cimentada no ódio e na inveja, o Concílio gerará uma humanidade segundo Deus e firmada na caridade e na fraternidade, brotadas da chaga do sacrossanto lado de Cristo, transpassado na Cruz. No Concílio, mais uma vez, e de forma intensíssima, se realiza a definição paulina da Igreja: "Virtus Dei in salutem". Extraordinária graça do Concílio! (Catolicismo 1962 : 6)

Entretanto, a História demonstra que o Concílio Vaticano II não funcionou de acordo com os anseios do grupo de *Catolicismo* e rumou para um caminho mais propenso às atualizações, haja vista que o evento foi uma reunião de caráter mundial, no qual estavam vozes

²⁴⁵ Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio. São Paulo, 05/11/1999.

de todos os continentes seriam ouvidas. Tendo em vista o caráter global, o cardeal Achilles Liénart (1884-1973)²⁴⁶ propôs que os trabalhos fossem interrompidos, alegando haver a necessidade de uma maior integração entre o clero, para que as votações fossem mais conscientes (Souza, 2004, p. 35).

Havia então no concílio um primeiro movimento de deslocamento, que inverteu a agenda conservadora pretendida pela comissão organizadora romana. A proposta primeira era a confirmação de uma Teologia neoescolástica e de uma pastoral mais tradicional. Todavia, não foi aderida por todos os padres conciliares, sobretudo um clero oriundo da Europa Central, que padecera com a Segunda Guerra Mundial e orquestrou um movimento de inovação, que desde o início do concílio podia ser percebido (Libanio, 2005, p. 101). Como é de se supor, este movimento inovador deixou Castro Mayer preocupado.

Com a interrupção conciliar ocorrida no dia 13 de outubro, as comissões episcopais mobilizaram-se para escolher seus representantes para participarem da Comissão Teológica. Castro Mayer recebeu 10 votos dos bispos brasileiros, apesar de não ter sido indicado como candidato elegível, uma vez que sofreu alguns boicotes do episcopado brasileiro em função de suas crenças conservadoras (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 4)²⁴⁷.

Desde o primeiro momento que as votações tiveram início, Proença Sigaud trabalhou intensamente para promover o nome de Castro Mayer como voz teológica atuante no concílio, principalmente entre os padres conciliares verbitas holandeses. De igual maneira, o arcebispo tentou ganhar um lugar na atuação dos trabalhos relacionados à ministração dos sacramentos: “Informações de D. Sigaud: mais otimismo no meio SVD; geral preocupação com os SVD holandeses. Os 27 bispos SVD serão trabalhados por D. Sigaud para votar nele e em D. Mayer” (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 4)²⁴⁸. O objetivo do arcebispo de Diamantina não foi logrado com sucesso, pois, Castro Mayer não compôs a comissão teológica do concílio, o que foi ruim para os interesses mais conservadores, tendo em vista o perfil do bispo de Campos dos Goytacazes.

Atento aos fatos, Castro Mayer percebeu que a imprensa italiana destacou como objetivos dos conciliares: maior emprego dos leigos, desenvolvimento das conferências

²⁴⁶ Bispo de Lille e feito cardeal em 1930 por Pio XI, Um participante ativo do Concílio Vaticano II (1962-1965), Liénart foi uma voz liberal líder no concílio e sentou-se no seu Conselho de Presidência. Quando a Cúria Romana, composta predominantemente de prelados conservadores, emitiu uma lista de nomeados para os membros das comissões do Conselho, Liénart objetou que nada das qualificações dos nomeados foi incluído (Mattei, 2013, p. 159).

²⁴⁷ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

²⁴⁸ *Ibid.*

episcopais, restabelecimento eventual da intercomunhão e da interconfissão, descentralização, (bispos só pediriam autorização à Roma sobre os pontos capitais), facilitação dos casamentos mistos (batismo mais tarde), precaução com os exageros do culto mariano nas dioceses, porque poderiam ser explorados por anticatólicos. Além disso, havia a expectativa de que o Papa pudesse ter reservado algumas medidas contra os conservadores que se oporiam à união dos cristãos (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 3)²⁴⁹.

Ainda nos primeiros dias à chegada de Castro Mayer a Roma, antes de completar a primeira semana, ele e Proença Sigaud reuniram-se com o cardeal Masella para articular ideias. O cardeal italiano deu importantes orientações aos dois prelados brasileiros e destacou que, naquele momento inicial, as tendências no concílio ainda estavam no processo formação, porque os bispos ainda não se conheciam. Todavia, mas a Cúria precisava tomar cuidado com a presença de bispos provenientes de vários países porque havia o plano central conciliar para enfraquecer o poder romano nas dioceses de muitos países e este plano só seria posto em prática através do controle da Comissão Teológica que era desejado por várias conferências episcopais internacionais (MemoPlinioCVII, 11/05/1999, p. 7)²⁵⁰.

Masella entendia, e reforçou em seu encontro com Castro Mayer e Proença Sigaud, que a corrente favorável à Cúria começou a se estruturar somente depois do início dos trabalhos conciliares, enquanto o grupo reformista já estava estruturado antes do concílio e já estava adiantado na difusão de suas ideias (MemoPlinioCVII, 11/05/1999, p. 7)²⁵¹.

Sobre o Papa, Masella apresentou restrições e preocupações: “João XXIII tinha muito bom coração, mas falava o que pensava, causava constrangimento e depois tinha que voltar atrás, embora fosse um homem de fé profunda e muito piedoso” (MemoPlinioCVII, 11/05/1999, p. 7)²⁵². A Cúria precisava segurá-lo para não sair todos os dias para realizar compromissos que não eram próprios de um Papa, pois João XXIII era um homem de coração simples, que valorizava mais o sentimento do que a razão. Sendo assim, estava muito otimista quando convocou o concílio e por isso era favorável às reformas. Todavia, não dava orientações seguras ao clero italiano, como Pio IX dava, e por isso, precisava ser mais controlado (MemoPlinioCVII, 11/05/1999, p. 7)²⁵³.

²⁴⁹ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

²⁵⁰ *Ibid.*

²⁵¹ *Ibid.*

²⁵² *Ibid.*

²⁵³ *Ibid.*

Após a conversa com o cardeal Masella, Castro Mayer e Proença Sigaud ficaram preocupados, pois verificaram que havia uma estratégia reformista no concílio que precisava ser combatida pela organização de um bloco que se reunisse de acordo com afinidades de ideias conservadoras (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 3)²⁵⁴.

Castro Mayer e seu grupo de trabalho ficaram desconfortáveis diante dos movimentos que perceberam no concílio e notavam que “a imprensa estava eufórica com o ambiente que foi criado” (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 3)²⁵⁵.

Porque havia o predomínio do espírito favorável às reformas internas na Igreja. Com isso, houve o crescimento da apreensão para que houvesse uma mobilização por parte de Castro Mayer, Proença Sigaud e os membros da TFP, a fim de convencer o clero a aderir às pautas conservadoras com o intuito de combater os projetos reformistas na Igreja.

Informações e comentário da imprensa: Objetivos do Concílio: maior emprego dos leigos, desenvolvimento das conferências episcopais, restabelecimento eventual da intercomunhão e da interconfissão, descentralização, (bispos só pediriam autorização a Roma sobre os pontos capitais), facilitar casamentos mistos (batismo mais tarde), atenuar exageros do culto mariano em determinadas dioceses que poderiam ser explorados por anticatólicos, surpresas que o Papa reserva contra os conservadores que se oporiam à união dos cristãos. (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 3)²⁵⁶.

A partir da primeira interrupção, a assembleia assumiu o controle conciliar, acabando com a previsibilidade preparada pela Cúria Romana (Alberigo, 2000, p. 44), e a Europa Central começou a dominar as diretrizes conciliares. O resultado direto foi o jogo polarizado que representou um mal-estar entre os bispos que se reuniram por afinidade e por nacionalidade a fim de articularem os votos. Neste jogo de articulações, Castro Mayer e Proença Sigaud buscaram diferentes contatos, visando estabelecer uma rede de sociabilidade cujo objetivo influenciar as medidas tomadas no concílio, por isso, foram aos encontro de outros padres conciliares, o que foi importante para a difusão do *piccolo comitato*.

Um dos principais incômodos da linha conservadora era o discurso de “união na caridade” (MemoPlinioCVII, 1999, p. 7)²⁵⁷, que demandou esforços de Castro Mayer e Sigaud, para arregimentar padres conciliares que se colocassem contra esta mentalidade reformista. Todavia, ao analisar as anotações conciliares feitas por membros tefepistas, verifica-se que a

²⁵⁴ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

²⁵⁵ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

²⁵⁶ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

²⁵⁷ *Ibid.*

influência de Proença Sigaud e Castro Mayer não teve a repercussão esperada, tampouco o fortalecimento da rede internacional intencionada por Plínio de Oliveira na primeira sessão, que acabou por não se concretizar como esperavam no início. O ponto positivo para Plínio de Oliveira e a TFP foi o processo de internacionalização tefepista alcançando países da América e Europa e para tal, o concílio foi importante (Caldeira, 2020, p.191).

2.3 A fundação do *Coetus Internationalis Patrum*

A linha reformista estava articulada desde o início do concílio, haja vista que fizeram oposição ao para dismantelar o controle do partido romano já na primeira semana (Wiltgen, 2007, p. 23) Ao notarem o clima de animosidade, Castro Mayer e Proença Sigaud buscaram contatos com vários prelados e teólogos para conhecerem melhor o ambiente conciliar, e verificaram que a corrente reformista se adensava. Por isso era necessário que os conservadores comesçassem suas articulações para estabelecerem um grupo de estudos. Haja vista o encontro que os dois bispos tiveram com o padre Raymond Dulac (1903-1987)²⁵⁸ que estava em Roma para coordenar os bispos conservadores no concílio. Segundo Dulac, a ala conservadora da Igreja era ingênua e tinha pouco preparo para combater o grupo reformista que era muito mais articulado e mais preparado (MemoPlinioCVII, 11/05/1999, p. 7)²⁵⁹.

As primeiras percepções conciliares abateram o ânimo da comitiva tefepista, que foi ficando desesperançosa com os rumos dos trabalhos conciliares, porque interpretaram que a mentalidade vigente no concílio não atendia aos anseios contrarrevolucionários do grupo, por isso, buscavam estabelecer contatos e consolidar a rede para combater as ideias reformistas. Para tal, o objetivo era agregar o maior número possível de pessoas contra as ideias reformistas (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 7)²⁶⁰.

Castro Mayer, Proença Sigaud e Plínio de Oliveira se encontraram com o padre Dulac que lamentou a agitação do Vaticano II porque o “Papa toma decisões sem ouvir a todos” (MemoPlinioCVII, 1999, p. 17)²⁶¹, o que do ponto de vista dos conservadores era nocivo, porque entendiam que João XXIII estava sendo manipulado. Segundo Dulac, esta postura era

²⁵⁸ Sacerdote canonista francês que foi colaborador de várias revistas católicas na Europa e esteve presente no Concílio Vaticano II (Mattei, 2013, p. 194).

²⁵⁹ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

²⁶⁰ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

²⁶¹ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

consequência direta da conjuração chefiada por Liénart, Julius Döpfner (1913-1976)²⁶², Léon-Joseph Suenens (1904-1996)²⁶³, Joseph Frings (1887-1978)²⁶⁴, Agostino Bea (1881-1968)²⁶⁵, Franz König (1905-2004)²⁶⁶, Bernard Jan Alfrink (1900-1987)²⁶⁷ e outros que desejavam que o concílio não tratasse de assuntos dogmáticos, dando-lhe uma ênfase mais pastoral. Por isso, os setores progressistas apoiaram a reforma litúrgica e a política de boa-vizinhança da Igreja sobre os supostos “erros contemporâneos” (MemoPlínioCVII, 05/11/1999, p. 17)²⁶⁸. Pois assim, o catolicismo romano teria um trânsito melhor na sociedade secularizada.

A atuação dos padres conciliares reformistas tinha relação com a *Nouvelle Théologie*, que consistiu num movimento de rejeição à Tradição teológica escolástica da Igreja, buscando adaptar a doutrina da Igreja aos tempos modernos. A proposta de adaptação tocava a Teologia e a sua Tradição dogmática (Hirpinus, 2001, p. 16). Entre os nomes proeminentes da *Nouvelle Théologie* que atuaram no Vaticano II destacam-se Yves Congar, Hans Urs Von Balthasar (1905-1988)²⁶⁹, Edward Schillebeeckx (1914-2009)²⁷⁰, John Courtney Murray (1904-1967)²⁷¹, Marie-

²⁶² Arcebispo de Munique e Freising, feito cardeal em 1958 por Pio XII. No concílio foi um nome relevante no clero reformista da Europa Central (Mattei, 2013, p. 173).

²⁶³ Bispo de Malinas-Bruxelas, feito cardeal em 1962 por João XXIII. Nome atuante no concílio em defesa das ideias reformistas, foi um dos quatro moderadores das sessões conciliares eleito em setembro de 1963 (Mattei, 2013, p. 162).

²⁶⁴ Feito cardeal em 1946 por Pio XII, foi membro da comissão central preparatória e do conselho de presidência do Concílio Vaticano II. Durante as reuniões conciliares foi uma voz ativa em defesa das ideias reformistas (Mattei, 2013, p. 173).

²⁶⁵ Jesuíta feito cardeal em 1959 por João XXIII. Durante o concílio, serviu como o primeiro presidente do Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos. Destacou-se como um dos integrantes do clero reformista da Europa Central (Mattei, 2013, p. 80).

²⁶⁶ Arcebispo de Viena, membro da comissão preparatória e da comissão doutrinal. Feito cardeal em 1958 por João XXIII. Em 1965 tornou-se presidente do secretariado para os não-crentes (Mattei, 2013, p. 158).

²⁶⁷ Em 28 de maio de 1951, foi nomeado arcebispo coadjutor de Utrecht e arcebispo titular de Tyana. De 1962 a 1965, o primaz holandês participou do Concílio Vaticano II e fez parte da Junta da Presidência. Participou do conclave que elegeu Paulo VI e ajudou o cardeal Liénart no processo de conclusão do Vaticano II (Mattei, 2013, p. 173).

²⁶⁸ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

²⁶⁹ Hans Urs von Balthasar foi um sacerdote, teólogo e escritor suíço. É considerado um dos teólogos progressistas durante o concílio (Mattei, 2013, p. 79).

²⁷⁰ Edward Cornelis Florentius Alfonsus Schillebeeckx foi um teólogo católico belga. Foi membro da Ordem Dominicana. Seus livros sobre teologia já foram traduzidos em diversas línguas e suas contribuições ao Segundo Concílio do Vaticano o tornaram conhecido mundialmente (Mattei, 2013, p. 81).

²⁷¹ Padre e teólogo jesuíta americano, especialmente conhecido por seus esforços para conciliar o catolicismo e o pluralismo religioso e se concentrou particularmente na relação entre a liberdade religiosa e as instituições de um estado moderno democraticamente estruturado (Martina, 2014).

Dominique Chenu (1895-1990)²⁷², Karl Josef Erich Rahner (1904-1984)²⁷³, Hans Kung (1928-2012)²⁷⁴, Henri de Lubac etc. (Mattei, 2013).

Durante o pontificado de Pio XII, esses nomes foram vistos com desconfiança pela cúpula da Igreja, e por isso, foram destituídos da função de professor e tiveram suas publicações controladas com rigor eclesiástico. Todavia, a partir do pontificado de João XXIII, houve uma reviravolta de posições e esses teólogos trabalharam como peritos teológicos e influenciaram padres conciliares que atuaram com eficácia pela reforma da Igreja, como Döpfner, Frings, Bea, Suenens etc. (Mattei, 2013)

Diante da articulação do clero da Europa Central, o padre Dulac expressou seu lamento ao afirmar que “o Papa vai na onda por vaidade e é lamentável que não tenha a intenção de proferir anátemas. Quanto à tentativa de estabelecimento de um governo colegiado da Igreja, vituperou as conferências nacionais de bispos” (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 17)²⁷⁵.

Para resolver estas questões, o padre Dulac sugeriu a Proença Sigaud e a Castro Mayer que pedissem em plenário que a Igreja condenasse os “erros” doutrinários e pastorais modernos (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 17)²⁷⁶. Diante da fala do padre Dulac, Castro Mayer interveio dizendo haver uma comissão para tratar de assuntos de regulamento do concílio na qual estavam, entre outros, os cardeais Giuseppe Siri (1906-1989)²⁷⁷ presidente da Conferência Episcopal Italiana, Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, arcebispo de Milão e Stefan Wyszyński (1901-1981)²⁷⁸, arcebispo de Varsóvia.

Para combater a articulação reformista no concílio, padre Dulac marcou uma reunião para o dia seguinte com Lefebvre, Castro Mayer e Proença Sigaud. A ideia foi bem recebida e Castro Mayer aceitou de imediato e afirmou: “os nossos inimigos estão organizados” (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 17)²⁷⁹.

²⁷² Teólogo francês da ordem dos dominicanos, OP, com grande influência no Concílio Vaticano II. Entrou para a Ordem dos Pregadores em 1913, no Mosteiro Le Saulchoir, localizado região de Kain na Bélgica, mas administrado pelos dominicanos franceses, em uma época na qual muitas ordens monásticas estavam proibidas na França (Mattei, 2013, p. 90).

²⁷³ Sacerdote católico jesuíta de origem germânica e um dos mais influentes teólogos do século XX. Influenciado por Erich Przywara e Joseph Maréchal e estimulado por seus estudos com Martin Heidegger, Rahner tentou uma síntese da tradição teológica com o pensamento contemporâneo (Mattei, 2013, p. 88).

²⁷⁴ Teólogo suíço que foi ordenado padre em 1954. Além de teólogo, foi filósofo, professor de teologia e durante o concílio atuou como nome importante dentro dos setores progressistas da Igreja (Mattei, 2013, p. 104).

²⁷⁵ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

²⁷⁶ Ibid.

²⁷⁷ Cardeal italiano que serviu como arcebispo de Gênova de 1946 a 1987 e foi elevado à categoria de cardeal em 1953 pelo Papa Pio XII. Primeiro presidente da Conferência Episcopal Italiana (CALDEIRA, 2009, p. 128).

²⁷⁸ Bispo de Lublin de 1946 a 1948, arcebispo de Varsóvia de arcebispo de Gniezno de 1948 a 1981. Criado cardeal em 12 de janeiro de 1953 pelo Papa Pio XII, assumiu o título de Cardeal-Primaz da Polônia (Mattei, 2013, p. 152).

²⁷⁹ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

No encontro seguinte, padre Dulac articulou um encontro com a tríade diretora do *piccolo comitato*, Castro Mayer, Proença Sigaud e Lefebvre. O propósito era dar continuidade ao assunto iniciado alguns dias atrás sobre o grupo de articulação conservadora e discutir o desentendimento ocorrido entre os cardeais Bea e Alfredo Ottaviani (1890-1979)²⁸⁰ sobre a separação entre Igreja e Estado (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 20)²⁸¹.

Assim, enquanto o clero da Europa Central cerrava fileiras de linhas estratégicas com grande organização, os conservadores não estavam ligados entre si e nem tinham estratégias, à exceção de um pequeno grupo que ficou conhecido como *piccolo comitato*, pequeno comitê, que seria o *Coetus Internationalis Patrum* (Mattei, 2013, p. 281).

Segundo algumas pesquisas realizadas sobre a atuação conservadora no concílio, há indícios históricos que demonstram que a TFP prestou forte assistência a Proença Sigaud e Castro Mayer no processo de formação do *piccolo comitato*. Apesar de haver alguns hiatos sobre a história do *piccolo comitato*, as anotações tefepistas demonstram que o grupo brasileiro desempenhou um papel muito maior do que simplesmente distribuir panfletos e documentos do *Coetus*. A partir da análise das memórias de Plínio de Oliveira, o que se nota é uma atuação dinâmica de seus membros na busca de adeptos para a formação do grupo de oposição progressista durante as aulas conciliares, além de um projeto que tinha por interesse a articulação de uma organização anticomunista internacional, com o apoio de Castro Mayer e Proença Sigaud (Caldeira, 2020, p. 194).

Num primeiro momento, a Cúria foi o principal representante das ideias conservadoras. Assim que ficou claro que o concílio seria um palco de batalhas ideológicas, o clero conservador começou a articular-se para a formação do *piccolo comitato* que foi fundado rapidamente no início da primeira sessão do concílio. A equipe dirigente foi constituída pelo arcebispo Marcel Lefebvre, presidente, Proença Sigaud, secretário-geral e Castro Mayer, vice-presidente e pensador. Esses três bispos foram auxiliados por dois teólogos, Abbé Berto (1900-1968)²⁸² e Dom Frénaud (1903-1967)²⁸³. (Roy-Lysencourt, 2011, p. 500) Jean Prou (1911-1999)²⁸⁴, abade de San Pierra di Solesmes, também constituiu o grupo desde o início e foi um dos membros mais importantes do *Coetus* (Roy-Lysencourt, 2011, p. 51). Mais tarde, em 1963, Luigi Maria

²⁸⁰ Alfredo Ottaviani foi um cardeal italiano por Pio XII. Ele serviu como secretário do Santo Ofício na Cúria Romana de 1959 a 1966 quando esse dicastério foi reorganizado como a Congregação para a Doutrina da Fé, da qual foi pró-prefeito até 1968 (Mattei, 2013, p. 77).

²⁸¹ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

²⁸² Um dos fundadores da Revista *La Pensée Catholique*, onde publicou vários ensaios. No concílio atuou como membro ativo do CIP (Mattei, 2013, p. 195).

²⁸³ Teólogo beneditino francês ordenado padre em 1932 (Roy-Lysencourt, 2011, p. 318).

²⁸⁴ Monge beneditino francês e abade da abadia de Saint-Pierre de Solesmes (Roy-Lysencourt, 2011, p. 51).

Carli (1914-1986)²⁸⁵, bispo de Segni integrou o grupo (Roy-Lysencourt, 2015, p. 21). Desse pequeno comitê surgiria o *Coetus Internationalis Patrum* cuja tradução significa Grupo Internacional de Padres (Beozzo, 2001, p. 183).

O grupo foi construído, destacadamente, sobre as bases das amizades e contatos pré-conciliares entre os prelados que viriam a ser seus membros. Nesse sentido, é importante destacar o recrutamento feito por meio de intervenções públicas, haja vista que foi dessa maneira que Mons. Carli associou-se ao CIP (Wiltgen, 1974, p. 88-89), e trouxe alguns simpatizantes consigo (Roy-Lysencourt, 2015, p. 1060).

Entre os cardeais simpatizantes, pode-se citar: Ernesto Ruffini (1888-1967)²⁸⁶, arcebispo de Palermo; Arcadio María Larraona Saralegui (1887-1973)²⁸⁷, cardeal presidente da Sagrada Congregação para os Ritos; Michael Browne (1897-1971)²⁸⁸; Giuseppe Antonio Ferreto (1899-1973)²⁸⁹; Manoel Gonçalves Cerejeira (1888-1977)²⁹⁰; Alfredo Ottaviani; Agnelo Rossi (1913-1995)²⁹¹; Rufino Jiao Santos (1908-1973)²⁹²; Giuseppe Siri. Esses foram alguns nomes proeminentes do principal grupo de opositores no Concílio Vaticano II (Roy-Lysencourt, 2014, p. 77).

Entre as justificativas para a organização do *piccolo comitato* estava a percepção de Castro Mayer e Proença Sigaud sobre a realidade cultural e religiosa na Europa, que se mostrava desfavorável ao pensamento conservador, haja vista que os contatos estabelecidos corroboravam essa percepção. Por isso, a necessidade e a ideia de formar um grupo antirrevolucionário agradava a Castro Mayer, mencionado como um dos membros fundadores do *piccolo comitato* que trabalhou como prelado atuante ao longo das quatro sessões conciliares. Todavia, a leitura dos documentos pesquisados aponta que o bispo de Campos fora mais discreto do que Lefebvre e Proença Sigaud no processo de fundação do *Coetus*

²⁸⁵ Ordenado padre em 1937, feito bispo de Segni em 1957 e depois arcebispo de Gaeta até a sua morte (Mattei, 2013, p. 198).

²⁸⁶ Arcebispo de Palermo de 1945 até 1967. Elevado ao cardeal em 1946 pelo Papa Pio XII. Durante o concílio, foi integrante do Conselho de Presidência (Mattei, 2013, p. 27).

²⁸⁷ Prefeito da Sagrada Congregação dos Ritos de 1962 a 1968, elevado ao cardinalato em 1959 por Pio XII (Mattei, 2013, 68).

²⁸⁸ Dominicano irlandês e mestre-geral da ordem entre 1955 e 1962, elevado ao cardinalato por João XXIII em 1962 (Roy-Lysencourt, 2011, p. 53).

²⁸⁹ Cardeal italiano nomeado por João XXIII em 1961, que serviu como grande penitenciária na Cúria Romana de 1967 a 1973 (Mattei, 2013, p. 108).

²⁹⁰ Cardeal português e patriarca de Lisboa (Roy-Lysencourt, 2011, p. 54).

²⁹¹ Dom Agnelo Rossi foi um prelado católico brasileiro, décimo sexto bispo de São Paulo, sendo seu quarto arcebispo e segundo cardeal. Foi o brasileiro que mais alto subiu na hierarquia eclesiástica, sendo considerado o maior expoente da Igreja do Brasil, chegando a ser cardeal-decano do Colégio Cardinalício (Roy-Lysencourt, 2011, p. 57)

²⁹² 29º arcebispo de Manila e o primeiro filipino a ser elevado ao cardinalato por João XXIII (Mattei, 2013, p. 220).

Internatinalis Patrum, provavelmente por estar ausente nas reuniões ocorridas em 1963, quando o pequeno comitê começou a se tornar o *Coetus*.

Entre as motivações para organizar um grupo contrarrevolucionário, havia a crença de que a história recente da Igreja seria caracterizada pela necessidade de se colocar abertamente pró ou contra a Revolução, sendo impossível haver qualquer tipo de isenção no processo revolucionário que, supostamente, queria destronar a Igreja (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 13)²⁹³.

É difícil afirmar com certeza precisa a data de nascimento do *Coetus Internationalis Patrum*. Os arquivos são muito lacunosos no que tange os seus primeiros momentos. Todavia, os documentos encontrados permitem, ao menos, vislumbrar que um primeiro *piccolo comitat*" formou-se em torno de Mons. Marcel Lefebvre desde os primeiros dias do Concílio, tendo este se constituído de maneira progressiva no curso da primeira sessão (Roy-Lysencourt, 2015, p. 1058).

As fontes que permitem datar o nascimento oficioso do CIP – e não oficial, já que ele ainda não tinha sido nomeado e agido oficialmente na condição de grupo – aponta para a quarta-feira, dia 2 de outubro de 1963, ou seja, três dias após a abertura da segunda sessão (Roy-Lysencourt, 2015, p. 1059). Os Autores que pesquisaram sobre a formação do *Coetus Internationalis Patrum* apresentam algumas informações diferentes, todavia, é inegável as versões conservam bastante semelhança quanto sua origem de formação. Mesmo que as versões do *piccolo comitato* não sejam rigorosamente idênticas a respeito do momento exato do seu nascimento, os arquivos mostram que houve um primeiro grupo de estudo no início da primeira sessão do Concílio Vaticano II (Roy-Lysencourt, 2011, p. 328). Este grupo, cuja maior parte estudou nas universidades romanas, defendeu a antiga e sólida eclesiologia apologética, defensiva e antiecumênica (Altemeyer, 2015, p. 234).

Segundo Roy-Lysencourt (2015), o *Coetus Internationalis Patrum* surgiu como *piccolo comitato*, na sessão de 1962, teve um nascimento oficioso na sessão de 1963 e adotou o nome de *Coetus Internationalis Patrum* somente no início da sessão de 1964, o que corrobora as anotações pessoais do abade Prou, que registrou a data de nascimento do combativo grupo foi o dia 2 de outubro de 1963 (Roy-Lysencourt, 2013, p. 1059). O secretário de Siri, em sua agenda, informa que “a reunião do grupo que assumirá a denominação de *Coetus Internationalis Patrum* ocorreu na tarde do dia 22 de outubro de 1963 em um instituto religioso na Via del Sant’uffizio 25 (Lay, 1993, p. 211).

²⁹³ Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio. São Paulo, 05/11/1999.

Segundo Wiltgen (2007), a gênese da organização conservadora aconteceu com o encontro entre os arcebispos Proença Sigaud e Marcel Lefebvre que formaram um *piccolo comitato*, cuja finalidade era fazer oposição às ideias que consideravam extremas, e que, segundo eles, eram impostas a muitos padres conciliares por poderosas conferências episcopais, sobretudo as ideias da Europa Central.

Ainda de acordo com Wiltgen (2007), Proença Sigaud e Lefebvre reuniram-se na primeira semana da primeira sessão e formaram um pequeno comitê para confabularem ideias para serem expostas para os demais bispos. O testemunho de Ralph Wiltgen (1921-2007) deve ser considerado, uma vez que foi testemunha ocular no Vaticano II e sempre esteve bem informado sobre todos os detalhes da vida extra conciliar, bem como todos os rumores que circulavam nos bastidores do evento (Roy-Lysencourt, 2011, p. 329). Ele esteve perto de Proença Sigaud, pois não só pertencia à mesma congregação que o arcebispo de Diamantina, como também estiveram hospedados no mesmo lugar durante o concílio: a casa sede dos padres da Sociedade do Verbo Divino, os Verbitas (Roy-Lysencourt, 2011, p. 329).

Segundo Mallerai (2005), Marcel Lefebvre reuniu-se com Castro Mayer em outubro de 1962, que o teria apresentado ao seu compatriota brasileiro, Proença Sigaud. Mallerai não cita sua fonte, mas é bem possível que as coisas tenham acontecido dessa forma, uma vez que o bispo de Campos e o arcebispo de Diamantina tinham relações estreitas há muitos anos no Brasil e nada mais natural que durante o concílio eles estivessem do mesmo lado defendendo as ideias comuns (Roy-Lysencourt, 2011, p. 329).

Além das articulações do clero no concílio, houve também trabalho do laicato católico conservador para a articulação do *piccolo comitato*. Segundo Roy-Lysencourt, a TFP contribuiu para a formação inicial do CIP:

Em 1962, o grupo do “*Catolicismo*” estabeleceu um secretariado em Roma para acompanhar de perto o andamento do Concílio. E foi nessas circunstâncias que houve a proposta dos dois prelados brasileiros ao arcebispo Lefebvre, que concordou em formar com eles um *piccolo comitato* ou “grupo de estudo” para se opor às ideias liberais no conselho, na linha de pensamento do Cardeal Ruffini (Mallerai, 2002, p. 309).

O alinhamento ideológico entre os conservadores era evidente, e as pautas mais relevantes para o grupo era a liturgia, baseada na Tradição; transmissão imutável da Revelação; inerrância das escrituras; manutenção da estrutura hierárquica da Igreja; o primado do catolicismo sobre as demais religiões; o dever do Estado de assumir a doutrina social da Igreja e a moral cristã (Caldeira, 2009, p. 147).

Proença Sigaud destacou para o grupo tefepista que o seu objetivo para o *piccolo comitato* era estudar os problemas para apresentá-los no concílio e, assim, conseguir dirigir as votações. Uma vez que a direção das votações fosse controlada, o grupo recrutaria novos elementos (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 62)²⁹⁴.

Nas articulações conservadoras que aconteceram no concílio, no dia 16 de outubro de 1962, Castro Mayer e Proença Sigaud encontraram-se com o bispo italiano Roberto Ronca (1901-1977)²⁹⁵ no prédio do seminário da Sociedade do Verbo Divino. Ronca foi um personagem que aparece com recorrência nas anotações tefepistas, porque estreitou laços com Castro Mayer e Proença Sigaud. Ele tinha uma lista de nomes de bispos italianos que poderiam integrar a frente conservadora, porque na Conferência Episcopal Italiana, Ronca era rival do cardeal Montini na Conferência Episcopal Italiana (Mattei, 2013, p. 126) e durante o concílio, foi membro ativo do grupo antimoderno contra as reformas conciliares (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 79).

Ronca, Castro Mayer e Proença Sigaud viram na pausa ocorrida no dia 13 de outubro um movimento para enfraquecer a Cúria Romana, o cardeal Ottaviani e o partido romano e realizar um movimento de *apertura a sinistra* (abertura à esquerda) no concílio, pois os setores progressistas queriam enfraquecer Ottaviani e controlar João XXIII por seu suposto otimismo (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 21)²⁹⁶.

Em uma conversa dura, Roberto Ronca fez afirmações comprometedoras aos dois bispos brasileiros. Segundo as anotações tefepistas, o bispo teria em mãos, no momento da conversa com Proença Sigaud e Castro Mayer, um documento feito pelo Tribunal do Santo Ofício e assinado pela Congregação dos Seminários.

Na ocasião, o bispo italiano declarou:

As coisas não vão bem; os bispos bons precisam conhecer-se para melhor ação. Dos 400 bispos italianos, 370 são bons e 30 péssimos; estes últimos entraram todos na lista das indicações. Cardeal Siri é bom, mas quem manda na Conferência dos Bispos italianos é Montini, Urbani²⁹⁷ e Lercaro²⁹⁸. Ruffini é bom mas não luta e não quer julgar pensamento dos outros. Dos 370 só se pode contar com poucos que realmente

²⁹⁴ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

²⁹⁵ Fundador do partido católico e movimento anticomunista político *Civittà Italica*. Ordenado padre em 1928 e sagrado bispo em 1948 (MATTEI, 2013, p. 89).

²⁹⁶ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

²⁹⁷ Giovanni Urbani (1900-1969): ordenado padre em 1922, bispo titular de Axomis, assistente nacional da Ação Católica em 1946, bispo de Verona em 1955, nomeado patriarca de Veneza e cardeal em 1958 por João XXIII (MATTEI, 2013, p. 213).

²⁹⁸ Giacomo Lercaro (1891-1976): ordenado em 1914, arcebispo de Bologna entre 1952 e 1968 e nomeado cardeal em 1953 por Pio XII. Durante o concílio, foi nomeado por Paulo VI como um dos moderadores (MATTEI, 2013, p. 92).

lutam; a maioria deixa-se levar pelos três Cardeais. Nunca atacam as idéias mas só as pessoas; assim, nossos adversários vão colocando os bons no ostracismo. Sabendo que no Brasil dá-se o mesmo concluiu que existe uma Central Internacional que só poderá ser Comunista ou maçônica. A maneira de agir é comunista porque constitui um “soviet” que tiraniza os demais; o chefe ostensivo é Montini, mas quem ele obedece? Segredo característico da maçonaria. Eles nos caluniam e podem chegar até ao assassinato (alusão a que Maglione teria sido envenenado por Montini). Cardeais com que se pode contar: Ottaviani, Siri e Antoniucci. (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 10)²⁹⁹.

O cardeal Montini foi alvo de acusações duras feitas por Ronca nas conversas que teve com Castro Mayer, Proença Sigaud e Plínio de Oliveira. Esses depoimentos influenciaram o imaginário conservador, haja vista que um ano antes da morte de João XXIII, Plínio de Oliveira teria dito: “Quando João XXIII morrer, Montini deverá ser eleito; ele é que vai levar as coisas até o *consumatum est*” (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 26)³⁰⁰.

O líder tefepista cria que havia uma grande conspiração internacional apoiada por setores reformistas do clero. É importante destacar que havia na Igreja tensões entre os liberais e conservadores desde o século XIX e esta tensão também teve lugar na Igreja por todo o século XX (Caldeira, 2009, p. 22). Dessarte, verificamos na narrativa de Ronca uma disputa pelo poder que havia na Conferência Episcopal Italiana, e como consequência, havia as articulações promovidas por diferentes correntes, que não teriam sido bem administradas pelo cardeal Giuseppe Siri. Ronca entendia que o episcopado italiano estava sendo discretamente manobrado para caminhar no projeto reformista, que estaria cada vez mais presente em outras conferências episcopais europeias (Mattei, 2013, p. 124).

Segundo Ronca, haveria na Conferência Episcopal Italiana três cardeais que estariam a serviço da maçonaria e de uma organização central comunista: Montini, Urbano e Lercaro (MemoPlinioCVII, 1999, p. 21)³⁰¹. As afirmações e especulações de Ronca eram sérias interessavam a Castro Mayer e Proença Sigaud, porque esclareciam questões do alto clero italiano, inclusive Montini que se tornou Papa, como previu Plínio de Oliveira. O bispo italiano enxergou no concílio um grave momento da Igreja, porque grande parte do seu clero estaria comprometida com ideologias que, a seu ver, romperam com a ortodoxia católica romana: “o episcopado francês é maritainista e alemão é racionalista; o holandês também não é bom” (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 10)³⁰². E, por isso, estudava uma forma de combater a

²⁹⁹ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

³⁰⁰ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

³⁰¹ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

³⁰² *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

organização das conferências episcopais citadas, ou pelo combate aberto de Pio X, ou pelo combate indireto, como teria feito Pio XII.

Nessa conversa, Roberto Ronca acusou Montini de ser o grande responsável pelas heresias que batiam à porta de João XXIII porque, desde 1928, envenenaria a Ação Católica com ideias reformistas. Segundo Ronca, Pio XII teria afirmado que, em certa ocasião, Montini levantara o punho contra ele, revelando-se um homem colérico (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 10)³⁰³. Castro Mayer concordou com as observações de Ronca e afirmou que a linha progressista conseguia avançar com mais facilidade (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 10)³⁰⁴. Esse encontro estimulou muito a Castro Mayer e a Proença Sigaud a se organizarem pela defesa de seus pontos de vista no concílio.

Uma das estratégias pensadas entre Ronca, Castro Mayer e Proença Sigaud foi a elaboração de conferências feitas por cardeais conservadores, para influenciarem outros padres conciliares contra as ideias reformistas. A primeira conferência pensada foi a exposição do cardeal Ildebrando Antoniutti (1898-1974)³⁰⁵. Monsenhor Ronca pediu que Castro Mayer e Proença Sigaud selecionassem grande número de bispos para assistirem à conferência de Antoniutti, e ainda, de forma ousada, pediu licença a Castro Mayer para tornar pública a antipatia que o bispo de Campos tinha da CNBB: “Ronca pediu licença a D. Mayer para comunicar a alguém que ele, D. Mayer, não gostava da CNBB; D. Mayer aprovou” (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 21)³⁰⁶. Então, o bispo italiano apresentava a outros bispos que Castro Mayer reprovava o postura reformista que predominava na conferência episcopal brasileira (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 21)³⁰⁷.

O propósito desse pedido era deixar evidente para os padres conciliares dos outros países que havia uma divisão ideológica entre os bispos brasileiros, por isso, nenhum padre conciliar brasileiro poderia falar em nome da conferência episcopal, haja vista as divergências entre a linha reformista e a linha dos bispos conservadores (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 10)³⁰⁸.

³⁰³ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

³⁰⁴ *Ibid.*

³⁰⁵ Ordenado em 1920, arcebispo titular de Sinada (1937), foi attaché d'affaires junto do governo do General Francisco Franco (1892-1975) e depois núncio na Espanha entre 1953 e 1962. Foi feito cardeal por João XXIII em 1962, trabalhou como prefeito na Congregação dos Religiosos em 1963 (Mattei, 2013, p. 249).

³⁰⁶ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

³⁰⁷ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

³⁰⁸ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

Na noite anterior à plenária de Antoniutti, Ronca procurou Proença Sigaud para dizer que um cardeal da linha conservadora deveria fazer a propor uma organização dos padres conciliares pela conservação da liturgia, haja vista que havia a atuação do grupo do Reno pela reforma litúrgica (MemoPlínioCVII, 05/11/1999, p. 21)³⁰⁹.

Na história da liturgia, a reforma litúrgica discutida no Vaticano II se diferenciou das outras reformas, devido à dimensão pastoral, haja vista que havia uma parcela do clero que tinha o objetivo de dilatar a participação litúrgica do laicato. Nesse sentido é importante destacar movimento litúrgico que atuava na Europa (Beozzo, 2001, p. 391).

O movimento litúrgico teve sua influência no concílio, haja vista que ele “fazia parte da crescente exigência de adaptação da Igreja ao mundo moderno e foi, dessa forma, assumido pela própria Igreja, através da maioria conciliar, a partir das discussões no Vaticano II” (Caldeira, 2009, p. 135). A origem do movimento litúrgico é explicada pelo apostolado do abade beneditino Próspero Guéranger (1805-1875)³¹⁰, que ganhou espaço nos anos seguinte, uma vez que encontrou simpatizantes no clero católico em diferentes países.

Ele foi um sacerdote francês, abade do priorado beneditino de Solesmes e fundador da Congregação da Ordem de São Bento na França, que entendia que a espiritualidade litúrgica deveria contar com maior participação do laicato (Bugnini, 2018, p. 39).

Além dos movimentos feitos pelo abade Guéranger, no que tange à reforma litúrgica, em 1909, na abadia de Mont-César, onde Dom Lamberto Beauduin (1873-1960)³¹¹ era abade, houve o início do um segundo movimento litúrgico de maneira organizada. O marco da organização deste movimento foi a intervenção de Dom Lamberto Beauduin no Congresso Nacional das Obras de Malines, em 23 de setembro de 1909. Neste evento, sustentou que a liturgia não é apenas um discurso público da Igreja, mas é também a verdadeira oração dos fiéis, entre os quais se estabelece um forte laço de união de todos em torno da liturgia. Do ponto de vista do monge belga, as assembleias litúrgicas perderam o seu caráter comunitário, estando reduzidas a formas de devoção privada e interior. Portanto, seria necessário democratizar a liturgia por meio da “participação ativa dos fiéis” (Mattei, 2013, p. 49).

A ideia de reforma litúrgica ganhou espaço na Europa e tornou-se um movimento crescente e ativo nas primeiras décadas do século XX, pois, estava ligado e amparado pelo

³⁰⁹ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

³¹⁰ Prosper-Louis-Pascal Guéranger foi um sacerdote francês, restaurador e abade do priorado beneditino de Solesmes, e fundador da Congregação da França da Ordem de São Bento (Mattei, 2013, p. 198).

³¹¹ Lambert Beauduin OSB foi um monge belga que fundou o mosteiro agora conhecido como Abadia de Chevetogne em 1925. Ele foi um dos principais membros do movimento litúrgico belga e um pioneiro do renascimento litúrgico europeu (Mattei, 2013, p. 139).

movimento bíblico, haja vista que as novas ideias tiveram efeitos de peso no plano da espiritualidade, da pastoral e da eclesiologia. Segundo Beozzo (2001, p. 391), os movimentos bíblico e litúrgico estavam entre os principais movimentos que pavimentaram o caminho reformista que foi aderido pela maioria conciliar, o que desagradou a minoria conservadora.

É necessário esclarecer que o movimento bíblico fora recusado pelos setores antimodernos da Igreja, porque teria sido influenciado pela mentalidade moderna por duas razões: a influência protestante, que preconizava a autonomia individual de livre exame das escrituras, e o cientificismo moderno, que pretendia submeter o texto bíblico à análise das ciências modernas, a fim de verificar a veracidade das narrativas bíblicas (Libanio, 2005, p. 24).

Um dos principais pontos da resistência conservadora é explicada pela eclesiologia do Concílio de Trento, que criou na mentalidade católica a prática do sujeito-repetidor literal da Escritura. De igual maneira, a atuação de Pio X contra o Modernismo reforçou a crença literal na Bíblia e assim, a Igreja reforçou a distância entre o laicato e a Bíblia, quando estabeleceu e reforçou a exclusividade da função sacerdotal de ler e explicar os textos bíblicos, para repelir a influência modernista do século XIX e a concepção protestante. Por isso, o laicato católico retinha em seu interior o sujeito pré-moderno, que estava preso a uma leitura bíblica subjugada pelos olhos da autoridade eclesiástica católica, e que acompanhava a doutrina católica que condenava os elementos que constituíam o pensamento moderno (Libanio, 2005, p. 21).

Dessa forma, conforme os anseios da linha antimoderna, a mentalidade que influenciou sujeito moderno ficaria de fora da Igreja porque comprometeria a noção de hierarquia eclesiástica ao fomentar a autonomia bíblica no laicato. Apesar da atuação conservadora, o movimento bíblico ganhou espaço na Igreja e durante o Vaticano II, o movimento influenciou a Constituição Dogmática *Dei Verbum* (Libanio, 2005, p. 25).

Na esteira de minimizar as diferenças entre as funções do clero e do laicato, os reformadores litúrgicos, alinhados com o movimento bíblico, tendiam a diminuir a concepção teológica que acentuava as diferenças substanciais entre o sacerdócio ministerial dos presbíteros e o sacerdócio comum dos fiéis, atribuindo à comunidade dos fiéis uma verdadeira natureza sacerdotal (Mattei, 2013, p. 51).

Tendo em vista os ventos reformistas que permeavam a mentalidade católica em diferentes setores da Igreja, os beneditinos de Maria Laach, na Alemanha, organizaram um aprofundamento nos estudos sobre a reforma na liturgia tendo em vista o plano teológico, bíblico e patrístico, voltado para a prática pastoral, que pretendia inserir no laicato a participação litúrgica e a leitura bíblica. Por isso, verifica-se que o movimento litúrgico se

converteu num movimento efervescente, principalmente nos países do norte da Europa, por meio de associações, jornais, semanas e congressos litúrgicos que se multiplicaram por toda parte, alinhado com a atuação que acontecia no campo diocesano, nacional e internacional, até chegar à Santa Sé, que começou a apoiar e a favorecer inicialmente o movimento, assumindo-o sob a própria direção, como indica a Constituição Apostólica *Divini Cultus* de Pio XI, de 1928 (Bugnini, 2018, p. 39).

Pensando em termos de processo histórico, o que se desenhava no catolicismo europeu, na primeira metade do século XX, era um prelúdio das reformas que seriam implementadas durante o Concílio Vaticano II (Beozzo, 2001)³¹².

No Brasil, o movimento litúrgico teve seu começo a partir de 1933, quando Dom Martinho Michler (1901-1969) iniciou as discussões sobre a reforma litúrgica. Beneditino recém-chegado da Alemanha, Dom Martinho foi incumbido de lecionar um curso de liturgia no novíssimo Instituto Católico de Estudos Superiores do Rio de Janeiro, cativando rapidamente os meios universitários e intelectuais católicos. A partir de 1935, com a fundação da Ação Católica Brasileira, o movimento litúrgico se fortaleceu no Brasil e ampliou-se ainda mais no clero e no laicato. As ideias do movimento como missa dialogada, Ofício Divino recitado pelos leigos, difusão do Missal entre o laicato, visando maior participação, ganhou espaço em todo o Brasil (Silva, 1983).

Os eventos narrados acima foram reprovados pela linha conservadora do concílio, que preconizava a conservação da liturgia de Pio V. Em reunião privada com Castro Mayer, Lefebvre e Proença Sigaud, Ronca destacou a necessidade de uma mobilização organizada contra o movimento litúrgico e destacava a importância da devoção a Nossa Senhora na liturgia. Diante desse quadro, que destacava a devoção mariana na liturgia, Plínio assumiu a função de perito teológico de Castro Mayer e Proença Sigaud e, daquele momento em diante, teve essa posição oficial nas reuniões. Ambos se dirigiam mais a leigo católico do que ao frei Jerônimo e ao padre Benigno de Brito Costa (1905-1997), que foram para o concílio na função de peritos teológicos dos dois bispos brasileiros (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 23)³¹³.

Roberto Ronca destacava que era necessário conseguir muitos bispos para assinar a proposição que eles iriam formular pela conservação litúrgica inalterada. Havia a esperança de

³¹² Pode-se dizer que o Concílio representou, para a Europa, o desaguadouro e ponto de chegada de importantes movimentos que, de certo modo o anteciparam e prepararam: o movimento litúrgico, o movimento bíblico, os movimentos leigos da ação católica especializada, o movimento dos padres operários e da Missão da França, o movimento missionário (Beozzo, 2001, p. 391).

³¹³ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

adesão entre o episcopado brasileiro e muitos contatos entre as diversas linhas que constituíam as diferentes “CNBBs” dos outros países (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 24)³¹⁴.

O bispo italiano iria focar seus esforços para conseguir adesão entre os bispos italianos e africanos sobre o esquema litúrgico que o grupo começou a discutir na reunião daquele dia (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 24)³¹⁵. Na despedida, agradeceu e disse que Ottaviani tinha muito apreço por Castro Mayer (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 24)³¹⁶.

A primeira sessão percorreu todo o segundo semestre de 1962, havendo discussões de assuntos que eram tratados nas Congregações Gerais. Enquanto as aulas conciliares aconteciam, o grupo tefepista realizava encontros com diferentes padres para que os conservadores estabelecessem um intercâmbio de ideias e estratégias e assim, pudessem estar mais articulados. O objetivo era reforçar a união entre os padres conciliares conservadores e impedir os movimentos reformistas.

Os movimentos para a organização e consolidação do *piccolo comitato* aconteciam quase que diariamente, e no dia 11 de novembro de 1962, Proença Sigaud reuniu-se com Ruffini e importantes decisões sobre o grupo foram tomadas: Castro Mayer e Proença Sigaud seriam os representantes da América Latina na pequeno comitê que se formava, Lefebvre seria o representante da Europa, a Espanha seria representada por Marcelino Olaechea Loizaga (1888-1972)³¹⁷ e a Itália seria representada por Ermenegildo Florit (1901-1985)³¹⁸, que foi indicado por Ruffini, por ser bem relacionado no episcopado italiano (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 62)³¹⁹.

Ao longo das sessões conciliares, os padres conciliares, futuros integrantes do *Coetus Internationalis Patrum*, direcionaram suas críticas à luz de uma eclesiologia fundamentada no Magistério da Igreja, destacadamente o Concílio de Trento e o Concílio Vaticano I, que foram concílios antimodernos. Dessa forma, verificou-se que ao longo das quatro sessões conciliares, o Comitê Diretor do *Coetus*, oriundo do *piccolo comitato*, direcionou suas reações para todos os esquemas conciliares, principalmente para:

³¹⁴ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

³¹⁵ *Ibid.*

³¹⁶ *Ibid.*

³¹⁷ Beneditino espanhol ordenado em 1915, arcebispo de Valência, membro da Comissão dos Seminários e dos Estudos e da Educação Católica (Mattei, 2013, p. 196).

³¹⁸ Ordenado em 1925, vice-reitor e decano da Faculdade de Teologia da Universidade Lateranense entre 1951 e 1954. Nomeado bispo coadjutor em 1954 e promovido a arcebispo de Florença em 1962. Nomeado cardeal em 1965 por Paulo VI (Mattei, 2013, p. 222).

³¹⁹ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

O esquema sobre a liturgia (*Sacrosanctum Concilium*), sobre o ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*), sobre a responsabilidade pastoral dos bispos (*Christus Dominus*), sobre a Igreja (*Lumen Gentium*), sobre a Revelação (*Dei Verbum*), sobre a liberdade religiosa (*Dignitatis Humanae*), sobre as religiões não cristãs (*Nostra Aetate*) e sobre as relações da Igreja com o mundo (*Gaudium et Spes*). A oposição em relação a todos esses esquemas – dos quais três dependiam do Secretariado para a Unidade dos Cristãos – foi considerável, tendo os membros do CIP condenado a maior parte deles em bloco, já que eles reprovavam a orientação teológica na qual tais documentos tinham sido redigidos, e porque acreditavam que os ensinamentos vinculados por tais esquemas se opunham à doutrina tradicional da Igreja (Roy-Lysencourt, 2015, p. 1068).

Desde a primeira sessão, os futuros integrantes do *Coetus* opuseram-se à reivindicação do vernáculo na liturgia, a valorização bíblica como principal fonte da Revelação que facilitava o ecumenismo, a flexibilização hierárquica da Igreja e o diálogo mais convergente com o mundo contemporâneo. Desde a sua fase embrionária até a última sessão, o *Coetus* representou a linha conservadora em toda sua pureza e em suas posturas fundamentais: escrúpulo pela precisa formulação da verdade; tendência supra-historicista ou triunfalista, espírito cauteloso e atento às mudanças; verdadeira e justa preocupação diante da abertura ecumênica (Caldeira, 2009, p. 16).

Os futuros fundadores do *Coetus Internationalis Patrum*, que integraram o *piccolo comitato* durante a primeira sessão, separaram-se após o seu término, em dezembro de 1962, sem terem tomado qualquer decisão sobre o acompanhamento definitivo dos encontros informais que aconteceram em 1962. Foi durante o primeiro intervalo que Marcel Lefebvre e Proença Sigaud decidiram continuar com o grupo de estudos (Roy-Lysencourt, 2011, p. 483-486).

Durante o primeiro intervalo, Proença Sigaud e Lefebvre decidiram formar um grupo verdadeiramente organizado. O arcebispo Lefebvre garantiu concurso dos beneditinos de Solesmes, onde foi realizada a primeira reunião de trabalho durante o verão de 1963, e de seu amigo do Seminário Francês, Padre Victor-Alain Berto (1900-1968)³²⁰ (Roy-Lysencourt, 2011, p. 485).

A decisão de dar continuidade aos trabalhos do primeiro grupo de estudos durante a segunda sessão deveu-se à iniciativa de Proença Sigaud. Em 18 de abril de 1963, escreveu para Lefebvre porque desejava saber se o arcebispo teria um envolvimento ativo na organização formal do grupo.

Os termos usados por Proença Sigaud em seus argumentos ilustram perfeitamente a perspectiva em que se encontrava e a apreensão que tinha quanto ao desenrolar do

³²⁰ Um dos fundadores da Revista *La Pensée Catholique*, onde publicou vários ensaios. No concílio atuou como membro ativo do CIP (Mattei, 2013, p. 195).

concílio e quanto às forças que estavam trabalhando para dirigi-lo (Roy-Lysencourt, 2011, p. 484).

As palavras de Proença Sigaud na carta abaixo são contundentes:

Pelas duas notas em anexo, V. Exa. Pode perceber que os Bispos da Europa Central se organizaram para trabalhar pela vitória das teses progressistas no Concílio Ecumênico Vaticano II, e que ao mesmo tempo outros Bispos constituíram uma Comissão cujo objetivo é enviar aos Bispos de todo o mundo sugestões úteis para o andamento do Concílio. Vossa Excelência dignou-se a informar o Grupo de Estudos que, sob a orientação de Sua Eminência o Cardeal Ruffini, promoveu vários encontros e conferências em Roma no ano passado. Eles foram de grande utilidade para bispos de orientação tradicional. Por isso, parece-me muito oportuno e necessário retomarmos o contacto com os nossos irmãos no Episcopado e enviar-lhes comentários, informações e sugestões que possam ser úteis nos debates e na votação dos assuntos que serão tratados na segunda fase do Conselho. Venho, portanto, consultar Vossa Excelência sobre dois pontos: 1. Sua Excelência se digna a continuar a ter um papel ativo em este grupo de estudo? 2. Vossa Excelência permite que o seu nome seja conhecido como um dos membros do Grupo? Parece-me que a presença de Vossa Excelência no Grupo de Estudos é indispensável, tanto pela sabedoria dos seus conselhos como pelo prestígio do seu nome. Também me parece que nosso trabalho deve sair do anonimato e que os bispos devem saber quando recebem nossas comunicações, de quem vêm. Assim saberão a quem recorrer caso desejem colaborar, ou solicitem esclarecimento. De minha parte, estou à disposição para ser o Secretário do Grupo e enviar correspondência da minha Arquidiocese até que possamos enviar cartas e comunicações de Roma. Agradeço Vossa Excelência o envio de sua resposta com a urgência possível. Enquanto aguardo as preciosas ordens de Vossa Excelência, recomendo-me às vossas orações e confesso a Vossa Excelência o humilde irmão em Jesus Cristo. (Roy-Lysencourt, 2011, p. 484).

A correspondência de Proença Sigaud para Lefebvre é clara e demonstra a polarização ideológica com o clero da Europa Central. O arcebispo de Diamantina expõe seu interesse de combatê-los publicamente, com a organização de um grupo de estudos, para que o clero alinhado com o pensamento conservador soubesse a quem recorrer. À luz da leitura da carta, fica claro que a segunda sessão teria embates mais organizados do que a primeira.

Duas semanas após a abertura da segunda sessão, na quarta-feira, 2 de outubro de 1963, segundo o diário de Dom Prou, ou na quinta-feira, 3 de outubro, entre 17h e 19h, segundo a ata do Padre Berto, cerca de 15 futuros membros do *Coetus Internationalis Patrum* reuniram-se em uma assembleia na Casa Geral da Sociedade do Verbo Divino, a convite de Lefebvre e Proença Sigaud” O padre Berto escreveu a uma de suas freiras em 2 de outubro de 1963: “As reuniões particulares dos bispos não serão menos importantes que as congregações diárias; haverá uma esta tarde na qual participarei (Roy-Lysencourt, 2011, p. 498).

Essas reuniões eram fundamentais para a organização do grupo e o estabelecimento de pautas que seriam discutidas nas aulas conciliares.

Em qualquer caso, de acordo com a ata do Padre Berto, eles reuniram-se para discutir os dois pontos a seguir que os preocupavam: 1) cuidado para que no concílio o poder supremo do Romano Pontífice fosse exercido, como definido no Vaticano I; .2) cuidado também para que a autoridade própria de cada bispo em sua diocese não fosse

diminuída ou impedida. Se Dom Prou mencionou cerca de 15 padres conciliares, as atas do Padre Berto não mencionaram os nomes dos que estiveram presentes na primeira assembleia. Além dos dois anfitriões, só mencionou explicitamente a presença de Dom Prou e seu teólogo, Dom Frénaud. Já, em seu diário, Dom Prou mencionou mais alguns nomes: "[...] encontro nos Verbitas com vários bispos, destacando o bispo Proença Sigaud, Castro Mayer, Dom João Pereira Venâncio (1904-1985)³²¹, Lefebvre, Dom Jean Rupp (1905-1983)³²² etc. padre Berto e Dom Frénaud" (Roy-Lysencourt, 2011, p. 498-499).

Foi durante a segunda interseção, após um arranjo que durou mais de um ano, entre dezembro de 1963 e setembro de 1964, que o *Coetus Internationalis Patrum* nasceu oficialmente, em defesa da manutenção da modelo de Igreja Romana marcado pelo ultramontanismo tendo em vista os movimentos reformistas que havia no concílio.

Os arquivos contêm uma carta circular datada do dia 5 de agosto e assinada por Lefebvre, Proença Sigaud, Georges Cabana (1894-1986)³²³, Alfredo Silva Santiago (1894-1975)³²⁴, Petronio Secundo Lacchio (1901-1976)³²⁵ e Joseph Marie Anthony Cordeiro (1918-1994)³²⁶ anunciando um reagrupamento de padres conciliares ligados à "Tradição da Igreja". Eles citavam como justificativa desse reagrupamento os recentes acréscimos feitos às regras do concílio que permitiam que padres que pensassem de maneira semelhante pudessem se agrupar para que um deles falasse oficialmente em nome dos demais. Tal carta pode ser considerada o primeiro ato oficial do CIP, mesmo o grupo ainda não possuindo nenhum nome, algo que só surgiria no início da sessão de 1964 (Roy-Lysencourt, 2015, p. 1062-1063).

Naquele momento, enquanto havia articulações conservadoras contra as articulações progressistas que atuavam no concílio, mais precisamente em dezembro de 1963, Paulo VI pediu, separadamente, à secretaria da comissão litúrgica conciliar e ao cardeal Giacomo Lercaro (1891-1976) que preparassem um projeto de organização da comissão pós-conciliar para efetivação da Constituição *Sacrosanctum Concilium*. Lercaro confiou ao padre Annibale

³²¹ Ordenado padre em 1929 e sagrado bispo em 1954. Trabalhou como bispo de Leiria em Portugal entre 1958 e 1972 (Roy-Lysencourt, 2014, p. 467).

³²² Jean-Édouard-Lucien Rupp nasceu em Saint Germain-em-Laye, França. Foi ordenado sacerdote em 31 de março de 1934, sagrado bispo em 1954. Nomeado bispo de Mônaco onde trabalhou entre 1962 e 1971. Oficial da Secretaria de Estado em 1978. Aposentou-se em 1980 e faleceu em 28 de janeiro de 1983 (Roy-Lysencourt, 2014, p. 366).

³²³ Arcebispo de Sherbrooke entre 1952 e 1967. Cabana estudou no Séminaire Saint-Charles-Borromée de Sherbrooke, no Séminaire de Saint-Hyacinthe e no Grand Séminaire de Montréal. Foi ordenado sacerdote em 1918. Em 1941, foi nomeado Arcebispo Titular de Anchialus e Arcebispo Coadjutor de Saint-Boniface, Manitoba. Durante o concílio, foi integrante do Coetus (Roy-Lysencourt, 2014, p. 405).

³²⁴ Ordenado padre em 1917 em Roma, foi nomeado bispo em 1935 e designado arcebispo de Concepción em 1939 e reitor da Pontifícia Universidade Católica do Chile entre 1952 e 1967 (Roy-Lysencourt, 2014, p. 413).

³²⁵ Ordenado padre em 1926, sagrado bispo em 1940 e nomeado arcebispo de Changsha em 1946 (Roy-Lysencourt, 2014, p. 303).

³²⁶ Ordenado padre em 1946, sagrado bispo em 1958 e nomeado primeiro cardeal paquistanês em 1973 por Paulo VI (Roy-Lysencourt, 2014, p. 206).

Bugnini (1912-1982)³²⁷ a redação do projeto, enquanto a comissão conciliar ficou encarregada da secretaria litúrgica (Bugnini, 2018, p. 81).

Em 20 de março de 1964, na casa Santa Marta, em Roma, aconteceu a primeira reunião da comissão litúrgica, que viria reformar a liturgia católica³²⁸. Sob a liderança do então padre Annibale Bugnini, a comissão tinha três características: autônoma e ocupava-se somente com a reforma, seguindo o modelo da comissão preparatória; dinâmica, de modo a realizar-se a reforma em tempo razoável: por isso, deveriam ter sido excluídas, tal como nas comissões preparatórias, todas as pessoas já ocupadas estavelmente nos escritórios e nos encargos, tais como nos sagrados dicastérios; internacional, a fim de expressar e interpretar verdadeiramente as necessidades de toda a Igreja, e concretizar uma reforma, por quanto possível, aceitável a todos (Bugnini, 2018, p. 81).

Verifica-se, então, que a segunda sessão foi importante para a consolidação da comissão organizadora da reforma litúrgica e, na oposição, para a formação do *Coetus*. O comitê organizador do futuro *Coetus* tinha pressa, e tão logo o arcebispo de Manila, o cardeal Rufino Jiao Santos, aceitou ser o porta-voz do grupo no Sacro Colégio Cardinalício, Proença Sigaud comprou uma impressora rotativa offset e imprimiu um primeiro boletim dizendo que o *Coetus* organizaria, todas as terças-feiras à tarde, conferências abertas aos padres conciliares (Wiltgen, 2007). O arcebispo de Diamantina demonstrava papel central na organização do grupo minoritário mais combativo no interior do concílio (Caldeira, 2009, p. 184).

A partir da análise dos arquivos de Sigaud, nota-se que o documento assinado por ele e pelos padres acima citados é de outubro de 1964. Assim, é possível afirmar que a institucionalização do *Coetus ex-officio* aconteceu nesse ano. Todavia, as reuniões já aconteciam sem ainda ser grupo instituído e oficializado (Caldeira, 2009, p. 184).

O registro deixado pelo arcebispo Proença Sigaud, datado de 02 de outubro de 1964 e convidando a todos para participarem das conferências na Via del Sant'Uffizio, é relevante:

Um grupo de Padres Conciliares de diversas nações se reúne, toda 3ª.feira, às 17 horas, na Rua do Santo Ofício, 25, na Cúria Geral da Ordem de Santo Agostinho. Objetivo de tais reuniões é o estudo em comum, com o concurso de teólogos, dos Esquemas submetidos à discussão dos Padres, à luz da doutrina tradicional da Igreja, segundo o ensinamento dos Sumos Pontífices. Estas reuniões se dão sob o alto e favorável patrocínio das Excelências Reverendíssimas: os Senhores Cardeais Ruffini, Siri, Santos, Larraona, Browne. Esta humilde carta pretende ser também um convite a V. Excia. Queira honrar nossas reuniões com sua desejada presença. Devotíssimo, no

³²⁷ Ordenado em 1936 e nomeado arcebispo em 1972, foi secretário da comissão que trabalhou na reforma da liturgia católica que se seguiu ao Concílio Vaticano II (Mattei, 2013, p. 53).

³²⁸ I Calendário litúrgico; II breviário; III missal romano; IV elementos comuns ao breviário e ao missal; V pontifical; VI ritual; VII martirológico; VIII livros de canto; IX cerimonial dos bispos; X ritos não romanos; XI código de direito litúrgico; XII capela papal (Bugnini, 2018, p. 84).

Senhor, Geraldo de Proença Sigaud, Arc. de Diamantina (Brasil), Secretário do Grupo. Um representante do Secretariado estará à disposição de quem o desejar, para eventuais informações e documentações complementares, toda segunda, quarta e quinta-feira. Praça do Santo Ofício, 6, das 17 às 18h 30 (Caldeira, 2009, p. 184).

Os convites anteriores à terceira sessão não compreendiam o teor de repetição das reuniões que transparecia no convite de outubro de 1964, nem eram assinados por outros padres, além de Proença Sigaud, como é observável no convite abaixo:

20-10-1963. Excia. Revma. Em nome de um grupo de Padres Conciliares, tenho a honra de convidar V. Excia. Revma. à conferência que fará S. Emcia. o Cardeal Siri, 4ª.feira, 22 de outubro, às 4h 30 deste mês, em italiano, sobre o tema: Problemas do Concílio, na sala Santa Mônica, Rua do Santo Ofício, 25. Pede-se convidar o maior número possível de outros Padres Conciliares para assistirem à conferência de S.Emcia. Ass. no Senhor, Mons. Sigaud (FSIGAUD/SP, 1964).

A composição do *Coetus* era heterogênea, porém Proença Sigaud distinguia entre simpatizantes (espectadores das conferências) e aderentes, mesmo sem existir uma lista precisa com o nome de uns e de outros. O único documento, a petição em defesa da condenação do Comunismo de 1965, fornece indicações imperfeitas, já que nesse tema o *Coetus* conseguiria um consenso muito superior àqueles reivindicados em assuntos como colegialidade ou liberdade religiosa. O grupo era composto principalmente por prelados italianos, espanhóis, brasileiros, portugueses e moçambicanos, uma parte de hispânicos sul-americanos, alguns bispos missionários da África, religiosos e uma pequena parte oriental (patriarcas Tappouni e Batain e o cardeal Sidarouss) (Perrin, 1997).

A doutrina da colegialidade episcopal buscou o ponto de convergência e de contrapeso entre a afirmação do primado petrino e o reconhecimento do colégio dos 12 e de seus sucessores, os bispos, com autoridade e corresponsabilidade local e sobre o conjunto de toda a Igreja (Beozzo, 2001, p. 34). Este ponto de convergência era visto com desconfiança pela linha conservadora, pois, na mente de numerosos padres conciliares, o Concílio Vaticano II tinha por objetivo contrapor-se à doutrina do primado papal, expondo de modo mais explícito a doutrina da colegialidade. Da mesma forma como a doutrina do primado papal pusera em evidência o direito papal de reger sozinho a Igreja Universal, assim também a colegialidade devia estabelecer o direito dos bispos de regê-la em união com o Papa (Wiltgen, 2007, p. 188).

O *Coetus* se colocou contra os princípios contemporâneos que pretendiam diminuir as diferenças hierárquicas entre o papado e o episcopado (Wiltgen, 2007, p. 188), e por isso, representou a linha conservadora em sua plena veemência, naquilo que o conservadorismo católico tinha de fundamental: escrúpulo pela precisa formulação da verdade; tendência supra-historicista ou triunfalista, espírito cauteloso e atento às mudanças; escasso interesse, verdadeira

e justa preocupação diante da abertura ecumênica, atuando assim, como grupo dos baluartes da Tradição (Caldeira, 2009, p. 131), haja vista as intervenções do bispo Castro Mayer, vice-presidente do grupo, que serão apresentadas a seguir.

É preciso entender que os integrantes do *Coetus* não eram unânimes em tudo, pois havia as particularidades de cada um, dessa forma, “os padres do *Coetus* fizeram intervenções na reunião, sobretudo, a título pessoal, e até mesmo no caso em que falassem em nome do *Coetus*, não deixavam de manter seu estilo e de expor suas convicções pessoais” (Mallerais, 2021, p. 339). Mas, sem dúvida, entende-se que este grupo foi muito importante no decorrer do concílio e, de igual maneira, destacam-se os méritos de organização do comitê dos fundadores que fizeram grande esforço para combater as ideias reformistas no concílio. Independente da questão valorativa de simpatias ou discordâncias das ideias conservadoras ou reformistas, é inegável que a comissão organizadora do *Coetus* fez um grande esforço organizado para difundir as suas ideias.

De acordo com Roy-Lysencourt:

Concluiu-se ainda que o grupo não foi capaz de mudar o espírito ou a perspectiva teológica nas quais os esquemas da “segunda preparação” foram redigidos, mas que teve um impacto considerável sobre eles. O grupo conseguiu: retardar a adoção desses esquemas; moderar o ímpeto dos reformadores – que tinham de propor sempre um texto admissível para a maioria; introduzir nos esquemas proposições que contribuíram para tornar os textos do Vaticano II documentos de compromisso que são passíveis, por vezes, de diversas interpretações. (Roy-Lysencourt, 2015, p. 1075).

Apesar de não ter logrado o sucesso esperado contra a linha reformista, o *Coetus Internationalis Patrum* foi um grupo de destaque na história do concílio, e é fundamental destacar a atuação efetiva do bispo Castro Mayer, enquanto padre integrista no concílio.

2.4 Pela defesa do latim na liturgia

Um ponto que precioso para Castro Mayer era a conservação da liturgia católica alinhada com o missal de Pio V, pois entendia que esse modelo litúrgico mantinha a universalidade da Igreja, ao mesmo tempo que fortaleceria a sua catolicidade romana (Mayer, 1971, p. 275).

Antes da reforma do missal feita por Pio V, não havia nenhuma legislação papal ou bula conciliar regulando a celebração do rito romano até a Bula *Quo Primum Tempore*³²⁹ em 1570.

³²⁹ *Quo primum tempore* é uma Constituição Apostólica em forma de bula pontifícia emitida por São Pio V, aos 14 de julho de 1570. Faz parte de um conjunto de medidas que a Igreja adotou na época, buscando unificar textos referenciais e procedimentos. Foi antecedida pela publicação do catecismo romano, texto para instrução dos fiéis leigos, e por modificações no breviário, série de livros usados para as orações diárias dos sacerdotes. Promulgou-

Assim, havia até então diferentes formas litúrgicas que foram desenvolvidas conforme a junção de costumes locais com práticas copiadas de liturgias de Igrejas mais antigas e de mais prestígio. No rito romano, cada bispo era livre para legislar em sua própria diocese, apesar de que haver a influência da uniformidade nacional, que se desenvolvia na Europa naquele momento. Tendo em vista a pluralidade litúrgica que havia na Europa devido à Reforma Protestante, a Igreja, em oposição aos novos ritos surgidos *extra catholicismum romanum*³³⁰, desejou que a missa católica romana fosse celebrada uniformemente em todos os lugares, pois, as celebrações locais medievais já haviam durado tempo demais e se tornado muito floridos e exuberantes e sua variedade poderia causar confusão naquele momento de divisão no cristianismo europeu (Davies, 2017, p. 106).

Por isso, após o Concílio de Trento, em 14 de julho de 1570, houve a promulgação de Pio V cujo título era *Missale romanum: ex decreto SS. Concilii Tridentini restitutum, S. Pii V pontificis maximi jussu editum, Clementis VIII, Urbani VIII et Leonis VIII auctoritate recognitum*. Ele tornou-se obrigatório e com indulto perpétuo para toda a Igreja de rito romano, a não ser pelas exceções mencionadas na *Quo Primum* e em certas dioceses, particularmente na França, onde alguns bispos ignoraram a bula e continuaram usando seus próprios missais e breviários até boa parte do século XIX (Jungmann, 2008, p. 153).

Através da promulgação missal tridentino, Pio V consolidou e codificou o imemorial rito romano; a extensão do missal por toda Igreja Latina, exceto onde existiam ritos com um uso contínuo maior que 200 anos; concessão de indulto para que todos os sacerdotes usassem esse missal livre, legal e perpetuamente; confirmação e obrigação com sanções expressas (Davies, 2019, p. 150).

Na transição da Idade Antiga para a Idade Média, catolicismo romano tinha se espalhado entre os diferentes povos da África, Ásia e Europa. Todavia, apesar da pluralidade cultural na qual a Igreja estava inserida, o latim foi cristalizado como língua de destaque na liturgia da Igreja durante a Idade Média. Dessa forma, foi se tornando um mecanismo de afirmação identitária da Igreja Latina, apesar de haver diferentes ritos católicos. Com o missal de Pio V, o latim teve sua importância litúrgica destacada e um dos objetivos do destaque latino era a

se logo depois da edição, no mesmo ano, da versão revisada do missal romano, um roteiro para a celebração da missa. Com a bula *Quo primum tempore*, a Igreja tornava obrigatória a adoção do novo Missal em toda a Igreja Latina, permitindo exceção apenas para costumes diferentes que estivessem sendo celebrados ininterruptamente por, no mínimo, duzentos anos. Por isso, além do rito romano, que passou a ser celebrado na forma do Missal de Pio V até à reforma litúrgica de Paulo VI, sobreviveram ao concílio de Trento os ritos litúrgicos ambrosiano, bracarense, moçárabe e cartuxo do Vaticano II adotaram o rito romano conforma à revisão do Papa Paulo VI (Davies, 2019, p. 31).

³³⁰ Fora do catolicismo romano.

distinção litúrgica entre o catolicismo romano e os ritos orientais e os ritos que surgiram a partir da Reforma (Jungmann, 2008). Portanto, há uma relação direta entre a defesa litúrgica do latim, pelos setores conservadores, e sua face antiecumênica da Igreja, cujo discurso advogava que conservar o latim na liturgia era preservar a Tradição católica do ecumenismo pretendido pelos setores reformistas (Kloppenburger, 1963).

A língua latina como patrimônio inalienável da Igreja era defendida fortemente e teve, por sinal, um adjutório do próprio João XXIII que com sua constituição apostólica *Veterum Sapientia* (1962) havia fornecido mais um elemento para a defesa da permanência do latim como língua oficial da liturgia da Igreja de Roma (Caldeira, 2009, p. 137).

O esquema *De Sacra Liturgia*, discutido em 1962, previa algumas modificações no rito e a possibilidade de traduzir alguns trechos do missal para o idioma vernáculo. Os problemas que giravam em torno do esquema litúrgico eram de caráter pastoral e visavam uma adaptação para as zonas de missão que eram vistas pelo clero da Europa Central como as mais beneficiadas pela introdução da língua vernácula. Por seu lado, o núcleo antimoderno percebia na defesa do latim a defesa da Igreja *tout court* e o único modo de expressar convenientemente a sua doutrina sem as ameaças das ideologias contemporâneas (Caldeira, 2009, p. 137).

Alguns prelados, como Giovanni Battista Peruzzo (1878-1963), arcebispo de Agrigento, alertavam para que a utilização da língua nacional foi o primeiro ato de separação entre a Igreja e o protestantismo luterano (Buonasorte, 2003). É possível verificar que esse debate já vinha carregado por outra questão de grande importância e que também dividia fortemente os padres conciliares: maior autonomia das igrejas locais, defendida pelo clero da Europa Central e a maioria, e maior centralização das decisões em Roma, posição defendida pelos antimodernos e pela minoria (Caldeira, 2009, p. 137).

Tendo em vista a defesa da conservação litúrgica no concílio, em 15 de outubro de 1962, Castro Mayer encontrou-se com frei Anastácio do Santíssimo Rosário, superior geral dos padres carmelitas descalços, que fez parte da comissão de preparação para conversar sobre a defesa de pontos que considerava importantes, tais como a conservação do latim na liturgia, condenação ao evolucionismo, relativismo, historicismo, condenação a Teilhard de Chardin (1881-1975)³³¹

³³¹ Pierre Teilhard de Chardin foi um padre jesuíta, teólogo, filósofo e paleontólogo francês que tentou construir uma visão integradora entre ciência e teologia. Através de suas obras, legou para a sua posteridade uma filosofia que reconcilia a ciência do mundo material com as forças sagradas do divino e sua teologia. Em função de suas ideias, ele sofreu sanções da Igreja, e em 1948, foi chamado a Roma pelo geral da Companhia de Jesus e soube que estava proibido de ensinar no *Collège de France*. Além disso, suas obras *Phénomène humain* e *Milieu divin* foram proibidas de serem publicadas. Apesar das restrições sofridas, suas ideias estiveram presentes no concílio e o nome de Pierre Teilhard de Chardin era sempre evocado nas aulas conciliares (Mattei, 2013, p. 348).

e a reclamação de fiéis norte-americanos a respeito dos padres secularizados que abdicaram do uso da batina (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 7)³³².

Durante a conversa, Castro Mayer e frei Anastácio concluíram haver o processo de “emburguesamento” clerical e que, por isso a conservação do celibato católico estava ameaçada. Para agravar as ameaças relacionadas à identidade clerical, frei Anastácio destacou a disparidade ideológica entre os bispos e concluiu que: “não há dois bispos na Igreja que pensem da mesma forma” (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 7)³³³. A conversa foi convergente porque Castro Mayer e frei Anastácio tinham simpatias pelas mesmas ideias e defendiam a conservação do latim na liturgia romana (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 7)³³⁴.

O anúncio da discussão sobre a sagrada liturgia ocorreu em 16 de outubro de 1962. Este tema demandou muito tempo nas aulas conciliares sendo dividido em diferentes partes: debates sobre o latim; a renovação litúrgica; participação ativa na liturgia; a concelebração; liturgia da palavra; os sacramentos; o breviário; o mosaico litúrgico (Passos; Sanchez, 2015, p. 1020).

Castro Mayer tinha receio de que as ideias reformistas afetassem a vida dos padres e da liturgia católica, tornando-os mais próximos do protestantismo, pela inserção da língua vernácula na liturgia. Diante disso, em 23 de outubro de 1962, interveio a favor da conservação do latim na liturgia e do missal de Pio V, pautado na Encíclica *Mediator Dei*³³⁵, de Pio XII:

A questão, que hoje desperta grande interesse, a do uso da língua vernácula na Missa, nasce da esperança de que os fiéis possam, deste modo, participar de maneira mais frutuosa no santo Sacrifício. Mas é preciso notar [...] que esta esperança, tão simpática e de caráter essencialmente pastoral, não pode referir-se a todo o conjunto de fiéis. Pois a Encíclica, de Pio XII, *Mediator Dei* [...], recorda que o fruto que os fiéis recebem de sua participação na Missa nasce da união íntima de seus sentimentos com Jesus Cristo, Sumo Sacerdote, que se imola sobre o altar, como também com os do celebrante, sacerdote ministerial que oferece o Sacrifício em nome de Jesus Cristo. Pois, ainda, que a Missa seja o Sacrifício de toda a Igreja e nela devam participar todos os fiéis, de fato compete apenas ao sacerdote efetuar a ação sacrificial [...] Além da recitação das mesmas orações que o sacerdote reza no altar, há várias outras maneiras legítimas pelas quais podem os fiéis unir-se ao sacerdote, por exemplo meditando, ou fazendo outros atos de piedade privada que os excitam aos atos correspondentes aos fins do Sacrifício da Missa [...]. Nada me parece justificar a esperança, que alguns alimentam, de que a introdução do vernáculo na Missa possa importar em uma renovação de povos e nações. Ademais, para que os fiéis saibam o que o sacerdote está rezando, não é necessário que este recite a Missa em língua vernácula, pois existem muitos missais com o texto traduzido para as línguas vivas, nos quais podem inteirar-se do que o sacerdote reza [...]. O uso de uma língua não vulgar nas coisas

³³² *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

³³³ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

³³⁴ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

³³⁵ *Mediator Dei* foi a 12ª das 40 encíclicas publicada pelo Papa Pio XII, datada de 20 de novembro de 1947 e destinada a reafirmar aspectos da liturgia, com destaque para a música sacra (Caldeira, 2009, p. 77).

sagradas e, portanto, não acessível a todos, aumenta a dignidade do culto, conferindo-lhe certo caráter de mistério que de algum modo é conatural às coisas que se relacionam com Deus [...]. O uso de uma língua sagrada ajuda pedagogicamente os fiéis a assimilar a noção da diferença essencial que existe entre seu próprio sacerdócio, mais passivo e analógico, e o sacerdócio conferido pelo Sacramento da Ordem, único capaz de uma ação propriamente sacrificial [...]. Desejo insistir no alcance pastoral do latim na Liturgia, lembrando que com ele a unidade da Igreja se torna por assim dizer palpável e a própria Igreja mais esplendidamente atraente, precisamente também para os não-católicos, que, por preconceito ou por falta de instrução, não aproveitam outros meios para se inteirar da unidade da verdadeira Igreja de Cristo (AS I/2, 695-97).

As crenças de Castro Mayer foram postas de maneira contundente: a defesa pela conservação das diferenças entre o sacerdócio ministerial do clero e o sacerdócio comum dos fiéis. Para ele, era necessário haver um idioma voltado para o culto divino, que fosse reservado ao tratamento de questões eclesiais e o latim conservava essa universalidade da Igreja no mundo.

Entre as intervenções de Castro Mayer a respeito do latim, no debate conciliar, é possível encontrar apenas a referida acima. Porém, isso não impede que se possa inferir em que ponto se encontrava no jogo da dinâmica conciliar: alinhado com os italianos e americanos citados acima. Nos debates a respeito da liturgia, Castro Mayer sempre se mostrou defensor contundente da conservação do latim (Caldeira, 2009, p. 153).

Segundo Wiltgen (2007), nos primeiros dias de novembro, Lefebvre aproximou-se de Proença Sigaud e Castro Mayer. Os três bispos estavam preocupados com a organização do clero favorável à reforma litúrgica. Então, organizaram uma conferência em 7 de novembro para intensificar a organização conservadora (p.45).

O bispo de Campos perguntava-se: “Como podemos estar seguros [...] de que a tradução da Missa em vernáculo permitirá aos fiéis captar todos os matizes do texto latino? (...) Trata-se de uma questão extremamente séria, sobre a qual não se pode tomar decisão a não ser depois de madura reflexão” (Wiltgen, 2007, p. 45). Castro Mayer deu continuidade:

A sabedoria do passado [...] quis que uma língua arcaica fosse empregada nas cerimônias litúrgicas de alguns ritos não-latinos na Igreja Católica, como ocorre também nas mais conhecidas religiões não-cristãs. E como havia muitos missais contendo o texto da Missa traduzido para as línguas vivas, não era necessário que o padre celebrasse em vernáculo (Wiltgen, 2007, p. 45).

A primeira discussão despendeu muita energia, pois Castro Mayer e seus pares eram defensores intransigentes da conservação litúrgica e, por isso, eles atuaram no concílio contra a inserção do vernáculo na litúrgica (MemoPlínioCVII, 05/11/1999, p. 18)³³⁶. Castro Mayer e

³³⁶ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio. São Paulo, 05/11/1999.*

Proença Sigaud assistiam às discussões no concílio e trabalhavam por apoio nos corredores *extraclasse conciliaris*. O objetivo era conhecer os movimentos conciliares com o apoio da sua rede de sociabilidade laica.

Naqueles primeiros dias, enquanto Castro Mayer e o grupo tefepista articulavam contatos em busca de adesão as suas ideias nas salas conciliares, o *piccolo comitato* concentrava esforços pela conservação da liturgia católica alinhada com os moldes tridentinos:

Em geral, mesmo que alguns fossem relativamente moderados, os futuros membros, apoiadores ou simpatizantes do *Coetus Internationalis Patrum* eram contrários às mudanças propostas sobre a liturgia, principalmente no que diz respeito ao uso de línguas vernáculas. Um bom número deles rejeitou firmemente a maior liberdade proposta a este respeito no esquema e se posicionaram ativamente engajados, seja através de suas intervenções, orais e escritas, e por outras ações, em favor da manutenção da língua latina. Vários dos futuros membros do *Coetus Internationalis Patrum* que falaram nas aulas conciliares foram resolutamente contra a introdução das línguas vernáculas na liturgia, e apresentaram vários argumentos a favor em favor da língua latina. Assim, o cardeal Ruffini disse “que era absolutamente necessário evitar o uso excessivo dos idiomas vernáculos, uma vez que isso comprometeria a unidade dos muitos povos cristãos, com base na unidade da própria liturgia” (Roy-Lysencourt, 2011, p. 358).

Nas atividades do dia 22 de outubro, Castro Mayer informou ao grupo tefepista que na reunião plenária da manhã houve o início da discussão do esquema de liturgia, havendo troca de discursos entre os partidários do vernáculo, principalmente os alemães e os defensores do latim, destacando o cardeal Francis Spellman (1889-1967)³³⁷. Como aponta do documento pesquisado, teria afirmado que os “nossos adversários são muito ágeis e competentes da discussão e argumentação, com muito mais possibilidade de aliciar a assistência que os partidários de Roberto Ronca” (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 25)³³⁸.

Pela ótica do bispo de Campos, a articulação feita pelo bispo Roberto Ronca era insuficiente e desorganizada para frear a articulação realizada pelo clero da progressista que fazia circulares organizadas e alicientes, pois “Ronca está conduzindo mal a coordenação dos bispos bons” (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 25)³³⁹. A preocupação de Castro Mayer era que os conservadores no concílio já pudessem ser classificados como minoria, uma vez que a mídia deu apoio ao discurso reformista dificultando o trabalho dos conservadores.

Amigo próximo do bispo de Campos, Dom Manoel Cintra o procurou para conversar sobre a necessidade das intervenções sobre sua posição em defesa do latim, uma vez que,

³³⁷ Padre estadunidense ordenado em 1916, arcebispo de Nova York e nomeado cardeal em 1946 por Pio XII (Mattei, 2013, p. 186).

³³⁸ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

³³⁹ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

naquele momento, a posição litúrgica do bispo de Campos era clara (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 25)³⁴⁰.

Ao longo das sessões conciliares, já nos primeiros dias, o bispo de Campos dos Goytacazes foi se notabilizando como uma das vozes antimodernas, haja vista a sua participação no *piccolo comitato* e suas intenções. E, por isso, estabeleceu diálogo com vários padres conciliares em função da sua postura durante o Vaticano II.

Um dos maiores estímulos para intervir no concílio era o pequeno número de intervenções conservadoras diante das intervenções favoráveis às reformas. A pouca incisão sobre a conservação do latim na liturgia e a pluralidade de pautas que havia no esquema litúrgico deixava Castro Mayer angustiado porque temia que onda reformista que ganhasse força entre os padres conciliares (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 49)³⁴¹.

Em 7 de novembro, Castro Mayer concedeu uma entrevista internacional que teve lugar no seminário dos padres Salvatorianos às 15h30min. Cerca de 40 jornalistas de diferentes países estavam presentes para ouvi-lo discorrer sobre a conservação do latim na liturgia. Ele leu um texto escrito e já distribuído com tradução para mais cinco línguas e depois respondeu às perguntas dos presentes, sendo duas respostas traduzidas para o inglês e italiano. Após as perguntas e respostas, fez uma declaração para emissoras de televisão reproduzida dois dias depois (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 49)³⁴².

É possível encontrar a entrevista no mensário *Catholicismo*:

Se, pois, não se veem grandes vantagens em que o Padre diga a Missa em vernáculo, notam-se, de outro lado, muitas desvantagens no abandono do latim. Antes de tudo, o emprego nas coisas sagradas de uma língua não vulgar, e, portanto, não acessível a todos, acresce a dignidade do culto, conferindo-lhe certo caráter de mistério que, em algum. À medida, é conatural às coisas que se relacionam com Deus. Assim, nos ritos não latinos da Igreja Católica, e até nas religiões não cristãs mais conhecidas, a sabedoria dos séculos estabeleceu o uso de um idioma arcaico para os atos litúrgicos. No caso concreto da Religião Católica, o emprego de uma língua sagrada auxilia pedagogicamente os fiéis a assimilarem a noção da diferença essencial que há entre seu sacerdócio, mais passivo e analógico, e o sacerdócio conferido pelo Sacramento da Ordem, único capaz de ação propriamente sacrificial. Também não se pode raciocinar como se o latim fosse um idioma sem alcance universal, e como se cada povo estivesse para ele como, por exemplo, os chineses estão para o aramaico. Além disso, a tradução da Missa para o vernáculo daria ao fiel todo o sabor do texto latino? Qual a tradução, por mais precisa que seja, que conseguirá exprimir todos os imponderáveis que latejam no texto original, pensado em latim, isto é, numa língua que a Igreja amoldou durante séculos para fazer dela o instrumento por excelência de seu Magistério e de sua oração? São questões gravíssimas, sobre as quais não se pode

³⁴⁰ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

³⁴¹ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

³⁴² *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio.* São Paulo, 05/11/1999.

passar sem uma detida ponderação. Penso que certas áreas culturais muito distantes do latim poderiam ir substituindo de modo mais acentuado, ou menos, essa língua por uma outra, própria, conservando sempre um fundo universal, como convém à Igreja Católica. E note-se que idioma próprio não quer dizer necessariamente idioma vulgar. Semelhante obra, porém, deveria ser feita aos poucos e organicamente, e sempre inspirada e dirigida pela Santa Sé, que goza de especial assistência do Espírito Santo em tudo o que concerne ao culto divino e à salvação das almas. Para os povos ocidentais, todavia, que atualmente vivem no rito latino, não me parece que, nem em futuro remoto, tenha razão de ser o abandono, mesmo parcial, do latim na Missa. Ao encerrar, desejo insistir no alcance pastoral do emprego do latim na liturgia, lembrando que, com ele, a unidade da Igreja se torna, por assim dizer, palpável — e a Igreja mais esplendidamente atraente — precisamente para os não católicos que, por preconceitos ou falta de instrução, não aproveitam outros meios para se inteirar da unidade da verdadeira Igreja de Cristo (Sampaio Neto, 1962, p. 8).

Demonstrando claro centralismo romano, proferiu ainda que “a mudança deveria ser feita gradualmente e de modo orgânico, sempre sob a inspiração e a direção da Santa Sé, que goza de especial assistência do Espírito Santo em tudo quanto se refere ao culto divino e à salvação das almas” (Wiltgen, 2007, p. 46).

Durante a entrevista, Castro Mayer endossou que os inimigos da Igreja pretendiam alterar a fé católica através da reforma litúrgica, haja vista os primeiros grupos religiosos condenados pela Igreja, tais como os gnósticos, os eutiquianos, os iconoclastas, os albigenses e os valdenses. Diante da ameaça à fé católica, Pio V (1504-1572)³⁴³ freou a liberdade litúrgica devido à revolução protestante e conferiu indulto perpétuo ao missal de 1570 (ARQTRAD, 1982, p.2)³⁴⁴.

A entrevista repercutiu, haja vista a que houve comentários positivos no seminário Pio Brasileiro, que convenceu alguns seminaristas da importância da conservação do latim na liturgia latina (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 55)³⁴⁵.

Castro Mayer respondeu a todas as perguntas e objeções com coerência de crença e manifestando a intransigente defesa ao latim, tendo como base a universalidade da Igreja que tinha um idioma comum que a unia em todo o mundo. O fato de ser bispo em Campos, no interior do Brasil, e reunir jornalistas de vários países, evidencia que Castro Mayer era um homem capaz e articulado no concílio.

O primeiro período do concílio foi finalizado deixando claro que ainda haveria muitas discussões. Nas discussões seguintes, era possível vislumbrar claramente o espírito que

³⁴³ Antonio Ghislieri era dominicano e foi escolhido Papa e governante dos Estados papais de 8 de janeiro de 1566 até a data da sua morte em 1572. Membro do Tribunal do Santo Ofício ficou conhecido pela defesa intransigente da doutrina católica. Ele é venerado como um santo, tendo sido canonizado em 22 de maio de 1712 por Clemente XI (1649-1721).

³⁴⁴ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “a missa nova em questão”, Campos dos Goytacazes, 1982.

³⁴⁵ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio*. São Paulo, 05/11/1999.

embalava os antimodernos em assuntos tão espinhosos como o ecumenismo e a constituição da Igreja, que nos próximos períodos seriam aprofundados. Se por um lado o clero da Europa Central investia contra os esquemas elaborados pela Cúria, por outro, os antimodernos a defendiam de maneira firme (Caldeira, 2009, p. 153).

Inserido no grupo antimoderno como um dos mentores da defesa da conservação litúrgica, Castro Mayer assumiu um compromisso com seus pares conciliares e com a sua rede de sociabilidade laica de manter-se ativo e perseverante contra a empreitada reformista da Europa Central (MemoPlinioCVII, 05/11/1999, p. 62)³⁴⁶, vista por ele como revolucionária, e foi dessa forma que procedeu em todos os esquemas discutidos no Vaticano II.

2.5 O pensamento antirrevolucionário pela primazia do Papa e da Igreja contra o ecumenismo e a liberdade religiosa

A primeira sessão conciliar discutiu questões sobre a liturgia, sobre as Fontes da Revelação, sobre os meios de comunicação social e sobre a Igreja (Passos; Sanchez, 2015, p. 1021). Logo na segunda intervenção conciliar, Castro Mayer se mostrou desconfiado a respeito da relação entre a Igreja e as outras religiões cristãs, haja vista que no seu segundo discurso, afirmou que “nenhuma verdade pode ser enfraquecida por causa do ecumenismo” (AS I/3, p. 313). Pois, o bispo de Campos entendia que a única forma de ecumenismo era a submissão das outras religiões ao catolicismo romano (Mayer, 1971).

Assim, a militância antimoderna do bispo poderá ser constatada à luz de suas intervenções, que defendiam o Estado confessional católico, em detrimento de outras tradições religiosas. Nesse aspecto, o ecumenismo e a liberdade religiosa tornaram-se alvos de Castro Mayer.

A concepção antiecumênica foi demonstrada pelo bispo de Campos dos Goytacazes em suas intervenções, haja vista o esquema *De Fontibus Revelationis*, discutido entre os dias 14 e 21 de novembro de 1962. Castro Mayer via ligação estreita entre o primeiro esquema apresentado e as resoluções de Trento e do Vaticano I, já que fala amplamente das duas Fontes da Revelação:

Assim como diz o Concílio de Trento, devem ser procuradas, são de fato duas fontes: os livros escritos e as tradições não escritas [...] a exposição sobre as duas fontes da revelação não deve ser afastada como sendo certa inovação, mas antes, ser considerada enucleada do Concílio de Trento e do Vaticano I (AS I/3, p. 313).

³⁴⁶ *Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio. São Paulo, 05/11/1999.*

Castro Mayer alinhou-se ao primeiro esquema *De Fontibus Revelationis*, marcado pela mão do cardeal Ottaviani, que foi interpretado pelo clero da Europa Central como antiprotestante, antimoderno e dogmatista (Caldeira, 2009, 142). Sendo um opositor do discurso reformista e do ecumenismo, Castro Mayer endossava a ideia de conservação das duas fontes, Bíblia e Magistério não escrito, como era o desejo da Cúria Romana (Mattei, 2013). O objetivo do bispo de Campos dos Goytacazes ao defender o primeiro modelo do esquema *De Fontibus Revelationis* era enfraquecer a possibilidade de diálogo ecumênico com as religiões protestantes, pois, este diálogo era visto pelo bispo de Campos dos Goytacazes como “insídia do demônio” (Mayer, 1971). Todavia, foi da discussão sobre as Fontes da Revelação que derivou a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, que tinha entre as suas finalidades, uma aproximação teológica com as tradições protestantes, com relação à primazia da Palavra na reflexão teológica (Lima, 2015, p. 249).

Em 19 de novembro de 1962, o Conselho da Presidência reuniu-se para propor se deveria ou não continuar com a discussão. Pela interrupção votaram 1368 e pela continuação 822. Esse momento caracterizou-se como uma pausa porque a maioria dos padres conciliares rejeitou o esquema, para desconsolo dos antimodernos, o Papa teve que intervir, julgando “oportuno confiar o projeto sobre as Fontes da Revelação ao exame de uma Comissão especialmente criada para este fim” (Kloppenburger, 1963, p. 190).

Todavia, apesar da medida de João XXIII ter contrariado o clero da Europa Central, esse período caracterizou-se pela tomada do concílio nas mãos do clero reformista e da reação dos antimodernos às mudanças que chegariam a termo (Alberigo, 2000, p. 221). Na esteira do clero antimoderno, Castro Mayer, durante o concílio, visava:

Denunciar e condenar os erros e desatinos do mundo moderno, que vêm penetrando profundamente na Igreja, e muito particularmente entre os seminaristas, padres, os teólogos e boa parte até dos bispos. Estes erros são basicamente o naturalismo, o materialismo, o modernismo, o comunismo ateu, a permissividade nas doutrinas e nos costumes; b) repropor à Igreja universal, como modelo supremo, a restauração plena da “cristandade” (*civitas christiana*), da soberania de Deus e de sua Igreja sobre o mundo; c) mobilizar a Igreja universal, sob liderança do papa, para a grande cruzada contrarrevolucionária “da restauração da cristandade” (Baraúna, 1993, p. 152).

A preocupação de Castro Mayer com o pensamento revolucionário fora apresentada no inquérito para o Vaticano II. O bispo manifestou seu desejo pela restauração da Cidade de Deus, pela restauração do poder da Igreja na sociedade civil. Logo, é possível entender a razão pela qual defendeu o fortalecimento da autoridade eclesiástica católica no concílio, haja vista que o

modelo preconizado por ele era a sociedade do Antigo Regime, na qual a Igreja teria exercido um papel de proeminência social,

Intimamente ligado tanto à coroa como à nobreza [...] o alto clero exercia uma vasta influência e desfrutava de importantes isenções fiscais e legais. Como uma grande instituição corporativa, a Igreja dispunha de considerável autoridade, por meio do quase-monopólio dos serviços educativos e sociais e do controle exclusivo sobre os ritos sagrados de nascimento, casamento e morte (Mayer, 1987, p. 17).

Tendo em vista a primazia católica no governo do Antigo Regime, Castro Mayer foi intransigente e pronunciou-se contra qualquer flexibilização hierárquica na Igreja: “Seja-me permitido acrescentar poucas palavras” (AS II/3, p. 438) e discorreu sobre as diferenças entre a hierarquia eclesiástica e o laicato. Segundo o bispo, a noção de hierarquia deveria vir no texto antes da noção de “povo de Deus”. Castro Mayer afirmou “No meu modesto parecer é melhor conservar a ordem anterior de modo que se faça menção da sagrada hierarquia antes de se falar do povo de Deus (AS II/3, p. 439).

Por isso, durante a primeira sessão do concílio, Castro Mayer interveio dizendo que “E o que mais importa em relação à Igreja onde a hierarquia não é apenas causa formal do povo de Deus, mas também sua causa eficiente” (AS II/3, p. 439). A fim de legitimar seu argumento, citou documentos papais e deu apreço especial à carta Encíclica *Vehementer*³⁴⁷ (11 de fevereiro de 1906) de Pio X:

A Escritura fala e a doutrina transmitida pelos Padres confirma ser a Igreja o Corpo Místico de Cristo, governado (Ef. 4, 11) pela autoridade dos pastores e dos doutores, isto é, uma sociedade de homens, na qual alguns presidem os outros com pleno e inteiro poder de governar, ensinar, julgar [...] e estas classes são de tal modo distintas, que somente a hierarquia tem o direito e a autoridade de movimentar e dirigir os associados para a determinada finalidade da sociedade; o dever do povo (multidão) deve ser o deixar-se conduzir obedientemente às ordens dos diretores (AS II/3, p. 440).

É possível constatar que há uma defesa pela primazia da Igreja na condução social e percebe-se que o seu discurso é amarrado e coerente, tendo em vista a distinção social do catolicismo, pautada na autoridade divina para orientar a sociedade. Na esteira da primazia social católica, diante do esquema sobre o desejo de fortalecer a Igreja, Castro Mayer interveio,

O esquema é apto para responder aos desafios do homem contemporâneo, pois com a exposição positiva da doutrina que apresenta, pode oferecer a resposta a este homem

³⁴⁷ *Vehementer* Nos foi uma encíclica papal promulgada pelo Papa Pio X em 11 de fevereiro de 1906. Ele denunciou a lei francesa sobre a separação das igrejas e do Estado, promulgada dois meses antes e defendia a ligação entre Igreja e Estado (Denzinger, 2005, p. 245).

mergulhado na agitação doutrinal. Além disso, o esquema mostraria também ao padre o tempo presente, marcado pelo enfraquecimento dos fundamentos da religião (AS I/3, p. 312-313).

Em 1962, houve a publicação de um livro polêmico, que provocou a preocupação dos padres conciliares mais conservadores, *Complô contra a Igreja*, escrito por Maurice Pinay, pseudônimo utilizado por um grupo de padres que organizou a obra. O livro tinha como escopo principal demonstrar uma grande linha de complô que se teria desenvolvido contra a Igreja desde os primórdios do Cristianismo e que tem como principais agentes a elite judaica e seu plano para dominar o mundo (Caldeira, 2009, p. 149).

Fica claro que as ideias contidas nessa obra se assemelham às ideias defendidas por alguns padres antimodernos, entre eles Castro Mayer e Proença Sigaud. O livro vê no movimento comunista o último estágio de um complô contra a Igreja e afirma que todas as heresias vividas na história da Igreja eram frutos de conjurações judaicas. Judaísmo, maçonaria e Comunismo eram elementos altamente intrincados nesse pensamento (Caldeira, 2009, p. 149).

Castro Mayer conjecturava que havia no concílio uma conspiração *extra Ecclesiam* que desejava minar a autoridade da Igreja, tornando-a uma sociedade mais igualitária (Mayer, 2010, p. 17), haja vista que o esquema sobre a colegialidade episcopal, “*De episcopis ac de diocesum regimine*” o incomodou, e o levou a defender a distinção entre o primado petrino e o múnus episcopal de maneira contundente.

O Concílio Vaticano I deixou um legado pautado no fortalecimento da autoridade central do Papa, que eclipsava o poder e a função do colégio dos bispos e acentuava as diferenças hierárquicas entre o papado e o episcopado. Tendo em vista este legado endossado pelo dogma da infalibilidade papal, os padres conciliares tinham a missão delicada de discutir o tema da colegialidade dos bispos (Josaphat, 2015, p. 151).

Por isso, os padres antimodernos primavam pela manutenção do poder centralizado em torno do Pontífice Romano, uma vez que havia a proclamação de um dogma que os norteava na defesa intransigente da soberania papal sobre a Igreja. Todavia, o clero da Europa Central tinha como meta a mudança desta estrutura de poder, a fim de conferir maior autonomia às dioceses, do ministério episcopal, na colegialidade e nas conferências episcopais (Libanio, 2005, p. 104).

Diferentemente do que queriam os padres da Europa Central, Castro Mayer se mostrava um defensor intransigente da monarquia romana centralizada na figura do Papa:

Os Bispos todos da Igreja Católica, juntamente com o Papa, e nunca em ele, formam o colégio ou corpo episcopal, que sucede ao Colégio dos Apóstolos e, em certo modo, o perpetua. Assim constituído, o corpo ou colégio episcopal tem a suprema e plena autoridade sobre toda a Igreja. Tal plenitude de jurisdição sobre a Igreja Universal o colégio episcopal a adquire pela presença no seu meio do Romano Pontífice, uma vez que, tendo o Papa pessoalmente o poder pleno e supremo na Igreja inteira, sua jurisdição não poderia ficar coarctada pelo fato de se encontrar ele no corpo episcopal. Por isso, o colégio ou corpo episcopal não existe sem o Romano Pontífice, como nenhum corpo existe sem sua cabeça. De onde, jamais pode ele exercer o poder supremo e pleno sobre a Igreja toda, sem o consentimento do Papa. Pelo mesmo motivo, ainda dentro do corpo episcopal conserva o Romano Pontífice a plenitude de seu poder pessoal sobre toda a Igreja, os Pastores e os fiéis (Mayer, 1971, p. 240).

A frase “a plenitude de seu poder pessoa sobre toda a Igreja” é emblemática, porque defende a concepção de que o poder do Papa seria supremo. Uma verdade inegociável para o bispo de Campos. Entretanto, as discussões sobre a hierarquia da Igreja ganharam no concílio, porque havia a parcela do clero que desejava uma Igreja mais democrática e buscava uma equiparação entre a figura do Papa e o “Colégio dos Doze”, sem a extinção da hierarquia, mas, fazendo as adaptações necessárias à realidade contemporânea (Josaphat, 2015, p. 149).

Nas sessões entre 8 de outubro e 15 de novembro de 1963, a questão da colegialidade episcopal permanecia em pauta, tamanha era a complexidade do esquema. O embate de diferentes visões era acalorado, e a para dizer a verdade, a maior autonomia dos bispos em suas respectivas dioceses, assim como o crescimento da participação no pontificado do Papa, causava à Cúria a sensação de perda de controle, que se sentia ameaçada com o advento a nova forma organizacional pretendida pelas conferências episcopais (Kloppenburger, 1963, p. 233).

Em 8 de novembro de 1963, na sexagésima terceira Congregação Geral, Castro Mayer fez outra intervenção. Discutindo o esquema *De episcopis ac de diocesum regimine*, disse que faltava uma Teologia do episcopado e defendeu que no início do capítulo fosse inserido os fundamentos dogmáticos do poder episcopal. Em seu discurso, destacava que “Nenhuma consideração expressa e direta foi feita a respeito da doutrina teológica do episcopado. Teria sido melhor que, se no início do capítulo, ao menos com poucas palavras, tivesse sido lembrado o fundamento dogmático do poder episcopal que por direito divino vigora na Igreja” (AS II/4, p. 631).

Levantando novamente questões referentes ao primado papal, foi interrompido pelo moderador que disse que tal assunto já havia sido discutido, passando então a tratar sobre a faculdade das conferências episcopais em indicar representantes e consultores das congregações romanas, a que ele era fortemente contra (Caldeira, 2009, p. 166).

Refletindo ainda os debates em torno do episcopado e suas relações com o primado papal, Castro Mayer chamou a atenção para que o esquema não falava sobre o único

fundamento que edificou a Igreja de Cristo, o apóstolo Pedro: “Ignoro porque o esquema não fala do único fundamento sobre o qual Cristo edifica a sua Igreja, como se lê claramente no Evangelho de Mateus: “Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja” (AS II/2, p. 109).

Castro Mayer, assim como os antimodernos, insistiu na defesa do primado papal instituído pelo Concílio Vaticano I e era irredutível contra qualquer possibilidade de flexibilização em relação ao poder centralizado do Papa (Caldeira, 2009, p. 161).

O bispo defendeu veementemente que a palavra “Igreja” fosse trocada pela expressão “verdadeira Igreja de Cristo”, para que a diferença fundamental entre a Igreja de Roma e as outras denominações religiosas estivesse clara. Além disso, exclamou que as congregações cristãs separadas de Roma não se constituíam como “Igreja” propriamente, pois faltava “senso teológico”. Invocavam o nome de “igreja” apenas por analogia, não em sentido próprio:

A palavra Igreja é usada tanto para a verdadeira Igreja de Cristo como para as outras comunidades cristãs. Porém, a verdadeira Igreja de Cristo difere das outras comunidades que se decoram com o nome de Cristo. A verdadeira Igreja de Cristo é uma sociedade sobrenatural, cuja alma, o Espírito Santo, une intimamente entre si, todos os membros [...]; seja reservada a palavra Igreja para a verdadeira Igreja de Cristo; mas como também é atribuída a outras comunidades cristãs, seja acrescentada uma exposição na qual apareça claramente que tais comunidades só são chamadas de “Igrejas” por certa analogia (AS II/2, p. 111-112).

Os anos conciliares foram de grande preocupação para o bispo de Campos, pois, tanto durante as aulas conciliares como durante os intervalos, ele se mostrava bastante preocupado com as possíveis reformas que poderia haver sob o pretexto de que o concílio iria reformar a Igreja. Por isso, imbuído de cuidados para com seus fiéis diocesanos e eivado do desejo de repelir as ideias reformistas na Igreja, Castro Mayer publicou uma carta pastoral, no final de 1963, na qual ele admoestava aos seus diocesanos,

Não obstante, com o fim de evitar que, entre Nossas ovelhas, possa infeccionar-se a causa santíssima da renovação litúrgica, intencionada pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, ou possam sorrateiramente se esgueirar os desvios da “moral nova”, julgamos oportuno recordar brevemente os ensinamentos tradicionais da Igreja, propostos pelo Magistério ordinário, sobre os assuntos que foram objeto dos pronunciamentos conciliares (Mayer, 1971, p. 185).

Esta orientação pública de Castro Mayer feita entre a sessão de 1963 e 1964 refletiu sua postura intransigente, pela defesa da manutenção da hierarquia católica, que primava pela supremacia da autoridade papal, que goza de poder pleno e supremo sobre a Igreja. E, mesmo sendo membro do colégio episcopal, Castro Mayer defendia que era necessário conservar a distinção hierárquica entre o Pontífice Romano e colégio dos bispos (Mayer, 1971, p. 241).

Tendo em vista a mentalidade mais democrática que possivelmente permeava alguns dos padres conciliares, Castro Mayer sobre o capítulo II do *De Ecclesia* interveio:

Portanto, embora todos os bispos estejam em bom entendimento, mas distintamente ensinar claramente a mesma doutrina que o próprio Pontífice Romano ensina no exercício do seu Magistério ordinário, eles ainda não fazem um verdadeiro, mas vários atos distintos, nenhum dos quais, nem mesmo o ato do nem sequer o acto do ensino do Romano Pontífice no modo normal, é infalível. Uma harmonia puramente objetiva entre tais atos ainda falíveis não os torna infalíveis. E a soma de tais atos não é para ser chamada ser chamado infalível (AS II/II, 722).

Em sua intervenção, defendeu que somente o Papa tinha a prerrogativa da infalibilidade como dogma definido pela Igreja e que esta prerrogativa excluía o episcopado. Em outra intervenção escrita sobre o esquema *De Ecclesia*, Castro Mayer defendeu que o verdadeiro ecumenismo devia estar calcado na ideia de que Deus desejou que todos os homens conhecessem a verdade e fossem salvos, por isso instituiu sua Igreja como o meio ordinário:

Deus quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade. Para essa finalidade, Ele fundou, para durar até o final dos séculos, a sua Igreja, isto é, a católica, sob o governo do seu Vigário, o Romano Pontífice. Nessa mesma vontade salvífica e universal, Deus dá a todos os homens, a graça suficiente para que conheçam a verdade e entrem na verdadeira Igreja (AS II/2, p. 784).

Para ele, o texto do esquema continha trechos dúbios que podiam levar a uma prática ecumênica repleta de “erros”: “o esquema a nós apresentado [...] é às vezes obscuro, e com isso pode introduzir conceito errôneo e perigos para a prática do ecumenismo verdadeira” (AS II/2, p. 784). Também insistiu que a doutrina do primado papal fosse apresentada claramente para que pudesse haver um ecumenismo sadio: “O primado do Pontífice Romano na Igreja universal, nos pastores e fiéis, é doutrina essencial para o verdadeiro ecumenismo, visto ser o Romano Pontífice o princípio da unidade sobre a qual o templo é edificado” (AS II/2, p. 784).

Sobre a discussão estabelecida a respeito da possibilidade da ação do Espírito Santo agir nas outras comunidades cristãs, Castro Mayer respondeu de forma negativa e foi taxativo. Segundo o bispo de Campos, no texto do esquema, a ação do Espírito nas outras igrejas era reconhecida, o que defendeu como algo que não correspondia à ortodoxia católica. Avesso ao ecumenismo, demonstrou sua visão eclesiológica centralizada na Igreja de Roma, porque cria que o Espírito agia somente catolicismo romano, devidamente submisso à autoridade papal. Acreditava que nas outras religiões cristãs, o Espírito Santo agia por acidente, ou seja, nos corações daqueles não católicos de boa-fé, mas não propriamente nas igrejas: “O Espírito Santo age por si mesmo na Igreja Católica da qual é a alma, e por acidente, nos corações dos não católicos de boa-fé, mas não propriamente nas igrejas não católicas” (AS II/2, p. 784).

Em novembro de 1963, por conta de outra de suas intervenções, *Animadversiones Scriptae*, tendo em vista o capítulo I do esquema *De oecumenismo*, Castro Mayer expressou seu receio em relação ao “falso irenismo” e disse que a verdade católica não podia ficar obscurecida para que ocorresse o ecumenismo:

O esquema sobre o ecumenismo recomenda uma exposição íntegra e clara da fé católica, visto que nada existe de mais alheio ao movimento de união do que o falso irenismo, no qual a pureza da doutrina católica sofre detrimento, e o sentido certo e genuíno [do ecumenismo] é obscurecido. (AS II/2, p. 109).

Castro Mayer entendia que havia algumas ambiguidades no capítulo em discussão e não aceitava que a Igreja Católica fosse tomada como igual às outras comunidades cristãs:

O esquema, nesse capítulo, não diferencia a Igreja Católica Romana das outras comunidades cristãs. Não diz claramente e com termos unívocos que somente a Igreja Católica Romana é a verdadeira Igreja que está sob a autoridade do Sumo Pontífice e sua suprema autoridade que, por sua vez, a exerce sobre todos os fiéis e bispos e também com infalibilidade (AS II/2, p. 109).

Pela sua ótica, omitir que o catolicismo romano era a verdadeira religião e que todos deviam estar sob a autoridade do Papa tornava o documento ambíguo porque dava margem para algumas subjetividades que fossem insubordinadas à Igreja. Para ele, era necessário tornar a autoridade da Igreja pública e imperativa.

Havia estreita relação entre a pauta do ecumenismo e da liberdade religiosa e por isso ambas entraram na esteira das reprovações feitas por Castro Mayer, devido à sua ideologia antiecumênica, que entendia que a declaração continha alguns “erros” em pontos fundamentais. O primeiro seria afirmar a igualdade de direito para todas as religiões, o que demonstraria contradição ao fato de que só a religião verdadeira tem o direito de ser professada publicamente: “O esquema da declaração sobre a liberdade religiosa propõe que, na sociedade, os mesmos direitos sejam concedidos às verdadeiras e às falsas religiões, pelo fato de que cada uma delas tributar a Deus o culto segundo os ditames da própria consciência” (AS III/2, p. 485).

O bispo considerou que ao restringir a questão da liberdade religiosa aos limites da ordem puramente legal, o esquema não escapava “ao defeito do positivismo legal, do qual o direito civil atual sofre geralmente. [...] De fato, atenta apenas aos fatos, ela negligencia a consideração do fundamento do verdadeiro direito civil, ou a norma objetiva da moralidade, da qual toda a lei depende para ser lei verdadeira, e que impede a lei verdadeira de considerar verdadeiro e falso, bom e mau, igualmente.” (Roy-Lysencourt, 2011, p. 1141).

Acusou ainda o esquema de rejeitar "a doutrina tradicional do Bem Comum como um princípio pelo qual os poderes civis devem ser orientados na regulação das relações dos cidadãos e comunidades em convívio social" (Roy-Lysencourt, 2011, p. 1141).

O segundo ponto seria a afirmação de que a dignidade humana não podia ser salvaguardada pelo “erro”, mesmo que fosse acompanhado de boa-fé: “A natureza humana não se realiza a não ser pela adesão ao Bem e à Verdade. A dignidade humana não pode ser salvaguardada pelo erro, mesmo que seja acompanhado de boa fé” (AS III/2, p. 485).

O terceiro ponto para o qual ele chamava atenção era a defesa de que as relações entre a religião e a sociedade deviam derivar da lei natural e da lei positiva de Deus. E a lei de Deus, afirma, que todos aceitem a verdadeira religião, desta forma, o Estado não podia favorecer as falsas religiões:

As mútuas relações das pessoas que vivem na sociedade devem apoiar-se na lei natural e na lei positiva de Deus. É a lei de Deus que todos abracem a verdadeira fé e entrem para a verdadeira Igreja; e para que isso seja obtido de todos, Deus lhes vêm em auxílio com sua graça, e assim, ninguém é condenado sem culpa própria. (AS III/2, p. 485).

Castro Mayer foi resolutivo: “a Igreja Católica Apostólica Romana é a religião verdadeira, é a verdadeira fé” (Mayer, 1971, p. 332). Por isso, o esquema da liberdade religiosa não deveria, em hipótese alguma, preconizar que o catolicismo romano estabelecesse diálogo convergente com as demais religiões, uma vez que isso a colocaria em pé de igualdade com os “erros” doutrinários das demais religiões. Por isso, ele foi a favor do primeiro esquema referente ao ecumenismo porque ele colocou o catolicismo romano acima das demais religiões.

O esquema da liberdade religiosa, *Dignitatis Humanae*, esteve entre os mais debatidos durante o concílio, haja vista que a gênese do documento sobre o ecumenismo está ligada diretamente também à gênese do documento *Dignitatis Humanae* (Scatena, 2003). A linha antimoderna se mostrou contra o esquema: Castro Mayer se referia às outras religiões como falsas e não poderiam estar em pé de igualdade com a verdadeira fé, católica romana (Mayer, 1971). Durante as aulas conciliares, afirmou que era inadmissível conciliar o catolicismo com as “falsas religiões” (AS III/2, p. 485). Convergente com Castro Mayer, Lefebvre escreveu que a liberdade religiosa era uma “vitória maçônica” (Lefebvre, 2013, p. 181). Na oposição, o cardeal Lorenz Jaeger (1892-1975)³⁴⁸ afirmou que “os cidadãos que professam outras religiões

³⁴⁸ Cardeal alemão que serviu como arcebispo de Paderborn de 1941 a 1973, e foi elevado ao cardinalato em 1965 por Paulo VI.

não podem ser coagidos a praticar a religião católica, e devem praticar a sua própria religião, dentro de justos limites” (Kloppenburger, 1965, p. 26).

As relações entre a Igreja e a modernidade foram o ponto central nos debates tanto para a minoria conciliar, sempre preocupada e pessimista em relação aos valores modernos, quanto para a Europa Central e para aqueles bispos que acreditavam que era necessário um novo olhar da Igreja para o mundo, a fim de manter a mensagem cristã plausível para os homens (Caldeira, 2009, p. 213).

Castro Mayer fez uma intervenção crítica ao esquema sobre a declaração da liberdade religiosa, discutido em setembro de 1964. Inicialmente louvou a comissão que preparou o esquema, mas em seguida demonstrou seu apoio aos padres conciliares, que desejavam sua reelaboração afirmando que o texto era insuficiente devido à ausência de fundamentação teológica. Assim proferiu: “Seja-me permitido recordar entre as verdades reveladas que devem estar presentes no diálogo com o mundo, a existência do diabo enquanto príncipe deste mundo, contra o qual antes do que contra a carne e o sangue, diz S. Paulo, devemos combater” (AS III/5, p. 339).

Demonstrando grande alinhamento com os documentos papais, disse que não entendia o porquê de o esquema deixar de lado tantos documentos pontifícios sobre a questão: “O diabo, porém, enquanto príncipe deste mundo, certamente suscita determinadas iniciativas, com as quais arma ciladas às almas. Não se entende por que o esquema o omita” (AS III/5, p. 339).

Ainda afirmou: “Não sei por que este esquema, como também alguns outros, menosprezam muitas verdades do Magistério da Igreja Romana, a qual, contudo, [...] as Igrejas do universo devem se unir devido à primazia” (AS III/5, p. 339). Castro Mayer acreditava que se esquecendo do demônio e não seguindo os conselhos dos pontificados anteriores, o esquema se deixava influenciar pela ideologia do mundo contemporâneo e era negligente quanto aos ataques ideológicos dos inimigos da Igreja:

A meu ver, o Concílio, agindo dessa forma, não evita o escândalo dos fiéis, que procederiam com segurança, se obedecessem inteiramente aos documentos dos Romanos Pontífices. A pastoral atua corretamente ao advertir os fiéis contra as sociedades e movimentos ideológicos, políticos e econômicos, ou respectivas artes que planejam a revolução do consórcio civil humano e cristão, e preparam o império de Satanás. Tudo isto acontece e os fiéis não podem ignorá-lo; de outra forma, o diálogo com o mundo será perigoso (AS III/5, p. 340).

Além disso, entendia que o esquema foi muito complacente com o laicismo que propunha uma sociedade destituída de qualquer referência à ordem sobrenatural, indiferente em matéria religiosa, o que não facilitava o caminho da salvação pessoal:

Permitam-me chamar a atenção para a indulgência do Esquema em relação ao laicismo. Segundo o laicismo, a sociedade deve ser indiferente em material religiosa, que pertence ao foro íntimo da consciência. Ao invés, a doutrina católica muitas vezes proposta pelo Magistério da Igreja postula que a sociedade, autônoma em sua ordem, seja constituída de sorte que os homens nela consigam a vida eternal. Para isto exige-se que a sociedade reconheça a verdadeira religião, nada instaure contra seus preceitos, ou melhor, positivamente preste culto a Deus, Segundo a verdadeira religião (AS III/5, p. 340).

Castro Mayer cria, com a doutrina da Igreja, que o gênero humano era pecador em função da natureza decaída promovida pelo pecado original. Por isso, caberia à Igreja apontar a tendência humana ao pecado, a fim de que a humanidade se corrigisse pela ascese cristã. Qualquer flexibilização da vigilância da natureza humana seria determinante para a difusão dos “erros modernos” e a eficácia plena para combater o pecado estava presente exclusivamente na Igreja que atuava pelos sacramentos (Mayer, 1971).

Em 29 de setembro de 1964, em uma de suas *Animadversiones Scriptae*, no debate entre “judeus e não-cristãos”, defendeu fortemente que se mantivesse a Tradição da culpabilidade dos judeus da morte de Jesus. Para isso, recorreu às fontes bíblicas a fim de corroborar sua posição: “os israelitas de hoje são sucessores daqueles a respeito dos quais São Pedro afirma terem entregado Jesus à morte, e São Paulo, terem desconhecido a justiça de Deus e conservado o coração endurecido (At 3, 13; 5, 20; Rom 10, 3; 11, 7)” (AS III/3, p. 161).

Além disso, sugeriu cautela em relação ao diálogo com os judeus, comportamento este que sempre marcou toda a história da Igreja: “daí também se conclui que o diálogo com os judeus pode ser introduzido, mas com grande cautela como é de praxe ou pelo menos sempre foi na Igreja. Por isso, o concílio não deve abandonar tal costume a não ser por causas graves que deveriam ser explicadas aos fiéis” (AS III/3, p. 161). E refletindo sobre a situação dos não-cristãos em geral, Castro Mayer advogou:

Os não-cristãos, segundo o princípio dogmático a respeito do desígnio de Deus da salvação universal, tiveram e têm a graça suficiente para abraçar a verdadeira fé e incorporar-se à Igreja [...]. Conforme esse modo de agir, outra verdade poderia licitamente ser posta em dúvida, a saber, aquela da necessidade da Igreja católica visível como meio ordinário de salvação para todos os homens (AS III/3, p. 162).

Com o holocausto nazista, a complacência da Igreja em relação aos judeus também melhorou, assim, em março de 1959, por ocasião da celebração litúrgica da Sexta-Feira Santa, João XXIII mandou retirar a palavra “infiéis” referente aos judeus, como era tradicionalmente recitada pela Igreja. Esta decisão partiu de Roma e chegou a toda Igreja universal (Martins, 2016, p. 91).

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o Concílio Vaticano II, uma corrente de filosemitas, composta entre outros por acadêmicos e prelados, iniciou uma mudança na atitude da Igreja em relação aos judeus. A declaração da *Nostra Aetate* foi a culminação desse caminho (Martins, 2016, p. 91).

Sempre fiel à postura antimoderna, em defesa da hierarquia e pela supremacia do catolicismo romano em relação às demais religiões, Castro Mayer se mostrou, mais uma vez, irredutível às ideias reformistas que havia no concílio.

Os padres conciliares continuaram suas atividades no período intervalar, uma vez que havia muitos assuntos referentes ao concílio que estavam em aberto: em maio de 1964, Pericle Felici (1911-1982)³⁴⁹ informou à Comissão Doutrinal sobre 13 sugestões de Paulo VI para as reuniões conciliares. Em agosto, foi promulgada a Encíclica *Ecclesiam Suam* na qual a proposta de *Aggiornamento* da Igreja foi reiterado. Porém, alguns dias antes da terceira sessão, em setembro de 1964, Paulo VI recebeu uma carta assinada por 25 cardeais reticentes quando aos riscos do tema da colegialidade episcopal (Passos; Sanchez, 2015, p. 1023).

Houve, nesse período, discussões referentes ao esquema *De Ecclesia*, especificamente à índole escatológica da Igreja. O texto foi o mais importante discutido e aprovado no período, dando origem à celebre constituição dogmática *Lumen Gentium*. O esquema *De Ecclesia* levantou fortes discussões no período preparatório do concílio e durante as duas sessões anteriores, tendo como protagonistas os padres da Europa Central e os antimodernos, de maneira destacada Proença Sigaud e Castro Mayer (Caldeira, 2009, p. 193), que travaram, durante o concílio, uma batalha árdua pela conservação da primazia do Papa e da Igreja sobre as demais instâncias sociais. No final, Castro Mayer votou contra o esquema da liberdade religiosa, todavia, assinou os documentos *De libertate religiosa*, *De activitate missionali Ecclesiae*, *De presbyterorum ministerio et vita*, *De Ecclesia in mundo huius temporis est la suivante* (AS IV-VII, p. 823).

2.6 A devoção mariana e o combate ao Comunismo

Castro Mayer era radicalmente contra qualquer flexibilização e diálogo com os regimes socialistas e muitas vezes fez admoestações para que os católicos repelissem qualquer aproximação com grupos socialistas para não serem enganados. No concílio, reforçou a

³⁴⁹ Ordenado padre em 1933, sagrado bispo em 1960 e nomeado cardeal em 1967 por Paulo VI. De 1947 a 1960, Pericle Felici trabalhou como auditor do Tribunal da Rota Romana. De 1950 a 1959, ele foi diretor espiritual do Seminário Pontifical Romano. Em 1960, tornou-se secretário-geral da Comissão para a preparação do Concílio Vaticano II (Mattei, 2013).

doutrina anticomunista que já praticava em Campos, haja vista o conteúdo de suas cartas pastorais. Em uma delas, o bispo de Campos dos Goytacazes afirmava:

O que se deu em Cuba é um exemplo típico do resultado a que leva a colaboração com comunistas. Estes, com efeito, não desdenham a cooperação dos católicos. Antes, a solicitam, provocam-na mesmo, salientando miséria e injustiças que possam despertar a indignação e a reação dos espíritos retos [...]. Habitados a agir de boa-fé, os católicos tendem muitas vezes a achar impossível que por detrás de considerações humanitárias possa alguém esconder um fim perverso. Terminam assim empolgando-se, não pelo movimento comunista, mas pela luta em benefício dos infelizes, dos oprimidos e sofrendores. E trabalham juntos, católicos e comunistas, certo os primeiro de que os outros, como eles, desejam sinceramente curar a sociedade das chagas que a enfeiam; mais certos os último de que a agitação humanitária lhes proporcionará o ambiente ideal para a ampliação de seu poderio (Mayer, 1971, p. 125-126).

Nessas cartas pastorais e nas catequese, dava ênfase política, econômica, filosófica e religiosa ao Socialismo e ao Comunismo, a quem se referia como seita (Mayer, 1971, p. 308).

Em outubro de 1964, Castro Mayer fez uma *Animadversiones Scriptae* por ocasião do debate do capítulo I do esquema sobre A Igreja e o mundo contemporâneo. O bispo de Campos direcionou seus esforços para defender as diferentes economias, uma vez que a pretensão de entregar o controle econômico ao poder de muitos poderia agradar às influências comunistas. Mesmo nas entrelinhas, ele atacou princípios fundamentais do Socialismo, como se nota:

O esquema declara que a evolução econômica para não oprimir o homem, deve estar sob seu domínio, e pela mesma razão exigir na ordem da evolução econômica a atuação de muitos. Todavia, o que impede a opressão na evolução econômica não é propriamente sua subordinação ao domínio humano, e a atuação de muitos. A razão única que torna a economia humana é sua subordinação à ordem moral, da qual procede a retidão de todas as ações humanas, e pode obter o melhor também quando somente poucos cuidam da ordem da evolução econômica (AS III/7, p. 223).

A intervenção de Castro Mayer tem relação direta com dois pontos importantes ao seu posicionamento ideológico: expor com clareza a doutrina social católica e denunciar os “erros” do Marxismo, Socialismo e Comunismo do ponto de vista filosófico, político e econômico. O objetivo era alertar e dissipar do espírito dos católicos qualquer tolerância e propensão ao Socialismo e ao Comunismo (Mattei, 2013, 307).

Castro Mayer foi um bispo coerente com a ideologia recebida na formação e, sendo um bispo alinhado com o pensamento de direita, foi defensor das diferenças sociais e contra o discurso igualitário. Então, entre as indicações sobre os assuntos conciliares, destacou:

Parece-me oportuno dissipar qualquer confusão, declarando, por exemplo, que a ordem da sociedade sonhada pelos socialistas, baseada somente no amor e no progresso científico, é contra a atual disposição da Divina Providência, porque a desigualdade entre os seres humanos não constitui, de modo algum, um mal, mas manifesta do melhor modo a perfeição de Deus na presente ordem hierárquica das

coisas e dos seres humanos; tanto mais que, na absoluta igualdade de todos os seres humanos, certas virtudes cristãs, das mais necessárias para a salvação, como a humildade, a obediência, a misericórdia etc., tornam-se quase impossíveis. O peso que padecem os seres humanos por conta da desigualdade, seja considerado como pena do pecado original e como meio para que pratiquem as virtudes (BEOCVII, p. 111-112).

A resposta de Castro Mayer revela a consonância ideológica com a Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade, considerando os textos escritos por Plínio Correa de Oliveira. É possível constatar que a sua participação estava alinhada com a sua rede de sociabilidade no Brasil e com as publicações realizadas durante seu trabalho episcopal em Campos. Tendo em vista essas claras características de Castro Mayer, verifica-se, sem grandes surpresas, a sua condenação ao Socialismo e ao Comunismo durante o concílio:

Por isso a Igreja não pode calar a respeito do sistema econômico comunista, que não permite a propriedade privada, e por isto reduz à escravidão quase a terça parte da humanidade. O regime comunista é reprovável não apenas porque ateu, mas também pelo sistema econômico que professa, inteiramente contrário ao direito natural, e por conseguinte à pessoa humana. E esta é outra razão por que é impossível pacífica relação entre a Igreja e o regime comunista. (AS III/7, p. 224).

Ainda por ocasião das discussões da Igreja no mundo contemporâneo, atacou o pensamento socialista e defendeu que as diferenças sociais são planos de Deus para a humanidade. Segundo o bispo de Campos, o pensamento que contraria a manutenção das hierarquias sociais fere diretamente a lógica das boas relações:

A mentalidade socialista, que hoje em geral domina os governos e deseja eliminar as classes sociais diz que compete unicamente ao Estado o progresso dos bens espirituais. Ao Estado, contudo, como freqüentemente ensina o Magistério da Igreja, não compete produzir o necessário bem comum, mas antes há de criar as condições pelas quais os membros da sociedade produzem tais bens. A hipertrofia da ação do Estado prejudica a paz social e a promoção popular [...]. Dos dizeres acima evidencia-se que numa sociedade vem organizada a hierarquia é necessária. Relembremos que Pio XII chama de povo os homens distribuídos em classes sociais e denomina massa à total igualdade sob a tirania das leis (AS III/7, p. 224).

Essa defesa intransigente das diferenças sociais e da conservação da sociedade hierárquica revela seu caráter antirrevolucionário e antiecumênico intransigente. Sendo assim, quando Castro Mayer e sua rede de sociabilidade realizaram o pedido de consagração da Rússia ao Imaculado Coração de Maria (FSIGAUD/SP, 168.1/015), havia a dimensão religiosa, no que tange à devoção mariana e havia a dimensão política, pois, a devoção à Virgem Maria também foi um forte instrumento de combate à ideologia comunista. Razão pela qual houve um forte empenho dos grupos conservadores (Caldeira, 2009).

E, tendo em vista a suposta relação antagônica entre o Comunismo e a devoção mariana, Castro Mayer, de maneira recorrente, evocava as mensagens marianas de Fátima, 1917, como remédio para as ameaças que rondavam a humanidade:

Atendendo ao pedido que a Mãe das Misericórdias fez com insistência em Fátima, entreguemo-nos à oração e à penitência. Oração e penitência, partes integrantes da vida cristã, constituem remédios particularmente eficazes em situações críticas para a vida do fiel e da Igreja. Elas devem ser intensificadas atualmente, dadas as condições angustiosas em que se encontra a Igreja em muitos países, devido às ameaças cada vez maiores do Comunismo bárbaro e ateu. “Espírito de oração e penitência cristã”, recomenda Pio XI (Enc. “*Divini Redemptoris*”, *ibid.*, p. 96), porque o Comunismo é daquele gênero de demônios que não se expulsam senão pela oração e pelo jejum (Mayer, 1971, p. 154).

Castro Mayer observou a necessidade de expressar a devoção mariana em detrimento do espírito ecumênico e apresentou uma *Animadversiones Scriptae* sobre o tema (AS III/2, p. 109- 111). Como não poderia ser diferente, fez uma longa defesa da Virgem Maria como “medianeira”, “corredentora” e “mãe da Igreja”. E para embasar seu discurso, valeu-se das palavras de vários padres da Igreja, como Irineu, Ambrósio, Boaventura e papas como Leão Magno, Pio X e Pio XII. De suas citações conclui-se:

Não compreendo porque no capítulo sobre a *De B. Maria Virgine Dei* para in *mysterio Christi et Ecclesiae*, não apareça o título de “Mãe da Igreja” que por feliz costume é dado à B. Virgem para toda a Igreja. Não se alegue um motivo ecumênico, pois o ecumenismo exige que toda a doutrina da Igreja católica seja declarada e sem ambiguidades [...]. O Concílio não pode professar uma verdade diferente daquela que há muitos anos e continuamente é entregue pelo Magistério Ordinário dos Papas. Aliás, os fiéis ficariam escandalizados. Seria difícil para eles não julgar que o Magistério Ordinário dos Papas, e também os doutores da Igreja universal tenham errado numa questão de tão grande importância e referente à edificação espiritual, e ainda mais, que o Concílio creia poder julgar a respeito dos Papas; isto vale particularmente para os títulos “Medianeira de todas as graças” e “Corredentora” (AS III/2, p. 110-111).

Bispo de forte devoção mariana, Castro Mayer entendia que qualquer timidez no culto à Virgem Maria representava influência protestante na Igreja e, por isso, valia-se dessa devoção para diferenciar a espiritualidade católica e a espiritualidade protestante. E no concílio, agiu da mesma maneira. A devoção mariana foi um aporte importante no seu ministério episcopal, porque teria um caráter antiecumênico e anticomunista, tendo em vista o conteúdo intransigente das supostas mensagens de Fátima (Mayer, 1971).

Apesar das investidas insistentes de Castro Mayer e do *Coetus* para que o concílio desse destaque à figura da Virgem Maria na economia da salvação e da sua importância para a fé católica, os setores mais progressistas entendiam que destacar demasiadamente a figura mariana poderia ser um problema para os anseios ecumênicos. Por isso, seria melhor buscar um texto

mais discreto em relação à Virgem para não comprometer os objetivos progressistas em relação ao ecumenismo, para não constranger as religiões cristãs protestantes que estavam presentes no Vaticano II (Wiltgen, 2007).

As pressões advindas do *Coetus* sobre o Papa pela consagração do mundo ao coração de Maria continuaram. Em carta datada de 15 de setembro de 1964, Proença Sigaud e Mayer informaram que, em fevereiro daquele ano, haviam encontrado com o Papa para entregá-lo a petição. De acordo com o documento, “o Beatíssimo Padre recebeu benignamente estas petições e prometeu que com ânimo benevolente seriam tratadas sob a luz do Espírito Santo” (Caldeira, 2009, p. 202). Além disso, afirmaram que muitos padres os procuraram querendo assinar o documento depois que ele já tinha sido entregue.

Sendo em devoto mariano e anticomunistas, as mensagens marianas de Fátima foram vistas por Castro Mayer como remédio para os malefícios do tempo presente cada vez mais agravado pela difusão do Comunismo (Mayer, 1971, p. 303). Haja vista que o bispo advogou pela consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria como combate efetivo à ideologia comunista, condenada pelo bispo de Campos dos Goytacazes como um conjunto de ideias de índole perniciososa (Mayer, 1971, p. 307)³⁵⁰.

Conforme Plínio de Oliveira, Castro Mayer e Proença Sigaud, com ajuda da TFP, conseguiram o apoio de mais de 400 padres conciliares³⁵¹ para pedir ao Papa que fizesse a

³⁵⁰ Essa petição organizada pelo Coetus conseguiu recolher 454 assinaturas. Desse total de assinaturas, 104 eram de padres italianos, 30 de padres da China. Estavam representados 26 países da África e 23 da América Latina. Ao todo padres de 86 países haviam assinado o documento (Mallerai, 2021).

³⁵¹ Junto à carta seguia um anexo com o modelo que o padre deveria encaminhar com sua assinatura. Eis o conteúdo completo da carta assinada: Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor, Como é do conhecimento de V. Excia. Revma. A Bem-aventurada Virgem Maria em Fátima pediu que o Santo Padre consagrasse o mundo ao Seu Coração Imaculado, com menção especial da Rússia, e ordenasse que, em união com Sua Santidade e ao mesmo tempo, fizesse também essa consagração todos os Bispos do mundo. Durante a primeira sessão do Concílio Ecumênico surgiu entre os Bispos a idéia de depor aos pés do Romano Pontífice uma súplica neste sentido. É verdade que no ano de 1942 o Sumo Pontífice Pio XII de feliz memória, atendendo aos votos de todo o orbe católico, na comemoração do 25º aniversário da aparição da Santíssima Virgem em Fátima, Portugal, consagrou a Igreja Católica e todo o mundo, ao Imaculado Coração de Maria. Igualmente, no ano de 1952 o mesmo Sumo Pontífice consagrou os povos da Rússia ao mesmo Imaculado Coração. No entanto, a Santa Virgem em Fátima pediu que o Sumo Pontífice junto com todos os Bispos do mundo em um dia consagrasse ao Imaculado Coração todo o mundo e, de modo especial, a Rússia e os povos cujo governo é dominado pelos comunistas. Julgaram aqueles Bispos que seria de alta conveniência que se realizasse uma Consagração com as características que acima significamos, e que atendem exatamente ao pedido da Virgem Santíssima. Levados pelo humilde desejo de dar sua contribuição à realização deste pedido da SS. Virgem os seguintes Arcebispos e Bispos brasileiros: D. Mario de Miranda Vilas Boas, Arcebispo da Paraíba D. Orlando Chaves, Arcebispo de Cuiabá D. Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina D. Antonio de Castro Mayer, Bispo de Campos D. Carlos Eduardo Bandeira de Melo, Bispo de Palmas D. José Varani, Bispo de Jaboticabal Resolveram empenhar seus esforços em favor da consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria. Em nome de todos estes senhores Arcebispos e Bispos brasileiros, pela presente carta, dirigimo-nos a V. Excia. Revma. Pedindo a sua adesão ao número dos Prelados que se dirigirão ao Santo Padre rogando a S. Santidade que realize tal consagração no momento que S. Santidade julgar oportuno. Para este fim, pedimos a V. Excia.: I. Digne-se encaminhar a Sua Santidade uma petição suplicando três cousas: 1. S. Santidade se digne determinar que todos os Bispos residenciais do orbe católico no mesmo dia, junto com o Romano Pontífice, consagrem o mundo inteiro, com menção especial da Rússia e dos povos que são dominados pelo comunismo, ao Imaculado Coração da Santíssima Virgem Maria. 2. Sua Santidade

consagração da Rússia ao Imaculado Coração de Maria:

Estamos na novena da Anunciação, e hoje é dia do aniversário da irmã Lúcia, a quem Nossa Senhora apareceu, em Fátima. Seria bom falarmos alguma coisa sobre ela. A questão que D. Mayer e D. Sigaud fizeram no Concílio e ao Santo Padre, pedindo a consagração do mundo ao Coração de Maria foi um episódio importantíssimo em todo o assunto Fátima. E D. Sigaud e D. Mayer quiseram evitar essa catástrofe para o mundo, e quiseram dar cumprimento à vontade de Nossa Senhora, fazendo com que exatamente essa consagração fosse feita nesses termos. (ARQBioPlinio, 650003)³⁵².

A intenção dos dois bispos brasileiros tinha relação direta com questões políticas presentes na Igreja e do concílio para que as tendências mais progressistas fossem enfraquecidas. Todavia, o pedido não foi aceito por João XXIII e nem por Paulo VI e a consagração da Rússia ao Imaculado Coração de Maria não foi feita.

Os arquivos da abadia de Solesmes conservam a versão francesa da carta que acompanhou a petição entregue ao cardeal Gaetano Cicognani (1881-1962)³⁵³. A carta escrita em Campos dos Goytacazes em 31 de julho de 1963 deixava seus objetivos de maneira muito clara:

Refletindo sobre a situação atual do catolicismo no mundo, é claro para nós que o maior e mais angustiante problema a Igreja e a humanidade é o Comunismo, cujo ateísmo e antirreligioso ameaça a sobrevivência da civilização católica da Igreja em muitos países. Uma vez que o Concílio Vaticano II está a realizar-se em Roma, sentimos que é necessário que lidar com o problema do Socialismo, do Marxismo e do Comunismo. Em aqui estão algumas razões: A Revolução Francesa e a propaganda comunista trouxeram erros doutrinários e desvios na mentalidade de um grande número católicos que predispõem os fiéis a não rejeitarem a forma fraca das doutrinas sociais e económicas do Comunismo, e até se simpatizar com eles. Esta simpatia enfraquece muito a resistência interna dos países católicos e mina a sua reação material e espiritual contra a dominação marxista. Desejamos destacar os seguintes erros de uma forma especial: 1. Influenciados pela propaganda marxista, muitos católicos duvidam da legitimidade da propriedade privada e acreditam que, nas condições atuais da humanidade, todas condições da humanidade, toda a riqueza é injusta. Eles acreditam que a existência de pessoas ricas ao lado de pessoas pobres é uma injustiça social, e que as desigualdades sociais são ilegítimas. Acreditam, portanto, que a riqueza e herança são roubos, e que todos os homens devem ter o mesmo património económico, posição económica e fazer parte de uma sociedade sem classes, nivelada e igualitária (...). Desde que nem todos num país e até no mundo tenhamos que é estritamente necessário para uma "existência digna do homem", nenhuma família e nenhuma nação podem, de acordo com a justiça, usufruir daqueles

se digne compor a fórmula da consagração e fixar o dia em que ela se fará em Roma e no mundo todo. 3. Sua Santidade se digne realizar esta consagração em Roma, no dia determinado. II. Pedimos a V. Excia. Evma. Se digne de realizar esta consagração junto com o Romano Pontífice, de maneira solene, no dia determinado por S. Santidade. III. Caso agrade a V. Excia. O que acabamos de lhe propor, queira V. Excia. Nos remeter uma fórmula mais ou menos nos termos da que se segue junto, assinada, ao endereço abaixo. Oportunamente todas as petições serão entregues às sagradas mãos do Sumo Pontífice. Ao fazermos esta proposta a V. Excia., pedimos que a recomende a Deus, para que conceda ao mundo esta graça; à Santíssima Virgem seja dada esta honra; e alcancemos a Misericórdia Divina para que em nossos perturbados dias se realize a palavra do Salmista: "*Justitia et Paz osculatae sunt*" (ARQSigaud 168.1/015).

³⁵² Anotações biográficas de Plinio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP por ocasião de uma palestra no auditório do Reino de Maria, sob o código 650003, São Paulo, *Santo do dia*, sem data definida.

³⁵³ Prefeito da Assinatura Apostólica, feito cardeal em 1953 por João XXIII.

bens que não são estritamente necessárias. Eles acreditam que o Evangelho prega igualitarismo, e que o Comunismo corresponde melhor ao Evangelho do que o regime da propriedade privada, da livre iniciativa e do regime social e económico que contenham as diferenças sociais e económicas. Esta mentalidade produz um estado de pré-Comunismo, extremamente perigoso (...). A existência de dúvidas sobre a doutrina social católica e as simpatias para os erros e situações que provêm do Marxismo e que [sic] a ele conduz, torna o problema extremamente grave e susceptível de catástrofes consequências catastróficas na ordem prática [sic]. Parecemos, portanto, que este assunto deve ser abordado no Concílio. Se Vossa Excelência partilha da nossa opinião, pedimos-lhe que envie ao Santo Padre através da "Comissão para os Assuntos Extraordinários" uma petição para este fim. Tomamos a liberdade para enviar a Vossa Excelência uma cópia da petição que pretendemos pretendem dirigir-se ao Cardeal Presidente da "Comissão para os Assuntos Extraordinários do Concílio Vaticano II". Se Vossa Excelência o considerar apropriado, ficaríamos honrados em recebê-lo de volta com o com a sua assinatura. Assinado primeiro por Monsenhor Geraldo de Proença Sigaud e depois por Monsenhor Antônio de Castro Mayer (Roy-Lysencourt, 2011, p. 2055-2056).

A exemplo do que acontecia em Campos, Castro Mayer pediu do pensamento marxista pela Igreja que foi implementado em vários países por meio dos regimes socialistas. Por isso, trabalhou pela consagração da Rússia ao Imaculado Coração de Maria e que a Igreja, reunida em concílio, condenasse publicamente o Comunismo (Oliveira, 1967, p. 2). Todavia, a consagração pretendida pelo bispo de Campos e a condenação por ele almejada e articulada não aconteceram. Por isso, Castro Mayer concluía que o concílio fora influenciado pelos governos comunistas, que conseguiram silenciar a Igreja conciliar (Mayer, 2010, p. 41)

A hesitação da Igreja em atender às pautas do *Coetus*, dentre elas a consagração da Rússia ao Imaculado Coração, gerou mal-estar entre os setores mais reformistas e setores conservadores do catolicismo durante o concílio, que foi intensificado após o seu término em 1965.

Os grupos mais conservadores da Igreja entendiam que o Papa perdera oportunidade de ter consagrado a Rússia ao Imaculado Coração de Maria, exaltando, assim, a devoção mariana e condenando o Comunismo. Como não aconteceu, a oportunidade perdida foi lamentada e apontada como uma displicência da Igreja reunida em concílio (Mattei, 2013, p. 471).

2.7 Conclusão

Castro Mayer mostrou-se um operário incansável no concílio na defesa de suas crenças. Ele trabalhou fora das aulas conciliares buscando articulações na difusão das ideias antimodernas as quais defendeu de maneira convicta. Na primeira sessão, ele foi um integrante ativo do *piccolo comitato* e durante a segunda sessão, fez diversas intervenções escritas e orais nas aulas conciliares, além de apoiar seus pares que compuseram a minoria conciliar em torno dos princípios antimodernos.

O que se verificou, ao término do concílio, foi a sua intensa participação: ele não só atuou como ativo padre conciliar, como também apoiou os seus padres em dezenas de intervenções, como mostram as fontes históricas de pesquisas. Colocou-se contra o Comunismo e pediu sua condenação pela Igreja. Participou do pedido de consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria, discordou do ecumenismo e do diálogo interreligioso, porque entendeu que o catolicismo romano deveria ter primazia sobre as demais religiões. Escreveu artigos para o jornal *Catolicismo* e cartas pastorais durante o concílio para orientar seus fiéis etc.

De igual maneira, trabalhou para que houvesse a conservação do missal tridentino, pois, ele sabia que havia movimentos na Igreja que pretendiam reformar o missal romano, por isso, defendeu em diferentes momentos a conservação latim e das diferenças hierárquicas existentes na Igreja, por ser uma instituição monárquica submetida à autoridade papal.

Sendo assim, o espírito democrático praticado em vários países do Ocidente não era almejado por Castro Mayer enquanto um projeto a ser desenvolvido pela hierarquia da Igreja. O fundamento da rejeição do bispo de Campos era a relação ao pensamento democrático, era a relação que ele estabelecia entre democracia moderna e as revoluções modernas, cujo objetivo, segundo Castro Mayer, era para minar o poder da Igreja na sociedade (Mayer, 1971).

Por isso, Castro Mayer recomendou que a Igreja mantivesse o discurso de oposição ao pensamento contemporâneo do Ocidente, por entender que o mundo era regido pelo demônio, a quem se referia como “príncipe deste mundo” (Mayer, 1971).

A crença de que o demônio é o “príncipe deste mundo” o levou a conservar publicamente suas crenças de condenação aos valores divergentes do catolicismo romano nas mais variadas esferas sociais. Por isso, pretendeu que o clero reunido sob as abóbodas da basílica vaticana promovesse a doutrina católica como verdade acima de todos os outros pensamentos religiosos, políticos e culturais.

Portanto, verifica-se que a postura de Castro Mayer no concílio foi intransigente, porém coerente com a formação antimoderna que recebeu no seminário e, por isso, teve grande dificuldade para aderir às ideias reformistas que estiveram presentes no concílio.

O período de recepção iniciado na segunda metade da década de 1960 foi um momento difícil para Castro Mayer, porque precisou de muita resiliência para estar alinhado com as reformas inseridas na Igreja através do concílio, embora tenha dado aos documentos conciliares a sua interpretação de padre antimoderno que pretendia conservar o modelo de Igreja pré-conciliar no qual foi formado e pelo qual militava no concílio.

PARTE II - O PÓS-CONCÍLIO DE ANTÔNIO DE CASTRO MAYER

3 O BISPADO EM CAMPOS NO PÓS-CONCÍLIO E A RECEPÇÃO DO CONCÍLIO

O presente capítulo tem o objetivo tratar o processo de recepção do Concílio Vaticano II na diocese de Campos dos Goytacazes a partir dos primeiros anos compreendidos imediatos ao término do concílio. Para tal, houve a seguinte periodização: 1966 a 1968; 1968 a 1974; 1974 a 1981 e a ruptura com Plínio de Oliveira em 1982.

Nos primeiros dois anos, Castro Mayer escreveu duas cartas pastorais, cuja finalidade seria orientar seus diocesanos a respeito do processo de recepção conciliar, que deveria seguir as diretrizes dos concílios de Trento e Vaticano I (Mayer, 1971, p. 275). A análise das cartas pastorais escritas pelo bispo de Campos na segunda metade da década de 1960 demonstra que o bispo tinha preocupação com as mudanças previstas, e por isso, pretendeu orientar o clero e o laicato para que conservassem o modelo de Igreja pré-conciliar.

A partir de 1968, a intransigência conservadora do bispado de Campos fica mais evidente, porque começaram a existir alguns entreveiros na diocese que envolviam o bispado de Campos e alguns padres religiosos, a nunciatura apostólica e até o cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales.

Por fim, foi inaugurada a terceira fase do isolamento diocesano, a partir de 1974, quando Castro Mayer foi inquirido pela Santa Sé e precisou responder diretamente ao Papa Paulo VI sobre suas razões para resistir ao Concílio Vaticano II.

A partir daquele momento, as fontes históricas apontam para um processo de ruptura entre a Igreja de Campos e a Igreja Universal. Paralelamente à ruptura que estava sendo construída, Castro Mayer reforçou seus laços com os padres tradicionalistas de Campos, com o arcebispo Lefebvre e com Plínio de Oliveira, até 1982, quando o bispo rompeu com o leigo. As fontes demonstram as angústias do bispado de Campos durante o longo processo de isolamento que aconteceu na diocese, entre os anos compreendidos no final da década de 1960 até 1980, que foi o recorte temporal utilizado pelo bispado de Campos para criar uma atmosfera anticonciliar na diocese, sob alegação da defesa da Tradição e da Igreja de Sempre.

O cerne do longo processo de ruptura ocorrido entre Castro Mayer e a Igreja está localizado nas diferentes crenças e interpretações feitas em relação ao concílio, uma vez que o bispo entendeu que as reformas conciliares divergiam da sua formação e da maneira como praticou a pastoral e ensinou a doutrina católica ao longo da sua vida. Por isso, o bispo se via moralmente obrigado a rechaçar as reformas conciliares pelo bem e salvação das almas, o que

acarretou diretamente no destaque de Campos como expoente do conservadorismo intransigente, cuja consequência foi o isolamento e a crise diocesana.

3.1 A primeira recepção conciliar em Campos dos Goytacazes: 1966-1968

Ao explicar o conceito de “recepção”, Routhier (1993) observa que seu uso não deve se restringir à formalidade dos documentos, por se tratar de um processo de enculturação. Entretanto, deve ampliar a pesquisa para verificar a maneira que os ensinamentos do concílio foram apropriados pelas igrejas locais e implementados na prática dos sujeitos que recepcionaram os documentos nas mais diversas realidades eclesiais.

O processo de abertura ao mundo moderno pelo concílio, que ficou conhecido como “primavera da Igreja”, teria oferecido um caminho de partida para a possibilidade da Igreja acomodar-se e aceitar mais rapidamente as contingências mundanas. Como afirma Routhier (2007, p. 19):

não se abandonam, com segurança, práticas seculares em um dia; não se liberta em um instante de gestos e práticas que, afinal, se transformaram em reflexos condicionados, tal é o seu grau de assimilação [...] nenhum sistema está em grau de digerir semelhante desenvolvimento só em dez anos.

Por isso, ao analisar o processo de recepção do concílio na Igreja de Campos, trabalha-se com a ideia de processo em diferentes fases, pois deve-se considerar o evento em si, a participação conciliar do bispo diocesano e, finalmente, o processo de recepção diocesano em Campos inserido no contexto histórico brasileiro no pós-concílio.

E, diante da complexidade social que o Brasil imergiu na década de 1960, verifica-se que em Campos houve diferentes momentos relacionados ao processo de recepção conciliar, tendo em vista a ideologia integrista que marcou a prática pastoral de Castro Mayer.

Entre as pesquisas que abordam a recepção do Concílio Vaticano II, a realizada por Routhier (1993) tratou do conceito de recepção alinhado com a ótica querigmática e com a prática, ou seja, a narrativa que explica a implementação conciliar nas dioceses e nas congregações religiosas espalhadas pelo mundo.

Então, como é de prática, todo evento eclesial deve ser analisado considerando três pontos fundamentais: o evento em si, os documentos aprovados e por fim, a sua recepção. A recepção é o elemento de verificação mais importante, pois, ao revelar quais projetos pastorais foram efetivados na vida da Igreja e quais foram desconsideradas (Beozzo, 2015, p. 803).

Por isso, com o devido recuso histórico, foi possível analisar a importância da pastoralidade, que embalada pelo “*aggiornamento*” propôs, inicialmente, a renovação da Igreja, que, na prática aconteceu de diferentes maneiras pelo mundo (Calceira, 2009, p. 60).

Desta forma, é importante destacar que o Concílio Vaticano II, devido ao seu contexto histórico e proposta de renovação pastoral (CNBB, 1965, p. 11), trouxe instabilidades que causaram dúvidas nos setores mais conservadores, haja vista o decreto *Presbyterorum Ordinis*, que determinava a tríplice finalidade do concílio: a renovação interna da Igreja, a difusão do evangelho no mundo, e, enfim, o diálogo com o mundo moderno (Amerio, 2020, p. 83).

Propor a renovação pastoral de uma religião global e milenar, presente num mundo plural, repleto de instabilidades, cujo clero era constituído, em grande parte, por prelados formados dentro ótica antimoderna é, sem dúvidas, um grande desafio. E no caso de Campos, esses foram os ingredientes que promoveram a crise pós-conciliar que marcou a história da diocese.

Por isso, a recepção do Vaticano II foi complexa, haja vista que foi o primeiro concílio realmente universal na composição, porque contou com participantes de todos os continentes e a forma de recepção não foi tão rígida e controlada como foi o Concílio de Trento, quando foi criada uma congregação específica para dirigir o processo de recepção nas dioceses (Beozzo, 2015, p. 803).

O concílio de Trento organizou um rígido processo de recepção implementado pela Congregação Consistorial, encarregada de dirigir a aplicação conciliar. Todavia, o Concílio Vaticano II deu mais liberdade às dioceses no processo de recepção do que Trento e, por isso, houve diferentes formas de recepção (Beozzo, 2015, p. 803). Mas, a liberdade concedida pela Igreja no século XX foi vista pelo bispo de Campos como um perigo a ser vigiado.

Por isso, o bispado e a maioria do clero diocesano fizeram um processo de recepção conciliar tímido e com sérias reservas, pois entendiam que os documentos conciliares seriam dúbios e com demasiada influência protestante (Mayer, 2010, p. 113). Haja vista que as fontes históricas pesquisadas apontam que não houve em Campos dos Goytacazes nenhuma alusão ao Plano de Pastoral Conjunto, tampouco a elaboração de um conselho entre o clero e o laicato que promovesse o processo de recepção conciliar. Muito pelo contrário, o que houve em Campos foi a catequese que acentuava a distinção entre o clero e o laicato, que Castro Mayer

via como “dogma de fé” (ARQTRAD, 1983)³⁵⁴ e o solene silêncio sobre o PPC, porque Castro Mayer tinha uma postura conservadora:

Na vida pública, a religião do homem não compreende a hierarquia, e propugna o igualitarismo próprio da ideologia marxista e contrário ao ensinamento natural e revelado, que atesta a existência de uma ordem social exigida pela própria natureza. Na vida religiosa, o mesmo princípio preconiza um ecumenismo que, em benefício do homem, congrace todas as religiões, preconiza uma Igreja sociedade de assistência social e torna ininteligível o sagrado, só compreensível em uma sociedade hierárquica. Daí, igualmente a secularização do Clero, cujo celibato se considera algo de absurdo, bem como o teor de vida sacerdotal singular, intimamente ligado ao seu caráter de pessoa consagrada, exclusivamente, ao serviço do altar. Em liturgia, rebaixa-se o Sacerdote a simples representante do povo, e as mudanças são tantas e tais que ela deixa de representar adequadamente, aos olhos do fiel, a imagem da Esposa do Cordeiro, una, santa, imaculada. É evidente que o relaxamento moral e a dissolução litúrgica não poderiam coexistir com a imutabilidade do dogma. Aliás, aquelas transformações já indicavam mudanças nos conceitos das verdades reveladas. Uma leitura dos novos teólogos, tidos como porta-vozes do Concílio, evidencia como, de fato, em certos meios católicos, as palavras, com que se enunciam os mistérios da Fé, envolvem conceitos totalmente diversos dos que constam da Teologia tradicional (Mayer, 1971, p. 365).

Durante o Vaticano II, Castro Mayer, alguns padres e leigos se viam como os últimos defensores da Tradição, que estava ameaçada por aqueles que desejavam fazer do catolicismo uma religião mais próxima das demandas modernas. De fato, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, desenvolvia-se uma perspectiva mais aberta à modernidade e aos seus valores. Vários movimentos católicos, como o movimento litúrgico e o movimento teológico, visavam uma aproximação dos pressupostos modernos e foram duramente combatidos por Castro Mayer e sua rede de sociabilidade, haja vista codificavam a Tradição da Igreja na perspectiva ultramontana (Caldeira, 2009, p. 12).

O que se verifica em Campos, após o concílio, é a continuação da concepção integrista aderida pelo bispado, e demonstrada durante o concílio. Apesar da vontade de Castro Mayer de recepcionar o Vaticano II dentro de uma ótica mais tradicional, alinhado aos concílios de Trento e Vaticano I. Todavia, seu conjunto de crenças impediram que ele fizesse a recepção conciliar. Mas devido aos seus valores antimodernos, ele acabou por repelir o concílio. Esta resistência é um dos pontos que explica a proximidade entre o bispo de Campos e o arcebispo Lefebvre nos anos seguintes ao término do Vaticano II (Mallerais 2021 : 414).

O projeto do bispado de Campos era resistir às reformas e conservar a doutrina pré-conciliar em Campos:

³⁵⁴ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência ministrada por ocasião do jubileu da Pia União das Filhas de Maria*. Varre-Sai, 1983.

Considerando que pelo art. 36 a Constituição “de Sacra Liturgia” indica que o uso do vernáculo não só não é obrigatório, mas apenas permitido, e onde houver grande utilidade nesse uso para o povo, e mesmo assim em algumas partes dos atos litúrgicos. Considerando que o art. 54 da mesma Constituição “de Sacra Liturgia” indica o desejo de que se conserve o mais possível o latim na celebração do Santo Sacrifício da Missa; Considerando que determinar a existência ou não da grande utilidade, para o povo, do uso do vernáculo nos ritos sagrados, compete às Autoridades em Sagrada Liturgia, que são a Santa Sé e, dentro das normas jurídicas, o Bispo Diocesano, sendo que a nenhum outro, mesmo Sacerdote, é lícito acrescentar, tirar ou mudar qualquer coisa na Sagrada Liturgia (art. 22, § 1, e art. 22, 5 3) (ARQPeJPV, 1986)³⁵⁵.

A sua postura tem relação direta com um acordo que aconteceu no final do concílio, quando os membros mais importantes do *Cætus Internationalis Patrum* concordaram em continuar agindo, resistindo a qualquer interpretação não tradicional dos textos conciliares que pudesse ser feita (Roy-Lysencourt, 2016, p. 320).

Apesar da postura combativa e conservadora, as pesquisas históricas apontam que Castro Mayer assinou os seguintes documentos conciliares: Sessão pública III: Constituição *De sacra liturgia* (AS II-VI, 460); Sessão pública III: Decreto *De instrumentis communicationis socialis* (AS II-VI, 525); *Animadversiones scriptae* de Proença Sigaud sobre o esquema *De Oecumenismo* (AS III-III, 657); *Animadversiones scriptae* sobre o esquema *De apostolatu laicorum* (AS III-IV, 295); Sessão pública V: Constituição dogmática *De Ecclesia*, Decreto *De Ecclesiis orientalibus catholicis* e Decreto *De Oecumenismo* (AS III-VIII, 876); Sessão pública VII: Decreto *De pastoralis episcoporum munere in Ecclesia*, Decreto *De accommodata renovatione vitae religiosae*, Decreto *De institutione sacerdotali*, Declaração *De educatione christiana*, Declaração *De Ecclesiae habitudine ad religiones non-christianas* (AS IV-V, 638); Sessão pública VIII: Constituição dogmática *De divina revelatione* e Decreto *De apostolatu laicorum* (AS IV-VI, 651); Sessão pública IX: Decreto *De libertate religiosa*, Decreto *De activitate missionali Ecclesiae*, Decreto *De presbyterorum ministerio et vita* e Constituição pastoral *De Ecclesia in mundo huius temporis* (IV-VII, 823) totalizando 12 assinaturas para intervenções orais e 10 assinaturas para *animadversiones scriptae* (Roy-Lysencourt, 2014, p. 47).

O arcebispo Lefebvre admitiu que o Papa e os bispos assinaram os documentos conciliares, todavia, o prelado francês tinha suas restrições. De acordo com Roy-Lysencourt (2016), a ala conservadora decidiu fundar um boletim informativo para dar uma orientação mais

³⁵⁵ Anotações e registros do arquivo particular do padre José Paulo Vieira. *Memórias da convivência com Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 1981-1986.

tradicional ao processo de recepção conciliar. O arcebispo Lefebvre, que foi presidente do *Coetus*, relatou a origem dessa iniciativa da seguinte forma:

No final do concílio, com os membros mais fervorosos, mais sólidos e mais militantes do *Coetus* - eram uns bons trinta - realizámos um pequeno partido, uma ágape fraternal, antes de nos separarmos. Tiramos fotografias e prometemos publicar um boletim informativo entre nós para nos manter na Tradição, na luta. (Roy-Lysencourt, 2016, p. 320).

O pensamento predominante entre os membros do *Coetus*, quando o concílio terminou, o objetivo conservador era manter a cautela quanto ao processo de recepção, e que a união começada no concílio deveria ser mantida para evitar a implantação de ideias exageradamente reformistas, afinal “a recepção inicial do Concílio Vaticano II pelos católicos tradicionais mostra que alguns conservadores não se sentiam à vontade com certos textos conciliares considerados contrários à Tradição. textos conciliares considerados contrários à Tradição, mas que, a princípio, a maioria deles não os denunciou publicamente, apesar de suas reservas íntimas”. (Roy-Lysencourt, 2016, p. 335).

Enquanto os tradicionalistas se sentiam desconfortáveis, no Brasil, muitas dioceses já tinham iniciado o processo de recepção conciliar, alinhadas com o fortalecimento da “Igreja Popular” e suas reivindicações sociais (Mainwaring, 2004, p. 101). Todavia, a postura de Castro Mayer no processo de recepção foi distinta e nos anos que se seguiram ao término do concílio, haja vista que o bispado de Campos foi notabilizado por sua postura intransigente, e um dos elementos que denotam o conservadorismo de Castro Mayer é sua adesão ao acordo feito pelos membros mais importantes do *Coetus Internationalis Patrum* de resistirem à interpretação não-tradicional dos textos conciliares, cada um em sua própria diocese, e de incentivar os membros e simpatizantes do grupo, bem como outros bispos, a fazerem o mesmo (Roy-Lysencourt, 2016, p. 320).

No que tange à diocese de Campos dos Goytacazes, entre 1966 e 1968, Castro Mayer publicou duas cartas pastorais utilizadas para orientar os fiéis a respeito do modo correto de recepção ao concílio: *carta pastoral, considerações a propósito da aplicação dos documentos promulgados pelo Concílio Ecumênico Vaticano II*, 19 de março de 1966, e a *carta pastoral, sobre a preservação da fé e dos bons costumes*³⁵⁶, de 2 de fevereiro de 1967. Além destas duas cartas pastorais, o bispo de Campos utilizou o mensário *Catolicismo* para difundir a mentalidade intransigente e anticonciliar na diocese.

³⁵⁶ Por ocasião do 250º aniversário do encontro da milagrosa imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e do 50º aniversário de Nossa Senhora do Rosário em Fátima.

As duas cartas pastorais escritas por Castro Mayer demonstram sua hesitação a respeito do recepção conciliar, porque o bispado teria preocupações com os rumos que a Igreja no Brasil trilhava. Por isso, o mensário *Catolicismo*, fundado pelo bispo de Campos, teve uma linha editorial de admoestação, que omitiu qualquer material otimista e esperançosa em relação ao processo de recepção conciliar. A preocupação principal do mensário era combater as possíveis infiltrações modernistas, como o pensamento do Teilhard de Chardin e a filosofia marxista, classificados pela linha editorial do mensário como promotores do igualitarismo revolucionário e do coletivismo ateu (*Catolicismo*, 1966, p. 8).

Entretanto, uma vasta promoção publicitária está sendo feita em todo o mundo, com o lançamento, para o grande público, das obras completas de Teilhard de Chardin. Colaboram nesta ingrata iniciativa grupos católicos de esquerda, progressistas de diversos matizes e até marxistas, que encontraram nisso um terreno comum para o diálogo. "Catolicismo", fazendo mais uma vez eco a vozes altamente categorizadas que denunciaram os perigos dessa divulgação, apresenta aqui um resumo da cosmovisão teilhardiana, apontando ao mesmo tempo certas implicações marxistas nela contidas. Uma análise mais pormenorizada destas implicações será objeto de próximo trabalho (*Catolicismo*, 1966, p. 1).

Além dessas críticas filosóficas, Castro Mayer e sua equipe editorial se esforçaram para expor o ponto de vista antirrevolucionário a respeito do modelo ideal de civilização cristã, que deveria preconizar a primazia católica e a monarquia papal, em detrimento do ecumenismo e do diálogo interreligioso (*Catolicismo*, 1966, p. 4).

Evidentemente, o conteúdo de *Catolicismo* e Castro Mayer foram reprovados pela CNBB, que tinha suas reservas para com o trabalho da TFP em várias cidades do Brasil (*Catolicismo*, 1966, p. 1).

Sobre a postura da CNBB para com a TFP, a linha editorial de *Catolicismo* respondeu:

"Catolicismo", em sua já longa trajetória, timbrou em ser sempre o paladino das "verdades esquecidas". Dentre estas, tem dedicado particular carinho e atenção às que se relacionam com o princípio de autoridade, tão injustamente subestimado nos dias que correm. E, como é natural, o empenho desta folha se tem especialmente voltado a tornar sempre mais conhecido, amado e respeitado o princípio de autoridade na Santa Igreja de Deus. Trazemos hoje ao conhecimento de nossos leitores a defesa articulada pela Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade em face do comunicado da Veneranda Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, referente àquela organização. A voz da TFP tem o direito de ser ouvida nessa emergência. Ela é credenciada por duas grandes campanhas vitoriosas, uma contra a reforma agrária socialista e outra — particularmente digna de admiração — contra o divórcio. Além disso, o pronunciamento da benemérita entidade contém ponderações cuja profundidade e serenidade não é possível negar. Difundindo esse documento, "Catolicismo" reafirma, entretanto — como o faz, aliás, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade — todo o seu acatamento à Veneranda Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (*Catolicismo*, 1966, p. 4-5).

As páginas de *Catolicismo* demonstram o descompasso entre Campos e a Igreja do Brasil, que tinha a renovação como meta pastoral, haja vista o PPC 1966-1970:

A pedido do Papa João XXIII e consciente da situação muito especial e decisiva em que se encontra a Igreja no Brasil, a CNBB empreendeu, sobretudo nos últimos 3 anos, um esforço intenso de renovação pastoral, baseado no que se convencionou chamar o Plano de Emergência. Este Plano proporcionou à Igreja novo dinamismo, novas estruturas, novas possibilidades de ação, e preparou terreno propício para uma ampla renovação na linha do Concílio Vaticano II. Em continuidade a todo este esforço e no intuito de uma aplicação ao Brasil das grandes decisões conciliares, a CNBB acaba de elaborar e aprovar o seu Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970) (CNBB, 1965, p. 11).

Em Campos, Castro Mayer apresentava o termo “renovadores” pejorativamente e nada publicou sobre o PCC. Nesse caso, é o silêncio a se comunicar sobre os projetos eclesiológicos na Igreja de Campos. As pesquisas demonstram que, na segunda metade da década de 1960, havia na diocese o predomínio do conservadorismo e o combate ao progressismo, como é possível verificar nas críticas tefepistas ao Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), publicações contra os padres carmelitas descalços, que proibiram a presença dos membros da TFP na igreja do Carmo em Belo Horizonte e contra os padres dominicanos e franciscanos, devido ao apoio dado aos estudantes da UNE por ocasião da realização do XXVIII congresso na capital mineira (Catolicismo, 1967, p. 6).

Como resposta às hostilidades sofridas pelo grupo tefepista, supostamente praticadas por alguns padres que trabalhavam na arquidiocese de Belo Horizonte, houve a publicação do editorial escrito pela cúria diocesana de Campos no *Catolicismo* (Catolicismo, 1968, p. 3).

Grave dever de justiça nos obriga a formular categórico protesto contra um fato ocorrido em Belo Horizonte, e largamente difundido por órgãos da imprensa de todo o País. Colaboradores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade na capital mineira vendiam, no dia 11 p.p., em via pública, o mensário "Catolicismo", que se edita nesta Diocese, sob os auspícios do Exmo. Sr. Bispo D. Antonio de Castro Mayer. O fato só aplausos poderia despertar, dada a ortodoxia e o valor da matéria contida em "Catolicismo", bem como à vista da abnegação dos jovens que empregavam desinteressadamente a manhã do domingo nessa obra de difusão da boa imprensa. Sendo feita a venda em frente à Matriz de Nossa Senhora do Carmo, os RR. PP. Carmelitas Calçados, a quem está confiada a Paróquia, tiveram, entretanto, reação bem diversa. Em nota lida em todas as Missas desaconselharam que os fiéis comprassem o jornal, dando como razão que a Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em comunicado de 17 de junho de 1966, pusera de sobreaviso os católicos a respeito daquela Sociedade. (Catolicismo, 1968, p. 8).

A TFP era a ponta de lança do conservadorismo católico intransigente que havia no Brasil. E, para tal, contava com o apoio do bispado de Campos para denunciar e combater os setores mais progressistas da “Igreja Popular”, a exemplo de alguns padres da arquidiocese de Belo Horizonte, que fora criticada por Castro Mayer algumas vezes nas cartas escritas ao

arcebispo Lefebvre e nas páginas de *Catolicismo* por supostos abusos litúrgicos e adesão ao comunismo (*Catolicismo*, 1967, p. 6).

No que tange às acusações dos setores progressistas pelos conservadores, Dom Hélder, o padre José Comblin (1923-2011)³⁵⁷, os padres do Sagrado Coração de Jesus e o Instituto Teológico de Recife foram denunciados pelas páginas de *Catolicismo*, com anuência de Castro Mayer, como esquerdistas e comunistas (*Catolicismo*, 1968, p. 1).

A postura combativa de *Catolicismo* rendeu problemas porque esse período histórico fora caracterizado pela repressão militar, haja vista o cerceamento sofrido por Dom Hélder Câmara e seus simpatizantes pelo governo (Araújo, 2012, p. 141).

O regime militar perseguia os grupos progressistas da Igreja, porque as forças do Estado entendiam que esses setores “cada vez mais, encontram-se no firme propósito de enfraquecer os poderes constituídos do País” (ARQSNi, 27/10/1983)³⁵⁸.

Enquanto havia a parcela do clero que atuava contra o governo militar, Castro Mayer era visto pelo governo como “Ardoroso adversário do esquerdismo, que mantém atitudes de apoio à TFP. A sua posição no município tem sido fundamental para manter o clima de tranquilidade na cidade” (ARQSNi, 16/11/1983)³⁵⁹.

O relatório do SNI demonstra o descompasso que havia entre Castro Mayer e os setores mais progressistas da Igreja do Brasil. Haja vista a fala do padre Paulo Fernandes, que trabalhava na Belo Horizonte:

O jornal *Catolicismo* que eles tentam vender é escrito dentro de um espírito conservador e reacionário. Apenas dois bispos subscrevem o fanatismo contido em suas, páginas: o de Campos e o de Diamantina. Os outros duzentos e tantos estão contra e já disseram isto, inclusive na última conferência, quando condenaram as pregações reacionárias, dizendo que aquilo não representa o pensamento da Igreja. Os rapazes defendem a propriedade — como um bem celeste e intocável — acusando a qualquer tentativa de reforma no campo como “forma subversiva” de corromper o camponês. Para o padre Paulo, é dever de todos os católicos alertarem os que não têm conhecimento dos absurdos pregados pelos rapazes do perigo que correm. A leitura do jornal chega a corromper, tal seu fanatismo. Os defensores da TFP não admitem o diálogo e precisam é de uma cadeira psiquiátrica, terminou o padre Paulo (*Catolicismo*, 1968, p. 2).

³⁵⁷ José Comblin foi um sacerdote e missionário belga naturalizado brasileiro, teólogo da Teologia da Libertação.

³⁵⁸ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. ATIVIDADE DE GRUPOS RELIGIOSOS, Rio de Janeiro, 27/10/1983.

³⁵⁹ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Personalidades, órgãos e correntes políticas contrários ao clero progressista*, Rio de Janeiro, 16/11/1983.

A arquidiocese de Belo Horizonte era malvista pelo bispado de Campos, porque entendia que essa região administrativa da Igreja era marcada pela infiltração progressista e comunista (ARQÉcône, 04/08/1968)³⁶⁰.

O *modus operandi* combativo da TFP não saiu barato para a entidade, que ficou estigmatizada junto à CNBB como um grupo reacionário (Gama, 2019, p. 9), pelas campanhas de vigilância e combate ostensivos contra o progressismo, a esquerda e o Comunismo que tinham lugar em Belo Horizonte e em outras cidades do Brasil (Catolicismo, 1968, p. 2).

Castro Mayer, Proença Sigaud e a TFP apoiaram o regime militar, apesar de criticarem o governo, devido ao aceite do projeto de reforma agrária proposto pelo deputado pedecista Aniz Brada (1908-1991). O aceite do projeto de lei foi chamado pelo grupo como “janguismo sem Jango.”:

E, supremo paradoxo, é para pôr nas mãos do Chefe de Estado tal soma de poderes, que, aprovando tal projeto, confluíram os partidos políticos que acabam de derrubar o Sr. João Goulart. Eles criaram uma ditadura econômico-social de sentido totalitário e janguista. Jango teria caído, e o janguismo teria triunfado. Como é curiosa a política brasileira (IPCO, 2015, p. 469).

Todavia, a despeito das críticas contidas nas páginas de *Catolicismo*, o grupo denunciava regularmente a parcela do clero brasileiro que se opunha ao regime militar e alinhava-se com a “Igreja Popular”. E quanto as críticas ao governo militar, elas nunca causaram problemas para o bispado de Campos, que endossava – por meio de sermões, matérias de jornais e programas de rádio - seu fechamento à renovação eclesiológica desde o término do concílio (Mérida; Silva, 2021, p. 684).

No período de recepção conciliar, Castro Mayer tinha preocupações com as questões políticas. No entanto, priorizava a dimensão religiosa, pelo temor de que a Igreja sucumbisse às “infiltrações modernistas”, que entrariam na Igreja por meio da doutrina comunista, do discurso democrático e pela abertura ecumênica, que conjugados representariam a Revolução na Igreja (MemoPlinioCVII 05/11/1999, p. 21)³⁶¹.

Enquanto a Igreja no Brasil se abria às reformas, a preocupação do bispado de Campos era conservar o modelo de Igreja tradicional:

Evidentemente, não é a mesma a responsabilidade pessoal que há nessas várias maneiras de contestar a Tradição. Nas circunstâncias atuais, no entanto, todas elas oferecem perigo à fé, e talvez mais aquelas que menos aparecem como opostas à Igreja

³⁶⁰ Carta da Madre Maria Leticia a Dom Lefebvre, Écône, 04/08/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁶¹ Memórias transcritas de Plínio Correa de Oliveira sobre a participação da TFP na 1ª sessão do concílio. São Paulo, 05/11/1999.

tradicional. Segue-se que de nós se pede cuidadosa vigilância, não venhamos a assimilar o veneno meio inconscientemente. Se há gente de boa-fé que, por ignorância ou ingenuidade, nas novidades que vai aceitando, tenciona apenas obter uma nova expressão da verdadeira Igreja: há também e sobretudo a astúcia do demônio que se serve dessas mesmas intenções para desgarrar os fiéis da ortodoxia católica (Mayer, 1971, p. 268).

Entre as circunstâncias que ofereciam “perigo à fé”, Castro Mayer temia que as organizações de trabalhadores católicas fossem influenciadas pelo comunismo, como a Juventude Operária Católica, JUC, que promovia vários movimentos sociais pelos direitos dos trabalhadores no Brasil. Diante da mobilização operária com a participação da juventude católica, em 1966, o episcopado do nordeste manifestou seu apoio aos movimentos operários católicos como forma de oposição ao regime militar, que gerou problemas entre alguns bispos da Igreja e o Estado brasileiro, que até torturou alguns sacerdotes e leigos católicos (Azzi, 2008, p. 141).

De fato, havia razões para os setores antissocialistas católicos preocuparem-se com os movimentos que surgiam na Igreja na década de 1960, porque grande parte do clero católico criticava abertamente o capitalismo e as estruturas econômicas que agravavam as desigualdades sociais (Morais, 1982, p. 71). Essa crítica ao regime capitalista na década de 1960 era facilmente entendida como discurso simpático ao socialismo.

Castro Mayer, por sua vez, era um crítico da miséria social e da pobreza que compromete a dignidade humana, defensor de que o “regime capitalista em si mesmo, isto é, enquanto sistema baseado na propriedade privada e na livre iniciativa, e comportando lucros na medida em que os permita a moral, é legítimo” (Mayer, 1971, p. 71) e das desigualdades sociais harmônicas, enquanto projeto divino para a humanidade (Mayer, 1971, p. 122).

As descrições acima evidenciam uma mentalidade conservadora, que trabalhou para evitar a disseminação de ideias reformistas em Campos e controlar o modo de recepção conciliar na diocese não aderissem à Teologia da Libertação que ganhava espaço na América Latina (Schall, 2020, p. 393). Em vista do conservadorismo, o bispo de Campos foi contundente sobre o modo de interpretação conciliar:

É preciso que a doutrina da fé, certa e imutável, declarada ou defendida pelo supremo Magistério da Igreja e pelos Concílios anteriores, sobretudo pelo de Trento e pelo Vaticano I, à qual se deve obediência obsequiosa, seja exposta de maneira adaptada aos nossos tempos, para que assim se torne mais fácil aos homens de nossa época o acesso às verdades reveladas e à salvação realizada por Jesus Cristo (Mayer, 1971, p. 275).

O trecho acima foi extraído da carta *Considerações a propósito da aplicação dos Documentos promulgados pelo concílio Ecumênico Vaticano II*, de 1966. O texto demonstra a indisposição do bispo de implementar as reformas conciliares em Campos, à luz do *aggiornamento* proposto por João XXIII. Nesse aspecto, é importante destacar que o bispo de Campos não negou a doutrina do Concílio Vaticano II imediatamente, o que houve foi um processo longo que foi deteriorando gradualmente as relações entre Campos e a Igreja Universal, cujo razão está atrelada à interpretação conciliar praticada por Castro Mayer, que preconizava o Magistério do Concílio de Trento e do Concílio Vaticano I como depósito da fé cristã norteador da sociedade (Soares, 2010, p. 79). Dessa forma, o bispado de Campos via que o processo de abertura da Igreja ao mundo contemporâneo representaria autodemolição (Mayer, 1971, p. 370). Por isso, houve em Campos, uma atmosfera hostil ao Vaticano II que foi preparada ao longo dos anos seguintes ao concílio.

Assim, verifica-se a coerência nas crenças de Castro Mayer em relação à defesa do modelo de sociedade essencialmente católica, na qual deveria haver a supremacia do catolicismo romano como instituição divinamente hierarquizada, que não pode ser vista como uma instituição democrática regida pelo sufrágio universal (Mayer, 1971, p. 340).

Na primeira carta pastoral escrita após o Vaticano II, em 1966, Castro Mayer demonstra que conservará a postura antiecumênica praticada durante o concílio:

O que vimos expondo permite-nos indicar as características da verdadeira Igreja. Ela é Una, Santa, Católica, Apostólica e Romana [...]. Assim como fora da Arca de Noé ninguém pode fugir do dilúvio; assim, fora da Igreja, ninguém encontra a Salvação [...]. Qualquer Igreja que se apresente sem uma dessas notas características, podeis, amados filhos, rejeitá-la porque não é a Igreja de Cristo (Mayer, 1971, p. 232).

Os textos escritos pelo bispo de Campos são claros e demonstram seu caráter intransigente, porque o prelado cria e transmitia que, segundo os preceitos divinos, “todo cristão tem a obrigação de ingressar na Igreja Católica Romana, instituída por Jesus Cristo como único meio de salvação para todos os homens” (Mayer, 1971, p. 296).

Essa postura inviabilizava qualquer aproximação com outras religiões e preconizava o antiecumenismo praticado na Igreja de Campos, afinal, na direção oposta ao concílio, o bispo continuou ensinando que o verdadeiro ecumenismo se daria quando os cristãos separados aceitassem a fé católica, do contrário, qualquer diálogo com eles significava uma ilusão (Mayer, 1971, p. 297).

E essa doutrina era imutável, tal e qual a Igreja também o era: “ela cresce, mas, não muda” (ARQTRAD, 18/07/1976)³⁶². De acordo com o bispo de Campos: “A Igreja, de fato, é um organismo vivo, cuja alma é o Espírito Santo. Ela cresce como todo organismo vivo. Mas, não muda” (Mayer, 1971 p. 278).

Qual *aggiornamento* se poderia esperar de um prelado que cria e transmitia que a Igreja não muda? Segundo o pensamento de Castro Mayer, a Igreja é como um ser animado, que cresce e enriquece com os anos, mas a sua essência é a mesma porque conserva a mesma natureza. Assim, a doutrina e os preceitos confiados por Cristo à Igreja compõem a Tradição da Igreja, sendo inconciliável com a doutrina Moderna (Mayer, 1971, p. 278). “São os santos que reformam o mundo.”, afirmava Castro Mayer (Mayer, 1971, p. 279). Por isso, a Igreja deveria repelir os teólogos reformistas, cujo desejo seria adaptar a Igreja ao “espírito do século” (Mayer, 1971, p. 279). Assim, a secularização seria combatida pela Tradição da Igreja, que é imutável.

Segundo Castro Mayer,

A adaptação aos nossos tempos indica certamente uma novidade na maneira de agir da Igreja, um crescimento do Corpo Místico de Cristo; não, porém, uma renúncia ao passado, ou uma mudança radical. A Igreja, de fato, é um organismo vivo, cuja alma é o Espírito Santo. Ela cresce como todo organismo vivo. Mas não muda. É como o ser animado, que se enriquece com os anos porque sua natureza se desdobra em novas manifestações de vida, conservando, porém, sempre a mesma natureza, a mesma essência (Mayer, 1971, p. 277).

Castro Mayer escreveu que o relativismo do mundo contemporâneo teria por objetivo destruir os dogmas, as leis e as tradições católicas, e que a filosofia moderna trabalha para destruir a Igreja atacando três elementos fundamentais: a fé, os preceitos e os costumes. Por isso, a reforma desses três elementos consistiria em aderir à destruição da Igreja (Mayer, 1971, p. 281).

Também se referia ao demônio como “príncipe desse mundo” que se opunha ao Reino de Jesus Cristo, revelado por sua Igreja, a qual se referia pelo termo Igreja militante em oposição ao termo Igreja peregrina proposto pelo concílio (Lumen Gentium, 2001, p. 112). Para tal, recomenda a oração escrita por Leão XIII³⁶³, pedindo a proteção do arcanjo São Miguel no final das missas (Mayer, 1971, p. 276).

³⁶² Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima. Áudio extraído do sermão de Castro Mayer*. São Fidélis, 18/07/1976.

³⁶³ São Miguel Arcanjo, defendei-nos no combate, sede nosso refúgio contra as maldades e ciladas do demônio. Ordene-lhe Deus, instantemente o pedimos, e vós príncipe da milícia celeste, pelo Divino Poder, precipitai ao inferno a satanás e a todos os espíritos malignos, que andam pelo mundo para perder as almas. Amém.

Se a carta pastoral de 1966 demonstrou que Castro Mayer entendia que o Vaticano II deveria ser explanado à luz dos concílios de Trento e Vaticano I, a carta pastoral *Sobre a preservação da fé e dos bons costumes*, de 1967, seguiu a mesma linha: evidencia uma interpretação que destaca o espírito combativo antirrevolucionário contido nas mensagens marianas de Fátima, 1917; evoca timidamente alguma citação do Vaticano II; destaca as Encíclicas *Pascendi Dominici Gregis* (1907), de Pio X contra o Modernismo e *Humani Generis* (1950), de Pio XII, contra o neomodernismo, e em momento algum, há indícios de abertura ao processo de recepção conciliar:

Os desvios da moral-nova já fazem parte de um dessoramento do Evangelho que a Igreja sempre nos ensinou. No entanto, a desarticulação da doutrina católica que notamos em mestres, que se arvoram em renovadores do Cristianismo na Igreja, é mais profunda. Diríamos que um senso de erro e pecado invadiu a sociedade e infeccionou também os meios católicos. Como, quer o relaxamento moral, a que acima aludimos, quer os erros de doutrina, espalham-se rapidamente, pelo mundo inteiro, graças à facilidade das comunicações modernas, julgamos de Nosso dever alertar-vos, caríssimos filhos, não venha a criar-se no vosso espírito uma mentalidade cristã falsa, contrária ao Evangelho de Jesus Cristo (Mayer, 1971, p. 315).

Enquanto Castro Mayer era pessimista em relação ao mundo moderno, Igreja pretendia caminhar pela via da renovação pastoral e do otimismo:

Superando as previsões mais otimistas, o Plano de Emergência tornou-se, efetivamente, uma bandeira e um roteiro de renovação paroquial. Em grande número de dioceses deu início às mais variadas experiências de renovação paroquial e empreendeu uma séria renovação do ministério sacerdotal. No aspecto educacional e sócio-econômico, a par de atividades e realizações, logrou principalmente uma reflexão mais profunda sobre a presença da Igreja nestes diversos campos, possibilitando, agora, uma ação de maior envergadura (CNBB, 1965, p. 33).

Diferentemente do discurso proferido por João XXIII na abertura do concílio, Castro Mayer revelava-se pessimista e austeridade: “a natureza decaída exige penitência” (Mayer, 1971, p. 311). Todo esse caráter de renovação preconizado pela CNBB foi visto pelo bispado de Campos como um ponto subjetivo, que poderia dar abertura às ideias modernistas condenadas por Pio X, pois, diferentemente do que ocorreu no Concílio de Trento, o Vaticano II não teve uma Congregação específica para o processo de recepção (Beozzo, 2015, p. 803).

Então, para resolver a questão da subjetividade sobre os documentos conciliares, o bispo de Campos desejou organizar um documento que desse diretrizes claras e objetivas sobre o processo de recepção, explicando ao arcebispo Lefebvre que era necessário agir assim, porque a cúpula da Igreja estaria “no caminho heretizante” (ARQÉcône, 21/05/1968)³⁶⁴.

³⁶⁴ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 21/05/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

Diante do cenário de incertezas e transformações que caracterizaram a realidade da Igreja na década de 1960, a solução encontrada por Castro Mayer foi organizar em Campos e tentar influenciar a Igreja Universal de que o caminho correto para o processo de recepção do Vaticano II seria a mesma hermenêutica dos concílios de Trento e Vaticano I (Mayer, 1971, p. 275). Na prática, a ideia de Castro Mayer inseriu a diocese de Campos num processo de isolamento da Igreja e das demais dioceses, porque os caminhos eram distintos.

Para executar esse projeto anticonciliar, Castro Mayer apresentou, em suas cartas pastorais, o discurso da longa Tradição da Igreja que compunha um só Magistério coerente e convergente numa só doutrina que durava 20 séculos. E foi pautado nesse discurso, que alinhavava a história da Igreja, codificado numa perspectiva antimoderna, que Castro Mayer interpretou e recepcionou o Concílio Vaticano II em Campos (Mayer, 1971, p. 273).

A pesquisa das fontes históricas reunidas para a realização deste trabalho demonstra o desejo de conservação do Igreja pré-Vaticano II pelo bispado de Campos. Castro Mayer defendia o passado como referência para seu modelo de restauração. Por isso, o futuro só seria glorioso se caminhasse para a restauração da sociedade cristã contrarrevolucionária, eclipsada pelas revoluções modernas (Mayer, 1971, p. 174). Como o passado antimoderno não era o referencial a ser seguido pelo projeto conciliar, a partir do final da década de 1960, o bispado de Campos dos Goytacazes e a diocese começaram a entrar num longo processo de ostracismo, cuja culminância foi a crise diocesana acontecida durante a década de 1980.

3.2 As angústias de Castro Mayer e suas medidas anticonciliares: 1968-1974

O período seguinte ao término do concílio foi muito doloroso para Castro Mayer, que se revelou um “pai angustiado” para com seus fiéis diocesanos (Mayer, 1971, p. 382). Ele tomou as medidas que pôde para conservar o modelo de Igreja pré-conciliar em Campos e influenciar a Igreja do Brasil, como o alargamento da militância conjunta com a TFP, a publicação de cartas pastorais, documentos circulares na diocese e matérias no *Catolicismo* que denunciavam situações relacionadas ao concílio:

Revolução na Igreja: A atuação de uma minoria de eclesiásticos e leigos, que se proclamam católicos, parecia arrastar a Igreja, inadvertida e passivamente, para uma posição diametralmente contrária à que Ela constantemente adotou nos vinte séculos de sua História. “Não entendo mais nada”, “acabo ficando louco”, eram expressões que em cada canto se ouviam, ora diante de inovações doutrinárias que se apresentavam sob a capa do Concílio Vaticano II (Catolicismo, 1968, p. 6).

O período de recepção conciliar foi visto em Campos como um período de subversão da ordem político-social e uma Revolução na Igreja (*Catolicismo*, 1968, p. 6). Por conta das diferentes interpretações em relação ao concílio, começou então o processo de distanciamento entre a diocese de Campos e a Igreja, representada pela CNBB, pela nunciatura apostólica e em última instância pelo Papa.

Castro Mayer era contundente sobre as suas discordâncias em relação ao Vaticano II. Todavia, tinha a preocupação em não escandalizar os seus fiéis. Mas, as críticas públicas aos movimentos progressistas da Igreja eram recorrentes, haja vista a Conferência de Medellín ocorrida em 1968. Castro Mayer poupou o Papa e direcionou suas reprovações ao progressismo que estava se infiltrando na Igreja por meio de teólogos que “ensinavam conceitos totalmente diversos dos que constam da Teologia tradicional” (Mayer, 1971, p. 368).

A linha antimoderna na Igreja do Brasil fez seus movimentos, haja vista a publicação de *Catolicismo* que criticava abertamente os setores mais progressistas que apoiavam a conferência episcopal de Medellín em 1968³⁶⁵.

Segundo o arcebispo Sigaud,

Não faltam no Brasil — escreve D. Sigaud eclesiásticos que "defendem uma reforma verdadeiramente socialista e marxista, e exigem uma mudança de todas as estruturas sociais e econômicas. Outros falam de reforma das estruturas, repetindo as palavras de ordem comunistas, como se todas as estruturas de nossa sociedade deversem ser modificadas. Não, senhores! Há estruturas intocáveis! Há estruturas que nascem do próprio direito natural! Nem os particulares nem, o Estado pode modificá-las"[...] "El Tiempo" (Bogotá) acaba de publicar uma entrevista desse Bispo, na qual ele toma posição contra o documento preparatório da Assembléia. Acusa em particular Monsenhor Helder Câmara de querer mudar as estruturas sem precisar de quais estruturas se trata. (Machado, 1968, p. 2).

A Conferência de Medellín marcou o padrão eclesiológico pela “opção preferencial pelos pobres” na Igreja da América Latina (Kasper, 2012, p. 43), que preocupava o governo militar, devido ao contexto de Guerra Fria (ARQSN, 1974)³⁶⁶. Alguns países do continente enfrentavam golpes militares, turbulências políticas e o radicalismo estudantil. Esse período foi tão impactante para o Ocidente, que milhões de pessoas que sentiam que a Idade Média acabou nessa década de 1960 (Hobsbawm, 1995, p. 283). Na contramão da “opção preferencial pelos

³⁶⁵ A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano foi realizada na cidade de Medellín, na Colômbia, de 24 de agosto a 06 de setembro de 1968 e buscou realizar o processo de recepção conciliar adaptado às necessidades eclesiais da América Latina que passava por um intenso processo de transformação política, cultural, social e econômica, além de enfrentar grandes desafios sociais como a pobreza intensa de milhões de pessoas (Godoy, 2015).

³⁶⁶ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Relatório do clero brasileiro*, Rio de Janeiro, 1974.

pobres”, Corção (2020, p. 65), amigo de Castro Mayer, dizia que “o Comunismo é o ópio do clero”.

Alguns eventos podem ser citados para caracterizar o contexto histórico e cultural revolucionário que marcou a década de 1960: a Guerra Fria, a Revolução Cubana (1959), onda de movimentos libertários de cunho socialista na América Latina, repressão destes movimentos com a instauração de ditaduras militares, o Concílio Vaticano II (1962-1965), a crise dos mísseis em Cuba (1962), a revolução sexual, o consumo de drogas, as manifestações feministas, a crise na família, as rebeliões sociais em vários países etc. (Hobsbawm, 1995). Esses fatos, e outros que não foram citados, influenciaram diretamente os assuntos discutidos em Medellín, que contou com a presença de Paulo VI, visto pelo governo militar brasileiro como um papa progressista. Por isso, o episcopado brasileiro era monitorado constantemente, pelo SNI, sob a suspeita de influências comunistas (ARQSNI, 1974)³⁶⁷.

Nesse turbulento contexto histórico, o Terceiro Mundo buscava voz no cenário global e a América Latina vivia o enorme e crescente peso demográfico, que tinham impacto social e político (Hobsbawm, 1995, p. 337). Grande parcela do clero latino se viu na obrigação de dar uma resposta aos povos que careciam de questões materiais básicas e passavam por privações dos direitos políticos em seus próprios países. Assim, então, o clero latino-americano, reunido em Medellín, interpretou os documentos conciliares à luz da realidade social do continente, de maneira destacada as Encíclicas *Mater et Magistra*³⁶⁸ (1961) e *Pacem in Terris*³⁶⁹ (1963) de João XXIII, a *Populorum Progressio*³⁷⁰ de Paulo VI e dois documentos conciliares: *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes* (Godoy, 2015, p. 211).

Estes documentos procuravam dialogar com as demandas do mundo contemporâneo em franco processo de transformação. Através da *Gaudium et Spes* o concílio reformulou profundamente as relações da Igreja com o mundo, buscando uma conciliação. Este movimento iniciado por João XXIII foi traduzido no título do livro do, então membro do Comitê Central

³⁶⁷ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Relatório do clero brasileiro*, Rio de Janeiro, 1974.

³⁶⁸ *Mater et Magistra* é uma carta encíclica do Papa João XXIII. Esse documento tratou “sobre a recente evolução da Questão Social à luz da Doutrina Cristã”, sendo publicada em 15 de maio de 1961, no septuagésimo aniversário da encíclica *Rerum Novarum* e no terceiro ano do pontificado de João XXIII (Denzinger, 2005).

³⁶⁹ *Pacem in Terris* é uma Carta-Encíclica do Papa João XXIII sobre “a Paz de todos os povos na base da Verdade, Justiça, Caridade e Liberdade” (Denzinger, 2005).

³⁷⁰ *Populorum progressio* é uma famosa encíclica escrita pelo Papa Paulo VI e publicada em 26 de março de 1967. A encíclica é dedicada à cooperação entre os povos e ao problema dos países em desenvolvimento (Denzinger, 2005).

do Partido Comunista Francês, Roger Garaudy (1913-2012)³⁷¹: *De l'anathème au dialogue* (Beozzo, 2001, p. 34).

A *Lumen Gentium*, por sua vez, pretendeu uma Igreja mais democrática ao colocar em andamento um complexo movimento de alteração dos padrões exclusivamente verticais de exercício da autoridade na Igreja, ao aprovar na *Lumen Gentium* o princípio da colegialidade episcopal e fomentar estruturas participativas e colegiadas, como as do próprio concílio e as dos Sínodos; órgãos de tomada de decisões coletivas nas conferências dos bispos, nacionais, regionais ou continentais (Beozzo, 2001, p. 37).

Estimulou o mesmo tipo de movimento, ao prescrever que os bispos se rodeassem, em cada diocese, de um corpo de presbíteros eleitos por seus pares, no Conselho Presbiteral e no Colégio de Consultores, e de um órgão pastoral com presença majoritária de leigos e leigas nos Conselhos Diocesanos de Pastoral (Beozzo, 2001, p. 37).

Castro Mayer praticava outro modelo de eclesial, porque era defensor de que a Igreja era uma monarquia absolutista, contrária aos princípios democráticos do mundo moderno. Por isso, repeliu os princípios norteadores da colegialidade e os conselhos compostos pelo laicato não foram implementados em Campos durante o episcopado por decisão do próprio Castro Mayer, que vi neste modelo de Igreja uma “influência Revolucionária” (ARQÉcône, 20/12/1968)³⁷².

Diante do complexo processo de recepção conciliar, a Igreja do Brasil engajou-se em movimentos sociais e políticos que foram vistos pelo bispado de Campos dos Goytacazes de forma reticente, devido à preocupação de “infiltração comunista em meios católicos” (Catolicismo, 1968, p. 3).

Essa interpretação comprometeu o processo de recepção na diocese em função das inseguranças que Castro Mayer tinha em relação às resoluções conciliares, “Não deixa de causar estranheza, caríssimos filhos, o modo como está esse texto do Concílio sendo aplicado em diversos lugares” (ARQTRAD 10/10/1981)³⁷³. De fato, a década de 1960 foi palco de diversas instabilidades que afligiram a Igreja (Moura, 1978, p. 193), e por isso, Castro Mayer temia que

³⁷¹ Filósofo francês, guerrilheiro da Resistência Francesa e escritor comunista. Converteu-se ao islã em 1982. Em 1998, foi condenado por negacionismo do Holocausto pela lei francesa por alegar que a morte de seis milhões de judeus era um "mito".

³⁷² *Carta dos padres missionários do Sagrado Coração de Jesus ao núncio apostólico*, Écône, 20/12/1987, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁷³ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

as ideologias e as convulsões sociais que transformaram o mundo na década de 1960 criasse um tipo de “nova Igreja: a religião do homem” (Mayer, 1971, p. 360).

O bispo diocesano manteve-se obediente e submisso ao Pontífice Romano, apesar de discordar do processo de reformas iniciado pelo concílio. Então, para conservar o modelo de Igreja pré-conciliar, Castro Mayer criou uma estrutura religiosa pela pretendeu frear as reformas conciliares em Campos. Para tal, atuou na formação de seus seminaristas, haja vista que durante a crise diocesana na década de 1980, 13 dos 14 padres formados no seminário diocesano seguiram o bispo tradicionalista.

As correspondências utilizadas neste trecho do capítulo três são datadas entre fevereiro de 1968 e setembro de 1974. Nelas estão expressas claramente as preocupações compartilhadas entre Castro Mayer, Lefebvre e a TFP, que cresciam a cada ano, devido ao fortalecimento das ideias e práticas reformistas ocorridas na Igreja. Esses personagens antimodernos empreenderam batalhas conservadoras contra a ala reformista da Igreja, porque criam que a Igreja estava sendo manobrada pelas ideias modernistas, que dominaram a Igreja por meio do concílio (ARQÉcône, 04/08/1968)³⁷⁴.

O reflexo desse choque ideológico que aconteceu na Igreja, teve seus capítulos na história campista, porque houve o setor do clero que reproduziu as crenças do bispo e houve os setores do clero que se mostraram insubordinados ao bispado, por divergências eclesiológicas, haja vista que os padres religiosos eram formados em outros seminários e a diocese de Campos primava por uma pastoral tradicionalista (ARQÉcône, 04/08/1968)³⁷⁵. Logo, as divergências se mostraram inevitáveis.

Assim sendo, o ano de 1968 trouxe as primeiras as indisposições pastorais, que começaram a ganhar a opinião pública, quando os padres holandeses da Congregação do Sagrado Coração de Jesus e da Congregação Redentorista começaram alguns movimentos pastorais mais progressistas, como a reforma litúrgica, maior participação do laicato, dispensa da batina e hábitos religiosos e discursos mais voltados para questões sociais (ARQÉcône, 04/08/1968)³⁷⁶. Essa celeuma tomou todo o ano de 1968 e teve reflexos no ano seguinte para a vida pastoral do bispado de Campos dos Goytacazes, como apontam os registros.

O uso da batina pelo clero era uma recomendação *sine qua non* na diocese: “nesse ponto, lembramos que não se pode admitir à celebração da Santa Missa a quem não se apresenta de batina. É uma determinação da Santa Sé que ainda não foi revogada” (ARQTRAD,

³⁷⁴ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 04/08/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁷⁵ *Ibid.*

³⁷⁶ *Ibid.*

19/06/1970)³⁷⁷. Além da obrigatoriedade do uso da batina, as mulheres eram proibidas de usarem calça comprida e os homens usarem bermudas. Todavia, os padres religiosos tinham outra formação e não cumpriam as determinações do bispado sobre moral e costumes: eles não usavam batinas e mulheres entravam nos templos usando calça comprida (ARQTRAD, 10/10/1981)³⁷⁸.

Na primeira carta que enviou a Lefebvre, em fevereiro de 1968, Castro Mayer pontuou elementos caros à causa antimoderna: o combate ao Comunismo que teria se infiltrado na Igreja do Brasil através do progressismo liderado pelo padre belga José Comblin; reprovação da ideia ecumênica de criação de uma comunidade cristã mundial *primus inter pares*; questionamentos sobre a firmeza ortodoxa do cardeal Ottaviani, apesar do Prefeito do Santo Ofício ter demonstrado, em consultas e cartas particulares, desacordo com a doutrina conciliar (Roy-Lysencourt, 2016, p. 335); articulação dos membros do *Coetus* contra o “novo cristianismo”, materializado na *Gaudium et Spes* e simpatia que alguns setores da Igreja nutriam pela ditadura de Fidel Castro em Cuba (ARQÉcône, 27/02/1968)³⁷⁹.

Ao término da carta, reclamou sobre a insurreição que havia em Campos por parte de alguns sacerdotes do clero religioso, como os missionários holandeses do Sagrado Coração de Jesus. Esse assunto tomaria muito espaço na agenda de Castro Mayer no ano de 1968. Assim, o bispo de Campos afirmou que o progressismo já estava presente na diocese, porque no clero religioso havia aqueles que prescindiram do uso da batina e do latim na liturgia.

Como havia padres que queriam praticar a sua própria forma de atualização da Igreja, e o bispado de Campos tinha restrições ao processo de recepção conciliar. Por isso, Castro Mayer escreveu para Roma e buscou orientação com o cardeal Benno Walter Gut (1897-1970)³⁸⁰, a fim de buscar fundamentos para a conservação do uso do latim na liturgia e do uso do hábito religioso, uma vez que, naquele momento, havia alguns padres que substituíram a batina pelo clergyman e por roupas civis, sem identificação eclesiástica. Todavia, o cardeal Gut foi evasivo e somente indicou que a liturgia diocesana era competência do bispo local. O desejo de Castro Mayer era limitar as reformas conciliares e para tal, pediu ajuda e orientação ao arcebispo

³⁷⁷ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes reunidos para esta pesquisa, “*circular sobre o óbolo de São Pedro e outros assuntos*”. Campos dos Goytacazes, 19/06/1980.

³⁷⁸ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

³⁷⁹ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 27/02/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁸⁰ Cardeal suíço que serviu como Prefeito da Congregação para o Culto Divino na Cúria Romana de 1969 até 1973.

Lefebvre sobre as mudanças que começavam ocorrer em Campos (ARQÉcône, 27/02/1968)³⁸¹. O arcebispo se mostrou solícito e as pesquisas demonstram que foi um personagem importante para a prática tradicionalista na diocese.

O contato de Castro Mayer com o cardeal Gut foi reflexo da situação que se verificou em Campos, o crescimento das tensões internas entre o bispo diocesano e os padres religiosos do Sagrado Coração de Jesus e Redentoristas, que eram abertos às reformas que aconteciam na Igreja no final da década de 1960. As divergências entre o bispado de Campos e estes religiosos causou problemas pois, estas duas congregações denunciaram o conservadorismo do bispo de Campos junto à nunciatura apostólica no Brasil (ARQÉcône, 04/08/1968)³⁸².

Em 21 de maio de 1968, Castro Mayer enviou outra correspondência para Lefebvre propondo a organização conjunta de um manifesto se tornasse uma *profissão de fé*, visto que os documentos do concílio não tinham orientação objetiva para o processo de recepção como teve o Concílio de Trento. Assim sendo, os dois bispos começaram a discorrer a respeito das incertezas sobre as resoluções conciliares que eram próprias da Igreja naquele momento (ARQÉcône, 21/05/1968)³⁸³.

Castro Mayer fez três observações a Lefebvre:

Nós podemos com a nossa atitude fazer o povo crer que podemos aceitar os documentos do concílio sem nenhuma reserva? A declaração sobre a liberdade religiosa não merece uma exegese que lhe dê um significado contrário do que está escrito nela? É necessário fazer uma ginástica para não contradizer o documento da liberdade religiosa e os ensinamentos de Pio XI e São Pio X. Ou nós fazemos uma declaração clara ou não fazemos nada e rezamos para que o bom Deus mantenha a fé do povo (ARQÉcône, 21/05/1968)³⁸⁴.

Os dois prelados pretenderam organizar uma declaração de fé que orientasse os católicos sobre a interpretação dos documentos conciliares, à luz de Trento e do Concílio Vaticano I, porque ambos entendiam que havia dúvidas sobre a forma de recepção e implementação dos documentos do Concílio Vaticano II, visto por eles como um concílio “ambíguo e neomodernista” (ARQÉcône, 21/05/1968)³⁸⁵.

Sobre as dúvidas que Castro Mayer tinha em relação ao Vaticano II, há um fato relevante: no documento circular *Preservar a Integridade da Fé*, de novembro de 1968, o bispo de Campos ignora o Concílio Vaticano II e evoca o Concílio Vaticano I para admoestar seus diocesanos:

³⁸¹ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 27/02/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁸² Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 04/08/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁸³ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 21/05/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁸⁴ Ibid.

³⁸⁵ Ibid.

À vista de um ressurgir do espírito modernista em muitos ambientes, é necessário insistir sobre o caráter específico da Fé, como se vê na definição que dela dá o Concílio Vaticano I: "A Fé, que é o início da salvação humana, a Igreja a define como uma virtude sobrenatural pela qual, inspirados e ajudados pela graça, cremos ser verdade o que Deus revelou, não devido à verdade intrínseca das coisas, conhecida pela luz natural da razão, mas em virtude da autoridade do próprio Deus, autor da revelação, que não pode enganar-Se nem enganar (Mayer, 1968, p. 1).

As críticas ao Modernismo tinham presença constante nas palavras do bispo de Campos, que entendia resistir às reformas conciliares era lícito, porque seria o equivalente a resistir às ideias reformistas que ganharam espaço na Igreja através dos teólogos progressistas que atuaram no concílio. Afinal, o bispo era reticente sobre ideias que pretenderiam reformar, sorrateiramente, a doutrina da Igreja. Seria, pela ótica de Castro Mayer, a abertura para o Modernismo condenado por Pio X em 1907 (ARQÉcône, 21/05/1968)³⁸⁶.

O termo “ginástica” usado por Castro Mayer elucida o dilema de consciência, porque entendia que haveria total impossibilidade de conciliar as orientações contemporâneas do Vaticano II ao Magistério antimoderno de Trento e Vaticano I, que eram destacadamente antiecumênicos, antidemocráticos e ultramontano (Felício, 2002, p. 375). Por isso, o bispo de Campos salientou que seria necessário haver destreza para conciliar diretrizes distintas.

Em 29 de junho de 1968, Castro Mayer escreveu uma nova correspondência para Lefebvre propondo reunir alguns antigos integrantes do *Coetus Internationalis Patrum*, em nome da luta pela preservação da fé, haja vista que o bispo entendia que a situação da Igreja no Brasil era “horrível”, diretamente influenciada por ideias progressistas (ARQÉcône, 29/06/1968)³⁸⁷.

O bispo de Campos destacou que o episcopado da Itália, da Espanha e dos Estados Unidos tiveram atenção especial para com ele, sendo assim, pediu a Lefebvre que escolhesse o lugar do encontro entre os bispos conservadores, para que se organizassem no processo de recepção conciliar. Entre os assuntos tratados com Lefebvre, Castro Mayer salientou: discutir a Encíclica *Populorum Progressio* (1967), a *Gaudium et Spes*, o esquema conciliar sobre a liberdade religiosa e o problema do Comunismo no mundo, que não fora mencionado nos documentos conciliares, o que, na concepção de Castro Mayer, era uma “omissão imperdoável” (ARQÉcône, 29/06/1968)³⁸⁸.

Em Campos, o bispo intensificava a formação do clero e o laicato contra a ideia de liberdade religiosa,

³⁸⁶ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 21/05/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁸⁷ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 29/06/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁸⁸ *Ibid.*

Essa doutrina é herética. O Vaticano II, declarando o direito natural do homem de seguir a religião ditada pela própria consciência, ou de não seguir nenhuma, proclama o direito ao erro. Ora, o erro não pode ser fundamento de nenhum direito. O erro é contrário à natureza humana, feita para a verdade. Como pode ele reivindicar para si pertencer a verdade. Como pode se admitir um direito contra essa vontade soberana? Pior ainda, como se pode dizer que este direito contra a vontade divina é um direito natural, quer dizer, fundado na natureza humana? É o que só pode afirmar admitindo-se que o homem está acima de Deus! Ora, isso é pior que heresia: é a mais aberrante apostasia! Por isso o Vaticano II proclamou uma heresia objetiva (ARQPeJPV, 1986)³⁸⁹.

Castro Mayer estava muito desapontado com a realidade católica no Brasil. Nas correspondências escritas para Lefebvre, Castro Mayer descrevia uma Igreja mais progressista, influenciada pela esquerda revolucionária, por meio dos padres reformistas, que pela ótica intransigente do bispo de Campos, promoveriam a subversão social e religiosa, a exemplo do padre belga José Comblin e de Dom Hélder Câmara. Castro Mayer lamentou e descreveu mudanças na mentalidade clerical e do laicato devido às influências “revolucionárias do Marxismo e do Modernismo” que teriam sido disseminadas nos seminários (ARQÉcône, 29/06/1968)³⁹⁰.

À medida que em que as dioceses faziam o processo de recepção conciliar, o desejo de Castro Mayer de organizar uma *Profissão de Fé*, cujo objetivo seria orientar toda a Igreja no que tangia o processo de recepção conciliar. Haja vista que em 4 de agosto de 1968, o bispo brasileiro escreveu outra correspondência para o arcebispo francês, na qual reafirmou o desejo de organizar a defensiva conservadora (ARQÉcône, 04/08/1968)³⁹¹.

Desta vez, Castro Mayer destacou três pontos: as freiras redentoristas em vida de clausura que viviam em Belo Horizonte; a pressão social das conferências episcopais para que os bispos aderissem às reformas conciliares; a eficiência da TFP contra o Comunismo que se infiltrava na Igreja (ARQÉcône, 04/08/1968)³⁹².

O primeiro assunto tratado nesta correspondência abordou a insatisfação das freiras do mosteiro redentorista do Imaculado Coração de Maria com as reformas ocorridas na arquidiocese de Belo Horizonte. As monjas redentoristas teriam procurado Lefebvre e Castro Mayer, através da superiora Madre Maria Letícia da Virgem Misericordiosa (1900-1974), e

³⁸⁹ Anotações e registros do arquivo particular do padre José Paulo Vieira. *Catequese Dom de Antônio de Castro Mayer na rádio continental em Campos dos Goytacazes, 24/05/1969*, publicada no mensário *Heri et Hodie* em outubro de 1984. *Memórias da convivência com Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 1981-1986.

³⁹⁰ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 29/06/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁹¹ *Carta da Madre Maria Letícia a Dom Lefebvre*, Écône, 04/08/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁹² *Carta da Madre Maria Letícia a Dom Lefebvre*, Écône, 04/08/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

pediram acolhimento e orientação, porque se sentiam perdidas após o encerramento do concílio (ARQÉcône, 04/08/1968)³⁹³.

A madre Maria Letícia era simpática à luta travada por Lefebvre e Castro Mayer contra a doutrina do Vaticano II, por isso pediu orientação aos dois bispos. Em 23 de julho de 1968, escreveu para o arcebispo francês pedindo que se tornasse o protetor do mosteiro redentorista, porque as religiosas discordavam do arcebispo de Belo Horizonte, visto por elas como um clérigo progressista que comprometeria a vida enclausurada do mosteiro. Entretanto, conforme as normas da Igreja, as freiras deviam obediência a Dom João Resende Costa (1910-2007)³⁹⁴, por estarem no território arquidiocesano belorizontino. Por causa da localização geográfica do mosteiro, Lefebvre e Castro Mayer não puderam atender aos pedidos da madre redentorista (ARQÉcône, 23/07/1968)³⁹⁵.

Então, Castro Mayer reuniu-se com as freiras e as aconselhou escrever uma carta para a superiora da ordem. Se não houvesse sucesso, orientou que fundassem uma nova congregação religiosa em outro lugar, para que conservassem o modo de vida de clausura, exatamente como antes do concílio. Novamente, Castro Mayer apontou discordâncias com o modelo de Igreja praticado na arquidiocese de Belo Horizonte devido ao progressismo que, segundo ele, era uma ameaça à ortodoxia católica (ARQÉcône, 23/07/1968)³⁹⁶.

O segundo assunto tratado na carta de agosto de 1968 era a pressão episcopal que feria os direitos individuais dos bispos. Castro Mayer queria reunir-se com Lefebvre e outros bispos integrantes do *Coetus* para que fosse elaborado um termo, pautado no Concílio Vaticano I (ses. IV, Cap. 3, DS 3061), concedendo maior autonomia episcopal diante das conferências episcopais no que tange o governo das dioceses. O objetivo era fortalecer a autoridade papal sobre o episcopado, contra a promoção da concepção de colegialidade, que ganhara espaço no Vaticano II (ARQÉcône, 04/08/1968)³⁹⁷.

A CNBB era alvo direto das críticas de Castro Mayer nas cartas enviadas ao arcebispo francês. O bispo brasileiro falava sobre as pressões sofria da conferência episcopal brasileira, a fim de que a diocese aderisse às reformas conciliares e à agenda do CELAM, formalizada na

³⁹³ *Carta da Madre Maria Letícia a Dom Lefebvre*, Écône, 04/08/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁹⁴ Religioso salesiano e bispo católico brasileiro. Foi o quinto bispo de Ilhéus e o segundo arcebispo de Belo Horizonte.

³⁹⁵ *Carta da Madre Maria Letícia a Dom Lefebvre*, Écône, 23/07/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁹⁶ *Carta da Madre Maria Letícia a Dom Lefebvre*, Écône, 23/07/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁹⁷ *Carta da Madre Maria Letícia a Dom Lefebvre*, Écône, 04/08/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, 1968. A ideia de participar do evento de Medellín era inadmissível para o bispo de Campos, que enxergava a conferência de 1968 como um evento da infiltração socialista, cuja influência, estaria a se dilatar na Igreja (ARQÉcône, 04/08/1968)³⁹⁸.

O terceiro ponto apresentado tem relação com a militância anticomunista empreendida pela TFP. Castro Mayer comunicou a Lefebvre que o clero da América Latina se tornara revolucionário e que não mais respeitava a ortodoxia e a hierarquia da Igreja, por causa das infiltrações modernistas. Sendo assim, a TFP estava mobilizada para atuar nos logradouros públicos das cidades latino-americanas, nas campanhas de caráter político, pela difusão do conservadorismo de direita contra o pensamento de esquerda, aderido por alguns setores mais progressistas da Igreja na América Latina (ARQÉcône, 04/08/1968)³⁹⁹. O *modus operandi* dos jovens tefepistas era a distribuição de *Catolicismo*, com uso de megafone nas praças e ruas, com o objetivo de difundir ideias e recolher assinaturas pelo Brasil que seriam destinadas aos bispos e ao Papa contra movimentos reformistas, que atuavam na Igreja (Zanotto, 2007, p. 141).

Sob a alegação de justiça social e a favor dos direitos humanos, houve setores da Igreja na América Latina que se alinharam com o pensamento político de esquerda (Mainwaring, 2004, p. 94). Tendo em vista que Castro Mayer e a TFP agiam numa perspectiva conservadora, em Campos e nas páginas do mensário *Catolicismo*, os movimentos que se alinhavam mais com a esquerda eram recorrentemente denunciados como comunistas, sem que houvesse qualquer distinção de diferentes correntes. A esquerda era tratada como um bloco único e homogêneo, como afirma em uma de suas páginas,

Por outro lado, uma minoria de eclesiásticos e leigos apontava a sua própria atuação esquerdizante como não sendo senão o atendimento do clamor de justiça que se estaria erguendo em todos os quadrantes do continente. Procuravam ainda os progressistas dar a entender que a própria Igreja estava engajada no processo de derrubada das estruturas atuais e na sua substituição por um regime profundamente igualitário. Não se mostravam eles como uma facção aninhada dentro da Igreja, mas pretendiam falar em nome dEla, como se a Esposa de Cristo fosse a vanguarda do movimento revolucionário (Catolicismo, 1968, p. 1).

Até aquele momento, agosto de 1968, a TFP havia conseguido mais de 700 mil assinaturas no Brasil e, devido ao sucesso da campanha brasileira, centenas de jovens tefepistas dirigiram-se para a Argentina e para o Chile para fazerem outro abaixo-assinado, a fim de denunciar a influência revolucionária comunista no catolicismo latino-americano. Ao término das campanhas tefepistas, todas as assinaturas foram remetidas para o Papa, a fim de que a

³⁹⁸ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 04/08/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

³⁹⁹ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 04/08/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

Santa Sé punisse os promotores da Conferência de Medellín. Todavia, as denúncias da TFP contra a esquerda católica não surtiram efeito no pontificado de Paulo VI (ARQÉcône, 04/08/1968)⁴⁰⁰, que era visto pelo governo do Brasil como um Papa progressista:

O Santo Padre abriu, por assim dizer, as portas da Igreja aos católicos progressistas. Por outro lado, ciente do manifesto trabalho que vem desenvolvendo, mundo afora, padres profundamente engajados nas hostes revolucionárias de esquerda - conforme vem denunciando cardeais, arcebispos, bispos e padres da Igreja tradicionalista - não se lhes opôs o necessário freio, e, ao contrário, por vezes, foi seu mais ferrenho defensor (ARQSNI, 01/07/1973)⁴⁰¹.

A despeito ou não da eficácia das denúncias tefepistas junto à Santa Sé, Castro Mayer expressava suas esperanças nesse apostolado laico e entendia que essa era uma boa maneira de se posicionar contra o evento ocorrido em Medellín, tornado público através do documento base do CELAM.

A publicação do documento base estimulou a mobilização reacionária de Castro Mayer e do grupo tefepista (ARQÉcône, 04/08/1968)⁴⁰². O descompasso entre o bispado de Campos, apoiado pela TFP, e o episcopado da América Latina estava cada vez mais agravado e Lefebvre tinha ciência desta situação que acontecia em Campos, uma vez que era informado sobre os principais acontecimentos do que acontecia na diocese, o que demonstra que houve um estreitamento de laços entre Campos e Écône, já que o arcebispo francês se firmara como um conselheiro do bispo de Campos.

O momento histórico vivido pela Igreja do Brasil e da América Latina, em geral, era de transformação, e o concílio foi um fator determinante para o processo de transição vivido pelo catolicismo no continente latino-americano, que buscava novas práticas nas experiências pastorais e teológicas, haja vista o plano eclesiológico, que preconizava as comunidades eclesiais de base como uma das propostas fundamentais no Plano Pastoral de Conjunto da CNBB. Essa visão eclesiológica foi importante para o desenvolvimento da Teologia da Libertação (Beozzo, 2001, p. 391).

Os adeptos da Teologia da Libertação eram vistos pelo regime militar como um mecanismo de subversão do clero e da sociedade, em função da capacidade da mobilização social, na defesa das ideias de esquerda. Por isso, eles foram vistos como perigosos (ARQSNI,

⁴⁰⁰ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 04/08/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).*

⁴⁰¹ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil, *Atividade dos grupos religiosos*, Rio de Janeiro, 01/07/1973.

⁴⁰² *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 04/08/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).*

27/10/1983)⁴⁰³. Não houve comunidades eclesiais de base na diocese de Campos dos Goytacazes, porque Castro Mayer repelia esse movimento eclesial, sob a alegação de ser a um movimento subversivo. Segundo o bispo de Campos,

Nisso está, propriamente, a ideia subversiva das comunidades eclesiais de base que as igrejas protestantes carregam consigo. Nisso está, portanto, a razão mais profunda, porque nós devemos reprová-las. Pela qual já Paulo VI fez sanções a elas e João Paulo II também. Porque a Igreja não é feita pelo povo, no seguinte sentido: o povo se reúne e forma uma associação que se chama Igreja. Não é assim. Como se faz uma corporação musical, como se faz uma imersão literária etc. A Igreja vem de cima para baixo. A Igreja é formada por Deus Nosso Senhor Jesus Cristo. E, é ele que faz a Igreja, não somos nós que fazemos a Igreja. Como que temos uma mostra simples? É Muito fácil. Os senhores tomam o último versículo do evangelho de São Mateus: “Ide, pois, e ensinai a todas as nações batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-as a observar tudo o que vos prescrevi. Quem crer e for batizado será salvo, quem não crer será condenado”. Em última análise, constitui a Igreja quem segue os apóstolos. Quem crer aqui, não é apenas crer e depois ir para casa. Mas, testifica com adesão. E, portanto, juntar-se e aglomerar-se em torno do apóstolo. Que dizer, a Igreja fundada por Jesus Cristo através de seus enviados que são os apóstolos. E a Igreja não é formada, de maneira que pretender uma comunidade eclesial de base é uma ideia revolucionária. É uma ideia mais democrática do que satânica. O que o demônio quis foi isso, ele quis substituir a Deus. Como ele disse aos nossos primeiros pais: “sereis como os deuses, sem ter superior, nós mesmos decidindo o que é o bem e o mal”. A Igreja não é assim. A Igreja é essa aceitação, essa docilidade a Nosso Senhor e a todos os que a constituem, através de seus enviados, através de seus apóstolos. Nisso está todo veneno das comunidades eclesiais de base, sua proximidade com os protestantes. Porque essa gente não tolera que sejam inteiramente dirigidos por outros. Eles querem também eles se dirigirem. Portanto, caminham para o igualitarismo, como pretendem os protestantes. As comunidades eclesiais de bases querem também isso. Daí, uma coisa que elas propunham muito, e a Igreja aceita. Mas, é precisamos nós tomarmos cuidado com a importância do leigo na Igreja. Depois do Concílio Vaticano II, exalta-se muito a importância do leigo na Igreja. Mais da leiga do que do leigo. Nós temos na CNBB, as superiores são leigas. Essa maneira de entender a importância do leigo na Igreja é uma ideia falsa, porque caminha para a heresia. Porque tende acabar com a distinção entre a classe dirigente e a classe dirigida. Pois, a Igreja é uma sociedade desigual, hierárquica, que distinguimos duas classes: uma que dirige, santifica e ensina. Outra que é dirigida, santificada e ensinada. Há hierarquia: o clero e o laicato. E, as comunidades eclesiais de base se vão abertamente orientando nesse sentido. Certamente, vão infiltrando na Igreja uma mentalidade que apaga essa distinção. E, muitos organismos eclesiásticos vão dando essa importância aos leigos (ARQTRAD, 10/10/1981)⁴⁰⁴.

O contexto político e social vivido pelo catolicismo na América Latina trouxe uma leitura evangélica que promoveu profundas mudanças eclesiológicas aderidas por grande parte do clero no pós-Vaticano II. A nova linha teológica que surgia preconizava o discurso profético que patrocinava a ruptura com as estruturas de desigualdade (Moraes, 1982, p. 47). Essa realidade desenhava uma situação contrária ao pensamento conservador de Castro Mayer, que

⁴⁰³ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Atividade dos grupos religiosos*, Rio de Janeiro, 21/09/1983.

⁴⁰⁴ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

entendia que a mobilização clerical pelas causas sociais era reflexo da infiltração marxista e modernista na Igreja (Mayer, 1971, p. 370).

Preocupado com os rumos da Igreja no Brasil que poderiam descaracterizar a finalidade do sacerdócio católico, em 1 de outubro de 1968, Castro Mayer escreveu para Lefebvre discorrendo sobre alguns problemas que acontecia em Campos, como as divergências pastorais cada vez mais crescentes entre o bispado e os padres redentoristas, que faziam trabalho missionário na diocese (ARQÉcône, 01/10/1968)⁴⁰⁵.

A tensão entre o bispo e alguns padres religiosos tinha um caráter eclesiológico porque os padres redentoristas e do Sagrado Coração desejavam inserir o laicato nas celebrações litúrgicas e propunham ao laicato discussões relacionadas aos problemas sociais. Esses elementos foram fundamentais para a reprovação pastoral feita pelo bispado de Campos, que via esses padres como progressistas e revolucionários (ARQÉcône, 01/10/1968)⁴⁰⁶. O aumento das divergências ocorridas em Campos entre os padres religiosos e o bispado de Campos chegaram ao núncio apostólico Dom Sebastiano Baggio por meio de denúncias, que descreviam Castro Mayer como um “bispo intransigente e conservador” (ARQÉcône, 01/10/1968)⁴⁰⁷.

O núncio era desafeto de Castro Mayer que o via como o representante diplomático da Santa Sé como um “padre progressista” (ARQÉcône, 01/10/1968)⁴⁰⁸. De fato, Baggio era visto como *persona non grata* pelo governo brasileiro, porque, segundo o SNI, ele teria tido atitudes de um clérigo comunista e progressista durante o golpe de 1964. Por isso, a sua saída do país chegou a ser negociada entre o governo federal e a Santa Sé (ARQSNI, 24/05/1977)⁴⁰⁹.

A impressão negativa nutrida pelo bispo de Campos em relação ao núncio apostólico era fundamentada na nomeação de Dom João Resende da Costa, arcebispo de Belo Horizonte, como delegado brasileiro na Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín. Castro Mayer viu nesta nomeação uma aliança progressista entre dois prelados influenciados pelas ideias revolucionárias que comprometiam a ortodoxia da fé católica e promoviam a “revolução social” (ARQÉcône, 01/10/1968)⁴¹⁰.

Diante da necessidade de nomeação de um representante brasileiro, o bispo de Campos desejou a indicação de um nome mais conservador, para evitar as influências progressistas,

⁴⁰⁵ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 01/10/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁰⁶ *Ibid.*

⁴⁰⁷ *Ibid.*

⁴⁰⁸ *Ibid.*

⁴⁰⁹ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Atividades da esquerda clerical*, Rio de Janeiro, 21/09/1983.

⁴¹⁰ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 01/10/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

reformistas e comunistas que rondavam a Igreja na América Latina, de acordo com Castro Mayer (ARQÉcône, 01/10/1968)⁴¹¹.

O bispado de Campos percebia o evento de Medellín como um golpe revolucionário socialista interno na Igreja, aplicado pelo próprio clero, num momento em que havia a ameaça do golpe socialista, a exemplo do que ocorreu em Cuba por Fidel Castro. Além disso, Castro Mayer via a proposta do CELAM como um discurso agradável às ideias socialistas, que eram vistas como distorção da doutrina social da Igreja exposta na Encíclica *Rerum Novarum*⁴¹² (ARQÉcône, 01/10/1968)⁴¹³.

Grande foi o desalento do bispo ao constatar que a Santa Sé apoiava o documento base de Medellín. Por isso, o prelado despertou para o sentimento de um crescente isolamento do seu ministério episcopal em relação aos demais bispos fluminenses e da CNBB (Ribeiro; Paz, 2022, p. 82). Castro Mayer se sentia angustiado, porque, na viragem das décadas de 1960 para 1970, tinha cada vez menos pares no episcopado que coadunassem com suas ideias. Uma vez que a Igreja, naquele momento, tendia a um processo de reformas, que estava em franco andamento. Tratava-se de uma situação difícil, porque onde João XXIII viu a “primavera da Igreja”, Castro Mayer viu um processo de autodemolição orquestrado pela infiltração modernista (ARQÉcône, 01/10/1968)⁴¹⁴.

No episcopado brasileiro, havia bispos que promoviam um debate eclesiológico sobre a realidade socioeconômica da América Latina, a exemplo de Dom Hélder Câmara, que foi um dos promotores de uma nova pastoral, que preconizava uma Teologia própria da continente latino (Beozzo, 2001, p. 393).

Todavia, a ideia da elaboração de uma Teologia voltada para problemáticas sociais, no contexto da Guerra Fria, visando fortalecer a ideia de colegialidade em detrimento do poder centralizado de Roma, contrariava Castro Mayer. Tendo em vista a realidade eclesiológica que o cercava, o bispado de Campos conservou a relação com parte do episcopado brasileiro, entretanto, ele se via mais ligado ao seu clero diocesano, ao leigo Plínio de Oliveira, ao arcebispo Proença Sigaud – até 1969 - e ao arcebispo Marcel Lefebvre (ARQRuptura, 17/08/1982)⁴¹⁵.

⁴¹¹ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 01/10/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴¹² Documento que trata a condição dos operários durante a II fase da Revolução Industrial, é uma encíclica escrita pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891 que discute questões sociais e faz uma crítica ao discurso marxista do século XIX.

⁴¹³ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 01/10/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴¹⁴ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 01/10/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴¹⁵ Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP, Campos dos Goytacazes, 17/08/1982.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a TFP fora um braço importante do episcopado de Castro Mayer e para tanto, fizeram militância conjunta que se fortaleceu ao longo dos anos, haja vista que em 23 de setembro de 1968, as TFP's brasileira, chilena, argentina e uruguaia, na pessoa de seus presidentes Plínio Correa de Oliveira, Patricio Larraín Bustamante, Cosme Beccar Varela e Aquilino José Ferraro, respectivamente, escreveram um documento conjunto ao Secretário de Estado do Vaticano Amleto Giovanni Cicognani (1883-1973), pela qual pontuaram algumas discordâncias em relação à Conferência de Medellín, exatamente na mesma linha que Castro Mayer elucidou para Lefebvre: “um movimento subversivo” (ARQÊcône, 23/09/1968)⁴¹⁶.

Na carta, os membros tefepistas reclamaram que o CELAM dramatizou a situação social da América Latina, ocultando o progresso econômico e social dos países do continente: “A mensagem de maneira nenhuma dá realce aos grandes progressos que vão se registrando em quase todos os campos do continente latino-americano” (ARQÊcône, 23/09/1968)⁴¹⁷

De igual maneira, o documento tefepista afirmou que os regimes militares no continente representavam um “movimento da “contra-violência”, que se colocava contra a ameaça Comunista. Porque, a violência, efetivamente, aconteceria na Cuba socialista de Fidel Castro:

O único caso realmente importante de violência institucionalizada, que há na América Latina, é o domínio comunista que há em Cuba. Esse caso, que ao nosso ver está a bradar por um protesto de todos os nossos povos, parece totalmente ausente de solicitude e até do campo de visão da mensagem (ARQÊcône, 23/09/1968)⁴¹⁸

Portanto, a carta das TFP's foi rigorosamente na direção contrária à percepção dos bispos latino-americanos, que não se pronunciaram contra o governo socialista de Cuba e pontuaram a violência dos governos militares de direita: “uma vez apresentado por um órgão eclesiástico de tão alta expressão, como é o CELAM, um panorama que reputamos desconfigurado por exageros e omissões gravíssimos” (ARQÊcône, 23/09/1968)⁴¹⁹.

A linha tradicionalista deixava claro para a Igreja o descompasso que existia entre diferentes correntes católicas na Igreja do Brasil:

Depois de transcrever trechos do documento do Pe. Comblin, o qual o Revmo. Cônego Bernardino nega ser subversivo (a ponto de incriminar como desonesto quem o qualifica assim), concluem os militantes da Tradição, Família e Propriedade: “Se um documento que de tal modo ataca as instituições eclesiásticas e civis, se insurge contra a autoridade dos Bispos, prega a desmoralização do Governo e das Forças Armadas e

⁴¹⁶ *Carta das TFP's ao Secretário de Estado do Vaticano II Amleto Giovanni Cicognani*, São Paulo, 23/09/1968, Arquivo do Seminário de Êcône – FSSPX (ASE).

⁴¹⁷ *Ibid.*

⁴¹⁸ *Ibid.*

⁴¹⁹ *Ibid.*

a legitimidade das guerrilhas, e apresenta como exemplo a seguir o de Fidel Castro em Cuba, se um tal documento não é subversivo, não sabemos então mais o que é ser subversivo (Catolicismo, 1968, p. 12).

No intuito de impedir que o clero e o laicato católico se simpatizassem ao regime socialista de Cuba, como foi pretendido por Dom Hélder Câmara e pelo padre José Comblin (Catolicismo, 1968, p. 12), Castro Mayer e a TFP os denunciaram ao governo por meio das páginas de *Catolicismo*, uma vez que o mensário foi uma frente importante de combate aos grupos progressistas da Igreja no Brasil.

Tendo em vista o objetivo de cercear os movimentos reformistas na Igreja, além de *Catolicismo*, os tradicionalistas usaram outros meios para influenciar opinião pública, haja vista a obra *eu acuso o Concílio* escrita por Lefebvre, cujo conteúdo apreciado por Castro Mayer como um importante aliado e um valioso conjunto de ideias a ser difundido na Igreja: “estou ansioso para saborear a leitura.”, afirmou o bispo de Campos (ARQÉcône, 01/10/1968)⁴²⁰.

O livro de Lefebvre, apoiado por Castro Mayer, foi publicado somente em 1976 e significou uma condenação pública ao Concílio Vaticano II (ARQÉcône, 01/10/1968)⁴²¹.

O teor da carta de 01 de outubro é repleto de problemas para Castro Mayer e Lefebvre. Nessa correspondência, os dois bispos procuram estratégias para conter as reformas conciliares na Igreja, que naquele momento estavam sendo recepcionada pelas conferências episcopais. Em cada correspondência, Castro Mayer revelava-se cada vez mais angustiado e tomado pelas desconfianças e preocupações com o episcopado latino-americano (ARQÉcône, 01/10/1968)⁴²².

Finalizando a carta, Castro Mayer narrou que a experiência de Proença Sigaud na Conferência de Medellín foi ruim, porque foi impedido de entrar e aconselhado pelo cardeal Antonio Samorè (1905-1983)⁴²³ a se retirar do evento, uma vez que a finalidade da presença do arcebispo de Diamantina destoava do espírito do evento (ARQÉcône, 01/10/1968)⁴²⁴. E, de fato, assim aconteceu. Proença Sigaud foi para Medellín, no intuito de fazer oposição a Dom Hélder Câmara e ao clero que queria a elaboração de uma Teologia social adaptada à realidade econômica latino-americana (FSIGAUD/SP, 168.1/015).

⁴²⁰ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 01/10/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴²¹ *Ibid.*

⁴²² *Ibid.*

⁴²³ Cardeal italiano estudioso de assuntos latino-americanos que participou da Conferência de Medellín. Nos anos seguintes, tornou-se representante do Papa João Paulo II na mediação da disputa do Canal de Beagle, entre a Argentina e o Chile.

⁴²⁴ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 01/10/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

O arcebispo de Diamantina não teve direito de fala pública durante a conferência, porque a sua visão divergia da visão predominante no CELAM. Todavia, conseguiu espaço na mídia e deu uma entrevista ao periódico colombiano *El Tiempo*, pela qual afirmou que “quanto ao documento apresentado para a discussão na reunião do CELAM, ele parte de uma concepção falsa da realidade latino-americana” (Machado, 1968, p.3).

Segundo *Catolicismo*,

A segurança da posição de D. Geraldo de Proença Sigaud não poderia deixar de impressionar os jornalistas europeus presentes na Colômbia para a cobertura do Congresso Eucarístico Internacional e da Conferência do CELAM. Assim é que HENRI FESQUET, em despacho de 28 de agosto publicado em "Le Monde", de Paris, no dia seguinte, consagra à entrevista do Arcebispo de Diamantina estes tópicos, significativos numa pena que não passa por conservadora: "Em todo caso, Monsenhor de Proença Sigaud, Bispo de Diamantina (Brasil), um dos mais reputados líderes conservadores, que não é membro da Assembléia [do CELAM], nem por isso está menos presente na Colômbia. Ele continua a se fazer notar por suas iniciativas: "El Tiempo" (Bogotá) acaba de publicar uma entrevista desse Bispo, na qual ele toma posição contra o documento preparatório da Assembléia. Acusa em particular Monsenhor Helder Câmara de querer mudar as estruturas sem precisar de quais estruturas se trata (Machado, 1968, p. 3).

Decerto, os fatos narrados eram desfavoráveis aos conservadores, uma vez que a Igreja da América Latina deu passos consistentes para a elaboração das CEB's durante a Conferência de Medellín (Beozzo, 2001, p. 37). Até aquele momento, Castro Mayer e Proença Sigaud ainda estavam ligados, pois a ruptura entre ambos ocorreria somente em 1969.

Assim, 1968 foi um ano difícil para o bispo de Campos, pelos problemas dentro e fora da diocese. O mês de dezembro foi muito intenso na Igreja de Campos, como evidenciam os arquivos de pesquisa consultados.

Enquanto surgiam novos movimentos políticos e sociais no catolicismo latino-americano, em Campos dos Goytacazes, Castro Mayer tentou impedir que houvesse mobilizações sociais em Campos e amargou problemas internos com os padres holandeses Missionários do Sagrado Coração de Jesus, que trabalhavam em três comunidades da diocese: paróquia Nossa Senhora do Terço, localizada no centro de Campos dos Goytacazes, paróquia Nossa Senhora da Penha, localizada no distrito campista de Morro do Coco e paróquia São João Batista, localizada no município de São João da Barra (ARQÊcône, 20/02/1969)⁴²⁵.

O cerne do problema era a propensão reformista dos padres holandeses, que entraram em rota de colisão com Castro Mayer. Segundo o bispo de Campos, os missionários não usavam batina, relacionavam-se informalmente com os paroquianos, tinham demasiada intimidade com

⁴²⁵ Carta de Castro Mayer ao cardeal Confalonieri, Êcône, 29/06/1968, Arquivo do Seminário de Êcône – FSSPX (ASE).

as mulheres, dispensavam as formalidades que recomendava, buscavam demasiadamente o trabalho social com os grupos jovens, desestimulavam a devoção mariana e a recitação do terço, tinham dificuldades com a língua portuguesa e negligenciavam o cuidado pastoral com as comunidades rurais (ARQÉcône, 20/02/1969)⁴²⁶.

Castro Mayer removeu, primeiramente, dois padres da paróquia do Terço (ARQÉcône, 20/02/1969)⁴²⁷. Todavia, a remoção destes padres foi difícil para o bispado de Campos, porque buscaram seus direitos e tornaram o problema público. Assim sendo, diante do conflito, os missionários do Sagrado Coração de Jesus obtiveram o apoio do núncio apostólico Sebastiano Baggio, que repreendeu Castro Mayer e o acusou de “conservador intransigente” (ARQÉcône, 20/02/1969)⁴²⁸.

Esse foi o primeiro problema ideológico público que houve em Campos após o concílio. Em 2 de dezembro de 1968, o clero diocesano, apoiado pelo clero beneditino presente em Campos, defendeu o bispo por meio de uma carta direcionada ao núncio apostólico. Na carta, os padres diocesanos acusaram os padres holandeses de difamação contra o bispo, pois não tinham provas do que afirmavam. A insubordinação do clero para com o bispado era ultrajante para os valores do bispo de Campos, que era um prelado com forte senso hierárquico e defensor das diferenças sociais em todas as instituições. Aos olhos de Castro Mayer, os missionários apenas confirmavam a postura de “padres revolucionários” (ARQÉcône, 20/02/1969)⁴²⁹.

O clero diocesano, subordinado ao bispo de Campos, afirmou no manifesto enviado à nunciatura apostólica, que o bispo de Campos era um prelado que seguia rigorosamente todas as ordens expressas do Papa, do Concílio Vaticano II e do núncio apostólico, caracterizando-se como um pastor que apoiou as atividades pastorais do clero. Portanto, a campanha dos padres holandeses, que ganhou espaço na imprensa do Brasil, seria falsa e sem fundamento. Ao final da carta de apoio, todos os padres diocesanos assinaram-na e deram testemunho da conduta ilibada do bispo (ARQÉcône, 02/12/1968)⁴³⁰.

Os padres holandeses também escreveram para o núncio apostólico em 20 de dezembro de 1968, agradecendo por todo apoio prestado durante a crise em Campos. Na ocasião, denunciaram que a diocese de Campos era demasiadamente conservadora, pois, a TFP vigiava e constrangia o clero e os movimentos sociais leigos, sob alegação de que as pastorais sociais

⁴²⁶ *Carta de Castro Mayer ao cardeal Confalonieri*, Écône, 29/06/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴²⁷ *Ibid.*

⁴²⁸ *Ibid.*

⁴²⁹ *Ibid.*

⁴³⁰ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 20/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

poderiam conter influência comunista. Por isso, “as novas formas de apostolado em Campos eram vistas com muita desconfiança pelo bispo”, que era descrito pelo clero holandês como prelado centralizador, inacessível, bispo de gabinete, sempre escoltado pelo clero (ARQÉcône, 20/12/1968)⁴³¹.

As pesquisas demonstram que, a despeito da postura centralizadora de Castro Mayer, devidamente confirmada pelo conjunto de fontes históricas, ao contrário do que os missionários afirmaram, havia reunião do clero na diocese a cada dois meses, durante o episcopado de Castro Mayer em Campos (ARQDioCampos, 1981)⁴³².

Tendo em vista o contexto emergente do episcopado e no catolicismo romano brasileiro da década de 1960, a oposição às pastorais sociais era malvista, haja vista o advento das comunidades eclesiais de base, cuja finalidade contemplava o amparo social aos operários e aos trabalhadores rurais católicos (Mainwaring, 2004, p. 139).

De fato, a visão de mundo de Castro Mayer divergia do processo de transformação pelo qual a Igreja do Brasil durante a década de 1970, que fora marcada pelo advento e fortalecimento da “Igreja Popular”, que foi caracterizada pela mobilização das CEB’s (Mainwaring, 2004, p. 208). Sobre esse contexto, o bispo de Campos afirmou que “as comunidades eclesiais de bases desejam a constituição de uma igreja nova. Uma igreja que surja do povo. Uma igreja igualitária e revolucionária” (ARQTRAD, 10/10/1981)⁴³³.

Ao analisar as cartas escritas pelo bispado de Campos, é possível verificar que o modelo eclesiológico praticado pelos missionários do Sagrado Coração de Jesus era mais igualitário do que do modelo praticado pelo bispo diocesano. E, de igual maneira, eram simpáticos às reformas conciliares. Daí emergiu o choque na diocese, pois estava claro que as divergências pastorais e ideológicas eram o cerne do problema na diocese. Apesar das divergências, os missionários holandeses alegaram haver escassez de padres em Campos e, por isso, desejavam permanecer em Campos (ARQÉcône, 20/12/1968)⁴³⁴.

O grupo religioso informou a Dom Sebastiano Baggio que se sentia publicamente humilhado pelo bispo diocesano, discordava da remoção. Todavia, reconhecia que Castro Mayer era a autoridade suprema na diocese. E, por isso, os padres holandeses pediram o

⁴³¹ Carta dos padres missionários do Sagrado Coração de Jesus ao núncio apostólico, Écône, 20/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴³² Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Relatório quinquenal da Diocese de Campos, 1975-1980*. Campos dos Goytacazes, 1981.

⁴³³ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

⁴³⁴ Carta dos padres missionários do Sagrado Coração de Jesus ao núncio apostólico, Écône, 20/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône (ASE).

aumento do prazo para deixarem a diocese, fixado em 31 de dezembro de 1968 pelo bispado (ARQÉcône, 20/12/1968)⁴³⁵. Entretanto, não foram atendidos.

Sobre o conflito, o clero diocesano deu outra versão ao núncio. Os padres informaram que Castro Mayer pediu somente a paróquia do Terço, em Campos dos Goytacazes, e que o clero holandês resolveu deixar as outras duas paróquias, porque assim escolheram como forma de retaliação ao bispo (ARQÉcône, 02/12/1968)⁴³⁶.

A respeito da confusão na diocese, Castro Mayer explicou ao núncio apostólico e ao amigo arcebispo francês que as diferenças pastorais, ideológicas e teológicas, entre o bispado e o clero holandês presente na diocese, foram fundamentais para que fizesse as remoções (ARQÉcône, 02/12/1968)⁴³⁷.

A carta pela defesa dos missionários do Sagrado Coração de Jesus junto à nunciatura apostólica foi assinada pelo superior dos padres holandeses e por todos os padres que trabalhavam em Campos: Teodoro Muldez, superior regional dos missionários do Sagrado Coração de Jesus, padre Carlos Van Den Bergen, padre Adriano Keet, padre Gilberto de Roy, padre Guilherme Buys e padre Alexandre Verlaar (ARQÉcône, 20/12/1968)⁴³⁸.

Eles enviaram uma carta para o bispado pedindo que o prazo para deixarem as paróquias fosse dilatado. Todavia, o bispo recusou o pedido e endossou que a presença dos missionários holandeses iria até o dia 31 de dezembro de 1968.

Em 12 de dezembro, Castro Mayer escreveu para Lefebvre pontuando que havia uma “ofensiva violenta contra o bispo” em curso. Haja vista o levante dos padres holandeses, que atuavam em três congregações presentes na diocese: os padres redentoristas, os missionários do Sagrado Coração de Jesus e os padres da Ordem da Santa Cruz, Crúzios, cujo mosteiro ficava em Miracema. Os redentoristas e os missionários do Sagrado Coração de Jesus criticavam Castro Mayer nos sermões, “promovendo a diminuição e o desrespeito da hierarquia e da edificação dos fiéis” (ARQÉcône, 12/12/1968)⁴³⁹. Os Crúzios não tiveram problemas com o bispado, pelo menos, não foram encontrados possíveis registros.

Os missionários do Sagrado Coração foram removidos da diocese. Entretanto, deixaram alguns problemas para serem resolvidos pelo bispado de Campos. Haja vista que o núncio

⁴³⁵ *Carta dos padres missionários do Sagrado Coração de Jesus ao núncio apostólico*, Écône, 20/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône (ASE).

⁴³⁶ *Carta do clero diocesano ao núncio apostólico*, Écône, 02/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴³⁷ *Carta do clero diocesano ao núncio apostólico*, Écône, 02/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴³⁸ *Carta dos padres missionários do Sagrado Coração de Jesus ao núncio apostólico*, Écône, 20/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴³⁹ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 12/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

apostólico apoiou o relatório escrito pelos padres redentoristas de Campos e defendeu os missionários do Sagrado Coração de Jesus junto à Santa Sé.

O relatório escrito pelos redentoristas, em apoio aos padres do Sagrado Coração de Jesus, continha críticas graves ao conservadorismo religioso praticado na diocese pelo bispo, o que poderia prejudicar a participação do laicato nos trabalhos pastorais da diocese. Então, Dom Sebastiano Baggio encaminhou o documento produzido pelos padres redentoristas para Roma (ARQÉcône, 12/12/1968)⁴⁴⁰. Em busca de defesa, Castro Mayer escreveu para Lefebvre pedindo ajuda, orientação e defesa em Roma, pois, o núncio lhe denunciara junto à Sagrada Congregação para o Clero (ARQÉcône, 12/12/1968)⁴⁴¹.

Castro Mayer admitiu para o parceiro francês, que estava fechado às reformas conciliares e que esta posição de “defensor da Tradição” lhe renderia problemas na diocese, por causa da parcela progressista do clero que estava na diocese, haja vista a recepção das denúncias dos redentoristas e os missionários do Sagrado Coração de Jesus pela nunciatura apostólica (ARQÉcône, 12/12/1968)⁴⁴².

As divergências do bispado de Campos com os missionários holandeses do Sagrado Coração de Jesus, com os padres redentoristas e com o núncio apostólico são significativas e precisam ser compreendidas num contexto mais amplo, porque esses problemas são sintomas mais profundos das divisões do catolicismo brasileiro, aprofundadas no período pós-conciliar, que precipitaram a Igreja de Campos num isolamento eclesial em relação à Igreja do Brasil.

Em 26 de dezembro de 1968, Castro Mayer escreveu outra carta para Lefebvre informando-o do envio de U\$ 200,00 para colaborar com o financiamento do trabalho que desempenhava na Europa, cujo objetivo era organizar uma casa de formação para seminaristas (ARQÉcône, 26/12/1968)⁴⁴³.

Nessa ocasião, o bispo diocesano narrou novas situações relacionadas aos missionários do Sagrado Coração de Jesus. Novamente, o bispo classificou-os como “revolucionários, subversivos e progressistas” (ARQÉcône, 26/12/1968)⁴⁴⁴, que tinham o amparo do núncio apostólico, igualmente progressista. Segundo o pensamento de Castro Mayer, Dom Sebastiano Baggio foi a Campos em defesa dos padres religiosos e insistiu para que o bispado de Campos mantivesse os cinco padres na diocese, apesar dos atritos públicos. Castro Mayer recusou o

⁴⁴⁰ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 12/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).*

⁴⁴¹ *Ibid.*

⁴⁴² *Ibid.*

⁴⁴³ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 26/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).*

⁴⁴⁴ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 26/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).*

pedido do núncio e deu prosseguimento ao processo de remoção, conforme explicou para Lefebvre reiteradas vezes (ARQÉcône, 26/12/1968)⁴⁴⁵.

O pedido do núncio apostólico contou com o apoio do superior regional dos missionários. Todavia, Castro Mayer manteve-se irredutível, pois queria repelir qualquer foco de padres progressistas em Campos. Diante dos problemas de Campos que chegaram a Roma, o bispo diocesano viu-se preocupado com sua situação, que era periclitante na diocese e com a cúpula da Igreja no Brasil, haja vista a constatação de que tinha apoio. Por isso, pediu que Lefebvre o defendesse junto à alta cúpula em Roma, para minimizar os possíveis prejuízos junto à Santa Sé (ARQÉcône, 26/12/1968)⁴⁴⁶.

No final de 1968, Lefebvre esteve em Roma e, por ocasião da sua estadia na Santa Sé, defendeu Castro Mayer junto à Sagrada Congregação para o Clero e junto à Sagrada Congregação para os Bispos. A defesa de Castro Mayer em Roma era fundamental, por causa da oposição do núncio apostólico que o acusara, junto à Santa Sé, de abuso de poder no processo de remoção dos missionários do Sagrado Coração de Jesus. O arcebispo Lefebvre foi evocado por Castro Mayer e pela Madre Maria Letícia como advogado da causa dos religiosos e religiosas brasileiros antimodernos em Roma em função de seu prestígio e de seu poder de articulação (ARQÉcône, 26/12/1968)⁴⁴⁷.

À medida que os anos pós-conciliares se passavam, que o processo de recepção conciliar acontecia nas dioceses e ordens religiosas. Por isso, os grupos antimodernos que desejavam conservar o modelo de Igreja pré-conciliar se sentiam sufocados e restringidos pelo *modus operandi* da Igreja no Brasil (ARQÉcône, 26/12/1968)⁴⁴⁸.

É importante destacar que antes do concílio, já havia movimentos reformistas na Igreja do Brasil, haja vista o movimento litúrgico que começara no Brasil na década de 1930 (BEOZZO, 2001, p. 359). A influência progressista presente em parte do clero brasileiro deve-se, principalmente, à influência de Teilhard de Chardin e o ecletismo comuno-cristão (Moura, 1978, p. 194). Por isso, mesmo antes do concílio, Castro Mayer já tinha divergências na Igreja brasileira, agravadas após o término do concílio, a partir do período de recepção conciliar.

Diante das acusações, Castro Mayer precisava de um bom defensor como Lefebvre, haja vista a oposição aberta que o núncio apostólico fez quando enviou um dossiê com todos os

⁴⁴⁵ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 26/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁴⁷ *Ibid.*

⁴⁴⁸ *Ibid.*

documentos que a nunciatura apostólica tinha contra Castro Mayer, a respeito de sua posição contra os padres holandeses do Sagrado Coração de Jesus (ARQÉcône, 30/12/1968)⁴⁴⁹.

Tanto na visita pessoal ao bispado de Campos como em um documento formal remetido à cúria diocesana, datado de 30 de dezembro de 1968, Baggio lamentou a remoção dos padres do Sagrado Coração de Jesus e disse que a situação poderia ter sido resolvida de forma mais amena, mesmo tendo ciência de que os holandeses divulgaram toda a problemática religiosa na mídia local e nos sermões dominicais, constrangendo Castro Mayer (ARQÉcône, 30/12/1968)⁴⁵⁰.

Baggio era contra as remoções, por isso, apesar do constrangimento público sofrido pelo bispado de Campos e do apoio do clero diocesano a Castro Mayer, o núncio apostólico comunicou ao bispado de Campos que carta de defesa escrita pelo clero diocesano, em 02 de dezembro, capitaneada pelo Vigário Geral diocesano, padre Antônio Ribeiro do Rosário, teve pouca importância na defesa do bispo diocesano. Além de desconsiderar a carta do clero diocesano, Baggio reforçou que havia enviado todos os documentos para a Congregação para o Clero em Roma, de onde partiria um visitador apostólico (ARQÉcône, 30/12/1968)⁴⁵¹.

Embora Castro Mayer fosse um prelado determinado em suas crenças, no final da década de 1960, enfrentava problemas que o cansaram bastante: oposição de duas ordens religiosas presentes na diocese, divergências com Dom Sebastiano Baggio e um relatório contrário ao bispado escrito pelos redentoristas e pelos missionários do Sagrado Coração de Jesus enviados pela nunciatura apostólica para a Sagrada Congregação para o Clero, em Roma (ARQÉcône, 17/01/1969)⁴⁵².

O bispo de Campos fora exposto diante dos leigos e da hierarquia pelos problemas ideológicos e pastorais com os missionários holandeses. Além da celeuma com o clero, por conta da ameaça de um visitador apostólico, precisaria ainda explicar a sua resistência às reformas conciliares que, naquele momento, começavam a ser implementadas em todo o mundo.

Sabendo que os padres holandeses estavam alinhados com as deliberações do concílio e com o CELAM, que propôs uma Igreja mais atenta às demandas políticas e sociais, Castro Mayer sabia que estaria em desvantagem em Roma, já que seus caminhos antimodernos eram

⁴⁴⁹ *Carta do núncio apostólico a Castro Mayer*, Écône, 30/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁵⁰ *Ibid.*

⁴⁵¹ *Ibid.*

⁴⁵² *Carta do cardeal Confalonieri a Dom Lefebvre*, Écône, 17/01/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

dissonantes dos caminhos trilhados pela Igreja no Brasil, ou a “nova Igreja”, como se referia repetidas vezes nas cartas escritas para Lefebvre.

No dia 30 de dezembro de 1968, endossou com o padre holandês Alexandre Verlaar que as paróquias sob responsabilidade dos padres holandeses deveriam ser entregues aos padres diocesanos José Luís Marinho Villac, Emanuel José Possidente (1935-2011) e Roberto Gomes Guimarães (ARQÉcône, 30/12/1968)⁴⁵³.

Em 17 de janeiro de 1969, o cardeal Carlo Confalonieri (1893-1986), Prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos, escreveu para Lefebvre tratando sobre o problema de Castro Mayer com os missionários do Sagrado Coração de Jesus. Como informado pela nunciatura apostólica, o problema de Campos chegara a Roma por meio dos documentos enviados pelo núncio. Castro Mayer e Lefebvre pronunciaram-se simultaneamente advogando a premissa de que a escolha dos párocos era prerrogativa do bispado, por isso, Castro Mayer agia de forma lícita (ARQÉcône, 17/01/1969)⁴⁵⁴.

Apesar do direito à defesa, o momento vivido pela Igreja era desfavorável às crenças de Castro Mayer. Ele pôde se defender, todavia, a realidade pós-conciliar era mais democrática e buscava melhor participação do clero e do laicato no governo das dioceses (BEOZZO, 2001). Assim sendo, o bispo diocesano de Campos estava em certa desvantagem, pois embora tivesse conseguido realizar a remoção dos padres holandeses do Sagrado Coração de Jesus, sua imagem ficou prejudicada junto à nunciatura apostólica.

Confalonieri lamentou o ocorrido e disse que Castro Mayer agiu bem ao organizar sua defesa, pois, esse problema poderia ter desdobramentos maiores na diocese. O cardeal atribuiu o problema ao clero holandês (ARQÉcône, 17/01/1969)⁴⁵⁵, diferentemente do núncio apostólico que solicitou uma solução mais amena pelo bispado de Campos (ARQÉcône, 30/12/1968)⁴⁵⁶.

A carta escrita pelo cardeal Confalonieri a Lefebvre mostrou certa simpatia pelo bispo de Campos, todavia não foi possível transmitir uma segurança de vitória porque a situação que chegou a Roma seria verificada por diferentes instâncias. Assim, o bispo de Campos não tinha grandes garantias de que a sua empreitada ao remover os padres holandeses seria bem-sucedida,

⁴⁵³ *Carta de Castro Mayer ao superior dos padres missionários do Sagrado Coração de Jesus*, Écône, 30/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁵⁴ *Carta do cardeal Confalonieri a Dom Lefebvre*, Écône, 17/01/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁵⁵ *Carta do cardeal Confalonieri a Dom Lefebvre*, Écône, 17/01/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁵⁶ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 23/12/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

tendo em vista que a denúncia de duas ordens religiosas presentes em Campos reafirmou sua tendência conservadora e antimoderna, numa época de reformas na Igreja.

Ao longo de 1969, o problema entre Castro Mayer e os padres missionários do Sagrado Coração de Jesus ainda se arrastava, em 26 de janeiro, Castro Mayer voltou a notificar Lefebvre sobre o problema na diocese. Embora os padres já tivessem deixado o território de Campos, ainda havia a iminência do retorno do clero removido, já que Roma ainda não havia dado seu parecer definitivo sobre a situação. Entretanto, o bispado Mayer insistia que os missionários holandeses eram subversivos e revolucionários e por isso não poderia retroceder, apesar da pressão feita pela nunciatura apostólica (ARQÉcône, 26/01/1969)⁴⁵⁷.

No novo episódio narrado a Lefebvre, Castro Mayer destacou três pontos: uma carta muito grosseira endereçada ao bispado, escrita pelo pároco do Terço; um registro no livro do tombo da paróquia, cujo conteúdo evidencia insubordinação, insolência e desobediência; matérias publicadas em jornais com declarações desrespeitosas dirigidas ao bispo pelos missionários (ARQÉcône, 26/01/1969)⁴⁵⁸.

Castro Mayer ainda afirmou que a postura do núncio contra ele, explica a demissão de outros bispos conservadores de suas dioceses. O bispo de Campos destacou o enfraquecimento do poder episcopal, haja vista que conseguiu a remoção dos missionários de suas paróquias. Contudo, não conseguiu que eles deixassem o território diocesano, pois, os padres do Sagrado Coração foram acolhidos pelos redentoristas no convento de Campos dos Goytacazes (ARQÉcône, 26/01/1969)⁴⁵⁹. O apoio que havia entre os padres de ambas as ordens religiosas era fundamentado pelo patriotismo e pela identificação pastoral ideológica de apoio às reformas da Igreja.

Em meio a esse turbilhão, Castro Mayer recebeu uma carta de alento e esperança de Lefebvre, datada de 28 de janeiro de 1969. O arcebispo francês estava em Roma naquele momento por diferentes motivos, e fez a defesa de Castro Mayer junto à Sagrada Congregação para o Clero, cujo Prefeito era Jean-Marie Villot (1905-1979), e junto à Sagrada Congregação para os Bispos, com o apoio do Prefeito Carlo Confalonieri.

Lefebvre disse a Castro Mayer que havia uma organização política internacional que desejava perverter os países que ainda eram anticomunistas e católicos. Para tal, era necessário remover e calar os bispos tradicionalistas, que ainda apoiavam os governos de direita. Segundo

⁴⁵⁷ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 26/01/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).*

⁴⁵⁸ *Ibid.*

⁴⁵⁹ *Ibid.*

Lefebvre, os grupos progressistas queriam assumir o controle dos países ocidentais e se infiltrar na Igreja para promover reformas,

Os fatos que agora se multiplicam em todos os países mostram suficientemente que há uma política internacional organização que quer derrubar governos ainda católicos e anticomunistas. Para atingir esses fins, é necessário eliminar os bispos tradicionalistas que são o melhor suporte desses governos. As violentas campanhas da Imprensa Progressista Internacional contra monsenhor Sigaud e contra o senhor mesmo [...]. A situação na Espanha é a mesma, mas com a diferença de que neste país ainda há muitos Bispos fiéis e firmes. A recente decisão do Governo de decretar o “estado de alerta” é excelente e teve repercussão imediata nas organizações filocomunistas católicas. Já é tempo de os Governos se defenderem de todas as consequências dos erros do Concílio, são eles que defenderão a verdadeira Igreja Católica contra a abominável Igreja pós-conciliar. Mas o senhor deve saber que as pessoas ainda não estão convencidas disso em Roma, onde ainda respiram o ar venenoso do Concílio (ARQÉcône, 28/01/1969)⁴⁶⁰.

Lefebvre via na Espanha e em Portugal, liderados pelos ditadores general Francisco Franco Bahamonde (1892-1975) e Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970), respectivamente, bons modelos de governo porque eram anticomunistas e, por isso essa linha política poderia atrapalhar a implementação das reformas conciliares. Diante das ideias reformistas aderida pela maioria do clero durante o Vaticano II, Lefebvre desejava que os governos políticos, alinhados com a direita conservadora, interviessem na Igreja para que as reformas conciliares fossem intimidadas, porque, segundo o arcebispo francês, elas teriam sido promovidas pela “esquerda progressista internacional” que se colocou contra a Igreja para destruí-la a partir de sua própria hierarquia clerical (ARQÉcône, 28/01/1969)⁴⁶¹.

Na sua estadia na capital italiana, Lefebvre verificou que “em Roma respiram o ar venenoso do Concílio” (ARQÉcône, 28/01/1969)⁴⁶². Então, pediu que Castro Mayer enviasse um representante de *Catolicismo* para o “Congresso da Imprensa Tradicionalista”, que ocorreu em Roma, em 8 de março de 1969 (ARQÉcône, 28/01/1969)⁴⁶³. A mobilização pretendida pelo arcebispo aconteceu porque, naquele momento, a Igreja vivia o período das reformas conciliares e nada sinalizava um retorno ao modelo anterior.

Em 2 de fevereiro de 1969, Lefebvre enviou outra carta de Roma para Castro Mayer, evidenciando toda a sua indignação contra o núncio apostólico do Brasil, que se colocou contra o bispo de Campos, e, novamente, expressou sua esperança em torno dos regimes ditatoriais:

Roma, 2 de fevereiro de 1969. Prezado Monsenhor. Lendo sua carta, estou chocado e indignado porque, embora sejas o defensor da Igreja e dos teus fiéis como o Bom

⁴⁶⁰ *Carta de Lefebvre a Castro Mayer*, Écône, 28/01/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁶¹ *Ibid*

⁴⁶² *Ibid.*

⁴⁶³ *Ibid.*

Pastor, não és apoiado pelo Núncio. E pensar que é assim em todo o lado, em Los Angeles com o pobre Cardeal MacIntyre, na Espanha e Portugal com todos os Bispos que resistem à Revolução, em Portugal. Os Bispos que querem salvar a Igreja devem recorrer aos governos, que felizmente eles também se sentem ameaçados pela subversão dos clérigos, que encontram uma recepção mais favorável junto do Governo do que junto da Igreja (ARQÉcône, 02/02/1969)⁴⁶⁴.

O salazarismo português⁴⁶⁵ e do franquismo espanhol⁴⁶⁶ eram evocados pelo arcebispo em função da sua descrença em torno da hierarquia eclesiástica católica (ARQÉcône, 02/02/1969)⁴⁶⁷, haja vista que destacou que o jornal *L'osservatore Romano* dava pleno apoio aos teólogos holandeses e aos padres franceses progressistas, cujas ideias eram similares ao do clero de Belo Horizonte, segundo o arcebispo (ARQÉcône, 02/02/1969)⁴⁶⁸.

Entre os afazeres de Lefebvre em Roma, ele afirma ter conversado com o cardeal Pietro Palazzini (1921-2000), para que a Santa Sé não enviasse um visitador apostólico a Campos, a fim de verificar a remoção dos padres holandeses. A ideia era encerrar o assunto, afinal, Castro Mayer e Lefebvre estavam felizes pela exoneração dos “padres revolucionários”, e uma visita apostólica poderia ser vista como enfraquecimento do poder do bispo diocesano e o fortalecimento de setores progressistas na diocese (ARQÉcône, 04/02/1969)⁴⁶⁹.

Em cada correspondência, Lefebvre e Castro Mayer estreitavam os laços pastorais e a militância conjunta diante do processo de recepção conciliar praticado em todo o mundo católico, que ambos chamavam de “apostasia total da Igreja” (ARQÉcône, 02/02/1969)⁴⁷⁰.

A situação com os missionários holandeses se direcionava para o fim, contudo, o bispo de Campos causou uma impressão negativa para as autoridades eclesiásticas, que o classificaram como intransigente (ARQÉcône, 04/02/1969)⁴⁷¹.

Em 20 de fevereiro, Castro Mayer escreveu reforçando o pedido de ajuda para que o arcebispo impedisse a visita de um delegado apostólico de Roma a Campos, haja vista que o bispo de Campos não confiava na hierarquia da Igreja, pelas reformas empreendidas no concílio. Naquele momento, o bispo depositava sua esperança no apostolado dos leigos conservadores,

⁴⁶⁴ *Carta de Lefebvre a Castro Mayer*, Écône, 02/02/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁶⁵ Estado Novo foi o regime político ditatorial, autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos ininterruptos, desde a aprovação da Constituição portuguesa de 1933 até ao seu derrube pela Revolução de 25 de Abril de 1974 (HOBSBAWN, 1995).

⁴⁶⁶ Espanha Franquista é o período da História da Espanha do governo do Generalíssimo Francisco Franco entre 1936 e 1975 (HOBSBAWN, 1995, p. 116-119).

⁴⁶⁷ *Carta de Lefebvre a Castro Mayer*, Écône, 02/02/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁶⁸ *Carta de Lefebvre a Castro Mayer*, Écône, 02/02/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁶⁹ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 04/02/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁷⁰ *Carta de Lefebvre a Castro Mayer*, Écône, 26/01/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁷¹ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 04/02/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

Hoje os fiéis já não podem, como antes, devotar-se à Hierarquia; eles devem alimentar-se a si mesmos na Tradição eclesiástica, em busca de conservar uma sólida formação espiritual e doutrinal. De fato, hoje, os princípios orientadores da Hierarquia são muitas vezes contraditórios à fé (ARQÉcône, 04/02/1969)⁴⁷².

Nesse sentido, o trabalho empreendido pela TFP era o modelo ideal de apostolado leigo, tendo em vista a militância anticomunista e antirrevolucionária. Por isso, a TFP gozava de prestígio junto ao bispo de Campos. Haja vista o envio de três membros tefepistas para a Roma a fim de participarem do congresso de imprensa tradicional promovido pelo arcebispo Lefebvre (ARQÉcône, 20/02/1969)⁴⁷³.

Em 7 de março, Castro Mayer enviou outra correspondência a Lefebvre na qual fez solenes agradecimentos pela acolhida aos três membros tefepistas que integravam o jornal *Catholicismo* e externando o grande entusiasmo que tiveram por estarem em Roma na defesa da causa conservadora. De igual maneira, Castro Mayer agradeceu ao arcebispo pelo seu empenho e defesa prestados em Roma no caso dos padres do Sagrado Coração de Jesus e do relatório escrito pelos padres redentoristas enviados pelo núncio apostólico para Roma (ARQÉcône, 07/03/1969)⁴⁷⁴.

O congresso desejado por Lefebvre aconteceu em Roma e reuniu jornalistas católicos de veículos de comunicação de vários países. Esse pequeno congresso de imprensa tradicional foi celebrado como um sucesso: a doutora Inge Köck, de Regensburg, por exemplo, tradutora para a *Fortes in Fide*⁴⁷⁵, leitora de *Itinéraires*⁴⁷⁶ e cofundadora de *Nunc et Semper*⁴⁷⁷, escreveu para exprimir “a sua gratidão pelas jornadas inesquecíveis de Roma, extremamente úteis e encorajantes”. A ação de Lefebvre fora disseminada e uniu jornalistas conservadores ligados à 37 revistas de 14 países que se sentiam excluídos por vários integrantes do episcopado católico, em função de divergências ideológicas (Mallerais, 2021, p. 415).

O início de 1969 foi um pequeno momento no qual Castro Mayer pôde respirar mais aliviado, pois os padres holandeses foram removidos como era seu desejo e a situação parecia se estabilizar em Campos, apesar dos problemas internos iniciados no ano anterior. Diante da saída dos missionários do Sagrado Coração de Jesus, o bispo de Campos afirmou a Lefebvre

⁴⁷² Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 04/02/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁷³ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 20/02/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁷⁴ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 07/03/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁷⁵ Revista criada por Marcel Lefebvre, cuja primeira edição foi publicada em agosto de 1967 (Roy-Lysencourt, 2016, p. 320-324).

⁴⁷⁶ *Itinéraires*, “*Chroniques et documents*” foi uma revista católica tradicionalista francesa fundada em março de 1956 e dirigida por Jean Madiran (1920-2013), um católico tradicionalista, até sua extinção em 1996. Uma revista mensal, tornou-se trimestral em 1988 (Roy-Lysencourt, 2016, p. 330).

⁴⁷⁷ Revista católica que seguia a linha conservadora (Mallerais, 2021, p. 415).

que a situação diocesana melhorara 90%, apesar de ainda haver padres progressistas na diocese (ARQÉcône, 07/03/1969)⁴⁷⁸.

Apesar dos esforços de Lefebvre, em 27 de abril de 1969, Castro Mayer recebeu um visitador apostólico da Sagrada Congregação para o Clero, que lhe deu um parecer favorável após meses do início do conflito. O objetivo da visita foi averiguar a situação denunciada pelos missionários do Sagrado Coração de Jesus, pelo clero redentorista e pelo núncio apostólico. O visitador era um bispo redentorista a quem o bispado de Campos entregou um dossiê dando a posição oficial da diocese sobre a problemática dos missionários do Sagrado Coração de Jesus (ARQÉcône, 27/04/1969)⁴⁷⁹.

Com diplomacia, Castro Mayer recebeu o visitador apostólico e mostrou-se satisfeito com a forma amável com que o tratou diante das denúncias que chegaram a Roma. Ao término da visita apostólica, Castro Mayer estava contente e confiante em uma resolução favorável à remoção (ARQÉcône, 27/04/1969)⁴⁸⁰, como de fato aconteceu. Tratava-se de uma batalha vencida, numa guerra maior que causou problemas sérios para o bispado de Campos no decorrer das décadas seguintes.

Em 28 de maio, Castro Mayer deu notícias sobre a resolução final encontrada para resolver a situação dos missionários do Sagrado Coração de Jesus: eles foram removidos da diocese, entretanto Castro Mayer deveria emitir uma nota de agradecimento pública no jornal *Catolicismo* (ARQÉcône, 28/05/1969)⁴⁸¹.

Contrariado pela desobediência pública dos padres religiosos e sentindo-se ultrajado pela mentalidade revolucionária, porque teria seu episcopado arranhado por eles, Castro Mayer acatou à medida sugerida e atendeu ao pedido de Roma. Na edição de junho de 1969, *Catolicismo* publicou a seguinte nota em nome do bispo de Campos dos Goytacazes:

Missionários do Sagrado Coração de Jesus. — Inteiramente encerrado o incidente surgido na Diocese com os Missionários do Sagrado Coração de Jesus, o Sr. Bispo e o Bispado guardam, com o devido reconhecimento e apreço, a lembrança dos importantes serviços prestados às almas no decorrer destes quase vinte anos, por muitos membros da benemérita Congregação dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus que aqui exerceram seu apostolado (CATOLICISMO, 1969, p. 2).

O bispo atendeu ao pedido porque tinha rígido senso de hierarquia, entretanto não o fez sem reclamar com Lefebvre e com o cardeal Confalonieri. Em carta escrita ao arcebispo francês e ao Prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos, agradeceu ao apoio encontrado, mas

⁴⁷⁸ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 26/01/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁷⁹ *Ibid.*

⁴⁸⁰ *Ibid.*

⁴⁸¹ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 28/05/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

reclamou que foi ultrajado pelos missionários holandeses e a Igreja não havia exigido nenhuma retratação por parte deles (ARQÉcône, 01/06/1969)⁴⁸².

O problema com os padres religiosos, as reformas conciliares e a promulgação do missal de 1969 geraram grande apreensão e estresse em Castro Mayer, que vivia “em grande tensão e cansaço”, segundo suas próprias palavras narradas em uma correspondência de 05 de outubro de 1969 (ARQÉcône, 05/10/1969)⁴⁸³.

Castro Mayer comunicou a Lefebvre que a situação da Igreja era horrível porque a nova liturgia era diferente da liturgia de Trento e se assemelhava à liturgia protestante. Por isso, estava em total desacordo com o missal de 1969 e com o conjunto de reformas pelas quais a Igreja passava (ARQÉcône, 05/10/1969)⁴⁸⁴.

Na virada da década de 1969 para 1970, o bispo de Campos se mostrava muito pessimista com a Igreja,

Amados ouvintes, após o segundo Concílio do Vaticano, findo a quatro anos a desordem que dominava o mundo invadiu os meios católicos e continua sua ação subversiva ao ponto do Papa, não faz muito, falar na autodemolição da igreja. Não que a casta Esposa Filho de Deus feito homem venha algum dia desaparecer. Não. Ela é indefectível, pois conta com a presença do mesmo Filho de Deus que acompanha e vivifica de um modo que ela permanecerá até o fim dos tempos, quando arrasado o mundo atual, passará ela à vida beata no céu no seio infinito de Deus. Mas, a indefectibilidade da instituição eclesiástica não quer dizer que ela não possa passar, e realmente não passe por momentos que dão a ideia de que se avizinha a falência total. A história está aí para ilustrar nossa afirmação. Julgamos, no entanto, e não tememos contestação, que a igreja jamais atravessou tempos difíceis como os atuais (ARQPcJPV, 1986)⁴⁸⁵.

Castro Mayer se mostrava preocupado com o cenário que se desenhava na Igreja, de forma especial com a doutrina conciliar e a liturgia. Sobre o concílio, dizia que “surgiu assim uma mentalidade chamada de post-conciliar, que, se algum dia triunfasse, seria o que o Papa Paulo VI chamou de autodemolição da Igreja. Pois, de fato, esse novo catolicismo profano é o oposto do catolicismo verdadeiro” (ARQPcJPV, 1986)⁴⁸⁶.

⁴⁸² Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 01/06/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁸³ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 05/10/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁸⁴ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 05/10/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁸⁵ Anotações e registros do arquivo particular do padre José Paulo Vieira. Catequese Dom de Antônio de Castro Mayer na rádio continental em Campos dos Goytacazes, 24/05/1969. *Memórias da convivência com Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 1981-1986.

⁴⁸⁶ Anotações e registros do arquivo particular do padre José Paulo Vieira. Catequese Dom de Antônio de Castro Mayer na rádio continental em Campos dos Goytacazes, 24/05/1969. *Memórias da convivência com Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 1981-1986.

Sobre o *Novus Ordo Missae*⁴⁸⁷, Castro Mayer publicou a carta pastoral intitulada *Sobre o Santo Sacrifício da Missa*, em 12 de setembro de 1969, na qual pretendeu dar diretrizes a respeito da participação popular na celebração pelo missal. O objetivo da carta pastoral foi minimizar as reformas pretendidas pelo novo missal.

O bispado de Campos buscou a transigência em alguns momentos, porque, de fato, tinha o desejo de conciliar sua formação com as resoluções conciliares. Contudo, não encontrava meios de realizar esta conciliação, uma vez que tinha muito claro dentro de si que “as resoluções conciliares eram inaceitáveis” (ARQÉcône, 05/10/1969)⁴⁸⁸. O texto da carta pastoral *sobre o Santo Sacrifício da Missa*, de 1969, limitou o máximo que pôde a participação litúrgica do laicato “Tomam assim parte no Sacrifício do Altar, o que é vedado aos que se acham fora da sociedade eclesiástica” (Mayer, 1971, p. 338). Na verdade, o que se verificou em Campos dos Goytacazes foi a conservação do missal de 1962 pelo bispado e por parte do clero diocesano (ARQÉcône, 15/06/1980)⁴⁸⁹, pois, a edição de João XXIII manteve o missal de Pio V substancialmente inalterado (Davies, 2019).

Para aqueles padres que quisessem celebrar pelo *Novus Ordo*, houve a orientação de que a liturgia da palavra, parte catequética da missa, fosse celebrada em vernáculo e a liturgia eucarística fosse celebrada em latim, usando somente a oração eucarística I e em voz baixa⁴⁹⁰, conforme as recomendações do Concílio de Trento (ARQTRAD, 10/10/1981)⁴⁹¹.

Castro Mayer se via no direito de intervir nas práticas litúrgicas em Campos, a despeito das rubricas do missal de 1969, porque entendia que *modus orandi* (modo de orar) na diocese era prerrogativa do bispo (ARQTRAD, 10/10/1981)⁴⁹². Logo, estaria somente exercendo o seu dever.

O bispado de Campos dos Goytacazes tinha o propósito de conservar o modelo litúrgico no qual os fiéis assistissem à missa, respeitando as diferenças entre o sacerdócio ministerial e o

⁴⁸⁷ Missal de Paulo VI promulgado pela Constituição Apostólica *Missale Romanum* de 03 de abril de 1969, que entrou em vigor em 17 de maio de 1970, quando Paulo VI completou 50 anos de sacerdócio (Bugnini, 2018, p. 343).

⁴⁸⁸ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 05/10/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁸⁹ *Carta de Castro Mayer ao cardeal Knox*, Écône, 15/06/1980, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁹⁰ Por que na Missa tradicional a Consagração é em voz baixa? Porque a voz baixa marca bem a Consagração como ação exclusivamente sacerdotal, realizada “in persona Christi”. É tão importante este detalhe, que o Concílio de Trento lançou um anátema: “Se alguém disser que deve ser condenado o rito da Igreja Romana pelo qual parte do Cânon e as palavras da Consagração são proferidas em voz baixa (...) seja anátema” (Denzinger, 2005, p. 448).

⁴⁹¹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

⁴⁹² Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

sacerdócio comum dos fiéis. Assim, caberia exclusivamente ao sacerdote presidente da celebração agir *in persona christi*, na celebração pela qual ofereceria a Deus o “Santo Sacrifício Eucarístico propiciatório”, sem a participação do laicato na liturgia: “somente os Sacerdotes são os sacrificadores, somente eles podem realizar o Santo Sacrifício da Missa” (Mayer, 1971, p. 337).

O bispo buscava a conservação das diferenças entre o sacerdócio ministerial dos padres e o sacerdócio comum dos fiéis: “há uma diferença que atinge a própria ordem do ser, ontológica, porque os padres têm um poder e lugar que os outros não tem. Ele é o sacerdote, cuja função é ser dirigente. E não é como os simples fiéis, que são dirigidos” (ARQTRAD, 10/10/1981)⁴⁹³.

Conforme bispo de Campos do Goytacazes “a razão é que ainda agora serpeiam no meio dos fiéis tendências inspiradas na heresia dos protestantes, os quais, por serem igualitários recusam tôda hierarquia na Igreja e estendem a todo povo o privilégio do sacerdócio” (Mayer, 1971, p. 337).

Castro Mayer sabia que havia correntes que pretendiam reformar a liturgia da missa, cujo intuito era promover a participação do laicato por meio da língua vernácula. Contudo, essa participação do laicato promoveria, segundo a ótica intransigente de Castro Mayer, a ideia de banquete eucarístico fraterno, em detrimento de sacrifício eucarístico propiciatório (Davies, 2019). Por isso o bispo expressava suas preocupações nas diversas cartas privadas que escreveu para o arcebispo Marcel Lefebvre. E, nesse sentido, o próprio Vigário Geral da diocese confirma em Campos dos Goytacazes, o *Novus Ordo Missae* foi uma “pedra de tropeço” (Rosário, 1984, p. 299).

Castro Mayer via a Igreja como instituição divina fundada por Cristo, que escolheu os Apóstolos para transmitir a doutrina ao povo. Por isso, temia que as reformas pretendidas pelo clero progressista fossem adiante, porque via esta parcela as diferenças nas funções entre a parte docente e a parte discente da Igreja fossem dirimidas (Mayer, 1971, p. 363). Essa tônica foi endossada pelo bispo repetidas pelo bispo em diferentes catequeses e documentos.

Pela preservação da estrutura eclesiástica da Igreja e como sinal de reverência, o bispo conclamava seus diocesanos a rezarem pelo Papa e pela Igreja:

Diríamos que nunca teve o Papa tanta necessidade de nossas orações, com nossa docilidade e obediência. De fato, a crise atual da igreja é inédita na História. Como diz o mesmo Papa Paulo VI, depois do Concílio Vaticano II surgiu nos meios católicos

⁴⁹³ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

isso que chama de espírito pós conciliar e que nada mais é do que um desígnio de subversão de toda a ordem na Igreja (ARQPeJPV, 1986)⁴⁹⁴.

Castro Mayer vivia num conflito paradoxal: desejava ser obediente ao Papa e à Igreja. Contudo, discordava do concílio, recusava-se fazer a implementação das reformas conciliares em Campos e procurava dar a sua interpretação aos documentos conciliares. Via essa necessidade porque entendia que a doutrina conciliar como a “subversão de toda a ordem na Igreja” (ARQPeJPV, 1986)⁴⁹⁵.

Então, como conciliar pensamentos tão distintos e ainda salvaguardar a obediência à hierarquia da Igreja? Essa era a grande angústia que atormentava a consciência do bispo, e que, no futuro, o levaria a romper com a Igreja.

Mas, anos antes de romper com a Igreja, o bispo de Campos tomou medidas que buscavam a conciliação entre suas crenças e as reformas conciliares. Haja vista a carta pastoral sobre a missa, publicada em 1969, pela qual destacou a ideia de que a missa é a renovação do santo sacrifício da cruz de Cristo, repelindo a ideia de banquete eucarístico, reforçando a hierarquia eclesiástica e as diferenças entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial dos padres, no objetivo de interpretação “correta” do concílio. (Mayer, 1971, p. 331).

Verifica-se nesse documento, que houve a tentativa, pelo bispado, de fazer um processo de recepção conciliar influenciado pela sua formação antimoderna. Apesar dos esforços do bispo diocesano, continuava num “espírito” diferente do espírito reformista que se dilatava na Igreja na virada da década de 1960 e 1970, e isso foi ficando cada vez mais evidente com a passagem dos anos.

O objetivo de Castro Mayer era orientar os padres e os fiéis que deveriam estar preparados para assistir à missa de maneira correta. Por isso, salientou para Lefebvre que todos os costumes seriam conservados, havendo pequenas alterações, que conservariam a “Tradição da Igreja”: o povo não precisaria participar e nem responder à missa; somente os homens deveriam fazer as leituras nas liturgias solenes; às mulheres cabiam, no máximo, preparar o povo para assistir à missa, pois a participação feminina na liturgia era vista como pecado mortal

⁴⁹⁴ Anotações e registros do arquivo particular do padre José Paulo Vieira. Catequese Dom de Antônio de Castro Mayer na rádio Continental em Campos dos Goytacazes, Festa de São Pedro e São Paulo, 28/06/1969. *Memórias da convivência com Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 1981-1986.

⁴⁹⁵ Anotações e registros do arquivo particular do padre José Paulo Vieira. Catequese Dom de Antônio de Castro Mayer na rádio Continental em Campos dos Goytacazes, Festa de São Pedro e São Paulo, 28/06/1969. *Memórias da convivência com Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 1981-1986.

pelo bispo de Campos (ARQTRAD, 10/10/1981)⁴⁹⁶; o ambão continuaria lugar exclusivo do padre, no intuito de conservar a distinção entre o sacerdócio ministerial dos sacerdotes ordenados e do sacerdócio comum dos fiéis; em eventual procissão do ofertório, somente os homens poderiam participar etc. (ARQÉcône, 05/10/1969)⁴⁹⁷.

Nesse momento, parecia que Castro Mayer estava menos indisposto a aceitar o novo rito da missa, porque se prontificou a preparar o clero e os fiéis para a forma correta de participação na liturgia, que, na prática seriam mudanças litúrgicas mínimas. Entretanto, nas outras correspondências para Lefebvre, mostra-se-irredutível quanto à mudança litúrgica.

Como foi dito, a carta pastoral sobre a missa trazia poucas alterações sobre a nova forma de participar da missa, haja vista que a epígrafe da carta pastoral começa dizendo “Missa e sacerdócio segundo os ensinamentos imortais do Concílio de Trento” (Mayer, 1971, p. 329).

Pela interpretação litúrgica do bispo diocesano de Campos a ser transmitida aos seus diocesanos e ao clero, é possível entender que o missal passara por reformas. Contudo, haveria a conservação do latim nas celebrações como língua litúrgica da Igreja, o cânon continuaria rezado em voz baixa e a manutenção da mesma postura dos fiéis que deveriam assistir à missa e praticar suas orações pessoais em silêncio enquanto o padre celebrava.

A hesitação de Castro Mayer em realizar as reformas litúrgicas e pastorais ocorridas na década de 1960 era justificada pela insistente e profunda desconfiança da hierarquia eclesiástica católica. Em cada correspondência enviada para Lefebvre, o bispo evidenciava seu desconforto pelo momento que a Igreja vivia.

Embora estivessem no caminho para o isolamento eclesiástico, os tradicionalistas tinham dois poderosos aliados que reprovaram o *Novus Ordo* publicamente: Alfredo Ottaviani e António Bacci (1885-1971), que, em 5 de junho de 1969, assinaram a obra *Breve exame crítico ao novo missal*. O livro foi escrito por um grupo de teólogos romanos, que tiveram seu trabalho apresentado pelos dois cardeais ao Papa (Davies, 2019, p. 71).

Bacci e Ottaviani escreveram para Paulo VI afirmando⁴⁹⁸:

⁴⁹⁶ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

⁴⁹⁷ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 05/10/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁴⁹⁸ Roma, 25 de setembro de 1969 Santíssimo Padre, Tendo cuidadosamente examinado e apresentado ao escrutínio de outros a Nova Ordenação da Missa preparada pelos especialistas do Comitê para a Implementação da Constituição da Sagrada Liturgia (*Consilium ad exequendam Constitutionem de Sacra Liturgia*), e após longa oração e reflexão, sentimo-nos obrigados perante Deus e Sua Santidade a apresentar as seguintes considerações: 1. O seguinte Estudo Crítico é o trabalho de um grupo seletivo de bispos, teólogos, liturgistas e pastores de almas. A despeito de sua brevidade, o estudo demonstra de forma bastante clara que a *Novus Ordo Missae* – considerando-se os novos elementos amplamente suscetíveis a muitas interpretações diferentes que estão nela implícitos ou são tomados como certos – representa, tanto em seu todo como nos detalhes, um surpreendente afastamento da teologia

O seguinte Estudo Crítico é o trabalho de um grupo seletivo de bispos, teólogos, liturgistas e pastores de almas. Apesar de sua brevidade, o estudo demonstra de forma bastante clara que a *Novus Ordo Missae* – considerando-se os novos elementos amplamente suscetíveis a muitas interpretações diferentes que estão nela implícitos ou são tomados como certos – representa, tanto em seu todo como nos detalhes, um surpreendente afastamento da Teologia católica da Missa tal qual formulada na sessão 22 do Concílio de Trento. Os “cânones” do rito definitivamente fixado naquele tempo constituíam uma barreira intransponível contra qualquer tipo de heresia que pudesse atacar a integridade do Mistério (Ottaviani, 1969, p. 3).

Castro Mayer comungava do posicionamento de Ottaviani e Bacci, porque também entendia que o novo rito arrefecia a prática da fé católica, pelo alinhamento com os valores modernos. Assim sendo, em 12 de setembro de 1969, o bispo de Campos dos Goytacazes escreveu uma carta dramática ao Papa reportando suas sinceras angústias,

Beatíssimo Padre, Tendo examinado atentamente o *Novus Ordo Missae*, a entrar em vigor no próximo dia 30 de novembro, depois de muito rezar e refletir, julguei de meu dever, como sacerdote e como bispo, apresentar a Vossa Santidade, minha angústia de consciência, e formular, com a piedade e confiança filiais que devo ao Vigário de Jesus Cristo, uma súplica. O *Novus Ordo Missae*, pelas omissões e mutações que introduz no Ordinário da Missa, e por muitas de suas normas gerais que indicam o conceito e a natureza do novo Missal, em pontos essenciais, não exprime, como deveria, a Teologia do Santo Sacrifício da Eucaristia, estabelecida pelo Sacrossanto Concílio de Trento, na sessão XXII. Fato que a simples catequese não consegue contrabalançar. Em anexo, junto as razões que, a meu ver, justificam esta conclusão. Os motivos de ordem pastoral que, eventualmente, poderiam ser alegados a favor da nova estrutura da Missa, primeiro, não podem chegar ao ponto de deixar no olvido os argumentos de ordem dogmática que militam em sentido contrário; depois, não parecem procedentes. As mudanças que preparam o *Novus Ordo* não contribuíram para aumentar a Fé e a piedade dos fiéis. Pelo contrário, deixaram-nos apreensivos, apreensão que o *Novus Ordo* aumentou; porquanto, abonou a idéia de que nada há de imutável na Santa Igreja, nem mesmo o Sacrossanto Sacrifício da Missa. Além disso, como saliento nas folhas juntas, o “*Novus Ordo*” não só não afervora, senão que extenua a fé nas verdades centrais da vida católica, como a presença Real de Jesus na

católica da Missa tal qual formulada na sessão 22 do Concílio de Trento. Os “cânones” do rito definitivamente fixado naquele tempo constituíam uma barreira intransponível contra qualquer tipo de heresia que pudesse atacar a integridade do Mistério. 2. As razões pastorais apresentadas para justificar uma ruptura tão grave, ainda que tais razões pudessem ser sustentadas em face das considerações doutrinárias, não parecem ser suficientes. As inovações na *Novus Ordo* e o fato de que tudo o que possui um valor perene encontra ali apenas um lugar secundário – se é que continua a existir – poderiam muito bem transformar em certeza as suspeitas, infelizmente já dominantes em muitos círculos, de que as verdades que sempre foram objeto de crença pelos cristãos podem ser alteradas ou ignoradas sem infidelidade ao sagrado depósito da doutrina ao qual a fé católica está para sempre ligada. As reformas recentes demonstraram amplamente que novas alterações na liturgia não podem ser efetuadas sem levar à completa confusão por parte dos fiéis, os quais já demonstram sinais de relutância e um indubitável afrouxamento da fé. Entre os melhores clérigos, o resultado é uma agonizante crise de consciência, da qual um sem-número de exemplos chega a nós diariamente. 3. Estamos certos, instigados pelo que ouvimos da voz dos pastores e do rebanho, de que estas considerações encontrarão eco no coração de Sua Santidade, sempre tão profundamente solícito às necessidades espirituais dos filhos da Igreja. Os sujeitos a quem uma lei se dirige sempre tiveram o direito, mais do que isto, o dever, de pedir ao legislador que ab-rogue esta lei uma vez que ela prove ser danosa. Portanto, em um momento em que a pureza da fé e a unidade da Igreja sofrem cruéis lacerações e um perigo ainda maior, diária e dolorosamente ecoado nas palavras de nosso Pai comum, nós fervorosamente rogamos a Vossa Santidade para que não nos prive da possibilidade de continuarmos a ter acesso à integridade fecunda do *Missale Romanum* de São Pio V, tão louvado por Sua Santidade e tão profundamente amado e venerado por todo o mundo católico. Alfredo Cardeal Ottaviani, Antonio Cardeal Bacci Roma, Festa de Corpus Christi, 1969.

SS. Eucaristia, a realidade do Sacrifício propiciatório, o sacerdócio hierárquico. Cumpro, assim, um imperioso dever de consciência, suplicando, humilde e respeitosamente, a Vossa Santidade, se digne, por um ato positivo que elimine qualquer dúvida, autorizar-nos a continuar no uso do *Ordo Missae* de S. Pio V, cuja eficácia na dilatação da Santa Igreja, e no afervoramento de sacerdotes e fiéis, é lembrada, com tanta unção, por Vossa Santidade. Estou certo de que a Paterna Benevolência de Vossa Santidade não deixará de afastar as perplexidades que me angustiam o coração de sacerdote e bispo. Prostrado aos pés de Vossa Santidade, com humilde obediência e filial piedade, imploro a Bênção Apostólica. + Antonio de Castro Mayer. Bispo de Campos (Brasil) (ARQTRAD, 12/09/1969)⁴⁹⁹.

A carta escrita pelo bispo de Campos é clara e demonstra que a rejeição ao *Novus Ordo*. E, este estranhamento ao *Novus Ordo Missae* foi determinante no próprio processo de autoexclusão da Igreja em que Castro Mayer e seus seguidores se confinaram ao longo de um processo que durou anos. Esse fato se deu porque o bispo de Campos cristalizou dentro de si a convicção de que o concílio e o *Novus Ordo* teriam sido consequências de um conjunto de manobras progressistas que visavam “infiltrar as ideias modernistas e comunistas na Igreja com a finalidade de minar a mensagem revelada pelo seu Divino fundador, o próprio Cristo encarnado” (Seiblitiz, 1992, p. 209).

Sobre a influência de Castro Mayer na formação do clero e manutenção do tradicionalismo em Campos, o porta-voz da União Sacerdotal São João Maria Vianney declarou:

Somos católicos unidos em defesa da fé de sempre que Dom Antônio nos transmitiu e somos fiéis à Roma Eterna e não à Roma progressista. Continuamos a seguir Dom Antônio de Castro Mayer para transmitir aos fiéis a mesma Tradição que ele nos transmitiu. Pois, o progressismo foi instaurado na diocese e fomos perseguidos pelo novo bispo de Campos. Um período de perseguição. Por isso, Dom Antônio esteve ao lado de Dom Lefebvre e sempre apoiou a FSSPX, para conservar o sacerdócio (ARQTRAD, sem data)⁵⁰⁰.

Ao longo do século XX, havia sacerdotes católicos que queriam reformar a liturgia latina e inserir a língua vernácula para aumentar a participação do laicato (BUGNINI, 2018). Todavia, foi durante o período conciliar que a discussão ganhou mais força no clero católico, tendo em vista a oportunidade singular de reunir padres conciliares de todos os continentes, com suas respectivas línguas e culturas. Dessa forma, a liturgia romana poderia tornar-se mais global e menos centralizada nos padrões latinos.

⁴⁹⁹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta original de Dom Antônio de Castro Mayer ao Papa Paulo VI pela conservação do rito tridentino*. Campos dos Goytacazes, 12/09/1969.

⁵⁰⁰ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Conferência do padre Fernando Arêas Rifan sobre Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, sem data.

Diante das discussões complexas sobre a inserção da Igreja no mundo contemporâneo, destaca-se que os defensores da reforma litúrgica preconizavam algumas ideias levadas adiante e postas em prática pelo clero católico baseadas em alguns princípios:

- a) o princípio da participação dos fiéis que incidiu sobre aspectos que impediam uma maior e mais frutuosa participação do laicato;
- b) princípio da natureza comunitária da liturgia, correlato à ideia de que a natureza da Igreja é ser mais comunitária e menos hierárquica. A concepção comunitária da Igreja é expressa na afirmação de que as ações litúrgicas não são ações privadas, mas celebrações da Igreja que é o sacramento da unidade;
- c) princípio da descentralização litúrgica que, reafirmando os direitos e deveres do Papa e dos bispos quanto às questões litúrgicas, afirma caber também às competências territoriais dos bispos, legitimamente constituída, orientar, na sua região, tanto a ação pastoral litúrgica como promover os necessários estudos e experiências, toda vez que se tratar de adaptações às propostas da Sé Apostólica;
- d) princípio da fidelidade à Tradição que, lembrando as enriquecedoras experiências com que o Mistério foi vivido, recomenda que cada uma das partes da liturgia a ser reformada deve ser prescindida de cuidadosa investigação teológica, histórica e pastoral (Seiblit, 1992, p. 209).

Todavia, apesar dos argumentos apresentados, é possível notar, a partir da leitura das correspondências, que Castro Mayer padeceu com as suas angústias de consciência, que até o estimularam, num primeiro momento, a fazer algumas flexibilizações em Campos, que de fato aconteceram, como, a sugestão episcopal para que a liturgia da palavra fosse celebrada em português e a parte eucarística da missa fosse realizada em latim e em voz baixa, como determina o missal de 1570. Porém, sua consciência o acusava porque entendia que a reforma litúrgica da missa continha influência protestante. E, por isso, disse a Lefebvre e ao Papa Paulo VI que o novo missal não era herético, mas conduzia à heresia (ARQÉcône, 29/01/1970)⁵⁰¹. Eis a razão pela qual Castro Mayer tinha grande hesitação quanto ao *Novus Ordo Missae*.

Em 12 de outubro de 1969, Castro Mayer enviou outra carta a Lefebvre endossando sua peremptória recusa em relação ao novo missal, embora tenha dado sinais de que prepararia o clero e os fiéis para celebrarem pelo *Novus Ordo Missae*. Entendeu a reforma litúrgica como

⁵⁰¹ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 29/01/1970, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

desastrosa e, por isso, trabalhou para diminuir as diferenças entre os dois missais. A referência de Castro Mayer era a liturgia de Trento, entendida e classificada pelo bispo como liturgia perfeita, imortal e tradicional (ARQÉcône, 12/10/1969)⁵⁰².

Castro Mayer desejava conservar o rito antigo de Pio V porque entendia que o rito de Paulo VI era um sacrilégio, cuja “validade da consagração da eucaristia está em perigo devido à influência protestante, representando um desvio da fé tradicional” (ARQÉcône, 12/10/1969)⁵⁰³.

Em 19 de novembro de 1969, Paulo VI fez uma alocução repleta de entusiasmo e esperança sobre a Constituição Apostólica *Missale Romanum* (03/04/1969), que tratava do novo missal. E assim o Papa agiu até o dia 11 de março, quando colocou, de próprio punho, o selo definitivo: *Approbamus in Domino. 11 de martii 1970*. O novo missal foi promulgado com decreto da Sagrada Congregação para o Culto Divino no dia 26 de março de 1970, Quinta-Feira Santa, e ficou pronto para o dia 17 de maio de 1970, ocasião em que o Papa ordenou 278 sacerdotes. Nesta ocasião, cada neossacerdote recebeu o seu exemplar de presente das mãos do próprio Pontífice Romano (Bugnini, 2018, p. 343)

Castro Mayer ficou desapontando com o processo de reforma litúrgica que partia de Roma, pois, percebeu que seu espaço ia se fechando e tinha cada vez menos lugares onde procurar socorro, mesmo na condição de bispo diocesano. Após reflexões e tentativas de adaptações entre o novo missal e a Tradição tridentina, o bispo de Campos dos Goytacazes recusou o novo missal por questão de consciência (ARQÉcône, 08/12/1969)⁵⁰⁴.

Portanto, qual é a vantagem das mudanças introduzidas na Santa Missa pelo *Novus Ordo Missae*? A vantagem é que os protestantes já não podem reclamar, porque ela não reafirma dos dogmas eucarísticos. E, portanto, eles podem usar da nossa missa. Quando a gente sabe que só se dá louvores a Deus na verdade. Então, os senhores podem ver o que é a nova missa. Ela deixa de ser uma profissão de fé. E, uma coisa que pode ser dita por um herege não é uma profissão de fé. A profissão de fé está, precisamente, na afirmação daquilo que nos distingue daqueles que não são católicos. Se essa nossa profissão de fé é aceita por aqueles que não católicos, está errada, está malfeita, não diz propriamente a verdade. Ninguém chega diante de Deus, Nosso Senhor, e diz: eu creio, mais ou menos, que sois um só Deus em três pessoas. A profissão de fé é dita: há um só Deus em três pessoa etc. É assim que deve ser a profissão de fé. O *ordo missae* que não tem essa afirmação, nítida, e, que, portanto, pode ser aceita, também, pelos hereges, simplesmente, não é uma profissão de fé como devia ser, pois, não honra a Deus, Nosso Senhor. Essa é a razão por que eu, em consciência, não posso celebrar a missa nova. Questão de consciência. Ninguém pode me obrigar a celebrar essa missa, porque ninguém pode me obrigar a fazer uma coisa contra a minha consciência. E, segundo o concílio, não se pode impedir a ninguém de agir de acordo com a sua consciência. Se querem ser coerentes com o

⁵⁰² Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 12/10/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵⁰³ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 12/10/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵⁰⁴ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 08/12/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

concílio, ninguém me pode impedir de celebrar (o rito tridentino), porque o novo rito é contra a minha consciência. Eu não posso chegar diante de Deus, Nosso Senhor, oferecer um sacrifício sabendo eu que não agrada a Deus Nosso Senhor, porque não é um rito católico e verdadeiro (ARQTRAD, 10/10/1981)⁵⁰⁵.

O bispo de Campos tinha suas convicções cristalizadas e formou no clero e no seus seminaristas a concepção de que a Igreja era “Verdade imutável” (ARQTRAD, 18/07/1976)⁵⁰⁶ e por isso, ensinou para seu clero e para o laicato que a reforma litúrgica não era um “rito católico e verdadeiro”, tampouco a doutrina conciliar, porque ela era falsa (Padres de Campos, 1988, p. 51).

Por saber que a reforma litúrgica partia de Roma, Castro Mayer não o proibiu o novo missal na diocese. Mas, fez restrições e até avisou ao clero que haveria uma reforma do missal, todavia, de maneira discreta dizia que a reforma aconteceria paulatinamente e os padres teriam o direito de escolher o rito, pois, ambos continuariam válidos (Rosário, 1984, p. 217).

Quando houve a promulgação do *Novus Ordo Missae*, em 1970, Castro Mayer não transmitiu suas angústias ao clero, todavia, à medida que foi havendo o processo de implantação da reforma litúrgica pela Igreja, o bispo de Campos foi demonstrando sua contrariedade e preocupações, ao ponto de considerar que a celebração e participação do novo missal consistiria em “pecado mortal” (Rosário, 1984, p. 217).

Diante desta postura episcopal, a partir do início da década de 1970 foi se formando na diocese duas linhas, a corrente que aderiu ao *Novus Ordo* e a corrente que conservou o missal de 1962, editado por João XXIII, por fidelidade ao bispo diocesano (Rosário, 1984, p. 217).

Por se um reduto de católicos tradicionalistas contrários às reformas conciliares, Campos dos Goytacazes começou a receber padres, seminaristas e freiras de Diamantina, por conta da recepção conciliar empreendida Proença Sigaud, causando grande surpresa em Castro Mayer e Lefebvre (ARQÉcône, 05/10/1969)⁵⁰⁷. Na esteira das migrações de Diamantina para Campos, é necessário destacar as freiras redentoristas, que deixaram a arquidiocese rumo a Campos alegando conservação da ortodoxia católica e fidelidade ao diretor espiritual da casa, o monsenhor Benigno de Brito Costa, que também deixara Diamantina em 1969 rumo a

⁵⁰⁵ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

⁵⁰⁶ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima. Áudio extraído do sermão do padre Eduardo Athayde*. São Fidélis, 18/07/1976.

⁵⁰⁷ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône*, 27/02/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

Campos dos Goytacazes, por divergências pastorais e doutrinárias com Proença Sigaud (ARQPadres TFP, 24/02/1998)⁵⁰⁸.

A exemplo das monjas redentoristas, três padres e quatro seminaristas foram para a diocese de Castro Mayer pela conservação do modelo de Igreja pré-conciliar: padre Antônio da Silveira e Silva (+ 2022), padre José Olavo Pires Trindade e padre Benigno de Brito Costa. Entre os seminaristas, David Francisquini, Antônio Paula da Silva, Gervásio Gobato e José Eduardo Pereira (1933-2020) (ARQPadres TFP, 24/02/1998)⁵⁰⁹.

De acordo com Proença Sigaud, “eles declararam que não obedecerão ao Papa se ele mandar celebrar no Novo Rito, porque a Missa Nova é heretizante.” (ARQSigaud, 1974)⁵¹⁰

A declaração de Proença Sigaud demonstra que havia em Campos um ambiente anticonciliar, por isso, padres, seminaristas e religiosas deixaram Diamantina em direção à Campos, haja vista que o arcebispo de Diamantina a aderiu ao *Novus Ordo Missae* (ARQPadresTFP, 24/02/1998)⁵¹¹. Além disso, de acordo com Castro Mayer, Proença Sigaud teria mudado de pensamento e supostamente teria criticado publicamente o livro *Reforma Agrária Questão de Consciência*, defendeu o fim do celibato clerical e instituiu homens e mulheres como ministros da eucaristia (ARQÉcône, 05/10/1969)⁵¹². Estas medidas eram inaceitáveis para Castro Mayer e para a TFP, e por essa razão, romperam imediata e formalmente com Proença Sigaud em 1969 (ARQÉcône 05/10/1969)⁵¹³. Por conta do caminho tomado por Proença Sigaud, Castro Mayer escreveu-lhe uma carta na qual pontuou as razões pelas quais rompia com arcebispo e se recusava a encontrá-lo (FSIGAUD/SP, 13/10/1969)⁵¹⁴.

⁵⁰⁸ Carta dos quatro padres tefepistas remetidas ao cardeal Augustin Mayer e à comissão Ecclesia Dei, Campos dos Goytacazes, 24/04/1998. Padre David Francisquini, padre Gervásio Gobatto, padre Olavo Pires Trindade e padre Antônio Paula da Silva.

⁵⁰⁹ Carta dos quatro padres tefepistas remetidas ao cardeal Augustin Mayer e à comissão Ecclesia Dei, Campos dos Goytacazes, 24/04/1998. Padre David Francisquini, padre Gervásio Gobatto, padre Olavo Pires Trindade e padre Antônio Paula da Silva.

⁵¹⁰ Carta de Dom Geraldo de Proença Sigaud ao bispo Castro Mayer. Diamantina, 1974.

⁵¹¹ Carta dos quatro padres tefepistas remetidas ao cardeal Augustin Mayer e à comissão Ecclesia Dei, Campos dos Goytacazes, 24/04/1998. Padre David Francisquini, padre Gervásio Gobatto, padre Olavo Pires Trindade e padre Antônio Paula da Silva.

⁵¹² Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 27/02/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵¹³ Ibid.

⁵¹⁴ Campos, 13 de outubro de 1969 Caríssimo D. Sigaud, *Laudetur Iesus Christus!* Recebi seu telegrama, comunicando-me que estaria no Rio dia 13, e viajaria para a Alemanha dia 15, e que desejava estar comigo e com o dr. Plínio antes de sair. Usando de uma franqueza que muita gente se atribui, não sei si justa ou injustamente, não vejo muita utilidade nesse encontro. Sobre a reforma agrária publicaram os jornais uma artigo, digo, entrevista, atribuída a Vossa Excelência, que deixou mal seus colegas de autoria do livro *Reforma Agraria, Questão de Consciência*, e isso, quando a situação política nos impossibilitava qualquer esclarecimento. O máximo que pude fazer foi, num comentário sobre a Reforma Agraria do Peru, reafirmar a posição de RAQC. A propósito do assunto, o dr. Plínio escreveu-lhe uma carta que não obteve resposta. O que significa, da parte de Vossa Excelência, uma tomada de posição que não é a nossa, aquela porque, em outros tempos, lutamos com alegria, la do a indo. Depois, na assembleia da CNBB de julho, segundo me informou d. Quirino de Teófilo Ottoni, na questão do celibato, Vossa Excia agradeceu tanto os progressistas que até d. Helder foi cumprimentá-lo, embora sua atitude tenha

Diante desse problema todos, o arcebispo de Diamantina escreveu para o bispo de Campos e lhe explicou aderir ao Novo Missal por obediência ao Papa e que defendia que a Igreja considerasse a ordenação de homens casados como clero auxiliar:

A POSIÇÃO DA TFP DIANTE DO SANTO PADRE PAULO VI. A TFP tomou a iniciativa de se afastar de mim baseada em notícias que me pareceram de segunda mão, inexatas e até falsas. No entanto não foi só a TFP que tomou a iniciativa de ir se afastando de mim. Quando eu soube, através de estudos que V.Exa. me enviou, que a TFP considerava o Papa Paulo VI suspeito, e não aceitava a reforma da liturgia da Santa Missa, julguei que não era possível manter nenhum vínculo mais com esta organização, a não ser a amizade pessoal com vários de seus membros, e tomei a iniciativa de me afastar publicamente da mesma. RESUMO. Resumindo, creio poder afirmar que a notícia contida na nota 2 do artigo *Que é a TFP? Como nasceu?* Que sou favorável a uma *Reforma Agrária Confiscatória* de e sou contrário ao Celibato Sacerdotal, carece de fundamento. A TFP não precisava afastar-se de mim por esta razão. A notícia de que eu me afastei da TFP porque aceito Paulo VI como Papa legítimo, como autêntico Mestre da Pé, e aceito o ritual novo da S.Missa, abandonando o Ritual aprovado S.Pio V, esta é verdadeira. Lastimo, meu caro D. Mayer, ter de escrever tais cousas. Espero que V. Exa. publique as minhas palavras em seu jornal. E por este ato de justiça me terá V.Exa. muito obrigado. Defendo que houvesse na Igreja Latina um Clero Principal que seria composto de padres e religiosos celibatários, a quem ficariam reservadas as funções mais importantes da Diocese, como as paróquias urbanas, a Cúria, o Seminário, o Cabido e o Episcopado. Ao lado dêste Clero Principal haveria um Clero Auxiliar com uma estrutura canônica e social rígida, e com a- cesso regulamentado por lei. Este Clero Auxiliar Haveria homens ordenados que se dedicariam integralmente ou parcial- mente ao serviço da Igreja. Este Clero teria funções auxiliares e secundárias na Igreja, sob a direção do Clero Principal. O leigo, casado ou não, ingressaria neste Clero Auxiliar como Leitor, com funções na Liturgia, Subiria a Acólito. Depois de vários anos de serviço irregular e vida exemplar seria elevado ao Diaconato Permanente. Entre os melhores Diáconos Permanentes, caso as condições o indicassem como aconselhável e oportuno, se escolheriam os Presbíteros Auxiliares, que poderiam ser casados e exerceriam este sacerdócio auxiliar continuando sua vida conjugal. Na minha exposição à CNBB e em meu trabalho apresentado à Secretaria de Estado não defendo a ordenação sacerdotal de homens casados, mas peço que a S.Sé estude se é viável a admissão ao sacerdócio de homens casados como último degrau na ascensão dentro de um Clero Auxiliar estrutura do rigidamente. E sempre acrescentei: não me parece inevitável que a existência de um tal Clero Auxiliar leve à abo- lição ou diminuição prática do celibato do Clero Latino. Minha inteligência não chega a ver tal consequência como necessária nem como provável. Antes, parece-me que é possível, nesta estruturação dos dois Cleros, manter intato o celibato abrindo as portas do Sacerdócio Auxiliar a homens casados, em circunstâncias determinadas. Vejo que uma boa parte dos Padres Sinodais de- fenderam o celibato sacerdotal e não viram na eventual ad- missão de homens casados ao sacerdócio uma contradição com a conservação da disciplina tradicional. (FSIGAUD/SP 25/02/1972)⁵¹⁵.

consternado a muitos bispos moderados. Tudo isso, d. Sigaud, indica a fixação de usa diretrizes que não é a razão de nosso apostolado. Em tais condições, não vejo título para um encontro antes de sus viagem para a Europa. Estamos em campos diversos, talvez, opostos. Confio que Nossa Senhora ainda nos permita trabalhar juntos. Por ora conservemos a amizade dos tempos ido, duros, mas saudosos. Desejo-lhe boa viagem, e recomendo-se às suas orações. Em Nosso Senhor, DAC Mayer. Arquivo Pessoal de Dom Geraldo de Proença Sigaud, ruptura DAC Mayer/Sigaud, Diamantina, 13/10/1969.

⁵¹⁵ Arquivo de Dom Geraldo Sigaud, Diamantina. Carta de Dom Geraldo ao Bispo Dom Antônio de Castro Mayer, Diamantina, 25/02/1972.

A ruptura com Proença Sigaud foi uma perda grande para a TFP e para a Castro Mayer, que estreitou ainda mais os laços com Lefebvre após o concílio, devido à escassez de bispos dispostos a militarem contra a doutrina do Vaticano II. Afinal, neste momento, ele tinham o objetivo de organizar uma rede de resistência que desse ao processo de recepção uma interpretação mais tradicional, tanto no Brasil como na Europa, haja vista a fala do bispo de Campos para o arcebispo francês: “Roma empurra as almas para heresia.” (ARQÉcône 08/12/1969)⁵¹⁶.

Mais uma vez, disse em particular abertamente o que expressava em suas cartas pastorais de forma mais polida: para evitar as heresias, só seria possível aceitar o Vaticano II à luz dos concílios de Trento e Vaticano I (ARQÉcône, 08/12/1969)⁵¹⁷, ou seja, concílios antimodernos que formaram o conceito de Tradição do bispo de Campos.

Tendo em vista a grande aceitação litúrgica pelo clero brasileiro, Castro Mayer perguntou a Lefebvre se os parceiros de luta no *Coetus Internationalis Patrum* também tinham aderido à nova liturgia, de forma especial Carli, Siri e Florit, ao que o arcebispo informou que sim (ARQÉcône, 08/12/1969)⁵¹⁸.

Apesar da notícia ruim, houve uma notícia boa para a militância tradicionalista: um grupo de padres espanhóis queria conservar o rito tridentino em oposição ao novo missal. À luz dos fatos que ocorriam na Igreja, Castro Mayer decidiu, no início de 1970, que a sua luta contra o *aggiornamento* da Igreja e contra a reforma litúrgica seriam irrevogáveis, uma vez que estava convencido de que a atualização da Igreja “era herética” (ARQÉcône, 26/01/1970)⁵¹⁹.

E, de fato, assim aconteceu: o bispo de Campos escolheu conscientemente resistir e deu essa informação a Lefebvre, por correspondência, afirmando que “Paulo VI era o responsável pelo difícil momento da Igreja” (ARQÉcône, 26/01/1970)⁵²⁰. Por isso, deveriam permanecer irredutíveis na postura de resistência às reformas conciliares, de maneira destacada o ecumenismo e a reforma do missal, “porque o *Novus Ordo Missae* conduz à heresia” (ARQÉcône, 26/01/1970)⁵²¹. É notório o discurso repetitivo de Castro Mayer, porque se trata de um discurso conservador e intransigente diante de uma Igreja que viveu um processo efervescente de mudança.

⁵¹⁶ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 08/12/1969, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵¹⁷ *Ibid.*

⁵¹⁸ *Ibid.*

⁵¹⁹ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 26/01/1970, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵²⁰ *Ibid.*

⁵²¹ *Ibid.*

Em 1970, o advogado Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira (1929-2018), um dos fundadores da TFP, membro ativo do grupo e amigo de Castro Mayer, publicou um estudo sobre a reforma litúrgica⁵²² que, não só contou com a adesão do bispado de Campos, como também teve o estudo enviado para o arcebispo (IPCO, 2015). No entanto, o arcebispo francês fez alguns apontamentos e indicou que a obra estava incompleta. Apesar de Castro Mayer concordar com Lefebvre, decidiu que o livro seria publicado assim mesmo, porque continha críticas pertinentes às “heresias do tempo presente”, que precisavam de serem publicadas (ARQÉcône, 07/09/1970)⁵²³.

Arnaldo Vidigal abordou elementos sobre a teoria do “Papa herege”, cuja base fora descrita por São Roberto Belarmino (1542-1621), e sobre a reforma litúrgica de 1969. A estratégia tradicionalista pensada por Castro Mayer era combater os teólogos progressistas e eximir o Papa, publicamente, pelo menos. A ideia era discordar frontalmente do novo missal e resistir às reformas conciliares, destacando havia “diferença entre a doutrina infalível da Igreja e os documentos oficiais” (ARQÉcône, 07/09/1970)⁵²⁴. A estratégia tradicionalista ressaltava que os dogmas eram imprescindíveis de serem seguidos, as práticas e recomendações pastorais não.

Para tal, Castro Mayer endossou com o arcebispo que a estratégia seria ensinar ao clero e ao laicato que os ensinamentos conciliares seguiam ao neomodernismo, devido aos erros dos teólogos modernistas, que teriam enganado Paulo VI (ARQÉcône, 07/09/1970)⁵²⁵. Por isso, esses teólogos precisariam ser corrigidos e resistidos, uma vez que teriam inoculado nos documentos do Vaticano II seus “erros” doutrinários através de um concílio pastoral - que, diferentemente de Trento e Vaticano I - não proclamara nenhum dogma. Assim, de acordo com a mentalidade anticonciliar, não haveria a obrigatoriedade de ser seguido estritamente, tendo em vista seu caráter pastoral (ARQÉcône, 07/09/1970)⁵²⁶.

Os documentos históricos demonstram que Castro Mayer e Lefebvre sabiam a dimensão da participação direta de Paulo VI no processo de reforma conciliar. Todavia, por questões de hierarquia, o Papa deveria ser poupado publicamente, enquanto os setores progressistas da Igreja deveriam ser combatidos. Pois, para o bispo de Campos, a submissão ao Papa era uma causa pétrea,

⁵²² Considerações sobre o *ordo missae* de Paulo VI (IPCO, 2015).

⁵²³ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 07/09/1970, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵²⁴ *Ibid.*

⁵²⁵ *Ibid.*

⁵²⁶ *Ibid.*

A Igreja passa por uma reforma, ou uma crise; ninguém, no entanto, tinha percebido a profundidade de semelhante crise. Ninguém supunha que algum dia, Bispos católicos, viessem a ferir ponto tão capital da vida da Igreja, como é o Primado monárquico do sucessor de S. Pedro, a quem unicamente, confiou Jesus Cristo o ofício de apascentar seus cordeiros e suas ovelhas, ou seja, os bispos e os simples fiéis. E, de fato, abalado o primado do Papa, desfar-se-ia a sociedade estabelecida pelo Divino Salvador. Já não seria ela mesma. Estaria, como toda sociedade humana sujeita às flutuações do tempo. Não conservaria intacta sua essência, mas ficaria à mercê das contingências humanas. Eis o que sobre o Primado do Papa ensina o 1º Concílio do Vaticano. 1. Que este primado é necessário para que todos os fiéis se conservem unidos pelos vínculos da mesma fé e da mesma caridade; 2. Que, por este motivo, Jesus conferiu somente a Pedro, e na pessoa do apóstolo, a todos os seus sucessores, a jurisdição de pastor e chefe supremo de todo o seu rebanho; 3. Que a esta doutrina claramente exposta nas Sagradas Escrituras, se opõem abertamente as opiniões daqueles que, desnaturando a forma de governo estabelecida na Igreja por Jesus Cristo Senhor Nosso, negam que somente Pedro, e na pessoa do apóstolo, todos os seus sucessores, foi dotado do verdadeiro e próprio primado de jurisdição, com exclusão dos demais apóstolos, e em consequência, dos demais bispos, quer tomados singularmente, quer em conjunto. Pelo exposto se vê a importância capital que tem na Igreja o primado do Papa. É nele que se funda a integridade da Fé e da caridade que devem unir todos os fiéis, e deve ser a nota distintiva da verdadeira igreja de Jesus Cristo (ARQPeJPV, 1986)⁵²⁷.

O discurso de Castro Mayer tem as suas ambivalências, pois, ao mesmo tempo que defende a autoridade do Papa, também se mostra reticente em relação ao pontificado de Paulo VI, conforme demonstram os registros pesquisados.

Na tentativa de demover a intransigência tradicionalista do bispo de Campos, Dom Alfredo Vicente Scherer (1903-1996)⁵²⁸, arcebispo de Porto Alegre e vice-presidente da CNBB, escreveu para Castro Mayer e pediu que esse estudo sobre o novo missal não fosse publicado. A ideia era fazer um acordo: Arnaldo Vidigal não publicaria o seu livro e a CNBB seria mais tolerante com Castro Mayer (ARQBioPlinio, 30/05/1980)⁵²⁹. Entretanto, o acordo não vigorou e Arnaldo Vidigal publicou seu livro sobre o *Novus Ordo* em 1970.

⁵²⁷ Anotações e registros do arquivo particular do padre José Paulo Vieira. Catequese Dom de Antônio de Castro Mayer na rádio Continental em Campos dos Goytacazes, sínodo dos bispos, 25/10/1969. *Memórias da convivência com Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 1981-1986.

⁵²⁸ Ingressou no Seminário Menor de São Leopoldo em 1914 e concluiu os estudos em Roma, onde foi ordenado em 1926. Quando retornou a Porto Alegre, no ano seguinte, foi nomeado secretário particular do arcebispo Dom João Becker. Durante a revolução, em 1930, acompanhou as tropas até o Rio de Janeiro e recebeu o título de cônego. Já no Rio Grande do Sul foi nomeado bispo auxiliar em 1946, mas não chegou a ser sagrado, pois o arcebispo faleceu antes. Eleito Vigário Capitular pelo Cabido Metropolitano, dirigiu a Arquidiocese até ser confirmada a nomeação para arcebispo de Porto Alegre. Durante o episcopado deu continuidade ao V Congresso Eucarístico Nacional, a construção do Seminário Arquidiocesano de Viamão e da Catedral Metropolitana. Foi responsável pelo Novo Lar de Menores, a Casa de Retiro Vila Betânia, o Jornal do Dia, o programa *A Voz do Pastor* e o título de “Pontifícia” para a Universidade Católica. Foi escolhido cardeal em 1969. Em 1981 se tornou Arcebispo Emérito e no ano seguinte tomou posse como diretor da Santa Casa de Misericórdia, cargo que exerceu até 1990, quando sofreu uma isquemia que lhe tirou quase que toda a memória e a visão (Beozzo, 2001).

⁵²⁹ Arquivo de memórias pessoais de Plínio Correa de Oliveira. Reunião Santo do dia, São Paulo, 30/05/1980.

A argumentação de que havia diferença entre a infalibilidade papal e os documentos oficiais do concílio sustentou a postura de Castro Mayer e dos demais católicos tradicionalistas que se opunham às reformas conciliares do Vaticano II e ao missal de 1969.

Endossando a postura intransigente, em 11 de abril de 1971, Castro Mayer publicou a carta pastoral *Aggiornamento e Tradição: confronto entre os conceitos de aggiornamento e de Tradição*, em 11 de abril de 1971. O conteúdo da carta é discrepante da realidade da maioria do episcopado brasileiro, ao condenar a esquerda católica, afirma que o concílio foi uma manobra progressista e confirma que o Magistério da Igreja se mantém o mesmo:

Já não procedem do mesmo modo os teólogos da nova Igreja. Não estão eles atentos à realidade, cuja expressão pode variar desde que, porém, a apresente como ela é. O que eles desejam é satisfazer à mentalidade moderna. Para eles, a atualização da Igreja está na adaptação de sua doutrina a essa mentalidade. E como o homem moderno formou seu pensamento num ambiente cultural todo voltado às aparências, aos fenômenos, e, além disso, avesso à metafísica, a Igreja para não soçobrar, dizem os novos teólogos, precisa acomodar sua doutrina a semelhante maneira de pensar. Não se percebe como tal atitude possa fugir ao erro modernista, segundo o qual, o dogma evolui de um para outro sentido, de acordo com as necessidades culturais da época em que é enunciado (Mayer, 1971, p. 360).

Na referida carta pastoral, Dom Antônio de Castro Mayer introduziu um tom mais combativo do que em suas declarações anteriores e fez uso frequente do termo “nova Igreja”, expressão já empregada anteriormente no mensário *Catolicismo* (1971, p. 3). Esse termo reflete sua crítica ao Concílio Vaticano II e à abordagem pastoral da Igreja institucional no Brasil, especialmente a partir de 1968, com a Conferência de Medellín. Para Castro Mayer, o conceito de “nova Igreja” representava uma ruptura com a tradição, promovendo uma orientação pastoral e teológica que ele julgava incompatível com os ensinamentos históricos da Igreja. Em sua visão, a adoção das diretrizes de Medellín pelos setores da Igreja no Brasil simbolizava uma transformação que colocava em risco a continuidade da doutrina e da prática católica conforme ele como entendia (ARQÉcône, 23/09/1968)⁵³⁰. Por isso, o bispado de Campos dos Goytacazes classificou a situação predominante do catolicismo pós-conciliar como uma doutrina relativista, igualitária e revolucionária, cujo fim seria a subversão doutrinária da Igreja (Mayer, 1971, p. 365).

No que toca a dimensão da sinodalidade pretendida pelas conferências episcopais, Castro Mayer era taxativo:

Mas, o que se pretende agora é modificar a doutrina, é tornar certo o que é errado. Não é lamentar um escândalo existente. É justificar uma rebeldia contra o divinamente instituído. Se no tempo de Lutero a Igreja, em vez de condená-lo e excomungá-lo,

⁵³⁰ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 23/09/1968, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

tivesse feito suas as opiniões do monge de Wittenberg, não teríamos hoje a religião que Jesus nos veio trazer. Estaríamos, como tantas seitas protestantes, caminhando na obscuridade, por seguirem a própria cabeça, ou a própria paixão. – De onde, é natural e justa a apreensão daqueles que temem pela estrutura divina da Igreja, acaso venha a vencer a opinião de certos prelados chamado liberais que atuam no sínodo dos Bispos (ARQPeJPV, 1986)⁵³¹.

Castro Mayer se mantinha vigilante e atuante contra o processo de reforma da Igreja. E, para tal, o bispo tradicionalista entendia que o melhor meio de proteção da fé seria a conservação das práticas religiosas católicas anteriores ao concílio, de maneira especial a recusa ao *Novus Ordo*. Por isso, orientava seus padres a conservarem o missal de 1570, a despeito da reforma de Paulo VI para conservar a ortodoxia doutrinária⁵³².

Temendo o alastramento dos movimentos reformistas na Igreja, em 1972, o bispo de Campos dos Goytacazes escreveu uma carta para o Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, o cardeal Franjo Seper (1905-1981), para denunciar os padres e teólogos redentoristas H. Boelaars e Luís Vereecke que publicaram dois artigos sobre o sacramento da penitência. Boelaars publicou o texto com o título *As celebrações sacramentais da penitência e a doutrina do Concílio de Trento*⁵³³ e Vereecke publicou o texto sob o título *necessidade de confessar-se para comungar*⁵³⁴.

Em ambos os textos, os autores diziam que a necessidade da confissão sacramental estava condicionada ao contexto da sua época e que a determinação do concílio de Trento poderia ser alterada, mesmo sendo um concílio dogmático. Por isso, Castro Mayer se mostrou preocupado e contrariado com o discurso dos teólogos redentoristas: “Como o povo já não tinha mais o desejo de se confessar, logo não haveria mais a necessidade de acorrerem aos confessionários para buscar o perdão dos pecados?” (ARQÉcône, 20/02/1972)⁵³⁵.

Por causa dos textos escritos pelos dois padres redentoristas, o bispo usou o boletim diocesano do mês de abril de 1972, para reafirmar que o esforço de adaptação da Igreja à

⁵³¹ Anotações e registros do arquivo particular do padre José Paulo Vieira. Catequese Dom de Antônio de Castro Mayer na rádio Continental em Campos dos Goytacazes, Sobre o sínodo dos bispos, 25/10/1969. *Memórias da convivência com Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 1981-1986.

⁵³² Anexo 1: (ARQPeJPV, 1986). *Declaração de Castro Mayer sobre a reforma liturgia*, Campos dos Goytacazes, 27/11/1971.

⁵³³ *Carta de Castro Mayer ao cardeal Franjo Seper*, Écône, 20/02/1972, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE). *Theologie der gegenwart*, 1971, nº 3, p. 141-146.

⁵³⁴ *Carta de Castro Mayer ao cardeal Franjo Seper*, Écône, 20/02/1972, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE). *Revue Théologique de Louvain*, 1971, nº 3, p. 358-362.

⁵³⁵ *Carta de Castro Mayer ao cardeal Franjo Seper*, Écône, 20/02/1972, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

mentalidade contemporânea destruiria o catolicismo e promoveria a “religião do homem” em detrimento das verdades de fé da doutrina católica (ARQTRAD, 04/1972)⁵³⁶.

Defensor do discurso da austeridade cristã, no início da década de 1970, dizia que o homem moderno de esquecera da ascética para viver na terra as “ilusões da sensualidade materialista que busca a plenitude neste mundo” (Mayer, 2010, p. 21)

O bispo de Campos enxergava na mentalidade dos padres religiosos contemporâneos, uma propensão ao hedonismo materialista, por isso colocava-se em pleno desacordo com a postura dos teólogos redentoristas. Assim, pediu ao cardeal Seper que se posicionasse publicamente contra os autores dos dois artigos publicados em revistas europeias e reproduzidos no Brasil (ARQÉcône, 02/02/1972)⁵³⁷.

O desejo de Castro Mayer era que Seper endossasse a orientação tridentina: confissão frequente, individual e auricular, não sendo esse sacramento passivo de qualquer alteração pelo contexto histórico (ARQÉcône, 02/02/1972)⁵³⁸.

As divergências entre Castro Mayer e os setores mais progressistas da Igreja foram intensificando-se. Assim, por meio de outra correspondência, em 03/02/1972, informou a Lefebvre que fora convocado para uma reunião privada com o cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, arcebispo do Rio de Janeiro. A reunião seria secreta, mas na edição de 30/01/1972 do jornal *O Estado de São Paulo* e na edição de 03/02/1972, do jornal *O Globo*, foi publicado que os bispos do estado do Rio de Janeiro, regional leste 1 da CNBB, se reuniriam com Castro Mayer para estimulá-lo, ou pressioná-lo, a realizar o processo de recepção conciliar, pois a Igreja de Campos estava isolada das demais dioceses (ARQÉcône, 03/02/1972)⁵³⁹.

Castro Mayer não sabia se iria ao encontro de Dom Eugênio Sales, a quem se referia como “raposa” pela astúcia (ARQÉcône, 03/02/1972)⁵⁴⁰. Castro Mayer queria evitar um encontro com o cardeal do Rio de Janeiro porque não confiava nele e porque queria dificultar a pressão exercida pelo cardeal para que Campos aderisse ao *Novus Ordo*. Segundo o bispo,

Uma liturgia nova; na qual, – se nós entendêssemos bem todas as palavras – desaparece totalmente o santo sacrifício da Missa. Porque – o santo sacrifício da Missa é uma renovação do ato de Nosso Senhor Jesus Cristo – na Missa Nova não há uma renovação: há uma narração do que Nosso Senhor fez na última ceia. É uma liturgia totalmente nova. Aliás, a liturgia sagrada da Igreja tradicional, esta, vai desaparecendo

⁵³⁶ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁵³⁷ *Carta de Castro Mayer ao cardeal Franjo Seper*, Écône, 20/02/1972, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵³⁸ *Carta de Castro Mayer ao cardeal Franjo Seper*, Écône, 20/02/1972, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵³⁹ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 03/02/1972, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵⁴⁰ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 03/02/1972, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

e vai sendo substituída por uma liturgia que é uma liturgia inteiramente profana (ARQBioPlinio, 10/11/1972)⁵⁴¹.

Assim, verifica-se que as fontes históricas pesquisadas apontam para um descompasso eclesiológico, que refletiu no processo de isolamento litúrgico, pastoral e teológico de Campos em relação à Igreja do Brasil, que já tinha o Plano de Pastoral Conjunto desde a sessão conciliar de 1965, cujo objetivo era criar meios e condições para que as dioceses e ordens religiosas brasileiras se ajustassem, o mais rápido e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II. Este processo de ajuste foi acentuado durante a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, e seguiu pelos anos seguintes durante o processo de recepção conciliar no Brasil (Beozzo, 2003). Entretanto, em Campos nada aconteceu e não houve a elaboração de nenhum Plano de Pastoral Conjunto.

Apesar das pressões da Igreja, Castro Mayer continuou seu trabalho de forma implacável. Em 10 de novembro de 1972, durante uma conferência para a TFP a respeito da carta pastoral sobre os cursilhos de cristandade, o bispo afirmou:

Uma disciplina nova: Se é que nós podemos falar em disciplina; porque, o que há na Igreja [Nova] é indisciplina; pura e simplesmente. Cada um faz o que entende, e não há uma autoridade que possa coibir; porque não existe autoridade na Igreja [Nova] que coíba. Paulo VI não coíbe: o que impede que os outros bispos coíbam; porque eles dão uma gargalhada e apelam simplesmente para o Papa. Se fosse necessário eu poderia aduzir aqui o testemunho de Paulo VI, em que ele insiste sobre uma nova Igreja: uma Igreja psicológica, sociológica, que pretende substituir a Igreja tradicional; um movimento dentro da Igreja cuja finalidade é aluir e abalar a Igreja verdadeira de Jesus Cristo; uma Igreja que está toda poluída da fumaça de Satanás. Uma porção de expressões pelas quais o Papa dá testemunho de que existe dentro da Igreja um movimento para construir uma nova Igreja sobre os escombros da Igreja verdadeira, da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo (ARQBioPlinio, 10/11/1972)⁵⁴².

Era assim que Castro Mayer via a Igreja que aderiu ao concílio: uma nova religião cujo culto litúrgico fora descaracterizado pelo Modernismo, de maneira a enganar a cúpula católica. Por isso, estava em desacordo com as ideias que vigoravam na Igreja naquele momento e, ao manter-se intransigente, inseriu a diocese de Campos na mesma situação de isolamento na qual o bispo viveu nas últimas décadas de sua vida.

1973 foi mais um ano de acontecimentos difíceis para a parceira antimoderna estabelecida pelos dois bispos, pois os eventos demonstram que Castro Mayer e Lefebvre estavam cada vez mais isolados na Igreja: o bispado de Campos era acusado de cisma pela CNBB porque não aceitou a reforma litúrgica da missa. E, na Suíça, monsenhor Nestor Adam

⁵⁴¹ *Palestra conferida por Castro Mayer aos membros da TFP, por conta de sua carta pastoral sobre cursilhos de cristandade.* Arquivo de memórias pessoais de Plínio Correa de Oliveira, São Paulo, 10/11/1972.

⁵⁴² *Ibid.*

(1903-1990), bispo diocesano de Sion, proibiu o rito de Pio V para todos na sua diocese, incluindo o arcebispo Lefebvre, que atendia no seminário internacional de Écône: “Chegou aqui uma carta da Suíça dizendo que Mons. Adam, bispo de Sion e Mons. de Friburgo, proibiu a Missa Pio V em todas as igrejas e capelas de suas dioceses, não excetuando a capela de seu seminário. A carta dizia isso explicitamente” (ARQÉcône, 10/02/1973)⁵⁴³.

O trabalho realizado em militância conjunta pelos dois bispos era árduo, haja vista que para resistir e resgatar as práticas antimodernas anteriores ao concílio, Lefebvre criou a revista *Forts dans la Foi*, cujo objetivo era chamar atenção do clero para a filosofia escolástica, porque entendia que a maioria do clero não tinha mais essa influência filosófica por conta do neomodernismo (ARQÉcône, 10/02/1973)⁵⁴⁴. Castro Mayer, por sua vez, estava de pleno acordo com Lefebvre e sempre demonstrou muita gratidão por sua militância empreendida.

O cerco só apertava para os dois prelados que, oito anos após ao término do concílio, ainda trilhavam militância antimoderna e demonstravam resistência pública às reformas conciliares. O resultado foi o isolamento e a crescente pressão dos bispos fluminenses para que Castro Mayer celebrasse pelo missal de Paulo VI.

3.3 A carta a Paulo VI e o isolamento diocesano: 1974-1981

Após anos de discordâncias e intransigências do bispado de Campos em relação ao Concílio Vaticano II, Castro Mayer foi inquirido pela Santa Sé no final de 1973, por meio de um comunicado feito pelo ex-núncio apostólico e então Prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos, Cardeal Sebastiano Baggio, e Dom Vicente Scherer, vice-presidente da CNBB. A Igreja pedia explicações por escrito ao bispo diocesano de Campos dos Goytacazes, que precisou explicar seu ponto de vista formal sobre três assuntos que seriam enviados para Paulo VI (ARQÉcône, 25/01/1974)⁵⁴⁵.

Diante do pedido, o bispo de Campos atendeu rigorosamente o que lhe fora recomendado: em 25 de janeiro de 1974, enviou a Paulo VI a sua análise sobre a Encíclica *Octogesima Adveniens*; sua posição sobre o esquema da liberdade religiosa no concílio e o

⁵⁴³ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 10/02/1973, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵⁴⁴ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 10/02/1973, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵⁴⁵ Carta de Castro Mayer ao Papa Paulo VI, Écône, 25/01/1974, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

estudo do missal de 1969, feito pelo membro tefepista Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira, com o qual Castro Mayer estava integralmente de acordo (ARQÉcône, 25/01/1974)⁵⁴⁶.

Para justificar seu desalinhamento com a Igreja pós-conciliar, Castro Mayer reafirmou sua prática eclesiológica alinhada com o integrismo católico, chamada pelos tradicionalistas como “Igreja de Sempre” (ARQTRAD, 18/07/1976)⁵⁴⁷. Todavia, apresentou seu ponto de vista de uma forma cordial, apesar das críticas abertas ao Vaticano II. No que tocava a figura do Papa, o bispo escolheu o caminho da polidez, haja vista que pediu perdão ao Pontífice Romano pela sinceridade como respondeu à carta: “perdoe-me a fidelidade com que cumpro Suas ordens” (ARQÉcône, 25/01/1974)⁵⁴⁸.

A razão para o pedido de perdão é explicada porque o bispo entendia que a doutrina do Vaticano II era irreconciliável com seus valores religiosos. Por isso, conservou o mesmo modelo eclesiológico anterior ao concílio, o que era necessariamente uma discrepância, uma vez que o Vaticano II promoveu reformas na Igreja. Por isso, disse que vivia o momento mais dramático de sua vida, pois, sabia que a sua postura colidia com as orientações do Papa.

Ele enfatizou que a sua devoção ao papado e a crença no dogma na infalibilidade papal permaneciam intactas, pois sua discordância da Santa Sé era de caráter pastoral e não dogmático. Por isso, não se via como um prelado desobediente.

É interessante notar que as pesquisas históricas demonstram que nos momentos cruciais de profissão de fé, Castro Mayer sempre evoca diferentes concílios da Igreja, entretanto, raramente evocava o Vaticano II, haja vista nesta carta quando mencionou o Concílio Vaticano I, tamanha era sua convicção de fé no Magistério contrarrevolucionário da Igreja.

O bispo de Campos foi honesto e reverente ao Papa. Todavia, entendia que tinha a obrigação moral, por fidelidade e obediência, de dizer que o pontificado de Paulo VI divergia, do ponto de vista de Castro Mayer, do Magistério praticado por papas antecessores. Para tal, pontuou o processo de reformas pelas quais a Igreja passava por causa do Vaticano II (ARQÉcône, 25/01/1974)⁵⁴⁹.

Castro Mayer pediu perdão por falar uma verdade inconveniente ao Papa Paulo VI, que lhe desagradava, porque o bispo de Campos não admitia a ideia de ecumenismo, liberdade de

⁵⁴⁶ *Carta de Castro Mayer ao Papa Paulo VI*, Écône, 25/01/1974, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵⁴⁷ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima. Áudio extraído do sermão de Castro Mayer*. São Fidélis, 18/07/1976.

⁵⁴⁸ *Carta de Castro Mayer ao Papa Paulo VI*, Écône, 25/01/1974, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵⁴⁹ *Carta de Castro Mayer ao Papa Paulo VI*, Écône, 10/02/1973, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

consciência e a doutrina da colegialidade, sob alegação de ser um fator de fragmentação do poder papal em função do crescimento dos poderes das conferências episcopais. Para Castro Mayer, a ideia da colegialidade episcopal, tal e qual fora apresentada no Concílio Vaticano II, tinha influência revolucionária, pelos princípios democráticos, que teriam sido condenados pelo Concílio Vaticano I (Padres de Campos, 1988, p. 37).

Os documentos circulares diocesanos e as publicações no jornal *Catolicismo* mostram que Castro Mayer observava o processo de recepção conciliar como estratégia pensada pelos setores progressistas infiltrarem na Igreja um conjunto de “erros e heresias” (novo humanismo, evolucionismo, naturalismo, Socialismo, Comunismo etc.), que só teriam prosperado na Igreja por ter havido a supressão do Santo Ofício (Padres de Campos, 1988, p. 47). Também manteve suas críticas públicas à nova liturgia e ao ecumenismo, defendeu a conservação do modelo de Igreja pré-conciliar e a liturgia de Pio V, a despeito de haver na diocese padres religiosos que já celebravam pelo missal de Paulo VI.

Não foi possível obter a resposta de Paulo VI à carta que Castro Mayer escreveu. Entretanto, foi possível verificar que o bispo prosseguiu o seu caminho anticonciliar, cujo legado em Campos é inegável.

As cartas escritas a Lefebvre e os registros encontrados nos arquivos pessoais e paroquiais localizados nas cidades que compõem a diocese de Campos demonstram que, no final da década de 1970, o processo de isolamento Castro Mayer estava bem acentuado. Por isso, fortaleceu sua rede de sociabilidade anticonciliar com os padres tradicionalistas de Campos:

Nessa vida de bispo tenho tido que suportar, não digo que dificuldades, mas, lutas por vezes difíceis de atravessar. Eu tive sempre uma certeza de vitória, porquanto, estava conseguir bem sustentado pela retaguarda. A minha alegria são os meus padres. Precisamente pela convicção com que eles aderem à Verdade. Pela convicção com que eles sabem que Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e sempre. Que eles sabem que a nossa Santa Igreja floresce, progride, mas, não muda. Ela se conserva fiel como jequitibá, que cresce altaneiro, mas, conservando sempre a mesma seiva, a mesma identidade, a mesma árvore que foi pequenina. Assim a Igreja, meus filhos, ela floresce, ela frondeja, ela se desenvolve, ela cria novas maneiras de apostolado, e mesmo e novos tipos de santidade, mas, ela é sempre a mesma. Ela não muda. E, nós estamos em uma época em que pretendem mudar a Igreja, em que pretendem dulcificar esse cristianismo, tirando o que ele tem de suave e doce, que é a presença de Nosso Senhor Jesus Cristo. [...] Isso, meus filhos, é a minha grande alegria. É ver esse pungido de padres que, assim, aderem ardentemente a Nosso Senhor Jesus Cristo. [...] Meus filhos, 27 anos de episcopado gloriosos, não por mim, mas, gloriosos pelos padres que a misericórdia de Deus me concedeu, que conduzidos pela Virgem Santíssima, eles realizam nessa diocese, esse prodígio de conservarem uma fidelidade a Nosso Senhor Jesus Cristo, da qual tivermos uma demonstração gloriosa, nessa

coração da Virgem, que eles querem ser da Igreja de Sempre (ARQTRAD, 18/07/1976)⁵⁵⁰.

As fontes históricas apontam que a coesão construída entre Castro Mayer e os grupos tradicionalistas na diocese foi forte, pois, do contrário, eles não teriam conseguido resistir a todo o doloroso processo das exonerações paroquiais, cuja consequência direta foi a formação da União Sacerdotal São João Maria Vianney na década de 1980. E, no sentido de cumplicidade, as palavras inflamadas do padre Eduardo Athayde, diante de mais de 20 mil fiéis em São Fidélis, são elucidativas:

E é necessário sofrer durante esses 27 anos de luta e trabalho dentro dessa diocese. Ele trabalha é pela salvação de nossa alma. E depois de todos esses anos de luta, ele já colhe os seus frutos: 22 padres ordenados. Dos quais, 20 trabalham nessa diocese. Esses padres lhes dão uma obediência, uma adesão que não está baseada numa obediência estúpida. Mas, sim, em uma firme convicção. Porque ele é adepto da Verdade, porque ele é um intransigente defensor da revelação cristã, dos dogmas imutáveis da Igreja. Desta moral que deve transformar o mundo, que não admite que a Santa Igreja de Deus seja humilhada, espezinhada pelo neopaganismo, que quer humilhar a Igreja, fazendo com que ela se curve às suas máximas. Esse bispo vem formando esses padres, que lhe prestam uma obediência baseada na convicção, porque a ele estão unidos na ortodoxia, a esta Verdade imutável. É o bispo que, talvez no mundo, tenha o maior número de padres que lhe prestam uma adesão. Uma adesão firme porque está baseada na verdade. Não está baseada na bajulação, não está baseada nos interesses humanos. Está baseada na fé, na Verdade imutável da Santa Igreja. Sobretudo, porque esse bispo durante 27 anos, ao formar os seus padres, inoculou nos seus corações, um amor imutável. Um amor entranhado que vai até o âmago de suas almas à Virgem Santíssima. Esses padres trabalham por amor a Deus. Tudo deixaram para seguir Nosso Senhor Jesus Cristo. Veem nesse bispo um baluarte da fé católica. Lutam e trabalham e não reclamam, porque trabalham para Deus, como ele também trabalha para Deus, Nosso Senhor. Tem em seu seminário, com toda a paciência, enfrentando todas as críticas, todas as adversidades, ele vai aos poucos formando os seus padres. E a nossa diocese, graças a intercessão poderosíssima de Nossa Senhora, não vê essa vergonhosa deserção de padres que dependuram suas batinas, para se entregar à lascívia, para se entregar à imoralidade, para se entregar à corrupção. [...]. Mais uma vez quero afirmar que essa fidelidade desse clero formado por esse santo bispo é uma fidelidade que está baseada na fé e na Graça de Deus. Mas, fato é que até a hora presente, onde essa segura veneranda envolta e firme está entre nós, o nosso clero permanece unido. E, podemos dizer que esse clero formado por esse santo bispo não teve uma defecção se quer durante esse tempo. É preciso que nós reconheçamos que esse bispo luta e sofre, por amor a Deus, Nosso Senhor, para defender intransigentemente a Santa Igreja de Deus. Caríssimos irmãos, se o mundo ainda pode ter um clero que ama Nossa Senhora, que não derrubou os confessionários, pelo contrário, os constrói por toda parte. Se, caríssimos irmãos, nós temos um clero que ainda não derrubou o sacrifício da santa missa, para fazer da Igreja um templo de festa, um templo de refeições, um templo de banquetes, onde não se renova o sacrifício incruento da cruz, mas, se comemora um banquete qualquer. Então, caríssimos irmãos, é preciso que nós reconheçamos o trabalho desse bispo. Ele nunca nos pediu esse reconhecimento. Essa diocese precisa cerrar fileiras em torno desse bispo, que não é por um dia, nem por um ano. Não é com demagogia, não é comprando as almas, não é perdendo a sua e nem dos seus padres. Não é comprando a publicidade, não é comprando o apoio dos inimigos poderosos da Igreja. Mas, caríssimos irmãos,

⁵⁵⁰ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima. Áudio extraído do sermão de Castro Mayer*. São Fidélis, 18/07/1976.

é lutando, disposto dar até o seu sangue, se preciso for, na defesa da doutrina imutável da Igreja. Excelentíssimo senhor bispo diocesano, tomei da palavra para lhe prestar essa homenagem. Creio que posso dizer que falo em nome daqueles padres que se unem em torno de Vossa Excelência, porque à inteligência de Vossa Excelência, sobretudo, a santidade, a honestidade, a inteligência ao encarar o seu múnus pastoral. Nós, que assim estamos unidos, eu posso, portanto, falar em nome de todos estes que comigo comungam com os mesmos ideais, com a mesma fé. Nós não mudaremos, naquilo que a Igreja é imutável. Nós estamos com Vossa Excelência. E, não estamos só nesse dia de apoteose, estaremos no dia da humilhação, estaremos unidos no dia da derrota, se Nosso Senhor assim desejar. Porque, é na derrota humana que surge definitivamente o triunfo do cristianismo. Foi preciso que Jesus Cristo fosse crucificado para poder ressuscitar. E, se Nosso Senhor nos acha que somos então, oportunos, reles, talvez, pobres, miseráveis, mas, instrumentos da também desse prenúncio da vitória. Se ele deseja para nós, que passemos com ele essa humilhação da crucificação, que estejamos de fé, unidos na verdadeira fé, na verdadeira moral, convictos de que, que nós assim salvamos a nossa alma. Nós assim cumprimos com nossa missão de padre, salvando as almas que nos são confiadas (ARQTRAD, 18/07/1976)⁵⁵¹.

O padre Eduardo Athayde afirmou que o clero estaria unido ao bispo Castro Mayer até na humilhação, porque sabia a diocese iria mudar de linha pastoral no futuro. Afinal, Castro Mayer era visto pelos grupos conservadores como uma honrosa exceção dentro da CNBB, que era vista pelo governo como um organismo de esquerda: “Dom Antônio de Castro Mayer é um contraponto à política de esquerda da CNBB” (ARQSNI, 24/05/1977)⁵⁵².

Em 27 de maio de 1980, Castro Mayer esteve em Roma para sua visita *Ad Limina* ao Papa João Paulo II, mesmo resistindo às reformas conciliares. Castro Mayer tentou, dentro dos seus limites, atender aos protocolos que eram próprios dos bispos diocesanos. Todavia, sua dimensão eclesiológica era um impedimento para a manutenção da mesma integração eclesiástica de outrora.

Por isso, após a visita *Ad Limina Apostolorum*, o bispo recebeu uma carta de Roma, cuja resposta pode vista como um dos principais componentes que evidenciam sua oposição ao concílio e aos *Novus Ordo*: o cardeal australiano James Robert Knox (1914-1983), Prefeito da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, desejava ter informações sobre a realidade pastoral de Campos, e propôs as seguintes questões: a) Na Diocese de Campos são celebradas Santas Missas em língua latina? b) o "pedido" da língua latina na Liturgia da Santa Missa latina Mantém-se? Cresce? Diminui? 2. Na Diocese, existem pessoas ou grupos particulares que insistem em ter a Santa Missa em língua latina segundo o rito antigo ("Missa

⁵⁵¹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima. Áudio extraído do sermão do padre Eduardo Athayde*. São Fidélis, 18/07/1976.

⁵⁵² Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Atividades da esquerda clerical*, Rio de Janeiro, 21/09/1983.

Tridentina")? Qual é a consistência destes grupos? Quais as motivações que os levam a tais posições e aos mencionados pedidos? O bispo de Campos foi claro e direto em sua resposta⁵⁵³.

O bispado de Campos elaborou uma resposta, cuja data foi 15 de junho de 1980, pela qual visou ser a mais clara possível. No documento enviado para Roma, confirmou que havia na diocese a conservação do rito tridentino e alegou os seguintes motivos: o rito de São Pio V demonstra a nítida Teologia que endossa o sacrifício propiciatório pelos vivos e pelos mortos por causa das palavras do ofertório⁵⁵⁴, enaltece o papel da Virgem Maria e dos santos, realça o sacerdócio ministerial, reafirma os dogmas eucarísticos, reforça a catolicidade da Igreja e não tem nenhuma similaridade litúrgica com o culto protestante (ARQÉcône, 15/06/1980)⁵⁵⁵.

Sobre o *Novus Ordo*, o bispo de Campos ressaltou que a reforma litúrgica teria um caráter ecumênico, agradável aos protestantes, porque negligencia os dogmas eucarísticos, dilata o espaço para a leitura bíblica (influenciada pelo esquema *De Fontibus Revelationis*), cria no ofertório uma noção sacrifício judaizante ao evocar “fruto do trabalho e da terra”⁵⁵⁶, destaca a centralidade litúrgica do laicato, enaltece a similaridade entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial dos padres, fortalece a ideia de ceia comemorativa, que representaria uma postura dessacralizante, e, por fim, destacou a liturgia penitencial, *confiteor*, não exprimia a mesma solenidade porque o padre não daria mais a absolvição na missa, ficando a cargo dos fiéis pedirem perdão sem mediação sacerdotal. Portanto, o *Novus Ordo*, em função do texto ecumênico, poderia ser usado nas celebrações protestantes (ARQÉcône, 15/06/1980)⁵⁵⁷.

O bispo de Campos mostrou-se novamente irredutível e intransigente pela defesa de suas crenças e procurou deixar sua postura bem clara para o cardeal Knox. Para tal, o prelado se pautou na constituição *Sacrosanctum Concilium* para conservar o latim na liturgia da missa e explicou que havia padres na diocese que faziam a primeira parte da missa, do início até o momento do ofertório, em português e a consagração toda em latim. O objetivo desses padres,

⁵⁵³ Anexo 2 ARQÉcône 15/06/1980.

⁵⁵⁴ Recebei, santo Pai, onipotente e eterno Deus, esta hóstia imaculada, que eu vosso indigno servo, vos ofereço, ó meu Deus, vivo e verdadeiro, por meus inumeráveis pecados, ofensas, e negligências, por todos os que circundam este altar, e por todos os fiéis vivos e falecidos, a fim de que, a mim e a eles, este sacrifício aproveite para a salvação na vida eterna. Amém. Ó Deus, que maravilhosamente criastes em sua dignidade a natureza humana e mais prodigiosamente ainda a restaurastes, concedei-nos, que pelo mistério desta água e deste vinho, sermos participantes da divindade daquele que se dignou revestir-se de nossa humanidade, Jesus Cristo, vosso Filho e Senhor Nosso, que sendo Deus convosco vive e reina em união com o Espírito Santo, por todos os séculos dos séculos. Amém. (MISSAL QUOTIDIANO, 1947, p. 680)

⁵⁵⁵ *Carta de Castro Mayer ao cardeal Knox*, Écône, 15/06/1980, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵⁵⁶ Bendito sejais, Senhor Deus do universo, pelo pão que recebemos de vossa bondade, fruto da terra e do trabalho humano, que agora vos apresentamos e para nós se vai tornar pão para a vida. Bendito sejais, Senhor Deus do universo, pelo vinho que recebemos de vossa bondade, fruto da videira e do trabalho humano, que agora vos apresentamos e para nós se vai ornar vinho da salvação (MISSAL ROMANO, 1985, p. 514).

⁵⁵⁷ *Carta de Castro Mayer ao cardeal Knox*, Écône, 15/06/1980, Arquivo do Seminário de Écône (ASE).

ao manter o rito de consagração em latim, era garantir a validade da consagração eucarística (ARQTRAD, 10/10/1981)⁵⁵⁸.

A carta enviada ao cardeal demonstrou a rejeição de Castro Mayer ao *Novus Ordo Missae*. Somente com a nomeação de um novo bispo as reformas em Campos, que viveu um processo incompleto de recepção pelo bispado, seriam implementadas.

Da mesma forma como deu seu parecer sobre o *Novus Ordo* para o cardeal australiano, Castro Mayer fez conferências em diferentes paróquias da diocese sobre o concílio e sobre a missa. O objetivo era conservar a liturgia tridentina, segundo o missal de 1962, reforçar o catecismo antimoderno, repelir o ecumenismo e a liberdade religiosa e condenar a infiltração das ideias reformista na Igreja sob a alegação de que o Vaticano II havia trazido dúvidas e ambiguidades para a prática de fé católica (ARQÉcône, 01/06/1981)⁵⁵⁹.

Os padres tradicionalistas de Campos, formados pelo bispo tradicionalista, entendiam que a liberdade religiosa e o ecumenismo eram um problema para a difusão da doutrina católica, haja vista a fala do padre Fernando Rifan:

Agora com relação especial aos protestantes. A falsa noção de unidade e o conceito latitudinarista e ecumênico da Igreja destroem pela base qualquer elã missionário e desejo de conversão, pois não só não converte, mas confirma os hereges nos seus erros. E a prática do princípio da liberdade religiosa do Concílio também leva à ruína as missões (ARQTRAD, 24/04/1998)⁵⁶⁰.

O bispo estava preocupado, pois, havia na diocese sinais de reformas que eram expressas por meio de situações que lhe desagradavam muito. Haja vista a participação de mulheres na liturgia, o que lhe era deplorável. De acordo com Castro Mayer “é pecado moral a mulher se aproximar do altar e foi a missa nova que trouxe toda essa desordem” (ARQTRAD, 10/10/1981)⁵⁶¹.

Em suas conferências, o bispo contrapunha os missais de 1570 e 1969:

Há uma linguagem própria e especial com o uso do latim e em voz baixa durante a consagração e a leitura do cânon. Pois, que seja considerado anátema quem proferir

⁵⁵⁸ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

⁵⁵⁹ *Documento diocesano circular na diocese de Campos dos Goytacazes emitido pelo bispo diocesano*, Écône, 01/06/1981, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵⁶⁰ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Ecumenismo e missões: conferência do padre Fernando Arêas Rifan, da União Sacerdotal São João Maria Vianney, a ser apresentada no Terceiro Congresso Teológico de Si Si No No, sobre ecumenismo*. Albano Laziale, Roma, 24 de abril de 1998.

⁵⁶¹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

as palavras da consagração em voz alta e audível. E, quem descumprir a decisão universal de Trento está fora da Igreja. De certo, que introduzir a língua vulgar na consagração é falso, temerário, origem de males e perturba os santos mistérios (ARQTRAD, 10/10/1981)⁵⁶².

Além das questões litúrgicas, o bispo de Campos fazia outras comparações entre o Concílio Vaticano II e outros concílios:

Sob o ponto de vista da fé, o ano findo registrou um profundo abalo: dogmas, fixados já em definições conciliares, foram simplesmente afastados, ou melhor, negados, na orientação oficial dada aos fiéis: “fora da Igreja não há salvação”, afirmou o IV Concílio de Latrão, o de Florença e vários Papas; “O Espírito Santo serve-se também de outras crenças para encaminhar as almas ao Céu”, ensina, em sentido contrário, o Concílio Vaticano II. E o Grande Mestre, como tal considerado na Igreja instalada, é o Vaticano II. Não se enganaria quem dissesse que na igreja nova, como o Vaticano II começou ou recomeçou a Igreja de Cristo. Em tais condições, que antídoto proporcionais aos fiéis, contra a heresia continuamente destilada pelo concílio joaneopaulino? É preciso verificar qual a alavanca de que se servem os fautores do Vaticano II, para incessantemente manter presente, atuando sobre os fiéis o espírito novo do Concílio. Conhecida a alavanca, opõe-se lhe energeticamente neutralizante. Ora, a alavanca do Concílio é o *Novus Ordo Missae* de Bugnini-Paulo VI. E chegamos ao antídoto contra a heresia que deturpa e elimina a fé católica: conservar a missa de S. Pio V (Mayer, 1988, p. 2).

Angustiado, sobre as reformas conciliares e o *Novus Ordo*, o bispo de Campos via o Vaticano II como “talvez o concílio mais obscuro da História, tantas são as interpretações que dele se registram. Não seria mais honesto declarar a falência de um concílio, cuja única finalidade era tornar a doutrina católica acessível a todos?” (Mayer, 1988, p. 4).

Diante das diferentes interpretações conciliares e da formação rigorosa antimoderna e antiecumênica que recebeu, o bispo se interrogava: “o que eu faço com a decisão universal do Concílio de Trento? Qual das duas igrejas falhou? Uma das duas tem de ter falhado” (ARQTRAD, 10/10/1981)⁵⁶³. Ele se fazia essa pergunta, porque cria que o Magistério de Trento e o Magistério do Vaticano II eram “doutrinas irreconciliáveis” (ARQÉcône, 21 de maio de 1968)⁵⁶⁴.

Esse foi um dos últimos movimentos de Castro Mayer como bispo titular de Campos, pois em novembro do mesmo ano, foi substituído por Dom Carlos Alberto Navarro, após fazer da resistência a sua marca no processo de recepção às reformas conciliares na Igreja de Campos.

⁵⁶² Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

⁵⁶³ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

⁵⁶⁴ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 27/02/1968*, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE)

Desse modo, verifica-se que entre 1965 e 1981, Castro Mayer foi coerente com suas crenças e trabalhou pela conservação do modelo de Igreja pré-conciliar na diocese.

É necessário destacar que em alguns momentos, o bispo se mostrou mais flexível, haja vista a instituição de ministros da eucarística e a tolerância de que a primeira parte da missa fosse celebrada em português. Todavia, a linha que predominou na história de Castro Mayer era a recusa intransigente às reformas conciliares, como foi apresentado nesse capítulo e será endossado no próximo.

O bispo de Campos dos Goytacazes via a sociedade contemporânea como caótica e “totalmente paganizada”, (ARQTRAD, 1983)⁵⁶⁵ em função do processo de secularização, que teria sido agravado por causa do concílio. Segundo Castro Mayer, “Paulo VI não fez nada para conter o processo de secularização” (ARQTRAD, 10/10/1981)⁵⁶⁶. O que foi um fato a mais de afastamento de Roma.

Na diocese, houve problemas internos com padres religiosos e uma profunda descrença em relação à cúpula do catolicismo romano, como fora visto nas páginas anteriores. Por isso, a diocese de Campos dos Goytacazes notabilizou-se na Igreja como uma realidade tradicionalista. Após 1981, quando Castro Mayer tornou-se bispo emérito, entrou num novo ciclo da sua vida e apareceu menos publicamente. Todavia, o legado que deixou na diocese provocou marcas indeléveis, que comprometeram os governos episcopais que lhe sucederam, como apontam os registros.

3.4 A ruptura com Plínio e a TFP: 1982

A relação entre Castro Mayer e Plínio de Oliveira foi sólida e durou décadas, haja vista que o bispo de Campos dos Goytacazes foi protetor e fiador teológico do amigo e líder leigo por mais de quatro décadas (Zanotto, 2007, p. 27). Todavia, a partir de 1979, Castro Mayer demonstrou as primeiras insatisfações com Plínio de Oliveira, ao elucidar algumas situações internas da TFP, com as quais estava em desacordo. Após a deflagração de um processo de desavenças, no final de 1982 aconteceu a ruptura entre ambos, que foi tornada pública somente em 1984 (Zanotto, 2007, p. 26).

⁵⁶⁵ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência ministrada por ocasião do jubileu da Pia União das Filhas de Maria*. Varre-Sai, 1983.

⁵⁶⁶ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

A TFP foi uma instituição que colecionou polêmicas e inimigos por causa da postura antirrevolucionária e anticomunista disseminada por Plínio de Oliveira e seus seguidores. O objetivo líder leigo era combater o pensamento de esquerda na Igreja, e para tal, organizou, em torno de si, um grupo militante de leigos, que contou com o apoio Castro Mayer e Proença Sigaud (Gama, 2019).

De acordo com as cartas escritas pelo o bispo emérito de Campos para Plínio de Oliveira, houve as seguintes razões para que o rompesse relações com o leigo católico: a crença tefepista no dom profético de Plínio de Oliveira; a devoção à dona Lucília professada por integrantes da entidade; a presença de capelas domésticas com sacrário em seis sedes da TFP⁵⁶⁷, além da sede da rua Maranhão, sem autorização de Castro Mayer; a consagração de integrantes como escravos de Plínio e dona Lucília; o anticlericalismo presente entre os jovens tefepistas, que criam que a autoridade de Plínio de Oliveira era suprema na Igreja.

Castro Mayer foi informado de que o culto prestado a Plínio de Oliveira e a dona Lucília era fomentado por João Scognamiglio Clá Dias⁵⁶⁸, a quem bispo queria corrigir sob alegação de ser um jovem desobediente (ARQRuptura, 03/09/1979)⁵⁶⁹. Todavia, o líder tefepista protegia o seu secretário das correções do bispo de Campos. A defesa de Plínio de Oliveira em relação ao pupilo João Clá foi insuficiente para diminuir a desconfiança de Castro Mayer a respeito de algumas práticas religiosas internas da TFP (ARQRuptura, 31/10/1982)⁵⁷⁰.

João Clá Dias conheceu Plínio de Oliveira em junho de 1956 e foi recrutado para compor um grupo que tomava o nome da rua onde funcionada uma das sedes: o grupo da Aureliano Coutinho. Com o tempo, João Clá assumiu as funções de diretor do coro e da fanfarra, formador de jovens e propulsor do álbum de fotos de dona Lucília (ARQTFP, 01/1988)⁵⁷¹, cuja finalidade era estimular a devoção à mãe do fundador da TFP, o que fora pontuado com desconfiança pelo bispo de Campos.

Além desse fato, houve uma questão que deu origem aos problemas entre Castro Mayer e a TFP: na década de 1970, a TFP estabeleceu uma casa de recrutamento e formação na França,

⁵⁶⁷ Êremo de São Bento, êremo de Elias, êremo de Nossa Senhora da Divina Providência, êremo *Praesto Sum*, êremo *Jazna Gora* e êremo Santa Firmeza de Nossa Senhora (ARQRuptura, 31/10/1982).

⁵⁶⁸ Ex-secretário de Plínio de Oliveira, que após o falecimento do líder leigo católico promoveu uma dissidência na TFP ao fundar uma associação laica, que veio a ser o grupo Arautos do Evangelho. Atualmente, os Arautos do Evangelho são uma associação privada de fiéis de Direito Pontifício e das Sociedades de Vida Apostólica *Regina Virginum* e *Virgo Flos Carmeli* (GAMA, 2019, p. 96).

⁵⁶⁹ *Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP*, Campos dos Goytacazes, 03/09/1979.

⁵⁷⁰ *Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP*, Campos dos Goytacazes, 03/09/1979.

⁵⁷¹ *Arquivo de pesquisa sobre padres tefepistas da diocese de Campos dos Goytacazes. E Lefebvre não morreu: comissão de estudos de eremitas e camaldulenses*, São Paulo, janeiro de 1998.

que fora dirigida pelo membro tefepista Martim Afonso Xavier da Silveira, um dos fundadores da TFP e irmão de outros membros proeminentes no grupo: Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira, Plinio Vidigal Xavier da Silveira, um dos membros fundadores da TFP, Caio Vidigal Xavier da Silveira, um dos membros fundadores e Fabio Vidigal Xavier da Silveira. A casa oferecia às famílias laicas tradicionalistas francesas, uma pequena escola católica de cunho conservador, cujo nome era *École Saint Benoît*. Um pequeno estabelecimento de ensino localizado no departamento de Indre a 300 km de Paris. O objetivo era oferecer, além da formação intelectual, uma introdução aos princípios religiosos que regiam o *modus operandi* do apostolado tefepista. Entretanto, a formação dada pela TFP na França pareceu um fato reprovável para os tradicionalistas ligados a Lefebvre, que acusavam a escola de ser um centro de recrutamento e lavagem cerebral infantil por causa da difusão de uma veneração extremada direcionada a Plinio de Oliveira e sua mãe (Gama, 2019).

O episódio ocorrido na escola tradicionalista francesa foi um dos primeiros elementos que comprometeria a relação entre o bispo de Campos e o líder tefepista, porque as denúncias feitas pelos pais das crianças tradicionalistas causaram uma impressão negativa no arcebispo francês e no clero lefebvrista. Como havia conexão direta entre os tradicionalistas de Campos e Écône, o bispado de Campos foi afetado pelas impressões negativas que partiram da Europa. Então, Castro Mayer começou a ter suas restrições doutrinárias em relação à TFP, por causa de Lefebvre (ARQRuptura, 31/10/1982)⁵⁷².

O problema ocorrido na escola francesa causou transtornos para a TFP, pois, no dia 24 de março de 1979, os pais das crianças que estudavam na *École Saint Benoît* redigiram um relatório intitulado *Tradition, famille et propriété: secte ou pas? Un rapport sur la TFP* (ARQDossiê TFP, 24/03/1979)⁵⁷³. O *rapport* ganhou espaço na imprensa francesa e nos principais veículos de comunicação de São Paulo e Rio de Janeiro. Não bastando as acusações de lavagem cerebral, o diretor da escola, Martim Afonso Vidigal Xavier da Silveira, foi preso por 27 dias como o responsável pela situação ocorrida na escola (TFP, 1980, p. 57). Essa situação caracterizou um escândalo reprovado por setores da Igreja no Brasil.

Sobre o documento produzido na França, a TFP respondeu com um longo estudo denominado *Imbroglia, détraction, délire. Remarques sur un Rapport concernant les TFP*

⁵⁷² Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plinio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plinio e a TFP, Campos dos Goytacazes, 03/09/1979.

⁵⁷³ Dossiê que reúne cartas e documentos escritos por diferentes autores cujo conteúdo depõe contra Plinio e a TFP. Campos dos Goytacazes, 16/12/1984.

(1979). Por meio dele, a entidade respondeu às extensas acusações que se tornarão difundidas entre diferentes setores da Igreja (Gama, 2019).

Para resolver esse escândalo, Plínio de Oliveira pediu ajuda a Castro Mayer, que se prontificou a auxiliar o amigo, todavia, com restrições (ARQRuptura, 17/08/1979)⁵⁷⁴. O bispo de Campos, mostrando preocupação com a formação doutrinária tefepista, respondeu ao pedido do amigo manifestando apoio ao dizer que enviaria uma carta explicativa para 100 bispos brasileiros e reafirmou a amizade de longa data, por entender que havia exageros por parte da imprensa que atacava a TFP. Todavia, apesar de crer que havia exageros jornalísticos, Castro Mayer, já desconfiado, pontuou com Plínio de Oliveira que havia alguns membros da TFP que alimentavam o imaginário jornalístico, ao praticarem a devoção ao profetismo pliniano e a divulgação de milagres, supostamente, realizados por dona Lucília (ARQRuptura, 17/08/1979)⁵⁷⁵.

A exortação feita por Castro Mayer a Plínio de Oliveira não considerou somente o escândalo ocorrido na França. Ela foi consequência direta de uma conversa que o bispo teve com um padre diocesano simpático à TFP, cuja identidade não foi revelada na carta remetida a Plínio. Nessa conversa franca, o bispo de Campos e um padre da diocese constataram que os membros tefepistas só consideravam a autoridade de Plínio de Oliveira, pois, criam que “toda a Igreja se concentra em Plínio de Oliveira, pois tudo o mais falhou” (ARQRuptura, 17/08/1979)⁵⁷⁶. Castro Mayer verificou, ainda, que havia jovens tefepistas de Campos que criam que Plínio de Oliveira era imortal (ARQRuptura, 17/08/1979)⁵⁷⁷. O bispo de Campos tentou, todavia, não conseguiu conservar a amizade com Plínio de Oliveira, após constatar algumas crenças de jovens tefepistas de Campos, que eram formados em São Paulo.

O bispado verificou que a palavra de Plínio de Oliveira era o critério de ortodoxia católica para muitos jovens tefepistas, pois, desconsideravam da orientação do clero, incluindo Lefebvre e o próprio Castro Mayer, para dar crédito maior aos ensinamentos de Plínio de Oliveira, visto por muitos como Profeta (ARQRuptura, 17/08/1979)⁵⁷⁸. As palavras escritas pelo amigo bispo foram inesperadas por Plínio de Oliveira, que pretendia organizar um

⁵⁷⁴ *Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP*, Campos dos Goytacazes, 17/08/1979.

⁵⁷⁵ *Ibid.*

⁵⁷⁶ *Ibid.*

⁵⁷⁷ *Ibid.*

⁵⁷⁸ *Ibid.*

movimento conservador unificado contra os movimentos reformistas que aconteciam na Igreja naquele momento (ARQRuptura, 31/10/1982)⁵⁷⁹.

No que tange à observação de Castro Mayer sobre o profetismo de Plínio de Oliveira, o leigo católico não negou que havia essa crença a seu respeito e respondeu discretamente que a preocupação do bispo era desnecessária, sendo a devoção ao profetismo de Plínio de “fórum íntimo dos integrantes da TFP” (ARQRuptura, 31/10/1982)⁵⁸⁰. Afinal, segundo Plínio de Oliveira, “a formação ensinada na TFP estava alinhada com os padrões católicos” (ARQRuptura, 31/10/1982)⁵⁸¹.

A segunda correção foi mais severa, pois, o bispo tinha fundamentos mais consistentes do que a primeira correção. Dessa vez, não ouvira falar dos dons carismáticos proféticos de Plínio de Oliveira. O bispo ouvira, por meio de duas gravações, o próprio Plínio de Oliveira falando dos seus dons carismáticos proféticos. Ao ouvir o discurso gravado, Castro Mayer enviou uma carta datada de 03 de setembro de 1979, com sérias discordâncias e explicou a posição da Igreja sobre os profetas narrados pela Bíblia e na vida dos santos da Igreja. O bispo cria que ao longo da história, houve santos com dons carismáticos do profetismo, todavia, não via esse dom em Plínio de Oliveira (ARQRuptura, 03/09/1979)⁵⁸².

Castro Mayer apoiava e reconhecia a importância do apostolado anticomunista e contrarrevolucionária do amigo leigo, haja vista o testemunho dado em favor da TFP junto ao arcebispo Lefebvre, por ocasião das campanhas contra a Conferência de Medellín (ARQÉcône, 23/09/1968)⁵⁸³. Todavia, apesar da simpatia pública que nutria pelo apostolado tefepista, Castro Mayer restringiu a militância de Plínio de Oliveira ao trabalho de um “leigo inteligente, reto, empenhado em acertar, tenaz no trabalho, votado ao bem, à Igreja e às almas, todavia, sem caráter profético” (ARQRuptura, 03/09/1979)⁵⁸⁴. Por isso, era necessário corrigir os “erros” doutrinários na TFP que se mostravam evidentes para o bispo (ARQRuptura, 03/09/1979)⁵⁸⁵.

Castro Mayer foi muito cuidadoso no conteúdo que escreveu para o leigo e explicou a função dos profetas no Antigo Testamento e os dons carismáticos dos apóstolos de Cristo no Novo Testamento, sendo possível a um profeta ter o dom da precognição⁵⁸⁶. Entretanto,

⁵⁷⁹ *Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP*, Campos dos Goytacazes, 03/09/1979.

⁵⁸⁰ *Ibid.*

⁵⁸¹ *Ibid.*

⁵⁸² *Ibid.*

⁵⁸³ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 23/09/1968*, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁵⁸⁴ *Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP*, Campos dos Goytacazes, 03/09/1979.

⁵⁸⁵ *Ibid.*

⁵⁸⁶ Percepção extrassensorial na qual o indivíduo percebe uma informação sobre um futuro local ou evento antes dele acontecer.

reafirmou que Plínio de Oliveira não se encaixava nessa categoria (ARQRuptura, 03/09/1979)⁵⁸⁷. Castro Mayer prosseguiu:

A função de realizar a restauração pretendida pelos conservadores não será o desabrochar da TFP pelo mundo. A TFP é importante, mas há outras pessoas na luta conservadora que não são seguidores de Plínio. A TFP não fará a restauração almejada, pois, ela é mais um grupo conservador na militância conjunta (ARQRuptura, 03/09/1979)⁵⁸⁸.

O bispo de Campos defendia de maneira intransigente que o laicato devia obediência ao clero e discordou quando entendeu que Plínio de Oliveira colocava a si mesmo e a TFP num lugar de destaque, que não lhe competiam, como apontam os documentos: “A TFP compõe a parte discente da Igreja” (ARQRuptura, 31/10/1982)⁵⁸⁹. Afinal, o modelo eclesiológico de Castro Mayer jamais permitiria esse destaque tefepista acima da autoridade do clero: “a Igreja é por instituição divina uma sociedade desigual, na qual se distingue uma parte docente e outra discente, Hierarquia e súditos. Não possuem, pois, qualquer parcela de função docente, nem de poder hierárquico” (Mayer, 1971, p. 33). Este ponto de vista explica porque o bispo tolheu Plínio de Oliveira, por mais eficiente e eloquente que Plínio de Oliveira fosse, e os registros apontam que de fato era.

Em 20 de outubro de 1982, Castro Mayer escreveu outra carta a Plínio de Oliveira, na qual tocou em três temas delicados: negou, novamente, o profetismo de Plínio ao afirmar que “acho que não lhe devo o *status* de profeta”; destacou a “atmosfera desfavorável ao clero” presente na TFP; retirou a única autorização que dera para haver capela doméstica com sacrário na sede tefepista da rua Maranhão (ARQRuptura, 20/10/1982)⁵⁹⁰.

Lefebvre e os padres de Écône desconfiavam da TFP e não escondiam isso, haja vista o silêncio do arcebispo em relação ao *rapport* que partiu da *École Saint Benoît* e a desavença ocorrida na África do Sul entre os padres lefebvristas e o senhor José Raymundo, que era membro da TFP naquele país. Segundo as pesquisas históricas, o clero tradicionalista presente na África do Sul duvidava da ortodoxia doutrinária da TFP (ARQRuptura, 31/10/1982)⁵⁹¹.

⁵⁸⁷ Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP, Campos dos Goytacazes, 03/09/1979.

⁵⁸⁸ *Ibid.*

⁵⁸⁹ Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP, Campos dos Goytacazes, 10/12/1982.

⁵⁹⁰ Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP, Campos dos Goytacazes, 03/09/1979.

⁵⁹¹ Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP, Campos dos Goytacazes, 10/12/1982.

A divergência entre o clero de Écône e a TFP precisa ser considerada entre os elementos influentes no processo de ruptura entre Castro Mayer e Plínio de Oliveira, pois, entre o choque das duas correntes conservadoras, o bispo de Campos tendeu à posição lefebvrista e contra a TFP (ARQRuptura, 31/10/1982)⁵⁹². Somado aos eventos ocorridos na França e na África do Sul, Castro Mayer fez as suas próprias constatações em Campos e São Paulo e então, em 10 de dezembro de 1982, formalizou sua decisão sobre Plínio de Oliveira: “cada um toma sua responsabilidade e segue seu caminho” (ARQRuptura, 10/12/1982)⁵⁹³.

O bispo de Campos demonstrou seu incômodo pela autonomia tefepista e justificou que, enfim, percebera que a sua presença entidade representava uma restrição durante as reuniões tefepistas, uma vez que os membros do grupo tinham um discurso quando o bispo estava presente e outro discurso quando estava ausente. Por isso, concluiu que essa forma de ligação pastoral era injustificada.

Diante das posições de Castro Mayer, Plínio de Oliveira fez grande empenho usando os argumentos possíveis para demover o amigo da ideia de ruptura: “peço-lhe pela nossa velha amizade que me declare com toda a franqueza se em algo mais posso esclarecê-lo, ou se encontra alguma censura a fazer” (ARQRuptura, 07/11/1982)⁵⁹⁴.

Primeiro, Plínio explicou que não havia “atmosfera desfavorável ao clero”, havia a discordância das ideias progressistas e a “reprovação conciliar em pleno apoio aos beneméritos padres tradicionalistas de Campos na gloriosa posição que vão tomando face ao *Novus Ordo Missae*” (ARQRuptura, 31/10/1982)⁵⁹⁵. O líder tefepista enfatizou o lugar discente da TFP na hierarquia católica, sempre subordinada à autoridade do clero, cuja função era transmitir a doutrina e administrar os sacramentos (ARQRuptura, 07/11/1982)⁵⁹⁶. Todavia, sem sucesso, porque o bispo passou a ver a TFP como um grupo egocêntrico que se “coloca acima da Igreja” (ARQRuptura, 02/07/1984)⁵⁹⁷.

Sobre a necessidade das capelas domésticas com sacrário, Plínio de Oliveira destacou que os membros tefepistas comungavam diariamente, repudiavam o rito de Paulo VI, ficavam incomodados com os trajés indecentes nas filas de comunhão durante as missas nas paróquias

⁵⁹² Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP, Campos dos Goytacazes, 10/12/1982.

⁵⁹³ *Ibid.*

⁵⁹⁴ Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP, São Paulo, 31/10/1982.

⁵⁹⁵ Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP, Campos dos Goytacazes, 10/12/1982.

⁵⁹⁶ Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP, São Paulo, 31/10/1982.

⁵⁹⁷ Carta de Castro Mayer ao amigo Homero Johas sobre a situação da Igreja e a ruptura com Plínio e a TFP. Campos dos Goytacazes, 02/07/1984.

da arquidiocese, cujo clero negava a eucaristia para os integrantes grupo pela “declaração de resistência da TFP face à *Ostpolitik* vaticana⁵⁹⁸” (ARQRuptura, 31/10/1982)⁵⁹⁹.

Logo, a solução encontrada foi a instituição de ministros da eucaristia tefepistas por Castro Mayer, cuja finalidade era atender especificamente ao grupo. Então, para que todos pudessem comungar diariamente, houve a implantação de capelas com Santíssimo Sacramento em diferentes sedes localizadas na cidade de São Paulo, com a anuência do bispo de Campos dos Goytacazes. Todavia, essa anuência fora feita oralmente, e como não havia documento comprobatório para convencer o bispo emérito de Campos, entendeu que se tratava de um equívoco de Plínio de Oliveira (ARQRuptura, 31/10/1982)⁶⁰⁰.

Isso posto, é possível verificar um impasse, porquanto Castro Mayer se lembrava de ter concedido sua licença somente para capela doméstica da rua Maranhão e sobre o mesmo pedido para outras sedes tefepistas, lembrava de ter sido taxativo: “não posso conceder” (ARQRuptura, 05/11/1982)⁶⁰¹.

As hóstias eram consagradas nas missas celebradas pelo cônego José Luiz Marinho Villac e depositadas nas capelas em diferentes sedes. Entretanto, nem sempre havia padres disponíveis para o atendimento eucarístico, por isso, Castro Mayer instituiu ministros da eucaristia específicos para o atendimento da TFP. Os primeiros tefepistas instituídos como ministros da eucaristia por Castro Mayer foram Martim Afonso Xavier da Silveira Júnior, citado acima como diretor da TFP francesa, Carlos Eduardo Schaffer, futuro diretor da TFP austríaca e Marcelo Pereira de Almeida, camaldulense⁶⁰² no êremo de *Jazna Gora* (ARQRuptura, 31/10/1982)⁶⁰³.

Quando o bispo de Campos rompeu com Plínio de Oliveira e parou de frequentar a sede da rua Maranhão, também suspendeu a autorização da capela do Santíssimo Sacramento e pediu que Plínio de Oliveira buscasse autorização na arquidiocese, junto ao cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (ARQRuptura, 05/11/1982)⁶⁰⁴.

⁵⁹⁸ Termo usado para expressar a complacência vaticana em relação ao regime socialista da URSS (MATTEI, 2013).

⁵⁹⁹ *Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP*, Campos dos Goytacazes, 10/12/1982.

⁶⁰⁰ *Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP*, Campos dos Goytacazes, 10/12/1982.

⁶⁰¹ *Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP*, Campos dos Goytacazes, 10/12/1982.

⁶⁰² Sede da TFP que tinha um sistema de recolhimento, de silêncio e de estudo mais intenso. O nome existia em homenagem às Camaldulas fundadas por São Romualdo (IPCO, 2015).

⁶⁰³ *Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP*, São Paulo, 31/10/1982.

⁶⁰⁴ *Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP*, Campos dos Goytacazes, 10/12/1982.

Sobre o dom carismático profético, Plínio de Oliveira argumentou haver o profetismo oficial, próprio da “Sagrada Hierarquia” da Igreja, parte docente a governar a parte discente. Todavia, poderia haver o profetismo privado, “não-oficial”. E, sobre o carisma privado do profetismo, o leigo foi contundente: “esta é uma apreciação que diz respeito tão só a minha pessoa” (ARQRuptura, 07/11/1982)⁶⁰⁵. Plínio reafirmou sua obediência e fidelidade à hierarquia da Igreja, todavia, havia membros da TFP que criam no seu dom carismático profético, que era exercido em caráter privado. Assim, não haveria problema algum. Entretanto, Castro Mayer descartou o posicionamento do líder tefepista.

Após as devidas explicações, tendo em vista o difícil momento vivido pelos setores conservadores, Plínio de Oliveira propôs a união desses setores, cujo objetivo seria organizar a resistência unificada às reformas conciliares. O desejo do leigo católico era organizar a militância conjunta entre a TFP, os padres de Campos e a FSSPX, apesar das desconfianças de Lefebvre e do seu clero (ARQRuptura, 07/11/1982)⁶⁰⁶.

Castro Mayer não se sensibilizou com as justificativas de Plínio de Oliveira e se manteve irredutível. Os episódios que se seguiram a partir de dezembro de 1982 só endossaram a decisão do bispo emérito de Campos dos Goytacazes. A partir desse momento, não foram encontrados mais registros entre o bispo e o líder leigo, o que sugere de que fato romperam relações.

Em 26 de outubro de 1983, o professor Orlando Fedeli (1933-2010)⁶⁰⁷, ex-membro tefepista e fundador da Sociedade Monfort, escreveu uma carta para Castro Mayer, na qual anexou a “ladainha da Senhora Dona Lucília”, que era rezada na TFP (ARQDossiê TFP, 26/10/1983)⁶⁰⁸. Castro Mayer respondeu desconhecer tal ladainha e que sua recitação consistia em “blasfêmia” (ARQDossiê TFP, 04/11/1983)⁶⁰⁹.

Em julho de 1984, surgiu outra denúncia contra a TFP: Luiz Filipe de Freitas Guimarães Ablas, ex-membro da TFP, lavrou uma declaração em Cartório relatando o *Ordo* da Sempre Viva, sociedade secreta tefepista da qual foi membro. Ablas afirmou que se consagrou como escravo de Plínio Corrêa de Oliveira, ou Luigi Plínio Elia, seu nome oficial na sociedade secreta (Zanotto, 2007, p. 197). Diante desses fatos, Castro Mayer declarou: “Plínio me enganou por

⁶⁰⁵ ARQRuptura: cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP, São Paulo, 31/10/1982.

⁶⁰⁶ Cartas trocadas entre Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira nas quais Castro Mayer rompeu relações com Plínio e a TFP, São Paulo, 07/11/1982.

⁶⁰⁷ Orlando Fedeli foi membro da TFP por 20 anos. Atuou como historiador católico brasileiro, apologista e professor universitário. Foi fundador e presidente da Associação Cultural Montfort, em 1983, que também seguia a linha anticonciliar.

⁶⁰⁸ Dossiê que reúne cartas e documentos escritos por diferentes autores cujo conteúdo depõe contra Plínio e a TFP. Carta do professor Orlando Fedeli a Castro Mayer. São Paulo, 26/10/1983.

⁶⁰⁹ Dossiê que reúne cartas e documentos escritos por diferentes autores cujo conteúdo depõe contra Plínio e a TFP. Resposta de Castro Mayer ao professor Orlando Fedeli, Campos dos Goytacazes, 04/11/1983.

40 anos” e a “TFP é uma sociedade herética na qual há um anticlericalismo visceral” (ARQDossiê TFP, 16/12/1984)⁶¹⁰. Além de julgar a TFP como o “grupo mais nocivo ao tradicionalismo” (ARQÉcône, 24/07/1985)⁶¹¹.

Em resposta, a TFP publicou um extenso estudo denominado *Servitudo ex caritate* (1985), pelo qual explicita sob quais termos se compreendia internamente a consagração da chamada “Sagrada Escravidão” (Gama, 2019, p. 87).

Na obra, o autor do texto, Átila Sinke Guimarães, pretendeu, num primeiro momento, explicar que a escravidão compreendida pelo senso comum daquela chamada *esclavage d’amour*, tendo o mesmo sentido da escravidão de amor proposta por São Luís Grignon de Montfort em seu *Tratado da Verdadeira devoção à Santíssima Virgem*, em que coloca esta consagração puramente em termos de dependência e obediência ao superior e não como pertencimento espiritual a outrem, como ápice da perfeição cristã desejada pelos integrantes da entidade (Guimarães, 1985, p. 47).

As críticas pela suposta devoção a Plínio e a dona Lucília foram igualmente contestadas pela TFP em uma primeira obra, um ano antes, em dois volumes intitulada *Refutação da TFP a uma investida frustra* (1984) e foi assinada igualmente por Átila Sinke Guimarães. A obra foi composta pelo primeiro volume de caráter doutrinário, por meio da qual, a TFP pretendeu responder às acusações fundamentando-se na tradicional doutrina da Igreja acerca da devoção a personagens não-canonizados. E, pelo segundo volume que foi composto de fichas hagiográficas, buscando demonstrar que o culto aos vivos e não-canonizados seria uma constante na história da Igreja (Gama, 2019, p. 87).

Mesmo com estudos e publicações tefepistas, Castro Mayer se mostrava inflexível: “sobre o dr. Plínio e a TFP, só lamento ter chegado à conclusão que cheguei muito tarde. Dr. Plínio é um paranoico, com todos os vícios e malefícios que um paranoico causa nos círculos que o seguem. Em consciência, não posso e não devo ter com ele conversa nenhuma” (ARQRuptura, 02/07/1984)⁶¹².

Como a situação com Castro Mayer era irreversível, Plínio tentava amenizar as relações com o episcopado brasileiro. Mas, apesar das tentativas de desvencilhar-se das acusações de heresia, culto ilícito e de uma vida religiosa secreta divergente do catolicismo institucional, a

⁶¹⁰ Dossiê que reúne cartas e documentos escritos por diferentes autores cujo conteúdo depõe contra Plínio e a TFP. Carta de Castro Mayer a um pai aflito, Campos dos Goytacazes, 16/12/1984.

⁶¹¹ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 24/07/1985, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁶¹² Carta de Castro Mayer ao amigo Homero Johas sobre a situação da Igreja e a ruptura com Plínio e a TFP, Arquivo do Seminário da Imaculada Conceição, Campos dos Goytacazes, 02/07/1984.

TFP ficou marcada negativamente pelas acusações dos egressos e, por isso, recebeu, também em 1985, uma nova repreensão, desta vez por meio da CNBB.

Durante a 23ª assembleia-geral da CNBB recomendou que os fiéis católicos se afastassem da TFP:

[...] É notória a falta de comunhão da TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade) com a Igreja no Brasil, sua hierarquia e o Santo Padre. O seu caráter esotérico, o fanatismo religioso, o culto prestado à personalidade de seu chefe e genitora, a utilização abusiva do nome de Maria Santíssima, conforme notícias veiculadas, não pode de forma alguma merecer a aprovação da Igreja. Lamentamos os inconvenientes de uma entidade civil que se manifesta como uma entidade religiosa católica, sem ligação com os legítimos pastores. Sendo assim, os bispos do Brasil, exortam os católicos a não se inscreverem na TFP e a não colaborarem com ela (CNBB, 1985, p. 3).

A esse comunicado, a TFP respondeu solicitando provas dessa falta de comunhão, fazendo referência à então recente punição do Frei Leonardo Boff, prócer da Teologia da Libertação, em razão de seu livro *Igreja, carisma e poder* (Gama, 2019, p. 88). A entidade buscava uma boa relação com o episcopado, entretanto, agia com rigidez em alguns momentos.

No que tange à acusação de anticlericalismo feita por Castro Mayer e compartilhada por outros clérigos católicos, em 26 de janeiro de 1985, Plínio de Oliveira fez uma conferência que ficou conhecida oficiosamente como *Refutando a Dom Mayer*. Nesse evento, a TFP reuniu mais de 1500 correspondentes e esclarecedores e reforçou, novamente, sua obediência e fidelidade à hierarquia católica. Entretanto, o discurso de Plínio de Oliveira não encontrou eco na CNBB e no clero tradicionalista de Campos dos Goytacazes.

Naquele mesmo ano, Lefebvre fez uma ordenação no seminário de La Reja, na Argentina. Por ocasião das ordenações, em 4 de outubro de 1985, Castro Mayer escreveu-lhe uma carta para averiguar se haveria entre os ordenandos algum membro da TFP, pois temia que sua participação em algum evento com a presença de algum tefepista fosse entendida pela opinião pública como possível reconciliação com Plínio de Oliveira. Nas palavras de Castro Mayer, “a TFP é, talvez, o elemento mais nocivo à Igreja ortodoxa e tradicionalista” (ARQÉcône, 04/10/1985)⁶¹³. De maneira pública e notória, Castro Mayer evitava estar em qualquer lugar onde houvesse um membro da TFP. Segundo João Clá Dias, pupilo de Plínio de Oliveira, Castro Mayer rompeu com o líder tefepista pela inveja que sentia em relação ao amigo leigo e porque Plínio de Oliveira disse numa carta que preferia romper com o bispo a ter que romper com a Igreja (Dias, 2016, p. 611). Todavia, a carta na qual Plínio teria dito tal afirmação ao bispo de Campos não foi encontrada.

⁶¹³ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre escrita em 04/10/1985, Seminário Internacional de Écône, ARQÉcône.

Devido às sagrações episcopais de Écône em 1988, a TFP emitiu um comunicado sobre o evento. Tão logo a excomunhão do arcebispo francês foi anunciada, Plínio de Oliveira teve em vista fazer todas as distinções necessárias entre os movimentos tradicionalistas, visando proteger a TFP da imagem de cismática e colaboradora com os setores tradicionalistas mais radicalizados que já não estavam mais com plena comunhão com a Santa Sé. O comunicado à imprensa então distribuído e publicado no jornal *Catolicismo* de agosto de 1988, diz:

A TFP é uma entidade voltada ao estudo e à ação acerca dos problemas socioeconômicos, à luz dos ensinamentos imutáveis da Igreja católica. A tensão entre o arcebispo Marcel Lefèbvre e a Santa Sé versa, de modo especial, sobre temas de índole estritamente teológica e canônica, como, por exemplo, se a nomeação de um bispo por Roma deve preceder necessariamente à sagração deste. Em assuntos desta natureza a TFP jamais tomou posição (Oliveira, 1988).

Em 1991, Castro Mayer emitiu sua última declaração a respeito da ruptura com Plínio de Oliveira e a TFP:

Existe um visceral anticlericalismo na TFP: tudo que vem do clero é preconceituosamente recebido. Basicamente, mantém-se que todos os padres são ignorantes, poucos zelosos ou interessados e tais outras qualidades. Bem, então, tendo em mente a constituição divina da Igreja que foi instituída por Jesus Cristo, o anticlericalismo habitual da TFP, latente, faz dela uma seita herética, e, portanto, como disse, animada por um princípio contrário ao dogma estabelecido por Jesus Cristo na constituição de Sua Igreja (Gama, 2020, p. 30).

Em 1991, Castro Mayer faleceu em Campos, rompido com o amigo que lutou ao seu lado por 46 anos. Após o falecimento de Castro Mayer, Plínio de Oliveira continuou sua militância, mas já debilitado e faleceu em 3 de outubro de 1995. Nos seus últimos anos de vida, foi assistido sacramentalmente por seis padres tradicionalistas: quatro⁶¹⁴ que atuavam em Campos, mas, sem comunhão com o bispo emérito, pela proximidade lefebvrista, (ARQTFP, 24/02/1998)⁶¹⁵, pelo cônego José Luiz Marinho Villac, que trabalhou em Campos e atendia a TFP em São Paulo, e pelo padre Antônio da Silveira, que fora ordenado em Diamantina, pelo arcebispo Proença Sigaud, e morava em Barueri nos anos de 1990.

O líder tefepista foi enterrado no cemitério da Consolação, em São Paulo, junto ao corpo de dona Lucília Ribeiro dos Santos Corrêa de Oliveira, após as celebrações funerárias que contaram com grande solenidade e reuniram centenas de integrantes da TFP do Brasil e do exterior.

⁶¹⁴ David Francisquini, Gervásio Gobato, José Olavo Pires Trindade e Antônio Paula da Silva.

⁶¹⁵ Padre David Francisquini de Cardoso Moreira, padre Gervásio Gobato, de Laje do Muriaé, padre Antônio Paula, de Italva e padre Olavo Pires Trindade, de Miracema. *Arquivo de pesquisa sobre padres tefepistas da diocese de Campos dos Goytacazes*. Campos dos Goytacazes, 24/02/1998.

Castro Mayer estreitou laços com Plínio de Oliveira por uma identificação ideológica, que se aprofundou ao longo dos anos de militância conjunta. Segundo o bispo de Campos, Plínio de Oliveira e o seu grupo começaram positivamente. Entretanto, ao longo dos anos houve um processo de corrupção doutrinária estimulada por João Clá Dias e permitida pela “paranoia do líder” (ARQRuptura, 02/07/1984)⁶¹⁶. Ao perceber esse movimento, o bispo de Campos se afastou do grupo e ficou surpreso por ter demorado tanto tempo para perceber as distorções de caráter que eram evidentes.

É fato certo que a parceria estabelecida entre o bispo de Campos e o líder leigo foi um fato relevante na história do catolicismo brasileiro, afinal, ainda hoje há milhares de pessoas que seguem as orientações doutrinárias ensinadas por ambos. Assim, verifica-se que eles deixaram um legado religioso e cultural indelével na história contemporânea do catolicismo brasileiro no século XX, tamanho foi o impacto promovido por esta parceria vista como uma militância antirrevolucionária.

3.5 Conclusão

Esse capítulo apresentou um recorte histórico de 16 anos, iniciado em 1966, quando teve início o primeiro processo da primeira recepção praticado por Castro Mayer em Campos até ruptura com Plínio de Oliveira, em 1982, quando já era bispo emérito.

Ao longo destes 16 anos, houve diferentes fases analisadas à luz das fontes históricas pesquisadas sobre Castro Mayer entre 1966 e 1968. Ao longo dos três primeiros anos, o bispo de Campos, e membro do *Coetus*, seguiu às recomendações feitas pelos padres integrantes deste grupo que planejaram resistir às reformas conciliares. Castro Mayer orientou seu clero e seus fiéis que a interpretação correta dos documentos conciliares deveria se dar à luz dos concílios de Trento e Vaticano I, no intuito de conservar a Tradição da Igreja.

Todavia, a interpretação dada pelo bispo de Campos não predominou no episcopado católico brasileiro e o prelado entrou num longo processo de conflito com setores mais progressistas, que foi exposto nas páginas do mensário *Catolicismo*.

1968 foi um ano marcante para a Castro Mayer e para diocese de Campos, pois, nesse ano foi denunciado como tradicionalista por padres religiosos presentes na diocese; foi abertamente criticado pelo núncio apostólico por intransigência; ficou muito angustiado pela Conferência de Medellín; abriu fogo contra eventos católicos progressistas no Brasil através

⁶¹⁶ Carta de Castro Mayer ao amigo Homero Johas sobre a situação da Igreja e a ruptura com Plínio e a TFP. Campos dos Goytacazes, 02/07/1984.

das páginas de *Catolicismo* e estreitou laços estratégicos com Lefebvre para resistir às reformas do Concílio Vaticano II.

Nos anos seguintes, a partir de 1968, o bispo de Campos entrou numa espiral angustiante porque a Igreja do Brasil deu início ao processo de recepção conciliar de maneira subjetiva, havendo diversos processos de recepção que destoavam do modelo de Igreja pré-conciliar e da hermenêutica que Castro Mayer deu ao Concílio Vaticano II. O resultado das diversas formas de recepção acentuou o processo de resistência e isolamento que aconteceu na Igreja de Campos em relação às demais dioceses do Brasil.

No que tange o arcebispo Lefebvre, no mesmo momento em que Castro Mayer começou a ter problemas mais graves em Campos, inaugurou-se na vida do arcebispo um período de instabilidades: em outubro de 1968, deixou o cargo de Superior Geral da Congregação dos Padres do Espírito Santo; em 1970 recebeu do bispo de Friburgo, Mons. François Charrière (1893-1976), a aprovação da FSSPX, em caráter experimental por seis anos; em 1973 monsenhor Nestor Adam, bispo diocesano de Sion, proibiu o rito de Pio V para todos na sua diocese, inclusive para o arcebispo Lefebvre; em 1975 a aprovação da FSSPX foi retirada pelo bispo Mons. Pierre Mamie (1920-2008), sucessor de Mons. Charrière; 1976, Lefebvre recebeu a suspensão *à divinis* de Paulo VI (MALLERAI, 2021, p. 675).

A situação desenhava-se cada vez mais difícil para parceria tradicionalista dos dois bispos, porque as pressões para a adesão conciliar aumentavam. Haja vista que no Brasil, além das cobranças que partiam do núncio apostólico, do episcopado fluminense, destacadamente na pessoa de Dom Eugênio Sales, e de Roma, que “entrou em campo” para endossar as instâncias de cobrança e pressão. Por isso, o bispo de Campos precisou responder diretamente ao poder supremo da Igreja sobre as suas questões conciliares (ARQÉcône, 25/01/1974)⁶¹⁷.

E o bispo o fez de forma reverente e honesta, mantendo-se irredutível diante do processo de resistência às reformas conciliares, apesar de suas tristezas, conforme compartilhou com Lefebvre pelas cartas. Então, alegando questão de consciência, o bispo repeliu o missal de 1969 e pediu ao Papa pela conservação do missal tridentino na diocese (ARQTRAD, 12/09/1969)⁶¹⁸.

Apesar da resistência intransigente de Castro Mayer, destaca-se sua intenção em realizar o seu processo peculiar de recepção, mas, após alguns momentos de pequena flexibilidade,

⁶¹⁷ *Carta de Castro Mayer ao Papa Paulo VI*, Écône, 10/02/1973, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁶¹⁸ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta original de Dom Antônio de Castro Mayer ao Papa Paulo VI pela conservação do rito tridentino*. Campos dos Goytacazes, 12/09/1969.

permaneceu intransigente, conservando sua postura integrista a despeito das recomendações da Igreja (ARQÉcône, 25/01/1974)⁶¹⁹.

Após anos de resistência, convocado à última instância, ofereceu obediência e fidelidade irrestritas ao Papa, no que toca às questões dogmáticas da Igreja. Todavia, em relação a pastoralidade, Campos conservaria a formação que o bispo diocesano recebera nos seus anos de estudos, a despeito das preferências e recomendações reformistas que partissem de Roma.

A partir desse momento, a única saída encontrada para que houvesse uma recepção conciliar na diocese de Campos seria a substituição do bispo diocesano. E, assim, a Santa Sé procedeu: Castro Mayer foi substituído e reuniu em torno de si o clero diocesano removido pelo bispo substituto.

Na última década de vida, Castro Mayer contou com seus padres e Lefebvre, visto que Plínio, seu companheiro de décadas de batalha, foi repellido pelo bispo de Campos, também sob alegação questão de consciência.

Dessa forma, verificou-se neste capítulo que os anos da segunda metade do episcopado de Castro Mayer à frente de Campos foram intensos e desafiadores, em função das angústias descritas por ele em função do período de recepção conciliar, que em Campos foi brecado pelo bispado, que primava pelo integrismo intransigente, cujos desdobramentos foram agravados nos anos seguintes a sua aposentadoria, tamanho foi o legado conservador que deixou na sua diocese.

⁶¹⁹ *Carta de Castro Mayer ao Papa Paulo VI, Écône, 10/02/1973, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).*

4 A CRISE DIOCESANA E A RESOLUÇÃO PELA IGREJA

O capítulo 4 tem o objetivo explicar a crise pós-conciliar na diocese de Campos dos Goytacazes, a partir de novembro de 1981. Essa crise foi um conflito religioso que dividiu o clero, as religiosas e o laicato por toda a diocese e confrontou duas linhas do catolicismo romano em todas as cidades componentes da diocese, quando aconteceu a substituição do bispo emérito pelo bispo Dom Carlos Alberto Navarro.

O antimoderno e intransigente Castro Mayer e seus seguidores se entendiam como dídimos conservadores da Tradição, haja vista a fala do porta-voz da União Sacerdotal São João Maria Vianney: “nós não somos tradicionalistas, nós somos católicos fiéis à Tradição” (ARQTRAD, 2/07/1996)⁶²⁰.

Essa concepção de fidelidade à ortodoxia da fé, *Ad saecula saeculorum*, foi intensificada durante os primeiros anos da crise conciliar que se abateu em Campos, cujo fundamento era o arcabouço doutrinário que Castro Mayer recebeu na sua formação e praticou durante sua vida como sacerdote católico. Por outro lado, com a transição episcopal em Campos, Dom Carlos Alberto Navarro foi visto como dídimo representante da instituição Igreja, que se reformara na década de 1960, por ocasião da reunião conciliar. Então, da mesma como João XXIII propôs para a Igreja Universal, o novo bispo foi visto como o executor do *aggiornamento* da Igreja de Campos, tanto em relação a ela mesma como ao mundo contemporâneo (Seiblitiz, 1992). O que era inadmissível para metade do clero diocesano, como demonstram os registros históricos analisados.

É necessário destacar que a crise em Campos foi um processo iniciado no final da década de 1960, quando os primeiros padres de diferentes congregações religiosas, presentes na diocese, tiveram divergências pastorais e eclesiológicas com o bispo diocesano. A partir daí, o conflito foi explanado através do choque entre as duas correntes católicas que deram ao Vaticano II visões opostas.

A corrente ligada ao bispado de Campos viu com restrições os documentos conciliares e o processo de recepção praticado pela Igreja a partir do final da década de 1960, porque foi entendido como “movimento subversivo” em Campos (Mayer, 2010, p. 100). Apesar da visão tradicionalista, a corrente conciliar, que divergiu do bispado de Campos por mais de dez anos, desejava receber positivamente e implementar os documentos conciliares, a fim de

⁶²⁰ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Catequese do padre Fernando Arêas Rifan aos fiéis de Bom Jesus do Itabapoana*, Bom Jesus do Itabapoana, 02/07/1996.

seguir em consonância com a Igreja Universal. Todavia, essa corrente era constituída por padres religiosos (redentoristas, padres do Sagrado Coração, salesianos, jesuítas, beneditinos, carmelitas etc.) e alguns poucos padres diocesanos, que gradualmente foram aderindo ao concílio.

Apesar da autonomia da parcela mais progressista do clero religioso presente na diocese, a decisão de recepcionar positivamente o concílio em Campos aconteceu parcialmente, pois, não houve o patrocínio do bispado, que ficou reticente em meio às transformações ocorridas na Igreja, durante os anos de 1960 e 1970.

Então, tendo em vista a recepção conciliar truncada e incompleta que aconteceu, por causa do bispo diocesano, foi somente quando Dom Carlos Alberto Navarro tomou posse da diocese que o projeto de recepção adentrou ao bispado diocesano. O resultado da mudança pastoral no leme de Campos foi o acirramento da divisão no seio do clero e do laicato, cuja culminância aconteceu em 1988, por ocasião das sagrações episcopais, em Écône.

Entretanto, após duas décadas de ruptura, formalizada 1988, devido às excomunhões, em janeiro de 2002, houve a reconciliação da linha tradicionalista, por meio da criação da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney, cuja origem é União Sacerdotal formada pelos padres exonerados por Dom Carlos Alberto Navarro entre 1982 e 1987.

Assim sendo, pretende-se demonstrar e explicar neste capítulo o processo tardio e conflituoso de recepção do Concílio Vaticano II, ocorrido no contexto diocesano de crise pós-conciliar, a fim conjecturar o processo que gerou a Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney, que foi a solução encontrada pela Igreja para solucionar a questão de Campos e, assim, celebrar a integração de todos os católicos à plena comunhão da Igreja.

4.1 A chegada de Dom Carlos Alberto Navarro em Campos e a transição na diocese: 1981

Em agosto de 1981, Dom Carlos Alberto Navarro foi nomeado bispo de Campos dos Goytacazes, após ter sido padre e bispo auxiliar da arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Nasceu no Rio de Janeiro em 30 de outubro de 1931, filho de João Gimeno Navarro e Maria do Carmo Etchandy Navarro. Recebeu formação militar desde a educação básica, pois, o jovem Carlos Alberto Navarro fez a segunda metade do ensino fundamental e o ensino médio

no Colégio Militar, sediado na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1943 e 1953, ano que entrou no seminário São José do Rio de Janeiro (ARQDioCampos, 1982)⁶²¹.

Aos 27 anos foi ordenado em 29 de junho de 1959, por Dom Jaime de Barros Câmara, na antiga catedral da capital fluminense. E, durante seu sacerdócio na arquidiocese, atuou como professor, prefeito de estudos e diretor espiritual do seminário menor São José (1960-1966); assessor da Secretaria Nacional dos Seminários da CNBB (1964-1971); assessor da Secretaria Nacional das Vocações Sacerdotais (1970-1971); diretor da Divisão de Educação da Guanabara (1967-1974); assessor-chefe da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro (1975); capelão da Irmandade de Santo Antônio de Pádua e Nossa Senhora da Boa Vista (1964-1981); coordenador arquidiocesano de pastoral (1971-1975). Em 1975, Dom Carlos Alberto Navarro foi sagrado bispo no Rio de Janeiro pelo cardeal Dom Eugênio Sales (Ribeiro; Paz, 2022, p 56).

Após seis anos como bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Carlos Alberto Navarro foi nomeado para bispo de Campos, pelo Papa João Paulo II, em 29 de agosto de 1981 para suceder a Castro Mayer e implementar o processo de recepção conciliar em Campos. Por ocasião da sua posse na diocese, Dom Carlos Alberto Navarro foi recebido em Campos dos Goytacazes pelo prefeito Raul David Linhares, devidamente acompanhado por Dom Eugênio Sales (Ribeiro; Paz, 2022, p. 57).

A diocese estava apreensiva com a chegada do novo bispo, pelas diferenças pastorais que havia entre ele e Castro Mayer. Por isso, Dom Carlos Alberto Navarro era visto como ameaça pela linha tradicionalista e como um renovador das esperanças diocesanas pela linha conciliar. Os registros apontam que o novo bispo foi tolerante e buscou o diálogo com todos os padres e grupos religiosos da diocese (ARQDioCampos, 1982)⁶²².

Segundo relatório diocesano entregue ao novo bispo, no início de 1981, havia 671 387 habitantes no território diocesano. Dos quais, 560 mil eram católicos. Havia 51 padres distribuídos por 33 paróquias⁶²³: 36 padres diocesanos; quatro monges beneditinos, cujo superior era Dom Fidélis Widmer (O.S.B.); cinco padres redentoristas, cujo superior era o padre José Cândido Barbosa (CSSR); três padres salesianos, cujo superior era o padre Ademir Regazzi (S.D.B.); quatro padres carmelitas descalços, cujo superior era o padre Alexandre Flori

⁶²¹ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Panfleto sobre a biografia de Dom Carlos Alberto Navarro distribuído aos diocesanos*, Campos dos Goytacazes, 1981.

⁶²² Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia São José do Avahy*, Itaperuna, 1982.

⁶²³ As pesquisas apontaram que as exonerações aconteceram em 17 paróquias diocesanas e tocaram 25 padres.

(O.C.D). Nenhum diácono permanente, quatro seminaristas na Teologia, três seminaristas na Filosofia e seis seminaristas menores (ARQDioCampos, 1981)⁶²⁴.

No controle da diocese, além de Castro Mayer, havia a cúria diocesana era composta por seis padres: Rosário, Ovídio Calvo, Henrique Conrado Fischer, Licínio Rangel, Othon Deodato de Souza e Fernando Rifan (ARQDioCampos, 08/1981)⁶²⁵.

Havia sete Institutos femininos de vida consagrada: Filhas de Maria Auxiliadora (salesianas), 19; Monjas Redentoristas, 19; Irmãs Carmelitas da Divina Providência, dez; Irmãs Missionárias de Nossa Senhora de Fátima, quatro; Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, sete. Além do Instituto Secular Santa Terezinha e do Instituto Secular São José, cujo número de religiosas não foi informado (ARQDioCampos, 08/1981)⁶²⁶.

A doutrina católica era difundida pelas cartas pastorais do bispo diocesano, por *Catolicismo* (10 mil exemplares mensais) e pelo jornal *Veritas* (1500 exemplares mensais). A prioridade pastoral diocesana era a catequese nas paróquias, o laicato era distribuído em associações religiosas subordinadas ao clero, o governo diocesano era exclusividade do clero e os conselhos paroquiais eram constituídos pelos padres e por leigos do gênero masculino, por recomendações do bispado (ARQDioCampos, 1981)⁶²⁷.

Não havia movimento ecumênico na diocese e a paróquia mais progressista era o Convento Redentorista de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que detinha o único grupo de pastoral leiga na diocese, Ação Familiar Cristã, e o único grupo diocesano de ministros da eucaristia, constituído por 13 homens, cuja instituição aconteceu no dia 05 de abril de 1981:

Dom Antônio de Castro Mayer POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTOLICA, BISPO DE CAMPOS. MINISTROS DA EUCARISTIA. Atendendo ao que Nos expôs o R.P. José Candido Barbosa, Reitor de Igreja e do Convento dos RR. PP. Redentoristas de Campos, Havemos por bem constituir, como pela presente constituímos Ministro Extraordinários da Santíssima Eucaristia ao Senhor. Para o fim especial de auxiliar a distribuição de Sacra de Comunhão na Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Convento dos RR. PP. Redentoristas, sempre que os Rev.mos Padres estiverem impedidos de fazê-lo e quando houver grande número de comungantes que alongaria por demais a Santa Missa. O exercício deste Ministério está circunscrito à Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Convento Redentorista. Tenha o Ministro de Santíssima função Eucarística presente sua obrigação de levar vida católica edificante, como convém a quem recebeu de Deus Nosso Senhor a graça insigne de tocar as Sagradas Espécies; cultive especial devoção à Santíssima Eucaristia. No exercício de seu cargo atende cuidadosamente às normas

⁶²⁴ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Relatório quinquenal da Diocese de Campos, 1975-1980*. Campos dos Goytacazes, 1981.

⁶²⁵ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Relatório pessoal reservado da Diocese de Campos*. Campos dos Goytacazes, agosto de 1981.

⁶²⁶ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Relatório pessoal reservado da Diocese de Campos*. Campos dos Goytacazes, agosto de 1981.

⁶²⁷ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Relatório quinquenal da Diocese de Campos, 1975-1980*. Campos dos Goytacazes, 1981.

prescritas na Diocese, relativas à decência e modéstia com que devem os fiéis aproximar de Sagrada Mesa, não duvidando em negar a Sagrada Comunhão a quem se afaste dessas normas, de acordo com o nº 9 de Instrução de S.C. de Concílio de 12 de janeiro de 1930 (C.P.B. apêndice XX). Uma indulgência nesta matéria é um dos fatores responsáveis pelo clima sensual da sociedade de hoje. Dade e passada na Nossa Cúria Episcopal de Campos, em 5 de abril de 1981. +Antônio de Castro Mayer (ARQDioCampos, 05/04/1981)⁶²⁸.

Castro Mayer deu ministros da eucaristia somente para os padres redentoristas e para a TFP. Essa concessão é uma das ambivalências praticadas pelo bispo de Campos. Todavia, não retira dele a posição de bispo conservador.

A cerimônia de recepção ao novo bispo teve lugar na praça São Salvador, em frente à catedral e contou com a presença de autoridades religiosas, dos poderes civis e militares, além de um público estimado em 10 mil fiéis (Folha da Manhã, 1981, p. 1).

Ao tomar posse, entre as primeiras medidas, o novo bispo diocesano criou um conjunto de pastorais, cujo secretariado atuava diretamente nas decisões com o bispado. Entre os secretários, estavam casais que atuaram como pontes junto à população nas comissões diocesanas, para dinamizar o apostolado da Igreja, a campanha da fraternidade e outras pastorais que não existiam na diocese até então (Ribeiro; Paz, 2022, p. 58).

Como novidade pastoral na diocese, Dom Carlos Alberto Navarro deu espaço para o advento da Renovação Carismática Católica, RCC (Ribeiro; Paz, 2022, p. 58), que não existia em Campos, porque Castro Mayer a via como um movimento da “nova religião protestantizada” (Mayer, 2010, p. 100). A RCC, de fato, era uma novidade, pois, até então, o laicato era regido pelo clero e integrava as associações de fiéis, a saber: Cruzada Eucarística, Liga Católica, Congregação Mariana, Legião de Maria, Pia União das Filhas de Maria e Apostolado da Oração. A saber, Ordem Terceira do Carmo (ARQDioCampos, 1981)⁶²⁹.

A doutrina recebida pelo laicato de Campos dos Goytacazes sempre destacou, por determinação do bispado diocesano, que havia distinção entre as funções e os “simples leigos eram a parte discente da Igreja. Pois, essas diferenças ministeriais eram dogmas de fé” (ARQTRAD, 1983)⁶³⁰.

Então, tendo em vista o conjunto de transformações que aconteciam na Igreja pelo mundo, o novo bispo sabia que Campos dos Goytacazes tinha uma situação peculiar em relação ao concílio. Todavia, ainda não tinha a dimensão da hostilidade que enfrentaria pelas

⁶²⁸ Arquivo diocesano de Campos dos Goytacazes. *Documento de instituição de ministros da eucaristia do Convento Redentoristas de Campos dos Goytacazes*, 05/04/1981.

⁶²⁹ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Relatório quinquenal da diocese de Campos 1975-1980*, Campos dos Goytacazes, 1981.

⁶³⁰ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Jubileu dos 50 anos da Pia União das Filhas de Maria*, Varre-Sai, 1983.

divergências pastorais e eclesiológicas que eram praticadas pelo bispo emérito. Afinal, Castro Mayer, deliberadamente, agiu na mentalidade anticonciliar para brecar as reformas na diocese, o que atrasou o processo de recepção conciliar (Mérida, 2016, p. 71). Haja vista o depoimento do padre Rosário, Vigário Geral da diocese,

Expirado o prazo, pensei que deveria, inevitavelmente, pôr em prática as mudanças prescritas na celebração da Missa. E a isso já me dispunha, quando recebi oficialmente nova orientação da Diocese: continuar com o antigo rito, uma vez que o Novo Ordo não tinha caráter obrigatório. Estranhei um pouco a reviravolta, mas nada objetei, confiando plenamente no critério da Autoridade Diocesana. E como continuava a não morrer de amores pela nova Missa, tranquilizei-me. (...) Formou-se então, então, na Diocese de Campos dupla corrente: uns, por motivo de fé, rejeitaram a Nova Missa. Outros, também por fidelidade à sua fé, viam-se no dever de adotar o missal vindo de Roma. (...) Continuei, pois, com o antigo missal, considerando que o novo, como me fora dito, não era obrigatório. Mas como não levava em viagem o missal de São Pio V, aceitava o que me fosse apresentado fora da Diocese de Campos (Rosário, 1984, p. 270).

O depoimento do padre Rosário é claro ao dizer que o bispado de Campos tinha preferência pelo rito de Pio V. Além das memórias do padre Rosário, o boletim diocesano de junho de 1977, oito anos após a promulgação do *Novus Ordo Missae*, também serve como fonte que aponta a mentalidade presente no catolicismo campista, que privilegiava o uso do publicou latim em detrimento da língua vernácula:

Eis que o Latim tem a vantagem de acentuar o lado misterioso do Sacrossanto Sacrifício da Missa, e conciliar maior respeito por tão augusto Sacrifício. O vernáculo, pelo contrário, supõe a pretensão de penetrar o amago do grande Mistério. Tenta, portanto, dissipá-lo ou, ao menos, diminui-lo. Vem a ser uma tentação contra a Fé. Nela caiu Lutero, e os Protestantes em geral, que não admitem que na Santa Missa haja um verdadeiro e próprio sacrifício. [...] Em segundo lugar, porque o Latim torna mais consciente, no homem, a transcendência de Deus. O Latim, pois, é um instrumento sobremodo útil para o fiel compenetrar-se dos sentimentos, com que deve se unir ao Sacerdote que se oferece sobre o Altar torna a participação da Santa Missa, também sob este aspecto, mais frutuosa (ARQTRAD, 1977, p. 1)⁶³¹.

O latim e a liturgia de Pio V foram defendidos como forma de manutenção do afervoramento da fé, em detrimento das ideias reformistas, vistas pelo bispado de Campos como destruidoras da fé católica. Por isso, segundo Castro Mayer, era necessário vigiar os movimentos progressistas:

Daí, vermo-nos a braços com os destemperos heretizantes de Küng, Schillebeeckx, Pothiers etc., e com erupções heterodoxas disseminadas em revistas, outrora católicas,

⁶³¹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular diocesano sobre liturgia. Campos dos Goytacazes, 1977.

que predis põem os fiéis à aceitação de uma nova igreja que não é a Igreja de Jesus Cristo. Mais do que nunca é preciso vigiar e orar (ARQTRAD, 1980, p. 4)⁶³².

Os documentos pesquisados demonstram que o bispo emérito se distanciara do episcopado brasileiro, pois havia a pressão de Dom Eugênio Sales para que celebrasse pelo missal de 1969. A razão para esse afastamento é justificada pelas crenças do bispo de Campos que observava o processo de transformação conciliar como infiltração modernista e marxista na Igreja, no intuito de destruí-la por dentro (Mayer, 1971, p. 365). Por isso, a Igreja particular de Campos ficou alheia aos movimentos católicos na América Latina, como as conferências episcopais de Medellín e Puebla, 1979, no México, e as celebrações anuais da Campanha da Fraternidade (ARQDioCampos, 28/01/1979)⁶³³.

A proposta era conservar a prática anticonciliar de maneira perene na diocese, mesmo após a chegada do novo bispo, porque a corrente tradicionalista entendia que a Igreja era sempre a mesma, e por isso, não muda:

São Tomás de Aquino declara que as leis humanas não devem ser mudadas, a não ser quando haja evidente necessidade, ou ao menos, grande utilidade que o exija. E dá como razão o fato de que a própria mudança encerra uma imperfeição, de vez que lança certo descrédito sobre a mesma lei. Que diria, então, São Tomás, da Fé? Porque a Fé não impõe apenas uma prática de procedimento, que pode variar. A Fé versa sobre verdades reveladas por Deus. Portanto, é, de si, imutável. Daí, o axioma sintetizado na frase latina “*immota fides*”, para significar perfeita em matéria de Fé (Mayer, 2010, p. 26).

A manutenção do discurso conservador em Campos era ampla e tocava diferentes frentes que preconizavam o antiecumenismo, a rigorosa observância do uso da batina pelo clero, a comunhão de joelhos e diretamente na boca, a conservação do latim na liturgia, a expressa proibição das mulheres exercerem qualquer atividade litúrgica, a reprovação social de que os católicos frequentassem clubes, bailes, praias e piscinas e no aspecto político, o bispado de Campos recomendava que os católicos votassem somente em candidatos que fosse contra o divórcio (ARQDioCampos, 30/10/1978)⁶³⁴.

O processo de recepção conciliar no catolicismo brasileiro inseriu a Igreja na missão crítico-profética que desencadeou a pastoral social que afixou grande parcela do clero e do laicato nas denúncias contra as iniquidades sociais, que expressavam uma relação entre

⁶³² Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Documento circular diocesano sobre a reforma litúrgica*. Campos dos Goytacazes, 1980.

⁶³³ Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 30/10/1979.

⁶³⁴ Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 28/01/1978.

opressores e oprimidos, desde o nível das empresas e dos grupos até o das nações e povos (Morais, 1982, p. 45). Diante dessa situação, Castro Mayer escreveu um pequeno artigo direcionado aos diocesanos, cujo título era *azares do aggiornamento*. O bispo demonstrava as preocupações pastorais concernente ao concílio, que o atormentavam:

João XXIII não desceu aos pormenores, como faria esse aggiornamento. Essa seria a tarefa do concílio. Acontece que o “Modernismo” – confluência de todas as heresias, como definiu São Pio X no seu postulado – não pedia uma adaptação da Teologia ao mundo moderno, continuou ele a agir, através de “sociedades secretas”, nas expressões do mesmo São Pio X (AAS, 1910, p. 665). Não é de estranhar tenha ele aproveitado a oportunidade, e se tenha insinuado nos meios eclesiais, para desviar, no seu sentido de verdadeira mudança doutrinária, o aggiornamento, na expressão proposta pelo Papa Roncalli. Eis como se explica a lamentação de Paulo VI – realizador do Concílio – quando se entristecia ao ver, após o sínodo, em vez de uma unidade viva e florescentes, surgirem, na Igreja, dissensões, ambiguidades e incertezas (Mayer, 2010, p. 26).

Desde o final da década de 1960 até o período em que foi substituído no governo diocesano, Castro Mayer manteve polidez em relação ao Papa, porque criticava as reformas conciliares e os teólogos progressistas abertamente. Todavia, em público, o bispo emérito poupou Paulo VI e João Paulo II, reservando suas críticas aos pontífices somente nos momentos particulares, como nas cartas que escreveu para o arcebispo francês (ARQUÊcône, 26/01/1970)⁶³⁵.

O bispo anticonciliar procurou uma boa política com Roma, nos limites que a situação permitia. Haja vista que fez a visita *Ad Limina*, em maio de 1980, acompanhado pelo padre Fernando Rifan. Todavia, foi insuficiente para que o bispado de Campos se tornasse mais flexível às reformas que aconteciam na Igreja naquele momento. Por isso, quando Dom Carlos Alberto Navarro chegou à diocese, havia um clima de animosidade, porque todos os padres das congregações religiosas já celebravam pelo missal de Paulo VI, mas, os padres diocesanos não (Ribeiro; Paz, 2022, p 58).

Por ocasião da chegada de Dom Carlos Alberto Navarro, Castro Mayer emitiu, em 17 de setembro de 1981, um documento circular de boas-vindas ao novo bispo diocesano. Apesar do título de boas-vindas, o conteúdo era polêmico e anunciava discordâncias com a cúpula do catolicismo romano:

CIRCULAR ao Rev.m Clero e aos fiéis da Diocese de Campos. Como publicaram os meios de comunicação social, o Santo Padre João Paulo II nomeou bispo de Campos ao Exm e Rev.m Sr. Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro. Nascido no Rio de Janeiro no dia 30 de outubro de 1931, ordenado no dia 29 de junho de 1959, criado bispo auxiliar do Em Sr. Cardeal Eugenio de Araújo Sales, esteve ao lado do Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, durante seis anos. Com grande experiência

⁶³⁵ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 26/01/1970, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

pastoral no nosso Estado, vivificada por fervoroso zelo apostólico, Sua Ex. Dom Carlos Alberto Navarro será certamente o verdadeiro pai e pastor da grei de Cristo que é a Diocese de Campos. Congratulo-me, assim, com o Rev.mo Clero e os fiéis desta circunscrição eclesiástica, no momento em que envio fraternal e efusiva saudação ao Ex.me Rev.mo Bispo Diocesano Dom Carlos Alberto. Quando deixo o governo da Diocese de Campos, cumpro o suave dever de apresentar a todos, Autoridades Cíveis, Judiciárias e Militares, ao Rev.mo Clero, às instituições e aos fiéis deste recanto do Estado do Rio de Janeiro, meus penhorados agradecimentos pelas atenções e colaboração que sempre me dispensaram, durante meu episcopado. Peço ao Santíssimo Salvador que, pelas mãos maternais de Maria Santíssima, recompense tanta bondade com abundantes graças de perseverança no bem e de salvação. Minha maior preocupação, na vida sacerdotal, foi a de empenhar-me pela pureza e integridade da fé, sem a qual é impossível agradar a Deus (S. Paulo aos Hebreus, XI, 6). Seja-me permitido, ainda uma vez, destacar a vigilância que, neste ponto, nos impõe nossa adesão a Nosso Senhor Jesus Cristo. Especialmente à vista da crise que, neste período post-conciliar, perturba e põe em risco a perseverança dos fiéis. Quanto seja profunda semelhante crise, mostra-o com singular autoridade Paulo VI, na grande advertência que enviou a todos os bispos do Mundo, ao completar-se o primeiro lustro do término do 2 Concílio do Vaticano: “Nesta altura, exatamente, eis que muitos fiéis se sentem perturbados na sua fé, por um acumular-se de ambigüidades, de incertezas e de dúvidas, que atingem essa mesma fé no que ela tem de essencial. Estão neste caso os dogmas trinitários e cristológico, o mistério da Eucaristia e da Presença Real, a Igreja como instituição de salvação, o ministério sacerdotal no seio do Povo de Deus, o valor da oração e dos sacramentos, as exigências morais que dimanam, por exemplo, da indissolubilidade do matrimônio ou do respeito à vida. Mais: até a própria autoridade divina da Escritura chega a ser posta em dúvida, em nome de uma desmitização” radical. Assim, ao mesmo tempo que o silêncio cai, pouco a pouco, sobre certos mistérios fundamentais do Cristianismo, nós vemos manifestar-se uma tendência para reconstruir, a partir de dados psicológicos e sociológicos, um cristianismo truncado da Tradição ininterrupta que o liga à fé dos Apóstolos; e, além disso, para caucionar uma vida cristã destituída de elementos religiosos. (AAS. 43, p. 103, Cf. Por um Cristianismo autêntico”, “Aggiornamento e Tradição”, p. 35 e ss.). As palavras de Paulo VI são claras: trata-se de substituir a Igreja Tradicional, por outra nova, com elementos psicológicos e sociológicos laicizados, sem vínculo com a Tradição Apostólica. As palavras são claras e, podemos dizer, de quem sabia o que tinha pela frente. Renovo, pois, aqui a observação que fiz quando vos escrevi a circular sobre a integridade e pureza da Fé: Dois pontos, sobretudo, tratados no 2 Concílio do Vaticano, têm dado ensejo às posições destoantes da verdade tradicional revelada, denunciadas por Paulo VI: a liberdade religiosa e o ecumenismo, que leva o Estado à neutralidade diante das várias confissões religiosas, e isso por princípio, não em consequência de uma situação de fato. O que constitui a negação do Reinado Social de Jesus Cristo. A consequência natural é a apostasia descrita por Paulo VI nas palavras que acima citamos na verdade tradicional, resistindo a toda e qualquer inovação que dela nos afaste. Nesta união na Fé que recebemos do Divino Salvador estaremos presentes nas nossas orações junto ao Coração. Compete-nos mantermos Maternal de Maria Santíssima. Campos, 17 de setembro de 1981. (a) Antônio de Castro Mayer, Administrador Apostólico de Campos (ARQTRAD, 17/09/1981)⁶³⁶.

A carta escrita por Castro Mayer aponta que o novo bispo era bem-vindo. Todavia, havia restrições doutrinárias que o novo bispo precisaria enfrentar, tendo em vista o modelo eclesiológico vigente em Campos dos Goytacazes.

⁶³⁶ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Documento circular de boas-vindas remetido por Castro Mayer a Dom Carlos Alberto Navarro comunicando a todos os fiéis sobre a chegada do novo bispo diocesano*, Campos dos Goytacazes, 17/09/1981.

Tendo em vista tais animosidades presentes em Campos, antes de sua chegada formal à diocese, Dom Carlos Alberto Navarro já frequentava Campos dos Goytacazes para conversar com o clero diocesano a respeito das questões litúrgicas, pois havia a desconfiança sobre possíveis medidas que Dom Carlos Alberto Navarro poderia tomar. E, assim, no domingo de 15 de novembro de 1981, o novo bispo tomou posse, com um discurso de paz, ao confirmar a permanência de todos os padres em seus postos (ARQDioCampos, 15/11/1981)⁶³⁷.

Na ocasião da posse de Dom Carlos Alberto Navarro, Castro Mayer pronunciou algumas palavras⁶³⁸, cujo conteúdo expressou as boas-vindas, o agradecimento e a preocupação com a diocese. O novo bispo, por sua vez, retribuiu com um pequeno discurso de agradecimento ao bispo emérito de Campos dos Goytacazes.

Os registros demonstram que foi um dia festivo e de apreensões, que não comprometeram a alegria diocesana. Castro Mayer recebeu muitas homenagens de agradecimento, pois diversos grupos agradeceram o trabalho prestado ao longo dos 33 anos de trabalho na diocese. Muitos padres e fiéis alinhados com o discurso do bispo emérito destacavam o trabalho pela preservação da fé e pela manutenção da ortodoxia doutrinária na diocese (ARQDioCampos, 15/11/1981)⁶³⁹.

No ato da posse, Dom Carlos Alberto Navarro foi amável, carismático e fez memorável discurso de acolhimento e confraternização. Enquanto ainda estava no palanque, conclamou a todos os religiosos e as religiosas para participarem do seu trabalho pastoral e convocou os leigos para a missão de evangelização. Após o cerimonial, estando no meio do povo, o novo bispo de Campos abraçou a muitos, fez muitos acenos para os fiéis, acariciou as crianças e recebeu a todos quanto possíveis (Seiblitiz, 1992, p. 38). Apesar da amabilidade serena, o bispo diocesano sabia do clima de tensão presente no clero.

Haja vista que alguns dias antes da sua chegada a Campos, Dom Carlos Alberto Navarro enviou uma simpática mensagem na qual dizia “Eu quero dizer ao povo de Campos que o desejo de me doar é muito grande. As informações que me dão é que existe aí um povo ótimo. Espero desde já a oração e o apreço de todos” (Seiblitiz, 1992, p. 32).

Dom Carlos Alberto Navarro desejava proximidade como todos na diocese. Todavia, pelas divergências pretéritas entre Castro Mayer e Dom Eugênio Sales, herdou parte da

⁶³⁷ Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 11/04/1982.

⁶³⁸ Anexo 3 (ARQPeJPV, 1986). *Discurso proferido por Dom Antônio de Castro Mayer ao transmitir o comando da diocese*. Campos dos Goytacazes, 15/11/1981.

⁶³⁹ Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Documento circular de mensagens de solidariedade ao bispo emérito de Campos dos Goytacazes*. Campos dos Goytacazes, 15/11/1981.

hostilidade que havia em Campos para com a figura do cardeal do Rio. A aversão por Dom Eugênio em Campos é explicada por dois acontecimentos: a pressão que exerceu sobre Castro Mayer, para que celebrasse pelo missal de Paulo VI, sob alegação de que a recusa ao novo rito promoveria um “cisma na Igreja” (ARQÊcône, 03/02/1972)⁶⁴⁰ e a amizade que o cardeal tinha com o arcebispo Dom Hélder Câmara (Catolicismo, 1970, p. 1).

Plínio Corrêa de Oliveira escreveu uma carta aberta para o cardeal do Rio de Janeiro na qual afirmou que “é fácil perceber tudo quanto une o Cardeal Primaz ao pensamento e à obra de D. Helder Câmara; e impossível discernir o que realmente o separa deste” (Catolicismo, 1970, p. 1).

Na diocese de Campos, Dom Hélder Câmara era visto, pelos grupos alinhados com Castro Mayer, como “um bispo comunista e seguidor da linha de Judas Iscariotes, o traidor de Cristo” (ARQTRAD, 1982)⁶⁴¹. Essas duas situações criaram animosidades entre os bispados de Campos e do Rio de Janeiro, que incidiram na recepção a Dom Carlos Alberto Navarro.

Segundo White (1993, p. 139), Dom Carlos Alberto Navarro foi para Campos dos Goytacazes em função de um acordo entre a Santa Sé e a arquidiocese do Rio de Janeiro, pois Dom Eugênio Sales entendia que seu bispo auxiliar seria um bom nome para Campos, uma vez que não era tradicionalista como Castro Mayer e não era progressista como a linha da Teologia da libertação. Por isso, foi sugerido por Dom Eugênio Sales para realizar a transição do modelo tradicionalista para o modelo conciliar na diocese.

Considerando os brasões de Castro Mayer e Dom Carlos Alberto Navarro, é fácil verificar que as concepções de Igreja entre ambos eram muito diferentes. O lema episcopal de Castro Mayer era *Ipsa Conteret*, em latim, “Ela esmagará”, que evidencia a sua visão triunfalista, bastante diferente do lema mais brando e pacífico de Dom Carlos Alberto Navarro, *Gratia et Apostolatu*, “Pela graça e pelo apostolado”. De acordo com Seiblitiz (1992):

Segundo a descrição oficial, o leão rompante de ouro que figura no emblema de D.Mayer "lembra a imagem da Escrita em que Jesus Cristo é designado como o Leão de Judá (Apocalipse V,5). Simboliza também a virtude da fortaleza, de que Jesus foi o supremo modelo. O 'tau' com que está marcado o leão, figura na visão de Ezequiel (IX,4) como sinal distintivo dos que não se conformam com os erros do paganismo, e com a Infiltração desses erros no povo eleito. A double orla lembra, pela sua cor vermelha, a luta pela Igreja até a efusão de sangue". O Anuário de 1988 da Diocese de Campos, à página 2 comenta que o lema de D.Navarro é inspirado em São Paulo (Rom.,15) e o escudo "é de prata, tendo no centra uma cruz latina sobre uma base na forma da nova Catedral do Rio, entre doze 12 ínguas de fogo vermelhas, postas de

⁶⁴⁰ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Êcône, 03/02/1972, Arquivo do Seminário de Êcône – FSSPX (ASE).

⁶⁴¹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Informativo *O defensor da fé : órgão em defesa e propagação da sã doutrina*. Campos dos Goytacazes, 1982.

cada lado na ordem 2,1,2,1” Em chefe, campo vermelho. A referência à nova Catedral do Rio de Janeiro explica-se pelo fato do prelado ser nascido ordenado padre e sagrado bispo naquela cidade. O campo de prata, sobre o qual se veem doze línguas de fogo, representa a Igreja de Campos a que o bispo serve, dirigido sempre pelo Espírito de Pentecostes, simbolizado nas línguas de fogo que pousaram sobre os Apóstolos, dos quais os bispos são sucessores. A cruz negra sobre a silhueta da Catedral da Cidade do Rio (...) lembra a Redenção de Cristo, pregada com amor pela Igreja Universal, cuja missão exprime a sua cor vermelha. Como Maria é Mãe da Igreja, também se pode vê-la de algum modo simbolizada na Catedral (p. 30).

Os brasões são significativos e são símbolos que mostram a mentalidade que permeia a crença pastoral do bispo quando é sagrado. Por isso, os dois brasões episcopais são descritos neste capítulo, cujo objetivo é explicar a transição do episcopado de Castro Mayer para o episcopado de Dom Carlos Alberto Navarro e analisar as implicações religiosas dessa transição na história da diocese.

A ênfase do brasão de Castro Mayer recai na virtude da fortaleza, fundamentada no Cristo que é o Leão de Judá e venceu os ímpios. Nesses termos, o que está em jogo é a distinção, assinalada pelo Tau que já marcara Ezequiel. E o papel da Igreja, tida como autêntica portadora da verdade, pela qual o prelado deveria combater até o último soldado e derramar seu sangue em defesa da verdade.

No brasão de Dom Carlos Alberto Navarro, a ênfase recai sobre a virtude da ordem institucionalizada, em que os apóstolos que a constituíram e, continuam trabalhando através de seus sucessores, falam iluminados pelo fogo do Pentecostes. Antes de aludir aos inimigos, alude-se ao papel educativo da Igreja, difundindo-se pelo universo enquanto catequização, como o fez São Paulo. E “catequizada” seria agora a diocese de Campos, missão de seu bispo “pela graça e pelo apostolado” (Seiblit, 1992, p. 31).

Diferentemente do Rio de Janeiro, uma metrópole nacional, a diocese de Campos é interiorana e, durante as décadas de 70 e 80, a economia dessa região era predominantemente agrária. Por isso, verifica-se que Dom Carlos Alberto Navarro estava diante de uma nova realidade econômica, religiosa e cultural.

Castro Mayer sempre deixou claro que estava em desacordo com as reformas conciliares. Às vezes de maneira mais discreta, como nas suas três cartas pastorais, e às vezes criticava abertamente, como em programas de rádio e sermões, conforme demonstram alguns registros que constam nesse trabalho. Todavia, foi no período da iminência de sua substituição que Castro Mayer fez as afirmações mais sérias. Conferências pela diocese nas quais demonstra sua oposição ao Vaticano II: “concílio se constituiu numa anti-Igreja” (Mayer, 2010, p. 18).

Em 17 de novembro, Castro Mayer declarou “Compete-nos mantermo-nos firmes na verdade tradicional resistindo a toda e qualquer inovação que dela nos afaste” (Folha da Manhã,

1981, p. 5). Diante desse quadro hostil, o novo bispo procurou diálogo de conciliação entre os polos ideológicos presentes na diocese, mas, não obteve o sucesso esperado. Para minimizar os conflitos, nos primeiros dias de posse, Dom Carlos Alberto Navarro rezava pelo missal de Paulo VI, em latim, na missa na catedral diocesana às 10 horas da manhã. Mas, na primeira semana, esta ideia se revelou ineficiente, uma vez que, com apenas sete dias de trabalho na diocese, no dia 22 de novembro de 1981, enfrentou sua primeira manifestação conservadora: para entrar na catedral e celebrar a primeira missa dominical, Dom Carlos Alberto Navarro foi escoltado pela polícia (Ribeiro; Paz, 2022, p. 58).

O forte tumulto na porta da catedral foi protagonizado por um grupo de aproximadamente 15 homens da Congregação Mariana e algumas mulheres da Pia União das Filhas de Maria. Eles pretenderam impedir a entrada de mulheres vestindo calças compridas e homens usando bermudas. Para tal, bradavam contra o que chamavam de profanação do templo e pediam “moral e decência” (Seiblitiz, 1992, p. 96).

O padre Ademir Regazzi⁶⁴², superior dos salesianos de Campos, que acompanhara o bispo na celebração do novo rito, em português, ao final da missa, foi chamado à porta e tentou conter os manifestantes, que ficaram na porta da catedral até o final da celebração. Dom Carlos Alberto Navarro presidiu a celebração e voltou à porta para atender aos fiéis que faziam diferentes reivindicações ao bispo diocesano sobre questões de costumes (Seiblitiz, 1992, p. 97).

O manifesto dos leigos conservadores criticava a tolerância de Dom Carlos Alberto Navarro para com as roupas das mulheres que, durante o episcopado de Castro Mayer, eram proibidas de usarem calça comprida e maquiagem nas igrejas da diocese. Os homens, por sua vez, eram proibidos de usarem bermuda e camiseta durante a missa. A modéstia das vestimentas era elemento essencial para os católicos tradicionalistas e a flexibilização das normas de vestuário era interpretada como profanação do templo (Folha da Manhã, 1981, p. 3).

Diante de tal reivindicação, Dom Carlos Alberto Navarro deixou sob responsabilidade de cada pároco realizar a orientação do vestuário a ser utilizado pelas mulheres. Ainda na mesma edição do jornal *Folha da Manhã*, o padre espanhol Pedro Casas comentou que Dom Carlos Alberto Navarro conseguiria proteção policial para evitar moléstias e assédios de grupos conservadores na diocese. Desafeto de Castro Mayer, o padre salesiano Ademir Regazzi manifestou apoio a Dom Carlos Alberto Navarro na empreitada das reformas na diocese (Folha da Manhã, 1981, p. 3).

⁶⁴² Padre salesiano desafeto de Castro Mayer e aliado de Dom Carlos Alberto Navarro no processo de recepção conciliar em Campos dos Goytacazes.

A tensão encontrada por Dom Carlos Alberto Navarro desde o seu primeiro dia como bispo foi consequência direta dos últimos anos do episcopado de Castro Mayer, pois em todas as cidades da diocese havia a ideia de que o progressismo chegaria e a fé católica seria muito prejudicada. Por isso, no período de dois meses, Dom Carlos Alberto Navarro enfrentou levantes tradicionalistas em seis paróquias da diocese (Seiblit, 1992, p. 99).

Devido às ameaças que partiam de diferentes lugares da diocese, Dom Carlos Alberto Navarro contou com a polícia para celebrar em outras paróquias da diocese como Varre-Sai, Pádua, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis e Bom Jesus do Itabapoana (Méri, 2016).

Logo no início de seu episcopado em Campos, Dom Carlos Alberto Navarro começou, então, a reorganizar a cúria diocesana. Haja vista que a primeira exoneração aconteceu em 26 de novembro de 1981, quando o monsenhor Henrique Conrado Fischer (1927-2021) perdeu a função de pároco da Catedral e chanceler do bispado (ARQSN, 21/09/1983)⁶⁴³. Essas duas atividades foram delegadas a outros dois padres, cuja função representava “cargo de confiança”. A Catedral foi assumida pelo padre Olivácio Nogueira Martins, que ganhou título de monsenhor, e o padre Joaquim Ferreira Sobrinho (1935-2016) se tornou chanceler do bispado (ARQDioCampos, 26/11/1981)⁶⁴⁴. Ambos os padres tiveram por função executar os processos de exonerações nas paróquias da diocese, a partir de 1982.

Na esteira das reformas diocesanas, o bispado emitiu uma circular dando permissão para o uso do clergyman⁶⁴⁵ em 24/12/1981, para responder ao clero a respeito da veste clerical a ser usada na diocese (ARQDioCampos, 26/11/1981)⁶⁴⁶. Os padres e o laicato queriam saber se continuaria a obrigação do uso da batina e dos hábitos religiosos no clero.

Sobre o uso da batina, o padre Fernando Rifan afirmou: “a batina é barreira. Tirar a batina foi estratégia do diabo para estragar o sacerdócio pelo progressismo” (ARQTRAD, 2/07/1996)⁶⁴⁷. Essa posição rigorosa a respeito dos costumes pelo laicato e pelo clero tem um significado forte, que demonstra bem a concepção religiosa conservadora na diocese.

⁶⁴³ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Atuação dos grupos religiosos*, Rio de Janeiro, 21/09/1983.

⁶⁴⁴ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima*, Itaperuna, 26/11/1981.

⁶⁴⁵ O clergyman, ou colarinho clerical, é uma gola branca que envolve o pescoço e geralmente é fechada na parte de trás, formando um quadrado na frente. É uma invenção moderna criada em 1827 na Escócia pelo reverendo Donald McLeod (1779-1879). Essa veste clerical foi aderida pelo clero católico após o Concílio Vaticano II.

⁶⁴⁶ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima*, Itaperuna, 26/11/1981.

⁶⁴⁷ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Catequese do padre Fernando Arêas Rifan aos fiéis de Bom Jesus do Itabapoana*, Bom Jesus do Itabapoana, 02/07/1996.

O bispo diocesano deu início ao processo de implementação conciliar. Todavia, precisou tomar medidas para que o processo de recepção não chocasse aos fiéis. Por isso, procurou manter os costumes antigos, cujo objetivo era orientar o clero e o laicato para minimizar especulações polêmicas.

Apesar dos anseios e medidas de Dom Carlos Alberto Navarro para acalmar os ânimos na diocese, verifica-se que não obteve sucesso. De acordo com panfletos, cartas, documentos circulares e áudios pesquisados, é possível constatar que o processo de transição entre o episcopado de Castro Mayer e Dom Carlos Alberto Navarro foi um choque que representou um transtorno para o clero e para as associações católicas em diferentes pontos da diocese, pois, já em 1982 começou o processo de substituições nos postos de liderança na diocese, como veremos a seguir.

4.2 A organização do discurso de resistência em Campos: 1982

A intransigência contra a reforma litúrgica não foi exclusividade da diocese de Campos e da FSSPX. Havia, em diferentes países, grupos conservadores preocupados com o projeto de renovação litúrgica, sob a alegação de que se tratava de uma espécie de “democratização perigosa da Igreja” (Bugnini, 2018, p. 249).

A tônica que preconizava a participação do laicato na liturgia e no trabalho pastoral preocupava os tradicionalistas, que temiam o fortalecimento das conferências episcopais em detrimento da autoridade do Papa e dos bispos nos governos de suas dioceses, assim como o fortalecimento do laicato em detrimento da autoridade dos padres nas paróquias. Esse temor do enfraquecimento hierárquico da Igreja deve-se ao “espírito conciliar”, que estava aberto às concepções de mundo mais horizontalizadas, pautadas no serviço pastoral que incluía o laicato e contemplava a proeminência das conferências episcopais, em detrimento da centralidade da figura monárquica do Papa cercado pela Cúria (Libanio, 2000, p. 73).

Assim sendo, é fundamental destacar que as novas práticas pastorais pretendidas pelos setores mais progressistas, no concílio, foram vistas, pelos conservadores, como um evento revolucionário a ser combatido, em nome da integridade da fé (Lefebvre, 2013, p. 103).

Para blindar a diocese do “espírito do mundo moderno”, Castro Mayer fomentou na Igreja local de Campos, paulatinamente, a doutrina de que o Vaticano II seria o *anti-syllabus*. Segundo o bispo de Campos, o concílio “representa uma tentativa de reconciliação oficial da Igreja com o mundo”, de maneira destacada, através da Constituição *Gaudium et Spes* (Mayer, 2010, p. 86). Então, ao passo que a aposentadoria de Castro Mayer se tornava iminente, o

bispado teve a preocupação de reforçar doutrinariamente a narrativa que primava pela conservação do modelo de Igreja anticonciliar (Mérida, 2016).

Os registros apontam que Castro Mayer logrou sucesso na sua empreitada, haja vista que em novembro de 1981, havia 36 padres diocesanos, dos quais, somente 11 seguiram as diretrizes conciliares praticadas por Dom Carlos Alberto Navarro⁶⁴⁸ (Mérida, 2016, p. 74-79).

Em virtude dessa realidade, começou um doloroso processo de tentativas de diálogo, reuniões, hostilidades e manifestações públicas que tiveram o objetivo de conservar liturgia de Pio V nas paróquias da diocese, e, assim, evitar as remoções. Para tal, os padres apresentaram seus argumentos contra o concílio e a liturgia de 1969 e a favor do rito tridentino. Entretanto, o diálogo entre os tradicionalistas e o bispado de Campos fracassou. Por isso, Castro Mayer prestou assistência ao clero tradicionalista de Campos, que assumiu a frente de batalha contra Dom Carlos Alberto Navarro, pois, o bispo emérito estava idoso e por isso foi poupado (Soares, 2022, p. 83).

Ao longo de cinco anos e meio, Dom Carlos Alberto Navarro exonerou todos os padres tradicionalistas, substituindo-os, paulatinamente, por padres oriundos da arquidiocese do Rio de Janeiro e de diferentes congregações religiosas que se instalaram na diocese (White, 1993, p. 122).

As exonerações confirmaram as preocupações dos padres e dos fiéis tradicionalistas, que após a posse de Dom Carlos Alberto Navarro adotaram o lema “resistir ao bispo” (Folha da Manhã, 1982, p. 1). Para tal, os padres distribuíram vários documentos e circulares, com o objetivo formar doutrinariamente o laicato e promover a união tradicionalista, a fim de impedir que o bispado de Campos, com o apoio da Santa Sé, impusesse o *Novus Ordo* nas paróquias onde os padres e os fiéis preferissem o missal de 1962 (Seiblitiz, 1992, p. 233).

O grande mentor de todo esse esquema de mobilização tradicionalista na diocese foi o bispo emérito, que formara em seu clero a mentalidade anticonciliar, sob alegação de que o Vaticano II seria um evento heretizante, orquestrado por grupos progressistas (Seiblitiz, 1992, p. 262). A vista dessa situação, a resistência conciliar aconteceu em toda a diocese, e, com ela, houve a instauração de uma guerra religiosa que dividiu o catolicismo romano em dois polos. Haja vista o depoimento do padre Fernando Rifan:

De nossa parte, temos a plena convicção de que o melhor serviço que podemos prestar à Igreja, ao Papa, ao Bispo e ao povo cristão é defendermos a Tradição, a doutrina que

⁶⁴⁸ Padre Roberto Gomes Guimarães, padre Pedro Javé Casas, padre Lamar Barreto Calzolari, padre Antônio Ribeiro do Rosário, padre Olivácio Nogueira, padre Abaeté Cordeiro (1923-1997), padre Joaquim Ferreira Sobrinho (1935-2016), padre Othon Deodato de Souza, padre Daniel Ambrósio Martins, padre Manoel Henrique Ferreira Lima e padre Oto Mütting.

a Igreja sempre ensinou, mesmo à custa de sermos perseguidos, injuriados e até expulsos das igrejas. Podem nos tirar os templos, mas jamais a nossa Fé! Assim o dizemos, confiados unicamente na Graça de Deus. A história nos dará razão! E, mais do que o tribunal da história, o tribunal de Deus, para o qual apelamos! Que Nossa Senhora nos dê coragem e perseverança (Rifan, 1999, p. 48).

Em diversos casos de remoções paroquiais, Dom Carlos Alberto Navarro viu-se obrigado a solicitar a presença da polícia, impetrar ação na justiça e pedir apoio à CNBB e à Santa Sé para fazer valer a determinação diocesana no processo de recuperação das paróquias, capelas e objetos religiosos como ambulas, ostensórios e outros objetos valiosos usados na liturgia e na ornamentação das igrejas (Seiblitiz, 1992, p. 196).

O estrondo na diocese foi tão grande, que extrapolou as fronteiras diocesanas, como registrou o padre Rosário:

Com a vinda para Campos do Senhor Dom Carlos Alberto, calculava que, concomitantemente, teríamos novas diretrizes. Aguardei-as. Presente a uma reunião do Conselho Presbiteral, percebi o mal-estar que se esboçava no ânimo dos Rev.mos Conselheiros, com relação ao Novo Ordo. O Senhor Dom Carlos Alberto, então, declarou que respeitava a consciência de todos, e sugeriu que os descontentes apresentassem as suas razões à Santa Sé. Aceito o alvitre, redigiu-se um memorial, para ser enviado ao Santo Padre. Subscreveram-no 23 padres. (...) A resposta de Roma demorou a vir, mas veio. E, segundo fui informado, veio desfavorável. Os 23 signatários não se submeteram. O pior foi que arrastaram muita gente, principalmente mulheres nervosas, para sua rebelde dissidência (Rosário, 1984, p. 271).

As pesquisas demonstram que o clero removido por Dom Carlos Alberto Navarro deixava as paróquias em eventos repletos de comoção, com a presença de centenas de fiéis e dezenas de padres tradicionalistas. Todavia, Castro Mayer nunca estava presente. As cerimônias de despedidas mobilizavam os fiéis, que organizados em procissões caminhavam até o local de apoio para o início da nova comunidade (Folha da Manhã, 1986, p. 2).

Os novos locais das celebrações tridentinas, após as exonerações, eram variados: uma capela particular pertencente a alguma associação de fiéis, casas, garagens, cinemas desativados, galpões, barracões, asilos etc. O improvisado predominava na gênese das novas comunidades tradicionalistas que surgiam em toda a diocese ao longo da década de 1980. E para tal, era fundamental o suporte do laicato que cedia o espaço e fazia doações, a despeito das ordens de Dom Carlos Alberto Navarro (White, 1993).

Na década de 1980, a diocese era composta por 11 municípios (ARQDioCampos, 08/1981)⁶⁴⁹. Neles todos houve manifestações públicas dos tradicionalistas, que se organizaram

⁶⁴⁹ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Relatório pessoal reservado da Diocese de Campos*. Campos dos Goytacazes, agosto de 1981. Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Santo Antônio de Pádua, São João da Barra, São Fidelis, Porciúncula.

mediante cartas, panfletos, programas de rádio, jornais, procissões etc. (Mérída, 2016). A esse respeito, em suas memórias, o padre Rosário escreveu:

Calculava que o novo Bispo encontraria aqui resistências. Mas, longe estava de supor que a radicalização chegasse a tal extremo. E tudo em nome da fé e da consciência! Não ignorava que os grupos dissidentes faziam restrições ao *Novus Ordo Missae*. Não imaginava, entretanto, que se considerasse pecado mortal a própria assistência a Missa instituída pelo Papa Paulo VI. Gravíssima se tornou a situação. Os jornais de Campos viviam inundados de publicações, as mais agressivas contra a nova Autoridade Diocesana, e até - quem diria! - contra o Papa. Nunca pensei ver tanta desenvoltura no nosso meio religioso. Nem cuidava que um católico pudesse sentir-se tão a vontade, para - diante de Deus e dos homens - investir com tal desrespeito contra uma Atividade Religiosa. Repugna-me transladar a esta página. Feiíssimas expressões dirigidas por católicos ao seu Bispo, nunca dantes ouvidas da boca de anticlericais (Rosário, 1984, p. 269).

O primeiro ano de Dom Carlos Alberto Navarro foi desafiador, já que foi nesse período que todos os padres tradicionalistas se manifestaram publicamente e colocaram seus fiéis contra o concílio e contra a nova liturgia. Uma pergunta é necessária: qual era a fundamentação teológica e doutrinal que justificava a resistência dos padres junto aos fiéis católicos na diocese? Para explicar esta questão, diversos documentos serão utilizados para demonstrar o discurso tradicionalista na diocese.

Por ocasião da Páscoa de 1982, os padres tradicionalistas de Campos assinaram e publicaram a *profissão de fé católica face aos erros atuais*. Esse documento foi um dos grandes norteadores da luta tradicionalista em Campos, pois, foi apresentado pelo clero como um manifesto de afirmação da “doutrina tradicional” da Igreja contra os “males conciliares” e de plena rejeição às reformas religiosas que, segundo Castro Mayer e os padres de Campos, substituiu o catolicismo para promover a “nova religião”, eivada de humanismo e esvaziada da antiga moral católica, que estava combalida pelo espírito secularizado das revoluções modernas (ARQTRAD, 1982, p.7)⁶⁵⁰.

⁶⁵⁰ O documento foi assinado pelos seguintes padres: Monsenhor Licínio Rangel, reitor do seminário; Monsenhor Benigno de Brito Costa, professor do Seminário e Capelão das Irmãs Redentoristas; Monsenhor Francisco Apoliano, vigário em Bom Jesus do Itabapoana; Monsenhor Ovídio Simón Calvo, vigário em São Fidélis; Monsenhor Henrique Conrado Fisher (1927-1921), Cura da Catedral de Campos; Padre Emanuel José Possidente, diretor espiritual e professor do Seminário; Padre Fernando Arêas Rifan, pároco da Igreja do Rosário em Campos e professor do Seminário; Padre José Collaço, vigário em Porciúncula; Padre Edmundo G. Delgado, vigário em Cambuci; Padre José Moacir Pessanha, pároco em Natividade; Padre Eduardo Athayde, pároco em Santo Antônio de Pádua; Padre Antônio Alves de Siqueira, pároco em Varre-Sai; Padre Gervásio Gobato, pároco em Lage do Muriaé; Padre José Olavo Pires Trindade, pároco em Miracema; Padre Élcio Murucci, vigário paroquial em Uruaí em Campos; Padre David Francisquini, pároco em Cardoso Moreira; Padre Antônio Paula da Silva, pároco em Italva; Padre José Eduardo Pereira, pároco em São João da Barra; Padre José Gualandi, pároco da Igreja do Terço em Campos; Padre Jonas dos Santos Lisboa, vigário paroquial em São Fidélis; Padre Geraldo Gualandi, pároco da igreja de Nossa Senhora de Fátima em Itaperuna; Padre José Ronaldo de Menezes, enviado por Dom Carlos para Bom Jesus do Itabapoana; Padre Alfredo Oelkers, vigário emérito da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário em Campos; Padre José Onofre Martins de Abreu, reitor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Campos; e Padre

Dom Carlos Alberto Navarro teve complacência com os padres de Campos ao permitir-lhes a celebração pelo missal de 1962, todavia, desde que eles aceitassem o concílio e não fizessem manifestações públicas contra o Vaticano II, mas, isso não aconteceu. Nesse sentido, houve repetidos encontros e discussões entre o bispo diocesano de Campos e os padres tradicionalistas, porém, a corrente anticonciliar revelava-se cada vez mais intransigente, porque se sentiam estribados pela bula *Quo Primum Tempore*, na qual de Pio V dava indulto perpétuo para a celebração do missal tridentino:

[...] em virtude de nossa autoridade apostólica, pelo teor da presente bula, concedemos e damos o indulto seguintes: que, doravante, para cantar ou rezar a missa em qualquer igreja, se possa, sem restrição, seguir este missal como permissão e poder usá-lo livre e licitamente, sem nenhum escrúpulo de consciência e sem que se possa incorrer em nenhuma pena, sentença e censura, e isto, perpetuamente (ARQTRAD, 1982, p.4)⁶⁵¹.

Tendo em vista as determinações acima, o clero tradicionalista se via no direito de conservar o rito de Pio V, em detrimento do missal de 1969. Castro Mayer e seus padres justificavam a intransigência em conservar o rito de Pio V, reformado pela Igreja em 1962, respaldados em 3 características da bula *Quo Primum Tempore*: a finalidade da bula, o método de estabelecimento e a autoria (ARQTRAD, 1982, p. 5)⁶⁵².

Segundo os padres tradicionalistas de Campos,

A finalidade da bula era a criação de um missal idêntico distribuído por toda a urbe católica, que protegia a unidade da fé católica através da unidade e uniformidade da oração pública. O método de estabelecimento foi a restauração do missal romano primitivo, que constituiu a missa da Tradição católica, e o autor do missal foi um Papa que avocou toda a sua autoridade Apostólica em conformidade com toda a Tradição de um concílio ecumênico infalível, alinhado com a Tradição ininterrupta da Igreja (ARQTRAD, 1982, p.6)⁶⁵³.

Além desses elementos, que fundamentaram a preferência de Castro Mayer e dos padres tradicionalistas de Campos pelo missal de 1962, é necessário destacar que o cerne do problema em Campos foi a recusa em relação ao *Novus Ordo Missae*. Então, a diocese foi polarizada entre a crença que desejava conservar a “Igreja de Sempre” contraposta ao modelo de “Igreja infiltrada pela fumaça de satanás” (Seiblitiz, 1992, p. 251), influenciada pela “infiltração

Alfredo Gualandi, vigário cooperador em Santo Antônio de Pádua (MÉRIDA, 2016, p. 77). Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁶⁵¹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁶⁵² Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁶⁵³ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

modernista promovida por teólogos e sacerdotes hereges que desejavam minar a Igreja” (ARQTRAD, 11/04/1982)⁶⁵⁴.

Então, alegando a “preservação da fé e dos bons costumes”, o clero tradicionalista rejeitou a missa de Paulo VI, independentemente do idioma porque ela “constitui, tanto no seu conjunto como em pontos particulares um impressionante afastamento da Teologia católica da santa missa tal como foi definido pelo concílio de Trento” (ARQTRAD, 11/04/1982)⁶⁵⁵. Essa afirmação foi escrita em vários documentos tradicionalistas para recusarem o *Novus Ordo*, porque eles tinham total desconfiança sobre a validade litúrgica do novo missal.

Na esteira das rejeições, o clero tradicionalista atribuiu ao concílio a “nova moral católica”, que patrocinava subjetivismo; “a profanação das igrejas”, degradada pelas vestes imodestas; a “nova Teologia”, acusada de modernista e revolucionária; “os novos catecismos”, entendidos como subversivos; “a Teologia da libertação”, acusada de inclinar a Igreja ao Socialismo e ao Comunismo pela interpretação marxista dos evangelhos e da doutrina da Igreja; “a secularização do clero”, esvaziado dos elementos sacralizantes da Igreja; “a reforma dos seminários”, vistos como mundanizados por conta da secularização da sociedade contemporânea; “a diluição” da fé católica no sentimentalismo contemporâneo e do clero (ARQTRAD, 11/04/1982)⁶⁵⁶.

Segundo Rifan (1999), a liturgia de Paulo VI “não é senão uma cópia da liturgia anglicana de Cramer do século XVI, mesclada de outras modificações que datam do tempo da reforma protestante!” (p. 18). Assim, como fundamento da posição intransigente, os grupos tradicionalistas de Campos usavam as palavras de Paulo VI, no intuito de legitimar a postura intransigente na diocese: “em nome da fé, com a consciência tranquila, rejeitamos a todos os que introduzem a fumaça de Satanás na Igreja e se emprenham pela autodestruição da Igreja” (ARQTRAD, 11/04/1982)⁶⁵⁷.

A base dos problemas mencionados acima, segundo a visão tradicionalista, foi a “democratização da Igreja”, que incidiu diretamente na difusão do ecumenismo e da liberdade religiosa (ARQTRAD, 11/04/1982)⁶⁵⁸. Por isso, os padres de fiéis de Campos acusaram o concílio de promover: “a laicização da sociedade, a horizontalização social na Igreja, a nova moral, a nova Teologia, os novos catecismos, a Teologia da Libertação, a assimilação do

⁶⁵⁴ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento “*Profissão de fé católica face aos erros atuais*”. Campos dos Goytacazes, 11/04/1982.

⁶⁵⁵ *Ibid.*

⁶⁵⁶ *Ibid.*

⁶⁵⁷ *Ibid.*

⁶⁵⁸ *Ibid.*

Espírito do Mundo e a demasiada preocupação com a promoção humana” (ARQTRAD, 11/04/1982)⁶⁵⁹.

Assim, a linha tradicionalista de Campos acreditava e difundia o discurso de que o concílio reuniu todos esses elementos, cuja consequência fora a aceitação do pensamento revolucionário, emanado da Revolução Francesa, que permeara o clero, enfraquecendo a doutrina católica e confundiu o laicato (ARQTRAD, 11/04/1982)⁶⁶⁰.

Como remédio eficaz para o combate aos “erros” conciliares, a linha clerical ligada a Castro Mayer, reafirmou todas as “práticas tradicionais da Igreja ensinadas antes do concílio” (ARQTRAD, 11/04/1982)⁶⁶¹: a conservação do rito de Pio V; a confissão individual e auricular; a vida contemplativa; o uso da batina e dos hábitos religiosos; a comunhão recebida de joelhos e diretamente na língua; os ornamentos e magnificências praticados nas celebrações solenes com toda pompa do canto gregoriano e da língua latina que contempla a unidade e a universalidade da Igreja, escrutínio precioso condizente com o que expressam as orações litúrgicas; a devoção ao rosário mariano e a conservação do celibato clerical (ARQTRAD, 11/04/1982)⁶⁶².

Tendo em vista as orientações de Castro Mayer ao seu clero, diante das acusações de outros setores da Igreja, o clero tradicionalista recusou o nome de “rebeldes”, confirmou fidelidade e lealdade ao sacerdócio católico e manifestou publicamente o desejo de permanecer ligado à doutrina tradicional da Igreja, sob a justificativa de “não se trata de apego indiscriminado ao passado, é apego à fé que não passa” (ARQTRAD, 11/04/1982)⁶⁶³.

Naquele momento, início de 1982, Castro Mayer e Lefebvre estavam em diálogo para estudar as consequências do processo de recepção conciliar no mundo, por meio de um estudo sobre a história da Igreja contemporânea. O bispo emérito de Campos dos Goytacazes desejava publicar um estudo sobre o concílio para sustentar a mobilização tradicionalista que acontecia em Campos. Dessa forma, seria oportuno a organização de um congresso tradicionalista para analisar a situação da Igreja pós-Vaticano II (ARQÉcône, 04/04/1982)⁶⁶⁴. Pois, conforme se verificou nas pesquisas históricas, os dois prelados tradicionalistas entenderam que as decisões

⁶⁵⁹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento “*Profissão de fé católica face aos erros atuais*”. Campos dos Goytacazes, 11/04/1982.

⁶⁶⁰ *Ibid.*

⁶⁶¹ *Ibid.*

⁶⁶² *Ibid.*

⁶⁶³ *Ibid.*

⁶⁶⁴ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 04/04/1982, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).*

conciliares e o processo de recepção conciliar foram trágicos para a Igreja, com “danos graves para a conservação da fé católica” (ARQÉcône, 04/04/1982)⁶⁶⁵.

Após dois meses da publicação do primeiro documento tradicionalista contra o *Novus Ordo*, verificou-se que o diálogo com o bispado de Campos não prosperou. Então, o clero tradicionalista publicou e assinou, em 29 de junho de 1982, o documento *solução para os problemas religiosos de Campos: diálogo e lógica ou código penal?* Assim como o primeiro documento, o segundo manifesto repudiou o *Novus Ordo* e o concílio e foi assinado somente pelos padres (ARQTRAD, 29/06/1982)⁶⁶⁶. Pois, como fora dito acima, Castro Mayer não participava dos embates públicos contra Dom Carlos Alberto Navarro. Eles eram protagonizados pelos padres e o bispo emérito atuava nos bastidores, ensinando que “a melhor maneira de abandonar a Igreja de Cristo, católica, apostólica, romana é aceitar sem reservas o que ensinou e propôs o Concílio Vaticano II” (Mayer, 2010, p. 86).

O segundo manifesto contra o concílio em Campos versou em quatro eixos: a história dos santos insubordinados quando seus superiores ensinaram heresias contra a doutrina da Igreja; reclamação pela imposição do novo missal e críticas teológicas a ele; os prejuízos conciliares; pedido de indulto aos padres de Campos dos Goytacazes (ARQTRAD, 29/06/1982)⁶⁶⁷.

São Roberto Belarmino (1542-1621), o cardeal Tomás Caetano (1469-1534), São Tomás de Aquino (1225-1274), o cardeal Charles Journet (1891-1975), São Bruno de Segni (1047-1123), Papa Calixto II (1060-1124), São Godofredo de Amiens (+1115), São Hugo de Grenoble (1053-1132) e outros bispos reunidos no sínodo de Vienne e o Papa Honório I (585-638) tiveram falas de resistência citadas a respeito de “erros” teológicos de suas épocas cuja consequência foi a insubordinação aos seus superiores. Por isso, os padres tradicionalistas de Campos legitimaram sua postura ao citar esses proeminentes nomes da Igreja, quando eles também ensinaram aos seus fiéis contemporâneos os ensinamentos contra a doutrina católica (ARQTRAD, 29/06/1982)⁶⁶⁸.

⁶⁶⁵ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 04/04/1982, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁶⁶⁶ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*solução para os problemas religiosos de Campos: diálogo e lógica ou código penal?*” Campos dos Goytacazes, 29/06/1982.

⁶⁶⁷ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*solução para os problemas religiosos de Campos: diálogo e lógica ou código penal?*” Campos dos Goytacazes, 29/06/1982.

⁶⁶⁸ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*solução para os problemas religiosos de Campos: diálogo e lógica ou código penal?*” Campos dos Goytacazes, 29/06/1982.

Sobre o concílio, os padres de Campos concluíram que a renovação realizada foi uma ruptura contra a Tradição da Igreja e o seu Magistério. O alvo central desse documento circular foi *Novus Ordo Missae*, caracterizado, pela linha anticonciliar, como omissivo, ambíguo, insuficiente na afirmação dos dogmas eucarísticos, transformando a liturgia, em pontos essenciais, num rito equívoco e comprometedor da ortodoxia católica (ARQTRAD, 29/06/1982)⁶⁶⁹.

De maneira catequética, os padres de Campos publicaram e entregaram a seus fiéis um resumido estudo chamado *Missa nova ou missa tradicional: uma questão de fé*. Esse documento circular foi mais um de uma série de tentativas de persuasão organizada por escrito usando curtos parágrafos para ser mais acessível ao povo.

Foram apresentadas 60 razões pelas quais, em consciência, os fiéis não podiam assistir à “missa nova”, fosse em latim ou em português, de frente para o povo ou de frente para o sacrário. E, portanto, pelas mesmas razões, havia a recomendação da conservação da “missa tradicional”, chamada também de “missa de Sempre” (ARQTRAD, 1982)⁶⁷⁰.

Os tradicionalistas usavam as palavras do bispo Annibale Bugnini, um dos responsáveis pelo *Novus Ordo Missae*, que afirmou, em 07 de maio de 1967, que a reforma litúrgica não era um retoque, pois “trata-se de uma restauração fundamental, eu diria quase uma mudança total e, para certos pontos, de uma verdadeira nova criação” (ARQTRAD, 1982)⁶⁷¹. Por isso, o novo rito foi chamado de artificial, por ter sido fabricado pelo progressismo e não codificado como o rito tridentino (ARQTRAD, 08/01/1982)⁶⁷².

A afirmação de Bugnini causou grande impacto no meio tradicionalista e cristalizou a resistência em Campos, pois, foi interpretada como uma confissão progressista, cuja intenção era promover o ecumenismo e desmontar a liturgia católica para substituí-la pela liturgia protestante, celebrando “somente uma refeição (doutrina protestante) e não um sacrifício pela remissão dos pecados (doutrina católica)” (ARQTRAD, 1982)⁶⁷³.

Defensores da doutrina de que a missa era o único sacrifício eucarístico e imbuídos do espírito antiecumênico, os tradicionalistas entenderam que a nova liturgia pretendia

⁶⁶⁹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*solução para os problemas religiosos de Campos: diálogo e lógica ou código penal?*” Campos dos Goytacazes, 29/06/1982.

⁶⁷⁰ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*missa nova ou missa tradicional: uma questão de fé*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁶⁷¹ *Ibid.*

⁶⁷² Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio sermão do padre Fernando Rifan na saída do padre Geraldo da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima*, Itaperuna, 08/01/1982.

⁶⁷³ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*missa nova ou missa tradicional: uma questão de fé*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

“transformar a Igreja Católica numa igreja nova e ecumênica que abranja todas as ideologias, todas as religiões – certas e erradas, verdade e erro, sendo esse o objetivo há muito ansiado pelos inimigos da Igreja Católica” (ARQTRAD, 1982)⁶⁷⁴. Por isso, fala do Bugnini foi um dos maiores estímulos para o tradicionalismo em Campos, haja vista o padre Fernando Rifan afirmou publicamente que “A ordem é resistir ao bispo” (Folha da Manhã, 1982, p. 1).

Em Campos dos Goytacazes, os padres ligados ao bispo emérito, a despeito do episcopado de Dom Carlos Alberto Navarro, questionaram a validade da presença real de Cristo na eucaristia porque ela “favorece ao erro protestante” (ARQTRAD, 1982, p. 8)⁶⁷⁵.

Os tradicionalistas destacavam a similaridade entre o *Novus Ordo* e a liturgia dos anglicanos e luteranos, porque entendiam que pela supressão de quase todos os sinais de adoração e outras prescrições do missal tradicional, que tinham a finalidade de expressar a fé na presença real, o *Novus Ordo* destacou-se pela irreverência porque reduziu todas as genuflexões que eram feitas para apenas três genuflexões durante a missa, configurando uma postura irreverente (ARQTRAD, 1982, p. 8)⁶⁷⁶.

De igual maneira, segundo os padres tradicionalistas de Campos, o *Novus Ordo* teria sido negligente ao abolir a purificação dos dedos do sacerdote no cálice, a preservação dos mesmos do contato profano após a consagração, a purificação dos vasos sagrados durante a missa, o uso da pala para proteger o cálice, reduziu as toalhas do altar a apenas uma, eliminou as antigas e reverentes prescrições para o caso de queda da hóstia, reduzindo-as, apenas, se fosse tomada do chão com reverência (ARQTRAD, 1982, p.8)⁶⁷⁷.

Os padres tradicionalistas criticavam detalhes do *Novus Ordo*, haja vista a reprovação da expressão “até que venhais”, contida após as palavras de consagração. Essas palavras são atribuídas ao apóstolo Paulo, referindo-se à segunda vida de Cristo. Todavia, a utilização dessas palavras justamente após as palavras da consagração era vista como um texto ambíguo, pois, poderia colocar em dúvida a presença real de Cristo na eucaristia, novamente conferindo um caráter protestantizado à liturgia (ARQTRAD, 1982, p. 12)⁶⁷⁸.

Todos os que desejam entender as interrogações tradicionalistas a respeito do *Novus Ordo* precisam ter em mente que um dos pilares da religiosidade do catolicismo tradicionalista é a observância rigorosa da doutrina e da liturgia alinhada com o discurso antimoderno,

⁶⁷⁴ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circula “*missa nova ou missa tradicional: uma questão de fé*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁶⁷⁵ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁶⁷⁶ *Ibid.*

⁶⁷⁷ *Ibid.*

⁶⁷⁸ *Ibid.*

divergente do discurso secular contemporâneo. Por isso, tendo em vista o zelo de consciência, houve estudos feitos pelos conservadores para analisarem se seria lícito ou não assistir ao *Novus Ordo Missae* de 1969. E Castro Mayer e os padres tradicionalistas formados em Campos concluíram que “não seria lícito, tornando-o inaceitável em função de suas ambiguidades, que irmanava a Verdade e o erro” (Mayer, 2010, p. 234).

Em 1969, houve a publicação de um único missal, celebrado de diferentes formas, a despeito das rubricas que havia no missal. Então, na diocese de Campos, o bispado e os padres tradicionalistas ficaram escandalizados e recusaram o novo missal, alegando questão de consciência para não caírem em “pecado mortal” (Rosário, 1984, p. 269). E, entre esses católicos que tiveram “escrúpulo de consciência” e recusaram o novo modo de celebração estavam o bispo de Campos e a maioria do seu clero diocesano, que formara dezenas de milhares de fiéis católicos na mesma concepção.

Entre os argumentos pela recusa do *Novus Ordo*, os defensores do missal de 1962 advogavam que a missa era constituída de duas partes distintas, liturgia da palavra e litúrgica eucarística, que unidas constituíam uma só celebração. Todavia, segundo a ótica tradicionalista, o texto do missal de 1969 tratava ambas as partes de maneira similar, sem haver palavras claras que fizesse a transição da liturgia da palavra para a liturgia eucarística. Por esse ponto, também, o clero tradicionalista entendia que havia uma aproximação entre as liturgias católica e luterana e anglicana (Davies, 2019).

Entre os argumentos para a reprovação liturgia pelo clero anticonciliar de Campos, havia o entendimento de que o texto do *Novus Ordo*, na parte do ofertório, perderia as características de sacrifício para reduzir-se a uma simples apresentação dos dons representando um conceito de ofertório fundamentalmente diverso do rito tridentino, pois, teria havido a supressão do *Offerimus Tibi Domine*, com o qual é oferecido o vinho. “A oferenda final do cálice, para que suba *cum odore suavitatis* à face da Divina Majestade, da qual se implora a clemência, recorda de modo admirável a economia propiciatória da missa” (Padres de Campos, 1982, p. 9).

Pela ótica tradicionalista, as duas orações, pelas quais há o oferecimento do pão e do vinho, foram substituídas por palavras nas quais não há referência alguma à verdadeira vítima que é Jesus Cristo; ao oferecimento dos dons por nós e por nossos pecados; ao sacerdócio hierárquico do celebrante; ao princípio de que o sacrifício precisa ser aceito por Deus para agradá-lo” (Padres de Campos, 1982, p. 11).

Entre os motivos apresentados pelos defensores do missal de 1962, que reprovaram o *Novus Ordo*, estava o tímido e insuficiente uso das palavras apropriadas que destacavam a transição entre o fim da liturgia da palavra e o início da liturgia eucarística na missa, pois as

palavras contidas no *Novus Ordo Missae* não enfatizavam a distinção entre ambos os momentos litúrgicos, configurando caráter ecumênico e protestantizado (ARQTRAD, 1982, p.8)⁶⁷⁹.

A ligação entre o *Novus Ordo* e o ecumenismo, conforme a ótica tradicionalista, está fundamentada na presença de seis pastores protestantes que assistiram à organização do missal de 1969 (Padres de Campos, 1982, p. 2): Ronald Claud Dudley Jasper (1917-1990), presidente da Comissão litúrgica da Igreja Anglicana da Inglaterra; Massey Hamilton Shepherd Jr. (1913–1990), professor da *Church Divinity School of the Pacific* na Califórnia; Prof. Alfred Raymond George (1912-1998), membro da Conferência Metodista e diretor do *Wesley College* de Headingley, na Inglaterra; Pastor Friedrich-Wilhelm Künneth (1933-2014), de Genebra, secretário da Comissão *for Worship and spiritual Life*; Pastor Max Thurian (1921-1996), vice prior da Comunidade de Taizé (Mérida, 2016).

O vice prior da comunidade de Taizé teria afirmado publicamente que “um dos frutos do *Novus Ordo* será talvez que as comunidades não-católicas poderão celebrar a santa ceia com as mesmas orações da Igreja Católica. Teologicamente é possível” (ARQTRAD, 1982, p. 8)⁶⁸⁰. Essa frase vinda de um sacerdote protestante era ultrajante para a mentalidade antiecumênica, e, por isso foi utilizada ao máximo pelo grupo clerical ligado a Castro Mayer, como fundamento de sua recusa conciliar e litúrgica devido ao caráter ecumênico. Assim, verifica-se que tolerância protestante em relação ao *Novus Ordo Missae* era o ponto central da rejeição de Castro Mayer ao concílio. Pois, o Vaticano II, de acordo com o bispo de Campos, fora influenciado pelos setores progressistas, cujo objetivo seria alinhar a Igreja nos moldes secularizados da contemporaneidade. E, assim, promover a sua autodestruição, que partiria por dentro e não mais como “um ataque externo promovido pelos inimigos da verdadeira religião” (ARQTRAD, 1983)⁶⁸¹.

Castro Mayer explicou à cúpula romana quais eram suas razões para repelir o *Novus Ordo Missae* (ARQÉcône, 15/06/1980)⁶⁸². Essas mesmas razões foram reproduzidas e seguidas pela maior parte do clero diocesano de Campos, como demonstram os registros encontrados na diocese. Os padres reproduziram o discurso de resistência feito pelo bispo diocesano, haja vista as palavras do padre Fernando Rifan (1999): “em vários países, eivados pelo espírito ecumênico preconizado por muitos padres conciliares, houve missas concelebradas por pastores

⁶⁷⁹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁶⁸⁰ *Ibid.*

⁶⁸¹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Panfletos dos fiéis tradicionalistas contra as exonerações paroquiais*, São Fidélis, 1983.

⁶⁸² *Carta de Castro Mayer ao cardeal Knox*, Écône, 15/06/1980, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

protestantes e padres católicos, *versus populum* e em língua vernácula” (p. 31). Essa realidade era abominada pelos tradicionalistas e representava uma heresia, de caráter ecumênico, que igualava o catolicismo e o protestantismo.

Rifan destacou “o conforto protestante diante do *novus ordo*” (p.31), que representava para os tradicionalistas a prova cabal e necessária de que a nova liturgia beneficiava o espírito ecumênico, em detrimento da doutrina católica antimoderna endossada pelos concílios de Trento e Vaticano I que reforçaram a exclusividade da Igreja como a religião verdadeira revelada pelo Cristo (Davies, 2019).

A presença desses pastores, na condição de observadores, foi vista negativamente e confirmada pelas palavras do cardeal Silvio Oddi (1910-2001): “tenho a impressão de que as pessoas escolhidas para efetuar todas essas reformas litúrgicas não estavam muito preocupadas com a pureza do dogma e da doutrina. Pois, tentaram apresentar as coisas para agradar alguém, por uma errônea concepção ecumênica” (ARQTRAD, 1982, p.9)⁶⁸³.

Dessa forma, os padres de Campos dos Goytacazes disseminaram entre os seus fiéis as várias declarações de pastores e teólogos protestantes demonstrando satisfação com o *Novus Ordo* e relatos sobre sacerdotes de outras religiões que concelebravam a missa com padres católicos e até utilizavam o *Novus Ordo* em suas respectivas comunidades religiosas (ARQTRAD, 1982, p. 15)⁶⁸⁴.

Segundo o clero ligado a Castro Mayer, o reflexo visível da influência protestante no catolicismo também estaria expresso na nova arquitetura dos templos, haja vista o sacrário, onde as hóstias consagradas eram depositadas. Antes da reforma litúrgica de 1969, era instalado de modo inamovível no centro do altar-mor, após a reforma litúrgica, foi posto numa capela lateral nas igrejas, o que também, pela ótica anticonciliar, favoreceria a mentalidade protestante (ARQTRAD, 1982, p.10)⁶⁸⁵.

Por isso, teologicamente, pela ótica tradicionalista, seria possível celebrar a ceia protestante com as novas orações do *Novus Ordo*, uma vez que elas teriam sido elaboradas pelos liturgistas conciliares que enfatizaram dimensão do banquete eucarístico, em detrimento da perspectiva de um sacrifício propiciatório oferecido a Deus pela Igreja (ARQTRAD, 1982, p. 15)⁶⁸⁶.

⁶⁸³ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁶⁸⁴ *Ibid.*

⁶⁸⁵ *Ibid.*

⁶⁸⁶ *Ibid.*

Devido à participação ecumênica no missal de Paulo VI, os estudos tradicionalistas difundidos pelo clero de Campos afirmavam que a nova liturgia comprometia a presença real de Jesus na eucaristia, a transubstanciação⁶⁸⁷ do pão e do vinho no verdadeiro corpo e sangue de Cristo, a missa como verdadeiro sacrifício propiciatório, a distinção específica do sacerdócio comum dos fiéis e do sacerdócio ministerial hierárquico.

Nesse sentido, o clero tradicionalista ensinava que a doutrina protestante dizia que não havia o sacerdócio hierárquico, sendo todos os membros da Igreja pertencentes ao sacerdócio comum adquirido no batismo. Eles entendiam que o *Novus Ordo* caminhava exatamente na orientação ao minimizar ao máximo as diferenças entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio instituído dos padres (ARQTRAD, 1982, p. 13)⁶⁸⁸.

Pelo *Novus Ordo* havia somente um *confiteor* recitado em comum pelo padre e pelo povo ao mesmo tempo, não marcando mais, como na missa tradicional, a distinção entre o povo e o padre presidente da celebração. De igual maneira, havia as orações presidenciais, aquelas que o padre rezava em nome do povo e a oração eucarística, na qual o sacerdote fazia em nome do povo. Por isso, o sacerdócio católico estaria ameaçado, uma vez que a distinção do padre que agia *in persona Christi* teria sido minimizada e ainda haveria o agravante de se rezar *versus populum* e na língua vernácula, proibido pelo Concílio de Trento (ARQTRAD, 1982, p. 14)⁶⁸⁹.

Durante o concílio, Castro Mayer foi um defensor intransigente do latim. Então, no decurso do período de recepção conciliar, os defensores do missal de 1962, de maneira mais didática, ensinaram ao povo que expressões latinas “conservavam com mais rigor a fé católica e evitava expressões dúbias [...], porque tratava-se de uma “língua morta” utilizada pela Igreja, muito propícia para “repelir o espírito ecumênico” (ARQTRAD, 1982, p. 14)⁶⁹⁰.

Entre as alterações “equivocadas” constadas no novo missal, os tradicionalistas pontuaram: *semper Virginem Mariam* que foi substituído por “Virgem Maria”; *et cum spiritu tuo* que foi substituído por “ele está no meio de nós”; *meum ac vestrum sacrificium* que foi substituído por “por nosso sacrifício”; *vita aeterna* que foi substituído por “por vida”; *pro multis* que foi substituído por “por todos” (ARQTRAD, 1982, p. 14)⁶⁹¹.

⁶⁸⁷ Doutrina católica que afirma que há presença sacramental de Jesus Cristo na Eucaristia. Termo escolástico usado no catolicismo para explicar a conversão do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo (Aldazábal, 2002, p. 204).

⁶⁸⁸ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁶⁸⁹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁶⁹⁰ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁶⁹¹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

Os padres tradicionalistas de Campos entenderam que havia conteúdo dúbio nos documentos conciliares. Por isso, a Igreja não teria mais a mesma segurança doutrinária dos concílios anteriores. Por isso, o padre porta-voz dos padres de Campos reprovou a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, que diz:

Esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como sociedade, subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em união com ele (13), embora, fora da sua comunidade, se encontrem muitos elementos de santificação e de verdade, os quais, por serem dons pertencentes à Igreja de Cristo, impelem para a unidade católica (*Lumen Gentium*, 2001, p. 265).

Segundo Rifan, o documento estaria errado porque o uso de “subsiste” compromete a clareza do documento, ao sugerir que a Igreja de Cristo está na Igreja Católica, mas, poderia estar em outras religiões, que também têm elementos positivos. Logo, “Isso é uma fala dúbio, porque ela promove as demais religiões. O correto é dizer que a Igreja de Cristo é a Igreja Católica e não subsiste. Portanto, verifica-se que onde havia clarezas, hoje há ambiguidades” (ARQTRAD, 15/11/1999)⁶⁹².

As novas palavras nas línguas vernáculas foram entendidas como portadoras de um significado mais flexível ao ecumenismo, porque renunciariam a determinados pontos mais intransigentes professados pelo catolicismo.

Conforme o rito tridentino, a ideia de o padre pronunciar a oração eucarística em voz baixa era justamente para impor um limite na participação popular, por se tratar exclusivamente de uma oração sacerdotal que oferece um sacrifício propiciatório e intercede por toda a Igreja constituída por vivos e falecidos. Portanto, o rito tridentino não teria o cuidado de integração da assembleia que o rito de Paulo VI oferecia. Essa integração foi vista como influência das celebrações protestantes (ARQTRAD, 1982, p. 15)⁶⁹³

Por isso, o clero de Campos entendeu que faltava clareza ao texto do missal de 1969. Devido às omissões e atenuações em relação a esses pontos, aproximando-o do culto protestante (ARQTRAD, 29/06/1982, p.9)⁶⁹⁴. Por isso, redigiu diferentes documentos públicos para demonstrar e convencer à Igreja que não seria somente a diocese de Campos que pedia a conservação do missal tridentino, diminuindo, assim, a ideia de isolamento dos tradicionalistas

⁶⁹² Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Lançamento do livro “quer agrade, quer desagrade”*. Bom Jesus do Itabapoana, 15/11/1999.

⁶⁹³ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁶⁹⁴ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*solução para os problemas religiosos de Campos: diálogo e lógica ou código penal?*” Campos dos Goytacazes, 29/06/1982.

de Campos. Por isso, divulgaram as publicações redigidas pelos cardeais Antonio Bacci e Alfredo Ottaviani, por teólogos, canonistas, associações católicas da Europa, haja vista o pedido do episcopado inglês, que pediu a Roma a autorização para conservar a liturgia tridentina, alegando a conservação da fé católica e a eficácia da missa (ARQTRAD, 29/06/1982)⁶⁹⁵,

A despeito de sua brevidade, o estudo demonstra de forma bastante clara que a *Novus Ordo Missae* – considerando-se os novos elementos amplamente suscetíveis a muitas interpretações diferentes que estão nela implícitos ou são tomados como certos – representa, tanto em seu todo como nos detalhes, um surpreendente afastamento da Teologia católica da Missa tal qual formulada na sessão 22 do Concílio de Trento. Os “cânones” do rito definitivamente fixado naquele tempo constituíam uma barreira intransponível contra qualquer tipo de heresia que pudesse atacar a integridade do Mistério (Bacci; Ottaviani, 1969).

O clero de Campos queria destacar que não estava isolado e que o discurso defendido pelo setor tradicionalista da diocese tinha apoio na Cúria Romana. Para legitimar o discurso de resistência, houve o levantamento de informações importantes contidas em vários jornais internacionais para demonstrar que o concílio teria sido devastador para a Igreja, tendo em vista a queda no número de conversões ao catolicismo nos países protestantes e nos países de missão, o processo de secularização na Europa e a diminuição de 41% no número de padres entre 1969 e 1976 (ARQTRAD, 29/06/1982)⁶⁹⁶. Todos esses dados pautados em matérias de jornais da Europa, Estados Unidos e Brasil (ARQTRAD, 1982)⁶⁹⁷.

Segundo os cardeais Ottaviani e Bacci, a reforma litúrgica comprometeu a identidade sacerdotal e por isso os padres passavam, naquele momento, “por uma torturante crise de consciência” da qual ambos os cardeais possuíam inúmeros e cotidianos relatos feitos por padres católicos (ARQTRAD, 1982)⁶⁹⁸.

Pela busca do convencimento da opinião pública secular e religiosa, os padres tradicionalistas buscaram relatos em todas as esferas hierárquicas da Igreja, citando frases

⁶⁹⁵ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*solução para os problemas religiosos de Campos: diálogo e lógica ou código penal?*” Campos dos Goytacazes, 29/06/1982.

⁶⁹⁶ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*solução para os problemas religioso de Campos: diálogo e lógica ou código penal?*” Campos dos Goytacazes, 29/06/1982.

⁶⁹⁷ Segundo informações divulgadas pelo clero tradicionalista da França e do Brasil, havia 413 mil padres no mundo em 1969. Após 7 anos, em 1976, havia 243 mil padres. Cf. a edição da revista “Time”, de 05/01/1976, neste mesmo período o clero católico dos Estados Unidos diminuiu 30%, o clero francês diminuiu 43% e o clero holandês diminuiu 50%. Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁶⁹⁸ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

impactantes de Paulo VI e João Paulo II, quando os dois pontífices disseram que a Igreja vivia a perda da fé, dias nebulosos e uma crise sem precedentes (ARQTRAD, 29/06/1982)⁶⁹⁹.

Portanto, o clero que resistia às recomendações do novo bispo diocesano, a respeito das reformas conciliares, buscou a legitimação do seu discurso pautado em informações exteriores à diocese para convencer os fiéis na conservação do rito tridentino.

Após a exposição das insatisfações para com a realidade da Igreja, os tradicionalistas reivindicaram o direito de conservar o rito tridentino pelo indulto perpétuo conferido por Pio V e a revogação da obrigatoriedade do novo missal em todo o mundo e não somente na diocese de Campos (ARQTRAD, 29/06/1982)⁷⁰⁰.

O clero tradicionalista fez a sua reivindicação, expôs suas ideias e fundamentou o discurso de resistência conciliar. Todavia, a situação em Campos permaneceu irreduzível, haja vista que em 25 de agosto de 1982, Dom Carlos Alberto Navarro emitiu o decreto diocesano pelo qual determinou que todos os padres incardinados no território diocesano deveriam usar os livros litúrgicos vigentes na Igreja naquele momento (Seiblit, 1992, p. 157). Mais uma vez os tradicionalistas não cederam, agravando ainda mais a crise diocesana.

No mês seguinte à publicação do decreto de Dom Carlos Alberto Navarro, os padres tradicionalistas fizeram outro manifesto, datado de 26 de setembro de 1982, cujo título era *Nossa Posição. Aos fiéis de nossas paróquias*⁷⁰¹, um documento contundente, que ao ser analisado a conjuntura de Campos, demonstra a fidelidade do clero ao bispo emérito de Campos. Nesse manifesto, a corrente anticonciliar afirmava que sempre aceitaria as determinações da Igreja, desde que essas não ferissem a Tradição católica em comunhão com os concílios anteriores e assim, pronunciaram-se, novamente, de maneira pública contra o *Novus Ordo Missae*:

NOSSA POSIÇÃO. Aos fiéis de nossas Paróquias. Nossos paroquianos e inúmeros outros fiéis olham para nós com ansiosa expectativa. Que resposta demos à intimação feita pelo Sr. Bispo Diocesano através do Decreto de 25 de agosto do corrente? Aceitamos ou não o novo "Ordo Missae"? [...] É esta doutrina da Igreja que nos leva a, em consciência, não poder aceitar e pôr em prática a nova ordenação da Santa Missa, instaurada em 1969. Concluimos dirigindo uma súplica filial e confiante à Virgem Santíssima, Mãe do Sumo Sacerdote e nossa Mãe, para que nos obtenha de Seu Divino Filho a graça de permanecermos fiéis, até à morte, à Missa Católica. SUB TUUM PRAESIDIUM CONFUGIMUS, SANCTA DEI GENITRIX. DEBAIXO DA

⁶⁹⁹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular "*solução para os problemas religiosos de Campos: diálogo e lógica ou código penal?*" Campos dos Goytacazes, 29/06/1982.

⁷⁰⁰ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular "*solução para os problemas religiosos de Campos: diálogo e lógica ou código penal?*" Campos dos Goytacazes, 29/06/1982.

⁷⁰¹ Anexo 4: (ARQTRAD, 26/09/1982)

VOSSA PROTEÇÃO NOS REFUGIAMOS, O SANTA MÃE DE DEUS. Campos. 26 de setembro de 1982 (ARQTRAD, 26/09/1982)⁷⁰².

O manifesto é claro quanto ao objetivo de orientar o laicato tradicionalista, e explica que os católicos têm a obrigação de obedecer ao Papa, desde que conserve a integridade da Tradição. Pois a defesa da fé é uma prerrogativa papal confirmada pelo Concílio Vaticano I, ao declarar o dogma da infalibilidade papal. Como o missal de 1969 representava, no imaginário tradicionalista, uma atuação direta contra o Concílio de Trento e um alinhamento com a doutrina luterana, por dirimir as diferenças entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum dos fiéis, os católicos teriam, então, a obrigação de recusar o *Novus Ordo* pela formação recebida. Consistindo assim em uma “forma heroica de obediência” (ARQTRAD, 26/09/1982)⁷⁰³.

O manifesto elucida ainda que a postura tradicionalista de resistência seria um direito de liberdade religiosa conferido pelo Vaticano II, através da *Dignitatis Humanae*. Esse manifesto compila bem a ideologia tradicionalista e serve como um elemento cabal que aponta a problemática existente na diocese, pois, de maneira irrefutável, o clero colocava-se contra as reformas conciliares, alegando “questão de consciência” para trilhar o caminho da resistência às reformas.

A questão da obediência hierárquica da Igreja foi um tema delicado que precisou ser respondido pelos tradicionalistas de Campos. Havia um dilema sério para os católicos da diocese de Campos: ou sacrificar a Fé e a Tradição em nome da obediência ou manter-se firme na Fé e na Tradição obedecendo ao que teria sido sempre ensinado pela Santa Igreja e, por isso, serem taxados de rebeldes e desobedientes (ARQTRAD, S/D)⁷⁰⁴.

O clero tradicionalista argumentava que

obediência é uma virtude moral, inferior à virtude da fé, é uma virtude teologal, logo a fé não teria limites, mas a obediência sim. E obedecer é fazer a vontade de Deus expressa na vontade dos superiores representantes de Deus, mas se a ordem dos superiores se revela em conTradição com a vontade de Deus, então cabe a recomendação de São Pedro: "É preciso obedecer a Deus antes que aos homens" (Atos, 5,29). Ainda, o 4º Mandamento manda o filho obedecer aos pais, mas se o pai

⁷⁰² Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “NOSSA POSIÇÃO. Aos fiéis de nossas Paróquias”. Campos dos Goytacazes, 29/06/1982.

⁷⁰³ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “NOSSA POSIÇÃO. Aos fiéis de nossas Paróquias”. Campos dos Goytacazes, 29/06/1982.

⁷⁰⁴ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “Missa Nova ou Missa Tradicional: esclarecendo dúvidas”. Campos dos Goytacazes, sem data definida.

ordena que se faça algo contra a vontade de Deus, o filho não deve fazer o que o pai ordena e peca se o fizer (ARQTRAD, S/D)⁷⁰⁵.

Outro elemento de difusão da recusa pública do *Novus Ordo* pelos tradicionalistas foi a publicação da obra *Missa Nova: um caso de Consciência*. Nesse livro, fizeram críticas ao novo missal, detalhadamente, estabelecendo uma relação direta e próxima entre a nova celebração católica e o culto protestante:

A aproximação à tese protestante é favorecida também pelo paralelo estabelecido entre a Liturgia Eucarística como se fossem duas espécies de um mesmo gênero (“Institutio”, nº 8). Este paralelo inclina o fiel a pensar que a presença de Jesus na Eucaristia é semelhante à sua presença na Palavra. Ora, a presença na Palavra só pode ser “in usu”, ou seja, quando é lida a Escritura na Santa Missa. De fato, só podemos pensar numa presença de Jesus Cristo na Palavra, no momento em que é lida a Escritura, porque somente neste momento (“in usu”) é que se forma o conceito da verdade revelada na mente de quem lê e de quem ouve. Somente neste momento pode-se falar de uma presença de Jesus Cristo na Palavra. Ninguém irá dizer que Jesus Cristo está presente no livro material, que é a Bíblia ou o Missal. Se assim é com a presença de Jesus Cristo na Palavra, por que não será igualmente na Eucaristia, ou seja, Jesus estaria presente só no momento em que o fiel comunga, “in usu”? Esta interpretação é abonada pelo alinhamento em que são colocadas na “Institutio” as várias presenças de Jesus Cristo: na Palavra e substancialmente sob as espécies de pão e vinho. Como a presença na Palavra só se pode entender quando se lê ou se ouve, como vimos acima; porque não se entenderá o mesmo da Presença sob as espécies de pão e vinho, ou seja, aceitando a presença real apenas “in usu”, isto é, quando o fiel comunga? Várias mudanças na Missa Nova favorecem a doutrina protestante de que não há Consagração na Missa, mas apenas uma narração ou comemoração da ceia do Senhor (Padres de Campos, 1982, p. 24).

Para conscientizar os fiéis católicos contra o *Novus Ordo Missae*, os tradicionalistas escreveram documentos circulares em formato de livros, panfletos e cartazes – utilizados nesse trabalho como fontes primárias – que foram distribuídos em todas as paróquias e comunidades diocesanas, cujo intuito era levantar dúvidas a respeito da transubstanciação eucarística e da validade do novo missal, enquanto sacrifício propiciatório, aceito e agradável a Deus (ARQTRAD, 1982, p. 23)⁷⁰⁶.

É ponto pacífico que um dos principais questionamentos da linha tradicionalista era a validade eucarística pelo rito de Paulo VI. Porque, conforme as pesquisas, o próprio bispo Castro Mayer não deixou completamente claro se cria ou não na validade eucarística do rito de Paulo VI. Uma vez que houve momentos em que se referiu ao novo rito como válido e ilícito.

⁷⁰⁵ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*Missa Nova ou Missa Tradicional: esclarecendo dúvidas*”. Campos dos Goytacazes, sem data definida.

⁷⁰⁶ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

E houve momentos que expressou sinceras dúvidas da validade eucarística, porque o *Novus Ordo* remeteria a um “banquete similar à ceia protestante” (ARQTRAD, 1982, p. 23)⁷⁰⁷.

Os críticos do missal de 1969 destacam que, segundo as recomendações das rubricas do missal romano tridentino, as palavras cossecréticas eram pronunciadas pelo sacerdote num tom intimativo, enérgico, de caráter imperativo na qualidade de quem realiza uma ação pessoal, ao ponto de mudar a entonação vocal. Assim, “da maneira como o padre diz sempre em primeira pessoa: “eu te batizo”, “eu te absolvo”, ele também diz “isto é o meu corpo”. Dessa forma, “é o padre quem empresta a voz a Cristo” (ARQTRAD, 1982, p. 9)⁷⁰⁸.

No que tange a consagração, o missal tridentino recomenda, pelas rubricas que o sacerdote: “Inclina-se sobre o altar, e profere as palavras da consagração da Hóstia. Em seguida adora-a, e eleva-a aos olhos dos assistentes, para que todos a adorem em silêncio. O mesmo faz, depois, para a consagração do Cálice” (Missal Quotidiano, 1947, p. 680).

Assim, após a transubstanciação, tendo a hóstia consagrada nas mãos, o padre se ajoelha e adora a Jesus Cristo, que segundo a doutrina católica, estaria presente na eucaristia. Então, somente depois da adoração do presbítero presidente da celebração, o povo, que não tem participação litúrgica alguma, de joelhos e em silêncio, presta seu culto de adoração eucarística (ARQTRAD, 1982, p.10)⁷⁰⁹.

Segundo a versão tradicionalista, pelas rubricas do rito de Paulo VI, “o padre, sem adorar a eucaristia, a levanta para que a assembleia dos fiéis reunidos, de pé, faça a adoração. O que é uma irreverência” (ARQTRAD, 1982, p.12)⁷¹⁰. De fato, pelo *Novus Ordo*, primeiro o padre eleva a hóstia e o vinho e depois se ajoelha para prestar seu culto de adoração eucarística. E não há nenhuma recomendação para que o sacerdote pronuncie as palavras consecratórias em tom intimativo. Então, assim como as palavras usadas no momento ofertório foram “erros cruciais” destacados pelos opositores ao novo missal, a fórmula da consagração eucarística também foi. Porque era vista como uma mera narrativa, similar ao culto protestante, sob alegação de que o sacerdote, presidente da celebração, seria levado a não interromper a narração da ceia e mudar o tom vocal para pronunciar as palavras usadas para a consagração eucarística. Assim sendo, as palavras consecratórias não seriam as palavras de Cristo, mas, sim, as palavras

⁷⁰⁷ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁷⁰⁸ *Ibid.*

⁷⁰⁹ *Ibid.*

⁷¹⁰ *Ibid.*

do padre, que consagraria por si e não *in persona Christi*. Arrefecendo, então, a dimensão do sacrifício propiciatório necessário à validade da missa (ARQTRAD, 1982, p. 12)⁷¹¹.

Todavia, a despeito dessas discussões, que são próprias da Teologia, a questão sobre a validade eucarística dos missais de Pio V e Paulo VI, assim como ortodoxia ou heterodoxia do Concílio Vaticano II, não são a finalidade dessa pesquisa, cujo objetivo é analisar historicamente o impacto do episcopado de Castro Mayer no processo de recepção conciliar em Campos.

O que é efetivamente relevante nesse trabalho é demonstrar que dúvidas que pairavam sobre a validade do *Novus Ordo* causaram um problema para o catolicismo, porque, houve dezenas de milhares de fiéis, que influenciados pelo bispo emérito e por dezenas de padres, recusaram o *Novus Ordo Missae* sob a acusação de irreverência a Deus. O que promoveu a maior crise conciliar na Igreja do Brasil, da qual surgiu a União Sacerdotal São João Maria Vianney.

Assim sendo, na década de 1980, para orientar e aglutinar os fiéis, o clero tradicionalista não mediu esforços a fim de organizar o laicato em toda a diocese, amparando os fiéis e fortalecendo a união dessa associação de padres e leigos contra a hierarquia, que promovia as reformas conciliares. Um dos líderes do movimento tradicionalista de Campos dos Goytacazes, o padre Fernando Rifan, afirmou “esta Tradição perene, contínua, única é a norma segura de ortodoxia na Igreja. Os ensinamentos atuais devem ser aferidos com ela. E é em nome desta Tradição perene que são rejeitados muitos “erros”, mesmo que patrocinados pelas autoridades atuais” (Rifan, 1999, p. 44).

O padre Fernando Rifan foi um dos principais difusores do movimento tradicionalista de Campos e as pesquisas revelam que sempre esteve próximo de Castro Mayer até o final de sua vida (Soares, 2022, p. 86). Por isso, é necessário destacar que sem a atuação do clero, o legado de Castro Mayer em Campos teria sido menor, haja vista que o bispo emérito e os seus padres difundiram, antes mesmo da chegada de Carlos Alberto Navarro na diocese, que o *Novus Ordo* era perigoso e heretizante e a consequência seria o arrefecimento da fé, a promoção das CEB’s e o ecumenismo (ARQTRAD, 1982, p. 23)⁷¹².

Os tradicionalistas estavam convencidos de que os católicos que deixavam a Igreja eram católicos que participavam da missa pelo *Novus Ordo* e não fiéis que assistiam à missa

⁷¹¹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “a missa nova em questão”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁷¹² *Ibid.*

tridentina (ARQTRAD, 1982, p. 23)⁷¹³. E a razão destacada pelo clero ligado a Castro Mayer para esse abandono dos fiéis católicos era a aproximação litúrgica entre o *Novus Ordo* e o culto protestante.

Outro ponto atacado e reprovado publicamente pelos padres tradicionalistas foram as adaptações próprias que os padres conciliares faziam durante a celebração das missas, a despeito das orientações contidas no missal de 1969. Essa autonomia litúrgica que os padres concederam a si, autonomamente, era vista pelos tradicionalistas como escandalosa e profana, sobretudo pela distribuição da comunhão na mão (ARQTRAD, 1982, p. 23)⁷¹⁴.

Apesar de ser vista como heretizante e perigosa, Castro Mayer e seus padres consideravam que a missa celebrada pelo *Novus Ordo Missae* era válida, porque conservava a fórmula essencial na liturgia eucarística. Todavia, apesar da validade eucarística, o missal de Paulo VI teria causado “danos à fé católica” (ARQTRAD, 1982, p. 23)⁷¹⁵.

Devido à distribuição desse material publicado ao longo de todo o ano de 1982, o clero tradicionalista de Campos dos Goytacazes pôde disseminar suas ideias contrárias ao *Novus Ordo* e ao concílio.

As ideias anticonciliares só estiveram presentes no catolicismo brasileiro porque os padres de Campos estiveram dispostos a se indisporerem com a Santa Sé pela causa tradicionalista. Havia outros padres pelo Brasil que eram adeptos das mesmas ideias anticonciliares, todavia, em nenhuma outra diocese houve o mesmo impacto da crise anticonciliar de Campos dos Goytacazes.

Se os padres tradicionalistas de Campos não tivessem aderido ao discurso anticonciliar do bispo Castro Mayer, a oposição ao Vaticano II ou teria sido muito menor, ou então não teria acontecido a exemplo de outras dioceses no Brasil. Essa grande oposição que teve lugar na diocese só foi possível porque o bispo intransigente e os padres tradicionalistas conseguiram incutir em milhares de fiéis católicos de que o concílio representava um arcabouço doutrinário herético, protestantizado, maçônico, cismático, anti-Igreja, religião do homem etc. (Mayer, 2010).

Por isso a ruptura diocesana eclodiu um pouto tempo. Afinal, com poucos meses, após a posse do novo bispo, a diocese estava completamente dividida. E, e esse fato é explicado porque Castro Mayer teve tempo para gestar no clero as ideias anticonciliares de resistência,

⁷¹³ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

⁷¹⁴ *Ibid.*

⁷¹⁵ *Ibid.*

cuja repercussão incidiu no laicato através da doutrina integrista, que tinha como premissa principal da defesa pela “Igreja de Sempre” (Rifan, 1999, p. 9).

4.3 As exonerações paroquiais e a criação da União Sacerdotal São João Maria Vianney: 1982-1987

Assim que os processos de exonerações começaram a acontecer, a mitra diocesana precisou contar com ajuda policial e da justiça comum, pois, o bispado moveu algumas ações judiciais para reintegração de posse pela diocese (ARQSNI, 13/09/1988)⁷¹⁶.

A leitura do capítulo que explica processo das exonerações paroquiais é fundamental porque as remoções demonstram o alinhamento intransigente que a parcela tradicionalista do clero teve com o bispo emérito. Haja vista que o discurso tradicionalista é similar em todas as paróquias nas quais houve as exonerações e Campos dos Goytacazes tiveram com o bispo emérito, porque tanto o bispo Castro Mayer como todos os padres exonerados compartilhavam do mesmo modelo eclesiológico a ser seguido.

Buscando exercer o trabalho pastoral, o novo bispo diocesano visitou as paróquias da diocese, recebido nelas todas. Entretanto, nem tudo saiu como fora desejado, haja vista que havia a corrente clerical que aderiu ao concílio e a corrente anticonciliar, que de acordo com as palavras do próprio Castro Mayer, recebia o bispo e em seguida se retirava da igreja, pelo rito de Paulo VI:

D. Mayer: Isso eles têm razão. Declaram que não celebram missa nova porque acham que não podem celebrar nem podem assistir, de maneira que quando o Sr. D. Navarro foi para celebrar nas igrejas, ele já sabia que o padre não ia estar presente porque já tinha dito a ele que não celebrava, e que achava que em consciência não podia assistir também a esta missa. Se ele portanto ele teimava, digamos assim, em celebrar — ele tem direito, afinal de contas ele pode seguir também a cabeça dele — mas para obrigar outra pessoa a fazer alguma coisa contra a consciência. Por isso ele era muito bem recebido na paróquia, entrava na paróquia, ir para o altar, o padre desaparecia. Frequentemente ia visitar doentes. E não é história, ia mesmo. Mas deixava lá o bispo então celebrasse lá sozinho. O que acontecia? Acontecia que o povo teve que sair, então ele ficava com uma meia dúzia de pessoas que ele mesmo levava como sempre faz. Isto o deixou irritado, mas não poderia queixar-se, não poderia queixar-se. Ele nunca propôs uma conversa franca para ver os argumentos que tinha. Então ele disse aos padres que recorresse a Santa Sé pedindo o privilégio para continuar a celebrar a missa chamada de São Pio V. Eles disseram: nós não precisamos desse privilégio, o que nós podemos fazer é expor à Santa Sé as razões do nosso procedimento. “Então, façam isso, eu também recorro à Santa Sé (ARQBioPlinio, 02/07/1982)⁷¹⁷.

⁷¹⁶ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Ascensão do Movimento Católico Tradicionalista*, Rio de Janeiro, 13/09/1988.

⁷¹⁷ *Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP. Relato de D. Mayer sobre a situação religiosa em Campos com a posse de D. Navarro, Santo do dia*, São Paulo, 02/07/1982.

Sobre a presença dos padres tradicionalistas nas visitas pastorais feitas pelo bispo diocesano, as palavras do padre Fernando Rifan confirmam as palavras de Castro Mayer:

Usamos o Concílio Vaticano II: nós temos a consciência formada que essa missa não presta. Viemos aqui para prestar nossa homenagem ao bispo, que nós respeitamos como pastor e sucessor dos apóstolos. Começou a missa e não é a missa que eu pedi, vou embora. Ué, tenho minha consciência formada. O mal não tem direito à verdade, mas, o bem tem. Eu estou amparado pelo concílio. Como eles pregam esse princípio, da liberdade de consciência. Eu jogo contra eles (ARQTRAD, 18/01/1982)⁷¹⁸.

Começava, então, na diocese um processo de insubordinação religiosa que partia dos setores conservadores na diocese, cuja consequência direta foi a remoção de 25 padres, dezenas de freiras e cerca de 40 mil fiéis (ARQSNI, 08/07/1988)⁷¹⁹. Esses números demonstram que o número de fiéis católicos tradicionalistas foi muito menor do que o número de fiéis católicos alinhados com o concílio. Uma das possíveis explicações encontradas para a grande adesão conciliar em Campos, apesar dos esforços feitos por Castro Mayer, foi a visita do Papa João Paulo II ao Brasil, em junho de 1980. Afinal, o Pontífice Romano celebrava pelo *Novus Ordo*. Além disso, todas as dioceses vizinhas aderiram à reforma litúrgica na década de 1970. Assim sendo, houve milhares de fiéis que perceberam o isolamento eclesiológico de Campos e aderiram ao modelo de Igreja conciliar, iniciado na diocese através do clero religioso (ARQDioCampos, 22/05/2019)⁷²⁰.

Apesar da adesão de João Paulo II e de toda a alta cúpula católica ao concílio e ao *Novus Ordo*, a linha tradicionalista de Campos legitimava a postura conservadora na narrativa “nossa Igreja tem 20 séculos, a deles têm 20 anos. Quem é cismático? Nós estamos com a Igreja de Sempre, com a Tradição. Eles têm os lugares de cimentos, nós temos a fé. Pois, o Papa não empenhou a infalibilidade” (ARQTRAD, 18/01/1982)⁷²¹. Então, diante da dicotomia entre “nós e eles”, houve a segunda exoneração clerical, o padre Geraldo Gualandi, pároco da igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, no bairro Vinhosa, em Itaperuna (Seiblitiz, 1992, p. 277).

⁷¹⁸ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada pelo padre Fernando Rifan*. Bom Jesus, 18/01/1982.

⁷¹⁹ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Ascensão do movimento católico tradicionalista*, Rio de Janeiro, 08/07/1988.

⁷²⁰ Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Considerações de Dom Roberto Gomes Guimarães sobre a situação de Campos dos Goytacazes*. Campos dos Goytacazes, 22/05/2019.

⁷²¹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada pelo padre Fernando Rifan*. Bom Jesus, 18/01/1982.

Recebeu posse de pároco na igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, na Vinhosa, em 07/03/1981, ainda no episcopado de Castro Mayer. Todavia, não ficou muito tempo, porque assim que o novo tomou posse, as visitas pastorais começaram pela diocese, como de praxe. Diante da iminência da visita pastoral na paróquia da Vinhosa, o padre Geraldo pediu a Dom Carlos Alberto Navarro que não fosse até a sua comunidade (ARQDioCampos, 1982)⁷²², “só porque se recusava a reconhecer a legitimidade da missa de Paulo VI.”, como explicou o padre Fernando Rifan (Heri et Hodie, 1984, p. 1).

Mas, o bispo não acatou o pedido e em 6 de dezembro de 1981 estava em Itaperuna para celebrar a missa pelo missal de Paulo VI, em latim e de costas para o povo. Entretanto, apesar de cumprir os protocolos semelhantes à liturgia tridentina, Dom Carlos Alberto Navarro foi rejeitado pelo pároco, devido ao texto do missal de 1969. Dessa forma, pôde constatar a aversão tradicionalista em diferentes cidades diocesanas, uma vez que a missa em Itaperuna foi transformada num campo de batalha (Folha da Manhã, 1981, p. 1). Pois, os tradicionalistas rejeitavam o rito de Paulo VI, independentemente do idioma (ARQTRAD, 11/04/1982)⁷²³.

Por ser a primeira visita do novo bispo a Itaperuna, a paróquia da Vinhosa estava repleta de fiéis das três paróquias de cidade: São Benedito, São José do Avahy e Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Os paroquianos da São José do Avahy e São Benedito apoiaram Dom Carlos Alberto Navarro contra os fiéis da paróquia anfitriã. Então, começou o conflito entre os católicos integrantes das duas linhas litúrgicas (Seiblitiz, 1992, p. 99).

Os pedaços de madeira que seguravam as faixas se transformaram em armas e a nave da igreja foi transformada em um campo de guerra religiosa. Dom Carlos Alberto Navarro celebrou a missa rapidamente e durante sua presença na paróquia, ficou perplexo enquanto a ira religiosa ficou fora de controle. Os anfitriões agiram energicamente contra o que acreditavam ser “erros ultrajes do progressismo herético” (White, 1993, p. 134). Esse episódio foi determinante para que o padre Geraldo fosse removido da paróquia pelo bispado, que tratou a situação como um “assunto penoso” (Folha da Manhã, 1981, p. 2).

Os tradicionalistas de Itaperuna, assim como os demais fiéis tradicionalistas das outras cidades integrantes da diocese, advogavam pela direito da liberdade de escolha entre os ritos

⁷²² Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia São José do Avahy*, Itaperuna, 1982.

⁷²³ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento “*Profissão de fé católica face aos erros atuais*”. Campos dos Goytacazes, 11/04/1982.

latinos, tendo em vista que o rito tridentino tinha indulto perpétuo de Pio V (ARQTRAD, 22/09/1982)⁷²⁴.

Nessa ocasião, o padre Geraldo recebeu o bispo e retirou-se da paróquia, para não concelebrar a missa, enquanto os fiéis enchiam o templo de cartazes contra o *Novus Ordo* (Folha da Manhã, 1982, p. 3). Pela defesa do padre Geraldo e dos outros padres tradicionalistas, o padre Fernando Rifan afirmou que “Trento codificou a liturgia por Pio V, o Papa não criou uma missa. Paulo VI fabricou uma missa artificial e negou a Tradição. A missa nova escorregou para a heresia” (ARQTRAD, 08/01/1982)⁷²⁵.

Dom Carlos Alberto Navarro escreveu a respeito do episódio ocorrido em Itaperuna, na coluna semanal *A voz do pastor*, para explicar a situação pela qual a diocese passava e pedir a pacificação dos ânimos. O padre Geraldo Gualandi, por sua vez, explicou sua posição diante do conflito em Itaperuna afirmando que a “Missa Nova, eliminando expressões sobre dogmas eucarísticos, leva à perda da fé. Nesse sentido, a missa instituída pelo Concílio Vaticano II é heretizante” (ARQDioCampos, 22/12/1981)⁷²⁶. É necessário destacar que essa frase sustentou a oposição tradicionalista pela diocese e por isso, aparecerá algumas vezes no texto deste trabalho.

A fala do pároco do bairro Vinhosa foi dita pública e privadamente e seguia exatamente a linha do bispo emérito de Campos, formador do padre Geraldo Gualandi. Então, diante do impasse na paróquia da Vinhosa, a punição imposta pelo bispado foi transferência do padre Geraldo Gualandi, em janeiro de 1982, para a paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em Campos, cujo intuito era auxiliar o padre Fernando Rifan (Mérida, 2016).

Houve manifestações dos fiéis contra a exoneração dos padres, mas, o bispado de Campos não tomou conhecimento dos apelos dos fiéis de Itaperuna e manteve a exoneração do padre Geraldo Gualandi (Folha da Manhã, 1982, p. 1). O substituto imediato foi o padre Lamar Barreto Calzolari (1926-2014), da São Benedito. Tomou posse em 17 de janeiro de 1982 e ficou na comunidade até abril do mesmo ano, quando o padre Cipriano Alvarez Rodrigo, da diocese

⁷²⁴ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Manifesto de apoio ao padre Geraldo e aos padres tradicionalistas de Campos, em defesa do rito tridentino*. Itaperuna, 22/09/1982.

⁷²⁵ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio sermão do padre Fernando Rifan na saída do padre Geraldo da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima*, Itaperuna, 08/01/1982.

⁷²⁶ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima*, Itaperuna, 22/12/1981.

de Leopoldina, assumiu a Nossa Senhora do Rosário de Fátima em 14/04/1982 (ARQDioCampos, 14/04/1982)⁷²⁷.

Após o evento ocorrido em Itaperuna, Dom Carlos Alberto Navarro destacou que o processo de recepção conciliar contava com o apoio da Igreja: “Tenho encontrado também algumas dificuldades que partem de pessoas ou grupos que não conseguem entender a renovação da Igreja. Não uma renovação desordenada e sem princípios, mas uma renovação incentivada pela Santa Sé e por sua Santidade, o Papa” (Folha da Manhã, 1982, p. 3).

A fala de Dom Carlos Alberto Navarro retrata a postura de um bispo que precisou lutar contra a intransigência tradicionalista, que repelia as reformas conciliares e a nova liturgia, por relacioná-las ao ecumenismo, o que era uma situação difícil de ser superada em Campos. Haja vista a catequese do padre Fernando Rifan: “A Igreja me ensinou, há muito tempo, a detestar Lutero. E, em nome do que a Igreja me ensinou, nós não aceitamos o ecumenismo” (ARQTRAD, 18/01/1982)⁷²⁸.

O padre Fernando Rifan pregou em alguns eventos que marcaram as cerimônias de saída dos padres. Além disso, recebeu alguns sacerdotes exonerados em sua paróquia, que foi um ponto de apoio para o clero e para os fiéis opositores ao bispo Dom Carlos Alberto Navarro. Assim aconteceu com o padre Geraldo, que, imbuído do intuito de acalantar seus seguidores e simpatizantes, do “exílio” que se encontrava, em Campos dos Goytacazes, escreveu uma carta⁷²⁹ sugerindo que os fiéis aproveitassem a semana santa para oferecer suas dores e sacrifícios a Cristo, que padeceu por amor à humanidade.

⁷²⁷ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima*, Itaperuna, 14/04/1982.

⁷²⁸ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada pelo padre Fernando Rifan*, Bom Jesus, 18/01/1982.

⁷²⁹ Louvado seja N. Sr. Jesus Cristo. Aos fiéis da Vinhosa, pela Igreja trabalhar e sofrer. Prezados católicos da Vinhosa, queria dizer-vos o que N.S. Jesus Cristo disse a seus Apóstolos: "Desejei ardentemente comer esta Páscoa convosco". Também eu desejei muito estar convosco durante a Semana Santa, mas Deus quis ou permitiu outra coisa: no ano passado fui impossibilitado diretamente por Deus, neste ano Ele se serviu dos homens. No ano passado sofria fisicamente, neste moralmente. Em um e outro lembrei-me de vós, sempre quero sofrer pela e vossa santificação. Neste ano, já que fisicamente nada me impede, além das orações e sofrimentos quero dirigir-vos algumas palavras para que mais santamente possais passar esta Santa Semana. Com São Paulo quero dizer-vos: "Eu vos prego Cristo, e Cristo crucificado". Pois de um lado é a Semana dos sofrimentos de Jesus Cristo por nós e de outro são os nossos sofrimentos pela causa da fé. É, portanto, justo que aprendamos sofrer e imitar a Jesus na sua Cruz: (Ele)"suportou a dor pura sem mistura de nenhuma consolação"; amou-nos e entregou-se por nós. O homem é tão fraco de si e, por outro lado, há circunstâncias tão críticas, defeitos ou paixões tão difíceis de superar, virtudes de tão custosa prática, que é preciso uma força sobrenatural, e esta força é na Cruz que reside. Com a Cruz na mão vencemos todas as dificuldades. Acha-se nela um exemplo, que confunde toda e covardia e excita o ânimo, uma garantia de nossas imortais esperanças de que, elevando o coração ao céu, nos torna mais forte que toda a terra, uma graça que empara, um amor que provoque o nosso amor e inspira o sacrifício. Finalmente o selo dos escolhidos, que nos convida a segui-los para conseguir o mesmo fim que e eles. S. Paulo se unia a Cruz e apoiado nela, julgava-se mais forte que todas as tentações e provações. “Os Mártires e os confessores nos seus sofrimentos pensavam na cruz, e achavam nela uma fortaleza que os tornava invencíveis. "Eu padeço muito, dizia um deles,

Em função da retirada do pároco da igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, muitos fiéis tradicionalistas de Itaperuna buscaram o rito tridentino nas cidades vizinhas, porque naquele município, havia o predomínio do rito de Paulo VI, devido ao padre Roberto Gomes Guimarães⁷³⁰, pároco da paróquia central de São José do Avahy, e ao padre Lamar Barreto Calzolari, que foi pároco da paróquia de São Benedito até 1987 (Mériá, 2016, p. 78).

mas que isto em comparação do que padeceu Jesus na cruz?" Imitemos estes belos exemplos. Experimentamos revezes, até ficarmos na miséria? A nudez de Jesus na Cruz nos tornara preciosa a penúria, e nos induzirá a dizer animosamente com um santo: "seguirei nu a Jesus Cristo", Atormentem-nos o corpo à enfermidade e a dor? As chagas de Jesus Cristo na Cruz nos trarão prezar o padecimento até nos obrigarem e dizer com S. Boaventura: "Não quero viver sem dor, vendo-te na dor"; ou com Santa Tereza; "Ou padecer ou morrer. Aborço, dizia esta grande santa, a riqueza e suas comodidades, e sensualidade e os regalos", Somos o alvo da calúnia, da desconsideração, do desprezo? As ignomínias de Jesus na cruz nos desenganarão do amor da estima e dos Louvores. Não queremos já, por que como havemos de fazer caso de estima de um mundo que tem tão mal apreciado a sabedoria eterna? Como havemos de querer ser melhor tratados, mas louvados que um Deus? Finalmente, temos que padecer desgostos, que corrigir nosso meu gênio, que sujeitar a nossa vontade? A mansidão e à obediência de Jesus crucificado nos tornarão mansos e doces, simples e obedientes. Depois de assim contemplarmos a cruz de Jesus, não esqueçamos que ao pé da Cruz estava a Mãe das dores, a nossa Mãe. Estava ali para nos dar ânimo diante dos sofrimentos. Estava ali para ser nosso modelo em procurar consolo unicamente em Jesus Crucificado. Estava para ser nossa Mãe. É o testamento de Jesus na hora de sua morte "Eis aí atua Mãe", (Jo 19,28) "Tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim", (Jo 13, 1). Sejam os consoladores de Jesus nesta Semana de tantas graças para nós, e Ele não deixará perder nenhum de nós. É a vontade do Pai. Ressuscitaremos com Ele para uma vida Nova vida no amor daquele que tanto nos amou. Que todo o sacrifício e locomoção que fizemos nesta Semana Santa sirvam para nos fortalecer na fé e guardarmos fidelidade à doutrina de Nosso Senhor. Ó Santa Mãe, dai-me isto, trazer as chagas de Cristo Gravadas no Coração. Uma Bênção a todos do humilde servo em Jesus e Maria Pe. Geraldo Gualandi. Do Exílio, em Campos -03 de abril de 1982.

⁷³⁰ Nasceu em Campos dos Goytacazes em 1936. Em 1950 iniciou seus estudos eclesiais no Seminário Arquidiocesano de São José, em Niterói. Terminando o Seminário Menor estudou Filosofia no Seminário Arquidiocesano São José, Mariana, Minas Gerais, concluindo também Teologia. Em 1961 ordenou-se sacerdote na Catedral Basílica Menor do Santíssimo Salvador. Foi professor de Seminário da Basílica Menor de Maria Imaculada em Varre-Sai, Vigário Paroquial em Natividade (1964), em São Fidélis (1965 a 1967) – sendo professor do Ginásio Fidelense – e de Lage de Muriaé (1967- 1968), Pároco em São Benedito, Itaperuna (1968 – 1973) e em São José do Avahy também em Itaperuna (1973 – 1995). Em 1981 ficou encarregado do Seminário do Seminário Diocesano de Maria Imaculada, coordenador da Pastoral Vocacional, de Catequese e Dir. Diocesano da Educação Religiosa da Rede Estadual. E ainda integrou o conselho Presbiteral. Foi nomeado vigário geral da diocese de Campos em 1994 e por sua santidade o Papa João Paulo II Bispo Diocesano de Campos em 1995. A Sagração Episcopal e a posse se deram em 7 de janeiro de 1996, festa da Epifania do Senhor, na Catedral – Basílica Menor do Santíssimo Salvador. Tonou-se Bispo Emérito de Campos no dia 30 de julho de 2011. O Brasão representa a tríplice missão do bispo: santificar, ensinar e reger. O encargo de santificar o povo de Deus está significado pelo símbolo da SS. Eucaristia, centro de toda a liturgia. É no mistério eucarístico que se torna presente o sacrifício redentor de Jesus Cristo, fonte das graças de santificação. O fundo vermelho lembra o vinho, matéria também escolhida por Jesus para o sacramento eucarístico, no qual se perpetua sua presença santificadora na vida da Igreja. A função de ensinar é representada pela Cúpula da basílica de S. Pedro, em Roma. O magistério do bispo só é autêntico, enquanto proceder em total comunhão com o Papa. A atitude de absoluta fidelidade à voz do Romano Pontífice. fator fundamental para a unidade da Santa Igreja. O campo verde fala da viva presença de se alcançar a desejada unidade eclesial, em torno da pessoa do Sumo Pontífice. O ofício de conduzir o rebanho está sintetizado no lema: "Procurarei minhas ovelhas" (Ez 34,11) Esta é também tarefa específica do bispo, a exemplo de Jesus, Bom Pastor, indo sempre ao encalço das ovelhas. Conforme o significado da palavra, vale observar que não se trata do procurar, apenas, com os olhos, mas acima do tudo com o afeto do coração. O campo azul, À direita, externa uma homenagem filial a Mãe de Jesus e Mãe da Igreja, sob cujo patrocínio coloco o ministério episcopal. A letra inicial do nome de Maria é uma alusão ao rio Paraíba, O rio de N. Senhora Aparecida, e que banha grande parte da diocese de Campos. Estas mesmas águas foram matéria do Sacramento de meu batismo, realizado aos 6 de fevereiro de 1936, na Catedral do SS. Salvador. A flor de lis se refere a realza de Maria Santíssima, não apenas como descendente da família real de David, mas também como Mãe de Jesus, Filho do Altíssimo, cujo reinado não terá fim, e que goza de senhorio absoluto (Ribeiro; Paz, 2022).

Diante da determinação do bispado de Campos, que não retrocedeu, o padre Geraldo Gualandi retornou a Itaperuna por conta própria e passou a celebrar a missa tridentina nas garagens dos fiéis. Eles se uniram e compraram um terreno que abrigou a nova comunidade. Diante da mobilização tradicionalista, em julho de 1985, Castro Mayer foi a Itaperuna para abençoar o início da construção do novo templo, que teve como padroeiros Nossa Senhora do Rosário de Fátima e São Geraldo Magela (White, 1993, p. 137).

O governo militar estava ciente das exonerações que aconteciam na diocese, afinal, o bispo Castro Mayer era bem-quisto pelo regime, como demonstra a fala do deputado Clóvis Stenzel (1924-2014)⁷³¹, um defensor dos militares no parlamento: “No Brasil, em termos corajosos, somente dois altos prelados tem insurgindo-se contra a fração do clero que se atrelou às hostes comuno-subversivas: Dom ANTÔNIO DE CASTRO MAYER, Bispo de Campos, e Dom GERALDO DE PROENÇA SIGAUD, Arcebispo de Diamantina” (ARQSNI, 1974)⁷³².

Endossando o caráter conservador do movimento tradicionalista, além da simpatia do regime, Castro Mayer e o clero tiveram uma ajuda importante para a construção das novas comunidades: ajuda financeira da União Democrática Ruralista, UDR (ARQSNI, 26/08/1988)⁷³³. Órgão que se apresenta como uma entidade associativa brasileira que reúne grandes proprietários rurais e visa a manutenção de direito de propriedade, da conservação da ordem social e pelo respeito às leis do País (Ribas, 1987).

Esse foi o segundo caso de exoneração paroquial na diocese, que naquele mesmo ano se tornaria uma marca da crise diocesana que se instaurou em Campos, devido ao confronto entre a linha tradicionalista e a linha conciliar. Tinha início, então, o processo que culminou na criação formal da União Sacerdotal liderada por Castro Mayer, em 1988 (ARQÉcône, 15/08/1988)⁷³⁴. O desfecho do conflito em Itaperuna foi a substituição do padre Geraldo e a mobilização dos fiéis que construíram uma nova paróquia, um convento e um orfanato, gerido por nove freiras que cuidavam de crianças órfãs (White, 1993, p. 138).

A crise de Campos foi intensa, haja vista que simultaneamente aconteciam exonerações, levantes paroquiais, declarações em jornais e rádio feitas pelas duas correntes católicas, além de matérias escritas por jornalistas e clérigos de espalhados pelo Brasil, que manifestavam apoio

⁷³¹ Voz política conservadora que atou como deputado estadual e federal (ARENA) entre 1966 e 1974 pela defesa do regime militar.

⁷³² Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Relatório do clero brasileiro*, Rio de Janeiro, 1974.

⁷³³ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Dossiê sobre o movimento católico tradicionalista da diocese de Campos*, Rio de Janeiro, 26/08/1988.

⁷³⁴ *Estatuto da União Sacerdotal São João Maria Vianney*, Campos dos Goytacazes, 15/05/1988, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

às duas linhas, que se digladiavam na diocese. Dessa forma, verifica-se que a crise de Campos teve repercussão para além das fronteiras diocesanas.

É necessário destacar que a construção das comunidades que surgiram na diocese, paralelamente ao bispado de Campos, representaram a materialização consciente da resistência conciliar praticada na diocese de Campos, que existia e manifestava sua profissão de fé sem a anuência de Dom Carlos Alberto Navarro, da CNBB e da Santa Sé (WHITE, 1993, p. 136). Pois, se Castro Mayer, os 25 padres e dezenas de milhares de fiéis tivessem aderido ao concílio em Campos, não haveria necessidade de exonerações paroquiais e tampouco da construção de novos templos católicos em todas as cidades da diocese. Eles só foram construídos pela mentalidade anticonciliar praticada por 25 dos 36 padres diocesanos que lideraram mais de 40 mil (ARQSNI, 08/07/1988)⁷³⁵ dos 560 mil católicos que viviam no território da diocese (ARQDioCampos, 1981)⁷³⁶.

Diante da situação conflituosa, o núncio foi chamado para estar presente na diocese. Após algumas reuniões com Dom Carlos Alberto Navarro e os padres tradicionalistas de Campos e ao constatar, pessoalmente, o que estava acontecendo, Dom Carmine Rocco afirmou que “A diocese de Campos é o maior problema da Igreja no Brasil” (White, 1993, p. 147). Apesar do apoio da CNBB a Dom Carlos Alberto Navarro, o clero tradicionalista conservou-se irredutível na recusa conciliar.

Diante dos impasses que aconteciam na diocese, Castro Mayer escreveu uma carta para o Papa João Paulo II para dar a sua versão das exonerações. Todavia, a carta não surtiu o efeito esperado, porque a carta ficou sem resposta, as exonerações continuaram, os padres tradicionalistas buscaram apoio no bispo emérito e o bispado de Campos executava o propósito da Santa Sé de realizar o *aggiornamento* da diocese, apesar de toda crise diocesana⁷³⁷.

⁷³⁵ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Ascensão do movimento católico tradicionalista*, Rio de Janeiro, 08/07/1988.

⁷³⁶ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Relatório quinquenal da Diocese de Campos, 1975-1980*. Campos dos Goytacazes, 1981.

⁷³⁷ Campos, 13 de Abril de 1982. Santíssimo Padre, João Paulo II, Prostrado aos pés de Vossa Santidade, eu imploro a Benção Apostólica. Ao final de março desse ano de 1982, eu recebi uma carta de Seu Eminentíssimo Cardeal D. Sebastião Baggio, Chefe de S.C., dos Bispos, na qual, em nome de Vossa Santidade, Sua Eminência articula graves acusações contra a minha pessoa, no sentido de que eu tenha interferido na direção da diocese de Campos e complicado o trabalho do bispo, Dom Carlos Alberto Navarro, ao invés de cooperar com ele. Com todo o respeito e reverência, eu devo dizer a Vossa Santidade que essas acusações são sem fundamento. Além do mais, a carta de Sua Eminência Cardeal Baggio, ao indicar as faltas das quais sou acusado, não traz nenhuma prova que justifique as acusações. É fato também que, na diocese, o padre Lamar Barreto Calzolari, muito estimado pelo bispo da diocese, não hesita em me difamar frente a todo o Brasil através de sua coluna no jornal *O Globo* – o jornal mais lido no país – com incorretas similaridades. Permita-me, Vossa Santidade, expressar o desejo de procurar refúgio no Vaticano dessas acusações sem provas. Qualquer auxílio ao bispo, Dom Carlos Navarro, se tornou difícil desde o momento em que o consultor legal do bispo na imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo espalhou por todo o Brasil que os padres de Campos, com a conivência do bispo anterior, foram desonestos em negociações de terra fraudulentas na diocese. Alguma colaboração era obviamente impossível quando o Bispo

A problemática de Campos ganhou proporções além das fronteiras da diocese, haja vista a defesa escrita pelo jornalista Lenildo Tabosa Pessoa (1935-1993)⁷³⁸ no jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 02 de setembro de 1982, cujo título era *O cisma de Campos*. No artigo, o jornalista conservador defendeu os padres de Campos, faz críticas à Santa Sé e endossa a ortodoxia dos padres tradicionalistas:

Dir-se-á que a nova missa não foi inventada por D. Navarro, mas veio da Santa Sé, à qual ele e os padres devem obediência. A Igreja, porém, jamais exigiu de seus sacerdotes um voto de imbecilidade, embora a maioria se comporte como o tivesse feito, abandonando doutrinas sempre apresentadas pela mesma Santa Sé como eternas e imutáveis, para aderir a outras condenadas, no começo do século, como heréticas e transformadas depois, pelo Concílio Vaticano II, na nova ortodoxia. (...) E é justamente à luz da inegável fidelidade dos padres de Campos ao que a Igreja ensinou ao longo dos séculos - nem Roma ousa acusá-los de estar ensinando alguma doutrina nova - que se deve avaliar a informação, divulgada pela imprensa, de que a crise pode fazer surgir uma nova Igreja, a Igreja Católica Tradicionalista Brasileira (PESSOA, 1982, p. 25).

Embora não tenha ocorrido canonicamente, na prática pastoral ocorreu o que Lenildo Pessoa escreveu: o advento da Igreja Católica Tradicionalista Brasileira, cuja sede estava em

Carlos Navarro se comprometeu a eliminar a Missa Tridentina e começou a adotar em Campos medidas que dessacralizam e criam uma atmosfera profana na Casa de Deus. Sob tais condições, em sã consciência, eu não pude dar apoio. Tais medidas, além do mais, nos colocam na mesma vasta crise que Paulo VI chamou de autodestruição da Igreja e resulta na substituição da Igreja tradicional por outra “baseada em psicologia e sociologia” (*Acta Apostolicae Sedis* [AAS] 63, p. 99). Agora que já me abri a Vossa Santidade com fiel franqueza, eu peço que me permita dizer com todo o respeito e veneração que o Ecumenismo, como mencionado por Vossa Santidade em vários documentos baseados no II Concílio do Vaticano, se opõe ao dogma da Fé que fora da Igreja “*nullus omnino salvatur*” (IV Concílio Lateranense, DS. 802), e constitui a negação do *ex professo* ensinado por Pio IX na Encíclica “*Mortalium animos*” de 26 de janeiro de 1928 (aas 20, p. 5 ff.). Contra isso a idéia de Ecumenismo se despedaça, assim como, a doutrina Católica da liberdade religiosa exigida como um direito natural do homem para expressar suas crenças, quaisquer sejam eles, mesmo que sejam crença em coisa alguma, como ocorre com os ateus (Cf. AAS 58, p. 931). Nesse sentido, é afirmado que o Espírito Santo também faz uso das profissões de Fé de não-Católicos no intuito de guiar homens à salvação eterna, que anula a necessidade da Igreja Católica como o único meio de salvação. Essas idéias fundamentais da vida religiosa têm repercussões prejudiciais para todo o Catolicismo, já que dão vida à nova Igreja psicológica e sociológica a qual se refere Paulo VI. Já tendo tido oportunidade de escrever a Vossa Santidade sobre este mesmo assunto (Carta de 7 de abril de 1981), eu repito o que já declarei anteriormente ao Papa Paulo VI (Carta de 25 de janeiro de 1974). Eu não me oponho, então, de minha parte, absolutamente ao pontífice de Roma nem aos seus prelados. Eu adiro à Fé sem a qual é impossível agradar a Deus e salvar a alma. Por causa disso, eu, junto com muitos padres e fiéis, não apenas no Brasil, nos sentimos oprimidos frente a contradições encontradas em documentos de doutrina que aparecem de fontes confiáveis. Entenda, também, Vossa Santidade, que este fato cria na Igreja uma doença profunda, em todos os fiéis que permanecem firmes em sua Fé. Não se trata, Vossa Santidade, de que os fiéis sejam reticentes em respeitar a autoridade pontifícia, mas, pelo contrário, de que esses padres e leigos carregam como base de sua Fé uma profunda e inabalável adesão à Igreja de São Pedro. Com todo o respeito, eu ousou dizer a Vossa Santidade que essa doença necessita terminar de uma vez através de pronunciamentos do pontificado, relacionados a assuntos superiores, e, em geral, sobre os vários assuntos de Doutrina e Moralidade que enfatizam, de forma inequívoca, sua uniformidade com os ensinamentos da Igreja de Cristo com dois mil anos de idade. Certo de que Vossa Santidade, em sua benevolência paterna aceitará esta súplica e de que me abençoará com sua Benção Apostólica. Filho humilde e obediente, Antônio de Castro Mayer, Bispo (White, 1993, p. 140)

⁷³⁸ Lenildo Tabosa Pessoa foi um jornalista e escritor brasileiro. Ex-seminarista cursou Filosofia na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma e Direito no Recife. Durante a década de 1960 e 1970 tornou-se famoso jornalista, tendo depois se desenvolvido como romancista, que sempre se colocou numa posição conservadora fazendo críticas à CNBB e à Teologia da Libertação.

Campos dos Goytacazes. Todavia, é necessário destacar que não havia, pelos tradicionalistas, a intenção de fundar outra religião. Eles desejavam conservar a formação pré-conciliar que receberam.

Devido à posição dos padres que influenciavam os seminaristas diocesanos, Dom Carlos Alberto Navarro fechou o seminário diocesano Maria Imaculada em 03 de março de 1982, o que foi um problema grave, pois, a diocese ficou sem seminaristas (Seiblitiz, 1992, p. 278), e o seminário representava a continuidade de que os padres permaneceriam sendo formados pela ótica anticonciliar. Todavia, ficou vazio e alguns jovens mudaram-se para a rua Riachuelo, em Campos, onde receberam formação anticonciliar diretamente de Castro Mayer (Mériada, 2016).

Após fechar o seminário, na esteira das reformas conciliares na diocese, Dom Carlos Alberto Navarro começou as reformas no altar-mor da catedral diocesana por causa do *Novus Ordo*. Em função do conjunto de reformas e pelas remoções que aconteceram na diocese, o novo bispo diocesano começou a receber ameaças de morte, por meio de ligações anônimas. Todavia, Dom Carlos Alberto Navarro as atribuía a fanáticos (Folha da Manhã, 1982, p. 1). A linha tradicionalista, por meio do porta-voz, afirmou as ameaças eram fatos sensacionalistas e não representavam a resistência m a ver com resistência anticonciliar (Folha da Manhã, 1982, p. 3).

Na sequência das exonerações diocesanas, no dia 14 de janeiro de 1982, foi a vez do pároco da matriz do Senhor Bom Jesus, em Bom Jesus do Itabapoana, receber a sua dispensa (White, 1993, p. 154). A remoção ocorreu logo após a celebração dos 25 anos da presença do monsenhor Francisco Apoliano (1916-2004) em Bom Jesus do Itabapoana, ocasião em que reuniu mais de cinco mil fiéis. Alguns dias depois, foi removido por Dom Carlos Alberto Navarro (Seiblitiz, 1992, p. 278). A razão já era sabida por todos: recusar-se a celebrar pelo missal de Paulo VI.

Assim, no dia 28 de fevereiro de 1982, o monsenhor Francisco celebrou a sua última missa na paróquia. Como medida de apoio ao pároco de Bom Jesus, o prefeito bom-jesuense, Adílio Teixeira Pimentel, organizou uma comissão com os assessores mais próximos e foi até o bispado pedir que o monsenhor não fosse retirado da paróquia (Folha da Manhã, 1982, p. 8). Pedido esse não aceito por Dom Carlos Alberto Navarro.

O monsenhor Francisco Apoliano continuou morando em Bom Jesus e celebrando missas no abrigo dos pobres *José Lima* e nas capelas particulares de associações religiosas, que pertenciam a integrantes do Apostolado da Oração e da Congregação Mariana, nas quais Dom Carlos Alberto Navarro não poderia intervir, até comprarem um terreno para construir a paróquia do Senhor Bom Jesus Crucificado e do Imaculado Coração de Maria (White, 1982).

E é necessário destacar que houve várias capelas particulares pela diocese que deram lugar aos padres e fiéis tradicionalistas, que não ficaram completamente desabrigados (Seiblit, 1993, p. 155).

Em Bom Jesus do Itabapoana, o monsenhor Francisco Apoliano foi retirado da matriz do Senhor Bom Jesus e transferido por Dom Carlos Alberto Navarro para o abrigo dos velhos *José Lima*, na condição de capelão (ARQTRAD, 25/05/1982)⁷³⁹. Todavia, devido ao desalinhamento com o bispado, no final de 1982, a provisão foi retirada e o monsenhor perdeu o uso de ordens na diocese (ARQDioCampos, 14/12/1982)⁷⁴⁰. A despeito das ordens do bispado, o monsenhor ignorou as deliberações de Dom Carlos Alberto Navarro e seguiu em Bom Jesus atendendo aos fiéis no abrigo *José Lima*, construído pelo padre tradicionalista e inaugurado em 1970.

O padre José Ronaldo Menezes, que fora recém-ordenado em Campos, substituiu o padre Francisco Apoliano, todavia, à medida deu errado, porque era da mesma linha do antigo pároco, sendo um sacerdote anticonciliar. Sendo assim, após três meses de trabalho em Bom Jesus, o padre José Ronaldo foi exonerado (ARQTRAD, 10/06/1982)⁷⁴¹ e substituído pelo padre Roberto Gomes Guimarães, que, por conta das exonerações paroquiais, atendia a quatro paróquias diocesanas ao mesmo tempo: São José do Avahy, Senhor Bom Jesus, São Fidélis e Santo Antônio em Miracema.

O pároco da matriz São José do Avahy ficou em Bom Jesus até janeiro de 1983, quando Dom Carlos Alberto Navarro confiou a paróquia aos cuidados do padre Pedro Paulo Seródio Garcia (1939-2021), que naquele momento atuava fora da diocese (Folha da Manhã, 1982, p. 12).

Diante dessa realidade, os fiéis tradicionalistas de Bom Jesus do Itabapoana, que eram muito numerosos na cidade, fizeram panfletos justificando a adesão à causa anticonciliar (ARQTRAD, 1982, p.12)⁷⁴². Esses panfletos tinham títulos que evidenciavam o momento vivido em Bom Jesus com a saída do monsenhor Francisco Apoliano e do padre José Ronaldo: “Protesto: verdadeira catástrofe na Diocese de Campos”, publicado em 03 de março de 1982. “Alerta!!! Para onde estamos sendo conduzidos?” Publicado em 12 de março de 1982.

⁷³⁹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Provisão dada ao monsenhor Francisco Apoliano no abrigo José Lima*, Bom Jesus do Itabapoana, 25/05/1982.

⁷⁴⁰ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta de Dom Carlos Alberto Navarro para o monsenhor Francisco Apoliano*. Bom Jesus do Itabapoana, 14/12/1982.

⁷⁴¹ Anexo 6: (ARQTRAD 10/06/1982).

⁷⁴² Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Panfletos dos fiéis tradicionalistas contra as exonerações paroquiais*, Bom Jesus do Itabapoana, 1982.

“Decisão: quem tiver medo e trepidar, volte para trás e retire-se logo!” (Jz 7-3), publicado em 19 de março de 1982. “Bom Jesus” e “Bom Jesus II”, publicados em junho de 1982 (ARQTRAD, 1982, p.12)⁷⁴³.

Os fiéis usavam os panfletos para acusar Dom Carlos Alberto Navarro de tirania em função das exonerações paroquiais. Além disso, os fiéis bom-jesuenses denunciavam que os verdadeiros defensores da fé estavam “fora da Igreja os que querem conservar a Fé e a Moral pregadas pelos Apóstolos, testemunhadas pelos Mártires e vividas pelos Santos?”⁷⁴⁴.

No panfleto “Bom Jesus” e “Bom Jesus II”, os fiéis tradicionalistas conclamaram a todos os católicos a lutarem unidos pela defesa da fé, recusando o *Novus Ordo*: “A nossa mais incondicional rejeição a essa Igreja progressista com o culto que a alimenta, a Missa protestantizada, cujos frutos estamos colhendo” (ARQTRAD, 1982, p.12)⁷⁴⁵.

No panfleto intitulado “Decisão”, os fiéis acusavam o *Novus Ordo* de pecar contra a modéstia, além das pautas dos costumes, como a batina dos padres e as roupas dos leigos, o que consistiria em profanações e sacrilégio contra a Santíssima Eucaristia, a perda gradativa e irreparável da verdadeira fé, deformação das consciências e dessacralização da Igreja (ARQTRAD, 1982, p.12)⁷⁴⁶.

Os fiéis foram formados para acreditarem que a verdadeira fé fora substituída pelo “sentimentalismo individual moderno” (ARQTRAD, 15/11/1999)⁷⁴⁷. E por isso, apregoavam uma Igreja imutável, que não transigiria com as reformas propostas pelo concílio. Então, temendo a “perda da fé” (ARQTRAD, 1982, p.12)⁷⁴⁸, milhares de fiéis seguiriam o monsenhor Francisco Apoliano, quando foi exonerado da paróquia, e negaram obediência ao bispo Dom Carlos Alberto Navarro.

Na esteira dos protestos contra o bispo diocesano, os fiéis bom-jesuenses entregavam nos logradouros o panfleto “Protesto”, no qual eles perguntavam: “São cismáticos os que querem seguir fielmente o que a Santa Igreja sempre mandou e ensinou, em toda a parte e por

⁷⁴³ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Panfletos dos fiéis tradicionalistas contra as exonerações paroquiais*, Bom Jesus do Itabapoana, 1982.

⁷⁴⁴ Extraído do documento intitulado “Protesto”. Pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Panfletos dos fiéis tradicionalistas contra as exonerações paroquiais*, Bom Jesus do Itabapoana, 1982.

⁷⁴⁵ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Panfletos dos fiéis tradicionalistas contra as exonerações paroquiais*, Bom Jesus do Itabapoana, 1982.

⁷⁴⁶ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Panfletos dos fiéis tradicionalistas contra as exonerações paroquiais*, Bom Jesus do Itabapoana, 1982.

⁷⁴⁷ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Lançamento do livro “quer agrade, quer desagrade”*. Bom Jesus do Itabapoana, 15/11/1999.

⁷⁴⁸ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Panfletos dos fiéis tradicionalistas contra as exonerações paroquiais*, Bom Jesus do Itabapoana, 1982.

tantos séculos? Meditemos um pouco!” e terminavam dizendo por escrito no mesmo panfleto “queremos viver e morrer como filhos da SANTA IGREJA CATÓLICA, APOSTÓLICA, ROMANA” (ARQTRAD, 1982, p.12)⁷⁴⁹.

Nota-se que o discurso dos fiéis tradicionalistas buscava legitimação e manifestava o desejo de “conservar o que Igreja sempre ensinou” (ARQTRAD, 1982, p.12)⁷⁵⁰. Por isso, as exonerações eram vistas como um processo ilegítimo, havendo, então, um grave equívoco pelo bispo, que foi acusado de implantar uma igreja falsa no lugar da “Igreja de Sempre” (ARQTRAD, 1982, p.12)⁷⁵¹.

O bispo de Campos tinha apoio da Santa Sé, do cardeal Eugênio Sales, da CNBB e do núncio apostólico (ARQSN, 10/11/1982)⁷⁵², por isso, de maneira segura promulgou um decreto⁷⁵³ em agosto de 1982, que determinava que,

A partir do dia 25 de outubro de 1982, o uso EXCLUSIVO dos Livros Litúrgicos aprovados pela Sé Apostólica, e em vigor na Igreja Latina, fazendo-se especial menção da Constituição Apostólica do Santo Padre Paulo VI, de três de abril de 1969, que promulga o Missal Romano restaurado (ARQTRAD, 25/08/1982)⁷⁵⁴.

Entretanto, o decreto não teve o efeito esperado e o clero tradicionalista manteve a rejeição ao *Novus Ordo*, que foi endossada pela resposta ao decreto do bispo diocesano, por

⁷⁴⁹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Panfletos dos fiéis tradicionalistas contra as exonerações paroquiais*, Bom Jesus do Itabapoana, 1982.

⁷⁵⁰ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Panfletos dos fiéis tradicionalistas contra as exonerações paroquiais*, Bom Jesus do Itabapoana, 1982.

⁷⁵¹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Panfletos dos fiéis tradicionalistas contra as exonerações paroquiais*, Bom Jesus do Itabapoana, 1982.

⁷⁵² Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. Dissensão no seio do clero de Campos – clero tradicionalista versus Igreja pastoralista. Rio de Janeiro, 10/11/1982.

⁷⁵³ **D E C R E T O** 1) A todos e a cada um dos sacerdotes incardinados ou com uso de ordens nesta Diocese de Campos se preceitua: a) responder-nos, por escrito, individualmente, até 25 de setembro, se aceita, como esperamos, a decisão do Santo Padre; b) a partir do dia 25 de outubro de 1982, o uso EXCLUSIVO dos Livros Litúrgicos aprovados pela Sé Apostólica, e em vigor na Igreja Latina, fazendo-se especial menção da Constituição Apostólica do Santo Padre Paulo VI, de três de abril de 1969, que promulga o Missal Romano restaurado, com a cláusula: “Tudo o que aqui estabelecemos e ordenamos, queremos que seja válido e eficaz agora e no futuro, não obstante qualquer coisa em contrário nas Constituições e Ordenações Apostólicas de Nossos Predecessores e outros estatutos, embora dignos de menção e derrogação especiais”; c) Se algum presbítero ousar desobedecer a quanto se prescreve neste Decreto, o que esperamos não aconteça, fica desde já canonicamente advertido de que seremos obrigados a dar cumprimento aos Sagrados Cânones, com especial menção dos cc. 2331 §§ 1 e 2 e/ou 2337 §§ 1 e 2, dentro das normas do direito em vigor. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua comunicação ao Clero, inclusive para aqueles que se recusarem a recebê-lo, do que o Revmo. Chanceler fará fé pública. Dado e passado nesta Episcopal cidade de Campos, sob nosso selo e armas, no dia 25 de agosto de 1982, memória de São Luís de França. Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro, Bispo Diocesano. Padre Joaquim Ferreira Sobrinho, Chanceler do Bispado.

⁷⁵⁴ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Decreto de Dom Carlos Alberto Navarro sobre a obrigatoriedade de usar os Livros Litúrgicos aprovados pela Sé Apostólica*. Campos dos Goytacazes, 25/08/1982.

meio de uma carta aberta assinada pelos 25 padres tradicionalistas de Campos dos Goytacazes⁷⁵⁵.

Sobre o decreto e todas as tentativas feitas pelo bispado e pela Igreja, os tradicionalistas tinham uma posição clara, que se repetia em diferentes momentos:

O que V. Ex^a nos quer impor é a aceitação do *Novus Ordo Missae*. Não nos custa repetir, ainda mais uma vez, que em consciência não podemos aceitá-lo, porque ele extenua a profissão de fé nos dogmas eucarísticos, contra a lei geral que nos manda orar segundo a fé: “Lex credendi legem statuat supplicandi (ARQTRAD, 25/01/1984)”⁷⁵⁶

A resistência alastrava-se por toda a diocese, haja vista que na esteira de Itaperuna e Bom Jesus, a cidade de Porciúncula também viveu o seu conflito religioso. O padre José Maria Fernandes Collaço (1917-1986) foi removido da paróquia por recusar-se a celebrar o *Novus Ordo*. O padre deixou a arquidiocese de São Paulo e foi para Campos, justamente por não querer celebrar o novo rito da missa. Assim sendo, em 1973, Castro Mayer o enviou para a paróquia de Santo Antônio, em Porciúncula (White, 1993, p. 163).

Em setembro de 1982, fiéis tradicionalistas de Porciúncula fizeram um manifesto pela conservação da liturgia tridentina em defesa do latim na Igreja e afirmaram que os conservadores é que seguiam verdadeiramente a Igreja e ao Papa, pois os progressistas estavam mudando os ensinamentos da Igreja:

Aprendemos na nossa Igreja que os padres podem além de consagrar, distribuir aos fiéis a Santa Comunhão, porque suas mãos foram ungidas para tocar o Corpo de Cristo. E Agora? Qualquer um pode distribuir a Santa Comunhão, fazendo com que o Sacramento seja vulgarizado, que os fiéis percam aquele sentimento de fé e respeito pela Sagrada Hóstia. Estão quebrando toda a mística que envolve o Grande Mistério. Os inovadores dirão: o Papa pode mudar tudo na Igreja, é autoridade para isto. Pode até mesmo faltar com a caridade jogando velhos padres na rua, com prazo para desocupar? Pobre Santo Padre, quanta maldade feita em seu nome. Padres na maioria entre 50 e 80 anos sem terem para onde ir, sem tomar em consideração os anos dados ao serviço de Deus, pregando, batizando celebrando o Santo Sacrifício da Missa distribuindo os Sacramentos, assistindo aos enfermos, levando-lhes o conforto da fé, usando em tudo isto, a pesada batina que os modernos já sacudiram fora, por considerá-la antiquada e não terem eles o espírito de sacrifício. E pensar que tudo isso estava errado, segundo os inovadores promotores da Igreja recém-nascida. E o Santo Padre sabe que se passa por aqui? Não. Existe uma cortina feita pelos modernos e o Santo Padre não sabe de nada. Caríssimos padres conservadores, os senhores não estão sós o povo de Deus está ao vosso lado para o que der e vier. Nossa Senhora Rainha dos Sacerdotes lhes dará forças para carregar a cruz que Cristo lhes legou quando também transportou a que lhe serviu de leito de morte pela salvação da humanidade. Por Cristo e pela Igreja vamos lutar e sofrer. Porciúncula, Setembro de 1982. Aproveitamos a oportunidade para convidar-lhe para, reunidos, fazermos uma

⁷⁵⁵ Anexo 7: (ARQTRAD, 24/09/1982)

⁷⁵⁶ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Carta mostra posição dos tradicionalistas. *Carta ao bispo Dom Carlos Alberto Navarro*, Campos dos Goytacazes, 25/01/1984.

Manifestação de apoio ao Padre José, no próximo dia 10 as 5horas da Tarde na casa paroquial (ARQTRAD, 15/09/1982)⁷⁵⁷.

Essa foi a maneira encontrada em Porciúncula: eles manifestaram apoio ao padre José Collaço, contra as medidas que aconteciam contra os tradicionalistas, que, segundo os fiéis, provavelmente, aconteciam à revelia de João Paulo II. Assim, então, o discurso apregoado pelo laicato tradicionalistas cria que eles eram fiéis à Igreja e ao Papa, enquanto os progressistas pecavam pela heterodoxia da fé (ARQTRAD, 15/09/1982)⁷⁵⁸.

Após meses de conflito e impasses, em 09 de dezembro de 1982, o padre Olivácio Nogueira Martins (1923-1995), na função de representante do bispado enviado por Dom Carlos Alberto Navarro, recebeu as chaves da paróquia e o padre José Collaço foi recebido nas casas dos fiéis, onde passou a celebrar. E assim continuou exercendo seu ministério paralelo na cidade de Porciúncula. A paróquia de Santo Antônio foi assistida pelos padres da Congregação dos Missionários de Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, popularmente conhecidos como Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, cuja sede fica na cidade mineira de Manhumirim.

A situação ficou muito difícil em Porciúncula e a divisão das duas linhas do catolicismo marcou essa cidade, causando divisões entre familiares (Folha da Manhã, 1986, p. 5). O conflito causou muito desgosto aos fiéis e aos padres. Como o padre José Collaço já sofria de problemas cardíaco, no dia 14 de janeiro de 1986, dentro de uma igreja que atendia, infartou sendo socorrido pelos fiéis. Quando chegou ao hospital, o padre Lamar ministrou-lhe os últimos sacramentos. Castro Mayer e os padres tradicionalistas da região viajaram para Porciúncula e fizeram as celebrações próprias dos funerais, que não contou com a presença nem de Dom Carlos Alberto Navarro e tampouco do clero diocesano (White, 1993, p. 165).

Diante da morte abrupta do padre Collaço, o monsenhor Licínio Rangel publicou uma nota no jornal *Folha da Manhã* explicando que o padre Collaço foi atendido espiritualmente pelo padre Lamar, todavia, na mesma linha conciliar (Folha da Manhã, 1986, p. 5). O substituto foi o padre Alfredo Gualandi, um dos padres exonerados por Dom Carlos Alberto Navarro, que se mudou para Porciúncula em 1986, a fim de atender aos fiéis, que estavam construindo uma igreja dedicada à Nossa Senhora Aparecida (White, 1993, p. 165).

⁷⁵⁷ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Manifesto dos fiéis da paróquia de Santo Antônio de Porciúncula*, em defesa dos padres tradicionalistas. Porciúncula, 15/09/1982.

⁷⁵⁸ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Manifesto dos fiéis da paróquia de Santo Antônio de Porciúncula*, em defesa dos padres tradicionalistas. Porciúncula, 15/09/1982.

O final do ano de 1982 ainda reservou mais exonerações paroquiais: monsenhor Benigno de Brito Costa, o padre José Olavo Pires Trindade, pároco da matriz de Santo Antônio em Miracema, e o padre Edmundo Gutierrez Delgado (1915-1990), vigário da matriz de Nossa Senhora da Conceição em Cambuci, foram afastados de suas respectivas paróquias em 9 novembro de 1982 (Folha da Manhã, 1982, p 3).

A exoneração do monsenhor Benigno de Brito Costa requereu poucos esforços do bispado porque era capelão da Ordem Terceira do Carmo, uma irmandade que seguiu a linha tradicionalista e manteve o templo sob assistência dos padres tradicionalistas, e das monjas redentoristas, que também seguiram a linha de Castro Mayer. Então, a exoneração do monsenhor Benigno de Brito Costa não teve efeito prático na vida pastoral, uma vez que continuou na mesma rotina. Todavia, enviou seu protesto ao bispado de Campos:

Sr. Dom Carlos Alberto Navarro, *Laus Deo Virginiue Mariae*. O Senhor me convoca para uma entrevista hoje 2ª feira, dia 13 de dezembro, às 11 horas, sem sua residência. Com já entrevejo, por todas as suas declarações públicas nos jornais e pelas atitudes que tem tomado contra meus colegas, o assunto dessa entrevista simplesmente me recuso a comparecer. D. Carlos, levado pelos imperativos de minha consciência, diante de Deus que me vae julgar a mim e ao senhor, quero externar o meu assombro e consternação por tudo o que está acontecendo nessa infeliz diocese desde que o Senhor assumiu o seu governo. Valer-se de um poder, que Nosso Senhor outorgou aos Bispos a bem das almas imortais, para destituir por vãos pretextos, de sua jurisdição a seus zelosos sacerdotes, é verdadeiramente doloroso e revoltante. Nós, sacerdotes tradicionalistas, nos encontramos em piores condições do que qualquer réu, ou pelo menos nas mesmas condições dos réus nos países comunistas [...]. Na diocese de Campos, porém, sob o fundamento de uma lei dúbia e com evidente afronta ao Direito Canônico, se arrancam impiedosamente de seus encargos vigários venerados, virtuosos, zelosos, alguns deles enfermos, queridos do povo cristão verdadeiramente devoto. E não se diga que nós, padres tradicionalistas, não queremos celebrar a Missa que Missa que três Papas celebraram. Se isso valera para o caso de S. Paulo não teria resistido a S. Pedro, 1º Papa, mas simplesmente teria seguido seu exemplo (ARQTRAD, 13/12/1982)⁷⁵⁹.

O monsenhor fez o seu protesto em solidariedade aos padres tradicionalistas e manteve a rotina de trabalho até o seu falecimento, em 4 de março de 1997. Ele migrou de Diamantina para Campos, rompido com Proença Sigaud, em função da recepção conciliar empreendido pelo arcebispo. Ele foi o único padre sedevacantista dos padres de Campos e por isso, celebrava pelo missal reformado por Pio XII na década de 1950 (ARQTFP, 24/02/1998)⁷⁶⁰.

Padre Olavo Trindade deixou igreja matriz acompanhado por uma parcela do laicato e fundou a capela de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. A partir desse momento, a matriz de

⁷⁵⁹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta a D. Navarro escrita pelo monsenhor Benigno de Brito Costa*, Campos dos Goytacazes, 13/12/1982.

⁷⁶⁰ Arquivo de pesquisa sobre padres tefepistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Relatório do padre David Francisquini sobre a saída de Diamantina*, Campos dos Goytacazes, 24/02/1998.

Santo Antônio foi atendida pelo padre Roberto Gomes Guimarães até outubro de 1983, quando foi assumida pelo padre Carlos Alberto do Nascimento, da congregação jesuíta (ARQDioCampos, 1983)⁷⁶¹.

Alguns dias depois de sua exoneração, o padre Olavo Trindade escreveu uma carta aberta aos seus fiéis, na qual se mostrava sensível ao dilema dos fiéis:

Ou adere a tudo isso rejeitando a Tradição, ou rejeita tudo isso e fica sem os sacramentos e sem assistência espiritual”. Então, ele resolveu atender aos fiéis que “apelando para tudo quanto há de mais sagrado, que vos dê aquilo que não podeis receber sem mistura de veneno, e de maneira digna nas paróquias nas paróquias progressistas. Não quereis pactuar nem contaminar com aquilo que em certa medida já foi introduzido em vossa Matriz. Dizeis que vosso maior anelo, vossa preocupação é continuar com toda segurança no seio da Igreja católica, e que por isso, repudiáveis com toda as veras de vossas alma o progressismo (ARQTRAD, 13/12/1982)⁷⁶².

O padre Olavo, anos antes de começar a celebrar pelo *Novus Ordo* por influência de João Clá Dias (ARQTFP, 01/07/1999)⁷⁶³, entendia que “a missa nova, na sua estrutura e no ambiente em que comumente é celebrada, não pode em consciência ser assistida pelo fiel” (ARQTRAD, 13/12/1982)⁷⁶⁴. Por isso, estava convencido de que o processo de recepção conciliar em Campos representava uma situação emergencial, na qual, os padres tradicionalistas tinham a obrigação moral e o dever de fé de resistir. Para tal, não precisariam de jurisdição episcopal devido contexto no qual estavam inseridos: “uma batalha pela defesa da doutrina católica tradicional” (ARQTRAD, 13/12/1982)⁷⁶⁵.

Apesar do vigário de Miracema participar integralmente do pensamento de Castro Mayer, no que diz respeito ao concílio e o *Novus Ordo*, a ruptura entre o bispo emérito e o líder tefepista incidiu no movimento tradicionalista de Miracema. Por isso, após a sua exoneração, o vigário tradicionalista de Miracema se distanciou paulatinamente de Castro Mayer. Porque, buscava os Santos Óleos na Quinta-Feira Santa⁷⁶⁶ e pedia os sacramentos ao bispo emérito, que lhe ofertava os óleos. Mas, no decurso da década de 1980, os quatro padres tefepistas não

⁷⁶¹ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia São José do Avahy*, Itaperuna, 1983.

⁷⁶² Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta do padre José Olavo Pires Trindade aos paroquianos de Miracema*. 13/12/1982.

⁷⁶³ Arquivo de pesquisa sobre padres tefepistas da diocese de Campos dos Goytacazes. “*Em 1999, abertura do Padre Olavo para a Missa Nova*”, São Paulo, 01/07/1999.

⁷⁶⁴ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta do padre José Olavo Pires Trindade aos paroquianos de Miracema*. 13/12/1982.

⁷⁶⁵ *Ibid.*

⁷⁶⁶ Na Quinta-Feira Santa, pela manhã, acontece a Missa dos Santos Óleos. Nessa missa é consagrado o óleo do Crisma e abençoados os óleos catecúmenos e enfermos, além dos sacerdotes renovarem perante o bispo diocesano as promessas feitas no dia da ordenação.

participaram da União Sacerdotal, reprovaram as sagrações de Écône e estavam ausentes na sagração de Dom Licínio Rangel, em julho 1991, de acordo com as orientações de Plínio de Oliveira (ARQBioPlínio, 08/1995)⁷⁶⁷.

Assim, verifica-se que o tradicionalismo católico praticado em Miracema fora mais alinhado ao discurso tefepista do que às orientações dadas pelo bispo emérito (ARQBioPlínio, 08/1995)⁷⁶⁸.

Com a morte de Plínio de Oliveira, em outubro de 1995, deflagrou-se uma divisão na TFP, que já existia antes da morte de líder tefepista. Então, em 1997, o padre Olavo integrou o grupo liderado por João S. Clá Dias, que se alinhou ao modelo conciliar. Então, no início dos anos 2000, a capela tradicionalista de Miracema, onde se celebrava exclusivamente pelo missal de Pio V, passou a ter celebrações pelo *Novus Ordo* de Paulo VI, o que foi um ponto importante para a reconciliação do primeiro grupo de padres tradicionalistas readmitidos na comunhão diocesana (ARQDossiê TFP, 22/09/1997)⁷⁶⁹.

A questão do tradicionalismo nas cidades da diocese teve muitos pontos comuns. Todavia, também houve particularidades, haja vista a exoneração do padre Edmundo Delgado, que aconteceu simultaneamente à exoneração do padre Olavo. Entretanto, o movimento tradicionalista em Cambuci foi tímido, conforme apontam as fontes pesquisadas.

A pequena cidade de Cambuci era atendida pelo padre Edmundo, que à época estava idoso e por isso, não pôde realizar muitos movimentos. Após ser exonerado da igreja matriz, no final de 1982, o padre Edmundo construiu uma capela dedicada ao Imaculado Coração de Maria, na qual trabalhou por um pequeno tempo até se aposentar (Ontem, Hoje e Sempre 1990, p. 2).

Após a sua aposentadoria, mudou para a cidade de Natividade, a fim de auxiliar o padre José Moacir Pessanha (1930-2018) que estava doente. Todavia, durante a convalescença do padre José Moacir Pessanha, o padre Delgado teve um infarto fulminante e faleceu em 6 de janeiro de 1990, aos 75 anos (Ontem, Hoje e Sempre, 1990, p. 2).

O funeral do padre Edmundo Delgado ocorreu em Campos e contou com a presença do clero tradicionalista e a ausência do bispo diocesano, devido às circunstâncias, e do bispo

⁷⁶⁷ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP. Trecho de carta enviada em agosto de 1995, pelos padres Antônio, Gervásio e Olavo --ardorosos adeptos de João Clá Dias --, bem como pelo Reverendo Padre David, ao Cardeal Innocenti, Presidente da Comissão Ecclesia Dei. São Paulo, 1995.

⁷⁶⁸ *Ibid.*

⁷⁶⁹ Dossiê que reúne cartas e documentos escritos por diferentes autores cujo conteúdo depõe contra Plínio e a TFP, Campos dos Goytacazes, 16/12/1984.

emérito de Campos, devido ao seu estado de saúde debilitado (Ontem, Hoje e Sempre, 1990, p. 2).

Ao final do primeiro ano das exonerações havia grandes desgastes para as duas correntes católicas. Além disso, Roma não respondeu à carta de Castro Mayer, escrita no início de 1983. Esses dois fatos impactaram os tradicionalistas de Campos, porque se sentiam desamparados. Além disso, Dom Carlos Alberto Navarro continuou exonerando alguns padres naquele ano.

Por isso, como medida de avanço das ideias anticonciliares, durante ao ano de 1983, os padres de Campos e a FSSPX organizaram um estudo relacionado ao concílio. Após meses de tratativas, em 21 de novembro de 1983, Lefebvre, Castro Mayer e seus padres encontraram-se no Rio de Janeiro (Padres de Campos, 1983, p. 48), e fizeram um breve resumo dos “erros conciliares”: o ecumenismo na Igreja, que se dava pelo conceito “latitudinarista”, que é uma corrente partidária da doutrina religiosa que estende a salvação a todo gênero humano, independente da religião que pratique; o governo colegial-democrático da Igreja, que representaria a degradação da autoridade da Igreja; os falsos direitos naturais do homem, que defende a liberdade religiosa em detrimento da influência social e política da Igreja; o enfraquecimento do poder absoluto do Papa; a concepção protestante da Missa; a livre difusão dos “erros e heresias”, destacadamente “os filósofos modernos antiescolásticos, o Humanismo, o Naturalismo, o Modernismo Evolucionista, o Socialismo e o Comunismo” (ARQTRAD, 11/10/1983)⁷⁷⁰.

O encontro teve lugar na casa de Júlio Fleischman, leigo tradicionalista e líder do grupo Permanência. Nessa ocasião, alguns padres de Campos e da FSSPX estiveram presentes e prestaram apoio aos dois bispos. A base do discurso para rejeição do concílio e do *Novus Ordo* era a “questão de consciência”. Haja vista que o padre Fernando Rifan dizia em suas homilias e escreveu uma carta para Dom Carlos Alberto Navarro na qual afirmou que “o concílio não se enquadrava satisfatoriamente na verdade tradicional da Igreja” (ARQDioCampos, 14/06/1986)⁷⁷¹.

Sobre os documentos conciliares, o bispo emérito ensinou aos padres diocesanos que eles eram irreconciliáveis com a doutrina católica anterior ao concílio. E, para fundamentar esse discurso, Castro Mayer e seus padres evocaram as Encíclicas *Mirari Vos* (1832) de Gregório XVI (1765-1846), *Quanta Cura* (1864) e o *Syllabus Errorum* (1864) de Pio IX (1792-1878),

⁷⁷⁰ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta resposta do padre Fernando Arêas Rifan ao arcebispo Dom Luciano Cabral Duarte*, Campos dos Goytacazes, 10/11/1983.

⁷⁷¹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tomo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 14/06/1986.

Libertas (1888) e *Satis Cognitum* (1886) de Leão XIII (1810-1903), *Vehementer Nos* (1906) e *Pascendi Dominici Gregis* (1907) e *Humani Generis* de Pio XII que eram opostas à declaração *Dignitatis Humanae* (1965) sobre a liberdade religiosa e ao decreto *Unitatis Redintegratio* (1964) sobre ecumenismo (ARQDioCampos, 08/07/1986)⁷⁷².

Apesar de todo o conflito que se desenhava na diocese, Castro Mayer conservava seu posicionamento e escreveu que “no caso do Vaticano II, este poderá e deverá ser apontado como cismático, desde que se mostre que, nos seus textos autênticos, há ensinamentos destoantes da fé tradicional” (Mayer, 2010, p. 83).

Se num primeiro momento Castro Mayer impõe uma condição “desde que se mostre que, nos seus textos autênticos, há ensinamentos destoantes da fé tradicional” Na continuidade do texto, afirma que “semelhante dissonância foi notada, mesmo durante os trabalhos conciliares. É, aliás, de todos conhecida a liberdade religiosa, reivindicada pelo Concílio como direito natural, mesmo para aqueles que não cumprem o dever de investigar a verdadeira religião” (Mayer, 2010, p. 83).

O cerne de reprovação do bispo emérito em relação ao concílio dava-se principalmente pela liberdade religiosa e pelo ecumenismo, já que o missal de Paulo VI foi promulgado em 1969, quatro anos após o término do Vaticano II. Esses dois elementos aprovados pela Igreja eram inadmissíveis para o bispo emérito de Campos, que escreveu que “diante desta posição cismática do Vaticano II, não poderá ser apresentado como Concílio da Igreja Católica” (Mayer, 2010, p. 84). Alinhado com o bispo emérito, o padre Fernando Rifan endossava o discurso: “cisma quer dizer ruptura, rompimento. Ruptura com a Igreja e com seu chefe. Evidentemente quando o Papa está com a Igreja. porque pode um Papa romper com a Igreja: nesse caso, ele que é cismático” (Rifan, 1999, p. 71).

Desde o início da crise diocesana, os padres tradicionalistas de Campos escreveram cartas para aglutinar e orientar os fiéis, destacando que os padres de Campos não estavam só, na batalha contra as reformas. Um dos principais textos usados pelos tradicionalistas de Campos foi a Encíclica *Mediator Dei*, de Pio XII, a carta assinada pelos cardeais italianos Alfredo Ottaviani e Antonio Bacci, enviada a Papa Paulo VI contra a reforma do missal romano, e o pedido do episcopado inglês pela conservação do antigo missal. Assim, os tradicionalistas de

⁷⁷² Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 08/07/1986.

Campos embasavam seu discurso ao se unirem a outros grupos, que também interpretavam que “a liturgia de Paulo VI era inaceitável” (ARQTRAD, 08/07/1986)⁷⁷³.

Os padres de Campos alegaram que “exagerou-se o papel dos fiéis na participação na Santa Missa e diminuiu-se o papel do sacerdote transformado em simples presidente. Exagerou-se na liturgia da palavra e diminuiu-se o sacrifício propiciatório” (PADRES DE CAMPOS, 1988, p. 57). E a formação dada pela linha tradicionalista surtia efeito, porque a diocese tinha diferentes focos de incêndio.

São Fidélis foi outra cidade que teve problemas com as exonerações paroquiais: o monsenhor Ovídio Simón Calvo (1906-1996) e o padre Jonas Lisboa dos Santos eram aliados do bispo emérito e isso gerou um conflito (MÉRIDA, 2016, p. 84).

Servindo na paróquia desde 1958, quando chegou a São Fidélis, o espanhol Ovídio Simón Calvo recusou o *Novus Ordo*, e por isso, foi removido no final de 1982. Ele tinha como vigário o jovem padre Jonas dos Santos Lisboa, enviado para São Fidélis em 1976, para auxiliar o velho padre espanhol. Entretanto, a exoneração do padre Jonas foi mais demorada, devido à resistência oferecida pelo jovem padre. Por isso, o conflito religioso acarretou num processo delicado que envolveu a polícia e a justiça (WHITE, 1993, p. 171).

O jovem padre Jonas Lisboa foi notificado pelo bispado em 08 de julho de 1983, o que lhe causou uma grande indignação. Então, informou à chancelaria da diocese que não iria sair da paróquia e as tratativas para a remoção do padre Jonas Lisboa só foram resolvidas no final de setembro, o que envolveu autoridades eclesásticas, a polícia e o poder judiciário. O conflito, que já era grande, foi intensificado porque o padre foi detido pela polícia, em função de uma decisão judicial (WHITE, 1993, p. 179).

O juiz Eduardo Guimarães ficou ofendido com a declaração escrita⁷⁷⁴ pelo padre Jonas Lisboa, que dizia:

por um ato do Meritíssimo Sr. Juiz de Direito, fui constrangido a entregar as chaves dê nossa Igreja Matriz, esse templo magnífico que vossos antepassados construíram como testemunho de sua fé íntegra e genuína, por cuja pureza deu sua vida e derramou seu sangue o nosso glorioso Padroeiro: SÃO FIDELIS. Eis que o Sr. Bispo, na falta de argumentos doutrinários; recorre à violência, usando da Justiça Civil, para me expulsar da Paróquia de São Fidélis [...]. Semelhante diminuição na profissão de fé é tão clara que S. Excelência se sentiu na necessidade de excogitar um outro motivo,

⁷⁷³ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*. Carta do padre Fernando Rifan ao bispo Dom Carlos Alberto Navarro. Campos dos Goytacazes, 08/07/1986.

⁷⁷⁴ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta do padre Jonas dos Santos Lisboa aos católicos de São Fidélis*. São Fidélis, 1983.

para apresentar ao povo. A própria natureza do assunto escapa à competência da Justiça Civil (ARTRAD, 19/08/1983)⁷⁷⁵.

O trecho “a própria natureza do assunto escapa à competência da Justiça Civil” foi visto como uma afronta ao Juiz Eduardo Guimarães, e por isso, o padre foi preso. A população tradicionalista de São Fidélis organizou faixas e panfletos em defesa da religiosidade tridentina e condenou as exonerações dos padres pelo novo bispo. “Roubam o nosso Templo, Jamais a nossa Fé”⁷⁷⁶, dizia o título do panfleto assinado por 23 pessoas autointituladas “Católicos de São Fidélis”. O conteúdo do panfleto pedia a permanência do padre Jonas na cidade e lamentava a exclusão promovida por Dom Carlos Alberto Navarro (ARQTRAD, 1983)⁷⁷⁷.

Os fiéis foram para a praça pública defender a liberdade do vigário e calcula-se que tenha havido uma reunião de mais de três mil fiéis pela liberdade dele. Naquela ocasião, o sacerdote fora aclamado como “inocente e defensor da fé” (White, 1993, p. 178).

O Padre Jonas Lisboa foi liberado pela polícia por ordem judicial, afiançado pela lei de segurança nacional (Lei 6620/78)⁷⁷⁸. No campo eclesiástico, foi removido da paróquia e entregou as chaves da igreja ao padre Olivácio Martins no dia 19 de setembro de 1983, por determinação judicial expedida pelo Juiz Eduardo Guimarães (Folha da Manhã, 1983, p. 179), o mesmo que o prendeu.

⁷⁷⁵ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta do padre Jonas dos Santos Lisboa aos católicos de São Fidélis*. São Fidélis, 1983.

⁷⁷⁶ Roubam O nosso Templo, Jamais a nossa Fé. De nada adiantaram os abaixo-assinados que o povo de São Fidélis fez, os pedidos insistentes dos vereadores, dos médicos, dos advogados, dos professores— dos comerciantes, dos pescadores, dos jovens, das crianças, solicitando a permanência do Pe. Jonas. Tudo foi jogado fora. Fica, pois, provado que o Sr. Bispo não quer ouvir o povo de São Fidélis. Solicitamos a permanência do Pe. Jonas porque significa a permanência da ordem, do respeito, da reverência na Igreja, da verdadeira doutrina e da moral de sempre. Mas não: o Sr. Bispo quer outra religião. Os verdadeiros católicos são expulsos, enxotados. Onde está o espírito de compreensão tão alardeado do atual bispo > "Onde está o clima democrático que, dizem, foi aqui implantado. a 15 de novembro de 1981, abrindo espaços para todas as correntes? É assim: quando O povo pede esclarecimento, a resposta é o silêncio, quando não a agressão verbal. Quando o Sr. Bispo colocou a Missa nova no Ginásio, alegou que, sendo pastor de todos, tinha de atender a todos os grupos. Nós, os verdadeiros católicos, não temos direito. Nunca se alba tanto em direitos humanos. Será que esses direitos não "existem para nós? Ou bastará chamar-nos de fanáticos em vez de atender, pelo menos, à nossa dignidade humana, tratando-nos dentro das normas da justiça e da equidade. CATÓLICOS DE SÃO FIDELIS: Dr. Clarindo Menezes, Dr. Ismael Reiff Souto, Luiz Felipe Maia Damião, Sebastião Consolini, Ana Regina Soares Ribeiro, Custódio Pereira de Souza, Devanir Lopes Moreira, Nair Vigo, Jacy Nunes de Alvarenga, Maria dê Lourdes Fonseca Souto, Maria Luzia Pinto Menezes, José Carlos Barroso Campos, Margarida Maria Barros S. Lopes, Ália Damião Moreira, Heracílio Santarém Neto, Maria José de Oliveira Castro, Magnólia Mércador Rodrigues, Wilmar Paixão Carlos, Heloisa Helena Damião Azeredo, Perpedigna Rodrigues Santos, Pedro Hespanhol Dileni, Carvalho Santos Silva, Maria José Damião Moreira. Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Panfleto “*Católicos de São Fidélis: roubam nosso templo, jamais a nossa fé*”, São Fidélis, 1983.

⁷⁷⁷ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Panfletos dos fiéis tradicionalistas contra as exonerações paroquiais*, São Fidélis, 1983.

⁷⁷⁸ Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências.

Na ocasião da sua saída, padre Jonas afirmou aos fiéis católicos de São Fidélis que permaneceria na cidade e endossou a rejeição ao rito de Paulo VI (ARQTRAD, 19/09/1983)⁷⁷⁹. Em seu lugar, assumiu o padre Roberto Gomes Guimarães (ARQDioCampos, 1983)⁷⁸⁰.

Com a exoneração do padre Jonas, teve o início de outra comunidade católica tradicionalista paralela à Igreja diocesana de Campos dos Goytacazes que, num primeiro momento, funcionou no antigo prédio do antigo cinema de São Fidélis. Após deixarem o cinema, teve início a construção da paróquia de Nossa Senhora Aparecida (ARQTRAD, 11/09/1983)⁷⁸¹.

São Fidélis foi uma cidade importante para a mobilização do movimento tradicionalista na diocese. Haja vista o *Documento dos 25 padres na concentração de São Fidelis* ocorrido em 4 de setembro de 1983, portanto, manifesto assinado no período em que ocorria a exoneração do Jonas Lisboa da paróquia. Os pontos elencados eram os mesmos apresentados em outros documentos: recomendação da formação catequética tradicional contra a suposta doutrina naturalista e ecumênica do concílio; missa católica contra o dito culto ambíguo, repleto de “erros” que extenuam o dogma eucarístico; a hierarquia social que proporciona a harmoniosa vida comum contra as premissas que repontam na “Igreja Popular”, por meio do discurso da luta de classes:

Compactuar com a “autodestruição” da verdadeira Igreja – não podemos Calar sobre as deturpações da doutrina dos novos catecismo e nas publicações que se dizem “católicas” não podemos. Silenciar sobre o caráter nocivo da Nova Missa – não podemos. Colaborar com o relaxamento da moralidade pública pela convivência às almas, - não podemos. Refugiados no maternal e imaculado Coração de Maria, clamamos ao céu donde nos pode vir o socorro no tempo oportuno (ARQTRAD, 04/09/1983)⁷⁸²

Tendo em vista a mobilização de São Fidélis, que endossou o discurso de resistência tradicionalista na diocese, a situação desenhada demonstrava que a relação entre o bispado e a corrente anticonciliar em Campos era insustentável. Então, Dom Carlos Alberto Navarro deu prosseguimento ao processo das exonerações.

⁷⁷⁹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta do padre Jonas Lisboa aos católicos de São Fidélis, na ocasião da sua exoneração da igreja matriz*. São Fidélis, 19/09/1983.

⁷⁸⁰ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia São José do Avahy*, Itaperuna, 1983.

⁷⁸¹ Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 11/09/1983.

⁷⁸² Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Manifesto documento dos 25 sacerdotes na concentração de S. Fidélis*. São Fidélis, 4/09/1983.

Em julho de 1983, outro padre recebeu a notificação de exoneração: o padre Gervásio Gobato, da paróquia de Nossa Senhora da Piedade, em Laje do Muriaé. A saída do pároco aconteceu em setembro daquele ano e sendo tumultuada porque queria continuar na paróquia. Todavia, apesar do desejo do pároco, houve a deflagração da divisão paroquial, que contrapôs fiéis a favor e contra o padre Gervásio Gobato.

Segundo uma matéria publicada no jornal *Folha da Manhã*, a maioria dos fiéis deu apoio ao bispo diocesano e tinha como orientação a premissa: “somos fiéis ao Papa, ao Bispo e ao Concílio Vaticano II”, que fora exposta numa faixa pendurada na porta da paróquia (Folha da Manhã, 1983, p. 10). Entretanto, houve um abaixo-assinado que contou mais 3500 assinaturas pela permanência do padre Gervásio na matriz de Laje do Muriaé (ARQTRAD, 08/09/1983)⁷⁸³.

Em uma carta escrita ao padre Olivácio Nogueira Martins, homem prestigiado por Dom Carlos Alberto Navarro e integrante da cúria diocesana, o padre Gervásio afirmou:

Neste momento em que o senhor, com outros representantes de Dom Navarro, vem a esta casa paroquial exigir de mim a entrega da minha paróquia, como todos os seus pertences, quero declarar a V. Revma., bem como a todos os presente que, de minha parte, e de minha livre e espontânea vontade, não sairei. Coerente com a recusa de renunciar a paróquia, recuso-me a entregá-la. Se V. Revma. Ou quem mais o acompanha, aqui entrar e tomar as chaves será contra a minha vontade e considero isso uma violência. Como sempre tenho feito, não oporei nenhum gesto físico a essa violência, mas, de antemão quero consignar meu veemente protesto contra a violação de um direito e é, somente nessa condição, sofrendo violência que serei posto fora de minha paróquia. Se assim acontecer, de bom grato sofrerei essa violência pela Fé e pela Santa Igreja, que está sendo demolida pelas inovações progressistas agora impostas em nossas paróquias, às quais resistimos com a maioria dos nosso fiéis, em obediência aos ensinamentos do Magistério perene da Igreja Católica, Apostólica Romana (ARQTRAD, 08/09/1983)⁷⁸⁴.

O padre Gervásio se recusava a sair porque cria que a verdadeira razão de sua exoneração era para se introduzir na paróquia inovações contrárias à Tradição (ARQTRAD, 08/09/1983)⁷⁸⁵. Mas, a sua resistência foi insuficiente e houve, em Laje do Muriaé, o predomínio dos interesses do bispado, que era apoiado pela CNBB e pela Santa Sé.

Na ocasião de sua saída, em 15 de setembro de 1983, houve uma missa que contou com vários padres e centenas de fiéis tradicionalistas da região, cujo pregador foi o padre Eduardo Athayde (Folha da Manhã, 1983, p. 10). A cerimônia atendeu aos protocolos que já eram praxe no ato das exonerações: reunião de dezenas de padres e centenas de fiéis, sem a presença de

⁷⁸³ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta do padre Gervásio Gobato ao padre Olivácio Nogueira Martins*. Laje do Muriaé, 08/09/1983.

⁷⁸⁴ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta do padre Gervásio Gobato ao padre Olivácio Nogueira Martins*. Laje do Muriaé, 08/09/1983.

⁷⁸⁵ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta do padre Gervásio Gobato ao padre Olivácio Nogueira Martins*. Laje do Muriaé, 08/09/1983.

Castro Mayer, cuja finalidade era protestar contra Dom Carlos Alberto Navarro e apoiar os padres despedidos (Mérida, 2016, p. 89).

Em clima de comoção, pela exoneração do padre Gervásio Gobato, o pároco da matriz de Santo Antônio de Pádua condenou, em seu sermão, o “ecumenismo espúrio” praticado pela Igreja pós-Vaticano II. E, manifestou sua reprovação aos católicos que queriam a celebração do *Novus Ordo* na paróquia de Laje:

Não pertenceis vós a Igreja Católica Apostólica Romana [...] Nós professamos que fora da Igreja não há salvação e vós dizeis que em qualquer religião se salva. Vós dizeis que todas as religiões são boas. Não foi essa a religião que nós professamos e pela qual nós morremos, demos a nossa e na qual nós conquistamos o céu e a vida eterna. Vós é que não sois católicos apostólicos romanos. Embora, digais que estais com o Papae com o bispo [...] Nós temos a mesma fé daqueles que se santificaram no 1º (século), no 2º, no 3º, no 10º, no 15º. Até hoje aqueles que têm a mesma fé da Igreja Católica. Nós estamos em comunhão com todos esses Papas, com todos os bispos que através dos séculos foram fiéis à sua missão, santificaram seu rebanho, com todos os Papas e bispos e padres que se santificaram pela fidelidade à fé de sempre. Nós estamos unidos a esta mesma fé (ARQTRAD, 15/09/1983)⁷⁸⁶.

Após a missa, ao final da procissão com a imagem de Nossa Senhora da Piedade, houve a leitura de um abaixo-assinado organizado pelos fiéis tradicionalistas, cujo destinatário era o núncio apostólico Dom Carlos Furno. O documento reprovava a atitude do bispo Dom Carlos Alberto Navarro e requeria providências pela nunciatura apostólica, em defesa do padre Gervásio Gobato e pela conservação da “verdadeira fê”:

Excelentíssimo Senhor Dom Carlo Furno, digníssimo senhor núncio apostólico. Atônitos e com a alma angustiada, dirigimo-nos à Vossa Excelência. Duro e inominável golpe foi para nós a destituição do nosso zeloso e estimadíssimo pároco, padre Gervásio Gobato, pelo senhor bispo Dom Carlos Alberto Navarro. Mal Vossa Excelência deixou a diocese de Campos, na primeira visita que fez, e quatro dias depois, nosso vigário é chamado por Dom Navarro para entregar a paróquia. Por que, Excelentíssimo senhor núncio, estão acontecendo essas coisas na Igreja? Como pode acontecer uma coisa dessas? Padre Gervásio tendo uma luta dura e abnegada, um trabalho incansável e sacrificado, para nos conservar na doutrina, na moral e no espírito que a Igreja sempre buscou, contra o espírito corrosivo do mundo de hoje. Por outro lado, estamos presenciando bem próximo de nós, nas paróquias recicladas, segundo o espírito e a pastoral dita renovada, as devastações irreverentes, quando não sacrílegas do progressismo. Uma liturgia totalmente dessacralizada pelos ritos, pela música, pelas atitudes dos sacerdotes e dos fiéis. Pela imoralidade das vestes. Sacramentos recebidos sem a mínima disposição. Sacerdotes que desorientam os fiéis por ensinamentos contra a moral tradicional, por atitudes impróprias de um ministro de Deus. Doentes que morrem sem os sacramentos e catequeses sem uma doutrina definida etc. Diante desses quadros, presenciemos perplexos, o báculo do pastor diocesano cair impiedosa e repentinamente escorraçando num prazo de 8 dias, não promotores dessas inovações caóticas e sacrílegas, mas, um ministro de Deus, que procura imunizar sua paróquia desses abusos, que destroem a piedade e a fé. Isso, logo que vossa excelência visita a nossa diocese, dando ao público a impressão de que

⁷⁸⁶ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio do sermão do padre Eduardo Athayde na paróquia Nossa Senhora da Piedade, por ocasião da festa da padroeira e saída do padre Gervásio.* Laje do Muriaé, 15/09/1983.

vossa excelência veio para sugerir e apoiar tais medidas. Excelentíssimo senhor nuncio, Vossa Excelência nos ouvirá? Nossa voz, que é a voz da grande maioria dos fiéis que é a voz da maioria dos fiéis dessa infeliz paróquia, chegará em vão até os seus ouvidos? Não há mais esperanças? Umas poucas pessoas difamam nosso vigário junto ao bispo, e ele o coloca fora da paróquia, deixando-o sem teto, sem destino, sem uma palavra de agradecimento depois de dez anos de contínuo esforços apostólicos. A nossa voz, que é a voz da maioria dos católicos, ecoará em vão em seus ouvidos? E, em nome de 3500 assinaturas, não pode Vossa Excelência impedir essa desgraça? Três bispos, entre os quais o cardeal Aloísio Lorscheider (1924-2007), declararam em entrevista à TV RCI de Bogotá, que os guerrilheiros comunistas da América Central têm direito de assistência dos sacerdotes católicos. Nós, Excelentíssimo senhor nuncio, que procuramos seguir e obedecer aos ensinamentos que a igreja sempre invocou como gravemente obrigatório, somos piores do que esses guerrilheiros? Não temos o direito de ter um sacerdote que nos dê assistência, só porque seguimos a Tradição da Igreja? Não é isso, Excelência, uma verdadeira perseguição dentro da Igreja? Não é a autodemolição que falava Paulo VI? Excelentíssimo senhor nuncio, pelo amor de nossas almas, redimidas pelo sangue preciosíssimo de Nosso Senhor Jesus Cristo, pelo amor da Santa Igreja católica, de nossas famílias, pelo amor de nossos filhos, ouça-nos, atenda-nos, por caridade. Ao menos responda-nos. Que Nossa Senhora da Piedade, nossa padroeira, inspire Vossa Excelência (ARQTRAD, 15/09/1983)⁷⁸⁷.

O documento produzido pelos fiéis foi enviado à nunciatura apostólica, todavia, não houve o efeito esperado, pois, o pároco de Laje do Muriaé foi obrigado a entregar as chaves da igreja matriz ao padre Olivácio Martins (Folha da Manhã, 1983, p. 10), porque em Laje, assim como nas demais comunidades tradicionalistas da diocese, a ordem era “resistir com todos os meios legítimos e legais” (ARQTRAD, 08/09/1983)⁷⁸⁸. Após a exoneração, a paróquia foi atendida pelo padre Guinael, religioso da Congregação dos Agostinianos da Assunção (A.A.), ditos Assuncionistas (Folha da Manhã, 1983, p. 10).

Coube então ao padre Gervásio Gobato procurar um novo lugar para ficar. Após a exoneração, seguiu as orientações de Plínio de Oliveira e permaneceu morando em Laje do Muriaé, improvisadamente, por 11 anos na garagem de um leigo chamado João Simão, onde morou e atendeu aos fiéis. Somente em 1994, a comunidade tradicionalista de Laje conseguiu comprar um novo terreno para sediar a capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso, e assim, tirar o padre e a comunidade das instalações improvisadas (Mériida, 2016).

A situação do padre Gervásio Gobato foi a mesma situação do padre José Olavo Pires Trindade, de Miracema, do padre Antônio Paula da Silva, de Italva, e do padre David

⁷⁸⁷ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio do abaixo-assinado contra a exoneração do padre Gervásio Gobato e enviado pelos fiéis tradicionalistas ao nuncio apostólico Carlo Furno*. Laje do Muriaé, 15/09/1983.

⁷⁸⁸ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta do padre Gervásio Gobato ao padre Olivácio Nogueira Martins*. Laje do Muriaé, 08/09/1983.

Francisquini, de Cardoso Moreira. Ele se afastou de Castro Mayer, seguiu Plínio de Oliveira e prestou assistência para a TFP (ARQBioPlínio, 22/11/1989)⁷⁸⁹.

Diante do movimento de exonerações que dava sinais de fortalecimento, a linha anticonciliar organizou um documento conhecido como *O ministério sacerdotal em período extraordinário de Grave Crise* (ARQTRAD, 23/01/1983)⁷⁹⁰.

A ideia do documento era informar aos fiéis que o múnus sacerdotal não precisa de qualquer autorização episcopal para ser exercido quando há uma crise de fé que assola o clero. Portanto, mesmo tendo sido exonerados, todos os sacramentos ministrados pelos padres tradicionalistas eram válidos e os fiéis deveriam recorrer a esses padres para conservar a fé, pois todas as jurisdições deles estavam mantidas porque o período na diocese de Campos era “extraordinário de grave crise” (ARQTRAD, 23/01/1983)⁷⁹¹.

Estamos em período anormal ou extraordinário na Santa Igreja de Deus. Mais do que nunca precisamos ser prudentes como a serpente e simples como a pomba, pois os filhos deste século são mais sagazes do que os filhos da luz. Não organizamos nenhum movimento, mas exercemos nosso ministério sacerdotal no seio da Igreja, no respeito e no espírito das leis canônicas. Não constituímos cisma, nem seita, nem igreja subterrânea ou das catacumbas. Nosso ministério se exerce publicamente. O que fazemos está perfeitamente de acordo com as leis da Igreja, cuja finalidade essencial é a segura salvação das almas ou a plena aplicação da Redenção de Cristo. Usando de analogias, de lugares paralelos, da mente do legislador e do espírito do Código de Direito Canônico, chegamos às conclusões que aqui expusemos, baseados no próprio Código, nos comentários de canonistas e nos princípios teológicos a respeito da natureza e dos poderes sacerdotais. Etribamo-nos inclusive em canonistas consagrados há várias gerações e, sobretudo, na Teologia e em teólogos reconhecidos há séculos (ARQTRAD, 23/01/1983)⁷⁹².

O objetivo tradicionalista, ao publicar os documentos, era respaldar a resistência conciliar na mentalidade dos fiéis, para que cressem que o problema não era a atitude dos padres tradicionalistas, mas, sim, a atitude do clero que aderiu ao Concílio Vaticano II, apresentado por Castro Mayer e por seu clero, como um concílio repleto de erros, em função das infiltrações modernistas (ARQTRAD, sem data)⁷⁹³.

⁷⁸⁹ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Corrêa de Oliveira transcritas por membros da TFP. Posição dos 4 padres tefepistas em relação às sagrações de Écône. São Paulo, 22/11/1989.

⁷⁹⁰ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*O ministério sacerdotal em período extraordinário de Grave Crise*”, Campos dos Goytacazes, 23/01/1983.

⁷⁹¹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*O ministério sacerdotal em período extraordinário de Grave Crise*”, Campos dos Goytacazes, 23/01/1983.

⁷⁹² Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*O ministério sacerdotal em período extraordinário de Grave Crise*”, Campos dos Goytacazes, 23/01/1983.

⁷⁹³ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Sagração Episcopal de Mons. Licínio Rangel – Esclarecimentos – União Sacerdotal São João Maria Vianney dos Padres da diocese de Campos, Brasil, fiéis à Tradição da Santa Igreja*. Campos dos Goytacazes, sem data.

Tendo em vista que a situação em Campos se agravava entre o clero diocesano e o clero tradicionalista, o núncio apostólico, Carlo Furno, reuniu-se novamente com Dom Carlos Alberto Navarro e o clero tradicionalista para tentar apaziguar a situação, entretanto, a situação não se resolveu e o núncio saiu de Campos sem a resolução do problema que ainda perduraria alguns anos, mas que naquele momento estava no auge da comoção (Folha da Manhã, 1983, p. 6).

Nesta ocasião, os padres tradicionalistas entregaram ao núncio um documento que continha todas as alegações pelas quais recusavam o novo rito e discordavam do concílio. O teor do documento já era conhecido pelo público, pois, pediam a conservação do rito tridentino, manifestavam solidariedade aos padres exonerados por Dom Carlos Alberto Navarro e pediram que todos os padres conservassem seus postos paroquiais (ARQTRAD, 12/08/1983)⁷⁹⁴. Todavia, não houve o efeito esperado.

Enquanto as exonerações continuavam, os tradicionalistas se organizavam em comunidades paralelas e Dom Carlos Alberto Navarro se recuperava de um infarto, no dia 26 de setembro de 1983, Dom Luciano Cabral Duarte (1925-2018), arcebispo de Aracaju, publicou no Jornal do Brasil uma carta cujo título era *A Rebelião dos que prometeram obedecer* (ARQTRAD, 26/09/1983)⁷⁹⁵. Nessa carta, Dom Luciano Duarte mostrou total apoio ao bispado de Campos diante da problemática tradicionalista,

Igreja Católica no Brasil segue, com aflita inquietação, desde novembro de 1981 o problema dos chamados Estado do Rio de Janeiro. No dia 15-11-81 chegava Aquela Diocese o seu novo pastor, Dom Carlos Alberto Navarro, que, desde então, tem sido, em Campos, um exemplo de zelo, de bondade, de tolerância. A partir daquela data, começaram a ocupar espaço, na grande imprensa do País, as notícias de uma estranha revolta, naquela Diocese, por parte de um grupo de 25 sacerdotes, que não aceitam a "Missa de Paulo VI". Esta Missa é a que se encontra no Novo Missal Romano, promulgado pelo Papa Paulo VI a 3/4/1969, numa Quinta-feira Santa [...]. Entretanto, os 25 padres de Campos, que se intitulam "tradicionalistas", não aceitam a Missa em vernáculo e somente a celebram em latim, e ainda exclusivamente segundo o Missal Romano promulgado por São Pio V, em 1570 [...]. Os 25 padres de Campos, seguindo uma sábia sugestão do seu Bispo, Dom Carlos Alberto Navarro, se dirigiram a Roma para expor seus pretensos argumentos. A Sagrada Congregação dos Sacramentos, em data de 03/07/1982, lhes respondeu: os argumentos aduzidos não se podem considerar nem novos, nem eficazes, nem convincentes, nem sequer originais. E mais: estes argumentos não resistem a uma serena, precisa e acurada revisão, segundo os princípios da Teologia tradicional e perene (ARQTRAD, 26/09/1983)⁷⁹⁶.

⁷⁹⁴ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta dos padres tradicionalistas de Campos dos Goytacazes ao núncio apostólico*, Campos dos Goytacazes, 12/08/1983.

⁷⁹⁵ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta de Dom Luciano Cabral Duarte a Dom Carlos Alberto Navarro*, Aracaju 26/09/1983.

⁷⁹⁶ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta de Dom Luciano Cabral Duarte a Dom Carlos Alberto Navarro*, Aracaju, 26/09/1983.

Ao longo do texto, Dom Luciano Duarte legitimou o Concílio Vaticano II, apoiou Dom Carlos Navarro e fez críticas aos padres que desobedeceram à Igreja na pessoa do bispo: “donde lhes veio, caros 25 padres, a pretensão inaudita de possuírem o monopólio da Verdade Católica? Da humildade dos santos? Ou do orgulho donde brotaram os cismas da Igreja?” (ARQTRAD, 26/09/1983)⁷⁹⁷. O arcebispo de Aracaju terminou sua correspondência com um clamor à obediência dos padres ao seu bispo, uma vez que prometeram obedecê-lo no dia de suas respectivas ordenações.

A resposta ao arcebispo de Aracaju veio no dia 11 de outubro de 1983, via uma carta aberta escrito pelo monsenhor Licínio Rangel, cujo título foi *Quando obedecer é rebeldia* (ARQTRAD, 11/10/1983)⁷⁹⁸:

Uma questão fundamental se impõe: admite D. Luciano uma resistência legítima contra atos de um superior ou até de um Papa? – Pode um Papa favorecer um erro, e até perfilhá-lo, em documento oficial não infalível? – É contra a doutrina responder afirmativamente a essas perguntas? Respaldados em ensinamentos e exemplos de Papas Santos e Doutores, dos mais autorizados, respondemos que é perfeitamente de acordo com a doutrina católica a resposta afirmativa a essas perguntas. Que diz D. Luciano: cismático, rebelde ou herege quem defende essa tese? Uma outra questão: a evidência e a lógica mostram que os exacerbamentos do progressismo têm sua inspiração e raízes em reformas oficializadas pela Santa Sé. Exemplo vivo é a noção de Missa constante do nº 7 da *Institutio generalis*. D. Luciano, ao contrário, parece defender “*toucourt*” tudo quanto é oficial, condenando os abusos e defendendo todas as inovações. Como explica Sua Excelência que reformas tão boas, quase sempre e em toda parte sejam acompanhadas de frutos tão ruins? Será que faltamos à obediência prometida na ordenação ou é D. Luciano que nos quer impor uma obediência que não é conforme aos ensinamentos da Igreja? O grande São Bernardo ensina: “Aquele que faz um erro porque lhe mandam, faz menos um ato de obediência que de rebeldia. Faz uma inversão das coisas: deixa de obedecer a Deus, para obedecer aos homens”. (Cf. *Oeuvr Completes de S. Bernard, Charpentier, Tomo I, Episto VII*). Pelos 25 Padres “Tradicionalistas” de Campos Monsenhor Licínio Rangel (ARQTRAD, 10/11/1983)⁷⁹⁹.

Nesse documento, monsenhor Licínio Rangel fundamentou seus argumentos na crença de que os padres deveriam desobedecer ao Papa porque estava caindo em “erro” doutrinário. Por isso, nessa ocasião, os católicos tinham a obrigação moral de desobedecer para conservar a ortodoxia da fé, como alguns santos fizeram ao longo da história da Igreja” (ARQTRAD, 04/1982)⁸⁰⁰.

⁷⁹⁷ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta de Dom Luciano Cabral Duarte a Dom Carlos Alberto Navarro*, Aracaju, 26/09/1983.

⁷⁹⁸ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta resposta do monsenhor Licínio Rangel ao arcebispo Dom Luciano Cabral Duarte*, Campos dos Goytacazes, 10/11/1983.

⁷⁹⁹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta resposta do monsenhor Licínio Rangel ao arcebispo Dom Luciano Cabral Duarte*, Campos dos Goytacazes, 10/11/1983.

⁸⁰⁰ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 04/1982.

Diante do choque hierárquico na diocese, as remoções dos padres tradicionalistas tornaram-se inevitáveis sendo efetivadas pelo bispo Dom Carlos Alberto Navarro, porque entendia que não poderia tolerar um clero que recusava ao concílio, como descrito na resposta direcionada ao arcebispo de Aracaju (ARQTRAD, 04/1982)⁸⁰¹.

As declarações de Dom Luciano, do núncio apostólico e do jornalista Lenildo Tabosa Pessoa em diferentes veículos de comunicação fora de Campos são alguns dos vários exemplos que elucidam que o conflito religioso na diocese não ficou restrito geograficamente ao norte do Estado do Rio de Janeiro. Ele atingiu proporções maiores, chegando inclusive à Santa Sé, afinal, o núncio é um representante diplomático permanente da Santa Sé que exerce o posto de embaixador perante os Estados e perante a Igreja local.

Assim sendo, verifica-se que o final de 1983 foi muito desgastante para a diocese: Dom Carlos Alberto Navarro se reabilitava de um infarto; os padres tradicionalistas estavam sendo exonerados de suas paróquias; Dom José Ivo Lorscheiter (1927-2007), presidente da CNBB, condenou a ligação do bispo emérito de Campos dos Goytacazes com o arcebispo Lefebvre e o conflito diocesano estava longe de qualquer tipo de resolução (ARQÉcône, 01/02/1984)⁸⁰².

No que toca a relação entre a diocese e a CNBB, o então presidente da conferência declarou seu apoio ao bispo Dom Carlos Alberto Navarro contra a postura de Castro Mayer, que segundo Dom Ivo Lorscheiter “se soma à questão dos padres de Campos que resistem a seguir a orientação do atual bispo e da Igreja. A carta aberta dos tradicionalistas, encaminhadas a João Paulo II, diz que “falsos conceitos e heresias ensinadas pelo clero estão levando a Igreja à autodestruição” (ARQÉcône, 01/02/1984)⁸⁰³.

Dom Ivo Lorscheiter se referia à carta elaborada por Castro Mayer e Lefebvre, que se reuniram, em 1983, para escreverem uma carta endereçada ao Papa na qual eles pontuaram:

- a) A concepção latitudinarista e ecumênica da Igreja, já condenada anteriormente no *Syllabus* de Pio IX (1864);
- b) O governo colegial e a orientação democrática da Igreja, condenados pelo Concílio Vaticano I;
- c) A falsa concepção dos direitos naturais do Homem, presentes no documento sobre a liberdade religiosa;

⁸⁰¹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 04/1982.

⁸⁰² *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 01/02/1984, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸⁰³ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 01/02/1984, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

- d) Uma concepção errônea do poder do Papa considerado absoluto, quando ele seria subordinado ao poder divino expresso na Tradição, nas Sagradas Escrituras e nas definições já promulgadas pelo Magistério eclesial;
- e) A concepção protestante da missa e dos sacramentos;
- f) A livre difusão de heresias caracterizada pela supressão do Santo Ofício (Mallerais, 2021, p. 560-561).

Essa carta aberta tornou-se pública no dia 09 de dezembro de 1983, inaugurou o que se pôde chamar de política pública de resistência à Santa Sé. Lefebvre, suspenso *a divinis*, em 22 de julho de 1976 por Paulo VI⁸⁰⁴, e Castro Mayer, na condição de bispo emérito, travaram uma batalha aberta contra o modelo de Igreja conciliar. Nesse sentido, verifica-se que ambos os prelados queriam proteger seus respectivos movimentos, pelo processo de condenação ao Vaticano II e pautando-se no referencial eclesiológico antimoderno, preconizando pela Igreja antes do Vaticano II (Mallerais, 2021).

À vista dessa situação e visando apaziguar os ânimos, em 1984, João Paulo II concedeu um indulto para a celebração da missa segundo o missal de 1962, sob a condição de os tradicionalistas deveriam considerar a validade do *Novus Ordo Missae* elaborado por seu antecessor. Todavia, os dois bispos e os padres tradicionalistas de Campos e da FSSPX julgaram a conduta de João Paulo II equivocada, pois, o indulto perpétuo fora concedido por Pio V, assim, o novo era desnecessário (ARQTRAD, 1982, p.2)⁸⁰⁵. Haja vista que o clero de Campos emitiu uma nota sobre o indulto de João Paulo II,

O clero tradicionalista de Campos reagiu ontem com alegria ao decreto do Papa João Pulo II permitindo a volta da celebração da missa no rito tridentino codificado pelo Papas São Pio V. Mas, através do porta-voz Padre Fernando Arêas Rifan, advertiu que vai ignorar a nova disposição da Igreja se ela obrigar, conjuntamente, o reconhecimento do *Novus Ordo Missae* instituído por Paulo VI. Ele recordou que os padres tradicionalistas, já levantaram 60 razões pelas quais a missa nova não pode ser reconhecida como legítima (Heri et Hodie, 1984, p. 1)

Entre os motivos que levaram o Papa a conceder o indulto aos tradicionalistas, destaca-se a carta escrita por Dom Ivo Lorscheiter a João Paulo II, na qual o presidente da CNBB acusou Castro Mayer e os 25 padres tradicionalistas de Campos de rejeitarem os últimos papas e de

⁸⁰⁴ Em 22 de julho de 1976, o Vaticano aplica uma suspensão *a divinis* ao arcebispo Marcel Lefebvre e uma suspensão aos 26 sacerdotes ordenados da FSSPX por ele. Consequentemente, a partir daquele momento, levando-se em conta que as sanções foram válidas, Lefebvre não poderia mais administrar os sacramentos, segundo o cânone 2279 § 2 (MALLERAIS, 2021, p. 519).

⁸⁰⁵ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*a missa nova em questão*”, Campos dos Goytacazes, 1982.

recusarem o concílio. Por meio do Comunicado Mensal da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter expressou seu temor de que indulto papal para o missal de São Pio V pudesse colocar a “unidade da Igreja de Cristo em perigo” (Henri et Hodie, 1984, p. 1).

As pesquisas demonstram que a preocupação de Dom Ivo Lorscheiter era pertinente, porque a divisão de Campos continuava sem solução e o cisma, naquele momento, parecia cada vez mais iminente, haja vista que o desentendimento entre as duas correntes católicas, estava em franco processo de evolução.

Irredutível, Castro Mayer respondeu à CNBB dizendo que “Dom Ivo Lorscheiter queria solidarizar-se com o Papa e endossar toda a doutrina do concílio que aceitou também o direito de cada um professar a sua religião, ainda que falsa e, até nenhuma, como se dava com os ateus que nem sequer investigavam a questão religiosa” (Henri et Hodie, 1982, p. 1)⁸⁰⁶.

O bispo emérito de Campos dos Goytacazes desconsiderou o discurso do presidente da CNBB e entendia que sua atitude não representava uma ruptura com a Igreja, pois, entendia sua postura como,

Expressão dos mais sinceros vínculos de comunhão à Cátedra de Pedro. Pois, ele, Dom Ivo Lorscheiter, parece esquecer que essa Cátedra não muda, com a mudança de seus ocupantes. Eis que ela está consubstanciada no Símbolo da Fé que a Igreja considera, para todo o sempre, como o fundamento firme e único da união de todos os verdadeiros cristãos, ou seja, os católicos romanos (HENRI ET HODIE, 1984, p. 1).

Então, verifica-se que o plano de João Paulo II para reconciliação com o clero tradicionalista de Campos deu errado, pois, o grupo manteve a rejeição ao concílio e ao rito de Paulo VI, haja vista que em junho de 1984, houve duas celebrações na diocese festejadas separadamente: o aniversário de 80 anos do bispo emérito e o jubileu de 25 anos de ordenação presbiteral de Dom Carlos Alberto Navarro (ARQDioCampos, 06/1984)⁸⁰⁷.

A forma como teve lugar a realização das duas celebrações episcopais na mesma diocese demonstra que em Campos “defrontavam dois espíritos, duas concepções teológicas, duas visões de mundo, dois comportamentos básicos” (Libanio, 1984, p. 130). E não tinha como ser diferente, porque Castro Mayer acusava a cúpula da Igreja de promover a “Igreja nova e subversiva” (Mayer, 2010, p. 53). Enquanto Dom Carlos Alberto Navarro tinha como função recepcionar o Vaticano II na diocese (Mérida, 2016).

⁸⁰⁶ Cfr. Vaticano II. Declaração sobre a Liberdade Religiosa nº 2.

⁸⁰⁷ Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa do Rosário*, Campos dos Goytacazes, junho de 1984.

Na esteira das reformas no catolicismo, houve a promulgação do Código de Direito Canônico de 1983, classificado por Castro Mayer com “herético” devido ao espaço aberto às conferências episcopais (ARQÉcône, 15/08/1988)⁸⁰⁸. O bispo emérito de Campos entendia que este espaço concedido ao episcopado reunido nas conferências era perigoso e um tema espinhoso, porque remetia ao tema da colegialidade episcopal, tão discutido durante o concílio, como uma infiltração modernista: “nós precisamos de uma solução exata sobre este problema das conferências, porque ele está ligado com as observações que nós fazemos dos erros e heresias do novo código” (ARQÉcône, 01/02/1984)⁸⁰⁹.

Enquanto Castro Mayer e Lefebvre discutiam o novo Código de Direito Canônico de 1983 e demonstravam suas preocupações com as questões que diminuía as diferenças hierárquicas na Igreja, Dom Carlos Alberto Navarro ia na direção exatamente oposta e elaborou o 1º Plano Pastoral da diocese em 1984, que contou com padres e leigos (Ribeiro; Paz, 2022, p. 58).

Na esteira do *aggiornamento* diocesano, o bispo continuou o processo das exonerações paroquiais e enfrentou uma das situações mais delicadas, e até violentas, ocorridas na diocese: a remoção do padre Antônio Alves de Siqueira (1932-1999) da paróquia de São Sebastião em Varre-Sai. Dom Carlos Alberto Navarro chegou a ser ameaçado naquele distrito⁸¹⁰, e no dia da exoneração do padre Antônio de Siqueira, havia pessoas armadas que defendiam a permanência do pároco.

Reduto de imigrantes italianos e com forte apelo às tradições, o catolicismo sempre foi uma religião quase unânime naquela cidade e a religiosidade tradicionalista era uma das expressões do valor às tradições que o povo varresaiense sempre teve (Seibnitz, 1993, p. 299). Para as celebrações católicas, havia a matriz de São Sebastião e as capelas da diocese. Também havia as capelas particulares, que deram abrigo ao padre Antônio e aos fiéis tradicionalistas, que eram a maioria em Varre-Sai (Mérida, 2016, p. 85)

Quando houve a publicação do decreto episcopal que determinava a exclusividade do *Novus Ordo* em toda a diocese, o padre Antônio de Siqueira recusou-se a obedecer. Então, os processos judiciais começaram a correr na justiça comum, que deu ganho de causa às autoridades diocesanas. A ordem judicial determinava que o padre e os leigos tradicionalistas de Varre-Sai entregassem as chaves da igreja matriz e das capelas, pois todas as igrejas estavam

⁸⁰⁸ *Estatuto da União Sacerdotal São João Maria Vianney*, Écône, 15/05/1988, Arquivo do Seminário de Écône (ASE).

⁸⁰⁹ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 01/02/1984, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸¹⁰ Em 1984, Varre-Sai era distrito de Natividade, tendo se emancipado pela lei estadual nº 1790, de 12-01-1991.

fechadas por ordem do padre Antônio de Siqueira. Ele era conhecido pelo seu temperamento firme e a maioria dos católicos de Varre-Sai seguiu o padre exonerado (White, 1993, p. 192).

Os oficiais foram para a zona rural e começaram a tomar conta das capelas. Quando chegaram à capela de Santa Filomena, que fica na zona rural, encontraram outro templo fechado pela orientação do pároco. Então, os funcionários da justiça e a polícia começaram a fazer um buraco na porta para entrarem no templo. Diante do fato, o povo se dirigiu até a capela para impedir que o mandado judicial fosse cumprido (White, 1993, p. 192).

Quando o povo viu que os oficiais de justiça e a polícia estavam abrindo a porta da capela, a igreja foi cercada pelo povo inflamado, que informou aos oficiais que aquela capela havia sido construída por duas famílias locais, Grilo e Murici. Essas famílias, portanto, eram aliadas ao padre Antônio de Siqueira e lá, a autoridade diocesano não prosperou (White, 1993, p. 193).

Os oficiais tomaram o controle de muitas capelas contra o desejo dos fiéis, que se negavam energicamente a devolver as chaves das capelas que pertenciam à diocese. Haja vista o grupo de mulheres católicas que se ajoelharam diante de uma capela em Varre-Sai e se deram as mãos para impedir que a igreja fosse aberta pela polícia. Todavia, a força policial superou a devota barreira feminina e a capela foi reintegrada à diocese (White, 1993, p. 193).

O título da coluna *A Voz do Pastor*, escrito por Dom Carlos Alberto Navarro, em setembro de 1984, trouxe o título chocante *Sangue em Varre-Sai?*

Há perigo de derramamento de sangue em Varre-Sai. Se alguém duvida de tal afirmação, pergunte às autoridades civis e policiais que estão acompanhando o cumprimento de uma determinação judicial. Vidas inocentes correm perigo devido ao fanatismo religioso liderado por sacerdotes católicos. Homens são vistos portando armas brancas e de fogo. Crianças, jovens, mulheres são arregimentados como um pequeno exército e gritam slogans, ofendem autoridades da Igreja. Em meio a esta balbúrdia, sucedem-se orações e cânticos (Folha da Manhã, 1984, p. 12).

Dom Carlos Alberto Navarro tentou descrever a situação ocorrida no dia 20 de setembro de 1984, quando os oficiais de justiça chegaram à paróquia de Varre-Sai para executar o mandado judicial e devolver a paróquia ao controle da mitra diocesana de Campos. Ao saberem disso, os fiéis foram para a rua no intuito de defender a igreja, para que o mandato não fosse executado e, desta forma, garantir a permanência do pároco e da missa tridentina na matriz de São Sebastião.

Nas ruas de Varre-Sai, o povo tinha seus terços nas mãos, todavia, o clima era de muita tensão e não seria exagero crer que essa pequena vila promoveu um dos piores processos de

exoneração paroquial, se não o mais difícil de todos porque houve risco à vida dos personagens envolvidos que defendiam o interesse do bispado de Campos (White, 1993, p. 193).

Os fiéis queriam entrar na igreja para assegurar a posse sede paroquial e impedir a exoneração do padre Antônio de Siqueira. Então, foi acordado entre os fiéis e os oficiais de justiça que a saída do padre iria acontecer na manhã seguinte, no dia 21 de setembro, numa cerimônia solene, na qual teria feito traslado da hóstia consagrada da matriz de São Sebastião para uma capela particular (White, 1993, p. 193).

A multidão, eivada de paixão religiosa, impediu a entrada dos oficiais de justiça na paróquia até que o padre Antônio de Siqueira retirasse a hóstia consagrada. Os oficiais aceitaram o acordo e a retirada ocorreu no dia seguinte. Nesse mesmo dia, os oficiais foram até as capelas paroquiais exercer a mesma execução de posse. O povo dirigiu-se às capelas e com gritos e manifestações interceptaram os oficiais para que as capelas não fossem tomadas conforme a decisão judicial. Então, foram cercadas pelo povo rezando o rosário e inibindo a ação dos oficiais (White, 1993, p. 192).

Por fim, no dia 21 de setembro de 1984, o padre Antônio de Siqueira deixou a paróquia e, como forma de luto, o comércio fechou as portas. A justificativa para essa conduta é explicada pelo fato do “catolicismo romano ser o referencial mais forte e constante na construção daquela comunidade, e assim, os católicos de Varre-Sai eram fiéis leigos que faziam da observância da moral católica sua maior virtude” (Seibnitz, 1992, p. 298).

Para dar posse ao novo pároco, Dom Carlos Alberto Navarro contou com proteção policial, e assim, após tensões que requereram o aparato do Estado, somente no final do ano de 1984, o *Novus Ordo* começou a ser celebrado na matriz de São Sebastião de Varre-Sai (Folha da Manhã, 1984, p. 12)⁸¹¹.

Assim como os demais padres tradicionalistas da diocese de Campos, o padre Antônio de Siqueira foi acolhido pelos fiéis, que lhe conferiram capelas e casas na área urbana e na zona rural do distrito. Alguns anos depois, teve início a construção da paróquia de Nossa Senhora das Graças para o atendimento dos fiéis tradicionalistas (White, 1993, p. 193).

Como desfecho do conflito em Varre-Sai, o padre Élcio Murucci, que estava na capela de Nossa Senhora da Conceição, em Campos dos Goytacazes, foi para Varre-Sai, a fim de auxiliar o padre Antônio de Siqueira, devido à grande quantidade de fiéis. A matriz de São

⁸¹¹ Os missionários do Sagrado Coração de Jesus ficaram em Varre-Sai por dez anos, 1984 e 1994: padre Afonso Egídio Rauber (1984-1986), padre Alberto Luiz Huber (1986-1990), padres Oskar Longen (1990-1992) e o padre Tarcílio Back (1992-1994). Em 1994, a paróquia foi assumida pelo padre Abaeté Cordeiro, que era do clero diocesano.

Sebastião, por sua vez, foi assumida pelo padre Afonso Egídio Rauber, da congregação do Sagrado Coração de Jesus, (Folha da Manhã, 1984, p. 10), a mesma expulsa da diocese por Castro Mayer no final de 1968, sob alegação de ser uma ordem progressista.

Simultaneamente aos conflitos que aconteceram em Varre-Sai, em Cardoso Moreira, também houve necessidade do aparato policial por causa do apelo popular. Entretanto, numa intensidade menor do que ocorrera em Varre-Sai. O padre David Francisquini foi exonerado e deixou a matriz de São José Operário em 17 de outubro de 1984, sendo o 12º padre a ser despedido por Dom Carlos Alberto Navarro. A saída foi solene e teve procissão com o Santíssimo Sacramento. O padre desejava permanecer na paróquia e, por isso, escreveu para a Santa Sé. Todavia, perdeu a causa, porque Roma deu parecer favorável ao bispo diocesano (Folha da Manhã, 1984, p. 6). E o pároco foi substituído pelo padre espanhol António Fuertes Bacelar.

Após a exoneração, o padre David foi abrigado por fiéis e começou a celebrar em um galpão improvisado. Até que em 1988, os católicos tradicionalistas de Cardoso Moreira compraram um terreno e começaram a construir a igreja do Imaculado Coração de Maria, cuja padroeira fora sugerida por Plínio de Oliveira (ARQTFP, 24/02/1998)⁸¹².

O proeminente padre José Emanuel Possidente não tinha paróquia. Homem inteligente e dono de uma hábil oratória, foi professor do seminário e formador dos padres diocesanos de Campos. Por isso, era um padre de grande confiança de Castro Mayer. Embora não tivesse paróquia, a sua função era estratégica para o movimento tradicionalista na diocese, todavia, a sua exoneração não arregimentou fiéis em função do ministério de professor, formador e diretor espiritual dos seminaristas da diocese.

Ao ser exonerado de suas funções de formador, o padre Possidente continuou como professor e diretor espiritual do seminário tradicionalista, quando esse passou a funcionar na rua Riachuelo, em Campos. Em função do prestígio junto ao clero e ao laicato tradicionalistas, o padre José Possidente foi um dos nomes de maior relevância na União Sacerdotal, haja vista que presidiu diversas solenidades concretizadas nas comunidades recém-criadas, em nome do bispo emérito, e de igual maneira, cuidou de Castro Mayer até a sua morte (White, 1993, p. 57).

Na esteira das exonerações ocorridas no ano de 1984, verifica-se a saída do padre Antônio Paula da Silva, da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Italva. Ele entregou as chaves da matriz ao pároco da catedral, padre Olivácio Nogueira Martins, que estava acompanhado pelo procurador da diocese, Walter Manhães, e do seu assessor, Ronald Damas

⁸¹² Arquivo de pesquisa sobre padres tefepistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Relatório do padre David Francisquini sobre a saída de Diamantina, Campos dos Goytacazes, 24/02/1998.

Sá. Eles levaram consigo o mandado judicial datado de 29 de maio de 1984, e assim, a diocese reintegrou jurídica e pastoralmente essa paróquia (Folha da Manhã, 1984, p. 8).

Naquela ocasião, o padre Antônio Paula da Silva agiu solenemente: vestiu todos os seus paramentos sacerdotais e promoveu uma procissão noturna, transladando a hóstia consagrada no ostensório com a presença de centenas de fiéis tradicionalistas. Após a saída, outro grupo de fiéis entrou na paróquia e ouviu a mensagem de Dom Carlos Alberto Navarro lida pelo padre Olivácio Martins (Folha da Manhã, 1984, p. 8).

O padre Antônio Paula da Silva não foi um dos principais nomes de destaque do clero tradicionalista, embora, sua postura tenha causado um impacto na pequena cidade de Italva. Todavia, é o autor de uma das cartas que melhor expressa a visão tradicionalista, contra as determinações do bispo Carlos Alberto Navarro (ARQTRAD, 22/04/1984)⁸¹³, porque suas palavras foram contundentes contra o bispado de Campos: “Tendo em vista que V. Excia. veio para dismantelar tudo quanto foi construído sob a inspiração dos ensinamentos multiseculares da Santa Igreja, essa minha exoneração não é senão um ato que dá continuidade a essa demolição da Tradição Católica na Diocese.” (ARQTRAD, 22/04/1984)⁸¹⁴

E foi assim que Dom Carlos Alberto Navarro foi visto por milhares de fiéis pela diocese: “um dismantelador que trabalhava para a autodemolição da Tradição Católica”. Essa crença foi determinante para ter havido a crise diocesana, que mobilizou tantos católicos por toda a diocese.

Os padres tradicionalistas que eram párocos nunca saíram sozinhos de suas comunidades. Em todos os casos de exonerações paroquiais, contaram com uma rede de apoio, que poderia ter poucos fiéis, como em São João da Barra, Italva e Cambuci, ou muitos fiéis, como Varre-Sai, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis e Bom Jesus do Itabapoana. Todavia, a despeito da quantidade de fiéis, em todos os municípios da diocese houve uma rede de apoio tradicionalista que atuou na construção das novas comunidades e dava abrigo aos sacerdotes (Mérida, 2016).

A situação dos padres José Onofre Martins de Abreu e Alfredo Oelkers (1917-1988) também foi mais simples, pois, eles não eram párocos. O padre Onofre ajudou na igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Campos, até 1984, quando foi removido da paróquia do Rosário para a capela de São José, onde trabalhou como reitor. O padre Alfredo Oelkers (1917-1988)

⁸¹³ Anexo 9 (ARQTRAD 22/04/1984).

⁸¹⁴ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta do padre Antônio Paula da Silva ao bispo Dom Carlos Alberto Navarro*, Italva, 22/04/1984.

já era idoso e permaneceu como vigário da paróquia de Nossa Senhora do Rosário em Campos, até o seu falecimento, em 06 de junho de 1988.

Regressando à temática das exonerações problemáticas, com forte apelo do laicato, destaca-se a saída do padre José Moacir Pessanha da paróquia de Nossa Senhora da Natividade, em setembro 1984. A exoneração já era esperada, a exemplo do que acontecia na diocese desde janeiro de 1982, haja vista que dois anos antes da exoneração do padre Moacir, os fiéis já lhe prestavam apoio, ao dizerem:

E nós, que não queremos a nossa fé católica conspurcada, maculada; e nós, que não desejamos que nossos templos sejam profanados por vestes indecorosas, por cânticos profanos, por instrumentos musicais impróprios, por cultos ambíguos e indignos de Deus; e nós, que desejamos ardentemente continuar recebendo a mesma orientação de 20 séculos de Igreja, IMPLORAMOS ao nosso querido Pároco: FIQUE CONOSCO, SENHOR PADRE MOACIR! (ARQTRAD, 15/09/1982)⁸¹⁵.

A carta de apoio ao padre Moacir reforçava o desejo pela missa tridentina em detrimento do rito de Paulo VI, pois consideravam o caráter irrevogável do rito tridentino conferido por Pio V ao promulgar o missal em 1570. Como o desejo do padre Moacir era conservar um rito pautado pelo concílio de Trento, os fiéis católicos tradicionalistas manifestaram apoio ao pároco contra as resoluções do bispado de Campos de exonerar o clero tradicionalista de Natividade e das demais paróquias da diocese (ARQTRAD, 15/09/1982)⁸¹⁶.

O trecho é extraído de uma carta de 15 de setembro de 1982 e quem a assina são os fiéis tradicionalistas de Natividade. Dois anos após dessa carta ter sido publicada pelos fiéis, em setembro de 1984, o padre Moacir foi exonerado e sendo substituído por um padre religioso da Congregação do Sagrado Coração de Jesus chamado padre Alberto. Todavia, antes de ser exonerado, o padre José Moacir Pessanha recusou-se a sair da paróquia porque não via motivos para a exoneração, uma vez que seguia o que aprendeu no seminário (White, 1993, p. 193).

Para tentar reverter a exoneração, o pároco de Natividade escreveu uma carta ao cardeal Silvio Oddi explicando a sua situação. No dia 14 de abril de 1984, o cardeal informou o recebimento da carta, mas não deu parecer ao padre Moacir. O tempo passou e o padre ficou sem resposta de Roma. Ainda em busca de algum parecer da Santa Sé, padre Moacir escreveu para o Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Agostino Casaroli, e de igual maneira ficou sem resposta. O povo de Natividade escreveu duas cartas, uma para Dom Carlos e outra para o

⁸¹⁵ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Manifesto dos fiéis da paróquia de Nossa Senhora da Natividade em defesa do padre Moacir Pessanha*, Natividade, 15/09/1982.

⁸¹⁶ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Manifesto dos fiéis da paróquia de Nossa Senhora da Natividade em defesa do padre Moacir Pessanha*, Natividade, 15/09/1982.

Papa João Paulo II pedindo a permanência do padre Moacir, mas não obteve resposta de ambos os destinatários (White, 1993, p. 193).

Assim sendo, padre José Moacir Pessanha recebeu ordem judicial e deixou a paróquia, tendo celebrado a sua última missa naquela igreja em 16 de outubro de 1984. A partir do dia 17 de outubro de 1984, a missa tridentina começou a ser celebrada no porão de uma casa onde anos depois foi erigida a igreja em honra à Nossa Senhora das Graças (White, 1993, p. 193).

Os fiéis, que ensaiaram um manifesto em 1984, escreveram uma declaração, na qual manifestaram apoio ao pároco exonerado:

Profundamente abalados e não menos indignados, assistimos à violenta expoliação de nossos direitos de católicos apostólicos romanos da Paróquia de Nossa Senhora da Natividade. Porque fiéis a nossa Fé Católica, herdade dos Apóstolos, somos violentamente despojados de nossa Matriz, de nossas capelas, de nossa casa paroquial e, sobretudo, tentam-nos afastar de nosso guia espiritual que nos formou e as nossos filhos na fidelidade à Doutrina e Moral que louva a Deus e conduz ao Céu. Nesta oportunidade, desejamos proclamar bem alto a nossa Fé e submissão a Deus Todo Poderoso e a sua Santa Igreja Católica Apostólica Romana. Em virtude de nossa Fé, entre outras coisas, recusamos aceitar a liberdade religiosa proclamada pelo Concílio Vaticano II, uma vez que dá ao homem o direito de não seguir a Vontade de Deus que impõe a todos aderir à Igreja Católica Apostólica Romana; também não podemos aceitar o ecumenismo das várias seitas heréticas. Do mesmo modo, nossa Fé nos impede de aderir à nova missa, preparada com o auxílio de seis pastores protestantes e que diminui, e mesmo esquece, dogmas de nossa Fé Eucarística, como a transubstanciação, a presença Real de Jesus na Hóstia Consagrada, o caráter de sacrifício propiciatório que tem o Santo Sacrifício da Missa. Fazemos esta declaração como uma profissão de Fé, e para que fique patente a razão porque somos perseguidos: não podemos aceitar a igreja nova post-conciliar, dessacralizada, ecumênica e permissiva. Confiamos na proteção de Nossa Senhora da Natividade, nossa protetora, Advogada e Mãe, que fará passar logo a tempestade sobre nós inexplicavelmente desencadeada, e nos concederá dias pacíficos em que por Ela e com Ela encaminharemos a Deus, Nosso Senhor, nossos louvores e nossas esperanças. Pelos Católicos de Natividade. Eugênio Zambrotti, Ronaldo Dutra Bândoli, Geraldo Marques Ramos, Jayme Geovanini, Fernando Antônio Possidente, Maria Luiza Guimarães Alonso, Maria Celeste dos Santos Silva, Maria Teixeira, Maria Orru da Cruz (ARQTRAD, 20/10/1984)⁸¹⁷.

Entre os alvos comuns de crítica em nome resistência anticonciliar na diocese havia, de forma unânime, a tríade: ecumenismo, liberdade religiosa e *Novus Ordo*. O que demonstra que os fiéis eram orquestrados pelos padres, que por suas vezes, foram formados pelo bispo Castro Mayer, haja vista os registros apresentados através das falas do padre Eduardo Athayde, Licínio Rangel e Fernando Rifan em diferentes momentos e ocasiões.

Na esteira das exonerações, entre o fim de 1984 e início de 1985, São João da Barra, no litoral do norte do estado do Rio de Janeiro, entrou para a lista de cidades cujos párocos foram

⁸¹⁷ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Declaração pelos católicos de Natividade*. Natividade, 20/10/1984.

removidos pelo bispado de Campos. A razão era a mesma das demais remoções, e assim, o padre José Eduardo Pereira deixou a paróquia de São João Batista por decisão judicial expedida pelo Juiz Benedito Carlos Ferreira (Folha da Manhã, 1985, p. 5).

Em São João da Barra, não havia uma grande concentração de católicos tradicionalistas, sendo assim, a remoção foi mais tranquila, uma vez que o padre e os fiéis não recorreram à Santa Sé e nem à justiça civil, o que facilitava a vida de Dom Carlos Alberto Navarro. Ademais, algumas igrejas não pertenciam à diocese, mas sim a irmandades de leigos, o que não causou grandes dificuldades para conseguir um local apropriado para as celebrações das missas. Além das capelas, o padre José Eduardo e algumas freiras ergueram a paróquia de Nossa Senhora das Graças, uma escola e um orfanato, utilizados pela comunidade para a prática religiosa tradicionalista (White, 1993, p. 208).

Dessa forma, nessa cidade, a manutenção do tradicionalismo foi mais tranquila do que nas outras cidades, uma vez que uma pequena parcela da população seguiu o padre José Eduardo. Como ocorreu em outras localidades da diocese, houve duas paróquias católicas, uma com o rito romano tridentino e a paróquia diocesana que foi atendida pelo padre espanhol António Fuertes Bacelar, que, devido à escassez de padres, atendeu simultaneamente a São João da Barra e a Cardoso Moreira (White, 1993, p. 208)

Nesse ínterim, Castro Mayer conservava sua conexão com arcebispo Lefebvre e, em outubro de 1984, desejava encontrar-se com o arcebispo francês para organizar a luta tradicionalista. O bispo emérito de Campos comunicou ao parceiro militante francês que Dom Carlos Alberto perseguia os padres tradicionalistas de Campos, inclusive os padres da TFP, já com o bispo emérito devido às orientações de Plínio de Oliveira (ARQÉcône, 21/10/1984)⁸¹⁸.

Naquele ano, Castro Mayer e Lefebvre trataram de assuntos importantes para a causa tradicionalista. Agendaram a presença de Castro Mayer no seminário da FSSPX, na Argentina, por ocasião das ordenações presbiterais de 1986, nas quais dois diáconos campistas seriam ordenados: Hélio Marcos da Silva Rosa e José Paulo Vieira. O bispo emérito de Campos queria saber se haveria algum diácono tefepista no grupo de ordenandos, apesar dos problemas de Lefebvre com a TFP, pois se tivesse, Castro Mayer não iria. Afinal, o bispo se recusava, peremptoriamente, a ter qualquer contato com a TFP após a ruptura em 1982 (24/07/1985)⁸¹⁹.

Além das ordenações que aconteceriam na Argentina, em 1986, Lefebvre e Castro Mayer organizaram a redação de um documento enviado para João Paulo II em 21 de julho de

⁸¹⁸ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 21/10/1984, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸¹⁹ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 24/07/1985, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

1985 e outro documento enviado para o sínodo extraordinário de 1985, por ocasião dos 20 anos do concílio (ARQÉcône, 24/07/1985)⁸²⁰.

Durante sua aposentadoria, Castro Mayer continuava militante com Lefebvre, mas isolado do episcopado brasileiro, pois enxergava a letra e o espírito do concílio como “danosos à fé” (ARQÉcône, 24/07/1985)⁸²¹. Os dois prelados suplicaram, filialmente, ao Papa que a Igreja, reunida em sínodo, eliminasse a declaração *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade religiosa. Castro Mayer e Lefebvre destacaram que a permissão para a liberdade de consciência religiosa patrocinava o agnosticismo, materialismo marxista, liberdade sexual, imoralidade pública, maus costumes e anulação da autoridade eclesiástica. Por isso, na concepção dos dois prelados, a apresentação crítica desses elementos era um fato elementar (ARQÉcône, 24/07/1985)⁸²².

Para Castro Mayer, o ecumenismo e a liberdade religiosa foram os piores pontos produzidos pelo Concílio Vaticano II, pois eles feriram diretamente o Magistério da Igreja, haja vista a Encíclica *Mortalium Animos*, de Pio XI (ARQÉcône, 21/07/1985)⁸²³ que tratava sobre a unidade religiosa.

O bispo emérito de Campos repudiava profundamente o ecumenismo e a liberdade de consciência, porque, assim como Pio IX, o bispo via tal liberdade como “permissão para o erro” (ARQÉcône, 24/07/1985)⁸²⁴, tendo em vista a natureza decaída do gênero humano devido ao pecado original. Entretanto, o bispo emérito de Campos preferia mirar seus esforços para condenar a declaração *Dignitatis Humanae*, porque o ecumenismo também estava contido na esfera da liberdade religiosa (ARQÉcône, 24/07/1985)⁸²⁵.

Castro Mayer ensinou ao clero e aos fiéis diocesanos, por meio de sermões, cartas pastorais e documentos circulares, que o ecumenismo só seria aceito se todos se tornassem católicos. Do contrário, era uma forma errada de ecumenismo e a liberdade estaria a serviço do “erro” (Mayer, 1971, p. 274).

O bispo emérito de Campos articulou seus argumentos com o arcebispo Lefebvre para juntos dizerem ao Papa João Paulo II que a declaração conciliar sobre a liberdade religiosa era rigorosamente oposta à Tradição Apostólica da Igreja, à doutrina do Concílio Vaticano I e ao

⁸²⁰ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 24/07/1985, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸²¹ *Ibid.*

⁸²² *Ibid.*

⁸²³ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 21/07/1985, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸²⁴ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 24/07/1985, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸²⁵ *Ibid.*

Syllabus de Pio IX e, por isso a doutrina do Concílio Vaticano II seria inaceitável (ARQÉcône, 24/07/1985)⁸²⁶.

O concílio fora tão repudiado por Castro Mayer que ensinou aos seus padres e aos seus fiéis diocesanos a se referirem ao catolicismo pós-Vaticano II como “nova religião”, pois, havia a necessidade fundamental de distinguir a “Igreja de sempre” e a “Igreja conciliar” (ARQÉcône, 11/08/1986)⁸²⁷. Por isso, em função da crença transmitida por Castro Mayer ao seu clero, houve tanta resistência conciliar na diocese, pois, tratava-se de uma intransigente defesa da fé, como afirmou o pároco de Santo Antônio de Pádua, em um discurso proferido em 1976, em São Fidélis, retratado no capítulo anterior.

Localizada no noroeste fluminense, Santo Antônio de Pádua, pertencente à diocese de Campos dos Goytacazes, era assistida, pelo padre Eduardo Athayde e pelo vigário padre Alfredo Gualandi (Seiblit, 1992, p. 286), ambos tradicionalistas.

O padre Eduardo Athayde era uma figura enérgica e teve protagonismo na organização da União Sacerdotal São João Maria Vianney, haja vista que pregou em vários eventos diocesanos, em nome de Castro Mayer, e na saída de alguns padres tradicionalistas de suas paróquias (Folha da Manhã, 1983, p. 10). Em Pádua, exercia grande influência na vida dos fiéis, que eram numerosos, e por isso, contava com um vigário para lhe auxiliar.

O seu processo de exoneração teve início no início de 1984 e perdurou por um longo período. Então, após ser notificado, demonstrou resistência e por isso, houve uma mobilização de seus paroquianos:

Revmo. Sr. Pe. Joaquim Ferreira. 1- diante da intimação que o senhor me faz nome do Sr. Bispo Diocesano, para entregar a Igreja de São Felix, devo declarar que tal ato contraria frontalmente o dispositivo canônico que manda haja um só pároco em cada paróquia (cf. C.D.C. Cânon 526, § 2.). 2- é escusado dizer que a alienação da Igreja de São Felix dela me tira a jurisdição, violando a unidade do pároco exigida pelo Direito. 3- além disso, a finalidade desta espoliação é para que nela seja celebrado o novo Ordo Missae, no qual se extenua a profissão de Fé nos dogmas eucarísticos, de maneira a não se observar a lei fundamental da Liturgia. A fé seja a norma da oração. 4- e, no campo moral, como atestam os fatos, a introdução do novo Ordo acarreta a dessacralização e liberação dos trajes contra as normas tradicionais sobre a modéstia cristã, prescritas pela Santa Igreja. 5- nestas condições, arrebataram a chave da Igreja caracteriza-se como um ato de violência contra o qual sou obrigado a protestar. 6- por tudo isso, não posso atendê-lo. Caso o fizesse, tornar-me-ia corresponsável pela violação do Código de Direito Canônico (ARQTRAD, 3/02/1984)⁸²⁸

⁸²⁶ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 24/07/1985, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸²⁷ Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 11/08/1986, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸²⁸ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Carta do padre Eduardo Athayde ao padre Joaquim Ferreira Sobrinho. Santo Antônio de Pádua, 03/02/1984.

Os paroquianos escreveram uma carta aberta na qual pediram o amparo espiritual do padre Eduardo:

Para lamentar a profanação da Casa de Deus, devido ao mundanismo e à dessacralização nela introduzidos, pelo conúbio espúrio de uma igreja deformada com a mentalidade profana e sensual do Século. Para pedir ao Padre Eduardo Athayde, que não nos deixe sós, desarvorados, nas mãos da Igreja do Vaticano II que coloca lado a lado, a verdade e o erro, o temente a Deus e o ateu que ousar dizer ao Senhor do Universo, não te reconheço. Confiamos na proteção de nosso Padroeiro, Santo Antônio de Pádua. Como ele venceu os cátaros, os progressistas de seu tempo, assim ele derrotara os “puros” de hoje, que querem uma igreja mais arejada ao sabor do indiferentismo religioso, fruto da infiltração maçônica nos meios católicos (ARQTRAD, 4/11/1984).⁸²⁹

Como era de se esperar, de acordo com o que havia acontecido com os outros padres, foi removido pelo bispo diocesano, sob a alegação do mesmo motivo dos outros padres: a recusa ao concílio e à liturgia de Paulo VI.

Em carta aberta, o padre Eduardo explicou os motivos pelos quais recusou ao concílio e justificou: “quem ataca e desrespeita a autoridade dos papas e da Igreja são os responsáveis por estas mudanças inaceitáveis” (ARQTRAD, 04/11/1984)⁸³⁰.

Aliás, não poderia ser de outra maneira. Se uma doutrina de fé é irreformável, nenhuma autoridade pode modificá-la, e todos estão subordinados a ela, mesmo o Papa. Por exemplo, o IV Concílio de Latrão e o Magistério Ordinário da Igreja definiram que “fora da Igreja não há salvação” (DS. 802). Ninguém, portanto, pode ensinar o contrário. Pois bem, Quem não vê que a Declaração do Concílio Vaticano II no Decreto sobre o Ecumenismo, nº 3: “O Espírito de Jesus Cristo não se recusa a utilizar-se das Igrejas e comunidade separadas (da Igreja Católica, entende-se) como do meios de salvação.” (AA, 1965, p.3), é contrário ao que a Igreja já definiu como de fé: fora da Igreja não há salvação? Como seguir o que já foi definido pela Igreja e ao mesmo tempo o contrário, que está sendo agora ensinado? [...] a minha resistência, como a dos outros padre tradicionalistas da Diocese de Campos, é exatamente a estas e a outras contradições do mesmo gênero, que, alinhavadas habilmente, formam toda uma doutrina nova: com sua liturgia nova, Dogma novo e moral nova (ARQTRAD, 04/11/1984)⁸³¹.

O pároco de Pádua voltou-se abertamente contra o concílio e contra as determinações de Dom Carlos Alberto Navarro, as quais o sacerdote católico chamou de inválidas, porque elas não teriam, na ótica do padre, fundamento doutrinário e pastoral. O padre Eduardo Athayde dizia que ele e seus paroquianos desejavam apenas conservar a doutrina da Igreja que confessavam e não tinham por interesse criar uma doutrina, como fizera o Vaticano II

⁸²⁹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Declaração. Pelos católicos de Santo Antônio de Pádua*. Santo Antônio de Pádua, 4/11/1984.

⁸³⁰ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Declaração ao povo católico de Santo Antônio de Pádua*, Santo Antônio de Pádua, 04/11/1984.

⁸³¹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Declaração ao povo católico de Santo Antônio de Pádua*, Santo Antônio de Pádua, 04/11/1984.

(ARQTRAD, 04/11/1984)⁸³², haja vista que a missa celebrada em Pádua era rezada pelo missal de 1962 e não havia nenhum movimento ecumênico na cidade.

O caso de Pádua foi mais um no qual houve a repetição do mesmo problema ocorrido nas outras paróquias tradicionalistas: a questão não era a conservação do missal de 1962, a questão principal era a recusa ao concílio e ao missal de 1969 (ARQTRAD, 04/11/1984)⁸³³.

O padre Eduardo Athayde foi descrito pelos seus pares como um dos padres mais insubordinados do clero diocesano de Campos dos Goytacazes em relação ao concílio. A sua liderança no movimento é inegável, haja vista que fez parte do conselho da União Sacerdotal São João Maria Vianney, foi formador no seminário, esteve presente nas sagrações de Écône e foi um dos padres de mais confiança de Castro Mayer e Dom Licínio Rangel (ARQTRAD, 04/11/1984).⁸³⁴

Há diferentes registros encontrados – sermões e reuniões gravados, panfletos, fotos, matérias de jornais etc. - que demonstram a rejeição conciliar pelo pároco de Santo Antônio de Pádua, que se referia ao Concílio Vaticano II como “inaceitável e ilegítimo” (ARQTRAD, 04/11/1984)⁸³⁵.

Quando a situação já estava finalizada, em 27 de janeiro de 1985, o padre Eduardo Athayde publicou o *boletim católico da Matriz de Santo Antônio de Pádua* (ARQTRAD, 27/01/1985)⁸³⁶ e resumiu suas reprovações ao concílio: igreja nova, progressista, pluralista, permissiva e ecumênica que negava a Unidade, Santidade, Catolicidade e Apostolicidade da Igreja (ARQTRAD, 27/01/1985)⁸³⁷

Assim que foi retirado da paróquia, em 1985, o padre Eduardo deu início à construção de um novo templo, paróquia de Nossa Senhora de Fátima e Santo Antônio de Pádua, na área urbana de Santo Antônio de Pádua, com o apoio dos fiéis que o seguiam. Em junho de 1988, Castro Mayer foi à cidade de Santo Antônio de Pádua para a consagração do novo templo (White, 1993, p. 214). Então, a cidade foi mais uma na diocese que teve duas paróquias católicas, sem comunhão mútua: paróquia matriz, assumida pelo padre Fabriciano Ayuela da congregação jesuíta, e a paróquia tradicionalista, atendida pelo antigo vigário tradicionalista.

⁸³² Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Declaração ao povo católico de Santo Antônio de Pádua*, Santo Antônio de Pádua, 04/11/1984.

⁸³³ *Ibid.*

⁸³⁴ *Ibid.*

⁸³⁵ *Ibid.*

⁸³⁶ Anexo 10: (ARQTRAD 27/01/1985).

⁸³⁷ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Boletim católico da Matriz de Santo Antônio de Pádua*. Santo Antônio de Pádua, 27/05/1985.

Assim como ocorreu em Bom Jesus do Itabapoana, e em outras cidades da diocese de Campos, na zona rural de Pádua algumas capelas foram transferidas para a propriedades de associações religiosas e os padres Eduardo e Alfredo puderam celebrar missas sem a interferência diocesana (White, 1993, p. 215), embora houvesse processos judiciais, o que era comum naquele momento. Em 1987, padre Alfredo Gualandi, ordenado por Castro Mayer em 1980, irmão do padre Geraldo Gualandi e do padre José Gualandi, foi para Porciúncula fazer o atendimento dos fiéis tradicionalistas em função da morte do padre José Collaço.

Dessa forma, então, constata-se que a crise de Campos foi um transtorno para a Igreja do Brasil, devidamente notificada ao Papa João Paulo II, em 1985, quando Dom Carlos Alberto Navarro fez a sua primeira visita *Ad Limina* e entregou dois relatórios sobre a situação da diocese (RIBEIRO; PAZ, 2022, p. 69).

Nessa ocasião, Dom Carlos Alberto Navarro disse que o Papa ficou penalizado com a realidade enfrentada na diocese fluminense, todavia, era necessário implantar as reformas conciliares (Folha da Manhã, 1985, p. 8). No retorno ao Brasil, o bispo de Campos dos Goytacazes continuou inserido no doloroso e polêmico processo das exonerações que continuavam na diocese.

Depois da visita a Roma, no final ano de 1985 houve bons acontecimentos que trouxeram os primeiros sinais de esperanças para Dom Carlos Alberto Navarro e renovação do clero. Porque depois de cinco anos sem ordenações, os diáconos Luiz Carlos Reis do Amorim e Vicente Osmar Batista Coelho foram ordenados. Eles foram seminaristas na diocese de Nova Friburgo, concluíram seus estudos teológicos em Campos e foram ordenados padres por Dom Carlos Alberto Navarro em 12 de dezembro de 1985 (ARQDioCampos, 1985)⁸³⁸.

As duas ordenações foram motivos de celebração em Campos, porque situação vocacional de Campos ficou muito difícil, quando Dom Carlos Alberto Navarro fechara o seminário diocesano, pois, os jovens seminaristas eram todos da linha tradicionalista. Então, eles migraram para o seminário tradicionalista, sediado na residência do bispo emérito, na rua Riachuelo 169 (Mérida, 2016, p. 86).

Os dois seminários de Campos dos Goytacazes passaram por um intenso processo de reformulação na década de 1980. O padre Roberto Guimarães tornou-se reitor do seminário diocesano, que foi reaberto em 1984 na cidade de Itaperuna e elaborou uma nova formação que partia do zero. O seminário dos tradicionalistas, Centro de Estudos Maria Imaculada, CEMI, ganhou seu estatuto sendo fundado formalmente em 31 de março de 1986, sob direção do

⁸³⁸ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia São José do Avahy*, Itaperuna, dezembro de 1985.

monsenhor Licínio Rangel, que deu formação sacerdotal à revelia da diocese (ARQÉcône, 31/03/1986)⁸³⁹.

O CEMI teve diversas frentes de atuação: orientação os jovens que queriam fazer o discernimento vocacional, oferecimento de formação seminarística, formação humana e organização de material catequético para disseminação doutrinária das novas comunidades tradicionalistas que estavam se formando, naquele momento, por toda a diocese (ARQÉcône, 31/03/1986)⁸⁴⁰.

Além de formação, o CEMI atuou também nas questões sociais e, por isso, oferecia serviço de atendimento às famílias carentes de Campos dos Goytacazes que precisassem de donativos e encaminhava jovens para o mercado de trabalho.

O ano de 1986 foi intenso para o conflito diocesano de Campos, haja vista o encontro ecumênico e inter-religioso em Assis, ocorrido em 27 de outubro de 1986, que contou com o apoio de João Paulo II. Nessa ocasião havia vários líderes religiosos que se uniram para orar unidos pela paz. Lefebvre e Castro Mayer reagiram contra o evento e contra a postura do Papa. Os dois bispos o criticaram publicamente e acusaram a Igreja de se colocar em pé de igualdade com as “falsas doutrinas” (ARQÉcône, 19/07/1987)⁸⁴¹.

Nessa ocasião, os tradicionalistas enxergaram a materialização do ecumenismo e do diálogo interreligioso pretendido pelo concílio e por isso, entendiam que a comunhão plena com Roma estava a cada dia mais insustentável (ARQÉcône, 19/07/1987)⁸⁴², o que agravava o clima pesado em Campos dos Goytacazes.

Sobre o encontro ecumênico e interreligioso, o porta-voz da União Sacerdotal São João Maria Vianney declarou:

Só a Igreja Católica tem autorização para pregar porque ela é a verdadeira religião. O Papa está errado, porque ele cometeu um erro em Assis, que é o ecumenismo. Além disso, ele esteve na igreja luterana. Nós aceitamos e reconhecemos o Papa, mas, agora, nos compete não seguir os seus erros, porque Deus vai julgar seus erros. Se rejeitamos a sua doutrina foi porque ele ficou contra a doutrina. Por isso, Dom Antônio mandou “rezemos sempre pelo Papa” (ARQTRAD, 2/07/1996)⁸⁴³.

⁸³⁹ *Estatuto do Centro de Estudos Maria Imaculada*, Écône, 31/03/1986, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸⁴⁰ *Estatuto do Centro de Estudos Maria Imaculada*, Écône, 31/03/1986, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸⁴¹ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 19/07/1987, aceite do convite de Castro Mayer para as sagrações de Écône, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸⁴² *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre*, Écône, 19/07/1987, aceite do convite de Castro Mayer para as sagrações de Écône, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸⁴³ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Catequese do padre Fernando Arêas Rifan aos fiéis de Bom Jesus do Itabapoana*, Bom Jesus do Itabapoana, 02/07/1996.

O encontro de Assis foi visto pela ala tradicionalista como deturpação da fé e concretização dos “erros” preconizados pelo Concílio Vaticano II. Por isso, então, Lefebvre decidiu sagrar um novo bispo para dar continuidade à sua missão, acreditando que Roma – a mesma que promovia esses mesmos atos – jamais proporcionaria esse novo bispo à FSSPX. Assim que tomou a decisão de sagrar seus sucessores, o arcebispo enviou um convite ao bispo emérito de Campos, que por sua vez aceitou (ARQÉcône, 19/07/1987)⁸⁴⁴.

Em Campos, a resistência tradicionalista continuava contra as exonerações paroquiais. Em 1986, Dom Carlos Alberto Navarro enfrentou um dos seus maiores desafios: a remoção do padre Fernando Arêas Rifan da paróquia Nossa Senhora do Rosário em Campos dos Goytacazes (White, 1993, p. 217). Ele era um dos líderes do movimento tradicionalista, porta-voz da União Sacerdotal e um dos principais mentores da resistência (ARQDioCampos, 06/07/1986)⁸⁴⁵.

Diante do anúncio da sua remoção, que aconteceu em junho de 1986, e das exonerações executadas em outras paróquias, os fiéis tradicionalistas de Campos escreveram manifestos em defesa do padre Fernando, contra Dom Carlos Alberto Navarro,

Pois bem. Pela notícia que o Bispo D. Navarro mandou publicar nos jornais, tomamos conhecimento que ele deu início ao processo de punição e exoneração do cargo paroquial do nosso pároco, devido a este ser fiel à Tradição e à doutrina da Igreja de sempre, privando-nos assim do seu amável convívio e de seu paternal pastoreio de nossas almas. Isso, caso ele não aceite às novas orientações progressistas, especialmente da Missa Nova. Nós que conhecemos as novas seguranças de argumentos de nossos padres e as desordens da Igreja Nova sabemos que em consciência ele não pode mudar de posição (ARQTRAD, 29/06/1986)⁸⁴⁶.

Ainda em defesa do padre Fernando Rifan, outro manifesto que partiu dos fiéis de Campos dos Goytacazes:

Pela Fé Católica, pela Missa de Sempre, bons padres têm sido, desde 1982, destituídos de seus cargos e impedidos de exercer o Ministério para o qual foram ordenados. Com justo pesar e grande aflição assistimos impotentes chegar a vez do nosso pároco! Manifestações de solidariedade de toda parte, de vários estados e até mesmo do exterior, passeata paroquial com centenas e centenas de fiéis, concentração de católicos em “defesa da fé”, com uma multidão incalculável de pessoas, abaixo-assinado contendo 12064 assinaturas, moção honrosa da Câmara Municipal de Campos, telex ao Santo Padre, o Papa João Paulo II, constantes e sérios pronunciamentos doutrinários pela imprensa, tudo bate no muro frio da Autoridade Episcopal, sem nenhuma ressonância, que indiferente, a tudo e a todos, assina de maneira insensível ao decreto da destituição do nosso zeloso e caríssimo pároco. Ah! Que tristeza! Se o progressismo tomar conta da nossa Igreja! Quantas profanações!

⁸⁴⁴ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 19/07/1987, aceite do convite de Castro Mayer para as sagrações de Écône*, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸⁴⁵ Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 06/07/1986.

⁸⁴⁶ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Manifesto de apoio de solidariedade à orientação do padre Fernando Rifan*. Campos dos Goytacazes, 29/06/1986.

Padre Fernando, ao agradecer-lhe os 10 anos de dedicação à nossa Paróquia queremos dizer-lhe que ajudados com a graça de Deus, estaremos sempre a seu lado seguindo a doutrina da Santa Igreja Católica, Apostólica, Romana. É este o testemunho de seus paroquianos pela integridade da Fé e da Moral Cristã a nós transmitida com verdadeira fidelidade apostólica, pelo seu exemplar ministério sacerdotal. Arindal Azevedo Zanon, Geraldo Barbosa Cruz, Dr. José Geraldo Freitas, Eraldo Saint-Clair, Salvador da Silva Bertho, Cláudia Márcia de Souza Ramos, Edir Soares (ARQTRAD, sem data)⁸⁴⁷

Os manifestos paroquiais em defesa do padre Fernando foram surgindo e sendo difundidos pela cidade de Campos dos Goytacazes, por quase três meses. A batalha que Dom Carlos Alberto Navarro travou foi longa e midiática, porque os jornais de Campos deram ampla cobertura. Haja vista a proeminência que o pároco do Rosário tinha nos grupos tradicionalistas e o espaço que tinha na mídia campista (Mérida, 2016, p. 90).

Para solucionar a situação da igreja do Rosário, o bispado empreendeu diferentes estratégias, pois, Dom Carlos Alberto Navarro tentou demover o padre Fernando por meio de cartas nos jornais e conversas particulares, porque a mitra diocesana de Campos entendia que a sua presença na diocese era insustentável.

A situação enfrentada pelo clero tradicionalista era a mesma que Castro Mayer enfrentou no final da década de 1960, com os missionários do Sagrado Coração de Jesus. Todavia, após 1981, eram os tradicionalistas que lutavam contra as exonerações, que outrora fora praticada pelo bispo tradicionalista.

E o laicato continuava firme contra a exoneração do padre Rifan:

A população da Diocese de Campos vem sofrendo duríssimos e repetidos golpes de injustiça! Tudo começou em 15 de novembro de 1981! O cenário da nossa Diocese transformou-se bruscamente. A paz reinante até então, degenerou-se em inquietações e sobressaltos. Em pouco tempo se nos apresentou o triste saldo da terrível tormenta: quase todos os padres injustamente punidos, depostos de seus cargos! Por que tudo isto? Porque queremos conservar a Fé e a Moral pregada pelos Apóstolos, testemunhadas pelos mártires e vivida pelos santos. Porque queremos seguir fielmente o que a Santa Igreja sempre mandou e ensinou em toda parte por tantos séculos. Fique mais uma vez registrada a causa desta verdadeira perseguição: queremos conservar íntegra a nossa Fé; assistir à Missa Católica de 20 séculos; venerar as sagradas imagens dos Santos; ver os nossos sacerdotes separados do mundo e com sua batina; seguir a moral católica que proíbe as vestes imorais, sobretudo no recinto sagrado, e assim recusamos a igreja progressista, onde penetrou a fumaça de Satanás, como alertou Paulo VI, e rejeitamos seu principal culto, a Missa Nova com todas as suas desordens que verificamos nas igrejas progressista. Campos dos Goytacazes, 03 de agosto de 1986. Eraldo Santi-Clair Santos (presidente da Congregação Mariana). Davina Pereira Pessanha (Presidente do Apostolado da Oração). Joselita da Silva (Diretora da Pia União das Filhas de Maria). Dr. José Geraldo Freitas da Silva (Pela equipe de saúde. Maria Auxiliadora Cabral da Silva (coordenadora da catequese). Elça Siqueira Tavares (pelo grupo de assistência às favelas). Geraldo Barbosa Cruz (pela

⁸⁴⁷ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Manifesto paroquial “*O pároco que Deus nos deu*”. Campos dos Goytacazes, sem data.

comissão de pais de alunos). Edimeia M. Salvador (pelo grupo de atendimento à zona rural). Alexandre Pena de Freitas (pelo grupo de rapazes) (ARQTRAD, 03/08/1986)⁸⁴⁸.

Os fiéis da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em apoio ao pároco, sintetizaram o exatamente o discurso tradicionalista de Campos dos Goytacazes: “e assim recusamos a igreja progressista, onde penetrou a fumaça de Satanás, como alertou Paulo VI, e rejeitamos seu principal culto, a Missa Nova com todas as suas desordens que verificamos nas igrejas progressistas” (ARQTRAD, 03/08/1986)⁸⁴⁹.

Os debates não foram feitos somente por textos, os fiéis fizeram passeatas pela defesa do padre Fernando e dos demais padres tradicionalistas. Haja vista a passeata do dia 06 de julho de 1986, cuja concentração aconteceu na praça Batalhão Tiradentes, em Campos dos Goytacazes, passando pelas ruas do centro, pela praça central do Santíssimo São Salvador e finalizaram na igreja do Rosário. Foi um evento desconcertante para a diocese porque a manifestação foi um forte apelo contra as exonerações praticadas por Dom Carlos Alberto Navarro e a divisão diocesana era inegável (ARQDioCampos, 06/07/1986)⁸⁵⁰.

A *Folha da Manhã*, *A Cidade* e o *Monitor Campista*, além das rádios de Campos, publicaram diversas falas do padre Fernando Rifan, em função da articulação destacada no movimento. Foi justamente nesse período que Dom Carlos Alberto Navarro, após exaustivas conversas privadas, precisou usar novamente as suas colunas nos jornais contra o comportamento do clero tradicionalista (Mérida, 2016, p. 90).

O padre Fernando Rifan se mostrava insubordinado ao bispo Dom Carlos Alberto Navarro, desde a sua chegada. Haja vista que, na função de porta-voz do grupo, propôs um debate público ao bispo diocesano, que viu a postura do padre como um desrespeito (Folha da Manhã, 1985, p. 12).

Como resposta à passeata do dia 06 de julho de 1986, Dom Carlos Alberto Navarro publicou uma carta na *Folha da Manhã* com o título “O Bispo”. Nessa carta, afirmava que os fiéis deviam obedecer ao clero e que esse, por sua vez, devia obediência ao bispo e era assim que se constituía a hierarquia da Igreja.

Prezados filhos e filhas, o atual Bispo de Campos convida os verdadeiros católicos de nossa diocese a, diante de Deus, refletirem e a rezarem sobre os ensinamentos acima.

⁸⁴⁸ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Manifesto de apoio ao padre Fernando Rifan: contra o progressismo*. Campos dos Goytacazes, 03/08/1986.

⁸⁴⁹ *Ibid.*

⁸⁵⁰ Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 06/07/1986.

Estejamos certos de que se referem ao Papa e aos Bispos as palavras de Jesus: “quem vos rejeita é a mim que rejeita, e quem me rejeita, rejeita aquele que me enviou” (Lc 10, 16).

Diante da ordem de Dom Carlos Alberto Navarro, os paroquianos do padre Fernando mobilizaram-se para uma passeata pela sua defesa (Folha da Manhã, 1986, p. 9). O processo de remoção do padre Fernando Rifan demorou alguns meses e causou estardalhaço na mídia, que polarizou fiéis favoráveis ao bispo diocesano e aos católicos tradicionalistas. Em 09 de julho de 1986, o jornal *Folha da Manhã* trazia a notícia intitulada “padre Rifan recusa-se abandonar a paróquia” (Folha da Manhã, 1986, p. 9).

As notícias dessa remoção ainda perduraram vários dias nos jornais, nos rádios e na emissora de televisão da cidade. Outros episódios semelhantes repetiram-se, como a manchete do jornal *Divergências entre correntes da Igreja em Campos continuam* (Folha da Manhã, 1986, p. 3), que narrava o embate entre Dom Carlos Alberto Navarro e o padre Fernando Rifan devido aos diferentes pontos de vista. Nesse mesmo número do jornal *Folha da Manhã*, Dom Carlos Alberto Navarro publicou uma carta com o título “A igreja “popular” dos sacerdotes tradicionalistas” (Folha da Manhã, 1986, p. 3).

Nessa carta, Dom Carlos Navarro começa citando o Evangelho de Marcos a respeito dos falsos pastores, fazendo clara relação entre os falsos pastores e o clero tradicionalista que, na visão de Dom Carlos Alberto Navarro, desvirtuava os fiéis a respeito do Concílio Vaticano II.

Ele também afirmou que a menor parte da população era tradicionalista, portanto, havia mais barulho do que adesão de fato. *Ai do homem pelo qual o escândalo vem* foi o título de outra carta discorrendo sobre a conduta tradicionalista de desobediência à hierarquia da Igreja e ao Concílio Vaticano II. Na carta publicada na *Folha da Manhã*, Dom Carlos Navarro critica os tradicionalistas em uma atitude que chama de “escandalosa” (Folha da Manhã, 1986, p. 3).

Assim sendo, entre julho e agosto de 1986 houve uma intensificação da crise diocesana em Campos e os jornais de Campos e região narravam embates diretos entre Dom Carlos Alberto Navarro e o padre Rifan. Também publicaram diferentes cartas do bispo, nas quais acusava o padre Fernando Rifan e os padres tradicionalistas de “desobedientes, rebeldes e dissidentes” (ARQDioCampos, 02/08/1986)⁸⁵¹.

O clima era tão tenso em Campos, que a diocese afirmou que poderia entrar na justiça contra o padre Fernando para reaver a igreja Nossa Senhora do Rosário (Folha da Manhã, 1986,

⁸⁵¹ Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 02/08/1986.

p. 6). Porque até então, permanecia na paróquia realizando seu trabalho pastoral contra as orientações de Dom Carlos Alberto Navarro, que havia conferido autorização somente aos padres tradicionalistas para celebrarem o rito tridentino, se aceitassem o concílio e o rito de Paulo VI (ARQDioCampos, 14/06/1986)⁸⁵². O que em nada mudou a situação diocesana.

Por conta dos anos de crise que marcara indelevelmente o catolicismo em Campos, Dom Carlos Alberto Navarro aconselhou pessoalmente o padre Fernando a renunciar o trabalho da igreja do Rosário, e pontuou as seguintes razões: desobediência ao bispado e à Igreja, solidariedade pública prestada a Castro Mayer e ao clero exonerado pelo bispado, críticas ao Concílio Vaticano II, que, segundo o padre Fernando Rifan, “não se enquadra dentro da doutrina tradicional da Igreja” e pela rejeição ao indulto do Papa João Paulo II para celebrar o rito tridentino (ARQDioCampos, 14/06/1986)⁸⁵³.

Padre Fernando Rifan conseguiu arregimentar muitos paroquianos em torno de si. Seguramente, foi um dos padres que mais conseguiu adesão dos fiéis, considerando que 12 mil católicos assinaram um documento de protesto contra sua exoneração e pela defesa de sua idoneidade. Esse documento foi enviado ao cardeal Antonio Innocenti (1915-2008), Prefeito da Congregação para o Clero (ARQDioCampos, 04/08/1986)⁸⁵⁴. Todavia, não obteve o resultado esperado.

Todos esses pontos, ditos pessoalmente por Dom Carlos Alberto Navarro ao padre Fernando Rifan, estavam presentes no decreto público de remoção do pároco da igreja do Rosário. Entretanto, padre Fernando Rifan, insatisfeito, assim como outros padres, afirmou que “sua exoneração era infundada” (ARQDioCampos, 14/06/1986)⁸⁵⁵.

Diante das argumentações de desobediência apresentadas por Dom Carlos Alberto Navarro, o padre Fernando Rifan enviou ao bispado um documento denso, de 265 páginas, no qual criticava as exonerações paroquiais, fundamentava a postura de resistência tradicionalista às reformas conciliares evocando documentos Papais⁸⁵⁶,

⁸⁵² Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 14/06/1986.

⁸⁵³ *Ibid.*

⁸⁵⁴ Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta do padre Fernando Rifan ao bispo Dom Carlos Alberto Navarro*. *Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 14/06/1986.

⁸⁵⁵ *Ibid.*

⁸⁵⁶ Encíclicas *Quanta cura, Mediator Dei*; *Quadragesimo Anno* (Carta encíclica do Papa Pio XI, de 15 de maio de 1931, sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social, em conformidade com a Lei Evangélica, no 40º aniversário da encíclica de Leão XIII, *Rerum Novarum*. Foi escrita como uma resposta à Grande Depressão de 1929); *Divini Redemptoris* (Carta encíclica publicada pelo Papa Pio XI em 19 de março de 1937 sobre o comunismo ateu); *Mortalium Animos* (encíclica papal promulgada em 1928 pelo Papa Pio XI sobre o tema da unidade religiosa, condenando certas presunções do movimento ecumênico primitivo e confirmando que a única Igreja fundada por Jesus Cristo é a Igreja Católica), (ARQDioCampos, 14/06/1986).

É o que caracteriza a “autodemolição” da Igreja e a “fumaça de satanás no templo de Deus”, denunciada por Paulo VI, que hoje se tornou mais grave, como deplorou Dom Manuel Pestana, bispo de Anápolis: “Creio que já ultrapassamos os limites do tolerável... Não é apenas a fumaça de satanás que entrou na Igreja, por alguma fenda oculta, como lamentava o Santo Padre Paulo VI: é, transpondo triunfalmente os portões, o diabo inteiro, presente nos mais altos postos, através de seus fiéis seguidores” (JB de 11/03/1988). Como gostaríamos de ver então o Papa Paulo II condenar os erros que assolam a Igreja de hoje, assim como Pio IX condenou o Liberalismo, como São Pio X condenou o Modernismo, como Pio XI condenou o ecumenismo (Rifan, 1999, p. 75).

Por isso, o clero tradicionalista se dispensava do indulto conferido pelo Papa João Paulo II, uma vez que a missa tridentina tinha indulto perpétuo de Pio V (ARQDioCampos, 14/06/1986)⁸⁵⁷.

No que tange ao Modernismo e ao progressismo, o porta-voz da União Sacerdotal afirmou:

O Modernismo segue a mesma tática de Lênin: “guardar a casca e mudar a substância”. Ficamos espantados com certas afirmações heterodoxas do Papa João Paulo II, mas é porque não tínhamos lido atentamente o concílio. Tudo já estava lá: os princípios; a bomba relógios de efeito tardio; campo minado para explodir depois. Assim, são os princípios modernistas. Às vezes são parecidos até com os princípios católicos. Mas, por isso mesmo são os mais perniciosos (ARQTRAD, 24/04/1998)⁸⁵⁸.

Além dos papas antimodernos, o padre Fernando Rifan demonstrava seu alinhamento com o arcebispo Lefebvre para legitimar a postura tradicionalista:

D. Marcel Lefebvre não tem nenhum erro doutrinário. Ele não nega absolutamente a infalibilidade pontifícia, nem tampouco defende idéias liberais dos Velhos Católicos, algumas delas adotadas na Igreja Conciliar. Ele constata sim o favorecimento da heresia e o caráter heretizante das novas reformas litúrgicas. É bom lembrar que o Concílio Vaticano II foi um Concílio Pastoral e, portanto, não tem a mesma autoridade doutrinária que os outros Concílios dogmáticos, e é em nome destes que são rejeitadas algumas teses do Vaticano II que os contradizem (Rifan, 1999, p. 57).

Apesar das alegações feitas pelo padre, o bispo diocesano estabeleceu a data limite para reintegração da paróquia do Rosário, que seria até às 10 horas da manhã do dia 07 de agosto de 1986 (Folha da Manhã, 1986, p 1). Caso houvesse resistência do padre Rifan, a justiça seria acionada, como de fato aconteceu. No dia 24 de agosto, o juiz Ronaldo Assed Machado emitiu nota judicial determinando que o padre Rifan entregasse as chaves da paróquia. No dia 31 de

⁸⁵⁷ Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta do padre Fernando Rifan ao bispo Dom Carlos Alberto Navarro. Livro de tombo da paróquia Nossa Senhora do Rosário*, Campos dos Goytacazes, 14/06/1986.

⁸⁵⁸ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Ecumenismo e missões: conferência do padre Fernando Arêas Rifan, da União Sacerdotal São João Maria Vianney, a ser apresentada no Terceiro Congresso Teológico de Si Si No No, sobre ecumenismo*. Albano Laziale, Roma, 24 de abril de 1998.

agosto de 1986, padre Rifan celebrou sua última missa na paróquia. Nessa ocasião, disse aos fiéis:

Hoje, nós não estamos abandonando nossa luta; nós estamos sendo expulsos por uma ordem judicial e estamos nos transferindo para uma “paróquia de exílio”. Aqueles responsáveis pela implementação do progressismo na igreja serão os mesmo que profanarão este templo, por falta de respeito, pela presença de roupas indecentes, pela nova Missa. Eles podem introduzir o progressismo à força nessa igreja, mas mais tarde eles irão responder a Deus, na hora do julgamento final... Nosso trabalho permanecerá, com todo o seu apoio na periferia. Este é um dia histórico, e nós não partiremos derrotados. Um dia nós prestaremos contas e saberemos no paraíso que somos todos vitoriosos (White, 1993, p.228).

Por ocasião de sua saída, os paroquianos do padre Fernando Rifan fizeram uma placa agradecendo-o: “Ao padre Fernando Arêas Rifan, por dez anos em sua paróquia, por sua luta em defesa da Fé e da doutrina Católica, com toda gratidão de seus paroquianos”. No dia 01 de setembro, a placa foi removida a mando do bispado de Campos (White, 1993, p. 229).

Ao sair da paróquia do Rosário, padre Fernando fez uma procissão para um centro catequético na favela da baleeira, no parque Leopoldina, em Campos dos Goytacazes, onde continuou a atender seus antigos paroquianos até comprarem um novo terreno que sediou a nova paróquia, dedicada ao Imaculado Coração de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. O pároco do Rosário foi substituído pelo padre salesiano Paschoal Andreiuolo (White, 1993, p. 230).

Após a saída do padre Fernando Rifan, todo o clero tradicionalista já tinha sido exonerado, exceto o pároco da igreja do Terço. O último padre a ser removido por Dom Carlos Alberto Navarro foi o padre José Gualandi. Fiel ao bispo emérito, o padre foi ordenado por Castro Mayer em 17 de agosto de 1975 e trabalhava na paróquia de Nossa Senhora do Terço, em Campos dos Goytacazes. A remoção ocorreu em julho de 1987 e assim, o último padre da União Sacerdotal São João Maria Vianney estava fora da sua paróquia de origem. Assim, todo o processo de exoneração fora executado ao longo de cinco anos e seis meses.

O trabalho de Dom Carlos Alberto Navarro de exoneração estava concluído. Um a um, os padres tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes foram exonerados de suas paróquias e o controle integral das comunidades retornou para a mitra diocesana (White, 1993, p. 230).

Igreja após igreja, por toda a diocese de Campos dos Goytacazes. De Varre-Sai, na região serrada do estado do Rio de Janeiro, até litoral atlântico em São João da Barra, todos os padres que rejeitaram o *Novus Ordo* e o concílio foram removidos pelo bispado de Campos.

Assim, então, os padres e fiéis tradicionalistas da diocese começaram a construir suas novas comunidades, com o apoio do bispo emérito (White, 1993, p. 230).

Então, uma vez destituídos de suas paróquias e capelas por Dom Carlos Alberto Navarro, todavia, imbuídos pelo desejo de continuar a exercer o ministério presbiteral junto às antigas comunidades, os padres tradicionalistas organizaram-se numa fraternidade sacerdotal, legada por Castro Mayer, cuja finalidade era resistir o concílio, revestida pelo discurso de manutenção da Tradição doutrinária, litúrgica e pastoral da “Igreja de sempre”, ensinada e transmitida pelos papas, concílios, doutores e santos da Igreja (ARQÉcône, 15/08/1988)⁸⁵⁹.

Em 15 de agosto de 1988, o estatuto da União Sacerdotal São João Maria Vianney foi formalizado e assinado. Essa fraternidade de padres teve início em 1982, quando os padres começaram a ser exonerados. Os santos patronos foram estrategicamente escolhidos: são João Maria Vianney, o modelo de padre antirrevolucionário; São Pio V, o Papa antiecumênico; São Pio X, o Papa antimodernista; São Miguel Arcanjo, o príncipe da milícia celeste e modelo de santo militante (ARQÉcône, 15/08/1988)⁸⁶⁰.

O documento “profissão de fé”, de abril de 1982, foi anexado ao estatuto da União Sacerdotal São João Maria Vianney cuja espiritualidade norteadora era a espiritualidade do clero diocesano, porque os padres integrantes eram todos padres da diocese de Campos (ARQÉcône, 15/08/1988)⁸⁶¹.

A União Sacerdotal é apresentada no estatuto como legado espiritual de Castro Mayer, formalmente reconhecido fundador e inspirador desse movimento de padres tradicionalistas, que conservaram o missal de 1962, em detrimento do missal de Paulo VI. E, em nome dessa preferência, eles foram exonerados por Dom Carlos Alberto Navarro. Por isso, na ausência do bispo diocesano, recorriam a Castro Mayer para administrar os sacramentos próprios do episcopado.

A importância de Castro Mayer para os padres tradicionalistas de Campos era tão grande, cuja incumbência era escolher todos os seis padres que seriam conselheiros da União Sacerdotal (ARQÉcône, 15/08/1988)⁸⁶².

O nome do santo padroeiro desse movimento sacerdotal tradicionalista foi sugerido pelo padre Fernando Rifan. A União Sacerdotal ganhou três membros na segunda metade da década de 1980: padre Hélio Marcos da Silva Rosa e o padre José Paulo Vieira, ordenados em 30 de

⁸⁵⁹ *Estatuto da União Sacerdotal São João Maria Vianney*, Écône, 15/05/1988, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸⁶⁰ *Ibid.*

⁸⁶¹ *Ibid.*

⁸⁶² *Ibid.*

novembro de 1986 pelo arcebispo francês Marcel Lefebvre, no seminário de La Reja da FSSPX, na Argentina, e o padre Manoel Macedo de Farias, ordenado por Castro Mayer, em Varre-Sai, em 16 de dezembro de 1988 (Seiblit, 1992, p. 286). A ordenação do padre Manoel Faria, em Varre-Sai, foi o último evento público que Castro Mayer presidiu.

Por ocasião da ordenação do padre Manoel Macêdo de Farias, Castro Mayer declarou:

Nosso Senhor Jesus Cristo dotou sua Igreja de um sacrifício perfeito, visível como convém à natureza dos homens. Fê-lo na véspera de sua Paixão, na Última Ceia, oferecendo-se como vítima ao Pai Eterno, sob as espécies de pão e vinho. E ordenou a seus Apóstolos no momento constituiu sacerdotes - e aos seus sucessores, que renovassem aquele mesmo sacrifício, essencialmente idêntico ao do Calvário, embora incruento: o Santo Sacrifício da Missa. Portanto, o Sacerdócio católico, como Nosso Senhor instituiu, é essencial à Igreja. Sem o padre não há o Santo Sacrifício da Missa. Só ele é o sacrificador. Ele é que administra os Sacramentos e dispõe as almas para recebê-los. Ora, vivemos ninguém nega uma terrível crise na Igreja, que atinge profundamente o sacerdócio católico. A perpetuidade do Santo Sacrifício da Missa, a administração dos Sacramentos, a guarda e transmissão fiel da fé católica estão hoje séria e gravemente ameaçadas: 1) pelo novo conceito do sacerdócio: mero presidente de assembleia, como entre os protestantes; 2) pelos novos seminários, que não oferecem mais uma formação autenticamente católica, mas uma orientação liberal e permissivista, diametralmente oposta às diretivas do Concílio de Trento e dos documentos pontifícios até Pio XII; 3) pela nova liturgia, particularmente pelo novo rito da Missa, que "representa, tanto em seu conjunto como em pontos particulares, um afastamento impressionante da doutrina católica da Santa Missa"; 4) pelas iniciativas "ecumênicas" promovidas pela mais alta hierarquia, as quais conduzem a um radical indiferentismo religioso; 5) pelas publicações que pululam por toda parte, invadindo paróquias e lares, atacando as verdades da fé e pregando abertamente a luta de classes, o Comunismo e o Socialismo. Por tudo isso é inegável o gravíssimo estado de necessidade na Igreja. Necessidade de padres católicos para o Santo Sacrifício, para os Sacramentos, para a doutrina. Quando as autoridades da Igreja se recusam a dar-lhe destes padres verdadeiramente católicos, um bispo não pode pretender ter cumprido seu dever, se limita a resistir na fé, como um leigo. Diante de Deus, de Quem recebi, na sagração episcopal, a plenitude do poder de ordem, afirmo que, na presente crise, não só é lícito, mas urge mesmo como dever impostergável utilizar destes poderes para o bem das almas. Declaro, por fim, que só realizo esta ordenação sacerdotal por sabê-la inteiramente lícita e de acordo com a vontade da Igreja perene. Cumpro a missão que me foi confiada: transmito o sacerdócio católico que recebi. *Tradidi... quod et accepi* (Henri et Hodie, 1989, p. 1).

A declaração feita por Castro Mayer no início da ordenação representa a reafirmação dos dois pontos elementares de sua fé: a adesão à doutrina antimoderna reafirmada pelo Concílio de Trento, que o persuadiu firmemente nos caminhos do antiecumenismo e do antiliberalismo, e a solene reprovação do *Novus Ordo*, cujo rito, na visão do bispo emérito, diminuiria as diferenças entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum dos fiéis, o que comprometeria à validade do santo sacrifício eucarístico, arrefecendo, assim, a fé católica.

O bispo emérito de Campos estribou-se na formação antimoderna, revolucionária e antiliberal que recebeu (Roy-Lysencourt, 2011) para praticar o presbiterato e o episcopado até o final da sua vida. Em função dos sérios problemas entre Castro Mayer e a Igreja, os registros

consultados demonstram tristeza e angústia do bispo de Campos pela ruptura com a instituição. Todavia, não apontam para nenhum tipo de arrependimento em relação ao caminho antimoderno que trilhou, mesmo estando em estado de excomunhão.

Em função das crenças tradicionalistas que rejeitaram pública e conscientemente o concílio, os padres exonerados por Dom Carlos Alberto Navarro recusaram as reformas conciliares, o missal de 1969 e o Código de Direito Canônico de 1983, sob alegação de que seria herético e por isso, seria necessário conservar o Código de 1917 (ARQÉcône, 15/08/1988)⁸⁶³.

A escolha do Código de Direito Canônico no estatuto é muito importante, porque é mais um exemplo que demonstra que os padres tradicionalistas de Campos recusaram tudo o que foi proposto pela Santa Sé após o Concílio Vaticano II.

Diante disso, houve a construção de uma diocese tradicionalista, paralela à diocese oficial, correspondendo a uma situação de conflito religioso singular no catolicismo romano no século XX, reiterando o que o núncio apostólico disse nos anos de 1980, que “Campos representava um grave problema” (Folha da Manhã, 1982, p. 1)

A singular realidade eclesiológica da Igreja de Campos, assim se sucedeu, porque ao longo do episcopado de Castro Mayer houve a organização, premeditada pelo bispado, que determinava a conservação do modelo de Igreja anticonciliar por toda a diocese. Haja vista, o isolamento dos padres religiosos que queriam celebrar pelo *Novus Ordo*, a formação conservadora oferecida aos seminaristas da diocese e a inexistência do Plano de Pastoral Conjunto que integraria mais horizontalmente o clero e o laicato. Além disso, as associações leigas, que eram tratadas exclusivamente como parte discente da Igreja, demonstravam o descompasso entre Campos e a Igreja Universal, que, por ocasião do Concílio Vaticano II, estava mais aberta ao apostolado praticado pelo laicato (Libanio, 2005).

Outro diferencial da diocese foi criação do jornal *Catolicismo*, que, desde janeiro de 1951, endossava os valores da direita conservadora, sob as diretrizes de Plínio de Oliveira (Seiblit, 1992, p. 262). Por isso, em Campos dos Goytacazes não houve oposição católica ao golpe de 1964. Muito pelo contrário, o jornal oficial da diocese tratou o golpe militar como “Revolução Gloriosa” (Catolicismo, 1964, p. 3) e Castro Mayer era visto pelo governo militar como um “referencial do conservadorismo católico no Brasil” (ARQSNI, 24/05/1977)⁸⁶⁴.

⁸⁶³ Estatuto da União Sacerdotal São João Maria Vianney, Écône, 15/05/1988, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

⁸⁶⁴ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Atividades da esquerda clerical*. Rio de Janeiro, 21/09/1983.

Todos esses fatores conjugados, orquestrados por Castro Mayer, criaram na diocese um ambiente favorável à manutenção das ideias tradicionalistas, o que atrasou o processo de recepção conciliar em Campos. Por isso, foi vista por toda a Igreja como um foco tradicionalista no Brasil e um problema que foi enfrentando por três bispos que sucederam a Castro Mayer.

4.4 As sagrações de Écône: 1988

Em 1987, o padre José Gualandi, presbítero diocesano alinhado ao bispo emérito de Campos, fora exonerado da igreja de Nossa Senhora do Terço. Dessa forma, estava encerrado um dos períodos mais críticos da história diocesana. Assim sendo, haveria então outro momento da crise diocesana que seria a consolidação do movimento tradicionalista. Os padres se viram num processo de reorganização e em plena atividade de construção de uma diocese paralela, cuja justificativa se deu em nome de “Fé de Sempre, na Igreja de Sempre” (ARQTRAD, A Igreja de Sempre)⁸⁶⁵.

Essa diocese paralela foi chamada de União Sacerdotal São João Maria Vianney, que fora formada durante o processo das exonerações paroquiais, para organizar a mobilização tradicionalista na diocese. Para isso, contava com um bispo, conselho presbiteral, clero, seminário, novos institutos religiosos, paróquias e capelas. Tudo devidamente formalizado por meio de um estatuto tornado público em 15 de agosto de 1988 (ARQÉcône, 15/08/1988)⁸⁶⁶. Por isso, verifica-se que a diocese estava formalmente dividida.

Na Europa, também havia a linha tradicionalista liderada pelo arcebispo Lefebvre. Porém, diferente de Campos, o clero lefebvrista era constituído de padres oriundos de diferentes países europeus, que ingressavam no seminário da FSSPX, em Écône, fundado pelo arcebispo francês em 1970.

Durante as décadas de 1970 e 1980, Lefebvre fez ordenações presbiterais em Écône porque a conservação de padres tradicionais era uma preocupação. Então, diante da idade avançada, estado de saúde precário, um período de reflexão e sem respostas positivas do Vaticano, em 29 de junho de 1987, durante as ordenações sacerdotais daquele ano, o arcebispo francês anunciou seu desejo de realizar as sagrações de quatro bispos e fixou a data em 30 de junho de 1988 (Fleischman, 2001, p. 9).

⁸⁶⁵ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Panfleto A Igreja de Sempre escrito por José Maria dos Santos*. Campos dos Goytacazes, sem data.

⁸⁶⁶ *Estatuto da União Sacerdotal São João Maria Vianney*, Écône, 15/05/1988, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

Diretamente ligada ao contexto europeu, alguns dias antes do anúncio formal realizado pelo arcebispo francês, o clero tradicionalista de Campos se reuniu com o bispo emérito e votou unanimemente pela presença de Castro Mayer nas sagrações episcopais de Écône. Assim, Castro Mayer confirmou sua presença nas sagrações episcopais, a despeito de ter ou não mandato apostólico de Roma (ARQÉcône, 19/06/1987)⁸⁶⁷.

Muitos são os motivos demonstrados para a presença de Castro Mayer nas sagrações de Écône, já que nos últimos anos, fizera muitas acusações contra o concílio e contra a cúpula da Igreja, publicamente acusada, pelo bispo emérito de Campos, de negligência para com a salvação das almas e por abrir-se ao Modernismo. Diante dessa situação de contrariedade, Castro Mayer apoiou Lefebvre em sua medida extremada.

O velho arcebispo escolheu quatro sacerdotes do seu clero que iriam sucedê-lo. Eles seriam bispos sem jurisdição, isto é, com funções limitadas e não titulares de quaisquer dioceses, função que apenas o Papa poderia designar. Para que a falta de um mandato apostólico não provocasse a sensação de que estaria acontecendo um ato cismático e a constituição de uma igreja paralela, o arcebispo expôs claramente em um retiro, em setembro de 1986, qual seria precisamente o papel desempenhado pelos novos bispos: auxiliá-lo, sem nenhuma jurisdição, com função restrita para dispensar sacramentos da ordem e crisma. No dia em que a Igreja retornasse à “verdade de sempre”, segundo sua própria expressão, a dignidade episcopal dos quatro sagrados estaria entregue ao Papa (Mallerais, 2021, p. 573).

Embora o ato da sagração episcopal, oficiada em 30 de junho de 1988, não tivesse visivelmente esse objetivo, instituiu-se um rompimento com Roma. E, no meio tradicionalista, e as opiniões ficaram divididas entre aqueles que acreditavam na urgência do ato de Lefebvre, apoiado por Castro Mayer, e aqueles que viam na cerimônia uma atitude precipitada, a exemplo da TFP.

O padre Fernando Rifan e o padre Eduardo Athayde foram delegados por Castro Mayer para organizar sua participação nas sagrações. Um ano antes, eles estiveram com Lefebvre e formalizaram a participação dos padres de Campos. Nessa ocasião, o padre Rifan voltou motivado da Suíça a conservar a resistência tradicionalista diante das reformas conciliares implementadas em Campos (Folha da Manhã, 1987, p. 3).

A situação dos padres de Campos e de Castro Mayer era conhecida pela cúpula da Igreja no Brasil, bem como a ligação entre os tradicionalistas de Campos e a FSSPX de Lefebvre. Tendo em vista a rede de sociabilidade internacional organizada pelo clero tradicionalista, Dom

⁸⁶⁷ *Carta de Castro Mayer a Dom Lefebvre, Écône, 19/06/1987, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).*

Carlos Alberto Navarro mostrou-se preocupado pela integridade da fé dos seus diocesanos e, novamente, classificou o desejo tradicionalista de sagrarem bispos sem mandato apostólico como rebeldia e desobediência, pela excomunhão que acarretaria para esse grupo de padres e fiéis católicos, que ainda estavam em situação irregular diante da Santa Sé, mas não em situação de excomunhão pela Igreja (Folha da Manhã, 1987, p. 3).

Após anos de negociações infrutíferas com a Santa Sé, Lefebvre constatou que o Vaticano buscava ganhar tempo e não lhe daria o mandato apostólico prometido. Então, o arcebispo francês resolveu fazer as sagrações por conta própria, na vila suíça de Écône, em 1988 (Fleishman, 2001, p. 38).

Todavia, até o momento, as únicas respostas encontradas são meramente especulativas e não há nenhuma resposta segura com a devida comprovação de fontes históricas. Por isso, essa pergunta não será respondida em definitivo nesse trabalho.

Todavia, a despeito de qualquer dimensão especulativa, é fundamental destacar que os tradicionalistas de Campos participaram do evento deliberada e conscientemente: “Dom Lefebvre decidiu desconsiderar a excomunhão, por ser inválida: “O perigo que as derivas conciliares fazem pesar sobre a Fé me impõem o dever de sair das regras do direito” (ARQTRAD, 1988)⁸⁶⁸

Castro Mayer, com 83 anos, e Lefebvre, com 82, cheios de preocupação com o futuro de suas respectivas fraternidades sacerdotais, julgaram necessária a sagração de outros bispos para darem continuidade ao movimento de resistência ao Concílio Vaticano II, pois sem bispos não haveria mais como ordenar padres e assim a luta tradicionalista seria extinta: tratava-se da operação sobrevivência (Mallerais, 2021, p. 559).

Em 30 de junho de 1988, Marcel Lefebvre ordenou quatro bispos sem a autorização da Santa Sé, incorrendo em excomunhão *latae sententiae* e *ipso facto*. Nessa ocasião, foram sagrados o padre suíço Bernard Fellay, o padre francês Bernard Tissier de Mallerais, o padre inglês Richard Nelson Williamson e o padre espanhol Alfonso Ruiz de Galarreta.

Em sua participação nas sagrações, Castro Mayer leu um depoimento que endossou publicamente sua plena consciência com a cerimônia presidida por Lefebvre:

Excelentíssimo e reverendíssimo Monsenhor Marcel Lefebvre. Reverendíssimos senhores sacerdotes, prezados seminaristas, caríssimos irmãos. Minha presença nesta cerimônia se impõe por um dever de consciência: a profissão da Fé Católica, diante de toda a Igreja, e, mais particularmente, diante de todos vós aqui reunidos: de Sua Excelência Monsenhor Marcel Lefebvre, bem como dos sacerdotes, seminaristas,

⁸⁶⁸ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Manifesto do padre Fernando Rifan “Porque não valeu contra Dom Lefebvre e Dom Antônio a EXCOMUNHÃO.* Campos dos Goytacazes, 1988.

religiosos e fiéis do mundo inteiro. Santo Tomás de Aquino ensina que não há obrigação de fazer profissão pública de Fé a todo o momento. Mas, quando esta corre perigo, urge o dever de professá-la, ainda com o risco da própria vida. É a situação em que nos encontramos: estamos vivendo uma crise sem precedentes na história da Igreja, crise que a atinge no seu cerne, no que Ela tem de substancial, que é o Santo Sacrifício da Missa e o Sacerdócio Católico, dois mistérios essencialmente unidos, porque sem o Sacerdócio Católico não há o Sacrifício da Missa e, portanto, é incompreensível qualquer culto. É igualmente sobre esta base que se constrói o reinado social de Nosso Senhor Jesus Cristo. Por isso, porque se trata da conservação do Sacerdócio e da Santa Missa, embora contrariando muitos pedidos e pressões, aqui estou para cumprir a minha obrigação: fazer pública profissão de Fé. É doloroso perceber a lamentável cegueira de tantos confrades no episcopado e no sacerdócio, que não veem ou não querem ver a crise atual e a necessidade, para sermos fiéis à missão que Deus nos confiou, de resistir ao Modernismo reinante. Quero demonstrar aqui minha adesão sincera e profunda à posição de Sua Excelência Monsenhor Marcel Lefebvre, ditada por sua fidelidade à Igreja de todos os séculos. Ambos bebemos da mesma fonte, que é a Santa Igreja Católica Apostólica Romana. Que a Virgem Santíssima, Senhora nossa, que, em Fátima, maternalmente nos advertiu sobre a gravidade da hora atual, nos obtenha a graça de poder, com esta nossa atitude, ajudar e esclarecer os fiéis, de modo que se afastem destes erros perniciosos que os assaltam, infelizmente acobertados por muitas pessoas que receberam a plenitude do Espírito Santo. Deus abençoe a Monsenhor Lefebvre e a sua obra! (ARQÉcône, 30/06/1988)⁸⁶⁹.

Castro Mayer passou uma semana na Suíça, realizou uma conferência para os padres e seminaristas da FSSPX e participou da cerimônia realizada deliberada e conscientemente das consequências que partiriam da Santa Sé (Mallerais, 2021, p. 597). Sobre a excomunhão, o bispo de Campos afirmou que não era indiferente, “mesmo inválida, ela me deixa triste, pois mostra o lamentável estado em que se encontra a parte humana da Igreja. Ela mostra a intensidade da aversão que os atuais membros da Hierarquia nutrem para aquilo que a Igreja sempre fez” (Mayer, 2010, p. 324).

Em função das sagrações, Lefebvre e os quatro bispos sagrados foram excomungados, haja vista a carta de excomunhão datada de 02 de julho de 1988, por meio do *Motu Proprio Ecclesia Dei*, pelo qual o Papa João Paulo II declarou que as sagrações consistiram em um “ato cismático”, devido à rejeição conciliar e pela gravidade das acusações proferidas contra a Santa Sé.

Os movimentos tradicionalistas da Europa e de Campos estavam unidos pela mesma causa e tinham o mesmo discurso, e há diferentes provas dessa ligação (Mériida, 2016). Haja vista a publicação de dois documentos circulares escritos pelo porta-voz dos tradicionalistas de Campos: *porque não valeu contra Dom Lefebvre e contra Dom Antônio a Excomunhão e porque a sagração de bispos efetuadas por Dom Lefebvre não constitui um cisma pelos quais contestou a posição vaticana:*

⁸⁶⁹ Discurso de Dom Antônio de Castro Mayer realizado durante as sagrações episcopais de Écône, 30/06/1988, Arquivo do Seminário de Écône – FSSPX (ASE).

Por que então só nós, só Dom Marcel Lefebvre e Dom Antônio de Castro Mayer, somos tratados como cismáticos e excomungados?! Os inimigos de nosso Senhor e da Santa Igreja sabem por quê! E a lógica da Revolução. Conclusão: Romper com a autoridade da Igreja, mesmo a suprema, pode ser cisma ou fidelidade, dependendo do motivo pelo qual se rompe. Portanto: Quando a autoridade segue a Tradição, romper com ela é romper com a Igreja, é cisma. Quando a autoridade é infiel à Tradição, romper com ela é obrigação, é fidelidade à Igreja (ARQTRAD, 1988)⁸⁷⁰.

O padre Fernando Rifan se destacava no clero pela eloquência e chegou a ser visto pelo regime militar como possível substituto de Castro Mayer (ARQSNI, 26/08/1988)⁸⁷¹. O destaque do padre Rifan é explicado pelo alinhamento público e intransigente que tinha com o movimento tradicionalista de Campos:

Ora, o conceito que Dom Antônio e Dom Lefebvre têm de Tradição – basta ler os seus escritos – é exatamente o mesmo conceito que tinham Pio XII, São Pio X e toda a Igreja Católica! Daí que o que foi anatematizado pela Igreja nova não foram os dois bispos, mas sim o ensinamento perene, a Tradição católica. [...] Verdadeiros cismáticos e hereges recebem felicitações de Roma por sagrarem um bispo também herege e cismático, ao passo que os Bispos fiéis à Tradição da Igreja, que combatem a heresia e o cisma, são “excomungados” por preservarem a Tradição de bispos católicos tradicionais! (Rifan, 1999, p. 65).

O padre Fernando Rifan afirmou que “Nossa posição não é de contestação, mas sim de fidelidade. E é esta fidelidade que está nos custando caro, mas é nosso dever de consciência para com Deus e a Igreja” (Rifan, 1999, p. 65) e explicou que não havia justificativas plausíveis para excomunhão e que as sagrações não foram cismáticas, pois havia o amparo do Código de Direito Canônico “Cânon 1323: não é passível de nenhuma punição a pessoa que, ao violar a lei ou o preceito, agiu impelida pela necessidade ou para evitar um grave inconveniente” (ARQTRAD, 1988)⁸⁷².

O discurso tradicionalista buscava alguma lógica, pois, de acordo com Castro Mayer, se a Igreja concedeu a liberdade de consciência, logo, é permitido discordar do concílio sem que isso represente um problema, uma vez que a prerrogativa da livre interpretação doutrinária é assegurada pela Igreja, que se abria ao ecumenismo e ao diálogo interreligioso durante o concílio (ARQTRAD, 10/10/1981)⁸⁷³. O padre Rifan era mais contundente: Eu estou amparado

⁸⁷⁰ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Manifesto do padre Fernando Rifan “Porque não valeu contra Dom Lefebvre e Dom Antônio a EXCOMUNHÃO*. Campos dos Goytacazes, 1988.

⁸⁷¹ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Dossiê sobre o movimento católico tradicionalista da diocese de Campos*, Rio de Janeiro, 26/08/1988.

⁸⁷² Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Documento circular sobre cisma e excomunhão*. Campos dos Goytacazes, 1988.

⁸⁷³ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada por Castro Mayer no abrigo dos idosos José Lima*. Bom Jesus, 10/10/1981.

pelo concílio. Como eles pregam esse princípio, da liberdade de consciência. Eu jogo contra eles” (ARQTRAD, 18/01/1982)⁸⁷⁴.

Porém, muitas foram as celeumas criadas em função das diferentes interpretações, tanto que, na qualidade de bispo diocesano de Campos, no mesmo dia das sagrações, Dom Carlos Alberto Navarro celebrou uma missa na catedral de Campos em reparação e classificou o evento de “fantasia da fé” (Folha da Manhã, 1988, p. 3).

O clero tradicionalista desprezou as palavras de Dom Carlos Alberto Navarro, haja vista que o padre José Onofre Martins de Abreu classificou as sagrações de 1988 como “o fato mais importante após o concílio” e o padre José Gualandi afirmou que Lefebvre e Castro Mayer atuaram “em defesa da verdadeira doutrina católica” (Folha da Manhã, 1988, p. 4).

Tudo aconteceu à revelia da Igreja, pois, os tradicionalistas europeus e brasileiros advogavam que o momento demandava medidas drásticas tendo em vista “estado de necessidade”, cujo objetivo era continuar ordenando padres para a “Igreja de Sempre”, ameaçada pelo Concílio Vaticano II. Por isso os tradicionalistas viram as sagrações como um fato necessário, tendo em vista o momento de extraordinária crise pela qual a Igreja passava (Mallerais, 2021).

No dia 2 de julho de 1988, o decreto de excomunhão foi lido em todas as paróquias da diocese, por determinação de Dom Carlos Alberto Navarro. De igual maneira, os padres diocesanos explicaram que os fiéis que seguissem o bispo emérito estariam cometendo um ato cismático. Nessa ocasião, todos foram avisados, ainda, de que a validade dos sacramentos do matrimônio⁸⁷⁵ e da penitência⁸⁷⁶ ministrados pelo clero tradicionalista estava comprometida, porque todos os padres estavam suspensos de ordem pelo bispado de Campos (Ribeiro; Paz, 2022, p. 86).

⁸⁷⁴ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Áudio da conferência sobre a missa ministrada pelo padre Fernando Rifan*. Bom Jesus, 18/01/1982.

⁸⁷⁵ Cân. 543 — § 1. Cada um dos sacerdotes, aos quais é confiada solidariamente a cura paroquial de alguma paróquia ou de várias paróquias simultaneamente, está obrigado, de acordo com o regulamento pelos mesmos estabelecido, a desempenhar os deveres e as funções de pároco que se referem nos cân. 528, 529 e 530; a faculdade de assistir aos matrimônios tal como todos os poderes de dispensar concedidos pelo próprio direito ao pároco, competem a todos, embora se devam exercer sob a direção do moderador. § 2. Todos os sacerdotes pertencentes ao grupo: 1.º estão obrigados à residência; Cân. 529 - § 2. O pároco reconheça e promova a parte própria que os fiéis leigos possuem na missão da Igreja, fomentando as associações dos mesmos fiéis para fins religiosos. Coopere com o Bispo próprio e com o presbitério da diocese, esforçando-se também porque os fiéis tenham cuidado da comunhão paroquial, e bem assim porque se sintam membros não só da diocese, mas também da Igreja universal, e participem ou sustentem as obras destinadas a promover a mesma comunhão. (Código de Direito Canônico, 1987, p. 98).

⁸⁷⁶ Cân. 975 — A faculdade referida no cân. 967, § 2, cessa não só por revogação, mas ainda por perda do ofício, por excomunhão e por perda do domicílio (Código de Direito Canônico, 1987, p. 174).

Por ocasião das sagrações, Dom Carlos Alberto Navarro publicou uma carta aberta aos seus diocesanos, na qual expôs sentimentos fortes.

“Excomungados!”. Deus manifestou o poder de Seu braço! Por Dom Carlos Alberto Navarro, 17 de julho de 1988. “Depois que o Sr. Tomou posse, e diante da grande confusão que os tradicionalistas criaram, eu concluí, com toda a segurança: Dom Carlos não vai agüentar nem conseguir enfrentar esta situação!” Alguém me disse a frase acima, pouco depois de eu ter chegado a Campos... E, graças a Deus, já se passaram quase sete anos!... Após o primeiro impacto da excomunhão e do cisma de Êcône, tenho procurado refletir mais profundamente sobre a ação de Deus, em nossos dias. A excomunhão de Dom Léfèbvre veio restabelecer a “verdade” e a “justiça” na questão “tradicionalista”, em Campos e em todo o mundo. Apesar de eu não guardar rancor, devo reconhecer que o desrespeito com que fui tratado (por padres, falsas religiosas e leigos tradicionalistas) foi muito grande. Passeatas, procissões, artigos injuriosos, trotes, tentativas de apropriação indébita de bens eclesiásticos, inúmeros processos jurídicos, freqüentes comparecimentos do bispo à justiça civil. Mentiras deslavadas: “O Papa está conosco!” “O Papa nos apóia!” “Estamos com o Papa!” “Dom Navarro é que é o lobo!” (Hoje nós podemos ver como é que o Papa está com eles, e eles com o Papa! E quem são os lobos que matam as ovelhas incautas!) Talvez, mais tarde, seja o caso de outras pessoas não tradicionalistas pensarem um pouco se também não foram culpadas pela situação a que se chegou. No momento, olhando para trás, desde 1981, e sendo surpreendido pela excomunhão, lembrei-me do cântico de Maria: o “Magnificat”. Eu também agradeço a Deus por ter usado de misericórdia para comigo e por poder ver, sem nenhuma sombra de dúvida, que “Deus manifestou o poder de seu braço” (Lc. 1,51). Com efeito, em toda esta questão de mentiras, ofensas e desobediências, aqui em Campos e no mundo, Deus desconcertou os corações dos soberbos, derrubou os poderosos e exaltou os pequeninos. Excomungados! Conheceram, agora? Agora se sabe que quem poluía a água pura da corrente era o lobo e não a ovelha. E nem adiantou ao lobo se vestir com pele de ovelha. Ele, afinal, foi descoberto e ataca diretamente Roma. Gostam eles de ser chamados de “santos” e “sábios”. Não são nem uma coisa, nem outra. Desobedientes, isto sim, e orgulhosos, a ponto de quererem enfrentar o Papa, Supremo Chefe da Igreja, Aquele que está no lugar de Jesus, Vigário de Cristo. Há coisas que só saberemos na vida eterna. Deus, porém, em Sua bondade, quis mostrar antecipadamente de que lado estava a verdade; com quem estava Sua bênção e com quem não. Deus estendeu a mão lá do céu e nos salvou. Perdoo aos que me ofenderam. Oro a Deus por eles. Aos excomungados e aos que, indo por péssimo caminho, os seguem junto com esta correção, convido a voltarem, enquanto é tempo para a Casa do Pai. + Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro, bispo de Campos (ARQTRAD, 17/07/1988)⁸⁷⁷.

As pesquisas demonstram que durante a década de 1960, Castro Mayer fazia declarações preocupadas, que tangenciavam as suas preocupações em relação aos documentos conciliares e ao “Espírito do Concílio”. A partir da década de 1970, as preocupações do bispo de Campos ficaram mais intensas e os registros históricos apontam para um bispo mais angustiado ainda do que fora no passado, em relação ao período das reformas conciliares. Entretanto, foi na década de 1980 que o bispo de Campos explicitou, a despeito das consequências, que o Vaticano II deveria ser evitado, por causa dos seus erros (Mayer, 2010).

⁸⁷⁷ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta aberta de Dom Carlos Alberto Navarro aos fiéis diocesanos por ocasião das sagrações episcopais de 1988*. Campos dos Goytacazes, 17/07/1988.

Sabendo que a cúpula da Igreja puniria o conservadorismo intransigente dos tradicionalistas, eles prepararam os fiéis, alegando que o concílio promovera prejuízos incalculáveis. Por isso, as pesquisas apontam que nada mais coerente do que a participação de Castro Mayer nas sagrações de Écône: “quando a heresia passou a ser, com o Concílio Vaticano II, a mais pura ortodoxia, a fé no mundo inteiro sofreu inimagináveis e sucessivos abalos” (Heri et Hodie, 1988, p. 3).

Nessa direção, é fundamental destacar que alguns anos antes da excomunhão de 1988, o clero tradicionalista já tinha previsto as acusações que sofreriam, e para tal, deram formação catequética aos fiéis e informaram que todos os seus sacramentos continuavam válidos, pois, o momento era de extrema urgência e excepcionalidade. Sobre a jurisdição diocesana para a administração do sacramento da penitência, advogaram:

Uma simples razão de consciência de um fiel em particular é suficiente para mover a misericórdia da Igreja permitindo o uso da jurisdição a um padre excomungado. E por que razões gravíssimas de consciência de centenas de filhos não seriam capazes e suficientes para movê-la a suprir a jurisdição de sacerdotes dignos, perseguidos pela sua fé? (ARQTRAD, 23/01/1983)⁸⁷⁸

Sobre a validade do sacramento do matrimônio, afirmavam que,

Os nubentes católicos podem unir-se sacramentalmente, pois, têm o direito de chamar duas testemunhas apenas se prudentemente preveem que, sem grave incômodo, não poderão ter ou acudir a um eclesiástico qualificado, e que esta impossibilidade perdurará ao menos por um mês. Vale neste caso a mesma observação que fizemos para o caso anterior: se se pode chamar um padre, que normalmente não tem autorização, este deve assistir ao casamento com as duas testemunhas, estando salva a validade só com as duas testemunhas (ARQTRAD, 23/01/1983)⁸⁷⁹.

No que tocava a prática religiosa dos padres e fiéis, a União Sacerdotal era categórica, pois, entendia que a crise era extraordinária. Assim, os tradicionalistas manifestavam tranquilidade: “Estribamo-nos inclusive em canonistas consagrados e na Teologia católica” (ARQTRAD, 23/03/1983).

Como defensor midiático dos padres tradicionalistas, o padre Fernando Rifan foi a público discordar das exonerações paroquiais e das reformas que aconteciam na diocese. Por isso, afirmou que “Dom Carlos Alberto Navarro estava errado. Pois, a solução para a crise na

⁸⁷⁸ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*O ministério sacerdotal em período extraordinário de Grave Crise*”, Campos dos Goytacazes, 23/01/1983.

⁸⁷⁹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Documento circular “*O ministério sacerdotal em período extraordinário de Grave Crise*”, Campos dos Goytacazes, 23/01/1983.

diocese seria que cada padres celebrasse em sua paróquia pelos ritos de sua preferência, sem exoneração” (ARQTRAD, 15/11/1999)⁸⁸⁰.

E de fato, essa foi a reivindicação tradicionalista: permanecer em suas paróquias conservando o *Ordo* tradicional, contra o *Novus Ordo* e contra as reformas conciliares,

Toda a crise contemporânea procede da diminuição da Fé, que o Vaticano II e as inovações dele decorrentes, entre elas o Novo Ordo, introduziram no seio da Igreja [...]. Que não sejamos impedidos de defender e propugnar a fé, o que aconteceria se nos obrigassem a não censurar o novo *Ordo Missae*, e a dele não afastar os fiéis (ARQTRAD, 25/01/1984)⁸⁸¹.

Todo esse longo processo de conflito religioso – no qual houve um choque entre duas correntes eclesiológicas, cujas consequências foram as várias as exonerações, os protestos e manifestos das mais variadas formas, as sagrações e as excomunhões – ganhou espaço na imprensa nacional e internacional. Por isso, não ficou limitado à esfera eclesiástica. Os grupos tradicionalistas foram monitorados pelo Estado, através do Serviço Nacional de Informações (SNI), que vigiava as atividades do bispo emérito de Campos, a ligação com o arcebispo francês, a presença em Êcône e as atividades dos padres pela diocese, como indicam diversos relatórios produzidos pelo regime militar, cujo objetivo era traçar um perfil político e ideológico do clero brasileiro (ARQSNI, 01/09/1989)⁸⁸².

Na lista SNI, o nome de Castro Mayer era o primeiro de uma relação que continha nomes de bispos, leigos e associações católicas conservadoras e anticomunistas que havia no Brasil na década de 1980, haja vista que o SNI registrou a presença do bispo emérito de Campos nas sagrações de 1988 (ARQSNI, 01/09/1989)⁸⁸³. E, assim, fica evidente que a realidade da diocese de Campos chegou ao conhecimento do Estado, transpondo a esfera religiosa ao tocar a dimensão política, pelo tamanho impacto social.

4.5 Década de 1990: um novo momento na questão tradicionalista.

⁸⁸⁰ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Lançamento do livro “quer agrade, quer desagrade”*. Bom Jesus do Itabapoana, 15/11/1999.

⁸⁸¹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. Carta mostra posição dos tradicionalistas. Carta ao bispo Dom Carlos Alberto Navarro, Campos dos Goytacazes, 25/01/1984.

⁸⁸² Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Personalidades, órgãos e correntes políticas contrários ao clero progressista*, Rio de Janeiro, 01/09/1989.

⁸⁸³ Relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil. *Personalidades, órgãos e correntes políticas contrários ao clero progressista*, Rio de Janeiro, 01/09/1989.

No dia 12 de outubro de 1990, o Papa João Paulo II nomeou um novo bispo para diocese de Campos, o monsenhor João Corso⁸⁸⁴. Padre salesiano, juiz da rota romana com doutorado em Teologia e direito canônico, foi nomeado como bispo diocesano de Campos dos Goytacazes para substituir Dom Carlos Alberto Navarro.

As pesquisas demonstram que o início da década de 1990 deve ser entendido como um novo momento no longo processo de crise e reconciliação que aconteceu na diocese. Naquele ano, 1990, o movimento tradicionalista era ativo e estável e existia alheio ao bispado. Haja vista que a integração entre os padres tradicionalistas de Campos e o clero da FSSPX acontecia sem anuência de Dom Carlos Alberto Navarro, como demonstra a conferência ministrada por Dom Fellay intitulada “A nova Era: uma nova seita que atrai milhões de adeptos em todo o mundo. Um misto de panteísmo, naturalismo e ocultismo” (Ontem, Hoje e Sempre, 1990, p. 3). Os bispos e os padres da FSSPX nunca receberam autorização diocesana para frequentar o território da diocese. No entanto, eles frequentavam.

A palestra de Dom Fellay não se referia diretamente ao concílio, entretanto o bispo suíço afirmou que “o crescimento da nova era acontece em função do concílio”. Por isso, presidiu missas, orações e adorações nas quais apresentou as suas intenções: pelo aniquilamento dos inimigos internos e externos da Igreja; pela conversão de Roma e dos bispos à Tradição católica; pela santificação do clero; pelas vocações sacerdotais e religiosas (Ontem, Hoje e Sempre, 1990, p. 3).

Por ocasião da sua presença no Brasil, Dom Fellay afirmou que “Roma se acha hoje comprometida com a difusão de erros e heresias no seio da Igreja” e destacou Hans Urs Von

⁸⁸⁴ Foi nomeado Bispo de Campos por sua Santidade o Papa João Paulo II no dia 12 de outubro de 1990 sendo sagrado e tomando posse em nossa cidade em 8 de dezembro do mesmo ano na festa da Imaculada Conceição de Maria presidida por D. Carlos Alberto Navarro seu antecessor, já Arcebispo de Niterói. Nasceu em Cajobi – São Paulo na Diocese de Barretos em 1928. Professou na Congregação Salesiana de D. Bosco em 1944 e ordenado Presbítero em 1953 é Doutor em direito canônico na universidade pontifícia Salesiana de Roma (1957), com diploma em sociologia pastoral (Roma) em regência e canto gregoriano (Rio de Janeiro) além de outra especializações pastorais. Antes de se tornar Bispo trabalhava em casa de informações religiosas e sacerdotal por mais de 30 anos, dentre elas estão os institutos Pio XI de São Paulo por 25 anos, na Universidade Pontifícia Salesiana de Roma e no Instituto de Direito Canônico do Rio de Janeiro. Foi Professor de Direito Canônico e Direito Civil comparado, Moral Fundamental, Teologia Espiritual, Pastoral Paroquial e Cultural Religiosa. Foi também promotor de justiça e defensor do vínculo por 7 anos, Vigário Judicial e Presidente do Tribunal Regional de Apelação de São Paulo por mais de 5 anos, e ainda Consultor da Comissão para Interpretação do Código de Direito Canônico e da Congregação para o Clero, e Pároco em São Paulo e em São Carlos se dedicando às Pastorais Paroquial Familiar. Como Bispo D. João Corso marcou por suas obras como por exemplo à construção de Seminário Menor Maria Imaculada e reforma do Centro Diocesano de Pastoral, criação de novas paróquias aumentando o território da Diocese, e um pouco antes de deixar Campos reformou a residência episcopal respeitando seu estilo e arquitetura. Por motivos de saúde pediu exoneração e desde 22 de novembro de 1995 passou a responder como administrador Apostólico, tarefa desempenhada até a sua ordenação e posse de D. Roberto Gomes Guimarães seu sucessor, após esse período D. João Corso foi presidente do Tribunal Eclesiástico Regional do Rio de Janeiro e Bispo Emérito de Campos. Fez sua Páscoa definitiva em 06/10/2014 (Ribeiro; Paz, 2022).

Balthasar, Walter Kasper⁸⁸⁵, Henri de Lubac, Johannes Gerardus Maria Willebrands (1909-2006), Karl Josef Erich Rahner e Hans Küng como os principais teólogos responsáveis pela crise da Igreja, uma vez que esses teólogos atuaram com a anuência de João Paulo II (Ontem, Hoje e Sempre, 1990, p. 3).

Como forma de gratidão, o clero tradicionalista de Campos dos Goytacazes referiu-se ao bispo suíço como “verdadeiro sucessor dos apóstolos”, por trazer grande conforto espiritual para Castro Mayer, para o clero e para os fiéis da União Sacerdotal. Diante dos “erros” cometidos com a anuência de Roma, os tradicionalistas de Campos criam que estarem num caminho seguro da ortodoxia tradicional da Igreja (Ontem, Hoje e Sempre, 1990, p. 3). Tudo isso sem anuência do bispado de Campos.

Apesar de estarem desligados do bispado, a Santa Sé não era indiferente aos tradicionalistas e sabia do intercâmbio que havia entre Campos e Écône. Então, Roma enviou um padre que trabalhava na rota romana para tentar resolver a divisão diocesana, afinal, tratava-se de um modelo de catolicismo atípico (Folha da Manhã, 1990, p. 1).

Então, um novo bispo assumiu a diocese: Dom João Corso, que foi sagrado bispo em 8 de dezembro de 1990, no ginásio Dom Bosco, em Campos dos Goytacazes. A cerimônia foi presidida por Dom Carlos Alberto Navarro e concelebrada por Dom Antônio Barbosa S.D.B. (1911-1993), arcebispo de Campo Grande, e Dom Karl Josef Romer, bispo auxiliar do Rio de Janeiro.

Num primeiro momento, Dom João Corso mostrou-se aberto ao diálogo com os tradicionalistas, haja vista que todos os padres foram convidados. Da parte dos tradicionalistas, os padres Olavo Trindade, Antônio Paula e David Francisquini estavam presentes e anunciaram o desejo de reconciliação com a Igreja. De igual maneira, dez membros da TFP compareceram à cerimônia para prestigiar o novo bispo. Os padres ligados a Castro Mayer anunciaram a ausência pelo porta-voz, padre Fernando Rifan (Ribeiro; Paz, 2022, p. 98).

Antes da chegada de Dom João Corso a Campos, os diocesanos já conheciam a reprovação que tinha em relação à TFP, por causa da ladainha rezada para a dona Lucília. A condenação feita em 1984, pelo então padre João Corso, foi publicada pelo professor Orlando Fedeli, ex-membro tefepista que combatia o movimento de Plínio de Oliveira (Folha da Manhã, 1990, p. 1).

Por ocasião de sua nomeação como arcebispo de Niterói, Dom Carlos Alberto Navarro expressou seu desejo de que os tradicionalistas fossem reintegrados à comunhão da Igreja,

⁸⁸⁵ Walter Kasper é um cardeal alemão presidente emérito do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos.

mesmo, depois de duas sagrações episcopais sem mandato apostólico e de toda a crise vivida na diocese (Folha da Manhã, 1990, p. 5). Segundo o padre Fernando Rifan, a promoção para a função de arcebispo “foi um prêmio que Dom Carlos Alberto Navarro recebeu por ter massacrado a diocese de Campos” (ARQTRAD, 15/11/1999)⁸⁸⁶.

Os tradicionalistas reclamavam da intransigência de Dom Carlos Alberto Navarro. Todavia, Dom João Corso, ao longo dos anos, revelou-se mais intransigente com a linha tradicionalista do que seu antecessor, pois, a situação continuou difícil e o diálogo entre as duas linhas católicas permaneceu sem solução (ARQPadresTFP, 25/06/1991)⁸⁸⁷.

O novo bispo de Campos deixava evidente sua grande aversão aos tradicionalistas, sob a alegação de serem inimigos do concílio, da Igreja, do Papa João Paulo II, “sendo estas as causas de toda a triste situação do cisma reinante na diocese de Campos” (ARQPadresTFP, 25/06/1991)⁸⁸⁸.

Todos esses adjetivos direcionados ao clero tradicionalista também foram direcionados aos quatro padres tefepistas, e sobretudo à TFP, que era vista por Dom João Corso como “associação anticlerical” (ARQPadresTFP, 25/06/1991)⁸⁸⁹. A postura de Dom João Corso foi um empecilho para que os quatro padres tefepistas, que romperam com Castro Mayer, fossem reintegrados à diocese (ARQPadresTFP, 25/06/1991)⁸⁹⁰. Embora, tenha havido uma sinalização positiva num primeiro momento de ambas as partes.

Se a Dom Carlos Alberto Navarro coube presidir a árdua recepção ao concílio em Campos, a Dom João Corso coube a função de pastorear a diocese num momento de maior estabilidade, quando já havia a definição da ruptura entre o clero diocesano e o clero tradicionalista.

Em novembro de 1990, cinco meses antes de sua morte, Castro Mayer declarou haver propostas oficiosas para a sua reconciliação. Todavia, não poderia retroceder nas declarações feitas em Écône, e, portanto, não pediria perdão, porque agiu com o dever de consciência, tendo em vista o bem da Igreja e da salvação das almas. Dessa forma, conservaria a posição assumida ao lado de Lefebvre pela causa da Tradição (Mayer, 2010, p. 324).

⁸⁸⁶ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Lançamento do livro “quer agrade, quer desagrade”*. Bom Jesus do Itabapoana, 15/11/1999.

⁸⁸⁷ *Carta dos quatro padres tefepistas remetidas ao cardeal Augustin Mayer e à comissão Ecclesia Dei*, Campos dos Goytacazes, 25/06/1991.

⁸⁸⁸ *Carta dos quatro padres tefepistas remetidas ao cardeal Augustin Mayer e à comissão Ecclesia Dei*, Campos dos Goytacazes, 25/06/1991.

⁸⁸⁹ *Carta dos quatro padres tefepistas para cardeal Augustin Mayer e para a comissão Ecclesia Dei*, Campos dos Goytacazes, 25/06/1991.

⁸⁹⁰ *Carta dos quatro padres tefepistas para cardeal Augustin Mayer e para a comissão Ecclesia Dei*, Campos dos Goytacazes, 25/06/1991.

Em 25 de abril de 1991, Castro Mayer faleceu às 22:40h no Hospital dos Plantadores de Cana. A *causa mortis* foi insuficiência respiratória aguda, por infecção pulmonar (ARQTRAD, 26/04/1991)⁸⁹¹. As cerimônias fúnebres tiveram lugar na igreja da ordem terceira do Carmo e mobilizaram todo clero tradicionalista e cerca de oito mil fiéis de toda a diocese que estiveram presente em Campos (Folha da Manhã, 1991, p. 1).

As declarações feitas pelos padres presentes testemunharam que Castro Mayer morreu consciente, convicto do caminho trilhado, resistindo às reformas conciliares e condenando os “erros” modernistas presentes na Igreja, de acordo com a ótica tradicionalista (Folha da Manhã, 1991, p. 3).

Por ocasião da missa de 7º dia, em 02 de maio de 1991, o porta-voz dos padres tradicionalistas de Campos afirmou durante o sermão:

Dom Antônio de Castro Mayer era afável no trato e intransigente nos princípios. Pregava contra esse modernismo atual. O espírito da Igreja conciliar, que buscou abraçar esse espírito do mundo moderno. Dom Antônio repetia que era impossível servir a esses dois senhores: Deus e o mundo moderno. No Concílio, fundou o Coetus Internationalis Patrum para formar resistência ao progressismo que venceu na Igreja. Foi com muita tristeza que Dom Antônio se viu obrigado a resistir, porque a heresia não pode ser matéria de obediência. Dom Antônio resistiu com dor e fidelidade ao progressismo na Igreja. Ele seguiu São Roberto Belarmino: “deve-se resistir ao Papa que tenta destruir a Igreja.” Dom Antônio resistiu não fazendo o que ele ordena e impedindo a execução de sua vontade. Essa doutrina que Dom Antônio seguiu, a doutrina da resistência. Sozinho. Contra todo o episcopado brasileiro e contra o Vaticano, ele resistiu o que foi o martírio de sua vida. Dom Antônio explicou ao Papa Paulo VI que resistia por obediência e fidelidade. Ele parecia uma nota discordante da Igreja. milhares de sacerdotes e milhões de fiéis estão angustiados motivados pela autodestruição da Igreja, pelos erros contidos nos documentos conciliares e pelas falsas concepções difundidas pelos erros do concílio. Tal situação vem provocando a perda da fé. Ele não podia concordar com a atual orientação da Igreja: missa nova, nova doutrina social e a liberdade religiosa. Esses atos não estão em consonância com seus antecessores. Essa nova concepção de Igreja arrasta para a heresia. Colegas no episcopado e no sacerdócio pressionaram Dom Antônio para não ir às sagrações de 1988, mas, ele foi por questão de consciência. Dom Antônio não morreu. Ele continuará vivo em nossos corações que transmitirão nos seus sacerdotes a sua doutrina, que não era dele, era a doutrina da Santa Igreja de Sempre. Esse foi o último conselho que ele nos deu: “permanecei firmes na fé, a doutrina de todos os papas anteriores ao Concílio Vaticano II” (ARQTRAD, 02/05/1991)⁸⁹².

Com o falecimento do bispo emérito de Campos, houve a necessidade de fazer uma sagração episcopal. Dom Licínio Rangel fora escolhido por Castro Mayer e pelos padres da

⁸⁹¹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Certidão de óbito de Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 26/04/1991.

⁸⁹² Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Sermão da missa de 7º dia de falecimento de Dom Antônio de Castro Mayer*, Campos dos Goytacazes, 02/05/1991.

União Sacerdotal para ser sagrado bispo e assim, administrar os sacramentos episcopais para o clero e os fiéis tradicionalistas.

Para isso, houve a mobilização para a cerimônia que teve lugar em São Fidélis, na igreja de Nossa Senhora Aparecida, que estava em construção naquele momento. Sobre a sagração de Dom Licínio Rangel, o padre Fernando Rifan afirmou que “nós reconhecemos a autoridade da Igreja. Mas, nos separamos porque discordamos do processo de autodemolição da Igreja. Nós temos para nos socorrer na doutrina tradicional de sempre e nos sacramentos, Dom Licínio Rangel. Mas, ele não é o bispo diocesano” (ARQTRAD, 15/11/1999)⁸⁹³.

A União Sacerdotal entendeu que, naquele momento, havia um caso excepcional, por causa da crise de fé pela qual a Igreja passava, haja vista a declaração de Dom Licínio que afirmou “que excomunhão não teria significado nenhum” (ARQTRAD, 28/07/1991)⁸⁹⁴ e “sobre o caso de Campos nós escrevemos uma carta para o Papa João Paulo II, na qual apenas comunicamos a sagração” (ARQTRAD, 12/07/1991)⁸⁹⁵.

Naquela ocasião, a União Sacerdotal escreveu um documento chamado *Sagração Episcopal de Mons. Licínio Rangel: Esclarecimentos*, no qual explicou que havia a necessidade de haver uma sagração, cuja justificativa foi,

Um bispo autenticamente católico, isto é, fiel à Tradição da Santa Igreja, é absolutamente necessário para que se cumpra exatamente a finalidade para a qual Jesus Cristo fundou a sua Igreja: encaminhar os homens para o céu, ensinando-lhes a verdadeira doutrina e dando-lhes a graça por meio dos sacramentos. Ora, a situação presente de crise extraordinária por que passa a Santa Igreja, com a sua hierarquia patrocinando direta e indiretamente a sua destruição – autodemolição – e, por isso mesmo, só nomeando sistematicamente bispos comprometidos com o progressismo, vimo-nos obrigado à esta sagração episcopal extraordinária, a que denominamos “operação sobrevivência da Tradição” (ARQTRAD, sem data)⁸⁹⁶

No que toca a hierarquia romana, os tradicionalistas de Campos afirmaram:

Ora é certíssimo pela doutrina católica ser necessário para a salvação das almas, bispos autenticamente católicos, isto é, fiéis à Tradição. O Papa, enquanto Papa não pode deixar de querer a salvação das almas, portanto, bispos tradicionais. Logo, a recusa explícita por parte do Papa da autorização para a sagração de bispos católicos não comprometidos com os erros do progressismo, é um ato injusto e juridicamente

⁸⁹³ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Lançamento do livro “quer agrade, quer desagrade”*. Bom Jesus do Itabapoana, 15/11/1999.

⁸⁹⁴ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Vídeo VHS da sagração de Dom Licínio Rangel*, São Fidélis, 28/07/1991.

⁸⁹⁵ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Vídeo VHS da entrevista de Dom Licínio Rangel*, Bom Jesus, 12/07/1991.

⁸⁹⁶ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Sagração Episcopal de Mons. Licínio Rangel – Esclarecimentos – União Sacerdotal São João Maria Vianney dos Padres da diocese de Campos, Brasil, fiéis à Tradição da Santa Igreja*. Campos dos Goytacazes, sem data.

invalido, porque o fim desta recusa vai contra o bem comum da Igreja e está na linha de sua autodemolição (ARQTRAD, sem data)⁸⁹⁷

Sobre a possibilidade de cisma,

E a separação legítima existe quando os católicos são obrigados a se separarem da autoridade para não perderem a Fé, como fizeram São Máximo e São Sofrônio com relação ao Papa Honório I e Santo Atanasio com relação ao Papal ibério. Ademais, é um erro teológico e canônico afirmar que uma sagração episcopal sem o mandato do Papa constitui de si um cisma (ARQTRAD, sem data)⁸⁹⁸

Os padres de Campos declararam que a suposta excomunhão “seria apenas uma recompensa pela fidelidade à Tradição da Igreja” (Folha da Manhã, 1991, p. 3). Haja vista que, quando perguntados sobre a excomunhão, responderam que “É princípio geral do direito penal: não existe pena quando não há delito” (ARQTRAD, sem data)⁸⁹⁹. Essa frase demonstra que os tradicionalistas rejeitaram o concílio, romperam com a Igreja, recusaram a autoridade papal porque entendiam que a Igreja estava num caminho herético por causa do Vaticano II. Então, criaram uma organização paralela para conservarem a fé de sempre, contra o concílio supostamente herético.

Dom Richard Williamson disse que se tratava de um “ato de fidelidade, pela conservação da verdade”. Dom Bernard Fellay justificou sua presença por causa da “salvação das almas”. Dom Alfonso de Galarreta disse que “estava moralmente obrigado a participar da sagração de Dom Licínio Rangel, a exemplo de Castro Mayer, que participou da sua sagração em Écône” (Folha da Manhã, 1991, p. 1).

O superior geral da FSSPX naquele momento, o padre alemão Franz Schmidberger, viu a sagração como fundamental pela “conservação da verdadeira fé”. O fundamento da crítica do padre Schmidberger era o crescimento do Marxismo no catolicismo, tendo em vista a Teologia da libertação que esvaziava o sagrado do catolicismo e promovia o abandono da fé católica por 60 milhões de pessoas nos países da América Latina (Folha da Manhã, 1991, p. 1). Novamente, o porta-voz dos tradicionalistas, padre Fernando Rifan, foi a público justificar a presença dos

⁸⁹⁷ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Sagração Episcopal de Mons. Licínio Rangel – Esclarecimentos – União Sacerdotal São João Maria Vianney dos Padres da diocese de Campos, Brasil, fiéis à Tradição da Santa Igreja*. Campos dos Goytacazes, sem data.

⁸⁹⁸ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Sagração Episcopal de Mons. Licínio Rangel – Esclarecimentos – União Sacerdotal São João Maria Vianney dos Padres da diocese de Campos, Brasil, fiéis à Tradição da Santa Igreja*. Campos dos Goytacazes, sem data.

⁸⁹⁹ Arquivo de pesquisa material referente aos padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Sagração Episcopal de Mons. Licínio Rangel – Esclarecimentos – União Sacerdotal São João Maria Vianney dos Padres da diocese de Campos, Brasil, fiéis à Tradição da Santa Igreja*. Campos dos Goytacazes, sem data.

bispos europeu em São Fidélis, em função da “união na mesma fé e no mesmo combate pela Santa Igreja” (ARQTRAD, 28/07/1991)⁹⁰⁰.

A celebração foi festiva e marcada por diversas declarações que contrariavam a cúpula da Igreja, que se manifestou pelo bispo diocesano. De acordo com Dom João Corso, a sagração de Dom Licínio Rangel era “válida e ilícita”, e por isso, era necessário haver uma missa de desagravo, celebrada na igreja matriz de São Fidélis, como atitude de desagravo pela sagração episcopal sem mandato apostólico (Folha da Manhã, 1991, p. 1).

Os tradicionalistas culpavam o concílio pela crise mundial do catolicismo romano, haja vista o crescimento dos movimentos pentecostais protestantes e católicos, como a RCC, a diminuição de católicos no América Latina e a adesão religiosa às ideias socialistas pelos movimentos da “esquerda católica”. Por isso, a exemplo de Lefebvre e Castro Mayer, os padres e fiéis tradicionalistas se referiam ao catolicismo pós-concílio como “nova religião”, “seita conciliar” ou “religião do homem” (ARQTRAD, 24/04/1998)⁹⁰¹.

Dom Licínio Rangel declarou haver um estado de necessidade que invalidava qualquer decreto de excomunhão sob alegação do “espírito e a jurisprudência”, pois Roma e o Concílio Vaticano II eram os grandes promotores das sagrações sem mandato apostólico, uma vez que os tradicionalistas pediram bispos para atender aos 50 mil tradicionalistas brasileiros e aos 300 mil católicos tradicionalistas em todo mundo. Diante do silêncio de Roma, eles viram-se obrigados a realizar as sagrações, mesmo sem autorização da Santa Sé (ARQTRAD, 28/07/1991)⁹⁰².

Como a Igreja não atendeu aos pedidos de Lefebvre, os padres de Campos não tinham esperanças de serem atendidos e por isso desconsideravam a excomunhão que viria de Roma, pois, de acordo com Dom Licínio, seria “ato sem efeito válido, uma vez que partia da Roma progressista” (Folha da Manhã, 1991, p. 3).

Segundo Fleichman (2001) “essa medida era fundamental para a defesa da fé católica, muito ameaçada pelos setores progressistas da Igreja” (p.15). Tal discurso era embasado no posicionamento de Marcel Lefebvre e de Castro Mayer, que não raras vezes afirmaram que

⁹⁰⁰ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Vídeo VHS da sagração de Dom Licínio Rangel*, São Fidélis, 28/07/1991.

⁹⁰¹ Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Ecumenismo e missões: conferência do padre Fernando Arêas Rifan, da União Sacerdotal São João Maria Vianney, a ser apresentada no Terceiro Congresso Teológico de Si Si No No, sobre ecumenismo*. Albano Laziale, Roma, 24 de abril de 1998.

⁹⁰² Arquivo de pesquisa material acumulado durante a pesquisa sobre os padres e fiéis tradicionalistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *Vídeo VHS da entrevista de Dom Licínio Rangel*. Bom Jesus, 12/07/1991.

Roma vivia na apostasia e que o Vaticano II jogou a Igreja numa crise de fé sem precedentes (Fleischman, 2001, p. 15).

O falecimento de Castro Mayer e a sagração de Dom Licínio Rangel demonstram o fim de uma época e o início de outra no movimento tradicionalista de Campos, que durante a década de 1990 se mostrou perene, até o início dos anos 2000, quando teve início uma outra etapa, que será explicada a seguir.

4.6 A criação da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney: 2002

A década de 1990 trouxe um momento mais ameno na divisão diocesana, explicado pelo distanciamento do evento conciliar onde os ânimos acirrados cederam lugar a um momento mais moderado; Dom Carlos Alberto Navarro fora transferido para Niterói e Castro Mayer falecera em abril de 1991; no lugar da efervescência causada pela exoneração dos padres tradicionalista, havia a estruturação da União Sacerdotal São João Maria Vianney, que estava organizada com paróquias, clero, seminário e vida religiosa próprios (Ribeiro; Paz, 2022, p. 87).

Assim, a diocese seguiu mais estável durante o episcopado de Dom João Corso, apesar da sagração de Dom Licínio Rangel. Após cinco anos de sua sagração, em 1995, durante sua visita *Ad Limita Apostolorum*, Dom João Corso apresentou o relatório diocesano ao Papa João Paulo II, discorreu sobre a questão do tradicionalismo e renunciou às atividades como bispo titular de Campos, após ter liderado a diocese por cinco.

Falei com o Santo Padre a respeito da realidade na nossa diocese, das grandes dificuldades pelas quais passamos, falei-lhe filialmente das minhas enormes limitações no seu pastoreio, falei-lhe do grande zelo dos nossos sacerdotes, dos nossos leigos empenhados individual e comunitariamente, das religiosas e demais consagrados, do entusiasmo dos nossos seminaristas, dos nossos jovens e recebi a garantia de uma benção especial para todos nós (Ribeiro; Paz, 2022, p. 100).

Após esses anos todos, Dom João Corso avançou para outra etapa de sua vida, na qual exerceu a função de presidente do Tribunal Eclesiástico Regional do Rio de Janeiro. O bispo substituto foi o pároco da paróquia de São José do Avahy, monsenhor Roberto Gomes Guimarães (Ribeiro; Paz, 2022, p. 87).

Dom Roberto Guimarães é um nome importante na história da diocese de Campos dos Goytacazes, pois foi determinante no processo de reconciliação diocesana, cuja culminância aconteceu em janeiro de 2002. Ele recebeu toda a formação sacerdotal segundo os preceitos de Castro Mayer, foi ordenado padre na catedral do Santíssimo Salvador, em 8 de dezembro de

1961, e conseguiu resolver paulatinamente a ruptura diocesana, através de um processo que aconteceu na segunda metade dos anos de 1990 (Mota, 2022, p. 118).

Durante a crise diocesana, quando a diocese ficou desfalcada de padres, o então padre Roberto Guimarães era pároco na matriz São José do Avahy, em Itaperuna, e pôde prestar o apoio necessário a Dom Carlos Alberto Navarro, tornando-se um importante ponto de assistência para o bispado de Campos, que naquela ocasião, contava com os poucos padres diocesanos por causa das exonerações (Mérida, 2016).

A adesão do padre Roberto Guimarães ao processo de recepção conciliar praticado por Dom Carlos Alberto Navarro deixou mágoas em Castro Mayer, que disparou em uma carta escrita ao senhor Djalma Zanelli (1927-2022), um leigo tefepista de Itaperuna,

Como o senhor sabe, Pe. Roberto foi ordenador por mim. Eu é que o fiz padre e mestre em Israel. Esta espécie de geração sobrenatural não impede o Sr. Pe. Roberto de investir contra mim, nem mesmo de me enxovalhar, como tentou fazer no folheto, expondo-me ao ridículo de uma visível contradição entre meu modo de proceder e minha doutrina. Não impede, digo, desde que a Fé esteja em jogo. Contra o lobo justificam-se medidas mais enérgicas. O que não se justifica é apelar para meu testemunho, nas atuais circunstâncias, e mais ainda com o grave cochilo em que incidiu. Aliás, o bispo de administra o Sacramento da Ordem deve ser lembrado é nas orações com que se pede para ele a misericórdia divina, porquanto, não é raro enganar-se o prelado ao impor as mãos a candidatos *speciem pietatis prae se ferentes, virtutem autem eius abnegantes. speciem pietatis prae se feren*, com prejuízo das almas (Mayer, 2010, p. 308).

Entretanto, a despeito do arrependimento de Castro Mayer, Dom Carlos Alberto Navarro contou com o apoio do futuro bispo de Campos dos Goytacazes no processo de recepção conciliar, que o seguiu de forma convicta (ARQDioCampos, 1982)⁹⁰³.

É importante destacar que o processo de abertura ao concílio em Campos foi lento, praticado nos moldes mais conservadores, haja vista que Dom Carlos Alberto Navarro seguia a linha moderada de Dom Eugênio de Sales (Seiblitiz, 1992, p. 275), homem de confiança do Papa João Paulo II, que condenava Teologia da Libertação (SCHALL, 2020, p. 393). Considerando esses fatos, verifica-se que a Igreja tratou a situação de Campos dos Goytacazes com cuidado, para minimizar os possíveis problemas com a linha tradicionalista da diocese (Seiblitiz, 1992, p. 275).

A Santa Sé sabia da situação de Campos, porque era informada pelos bispos diocesanos, por isso, o nome de Dom Roberto Gomes Guimarães fora escolhido com atenção diante das peculiaridades da diocese (Ribeiro; Paz, 2022, 87).

⁹⁰³ Arquivo da Diocese de Campos dos Goytacazes. *Livro de tombo da paróquia São José do Avahy*, Itaperuna, 1982.

O lema episcopal de Dom Roberto Guimarães era *Requiram Oves Meas*, “Vou procurar as minhas ovelhas”, que, inegavelmente, é um lema bastante sugestivo tendo em vista a situação de divisão que havia na diocese (Ribeiro; Paz, 2022, p. 87). De fato, o novo bispo se empenhou em cumprir seu lema, pois, gradualmente houve uma aproximação entre o clero tradicionalista e a diocese. Os primeiros tradicionalistas a retornarem ao convívio diocesano, de forma a haver comunhão mútua e sem restrições pastorais, foram os quatro padres tefepistas subordinados a Plínio de Oliveira: padre Gervásio Gobato, de Laje do Muriaé, padre José Olavo Pires Trindade, de Miracema, padre Antônio Paula da Silva, de Italva e padre David Francisquini de Cardoso Moreira (ARQTFP, 01/07/1999)⁹⁰⁴.

Nos últimos anos antes da morte de Plínio de Oliveira, em outubro de 1995, houve uma divisão na TFP que se acirrou após a sua morte. Havia uma linha que seguia os fundadores provectos e havia o grupo de seguidores de João S. Clá Dias que se apresentou ao grupo como legítimo sucessor de Plínio de Oliveira (ARQTFP, 01/1998, p. 307)⁹⁰⁵.

O padre Gervásio, de Laje do Muriaé, o padre Olavo Trindade, de Miracema e o padre Antônio Paula, de Italva reconheceram a liderança de João Clá e seguiram as suas recomendações. Dessa forma, após anos de resistência e ostracismo diocesano, esses três padres começaram a celebrar pelo rito de Paulo VI no final de 1999 e início do ano 2000, sob alegação de que Plínio de Oliveira não via problema no novo missal (ARQTFP, 01/07/1999)⁹⁰⁶.

João Clá argumentou que Plínio de Oliveira entendia que a Igreja não poderia estar errada por 30 anos, ao recomendar o missal de Paulo VI. Então, esses padres, influenciados pelo pupilo de Plínio de Oliveira, fizeram a transição para celebrar pelo *Novus Ordo* (ARQTFP, 01/07/1999)⁹⁰⁷. Um feito que a Santa Sé não conseguira.

O padre David Francisquini, de Cardoso Moreira, seguiu os fundadores provectos da TFP, conservou o rito tridentino, repudiou João Clá e rompeu relações com os outros três padres de militância conjunta tefepista (ARQTFP, 01/07/1999)⁹⁰⁸. Apesar de repelirem o *Novus Ordo*, os quatro padres tefepistas exonerados por Dom Carlos Alberto Navarro tiveram militância conjunta com os demais padres tradicionalistas seguidores de Castro Mayer somente nos primeiros anos de resistência. E, durante a década de 1980, se afastaram paulatinamente dos

⁹⁰⁴ Arquivo de pesquisa sobre padres tefepistas da diocese de Campos dos Goytacazes. “Em 1999, abertura do Padre Olavo para a Missa Nova”, São Paulo, 01/07/1999.

⁹⁰⁵ Arquivo de pesquisa sobre padres tefepistas da diocese de Campos dos Goytacazes. *E Lefebvre não morreu: comissão de estudos de eremitas e camaldulenses*, São Paulo, janeiro de 1998.

⁹⁰⁶ Arquivo de pesquisa sobre padres tefepistas da diocese de Campos dos Goytacazes. “Em 1999, abertura do Padre Olavo para a Missa Nova”, São Paulo, 01/07/1999.

⁹⁰⁷ *Ibid.*

⁹⁰⁸ *Ibid.*

demais padres e não participaram da fundação formal da União Sacerdotal São João Maria Vianney, em agosto de 1988. As fontes históricas demonstram que eles seguindo a TFP, não tendo participado das Sagrações em Écône e de Dom Licínio Rangel. Por isso, o processo de reintegração à diocese foi mais simples do que para os demais padres tradicionalistas (ARQTFP 01/07/1999)⁹⁰⁹.

No intuito de ter um diálogo de aproximação com os lefebvristas e com os padres de Campos, a Santa Sé os convidou para participarem das comemorações do Jubileu do ano 2000. O convite foi aceito e os dois grupos participaram dos festejos do Ano Santo (Fleischman 2001 : 71). A ideia da Santa Sé sensibilizou os padres da União Sacerdotal São João Maria Vianney e no ano seguinte eles pediram perdão e manifestaram o desejo de reconciliação:

E se, por acaso, no calor da batalha em defesa da verdade católica, cometemos algum erro ou causamos algum desgosto a Vossa Santidade, embora a nossa intenção tenha sido sempre servir à Santa Igreja, humildemente suplicamos o seu paternal perdão. Renovando os mais profundos sentimentos de veneração para com a augusta Pessoa do Vigário de Jesus Cristo na terra e suplicando, para nós e para o nosso ministério, o precioso benefício da Bênção Apostólica, somos de Vossa Santidade, filhos humildes e obedientes, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil, 15 de agosto de 2001 (ARQADM 15/08/2001)⁹¹⁰

O mesmo não aconteceu com a FSSPX, que se recusou a dar sequência ao diálogo com Roma (Fleischman, 2001, p. 86). Os padres lefebvristas recusaram o reconhecimento de Roma e pressionaram os tradicionalistas de Campos dos Goytacazes para que também recusassem, sob a alegação de que haveria perigos de eles serem influenciados pelas ideias progressistas, que “dominavam a cúpula da Igreja em Roma”. Grande foi a pressão lefebvrista sobre Dom Licínio Rangel e os padres da União Sacerdotal São João Maria Vianney. Todavia, as duas fraternidades clericais seguiram caminhos distintos e romperam relações (Ontem, Hoje e Sempre, 2002, p. 2).

Já na condição de bispo e superior da Administração Apostólica São João Maria Vianney, o bispo Dom Fernando Rifan afirmou que a crise de Campos representou uma “situação insuportável para a consciência católica” (Rifan, 2022, p. 161). Por isso, todos os padres da União Sacerdotal São João Maria Vianney assinaram a carta de pedido de perdão e reconhecimento pela Santa Sé. Após o início das negociações com Roma, padre Fernando Rifan

⁹⁰⁹ Arquivo de pesquisa sobre padres tefepistas da diocese de Campos dos Goytacazes. “*Em 1999, abertura do Padre Olavo para a Missa Nova*”, São Paulo, 01/07/1999.

⁹¹⁰ Arquivo Público da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney. *Carta do Papa João Paulo II aos padres de Campos*. Roma, 25/12/2001.

procurou Dom Roberto Guimarães e lhe informou o que estava acontecendo entre os padres tradicionalistas de Campos e a Santa Sé.

Dom Roberto Guimarães, por sua vez, escreveu para o Prefeito da Congregação para o Clero, cardeal Dario Castrillón Hoyos (1928-2018) e buscou alguns esclarecimentos (ARQDioCampos, 11/09/2001)⁹¹¹. Todavia, a primeira carta escrita por Dom Roberto Guimarães não foi respondida por Roma e somente depois que a União Sacerdotal e Roma fizeram acordos definitivos, é que Dom Roberto Guimarães teve acesso ao processo de reconhecimento dos padres tradicionalistas de Campos.

O Papa João Paulo II recebeu a carta em 25 de dezembro de 2001 e respondeu positivamente aos padres União Sacerdotal São João Maria Vianney:

Ao Venerável Irmão Licínio Rangel e aos queridos Filhos da União São João Maria Vianney de Campos (Brasil) (...) Neste documento, a União será erigida canonicamente como Administração Apostólica, de caráter pessoal, diretamente dependente desta Sé Apostólica e com território na diocese de Campos. Tratar-se-á de uma jurisdição cumulativa com a do Ordinário do lugar. O seu governo te será confiado, Venerável Irmão, e será assegurada a tua sucessão. Será confirmada à Administração Apostólica a faculdade de celebrar a Eucaristia e a Liturgia das Horas conforme o Rito Romano e a disciplina litúrgica codificados pelo nosso predecessor São Pio V, com as adaptações introduzidas pelos seus sucessores até o Beato João XXIII (ARQADM, 25/12/2001)⁹¹².

A carta foi lida pelo padre Fernando Guimarães, na criação da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney e Dom Licínio foi nomeado bispo titular de Zarna. Assim, a Santa Sé celebrou a reintegração dos padres tradicionalistas de Campos dos Goytacazes à comunhão da Igreja, através de um *Te Deum*, que foi presidido pelo Prefeito da Congregação para o Clero, cardeal Dom Dario Castrillón Hoyos. A cerimônia teve lugar na catedral diocesana de Campos, no dia 18 de janeiro de 2002. Naquele momento, os padres tradicionalistas reconheceram como válidos o Concílio Vaticano II e o rito de Paulo VI.

Em nome da Igreja e na condição de Prefeito para a Sagrada Congregação para o Clero, o cardeal Hoyos realizou a alocução de reconhecimento:

Antes de dar atuação a quanto dispôs o Santo padre João Paulo II, quero dirigir um “muito obrigado” verdadeiramente fraterno e cordial aos Venerados Irmãos Dom Roberto Guimarães, bispo desta Diocese, pela generosa e cordial colaboração oferecida, e Dom Licínio Rangel, pela boa vontade e pela coragem do passo dado. Um “obrigado” sincero ao Pe. Fernando Rifan, interlocutor paciente e generoso. Um caloroso “obrigado” aos sacerdotes da Associação São João Maria Vianney e ao Presbitério da Diocese de Campos que se encontram, de hoje em diante, reunidos no

⁹¹¹ Arquivo da diocese de Campos dos Goytacazes. *Carta de Dom Roberto Guimarães para o cardeal Dario Castrillón Hoyos*, Campos dos Goytacazes, 11/09/2001.

⁹¹² Arquivo Público da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney. *Carta do Papa João Paulo II aos padres de Campos*. Roma, 25/12/2001.

coração do Bom Pastor. Mas deixai-me pronunciar um “muito obrigado” comovido, aqui, na presença do Senhor, a todos aqueles leigos, religiosos e religiosas, sacerdotes - que, em tantos lugares, apoiaram e como que envolveram na oração este caminho e continuam a apoiar a causa santa da veste inconsútil 3 de Cristo. Por esta santa causa, pela qual o próprio Salvador rezou, qualquer fadiga será sempre vivida com alegria e creio que nenhum de nós recusará jamais a própria contribuição. 4 – “*Ubi caritas et amor, Deus ibi est*” Nesta Diocese de Campos e na Administração Apostólica São João Maria Vianney, que hoje tem início, por intercessão da Cheia de Graça, reforcem-se sempre mais a caridade e o amor, realizando assim a recomendação do Papa são Leão Magno: “Não poderá manter-se firme a nossa unidade, se o vínculo do amor não nos tiver unido com força inseparável” (Carta 14, 1-2, Ao Bispo Atanásio). Estes são também os meus votos, que transformo em oração (ARQADM, 18/01/2002)⁹¹³.

No reconhecimento da União Sacerdotal São João Maria Vianney como Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney, estavam presentes o núncio apostólico Alfio Rapisarda, Dom Eugênio de Araújo Sales, Dom Carlos Alberto Navarro, Dom Roberto Guimarães, Dom Licínio Rangel, o clero diocesano, o clero tradicionalista e milhares de fiéis das duas linhas católicas presente na catedral diocesana do Santíssimo São Salvador (Folha da Manhã, 2001, p. 1). Dom João Corso não participou da celebração, e de acordo com relatos de padres diocesanos, a ausência do bispo emérito foi um sinal da discordância que teve em relação aos termos pelos quais os tradicionalistas foram readmitidos no seio da Igreja.

Nessa ocasião, Dom Licínio Rangel declarou publicamente, em nome dos padres e fiéis da União Sacerdotal, o aceite ao Vaticano II:

Declaro, juntamente com os Sacerdotes da Administração Apostólica “São João Maria Vianney” de Campos, Brasil, o seguinte: Reconhecemos o Santo Padre, o Papa João Paulo II, com todos os seus poderes e prerrogativas, prometendo-lhe nossa obediência filial e oferecendo nossa oração por ele. Reconhecemos o Concílio Vaticano II como um dos Concílios Ecumênicos da Igreja Católica, aceitando-o à luz da Sagrada Tradição. Reconhecemos a validade do *Novus Ordo Missae*, promulgado pelo Papa Paulo VI, sempre que celebrado corretamente e com a intenção de oferecer o verdadeiro Sacrifício da Santa Missa. Empenhamo-nos em aprofundar todas as questões ainda abertas, levando em consideração o cânon 212 do Código de Direito Canônico e com um sincero espírito de humildade e de caridade fraterna para com todos. In *principiis unitas, in dubiis libertas, in omnibus charitas* (S. Agostinho). Campos, Brasil, no dia 18 de janeiro de 2002 (ARQADM, 18/01/2002)⁹¹⁴.

Nesta ocasião houve a criação da Administração Apostólica São João Maria Vianney, que explicaram que houve um reconhecimento pela Igreja e não acordo espúrio, como outros

⁹¹³ Arquivo Público da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney. *Alocução Dom Dario Castrillón Hoyos aos padres de Campos dos Goytacazes*, Campos dos Goytacazes, 18/01/2002.

⁹¹⁴ Arquivo de pesquisa pessoal Vinícius Couzzi Mérida. *Declaração de Dom Licínio Rangel*. Campos dos Goytacazes, 18/01/2002.

tradicionalistas disseram: “acordo não, entendimento!” (ARQADM, 18/01/2002)⁹¹⁵. E assim, os fiéis tradicionalistas de Campos estavam em plena comunhão com a Sé Apostólica Romana.

Ao ser reconhecida, a Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney recebeu 3 prerrogativas: pessoal, de modo que possa ser exercido para pessoas que fazem parte da Administração Apostólica; ordinária, tanto no foro externo como interno; cumulativo, com o poder do bispo diocesano de Campos dos Goytacazes no Brasil, uma vez que as pessoas que pertencem à Administração Apostólica são ao mesmo tempo, fiéis da Igreja particular de Campos (ARQADM, 18/01/2002)⁹¹⁶.

Como aconteceu com a antiga União Sacerdotal São João Maria Vianney, a Administração Apostólica possui um presbitério, seminário, paróquias, associações de fiéis,

⁹¹⁵ Arquivo Público da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney. *Atribuições da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney*: Para receber na plena comunhão da Igreja Católica os membros da União, “São João Maria Vianney” de Campos, no Brasil, o Sumo Pontífice João Paulo II, por sua Carta “*Ecclesiae Unitas*”, 25 de Dezembro, quis reconhecer de direito a peculiaridade da União “São João Maria Vianney”, reconduzindo-a numa devida forma jurídica mediante a constituição de uma Administração Apostólica, de natureza pessoal, cujos fins serão os mesmos da Diocese de Campos, no Brasil, para que, seus membros devidamente inseridos no corpo da Igreja, possam cooperar, em comunhão com o Sucessor de Pedro, para a difusão do Evangelho. I – Por mandato especial do Sumo Pontífice, por Decreto da Congregação para os Bispos, é constituída a Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney, que abrange exclusivamente a Diocese de Campos, no Brasil, equiparada pelo direito às Dioceses imediatamente sujeitas à Santa Sé. II – Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney, rege-se pelas normas do direito comum e por este Decreto e está sujeita à Congregação para os Bispos e aos demais dicastérios da Cúria Romana, segundo as atribuições de cada um. III – É atribuída à Administração Apostólica a faculdade de celebrar a Sagrada Eucaristia, os demais sacramentos, a Liturgia das Horas e outras ações litúrgicas segundo o rito e a disciplina litúrgica, conforme prescrições de São Pio V, juntamente com adaptações introduzidas por seus sucessores até o Bem-aventurado João XXIII. IV – Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney é confiada à cura pastoral de um Administrador Apostólico, como seu próprio Ordinário, que será nomeado pelo Romano Pontífice segundo as normas do direito comum. V –. Arquivo Público da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney. *Documento de ereção da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney*. Campos dos Goytacazes, 18/01/2002.

⁹¹⁶ Atribuições da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney: Para receber na plena comunhão da Igreja Católica os membros da União, “São João Maria Vianney” de Campos, no Brasil, o Sumo Pontífice João Paulo II, por sua Carta “*Ecclesiae Unitas*”, 25 de Dezembro, quis reconhecer de direito a peculiaridade da União “São João Maria Vianney”, reconduzindo-a numa devida forma jurídica mediante a constituição de uma Administração Apostólica, de natureza pessoal, cujos fins serão os mesmos da Diocese de Campos, no Brasil, para que, seus membros devidamente inseridos no corpo da Igreja, possam cooperar, em comunhão com o Sucessor de Pedro, para a difusão do Evangelho. I – Por mandato especial do Sumo Pontífice, por Decreto da Congregação para os Bispos, é constituída a Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney, que abrange exclusivamente a Diocese de Campos, no Brasil, equiparada pelo direito às Dioceses imediatamente sujeitas à Santa Sé. II – Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney, rege-se pelas normas do direito comum e por este Decreto e está sujeita à Congregação para os Bispos e aos demais dicastérios da Cúria Romana, segundo as atribuições de cada um. III – É atribuída à Administração Apostólica a faculdade de celebrar a Sagrada Eucaristia, os demais sacramentos, a Liturgia das Horas e outras ações litúrgicas segundo o rito e a disciplina litúrgica, conforme prescrições de São Pio V, juntamente com adaptações introduzidas por seus sucessores até o Bem-aventurado João XXIII. IV – Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney é confiada à cura pastoral de um Administrador Apostólico, como seu próprio Ordinário, que será nomeado pelo Romano Pontífice segundo as normas do direito comum. V –. Arquivo Público da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney. *Documento de ereção da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney*. Campos dos Goytacazes, 18/01/2002.

institutos de vida consagrada, tribunal eclesiástico próprios para prestar aos seus fiéis os mesmos serviços comuns de uma diocese.

A partir daquele momento, o catolicismo romano na diocese de Campos passou a ter oficialmente reconhecidos pela Santa Sé o ministério episcopal de dois bispos: o bispo diocesano e o bispo da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney, voltada para atender os fiéis que preferiam praticar a espiritualidade tridentina (Mérida, 2016, p. 80).

Dom Licínio Rangel foi o superior da Administração Apostólica até dezembro de 2002, quando faleceu. A partir do seu falecimento, Dom Fernando Arêas Rifan, sagrado bispo em 18 de agosto de 2002, como titular de Cedamusa, pelo cardeal Dom Dario Castrillón Hoyos, assumiu a função de superior da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney (Mérida, 2016, p. 80).

Em janeiro de 2002 houve, então, a resolução de uma divisão que marcou a diocese de Campos por duas décadas, tornando-a uma situação singular em todo o mundo católico, e de acordo com o cardeal Hoyos, mais do que resolver um problema interno, Campos tornou-se modelo de esperança para que a Igreja consiga resolver as questões com outros grupos tradicionalistas espalhados pelo mundo.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada abrangeu todas as etapas da vida de Antônio de Castro Mayer, desde seu contexto familiar inicial até seu falecimento em 1991. Ao longo desse percurso, foram recolhidos e analisados registros que permitiram investigar a hipótese de sua oposição intransigente à modernidade e ao Concílio Vaticano II.

Para isso, foi necessário investigar sua formação seminarística, sua prática pastoral em São Paulo e Campos dos Goytacazes, além da rede de sociabilidade que estabeleceu ao longo de seus 64 anos de sacerdócio. Constatou-se, assim, que ele promoveu um ambiente anticonciliar na Igreja de Campos, resultado de sua intransigência antimoderna. Como consequência, a diocese experimentou um isolamento devido ao processo de recepção conciliar tardio e conflituoso, configurando uma realidade singular no catolicismo brasileiro.

A pesquisa realizada aponta que Castro Mayer teve como premissas inegociáveis: a devoção mariana, o apostolado anticomunista, o discurso antimoderno, a primazia social da Igreja, a autoridade soberana do Papa e a importância da missa como cerne da prática religiosa católica, vista por ele como a Verdadeira Religião.

Por isso, as palavras “restauração”, “conservação” e “imutável” foram verificadas como elementos norteadores do bispo de Campos, principalmente durante o concílio e no decurso do processo de recepção conciliar. Para Castro Mayer, o projeto de reforma da Igreja era visto como um reflexo da natureza decaída do gênero humano, consequência do pecado original. Nessa perspectiva, os inimigos da Igreja eram os patrocinadores da Revolução, cujo objetivo, no âmbito eclesial, seria a destruição da Igreja por meio do Modernismo, promovendo a adaptação da doutrina católica a um mundo contemporâneo marcado pela pluralidade ideológica.

Na elaboração de uma tese centrada na biografia de Castro Mayer, foi essencial iniciar o percurso investigativo a partir de sua formação familiar, com base no material disponível, composto principalmente por fontes secundárias, como o livro *The Mouth of the Lion* e textos escritos pelos padres de Campos. As descobertas oriundas das investigações sobre o contexto familiar ofereceram as primeiras pistas sobre o objeto de pesquisa, enquanto personagem histórico, visto que esse núcleo foi um elemento fundamental em sua formação. Foi por meio dele que o prelado tradicionalista teve seu primeiro contato com a fé católica, experiência que se consolidou ao longo de sua vida.

A formação religiosa de Castro Mayer aprofundou-se na prática católica desde a infância, quando ingressou no seminário da Arquidiocese de São Paulo, onde recebeu uma

educação romanizada, alinhada com o pensamento clerical brasileiro. O contexto histórico de sua formação foi caracterizado pela reorganização institucional da Igreja, fundamentada nas diretrizes da Cúria Romana, que promovia a orientação política ultramontana implementada no século XIX, como uma resposta ao mundo moderno.

Os registros indicam que o jovem Castro Mayer se destacou como um estudante aplicado e dedicado. Em razão disso, foi enviado a Roma pelo arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva. Essa escolha reflete sua dedicação acadêmica e comprometimento com a formação teológica. No centro mundial do catolicismo romano, Castro Mayer recebeu sua educação em uma instituição de excelência, marcada por uma formação antirrevolucionária e antiliberal. Dessa forma, constatou-se que seus estudos em Roma foram orientados pelo *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* (Plano e Organização de Estudos da Companhia de Jesus), mais conhecido como *Ratio Studiorum*.

A formação teológica no Colégio Romano baseava-se em um código de ensino que regulava a organização e as atividades dos numerosos colégios fundados pela Companhia de Jesus em diversos países. Assim, o ensino era estruturado em torno da pedagogia jesuítica, com regras específicas voltadas para o desenvolvimento de virtudes, o fortalecimento do pensamento lógico e métodos de estudo rigorosos. Além disso, havia uma recomendação clara de que o professor deveria manter-se fiel ao estilo filosófico de Aristóteles e à Teologia de São Tomás de Aquino. Esse contexto explica a razão pela qual a filosofia escolástica se tornou um elemento central no discurso e nas recomendações de Castro Mayer.

Após anos de formação em Roma, profundamente imerso na perspectiva tomista, Castro Mayer retornou ao Brasil trazendo essa sólida base teológica, que se somou aos ensinamentos que ele havia recebido no seminário arquidiocesano de São Paulo, também provavelmente de orientação tomista. Esse conjunto de influências contribuiu para moldar sua visão teológica e seu posicionamento na Igreja durante seu sacerdócio. Os registros indicam que ele era um padre com um forte senso hierárquico, sempre se reportando aos seus superiores de maneira respeitosa e obediente, mesmo durante o episcopado de Dom Carmelo Motta, que o destituiu de suas funções. Em relação ao laicato, Castro Mayer enfatizava as distinções hierárquicas das funções na Igreja, escrevendo cartas a associações de leigos paulistanos nas quais reforçava a autoridade clerical como parte docente sobre o laicato, considerado a parte discente. Para ele, apenas por meio dessa estrutura hierárquica, a sociedade corrompida poderia ser convertida à doutrina cristã. Observa-se, então, que o padre Castro Mayer praticava um modelo religioso centralizado na figura do sacerdote pastor, conduzindo o rebanho com autoridade e obediência.

Durante os anos iniciais de seu sacerdócio, Castro Mayer gozou de grande prestígio junto a Dom Duarte Leopoldo e mesmo após o seu falecimento em 1938, o jovem padre manteve suas funções na arquidiocese durante o episcopado de Dom José Gaspar. Todavia, a partir de 1944 houve o início de um período difícil para Castro Mayer, ao deixar os papéis centrais na arquidiocese, tornando-se vigário paroquial na periferia paulistana (ARQBioPlinio 16/07/1988)⁹¹⁷.

Ao que tudo indica, nos diversos textos analisados, Dom Antônio Cabral influenciou o arcebispo Carmelo Motta contra o grupo de Plínio de Oliveira e, a partir daquele momento, o combate contra Plínio de Oliveira e seu grupo foi explícito e com consequências diretas na vida presbiteral de Castro Mayer e de Proença Sigaud (ARQBioPlinio 16/07/1988)⁹¹⁸, haja vista a destituição da tríade diretora do *Legionário* de seus respectivos cargos.

A razão para o combate aberto promovido pelo arcebispo pode ser explicada pelo apoio que os padres Castro Mayer e Geraldo de Proença Sigaud ofereciam a Plínio Corrêa de Oliveira e ao seu grupo (Vieira, 2016). Os membros do *Legionário* eram assumidamente conservadores e estruturaram seu apostolado na ideologia política da direita conservadora, em oposição a toda influência de pensamento político de esquerda, que Castro Mayer e seus pares apresentavam como ideias comunistas. As pesquisas indicam que Castro Mayer optou por apoiar o apostolado de Plínio Corrêa de Oliveira, especialmente no que se refere à luta conservadora. Assim, a ideia de que o bispo teria sido uma marionete nas mãos do leigo católico é infundada, pois é evidente que a amizade entre eles resultou de uma afinidade ideológica. Dessa forma, sustentaram sua longa amizade pela identificação mútua de ideias.

Após anos de prestígio seguidos por um período de ostracismo na arquidiocese, em 1948, contra todas as expectativas, Castro Mayer foi nomeado bispo auxiliar de Campos com o apoio do cardeal Benedetto Aloisi Masella. Nesta diocese, ele desempenhou um trabalho árduo, de orientação mariana e intransigente, até novembro de 1981, quando se tornou emérito. Em virtude de sua amizade e militância, Castro Mayer abriu espaço para o apostolado de Plínio Corrêa de Oliveira, integrou-se ao episcopado nacional, promoveu a militância conservadora e formou um laicato instruído em sua função discente, fundamentado em um discurso anti-igualitário. Como bispo diocesano, Castro Mayer redigiu cartas pastorais contra os valores modernos, conscientizou seu clero e diocesanos sobre ideais anticomunistas e investiu nos meios de comunicação da época, como a Rádio Afonsiana e o jornal *Catolicismo*.

⁹¹⁷ Anotações de memórias autobiográficas de Plínio Correa de Oliveira transcritas por membros da TFP, *santo do dia*, São Paulo, 16/07/1988.

⁹¹⁸ *Ibid.*

De acordo com as pesquisas realizadas, constatou-se que, na década de 1960, Castro Mayer participou ativamente do Concílio Vaticano II, destacando-se como um hábil articulador e participando da fundação do *Coetus Internationalis Patrum*, tornando-se um nome proeminente da linha conservadora pela oposição à tendência reformista predominante. Durante o Vaticano II, Castro Mayer defendeu a restauração da *Cidade de Deus*, idealizada por Santo Agostinho, e posicionou-se contra os movimentos de reforma litúrgica e pastoral da Igreja. Para isso, sustentou a preservação do texto litúrgico em latim, endossou a devoção mariana, apoiou uma postura antiecumênica e manteve uma mentalidade anticomunista, defendendo a consagração da Rússia ao Imaculado Coração de Maria. Em Campos, Castro Mayer orientava que o Concílio Vaticano II deveria ser interpretado à luz dos Concílios de Trento e Vaticano I, afirmando que qualquer hermenêutica que desconsiderasse esses dois concílios configuraria uma doutrina herética.

Sabendo que o Concílio Vaticano II não possuía o mesmo propósito dogmático dos concílios de Trento e Vaticano I, e que a Igreja promulgou os textos conciliares sem estabelecer uma comissão específica para o processo de recepção — como havia ocorrido no Concílio de Trento —, Castro Mayer e Lefebvre abraçaram a ideia de organizar um catecismo, ou Profissão de Fé, para orientar a Igreja durante esse período. Segundo as expectativas do bispo de Campos e do arcebispo francês, tal orientação visaria implementar apenas reformas mínimas e pontuais na Igreja. Isso porque os princípios norteadores de Castro Mayer no concílio eram, fundamentalmente, “restauração” e “conservação”.

Segundo a escritora Virginia Woolf (1882-1941), “nenhum desejo é mais forte no peito humano que o desejo de impor aos demais a própria crença.” Esse foi exatamente o pensamento de Castro Mayer: lutar contra a doutrina conciliar e confirmar toda a Igreja na hermenêutica tridentina. Para tal, houve uma reunião entre vários padres conciliares integrantes do *Coetus Internationalis Patrum*, que decidiram pela manutenção do contato para resistirem às reformas progressistas, que poderiam ser praticadas durante a recepção do concílio.

As investigações mostraram que, aos poucos, Castro Mayer e Lefebvre iniciaram um caminho marcado pelo conflito e pelo isolamento da Igreja Universal, que segundo o bispo de Campos, sofria com as infiltrações modernistas “arquitetadas pela maçonaria revolucionária internacional.” (Mayer, 2010, p. 63). Dessa forma, nos anos que se seguiram ao término do Vaticano II, Castro Mayer tentou, sem sucesso, aderir ao processo de reforma pelo qual a Igreja passava. Mas, hesitou alegando diversas vezes questão de consciência. Então, foi sendo criada gradualmente em Campos uma atmosfera anticonciliar, que contagiou dezenas de padres e freiras e milhares de fiéis pelas paróquias diocesanas. Diante dos fatos analisados, averiguou-

se que Castro Mayer trabalhou para desmobilizar a parcela do clero que estava aberta às reformas conciliares. Por isso, removeu alguns padres religiosos, enfrentou o núncio apostólico, foi denunciado em Roma, tornou-se uma voz destoante dentro da CNBB e dividiu a Igreja particular de Campos dos Goytacazes.

Diante desse conjunto de fatos, a pesquisa indicou que o caminho escolhido pelo bispado de Campos foi o da resistência anticonciliar. Para isso, o bispo fortaleceu sua base de apoio na TFP, entre os tradicionalistas diocesanos e no arcebispo Lefebvre, que, assim como ele, caminhavam em direção ao isolamento dentro da Igreja Universal. Em relação às questões litúrgicas, Castro Mayer manteve o rito tridentino, ainda que, contra sua vontade, tenha instituído ministros da eucaristia. O bispado de Campos empenhou-se em reforçar os costumes conservadores e rejeitou o *Novus Ordo*, alegando que essa liturgia era ambígua e heretizante.

Levando-se em consideração esses aspectos, foi constatado que a Santa Sé e os bispos próximos se esforçaram para reverter a postura intransigente do bispo. Todavia, sem sucesso, porque o prelado se isolou cada vez, reprovou os movimentos reformistas eclesiais que surgiam na Igreja do Brasil após o concílio e endossava que o Vaticano II foi um movimento heretizante patrocinado pelas autoridades da Igreja.

Portanto, verificou-se que a Santa Sé tolerou os anos finais do episcopado de Castro Mayer em Campos dos Goytacazes, tendo concretizado a substituição quando completou 77 anos. Com a substituição, a crise diocesana de Campos, que dava sinais de sua gestação na década de 1970, foi agravada, devido à atmosfera anticonciliar criada pelo bispado durante anos. Assim chega-se à conclusão de que Castro Mayer deixou um legado tradicionalista em Campos, tendo sido um dos principais nomes de oposição ao Concílio Vaticano II no Brasil. Para tal, o bispado disseminou na diocese a mentalidade anticonciliar, sob alegação de que a Igreja seria um organismo imutável, por isso, Campos tornou-se uma diocese isolada nos anos que se seguiram ao concílio e uma diocese dividida quando Dom Carlos Alberto Navarro tomou posse, para implementar o Vaticano II. A base dessa resistência reside na crença de Castro Mayer de que o concílio foi um evento heretizante, que teria corrompido a ortodoxia da fé católica, por através das infiltrações modernistas.

No que tange à disseminação e cristalização da mentalidade anticonciliar, o bispo escreveu três cartas pastorais transmitindo que a interpretação correta do Concílio Vaticano II seria à luz das hermenêuticas eclesiológicas do Concílio de Trento e do Concílio Vaticano I. Devido à mentalidade intransigente que predominou no bispado de Campos por mais de três décadas, houve a implementação de um modelo de Igreja que não comportou às reformas conciliares. Por isso, o processo de recepção em Campos foi travado, tardio e conflituoso,

porque o bispo fez uma recepção negativa, deixando para seu substituto a função de elaborar o processo de recepção conciliar alinhado com a Santa Sé.

Havia, em outras regiões do Brasil, grupos católicos e sacerdotes com restrições conservadoras ao Concílio Vaticano II. Contudo, em nenhum outro caso houve um bispo que mobilizasse dezenas de padres, freiras e dezenas de milhares de fiéis para construir uma espécie de diocese paralela com o objetivo de resistir ao concílio, como ocorreu em Campos. Dessa forma, o que se deu na diocese foi um conflito religioso entre duas correntes católicas: uma contrária ao concílio e outra aberta ao processo de recepção. O discurso tradicionalista em Campos fundamentava-se na rejeição aos erros — Liberalismo, Modernismo, Marxismo, entre outros — que, segundo os fiéis conservadores, teriam se infiltrado na Igreja por meio de uma suposta manobra conciliar. Por essa razão, Castro Mayer sentia-se na obrigação de resistir ao Vaticano II, mesmo que isso comprometesse sua plena comunhão com a Sé Romana.

De acordo com o bispo de Campos, sob o pretexto de um *aggiornamento* clamado pela mentalidade contemporânea, “o catolicismo romano pós-conciliar se tornou a nova religião do homem” (Mayer, 2010, p. 21). Após sua aposentadoria, Castro Mayer passou a criticar severa e publicamente o Concílio Vaticano II, acusando-o de ser herético, protestantizado, maçônico, cismático, anti-Igreja, “religião do homem”, um anti-*Syllabus*, influenciado pelo Marxismo e modernista, entre outras críticas (Mayer, 2010: 22). Essas expressões, encontradas no vasto material pesquisado para este trabalho, evidenciam que a Diocese de Campos dos Goytacazes tornou-se um bastião do tradicionalismo católico, impulsionado pela intransigência do bispo diocesano. Em consequência, formaram-se, de fato, duas “dioceses” no mesmo território: a oficial e o grupo tradicionalista, formalizado como União Sacerdotal São João Maria Vianney, legado de Castro Mayer aos católicos anticonciliares. Como medida de sobrevivência, os padres tradicionalistas de Campos participaram de duas sagrações episcopais sem mandato apostólico, em 1988 e 1991, com o objetivo de preservar as ordenações sacerdotais no rito tridentino, isento do “espírito” do Vaticano II. No entanto, a sagração sem mandato apostólico implica em excomunhão, de acordo com o Código de Direito Canônico. Dessa forma, a linha tradicionalista de Campos foi vista pela Santa Sé como um movimento cismático, que operava à margem das autoridades supremas do catolicismo romano.

Diante desses fatos e após o cruzamento de fontes históricas, verifica-se que a hipótese de que Castro Mayer teria deixado um legado intransigente e anticonciliar em Campos é confirmada, tendo em vista a análise dos vestígios históricos apresentados. As peças do quebra-cabeças que constituem da biografia do bispo comprovam que ele foi um prelado antimoderno que recusou o Concílio Vaticano II, por entendê-lo como um evento católico influenciado pelo

modernismo. Por isso, ele criou uma estrutura religiosa de oposição conciliar, cuja consequência foi o cisma diocesano.

O legado anticonciliar de Castro Mayer em Campos foi tão marcante, que demandou o trabalho pastoral de três bispos subsequentes que se empenharam para resolver a crise com a linha tradicionalista: Dom Carlos Alberto Navarro, a quem coube iniciar o processo de recepção conciliar, alinhado com os interesses de Roma; Dom João Corso, que manteve os tradicionalistas afastados devido às divergências pastorais; Dom Roberto Gomes Guimarães, que conseguiu, paulatinamente, dar a abertura necessária para o retorno dos padres tefepistas, primeiramente, e apoiou o retorno da União Sacerdotal à plena comunhão com a Santa Sé, em 2002.

Dom Roberto Guimarães articulou o retorno dos quatro padres tefepistas à comunhão diocesana, ainda nos primeiros anos de seu episcopado. Esses padres foram impactados pela divisão interna da TFP, que teve lugar após a morte de Plínio de Oliveira. O padre David Francisquini seguiu o grupo dos “proyectos fundadores”, que se tornaria Instituto Plínio Correa de Oliveira, IPCO, e os outros três padres seguiram o líder leigo João Scognamiglio Clá Dias, que liderou o grupo dissidente e fundou um movimento que se tornaria os Arautos do Evangelho. Os três padres dos arautos começaram a celebrar pelo rito de Paulo VI no início dos anos de 2000, superando completamente a crise diocesana, reintegrando-se à diocese. O padre David seguiu outro caminho: conservou o missal tridentino e buscou no IPCO a base da sua rede de sociabilidade.

Alguns anos após o retorno dos quatro padres tefepistas, a União Sacerdotal São João Maria Vianney buscou o reconhecimento de Roma e foi aceita plenamente na comunhão da Igreja. Para tal, o primeiro passo aconteceu quando a linha tradicionalista – Campos e Écône – atendeu ao convite do Papa João Paulo II, para celebrar as festividades do Ano Santo, o jubileu do Ano 2000. Após esse evento, os tradicionalistas de Campos escreveram para João Paulo II a fim de se aproximarem. Para tal, pediram perdão e aceitaram o Concílio Vaticano II.

Quando as negociações já estavam avançadas, Dom Roberto Gomes Guimarães foi avisado pela União Sacerdotal e por Roma sobre a intenção do Papa João Paulo II de reintegrar os tradicionalistas à comunhão romana. Então, o bispo diocesano prestou solidariedade e deu uma carta de referência, entregue ao Papa. A posição de Dom Roberto Guimarães foi importante para consolidar as negociações já iniciadas.

A condição imposta pela Santa Sé para o reconhecimento canônico e o acolhimento dos tradicionalistas de Campos na Igreja foi a aceitação do Concílio Vaticano II, o que ocorreu formalmente em 18 de janeiro de 2002. A aceitação do concílio pela União Sacerdotal criou

uma cisão entre os padres de Campos e a FSSPX, que acusou os tradicionalistas do norte fluminense de terem firmado um acordo espúrio, interpretado como uma traição à memória de Castro Mayer. A divisão religiosa na Igreja de Campos foi, assim, resolvida após duas décadas de desavenças, com o reconhecimento da União Sacerdotal São João Maria Vianney — legado de Castro Mayer para atender aos fiéis tradicionalistas — que, ao sair da condição de excomunhão e da irregularidade canônica, foi formalmente transformada na Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney.

Os arquivos pesquisados apontam que o cardeal Daria Castrillón Hoyos percebeu na resolução do caso de Campos uma saída para o impasse com outros grupos tradicionalistas (Folha da Manhã, 2002, p. 3). Apesar de se mostrarem irreduzíveis no que tange ao Concílio Vaticano II. A celebração da reconciliação tradicionalista de Campos é mais um elemento que demonstra o legado intransigente deixado por Castro Mayer, porque, se não tivesse havido um cisma diocesano, não haveria a necessidade de reconciliação. Esta só aconteceu porque antes houve uma ruptura institucional. Assim, alguns anos depois do líder tradicionalista, os seus seguidores mudaram a rota da antiga União Sacerdotal, a fim de conservarem a sua prática religiosa, todavia, em comunhão plena com a Igreja.

Não cabe ao cientista da religião avaliar doutrinariamente se o retorno dos padres tradicionalistas de Campos à comunhão romana foi adequado ou não. Essa competência normativa pertence à Teologia e não às Ciências da Religião. A contribuição acadêmica deste trabalho reside em seu caráter inédito, ao apresentar a biografia de Castro Mayer desde sua formação até o final de sua vida, contribuindo, assim, para preencher uma lacuna nos debates historiográficos sobre o Concílio Vaticano II, a história do cristianismo no Brasil e a compreensão do conceito de tradicionalismo católico no século XX.

Portanto, destacamos que esta pesquisa foi concebida como mais uma peça no vasto quebra-cabeça da história do Concílio Vaticano II. Neste sentido, é essencial que os estudos acadêmicos continuem a analisar os movimentos tradicionalistas, pois uma pesquisa biográfica sobre Castro Mayer, por si só, não esgota as complexas questões relacionadas ao conservadorismo na Igreja.

A pesquisa historiográfica, integrada à árvore do conhecimento das Ciências da Religião, precisa avançar para abordar questões atuais, como o crescimento do tradicionalismo católico no Brasil e o dinamismo com que se manifesta. Castro Mayer pode ser parte dessas respostas, mas ainda restam lacunas a serem preenchidas. Independentemente da dimensão valorativa ou normativa de certo ou errado, trata-se de um prelado cujo legado permanece vivo

na religiosidade de milhares de pessoas que buscam praticar sua fé e entender melhor o fenômeno do tradicionalismo católico, que continua a atrair adeptos no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo, Moderna, 2003.
- ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BALEEIRO, Cleber Araújo Souto. **Retorno da Religião na época da superação da metafísica**. Religião e secularização no pensamento de G. Vattimo. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em 1. Ciências Sociais e Religião 2. Literatura e Religião no Mundo Bíblico 3. Práxis Religiosa e Socie) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.
- BLAYNEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Século XX**. São Paulo: Ed. Fundamento, 2008.
- BLAYNEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Mundo**. São Paulo: ed. Fundamento, 2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. ARQUIVO NACIONAL. Edital An Nº 01, De 17 De Maio De 2012. Reconhecimento de Conjuntos Documentais Contendo Informações Pessoais Como Necessários À Recuperação De Fatos Históricos De Maior Relevância.
- BRESSAN, Suimar João. **Fundamentos das Ciências Sociais**. Ijuí: Unijuí, 2008.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: UnB, 1997.
- CALDEIRA, Jorge. **História da Riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CHRYSTOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). **História** (São Paulo), vol. 30 nº1, p.56-89, 2011.
- COGORDAN, George. **Joseph De Maistre**. Paris: Hachette, 1922.
- COMPAGNON, Antoine. **Os Antimodernos**. De Joseph de Maistre a Roland Barthes. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- COURTOIS, Stéphane; WERTH, N. et al. **O livro negro do Comunismo: crimes, terror e repressão**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010.
- DOMINGUES, Beatriz. **Tradição na modernidade e modernidade na Tradição: a modernidade ibérica e a revolução copernicana**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGLER, Steve; STAUSBERG, Michael. Metodologia em Ciência da Religião. In PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank. **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013.

EVERDELL, William R. **Os primeiros modernos**. Chicago: Editora Record, 1997.

FORACCHI, Marialice M. **Manheim**. São Paulo: Ática, 1982.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIORDANI, Mario Curtis. **A História do Século XX**. Aparecida: Ideias e Letras, 2012.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOCK, Klaus. **Introdução à Ciência da Religião**. São Paulo: Loyola, 2010.

HOBSBAWM, E. RANGER, T. (ORG). **A Invenção das Tradições**. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Erik. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HOBSBAWN, Erik. **A Era do Capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HOBSBAWN, Erik. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 12ª. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. **São Luís: uma biografia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LONGO, Giovanna. **Ensino de Latim: problemas linguísticos e uso de dicionário**. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTINS, Angelina Carr Ribeiro. **No Cadinho da Reconciliação**: O diálogo cristão-judaico, do Parlamento Mundial das Religiões ao Vaticano II. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

OSBORNE, Roger. **Civilização**: uma nova História do Mundo Ocidental. Rio de Janeiro: Difel, 2016.

PINTO, Jorge Renato Pereira. **Um pedaço da terra chamada Campos**. 2. ed. Fundação Jornalista Osvaldo Lima. Campos dos Goytacazes, RJ. 2006.

RAIMUNDO, Jacques. **O elemento afro-negro na língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RAWLS, John. **O Liberalismo Político**. Brasília: Ática, 2000.

RIBAS, Luiz Otávio. **UDR E TFP**: A Força bruta que enterrou a reforma agrária na constituinte de 1987. Em *Debate: Rev.*, ISSNe 1980-3532, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 2011. P. 23- 58.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira Truzzi. **História & Documento e método de pesquisa**. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Hamilton. Imigração e Anarquismo no Movimento Operário Durante a Primeira República. **Revista Estudos Libertários (REL)**, UFRJ, VOL. 1. N º2. P. 1-33, 2019.

SANTOS, Rafael Roxo dos. **A Vila Industrial e o patrimônio histórico arquitetônico de Campinas - SP**: entre a conservação e a reestruturação urbana. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2013.

SOFFIATI, Arthur. O movimento político de Campos em 1855. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/ RJ, v.14, n. Especial 1, p. 7-29, 2012.

SORJ, Bernardo. A Convivência Democrática como Politeísmo de Valores. **As Ciências Sociais e a procura de sentido**. São Paulo, ano 30, Nº 86, p. 133-145, 2016.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia para o ensino médio**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

2 PERGUNTAS da TFP ao padre José Comblin e aos que o aplaudem. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 18, nº 212-214, p. 4, agosto-outubro de 1968.

Acta Synodalia Sacrosancti Concilii Oecumenici Vaticani II. Disponível em: <https://archive.org/search?query=acta+synodalia>. Acesso em 18 de julho de 2022.

AI do homem pelo qual vem o escândalo. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 9, p. 6, 13 de julho de 1986.

AMERIO, Romano. **Iota Unum**: um estudo das mudanças na Igreja Católica no século XX. Rio de Janeiro: Permanência, 2020.

AULAGNIER, Paul. **A herança doutrinária de Marcel Lefèbvre**. São Paulo: Montfort, 2017.

ALBERIGO, Giuseppe. **Breve história do Concílio Vaticano II**. Aparecida: Editora Santuário, 2013.

ALBERIGO, Giuseppe. **História dos Concílios Ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **História do Concílio Vaticano II** (vol. I). Petrópolis: Vozes, 1996.

ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **História do Concílio Vaticano II** (vol. II). Petrópolis: Vozes, 2000.

ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **Storia del Concilio Vaticano II: il concilio adulto** (vol. III). Bologna: Il Mulino, 1998.

ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **Storia del Concilio Vaticano II: la chiesa come comunione**. (vol. IV). Bologna: Il Mulino, 1999.

ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **Storia del Concilio Vaticano II: concilio di transizione**. (vol. V). Bologna: Il Mulino, 2001.

ALBERIGO, Giuseppe. **Angelo José Roncalli, João XXIII**. São Paulo: Paulinas, 2000.

ALBERIGO, Giuseppe. **Igreja e História**. São Paulo: Paulus, 1999.

ALBERIGO, Giuseppe. Instituições eclesiais para a salvaguarda da ortodoxia. **Concilium**, Petrópolis, v. 212, n. 4, 1987.

ALMEIDA, João Carlos; Manzini, Rosana; Maçaneiro, Marcial (org) **As janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida: Editora Santuário, 2013.

ALENCAR JUNIOR, Moacir Pereira. **Plínio Correa de Oliveira: pensamento católico e ação política na Era Vargas (1930-1945)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

ANGELINA, N. A.; ALBERIGO, G. **Giovanni XXIII**. Profezia nella fedeltà. Brescia: Queriniana, 1978.

ASENSIO, Luis Medina. **Historia del Colegio Pío Latino Americano (1858-1978)**. México: Editorial Jus, 1979.

AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil**: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170, 2012.

AQUINO, Maurício de. **O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação.** Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 11, n. 32, p. 1485-1505, 15 dez. 2013.

ANTOINE, Charles. **O integrismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

ARRAES, Virgílio Caixeta. **De Pio XII a Paulo VI:** do conservadorismo à incerteza da renovação durante a Guerra Fria. Revista de Informação Legislativa, Brasília-DF, v. 42, n.165, p. 77-98, 2005.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1986.

ARAUJO, Edvaldo M. **Dom Hélder Câmara:** Profeta-peregrino da justiça e da paz. Aparecida: ideias e Letras, 2012.

A SUA santidade o Papa João XXIII. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 8, p. 2, nº 95, novembro de 1958.

A CONTRARREVOLUÇÃO. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 9, p. 1, nº 100, abril de 1959.

AUBERT, Roger. **A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno** (Tomo I). Petrópolis: Vozes, 1975.

A TFP e a sagração episcopal de Écône. **Catolicismo**, São Paulo, ano 38, nº 452, p. 2, agosto de 1988.

ALDAZÁBAL, José. **A Eucaristia.** Petrópolis: Vozes, 2002.

AZEVEDO, Thales de. **Catolicismo no Brasil:** um campo para a pesquisa social. Salvador: EDUFBA, 2002.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil:** Terceira época. Petrópolis: Vozes, 2008.

AZZI, Riolando. D. Romualdo Seixas e D. Macedo Costa: dois propugnadores da liberdade da Igreja no século passado. **Revista de Cultura**, Petrópolis, n. 6, p. 53-59, agosto de 1974.

AZZI, Riolando. **A neocristandade:** um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.

BALEREIRO, Cleber Araújo Souto. **O Retorno da religião na época da superação da metafísica.** 2009 (Mestrado em Ciências da Religião). Faculdades de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo.

BACCI, Antonio. Sacra Congregazione dei Seminari e delle università degli Studi. **Il Latino:** lingua viva nella Chiesa. Roma, 1957.

BARAÚNA, Frei Guilherme (dir.). **A Igreja do Vaticano II.** Petrópolis: Vozes, 1965.

BARAÚNA, Guilherme. O estado atual da controvérsia sobre a co-redenção de Maria. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 20, fasc. 2, junho de 1960.

BARAÚNA, Luiz J. Brasil. In: BEOZZO, José Oscar (org.). **A Igreja Latino-Americana às vésperas do Concílio**: história do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulinas, 1993.

BARBERINI, Giovanni. **L'Ostpolitik dela Santa Sede**: um diálogo longo e faticoso. Roma: Mulino, 2007.

BEA, A. L'enciclica "Humani generis" e gli studi biblici. **Civiltà Cattolica**, Roma, v. 4, quad. 2410, p. 417- 430, novembre 1950.

BEDA, keckeisen Dom. **Missal Quotidiano**. Salvador: Arquibade, 1947.

BELLITTO, Christopher M. **História dos 21 concílios da Igreja**: de Niceia ao Vaticano II. São Paulo: Loyola, 2010.

BENEDETTI, Luiz Roberto. **Os santos nômades e o Deus estabelecido**. São Paulo: Paulinas, 1984.

BEOZZO, José Oscar. Recepção do Concílio Vaticano II na Igreja do Brasil. In: PASSOS, João Décio. SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **O Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus e Paulinas, 2015.

BEOZZO, José Oscar. Presença e atuação dos Bispos brasileiros no Vaticano II. In: GONÇALVES, P.S.L e BOMBONATO, V.I. **Concílio Vaticano II análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

BEOZZO, José Oscar e ALBERIGO, Giuseppe. **Herança espiritual de João XXIII** – olhar posto no amanhã. São Paulo: Paulinas, 1993.

BEOZZO, José Oscar. **Os Padres Conciliares Brasileiros no Concílio Vaticano II**: Participação e Prosopografia 1959-1965. Tese. (Doutorado em História). USP. São Paulo, 2001.

BEOZZO, José Oscar. Presença e Atuação dos Bispos Brasileiros no Vaticano II. In: BOMBONATTO, Vera, e GONÇALVES, Paulo Sérgio L. (ORG.) **Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, 2004.

BEOZZO, José Oscar. A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil. In: INP (Org.) **Presença pública da Igreja no Brasil**: Jubileu de ouro da CNBB (1952-2002). São Paulo: Paulinas, 2003.

BEOZZO, José Oscar. O Concílio Vaticano II: etapa preparatória. In: LORSCHIEDER, A. et al. **Vaticano II: 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BERGER, Peter L. **Rumor de anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. Petrópolis: Vozes, 1997.

BERGER, Peter. **Una gloria remota: avere fede nell'epoca del pluralismo**. Bologna: Il Mulino, 1994.

BISPO reúne religiosos e decide sobre vestuário. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 4, p. 2, 24 de Novembro de 1981.

BISPO leva multidão para procissão. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 5, p. 1, 11 de junho de 1982.

BISPO confirma ameaça de morte. **Folha da Manhã**. Campos dos Goytacazes, ano 5, p. 1, 11 de junho de 1982.

BISPO recebe hoje chave da paróquia do Saco. **A Cidade**. Campos dos Goytacazes, ano 52, nº 127, p. 2, 01 de setembro de 1986.

BISPO critica conservadores e pode afastar padre Geraldo. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 5, p. 1, 03 de janeiro de 1982.

BISPO celebra a 1ª missa de 1983 e empossa padre. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 6, p. 1, 02 de janeiro de 1983.

BISPO não vê necessidade de debate. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 7, p. 2 30 de setembro de 1985.

BISPO de Campos vai para Niterói. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 13, p. 1, 10 de maio de 1990.

BOMBONATTO, Vera I.; GONÇALVES, Paulo Sérgio L. (orgs.). **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BUGNINI, Annibale. **A Reforma Litúrgica (1948-1975)**. São Paulo: Paulinas, Paulus, Loyola, 2018.

BUONASORTE, Nicla. **Siri: tradizione e Novecento**. Bologna: Il Mulino, 2006.

BUONASORTE, Nicla. **Tra Roma e Lefebvre: il tradizionalismo cattolico italiano e il Concilio Vaticano II**. Roma: Edizioni Studium, 2003.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **O influxo ultramontano no Brasil e o pensamento de Plínio Correa de Oliveira**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Instituto de Ciências Humanas e Letra, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os Baluartes da Tradição: O Conservadorismo Católico Brasileiro no Concílio Vaticano II**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Instituto de Ciências Humanas e Letra, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Uma questão de conceito: o mundo católico e o tradicionalismo no século XIX. In: PEIXOTO, Renato; Zanotto, Gizele. **Direitas e Religião no Brasil: 1920-1940**. Passo Fundo: Acervus, 2023.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Sociabilidade anticomunista em movimento: A TFP na primeira sessão do Concílio Vaticano II (1962). In: STEFANO, Roberto di; SILVA, Ana Rosa Clotet da. (Org.) **Catolicismos em perspectiva histórica: Argentina y Brasil en dialogo**. Santa Rosa: IEHSOLP Ediciones, 2020.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os Baluartes da Tradição: O Conservadorismo Católico Brasileiro no Concílio Vaticano II**. Curitiba: ed. CRV, 2011.

CALDEIRA, Rodrigo. Coppe. Bispos conservadores brasileiros no Concílio Vaticano II (1962-1965): D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer. **Horizonte** - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 9, n. 24, p. 1010-1029, 30 jan. 2012.

CALDERÓN, Álvaro. **A candeia debaixo do alqueire**: questão disputada sobre a autoridade doutrinal do Magistério eclesiástico a partir do Concílio Vaticano II. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2009.

CAMPBELL, Juan Gonzalo Larrain. **Plinio Correa de Oliveira denuncia no seu nascedouro a revolução progressista**, no livro em Defesa da Ação Católica. São Paulo: editora Artpress, 2017.

CAPRILE, G. **II Concilio Vaticano II** (5 volumi). Roma: Civiltà Cattolica, 1966-1968.

CARLI, Luigi Maria. **È possibile discutere serenamente della questione giudaica?**. Rovigo: Istituto Padano di Arti Grafiche. Estratto da “Palestra del Clero”, n. 9, del 1º maggio 1965a.

CARLI, Luigi Maria. **L’ultima settimana della III Sessione Conciliare**. Rovigo: Istituto Padano di Arti Grafiche, 1965c.

CARLI, Luigi Maria. **La questione giudaica davanti al Concilio Vaticano II**. Rovigo: Istituto Padano di Arti Grafiche. Estratto da “Palestra del Clero”, n. 4, del 15 febbraio 1965.

CARLI, Luigi Maria. **Maria Santissima: Madre e Prototipo della Chiesa**. Roma: Oikoumenikon, 1965b.

CARLI, Mons. Luigi Maria. **La Chiesa a Concilio**. Lettera Pastorale al Clero Secolare e Religioso della Diocesi. Roma: Scuola Tipografica, 1963.

CARBONE, Vincenzo. **Il “diário” conciliare di monsignor Pericle Felice**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2016.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007**. Revista de Estudos da Religião dezembro, 2008, pp. 9-47.

CAMPOS unida na fé de Roma. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 25, p. 1, 18 de janeiro de 2002.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas:** o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATEDRAL em obras, **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 7, p. 2, 02 de setembro de 1984.

CARTAS, padre José Collaço esclarecimento. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 9, p. 3, 17 de janeiro de 1986.

CATHOLICUS. **II Concilio e l'assalto Centro-Europeu**. Roma: mimeo, 1963.

CHALET, Jean-Anne. **Monseigneur Lefèbvre:** o bispo rebelde. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

CNBB. Plano de Pastoral de Conjunto: 1965-1970. Brasília: Dom Bosco Editora, 2004.

CIPRIANI, Gabriele. **Itinerário ecumênico de João XXIII**. São Paulo: Paulinas, 1985.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987.

COMBY, Jean. **Para ler a História da Igreja II**. De século XV ao século XX. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

CONGAR, Yves. **Igreja e Papado**. São Paulo: Loyola, 1997.

CONGAR, Yves. **Diálogos de outono**. São Paulo: Loyola, 1990.

CONGAR, Yves. **Diario del Concilio**. 2 vols. Milano: San Paolo, 2005.

CONGAR, Yves. **Dom Lefebvre, defensor da Tradição?** Os discernimentos necessários. Concilium, Petrópolis, v. 139, fasc. 9, p. 94-103, 1978.

CONGAR, Yves. **La crisi nella chiesa e mons. Lefebvre**. Brescia: Queriniana, 1976.

CONGAR, Yves. **Os leigos na igreja:** escalões para uma Teologia do Laicato. São Paulo: Herder, 1966.

CORÇÃO, Gustavo. **O século do nada**. Campinas: Vide Editorial, 2020.

DANIEL-ROPS, Henri. **A Igreja das revoluções:** um combate por Deus (vol. 2). São Paulo: Quadrante, 2006.

DAVIES, Michael T. **Bombas-relógio litúrgicas no Vaticano II:** destruição da fé por meio de mudanças no culto católico. São Paulo: Flos Carmeli Edições, 2019.

DAVIES, Michael T. **A Reforma Litúrgica de Cranmer:** a destruição do catolicismo por meio da mudança litúrgica. Niterói: editora Permanência, 2017.

DAVIES, Michael T. **O Concílio de João XXIII**. Niterói: editora Permanência, 2017.

DAVIES, Michael T. **Missa Nova de Paulo VI**. Niterói: editora Permanência, 2017.

DA PALEONTOLOGIA à metafísica, história de uma extrapolação, implicações marxistas do teillardismo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 16, nº 183, p. 3, março de 1966.

DAWSON, Christopher. **Os Deuses da Revolução**. São Paulo: É Realizações, 2018.

DAWSON, Christopher. **Criação do Ocidente: A Religião e a Civilização Medieval**. São Paulo: É Realizações, 2016.

DELASSUS, Henri. **A Conjuração Anticristã: o templo maçônico que quer se erguer sobre as ruínas da Igreja Católica**. Campinas: Castela, 2016.

DE MAISTRE, J. **Du Pape**. Paris: Charpentier, 1872.

DENZINGER, Hunerman. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. São Paulo: Paulinas, 2005.

DIAS, Romualdo. **Imagens da Ordem: A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil 1922-1933**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

DIAS, João S. Clá. **O Dom de Sabedoria na mente, vida e obra de Plínio Corrêa de Oliveira**. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2016.

DIOCESE poderá mover ação para reaver Igreja do saco. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 9, p. 3, 29 de julho de 1986.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 2001.

DOIS pesos e duas medidas ajudando a dividir a igreja. **Heri et Hodie**, Campos dos Goytacazes, ano VI, nº 59, novembro de 1988.

DOM Antônio, um bispo conservador. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 3, p. 7, 17 de setembro de 1981.

DOM CARLOS afasta dois párocos da diocese. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 5, p. 3, 10 de novembro de 1982.

DOM CARLOS confirma a exoneração de 3 tradicionalistas. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 8, p. 3, 20 de março de 1985.

DOM JOÃO Corso com agenda cheia até a saída. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 18, p. 3, 8 de outubro de 1995.

DOM LEME. **Carta Pastoral a Olinda**. Olinda: mimeo, s/d.

DOM NAVARRO assume em clima de festa. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 4, p. 1, 16 de Novembro de 1981.

DONOSO CORTES, J. **Ensayo sobre el catolicismo el Liberalismo y el Socialismo**. Buenos Aires: Americalee, 1943.

FAGGIOLI, Massimo. **Vaticano II a luta pelo sentido**. São Paulo: Paulinas, 2013.

FAGGIOLI, Massimo. **Il vescovo e il concilio**: modello episcopale e aggiornamento al Vaticano II. Bologna: Il Mulino, 2005.

FATTORI, M. T.; MELLONI, A. (a cura di). **L'evento e le decisioni**: studi sulle dinamiche del Vaticano II. Bologna: Il Mulino, 1997.

FELÍCIO, Manoel da Rocha. **Na viragem do século (XIX-XX)**: a crise modernista. Viseu: Máthesis, 2002.

FERNANDES, Cléa Alves Figueiredo. **Jackson de Figueiredo**: uma trajetória apaixonada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

FESQUET, H. **Le journal du Concile**. St. Martin: Folcalquier, 1966.

FLEICHMAN, Dom Lourenço. **Tradição versus Vaticano**: Dossiê completo das negociações entre Mgr. Lefebvre e o Vaticano (1988-2001). Niterói: Permanência, 2001.

FOUILLOUX, Étienne. Les mouvements réformistes dans la pensée catholique européenne (première moitié du XX siècle). In: ROUTHIER, Gilles. **Vatican II au Canada**: emracinement et reception. Québec: Ed. Fides, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2011.

FEDELI, Orlando. **Vaticano II**: nem dogmático, nem pastoralmente correto. São Paulo: Montfort, 2017.

FLORIDI, Ulisse Alessio. **O radicalismo católico brasileiro**: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil. São Paulo: Hora Presente, 1973.

FLORISTAN, Casiano. **Vaticano II**: un concilio pastoral. Salamanca: Sígueme, 1990.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, ano 48, Nº 14489, 15 de fevereiro de 1969.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, ano 52, Nº 15867, 25 de novembro de 1972.

FOUILLOUX, Étienne. Les mouvements réformistes dans la pensée catholique européenne (première moitié du XX siècle). In: ROUTHIER, Gilles. **Vatican II au Canada**: emracinement et reception. Québec: Ed. Fides, 2001.

FOUILLOUX, Étienne. Integrismo católico e direitos humanos. In: ACAT. **Fundamentalismos integrismos**: uma ameaça aos direitos humanos. São Paulo: Paulinas, 2001.

FRATERNIDADE SACERDOTAL SÃO PIO X. **O problema da reforma litúrgica**: a missa de Paulo VI e do Vaticano II, estudo teológico e litúrgico. Niterói: Permanência, 2001.

FRATERNITÉ SAINT PIE X. **Écône**: portes ouverts. 1976.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Viagens**: um estudo da viagem religiosa de Ita, Baixo Amazonas. 2. Ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1976.

GAMA, Victor Almeida. **As Representações Tefepistas do Concílio Vaticano II** (1959-1988). 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Departamento de Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GODOY, Manoel de. CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano. In: PASSOS, João Décio. SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **O Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus e Paulinas, 2015.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. SOUZA, Ney de. **Catolicismo e Sociedade Contemporânea**: do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2013.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. **Ontologia hermenêutica e Teologia**. Aparecida: Santuário, 2011.

GONÇALVES, Marcos. **As tentações integristas**: Um estudo sobre as relações entre catolicismo e política no Brasil: 1908-1937. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

GUIMARÃES, Atila Sinke. **Refutação da TFP a uma investida frustra**. Volume I. São Paulo: Artpress, 1984.

HAUCK, João Fagundes; GRAGOSO, Hugo; BEOZZO, José Oscar; GRIJP, Klaus van der; BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil**: Ensaio de interpretação a partir do povo: Segunda Época, século XIX. Petrópolis: Vozes, 2008.

HIERARQUIA e questão de fé dividem Igreja Católica no NF. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 9, p. 1, 20 de julho de 1986.

HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. In.: VAINFAS, Ronaldo, CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 329-352.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **Catolicismo**: el desafio de la Memoria. Sociedad y Religión, n. 14/15, novembro de 1996.

HIRPINUS. **A “nova Teologia”**: Os que pensam que venceram. Niterói: Permanência, 2001.

HOORNARTE, Eduardo. **Formação do Catolicismo Brasileiro**: 1550/1800. Petrópolis: Vozes, 1991.

ISNARD, D. Clemente José Carlos (OSB). Apêndice “O movimento litúrgico no Brasil”. In: BOTTE, Bernard (OSB). **O Movimento Litúrgico**. São Paulo: Paulinas, 1978.

JOSAPHAT, Carlos. Colegialidade *In*: PASSOS, João Décio. SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **O Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus e Paulinas, 2015.

JUNGSMANN, Josef Andreas. **Missarum Sollemnia**: origens, liturgia, história e Teologia da missa romana. São Paulo: Paulus, 2008.

KASPER, Walter. **Teologia e Iglesia**. Barcelona: Herder, 1989.

KASPER, Walter. **A Igreja Católica**: essência, realidade, missão. São Leopoldo, 2012.

KLOPPENBURG, Pe. Frei Boaventura. **Concílio Vaticano II**: documentário pré-conciliar (vol. I). Petrópolis: Vozes, 1962.

KLOPPENBURG, Pe. Frei Boaventura. **Concílio Vaticano II**: primeira sessão (set-dez. 1962). (vol. II). Petrópolis: Vozes, 1962.

KLOPPENBURG, Pe. Frei Boaventura. **Concílio Vaticano II**: quarta sessão (set-dez. 1965). (vol. V). Petrópolis: Vozes, 1965.

KLOPPENBURG, Pe. Frei Boaventura. **Concílio Vaticano II**: segunda sessão (set-dez. 1963). (vol. III). Petrópolis: Vozes, 1963.

KLOPPENBURG, Pe. Frei Boaventura. **Concílio Vaticano II**: terceira sessão (set-dez. 1964). (v. IV). Petrópolis: Vozes, 1963.

LAJE do Muriaé se divide, mas ainda apoia Dom Navarro. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 6, p. 3, 16 de setembro de 1983.

LAPIDE, P. E. **Rome et les juifs**. Paris: Éditions du Seuil, 1967.

LAY, Benny. **Il Papa non eletto**: Giuseppe Siri cardinale di Santa Romana Chiesa. Roma Bari: Laterza, 1993.

7 DIAS em revista. **Legionário**, São Paulo, ano 12, nº 300, p. 2, 12 de junho de 1938.

LE MOAL, Frédéric. **Les Divisions du Pape**: le Vatican face aux dictatures 1917-1989. Paris: Perrin, 2016.

LEFEBVRE, M. **J'accuse le Concile!** Paris: Saint-Gabriel, 1976.

LEFEBVRE, M. **Un vescovo parla**. Milano: Rusconi, 1995.

LEFEBVRE, Mons. Marcel. **Do Liberalismo à apostasia**: a tragédia conciliar. Rio de Janeiro: Permanência, 1991.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LE SEL DE LA TERRE. AVRILLE: Editions du Sel, nº 37, edição especial, agosto. 2001.

LEIRIAS, Daniela de Araújo. **“Louvado Seja o Santíssimo Sacramento”**. O AntiComunismo Católico e a formação da identidade e da espacialidade norte-rio-grandense. 2016. Dissertação

(Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

LIMA, Alceu Amoroso. **João XXIII**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

LIMA, Alceu Amoroso. **Memórias Improvisadas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

LIMA, Alceu Amoroso. **O Cardeal Leme: um depoimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

LIMA, Maria de Lourdes Corrêa. Dei Verbum. In: PASSOS, João Décio. SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus e Paulinas, 2015.

LIA, Cristine. **História das religiões e religiosidades: contribuições e novas abordagens**. AEDOS. Porto Alegre. PPGH-UFRGS, n. 11 vol. 4 - Set. 2012.

LIBÂNIO, João Batista. **As lógicas da Cidade: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LIBANIO, João Batista. **A volta à grande disciplina**, reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja. São Paulo: Loyola, 1984.

LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão**. São Paulo: Loyola, 2005.

LIBANIO, João Batista. **Igreja contemporânea: encontro com a modernidade**. São Paulo: Loyola, 2000.

LIBANIO, João Batista; MURAD, Afonso. **Introdução à Teologia: perfil, enfoques, tarefas**. São Paulo: Loyola, 1996.

LIMA, Lizânias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira**. Um cruzado do século XX. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 1984.

LINDEMBERG, Adolpho. **Meu primo Plinio Corrêa de Oliveira**. São Paulo: Artpress, 2015.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil - 1916-1985**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MALLERAIS, Bernard Tissier. **Marcel Lefebvre: une vie**. Étampes: Clovis, 2002.

MALLERAIS, Bernard Tissier de. **Marcel Lefèbvre: a biografia**. São Paulo: editora São Pio X, 2021.

MACHADO, Antônio Augusto Borelli. D. Geraldo de Proença Sigaud: brilhante atuação que repercutiu em todo o continente. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 18, nº 216, p. 2, dezembro de 1968.

MARCHETTO, Agostino. **Il Concilio Vaticano II: contrappunto per la sua storia**. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2005.

MARGERIE, Bertrand de. **Liberté religieuse et règne du Christ**. Paris: Cerf, 1988.

MARITAIN, Jacques. **O camponês do Garona**. Lisboa: União Gráfica, 1967.

MARITAIN, Jacques. **Primauté du spiritual**. Paris: Plon, 1945.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: de Lutero a nossos dias** (vol. IV). São Paulo: Loyola, 1997.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: de Lutero aos nossos dias** (vol. III). São Paulo: Loyola, 1996.

MARTINA, Giacomo. Il contesto storico in cui è nata l'idea di un nuovo concilio ecumenico. In: LATOURELLE, René (a cura di). **Vaticano II: bilancio e prospettive venticinque anni dopo** (1962-1987). Assisi: Cittadella, 1987.

MARTINA, Giacomo. Paolo VI e la ripresa del Concilio. In: ISTITUTO PAOLO VI. **Paolo VI e i problemi ecclesiologici al Concilio**. Brescia: Studium, 1989.

MATTEI, Roberto de. **O cruzado do século XX**: Plínio Corrêa de Oliveira. Porto: Editora Civilização, 1997.

MATTEI, Roberto de. **O Concílio Vaticano II: uma história nunca escrita**. Porto: Caminhos Romanos, 2011.

MATTEI, Roberto de. **Le Ralliement de Léon XIII: l'échec d'un projet pastoral**. Paris: Les éditions du cerf, 2016.

MATTEI, Roberto de. **Pio IX**. Porto: Editora Civilização, s/d.

MAYER, Antônio de Castro. **Por um Cristianismo Autêntico**. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1971.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. Pela Fé. **Heri et Hodie**, Campos dos Goytacazes, ano VI, nº 60, dezembro de 1988.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. Ainda o Vaticano II. **Heri et Hodie**, Campos dos Goytacazes, ano VI, nº 58, outubro de 1988.

MAYER, Antônio de Castro. Assis. **Heri et Hodie**, Campos dos Goytacazes, ano IV, nº 35, novembro de 1986.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. Sobre o Vaticano II. **Heri et Hodie**, Campos dos Goytacazes, ano II, nº 14, outubro de 1984.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. A Grandeza do Sacerdócio. **Legionário**, São Paulo, ano 15, nº 473, 5 outubro de 1941, p. 4.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. Representante da Hierarquia. **Legionário**, São Paulo, ano 16, nº 555, 28 de março de 1943, p. 4.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. Os padres e a Ação Católica. **Legionário**, São Paulo, ano 16, nº 557, 11 de abril de 1943, p. 4.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. Lei Viva. **Legionário**, São Paulo, ano 16, nº 559, 25 de abril de 1943, p. 4.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. Semana de estudos para o clero. **Legionário**, São Paulo, ano 16, nº 559, 25 de abril de 1943, p. 4.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. Formação. **Legionário**, São Paulo, ano 16, nº 563, 23 de maio de 1943, p. 4.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. Formar. **Legionário**, São Paulo, ano 16, nº 565, 06 de junho de 1943, p. 4.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. Notas sobre a Ação Católica. **Legionário**, São Paulo, ano 17, nº 567, 26 de junho de 1943, p. 4.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. Instituições Leigas. **Legionário**, São Paulo, ano 17, nº 569, 04 de julho de 1943, p. 4.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. Formação. **Legionário**, São Paulo, ano 17, nº 577, 29 de agosto de 1943, p. 4.

MAYER, Antônio de Castro Mayer. Formação. **Legionário**, São Paulo, ano 17, nº 579, 12 de setembro de 1943, p. 4.

MAYER, Antônio de Castro. Semana anticomunista no seminário central. **Legionário**, São Paulo, ano 17, nº 582, 03 de outubro de 1943, p. 4.

MAYER, Antônio de Castro. 1º aniversário de catolicismo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 2, nº 13, janeiro de 1952.

MAYER, Antônio de Castro. 2º aniversário de catolicismo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 3, nº 25, janeiro de 1953.

MAYER, Antônio de Castro. Carta pastoral sobre problemas do apostolado moderno – Contendo um Catecismo de verdades oportunas que se opõem a erros contemporâneos. **Catolicismo**. Campos dos Goytacazes, ano 3, nº 31, julho de 1953.

MAYER, Antônio de Castro. Considerações sobre Catolicismo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 4, nº 43, julho de 1954.

MAYER, Antônio de Castro. Reinado eucarístico de Jesus Cristo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 4, nº 46, janeiro de 1954.

MAYER, Antônio de Castro. Mensagem de Dom Antônio de Castro Mayer no 4º aniversário de Catolicismo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 5, nº 49, janeiro de 1955.

MAYER, Antônio de Castro. Sacerdócio e eucarística. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 5, nº 55, julho de 1955.

MAYER, Antônio de Castro. Adoração diária, índice e causa do progresso de uma diocese. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 5, nº 58, outubro de 1955.

MAYER, Antônio de Castro. Mensagem de Dom Antônio de Castro Mayer no 5º aniversário de catolicismo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 6, nº 61, janeiro de 1956.

MAYER, Antônio de Castro. Mensagem no 6º aniversário de Catolicismo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 7, nº 73, janeiro de 1957.

MAYER, Antônio de Castro. Mensagem sobre alocução de Pio XII ao II congresso do Apostolado dos leigos. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 8, nº 85, janeiro de 1958.

MAYER, Antônio de Castro. A grande crise (Influência do cinema na formação espiritual e moral do público). **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 8, nº 94, outubro de 1958.

MAYER, Antônio de Castro. Mensagem a propósito do 8º aniversário de Catolicismo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 9, nº 97, janeiro de 1959.

MAYER, Antônio de Castro. A mais importante das artes. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 9, nº 98, fevereiro de 1959.

MAYER, Antônio de Castro. São João Maria Vianney, modelo de pároco eficiente. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 9, nº 104, julho de 1959.

MAYER, Antônio de Castro. Excelente método de educação litúrgica. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 9, nº 108, dezembro de 1959.

MAYER, Antônio de Castro. Situação perante a Igreja do batizado de boa fé. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 10, nº 111, março de 1960.

MAYER, Antônio de Castro. O sentido genuíno da caridade de São Vicente de Paulo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 10, nº 117, setembro de 1960.

MAYER, Antônio de Castro. Glória a Deus, paz na terra aos homens de boa vontade. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 10, nº 120, dezembro de 1960.

MAYER, Antônio de Castro. A cosmovisão de Teilhard de Chardin. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 10, nº 120, dezembro de 1960.

MAYER, Antônio de Castro. Sobre o 10º aniversário de Catolicismo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 11, nº 121, dezembro de 1961.

MAYER, Antônio de Castro. As objeções do Exmo. Arcebispo de Goiânia. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 10, nº 126, junho de 1961.

MAYER, Antônio de Castro. Carta Pastoral prevenindo os diocesanos contra os ardis da seita comunista. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 11, nº 127, julho de 1961.

MAYER, Antônio de Castro. Os acontecimentos dramáticos que marcaram a vida dos brasileiros no decurso de 1961. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 12, nº 133, janeiro de 1962.

MAYER, Antônio de Castro. A Igreja e a invasão de terras no estado do Rio de Janeiro. Edital da diocese de Campos. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 12, nº 134, fevereiro de 1962.

MAYER, Antônio de Castro. O concílio e a união dos cristãos. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 12, nº 142, outubro de 1962.

MAYER, Antônio de Castro. Duodécimo aniversário de catolicismo. **Catolicismo**, ano 13, nº 145, janeiro 1963.

MAYER, Antônio de Castro. À margem do Concílio. **Catolicismo**, ano 13, nº 148, abril de 1963.

MAYER, Antônio de Castro. 20 anos depois, em defesa da Ação Católica. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 13, nº 150, junho de 1963.

MAYER, Antônio de Castro. A exegese tradicional e *Divino Afflante Spiritu*. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 13, nº 154, outubro de 1963.

MAYER, Antônio de Castro. Carta pastoral castidade, humildade, penitência características do cristão alicerce da ordem social. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 13, nº 155, novembro de 1963.

MAYER, Antônio de Castro. A situação dos leigos na Igreja. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 13, nº 156, dezembro de 1963.

MAYER, Antônio de Castro. Mensagem no 13º aniversário de catolicismo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 14, nº 157, janeiro de 1964.

MAYER, Antônio de Castro. Os documentos conciliares sobre sagrada Liturgia e instrumentos de comunicação social. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 14, nº 158, fevereiro de 1964.

MAYER, Antônio de Castro. O Integrismo, caviloso mito publicitário. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 14, nº 164, agosto de 1964.

MAYER, Antônio de Castro. Decreto sobre o uso do vernáculo nos atos litúrgicos – segurança doutrinária e senso pastoral. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 14, nº 165, setembro de 1964.

MAYER, Antônio de Castro. Carta pastoral pelo feliz êxito da III sessão do Concílio. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 14, nº 166, outubro de 1964.

MAYER, Antônio de Castro. Mais um ano de luta gloriosa e eficaz pelas verdades esquecidas. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 15, nº 169, janeiro de 1965.

MAYER, Antônio de Castro. Instrução pastoral sobre a Igreja. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 15, nº 174, maio de 1965.

MAYER, Antônio de Castro. Instrução pastoral sobre a Igreja. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 15, nº 175, junho de 1965.

MAYER, Antônio de Castro. Circular do sr. Bispo diocesano sobre o livro do padre Charbonneau. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 15, nº 177, agosto de 1965.

MAYER, Antônio de Castro. Catolicismo completa 15 anos de vida. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 16, nº 181-182, janeiro de 1966.

MAYER, Antônio de Castro. Carta pastoral Considerações a propósito da aplicação dos documentos promulgados pelo Concílio Ecumênico Vaticano II. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 16, nº 185, maio de 1966.

MAYER, Antônio de Castro. Carta pastoral Considerações a propósito da aplicação dos documentos promulgados pelo Concílio Ecumênico Vaticano II. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 16, nº 186, junho de 1966.

MAYER, Antônio de Castro. Admira que um sacerdote ouse escrever tal livro. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 17, nº 194, fevereiro de 1967.

MAYER, Antônio de Castro. Carta Pastoral por ocasião do 250º aniversário do encontro da milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e do 50º aniversário das aparições de Nossa Senhora do Rosário em Fátima: Sobre a preservação da Fé e dos bons costumes. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 17, nº 196, junho de 1967.

MAYER, Antônio de Castro. A Rússia espalhará seus erros pelo mundo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 17, nº 197, maio de 1967.

MAYER, Antônio de Castro. Vem hoje a lume o ducentésimo número do nosso catolicismo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 17, nº 200, agosto de 1967.

MAYER, Antônio de Castro. Os progressistas, le paysan de la Garonne e o diálogo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 17, nº 200, agosto de 1967.

MAYER, Antônio de Castro. Modernismo, Comunismo e Fátima. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 17, nº 201, setembro de 1967.

MAYER, Antônio de Castro. Catolicismo inicia seu 18º aniversário de vida. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 18, nº 205, janeiro de 1968.

MAYER, Antônio de Castro. Não há paz para os maus – oportuna circular do Exmo. Sr. Bispo diocesano. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 18, nº 205, janeiro de 1968.

MAYER, Antônio de Castro. A Populorum progressio está em conTradição com a Rerum Novarum? **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 18, nº 207, março de 1968.

MAYER, Antônio de Castro. Breves considerações sobre o bom conselho. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 18, nº 208-209, abril-maio de 1968.

MAYER, Antônio de Castro. A nova Igreja? **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 18, nº 211, julho de 1968.

MAYER, Antônio de Castro. Preservar a Integridade da fé. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 18, nº 215, novembro.

MAYER, Antônio de Castro. Mensagem a propósito do 18º aniversário de Catolicismo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 19, nº 217, janeiro de 1969.

MAYER, Antônio de Castro. Em ascensão triunfal a heresia modernista. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 19, nº 220-221, abril-maio de 1969.

MAYER, Antônio de Castro. Uma biografia edificante e oportuna. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 19, nº 222, junho de 1969.

MAYER, Antônio de Castro. Carta pastoral sobre o Santo Sacrifício da Missa. Uma biografia edificante e oportuna. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 19, nº 227, novembro de 1969.

MAYER, Antônio de Castro. Mensagem do bispo diocesano (mensagem a propósito do 19º aniversário de Catolicismo). **Catolicismo**. Ano 20, nº 229, janeiro de 1970.

MAYER, Antônio de Castro. O celibato nos primeiros séculos da Santa Igreja. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 20, nº 230, fevereiro de 1970.

MAYER, Antônio de Castro. Dialogando francamente. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 20, nº 231, março de 1970.

MAYER, Antônio de Castro. Infiltrações inimigas na Igreja. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 20, nº 236, agosto de 1970.

MAYER, Antônio de Castro. Centenário do patrocínio de São José-mandamento. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 20, nº 240, dezembro de 1970.

MAYER, Antônio de Castro. Vinte anos de fidelidade. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 21, nº 241, janeiro de 1971.

MAYER, Antônio de Castro. L'osservatore Romano: origem e evolução. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 21, nº 243, março de 1971.

MAYER, Antônio de Castro. Carta pastoral Aggiornamento e Tradição. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 21, nº 246, junho de 1971.

MAYER, Antônio de Castro. Zelo e fidelidade: mensagem a propósito 22º aniversário de Catolicismo. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 22, nº 253, janeiro de 1972.

MAYER, Antônio de Castro. Instrução pastoral sobre confissão. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 22, nº 262, outubro de 1972.

MAYER, Antônio de Castro. Pastoral sobre cursilhos. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 22, nº 264, dezembro de 1972.

MAYER, Antônio de Castro. Mensagem de Dom Antônio de Castro Mayer – os fatos se atropelam no anseio de chegar ao desenlace da crise. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 23, nº 265, janeiro de 1973.

MAYER, Antônio de Castro. “Le sillon” cursilhos e subversão. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 23, nº 266, fevereiro de 1973.

MAYER, Antônio de Castro. Sobre o Ano Santo – circular o Exmo. Revmo. Sr. Bispo diocesano. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 24, nº 277, janeiro de 1974.

MAYER, Antônio de Castro. D. Mayer: Quem ainda é católico na Igreja Católica? **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 25, nº 291, março de 1975.

MAYER, Antônio de Castro. Carta Pastoral Pelo Casamento Indissolúvel: o divórcio em face da Revelação, do Magistério da Igreja e do Direito Canônico. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 25, nº 293, maio de 1975.

MAYER, Antônio de Castro. Mensagem do sr. Bispo diocesano no jubileu de prata de **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 26, nº 301-302, janeiro de 1976.

MAYER, Antônio de Castro. Comungar na mão é contrário à Tradição. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 26, nº 309, setembro de 1976.

MAYER, Antônio de Castro. Realeza universal de Nosso Senhor Jesus Cristo – carta pastoral de D. Antônio de Castro Mayer. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 27, nº 314, fevereiro de 1977.

MAYER, Antônio de Castro. Ecumenismo ou heresia? **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 28, nº 326, fevereiro de 1978.

MAYER, Antônio de Castro. 27 anos travando o bom combate. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 28, nº 326, fevereiro de 1978.

MAYER, Antônio de Castro. Reparos ao documento de Puebla. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 28, nº 329, maio de 1978.

MAYER, Antônio de Castro. Carta Pastoral sobre a Mediação Universal de Maria Santíssima – carta pastoral de D. Antônio de Castro Mayer. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, Ano 28, nº 332, agosto de 1978.

MAYER, Antônio de Castro. Circular de orientação pastoral ao clero de Campos. **Catolicismo**, ano 30, nº 350, agosto de 1980.

MAYER, Antônio de Castro. **O pensamento de Dom Antônio de Castro Mayer: textos selecionados 1972-1989**. Niterói: editora Permanência, 2010.

MAYER, Arno J. **A força da Tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MEDEIROS, W.S. Concílio Vaticano I (1869-1870): Centralização do Catolicismo. **Revista Eletrônica Discente de História.com**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Cruz das Almas, Ano 1, Volume 1, 2013.

MENOZZI, D. **A Igreja Católica e a secularização**. São Paulo: Paulinas, 1999.

MENOZZI, D. **Giovanni Paolo II: una transizione incompiuta?** Brescia: Morcelliana, 2006.

MENOZZI, D. **I papi del '900**. Firenze: Giunti, 2000.

MELLONI, Alberto. (a cura di). **Volti di fine concilio**. Studi di storia e Teologia sulla conclusiones del Vaticano II. Bologna: Il Mulino, 2000.

MENOZZI, Daniele. **A Igreja Católica e a secularização**. São Paulo: Paulinas, 1999.

MENOZZI, D. **Giovanni Paolo II: una transizione incompiuta?** Brescia: Morcelliana, 2006.

MENOZZI, Daniele; ZUBER, Valentine. **Un objet de science, le catholicisme: Réflexions autour de l'œuvre d'Emile Poulat**. Paris: Bayard, 2001.

MÉRIDA, Vinícius Couzzi. **Tradicionalismo Católico: Resistência e Cisma na Diocese de Campos dos Goytacazes**. Dissertação. 2016. (Mestrado em Ciências da Religião). Faculdade Unida de Vitória. Vitória, 2016.

MÉRIDA, Vinícius Couzzi. SILVA, Wellington Thedoro da. O Combate do Jornal “Catolicismo” nos anos de 1960. **Caminhos**, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 676-691 2021.

MISSAL ROMANO. São Paulo: Paulus, 1985.

MISSÃO do núncio fracassa e crise continua na Igreja. **Folha da Manhã**, ano 6, Campos dos Goytacazes, 13 de agosto de 1983.

MITRA recuperou capela Santa Helena no Jockey club. **Folha da Manhã**, ano 10, Campos dos Goytacazes, 15 de julho de 1987.

MONDIN, Battista. **Os grandes teólogos do século vinte: os teólogos católicos (vol. 1)**. São Paulo: Paulinas, 1979.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o Perigo Vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOTA, Alceney Mendes Moreira. Depoimento. In: RIBEIRO, Márcio André dos Santos; PAZ, Roberto Francisco Ferreria. **História da diocese de Campos: 100 anos de evangelização (1922-2022)**. Campos dos Goytacazes: Encontrografia: 2022.

MORAIS, João Francisco Regis de. **Os bispos e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Autores Associados, 1982.

MOURA, Odilão. **Idéias católicas no Brasil: direções do pensamento católico no Brasil no século XX**. São Paulo: Convívio, 1978.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1987.

NOGUEIRA, Hamilton. **Jackson de Figueiredo**. São Paulo: Loyola, 1976.

NOVO padre divide Varre-Sai. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 7, 27 de setembro de 1984.

NOVO bispo de Campos toma posse. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 19, 06 de janeiro de 1996.

O CONCÍLIO mobilizará as almas para a grande tarefa da erradicação da heresia laicista. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 12, nº 142, p. 1, outubro de 1962.

OS OBJETIVOS de uma poderosa e orquestrada campanha. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 28, nº 338, p. 3, outubro de 1978.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 02 de setembro de 1982, São Paulo.

O'MALLEY, John W. **O que aconteceu no Vaticano II?** São Paulo: Loyola, 2014.

OLIVEIRA, Plínio Correa de Oliveira. Apóstolo da intolerância. **Legionário**, São Paulo, ano 15, nº474, p. 2, 12 de outubro de 1941.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa. **A Igreja ante a escalada da ameaça comunista: apelo aos bispos silenciosos**. São Paulo: Vera Cruz, 1976.

OLIVEIRA, Plínio Correa. **Baldeação ideológica inadvertida e Diálogo**. São Paulo: Vera Cruz, 1974.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Em defesa da Ação Católica**. São Paulo: Artpress, 1983.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa. Encerrado o Concílio: momento de importância transcendente da história da humanidade. **Catolicismo**, n. 181-182, jan-fev, 1966.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Fátima, numa visão de conjunto. **Catolicismo**, São Paulo, ano 17, nº 197, p. 2, maio de 1967.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa. **Guerreiros da Virgem – A réplica da autenticidade: a TFP sem segredos**. São Paulo: Vera Cruz, 1985.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa. **Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocações de Pio XII ao patriciado e à nobreza romana.** Porto: Civilização, 1993.

OLIVEIRA, Tiago de Paula. **O discurso da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – “TFP”:** a evolução da contra-revolução. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de; SOLIMEO, Gustavo Antonio; Luiz Sérgio. **As CEB's... das quais muito se fala, pouco se conhece: a TFP as descreve como são.** 3º ed. São Paulo: Vera Cruz, 1982.

Instituto Plínio Corrêa de Oliveira. **Minha vida pública: compilação de relatos autobiográficos de Plínio Corrêa de Oliveira.** São Paulo: Artpress, 2015.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Notas autobiográficas.** Volume II. São Paulo: Editora Retornarei, 2010.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Revolução e Contrarrevolução.** São Paulo: Artpress, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. **O Catolicismo Plural:** a congregação da Missão e a construção do ultramontanismo oitocentista. Curitiba: Appris, 2019.

PADRE expulsa mulheres com calças cumpridas na cerimônia de casamento. **Folha da Manhã,** Campos dos Goytacazes, ano 6, 20 de setembro de 1983.

PADRE Rifan retorna da Europa mantendo convicção. **Folha da Manhã,** Campos dos Goytacazes, ano 10, 28 de julho de 1987.

PADRE Rifan recusa-se em deixar a paróquia. **Folha da Manhã,** Campos dos Goytacazes, ano 9, 09 de julho de 1986.

PADRE Rifan tem que entregar chaves. **Folha da Manhã,** Campos dos Goytacazes, ano 9, 07 de agosto de 1986.

PADRE resiste ao bispo e faz acusações. **Folha da Manhã,** Campos dos Goytacazes, ano 7, 02 de outubro de 1984.

PADRES DE CAMPOS. **A Missa Nova:** Um Caso de Consciência. Artpress. São Paulo, 1982.

PADRES DE CAMPOS. **Dom Antônio de Castro Mayer:** 1948-1988. Quarenta anos de Episcopado. Damadá: Itaperuna, 1988.

PADRES DE CAMPOS. **Dom Antônio de Castro Mayer:** Jubileu Episcopal. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1973.

PASSOS, João Décio. **A força do passado na fraqueza do presente:** o Tradicionalismo e suas expressões. São Paulo: Paulinas, 2020.

PASSOS, João Décio. In PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015.

PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank. **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013.

PEDRIALI, José Antonio. **Guerreiros da Virgem: A vida secreta na TFP**. São Paulo: EMW Editora, 1985.

PESCH, Otto Hermann. **Il concilio vaticano secondo: preistoria, svolgimento, risultati, storia post-conciliare**. Brescia: Queriniana, 2005.

PERRIN, Luc. Il “Coetus Internationalis Patrum” e la minoranza conciliare. In: M.T. FATTORI; MELLONI, A. (a cura di). **L’evento e le decisioni: studi sulle dinamiche del Concilio Vaticano II**. Bologna: Il Mulino, 1997.

PERRIN, Luc. **Il caso Lefebvre**. Genova: Marietti, 1991.

PERRIN, Luc. L’“eresia” della’aggiramento. Paura e negazione di una alterità dentro la Chiesa dopo il Vaticano II. In: MELLONI, A; LA BELLA, G. (a cura di). **L’alterità: concezione ed esperienze nel cristianesimo contemporaneo**. Bologna: Il Mulino, 1995.

PESSOA, Lenildo Taboa. O Cisma de Campos. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, ano 103, nº 32970, 2 setembro de 1982, p. 15.

PETERS, José Leandro. **Nossa Senhora Aparecida no discurso da Igreja Católica no Brasil (1854 – 1904)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A Igreja católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (Org). **História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano (tomo III)**. São Paulo: DIFEL, 1984.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Fundamentalismo e integrismo: os nomes e a coisa. **Revista USP**, São Paulo, n. 13, p. 144-56, 1992.

PINTO, Jaime Nogueira. **A Direita e as Direitas**. Carnalide: Difel, 1996.

PIO V. **Quo Primum Tempore**. 3 ed. Niterói: Permanência, 2005. PIO X. Catecismo maior de São Pio X. Anápolis: Serviço de Animação Eucarística Mariana, 2005.

PIO XII. **Atti e discorsi de Pio XII**. 1942 (vol. 4). Roma: Pia Società San Paolo, 1943.

PIO XII. **Atti e discorsi di Pio XII**. 1939 (vol. 1). Roma: Paoline, 1940.

PIO XII. **Atti e discorsi di Pio XII**. 1950 (vol. 12). Roma: Paoline, 1951.

PIO XII. **Atti e discorsi di Pio XII**. 1954 (vol. 14) Roma: Paoline, 1955.

POULAT, Emile. Intégrisme. In: **Encyclopaedia Universalis**. Vol. 9. Paris: Encyclopaedia Universalis, 1985. p. 1246-1249.

POULAT, Émile. **Histoire, dogme et critique dans la crise moderniste**. Tournai: Casterman, 1962.

POULAT, Émile. **Intégrisme et catholicisme intégral**. Un réseau secret international antimoderniste: "La Sapinière" (1909- 1921). Casterman: Tournai, 1969.

POULAT, Émile. **Les pretres ouvriers**. Paris: CERF, 1999.

POULAT, Émile. **Une Église ébranlée: changement, conflit et continuité de Pio XII à JeanPaul II**. Paris: Casterman, 1980.

PREFEITO de Bom Jesus pede ao bispo por pe. Apolinário. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 5, 20 de janeiro de 1982.

PREFEITO acusa padre de retirar objetos da Igreja. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 6, 10 de setembro de 1983.

QUANDO obedecer é rebeldia. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 6, 11 de outubro de 1983.

RATZINGER, J. **Il nuovo popolo di Dio**. Brescia: Queriniana, 1992.

RATZINGER, J. **Problemi e risultati del Concilio Vaticano II**. Brescia: Queriniana, 1966.

RÉMOND, R. **O Século XIX: 1815-1914**. São Paulo: Cultrix, 1974.

REMOND, René. **Introdução à história do nosso tempo: do antigo regime aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2015.

RIBEIRO, Márcio André dos Santos; PAZ, Roberto Francisco Ferreria. **História da diocese de Campos: 100 anos de evangelização (1922-2022)**. Campos dos Goytacazes: Encontrografia: 2022.

RIES, Julien. **A Ciência das Religiões: história, historiografia, problemas e métodos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

RIFAN, Fernando Arêas. **Quer agrade quer desagrede**. 1ª ed. Campos dos Goytacazes: Gráfica Lobo, 1999.

RIFAN, Fernando Arêas. Caso Lefebvre. **Heri et Hodie**. Campos dos Goytacazes, ano VI, nº 56, agosto de 1988.

RODRIGUES, Pablo de Andrade; LOSS, Bruno Zottelle. **Luz, escuridão e penumbra: o Governo Vargas e a Igreja Católica**. Dimensões, vol. 26, p. 277-291, 2011.

ROSÁRIO, Antônio Ribeiro do. **Reflexões e Lembranças de um padre suas lutas e fracassos**. Itaperuna: Damadá Artes Gráficas, 1984.

ROY-LYSENCOURT, Philippe. **Le Coetus Internationalis Patrum**, Um Grupo d'oppositors au sein du concile Vaticano II. 2011. Tese (Doutorado em Histoire e doutorado Ciências da Religião) Faculte des Lettres & Civilisations de l'université Jean Moulin – Lyon 3, Lyon e Faculté de Théologie et de Sciences Religieuses de l'université Laval, Québec.

ROY-LYSENCOURT, Philippe. **Les membres du Coetus Internationalis Patrum au concile Vatican II**: Inventaire des interventions et souscriptions des adhérents et sympathisants. Liste des signataires d'occasion et des théologiens. Leuven: Peeters, Maurits Sabbe Library, Faculty of Theology and Religious Studies ("Instrumenta Theologica" XXXVII), 2014, 484 p.

ROY-LYSENCOURT, Philippe. **Les vota préconciliaires des dirigeants du Coetus Internationalis Patrum**. Strasbourg: Institut d'Etude du Christianisme, 2015.

ROY-LYSENCOURT, Philippe. O Coetus Internationalis Patrum no Concílio Vaticano II: apresentação e resultados de uma pesquisa. **Horizonte**, Belo Horizonte, v.13, nº 38, p. 1051-1079, abril/junho 2015.

ROY-LYSENCOURT, Philippe. La première réception du concile Vatican II par les catholiques traditionalistes (1965-1969). **Archives de Sciences Sociales des Religions**, Paris, nº 175, p. 319-339, julho/setembro 2016.

ROY-LYSENCOURT, Philippe. **Recueil de documents du Coetus Internationalis Patrum pour servir à l'histoire du concile Vatican II**. Strasbourg: Institut d'Étude du Christianisme - Concile Vatican II, 2019.

ROUTHIER, Gilles. **La réception d'un concile**. Paris: Éditions du cerf, 1993.

SAMPAIO NETO, João. Em entrevista a 40 jornalista, bispo de Campos defende o latim na liturgia. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 12, nº 144, dezembro de 1962.

SANGUE em Varre-Sai? **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 7, 23 de setembro de 1984.

SANTA sé não dá razão aos tradicionalistas. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 5, 25 de agosto de 1982.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Uma questão de revisão de conceitos**: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010.

SALVANY, Félix Sardá Y. **O Liberalismo é pecado**. São Caetano do Sul: Santa Cruz, 2020.

SCATENA, Silvia. **La fatica della liberta**: l'elaborazione della dichiarazione "Dignitatis humanae" sulla liberta religiosa del Vaticano II. Bologna: Il Mulino, 2003.

SCHALL, James V. **Teologia da Libertação na América Latina**. Campinas: Ecclesiae, 2020.

SEIBLITZ, Zélia Milanez de Lossio. Conflito na Diocese de Campos. In: SANCHIS, Pierre. (Org.). **Catolicismo: Modernidade e Tradição**. São Paulo: Loyola, 1992.

SEIBLITZ, Zélia Milanez de Lossio. **Os Arquitetos do Paraíso: estudo de um conflito religioso**. 1992. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SÉGUR, Louis Gaston. **A Revolução explicada aos jovens**. São Paulo: Castela, 2019.

SIGAUD, Geraldo de Proença. **Carta Pastoral de Saudação**. São Paulo: s/e, 1947.

SIGAUD, Geraldo de Proença. **Catecismo anticomunista**. São Paulo: Vera Cruz, 1962.

SILVA, Wellington Teodoro. **O jornal Brasil, Urgente: experiência de esquerda no catolicismo brasileiro (1963-1964)**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2008.

SILVA, Francisco Felipe Rodrigues Neves da. **Os Cruzados dos Século XX: O Movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP): origens, doutrinas e práticas (1960-1970)**. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2009.

SILVA, Moisés Pereira; SILVA, Valéria de Aguiar Lima. **O português medieval e o atual: congelamento linguístico na Baixada Campista**. Perspectivas online: humanas & sociais aplicadas; Campos dos Goytacazes, 17 (6), 41-72, 2016.

SILVA, José Arioaldo. **O movimento litúrgico no Brasil: estudo histórico**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOARES, Marco Antônio. **A trajetória da Igreja Local de Campos no Pós Concílio: Estudo Teológico Pastoral sobre os seus atuais desafios e Exigências**. 2010, 116 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010.

SOARES, Marco Antônio. A recepção do Concílio Vaticano II na Diocese de Campos: do sofrimento à esperança. In: RIBEIRO, Márcio André dos Santos; PAZ, Roberto Francisco Ferreria. **História da diocese de Campos: 100 anos de evangelização (1922-2022)**. Campos dos Goytacazes: Encontrografia: 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **Meio século de epopeia anticomunista**. 2º ed. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **Um homem, uma obra, uma gesta: homenagem das TFP's a Plínio Corrêa de Oliveira**. São Paulo: Brasil de amanhã, 1988.

SOUZA, Eduardo Alves de. **Dom Antônio dos Santos Cabral e o catolicismo em Belo Horizonte de 1922 a 1936**. 2013. 106f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós- graduação em Ciências da Religião, Belo Horizonte.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Faperj, 2002.

SOUZA, Ney. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. *In*: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs). **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

SOUZA, Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: Méritos e Limites. **Revista de Cultura Teológica** - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006.

SOUZA, Ney. GOMES, Paulo Sérgio. **Os Papas do Concílio Vaticano II e a Sociedade Contemporânea**. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 44, nº 1, p.5 a 27, janeiro-abril. 2014.

SYDOW, Evanise. FERRI, Marilda. **Dom Paulo Evaristo Arns, um homem amado e perseguido**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TAMBÉM na Argentina, Uruguai e Chile. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 18, nº 216, p. 3, dezembro de 1968.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A gênese das ceb's no Brasil: elementos explicativos**. São Paulo: Paulinas, 1988.

THEOBALD, Christoph. **A Recepção do Concílio Vaticano II**. Volume I Acesso à fonte. São Leopoldo: Unisinos, 2015.

TRADIÇÃO e TFP não impedem “abertura” religiosa do bispo. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 5, 27 de agosto de 1982.

TFP promove congresso de estudantes anticomunistas. **Catolicismo**, Campos dos Goytacazes, ano 17, nº 195, p. 2, março de 1967.

TRADICIONALISTA entrega Igreja, mas pretende recorrer à justiça. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 7, 30 de maio de 1984.

TRADICIONALISTA devolve igreja em São José da Barra. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 8, 13 de janeiro de 1985.

TRADICIONALISTAS e mitra disputam imóveis da Igreja. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, ano 8, 14 de abril de 1985.

TRADICIONALISTAS ameaçam matar bispo. **Folha da Manhã**. Campos dos Goytacazes, 10 de junho de 1982.

TRADICIONALISTAS não reconhecem ato de excomunhão do Vaticano. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 01 de julho de 1988.

TRADICIONALISTAS sagram Bispo em São Fidélis. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 28 de julho de 1991.

UNIÃO SACERDOTAL SÃO JOÃO MARIA VIANNEY. **Católicos apostólicos romanos: Nossa posição, na atual situação da Igreja**. Campos dos Goytacazes: Gráfica Lobo, 1999.

UNIÃO SACERDOTAL SÃO JOÃO MARIA VIANNEY. **Missa nova ou missa tradicional: uma questão de fé.** Campos dos Goytacazes, s/d.

VALLADIER, Paul. **Catolicismo e Sociedade Moderna.** São Paulo: Loyola, 1991.

VALENTINI, D. Primato romano. In: Calabrese, G. Goyret, P. Piazza, O. **Dizionario di Ecclesiologia.** Roma: Città Nuova, 2010, pp. 1128-1150.

VATICANO sustenta excomunhão e cisma. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 30 de junho de 1988.

VAZ, José Henrique de Lima. **Raízes da Modernidade.** São Paulo: Loyola, 2005.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **História do Catolicismo no Brasil:** volume 2 (1889-1945). Aparecida: Editora Santuário, 2016.

VOZ do pastor, a feira do Salvador. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 21 de junho de 1987.

WILTGEN, Ralph. **O Reno se lança sobre o Tibre:** O Concílio desconhecido. 1ª ed. Permanência: Niteroi, 2007.

WISMIEWSKI, Eliseu. **Os Mistérios Eclesiais nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e do Caribe.** 2013. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

WHITE, David Allen. **The Mouth of the Lion.** Kansas: Ed. Angelus Press, 1993.

ZAGHI, Luis Henrique Lodi. **A constituição do ethos discursive no periódico “Legionário”.** 2018. 117f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduação em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

ZANOTTO, Gizele. **Tradição, família e propriedade (TFP):** as idiossincrasias de um movimento católico (1960-1995). 2007. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

**ANEXO 1 - Declaração de Castro Mayer sobre a reforma liturgia, Campos dos
Goytacazes, ARQPeJPV 27/11/1971.**

Amados ouvintes, A Igreja vive a pior de suas crises. Paulo VI não teve dúvida em classificá-la como “autodemolição”, ou seja, uma destruição provocada por dentro, pelos próprios membros da Igreja. Semelhante situação faz que o mundo todo tenha os olhos voltados para tudo quanto se passa na igreja. E, como pode acontecer, à visão do povo escapam certos pormenores que, no entanto, dão o colorido próprio do fato que se quer apreciar. O que se tem dado com muitos episódios da Igreja de hoje, — o Sínodo dos Bispos, p. ex. cujas conclusões deixou muita gente aturdida, dá-se também, e principalmente, com a Santa Missa. Dizemos “principalmente”, porque a Missa é o centro do Cristianismo, é o que lhe dá vida, e o faz autêntico. Por isso mesmo, Lutero, a primeira coisa que fez para abalar a Igreja de Roma, foi atacar a Missa. Pois, muita gente volta suas atenções para a Missa, porque pesaria sobre ela uma determinação da Santa Sé, segundo a qual, amanhã, 28 de novembro, primeiro domingo do Advento de 1971, já não se poderia mais celebrar a Missa tradicional. Eis o ato pontifício focalizado por todos os interessados na abolição da Missa de S. Pio V, focalizado com luzes fortíssimas, de maneira a não deixar perceber os pormenores do fato que, na realidade, mudam substancialmente a questão. Por isso, para que nossos amáveis ouvintes tenham uma idéia exata sobre o assunto, vamos aqui, como mera declaração, mostrar que os documentos pontifícios relativos à nova Missa, de modo nenhum, abrogam a Missa de S. Pio V, que, portanto, pode muito bem continuar a ser celebrada, dentro da atual legislação eclesiástica. O primeiro documento sobre a nova Missa é de 3 de abril de 1969. É a constituição “*Missale Romanum*” que promulga a nova ordenação da Missa. Esta ordenação deveria entrar em vigor no Advento de 1969. Acontece que, em novembro desse mesmo ano, Paulo VI prorrogou por dois anos a “*vacatio legis*”, de maneira que somente em 28 de novembro de 1971, é que começaria a vigorar a nova Missa. Na mesma ocasião, permitiu o Papa aos sacerdotes que celebrassem em latim, seguir a antiga Missa, a Missa de S. Pio V. Mais tarde, quando a Congregação para o Culto Divino promulgou o texto do novo missal, em 26 de março de 1970, já não falou mais em 28 de novembro de 1971. Disse apenas que as Conferências Episcopais, depois de feitas as traduções para o vernáculo, e aprovadas estas pela Santa Sé, marcariam a data em que esse novo missal passaria a vigorar. Depois, a mesma Congregação publicou o novo Lecionário em Latim, volume precedido de um decreto com data de 30 de setembro de 1970 no qual nada se diz sobre o dia 28 de novembro de 1971. Enfim, neste ano de 1971, em 6 de junho, o “*Osservatore Romano*” publicou uma “*Notificatio*” — portanto mero lembrete do que já estava decretado. Pois, nessa notificação, também não se faz menção ao dia 28 de novembro. Explicita-se que somente após as traduções em vernáculo aprovadas pela Santa Sé, poderão as Conferências Episcopais marcar a data em que os novos textos litúrgicos começarão a vigorar. Por tudo isso, se vê que a própria Santa Sé, depois de ter marcado a data de 28 de novembro de 1971, achou melhor não torná-la mais em conta, e deixar de modo indeterminado o dia em que há de vigorar a nova Missa; ou, melhor, passou a condicionar o começo da nova Missa ao tempo em que as traduções tenham sido feitas e aprovadas por Roma, Ora, aqui no Brasil: 1. só temos traduções provisórias; 2. tais traduções foram objeto de críticas severas de bispos, padres e leigos; 3. em consequência, a comissão oficial dos tradutores vai rever seu trabalho, para corrigir erros e

aproveitar as boas sugestões dos críticos; 4. no seu Comunicado mensal de setembro deste ano, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil declara que esse trabalho de revisão ocupará todo o ano de 1972. De onde se conclui tão somente depois de 1972 poderá a Conferência Episcopal designar a data em que começará a vigorar a nova Missa. Aliás, não se compreende que se queiram impor, em cousas sagradas, textos reconhecidamente defeituosos. Quer dizer que a data de 28 de novembro deste ano está definitivamente superada. Qualquer sacerdote pode, dentro das normas legais, continuar tranquilamente a celebrar a Missa de S. Pio V. Aí está a questão, considerando a parte positiva dos documentos oficiais que há sobre a Missa. Isso posto, pode-se perguntar: tais documentos abrogam a Missa de S. Pio V? Em outras palavras, proíbem a celebração da Missa tradicional? — Seria a parte negativa dos atos oficiais. À primeira vista parece que sim, que proíbem a Missa de S. Pio V. E é o que salientam os que desejam sepultar para sempre a Missa tradicional. Por isso, focalizam essa aparência como se já fosse a solução definitiva. Ora, a resposta certa à pergunta que formulamos, exige que se considere a legislação canônica em vigor. Segundo esta legislação, um costume mais do que centenário, ou imemorial só se considera abrogado, quando semelhante abrogação é declarada de modo explícito (Can, 30). Ora, de um lado, a Missa tradicional de S. Pio V tem uma tradição muito mais do que centenária. É milenar, e mais do que milenar. Pelo menos, no século VI já se celebrava a Missa, como se celebra hoje a Missa de S. Pio V. De outro lado, nenhum documento sobre a nova Missa revoga explicitamente a Missa de S. Pio V. De onde, continua a ser lícita a celebração dessa Missa. Ninguém pode censurar um padre porque continua a celebrá-la. Alguém poderia perguntar porque este apego à Missa tradicional? Explica-se. S. Pio V fixou o rito da Missa, conservando o rito tradicional, e proibindo pequenas adições e subtrações que se faziam em alguns lugares, para impedir que se alargassem tais modificações, e com isso, dessem margem a que as inovações dos luteranos se infiltraram na Igreja, e viessem a adulterar o rito sagrado, de maneira que sua característica de verdadeiro sacrifício propiciatório caísse no ouvido e viesse a ser anulado. A Missa de S. Pio V é, pois, uma barreira contra a heresia: os protestantes diziam e dizem que todos os fiéis são sacerdotes e que o padre não tem nenhum sacerdócio especial; a Missa de S. Pio V fixa de modo insofismável a distinção entre o padre que celebra, que sacrifica, e o povo que se junta ao sacerdote em posição subalterna, para participar do sacrifício; os protestantes negavam que a Missa fosse um verdadeiro sacrifício. Era apenas uma ceia; a Missa de S. Pio V afirma, de modo perentório, que a Missa é um verdadeiro sacrifício. Os protestantes negavam, e negam, que a Missa seja um sacrifício propiciatório, no máximo aceitam que se diga um sacrifício de ação de graças. A Missa de S. Pio V marca indelevelmente o caráter propiciatório da Missa. É pois, uma barreira à invasão herética. Daí o explicável apego que a ele têm fiéis que amam a Igreja, e amam a Jesus Cristo, porque o apego e o amor à doutrina e Revelação de Jesus Cristo é sinal de verdadeiro amor ao mesmo Jesus Cristo, segundo a expressão dele mesmo: “Quem me ama guarda a minha palavra) Jo. 14 23), Compreende-se, assim, a pergunta que faz o publicista francês Luiz Salleron no semanário parisiense, *Carrefour* de 14 de julho último: “É, acaso, possível proibir uma Missa que, desde os primórdios é a Missa ininterrupta da Tradição e que foi fixada no século XVI em plena harmonia com o Concílio de Trento, cujos trabalhos, seguidos por longos anos, tiveram como finalidade determinar bem o objeto do Dogma Eucarístico?” - Também a nós nos parece que não é possível. Até agora a Santa Sé também não a proibiu. Portanto, em plena harmonia com a Igreja, podem todos os padres continuar celebrar a Missa tradicional de S. Pio V.

ANEXO 2 - Carta de Castro Mayer ao cardeal Knox, Écône, 15/06/1980, Arquivo do Seminário de Écône (ASE). ARQÉcône, 15/06/1980



SANTA MISSA

Relação sobre a Santa Missa na Diocese de Campos após o 2º Concílio do Vaticano, apresentada ao Em.mo Sr. Cardeal D. Jayme Knox, D.C. Prefeito da S.C. para os Sacramentos e o Culto Divino, de acordo com o pedido de Sua Eminência em carta de 15 de junho de 1980, Prot. C.T. 1127/80

+ + +

Sua Eminência deseja saber:

1.a) Se na Diocese de Campos são celebradas Santas Missas em língua latina?

b) O "pedido" da língua latina na Liturgia da Santa Missa mantém-se? Cresce? Diminui?

2. Na Diocese, existem pessoas ou grupos particulares que insistem em ter a Santa Missa em língua latina segundo o rito antigo ("Missa Tridentina")?

Qual é a consistência destes grupos?

Quais as motivações que os levam a tais posições e aos mencionados pedidos?

+ + +

Quanto ao primeiro item (1.):

De acordo com o nº 54, relacionado com o nº 36, da Constituição "Sacrosanctum Concilium" do 2º Concílio do Vaticano, os sacerdotes da Diocese de Campos mantêm o costume de celebrar o Santo Sacrifício da Missa em Latim. Não obstante, atendendo à concessão constante dos mesmos números da Consti-



tução Conciliar citada, alguns sacerdotes introduziram o vernáculo nas partes da Santa Missa, comumente chamadas de "catequéticas", e que vão de início até o Ofertório; e depois, dizem igualmente em vernáculo o "Pater Noster" e as orações para a Comunhão dos fieis.

Semelhante maneira de proceder, isto é, a conservação da língua latina na Santa Missa, agrada sobremaneira os fieis. Ainda agora notou-se um afluxo extraordinário de povo à Santa Missa da festa do SS. Salvador (6 de agosto), toda ela em Latim.

Além do mais, a Santa Missa em Latim conserva-os imunes de abusos desacralizantes (que envolvem mesmo profanações), introduzidos em certas igrejas concomitantemente com a adoção da nova Missa toda em vernáculo. Por exemplo, mulheres subirem ao Altar, durante a Missa, para de mãos dadas com o celebrante, rezarem juntos o "Padre Nosso"; o próprio fiel dando-se a Comunhão a si mesmo, tirando ele próprio a Sagrada Hostia da píxide, etc, outras maneiras, enfim, de apagar a distinção entre o sacerdotio ministerial do padre e o sacerdotio comum dos fieis.

Está nesta ordem de ideias, a autosuficiência que os tentam os sacerdotes que aderem ao vernáculo e à nova Missa, porquanto recusam toda determinação da Autoridade que contrarie suas preferencias. Na Diocese, observa-se isso com relação à Comunhão dos fieis que eles recutam dar na boca, e com o fiel estando de joelhos.

Pelo que acabo de dizer, vê-se que, na Diocese, apesar dos muito bons resultados, a conservação do Latim no Santo Sacrificio da Missa não foi geral. Todos os sacerdotes religiosos e alguns seculares introduziram toda a Missa em português, estribados em concessão feita pela Conferência Nacional dos Bispos. Somente depois desta ruptura habitual com a língua oficial do rito latino (Const. Sac. Conc. nº 36) surgiram os abusos a que acima me referi.



/3/

Quanto ao segundo item (2.), relativo à Missa tradicional ("Missa tridentina"):

1) É ela celebrada, comumente, nas Paróquias da Diocese (embora não em todas), com base no nº 4 da Constituição "Sacrosanctum Concilium", onde o grande sínodo declara que a Santa Igreja "deseja que todos os ritos legítimos sejam, no futuro, conservados e fomentados por todos os meios", e reconhece que a revisão dos ritos, quando necessário, se faça com prudência, e de acordo com a tradição.

2) Quanto aos fiéis, na sua maioria, são eles mais favoráveis à Missa tradicional. E verifica-se que, nas Paróquias onde se mantém a Missa tradicional, o fervor é maior. É fato aliás atestado também por pessoas de fora da Diocese que visitam Campos. Aliás, em nenhuma destas paróquias deu-se qualquer fato desacralizante dos que acima referi.

3) As razões que levam a esta indefectível adesão à Missa Tridentina são de índole diversa:

a) os escândalos verificados nas novas Missas em veríssimo;

b) com relação ao próprio rito da nova Missa, causa profunda impressão a ausência de uma afirmação nítida de que a Santa Missa é um verdadeiro sacrifício, no sentido estrito da palavra, e de caráter propiciatório. Pelo contrário, as afirmações insofismáveis que havia na Missa tradicional, como o Ofertório, foram supressas.

Esta razão, no nosso meio, é muito sensível, devido à existência, na região, de muitas seitas protestantes. Pois, junto aos protestantes, as mudanças litúrgicas da Igreja Católica são apresentadas como prova de que a Igreja confessa seu erro, e reconhece que, deveras, a Santa Missa não é sacrifício no sentido rigoroso da palavra, menos ainda sacrifício propiciatório.

b.1) Acontece que semelhante argumentação dos protestantes é, ao menos na aparência, confirmada pelas muitas mudanças introduzidas na nova Missa que coincidem com as inseridas por Lutero e outros corifeus protestantes, quando se deram ao trabalho de mudar a Missa Católica, verdadeiro sacri



/4/

fício, para não ser mais do que uma ceia comemorativa da que Jesus realizou com seus Apóstolos, antes da sua Paixão.

Nos exemplos que vou indicar, às vezes destaca-se a desacralização, às vezes a confusão entre o sacerdócio ministerial e o comum dos fieis, às vezes o afastamento da afirmação nítida de dogmas fundamentais relativos à SS. Eucaristia.

- Entre os luteranos só se invocam seis (6) vezes a SS. Trindade. Na nova Missa a invocação trinitária também ficou reduzida a seis. Há aproximação, mas que reforça outras.

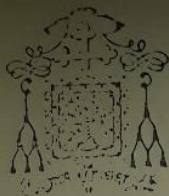
- No "Confiteor", Lutero suprimiu toda referência à B.V. Maria, a anjos e santos, bem como à absolvição de pecados. Mais. Fez do "Confiteor" uma oração comum do sacerdote e da assembleia. Na nova Missa, o "Confiteor" teve semelhantes reduções. Ficou apenas uma leve lembrança da B.V. Maria e dos anjos e santos na segunda parte do mesmo; suprimiu-se a absolvição que o padre dava após o "Confiteor" rezado do povo, e o Confiteor se tornou também uma oração comunitária de todo o povo juntamente com o sacerdote.

Permito-me reproduzir aqui as palavras de um pastor luterano, em obra relativamente recente, que indicam o alcance dogmático das mudanças no "Confiteor" realizadas por Lutero:

"Reconhecendo o princípio do sacerdócio de todos os fieis, faz-se da Confissão (Confiteor) um ato da congregação e não somente do sacerdote" (Luther D. Reed, "The Lutheran Liturgy", Fortress Press, Philadelphia, 1947, pgs. 255/6).

- Lutero suprimiu o Ofertório, porque nele se exprimia de modo insofismável o caráter sacrificial e propiciatório da Santa Missa. Na nova Missa, o Ofertório perde essas características para reduzir-se a uma simples preparação das oblatas.

- A nova Missa reintroduziu a "Oração dos Fieis", que faz parte da liturgia luterana. A Oração dos fieis, explica Reed, "é um dos elementos importantes da liturgia e provavelmente o que melhor exprime o exercício ativo, pela assembleia, de suas funções como ação sacerdotal dos fieis (pg.... 313)."



/5/

- O uso do vernáculo, e a ampliação das leituras bíblicas também aproximam a Nova Missa da liturgia protestante.

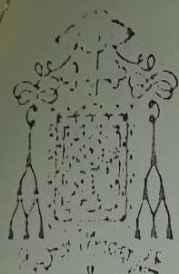
Em síntese, eis como L. Reed (o.c.pg. 234) entende o movimento litúrgico universal da Igreja Católica: "A Igreja medieval destruiu a unidade primitiva e o sentido do culto comunitário, dando excessivo realce à classe sacerdotal e dispensando o laicato da participação ativa. A Reforma corrigiu esse desvio, atribuindo a devida importância ao sacerdócio dos fiéis e ao caráter comunitário do culto. Foram proibidas as Missas sem comungantes e foi promovida a comunhão frequente para o povo. O uso do vernáculo, assim como a ampliação dos hinos e da pregação aos fiéis, desempenharam papel importante nesse processo. O Movimento Litúrgico de âmbito universal que se passa atualmente na Igreja Romana, constitui um esforço tardio no sentido de promover uma participação ativa e inteligente do laicato na Missa, de modo que todos os fiéis possam cultuar-se "concelebrantes" com o sacerdote (crifos nossos).

O preâmbulo da Institutio Generalis Missalis Romani, no nº 7 insinua que a atenção dada pelo Ordo Missae de S. Pio V aos Dogmas Eucarísticos da Presença Real, Transsubstanciação, sacerdócio ministerial foi devido às impugnações de que, naquele tempo, eram eles objeto. De onde a conclusão implícita de que hoje não há mais necessidade de semelhante atenção, uma vez que tais Dogmas não são mais impugnados.

Causa estranheza semelhante insinuação, uma vez que Paulo VI na encíclica "Mysterium Fidei" se mostra preocupado precisamente com os erros que deturpam aqueles Dogmas.

A conclusão lógica da preocupação manifestada pelo Santo Padre seria no sentido de se conservarem as barreiras e postas aos erros anti-eucarísticos pelo Ordo Missae tradicional, e não a despreocupação proclamada pelos redatores do preâmbulo da nova Missa.

Resumidamente aí estão algumas das razões que levam os fiéis de Campos a se manterem apegados à Missa Tradicional,



151

chamada Missa Tridentina. É uma questão de assegurar a fidelidade à pureza da fé, à integridade da Revelação.

ANEXO 3 - Discurso proferido por Dom Antônio de Castro Mayer ao transmitir o comando da diocese. Campos dos Goytacazes, ARQPeJPV 15/11/1981

Campos se sente honrada com a presença de Vossa Ex.cia Sr. Cardeal, e de Vossas Ex.cias, Sr. Arcebispo e Srs. Bispos, nesta solenidade, e vos apresenta a mais cordial saudação, assegurando-vos longos e felizes anos de existência na graça e serviço de Deus Nosso Senhor. Ex.mo e Rev.mo Sr^o. Dom Carlos Alberto Navarro, d. Bispo Diocesano de Campos. Como Administrador Apostólico, que fui até há pouco, desta circunscrição eclesiástica, cabe-me o grato dever de apresentar a Vossa Ex.cia, Sr. Bispo Diocesano, a saudação festiva do Clero e dos fiéis de Campos, quando Vossa Ex.cia toma posse do Governo desta Diocese, para a qual o nomeou o Santo Padre João Paulo II. A alegria com que Vossa Ex.cia é recebido, sr. Dom Carlos Alberto, se manifesta na presença do sr. Cardeal Dom Eugênio Sales, do Ex.mo Sr. Governador do Estado, dos Exmos. Srs. Arcebispos e Bispos, das demais autoridades civis bem como do comando militar da região, e na translúcida satisfação deste povo que acorreu à Catedral Basílica do SS. Salvador para saudar-vos e prestar-vos obediência. Esta alegria, Sr. Dom Carlos Alberto, é sobejamente justificada. Vossa Ex.cia aqui não é um estranho. Pois, foi junto ao sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro que Vossa Ex.cia fez todo seu tirocínio episcopal. Vossa Ex.cia, pois, é homem de nossa região pertence à nossa gente e sabe avaliar seus problemas, e sobretudo, habituou-se a tratá-los com o amor de Cristo. — Que mais pode pedir este povo? No entanto, Dom Carlos Alberto há uma razão mais profunda para a festiva homenagem com que ele vos acolhe: É a característica de vossa missão. É ela sobrenatural. Procede do Espírito Santo, segundo a palavra do Apóstolo, reafirmada pelo primeiro Concílio do Vaticano: Foram os bispos postos, como sucessores dos Apóstolos, para regerem como verdadeiros pastores, cada um a grei que lhe foi confiada. De onde, são os Bispos ministros de Cristo e dispensadores dos mistérios de Deus (crfr. 1 cor. 1,4). Através deles, está Jesus Cristo presente no meio dos fiéis a pregar a todos os povos, a administrar continuamente os Santos Sacramentos, a oferecer o Sacrifício da Nova Lei, a inserir no seu corpo Místico, pela geração espiritual, novos membros, a dirigir e orientar os fiéis na peregrinação terrena em demanda da bem-aventurança eterna. Esta visão sobrenatural da estrutura da Igreja enche os corações dos fiéis, porque os transporta do terreno movediço das coisas terrenas, para a segurança dos horizontes eternos. Um dia, também para Vossa Ex.cia, Dom Carlos Alberto brilhou mais intensa essa luz na Eternidade, e vos encaminhou com firmeza e suavidade — *fortiter et suaviter* — a uma consagração total ao serviço de Deus e das almas. E na plena consciência da idade adulta, Vossa Ex.cia elegeu a bandeira de Cristo, cujo reino nas almas seria o objeto de vossas fadigas, absorveria vossa vida. Esta vossa decisão, sr. Dom Carlos Alberto, plenamente consciente é para vosso rebanho um programa de ação que o envolve na paz e segurança das coisas de Deus. Semelhante esteio, aliás, é-lhe tanto mais necessário quanto sombrios são os anos que correm. Como Vossa Ex.cia verifica, a laicização da sociedade teve como consequência uma invasão secularizante da Santa Igreja, de tal profundidade que Paulo VI sentiu-se no dever de alertar os bispos contra a tendência de construir um novo cristianismo, a partir de dados psicológicos e sociológicos, no qual a vida cristã esteja destituída de elementos religiosos (p. 359). Estão nessa perspectiva os empenhos por substituir por uma igreja popular, emergindo, como dizem, da alma do povo, a velha e carcomida Igreja anacrônica, imposta de cima, por uma autoridade do Alto. Não há muito, nesta mesma cidade de Campos, em conferência pública, houve quem censurasse a designação de Vossa Ex.cia Sr. Dom Carlos Alberto, porque foi feita sem uma prévia consulta popular. Tais ondulações destoantes do ensinamento de Jesus Cristo e de toda a Tradição Católica despertam temores nos fiéis, justamente apegados ao seu título de fiéis a Jesus Cristo que não é de hoje ou de amanhã, e sim o mesmo de todos os séculos. Eis que em Vossa Ex.cia, Dom Carlos Alberto Clero e fiéis desta

Diocese depositam a confiança que merece o Pai e Pastor que se reveste da Pessoa de Jesus Cristo. Daí a segurança e alegria com que Vos recebem. Sede bem-vindo, Dom Carlos Alberto e *ad multos annos!*

ANEXO 4 - carta dos padres tradicionalistas aos fiéis da diocese ARQTRAD 26/09/1982

Aos fiéis de nossas Paróquias

Nossos paroquianos e inúmeros outros fiéis olham para nós com ansiosa expectativa. Que resposta demos à intimação feita pelo Sr. Bispo Diocesano através do Decreto de 25 de agosto do corrente ? Aceitamos ou não o novo "Ordo Missae" ?

Neste momento crucial, em que se suspeita da ortodoxia de nossa fé e se põe em dúvida nosso acatamento à autoridade sagrada do Papa; em que somos ameaçados de demissão de nossos cargos e de outras severas penas, mais do que em nenhum outro momento de nossa vida, não poderíamos omitir uma palavra de esclarecimento para aqueles que sempre confiaram em nós.

Nosso silêncio causaria grave escândalo aos fiéis, diante dos quais temos o dever de dissipar qualquer dúvida sobre a coerência de nosso procedimento com a Fé Católica.

E, pois, diante de Deus, Juiz Supremo que um dia nos vai julgar a todos nós, que fazemos esta declaração. Temos presentes as conseqüências que nos possam advir da parte dos homens, mas tememos muito mais as que nos adviriam da parte de Deus.

I - Somos sacerdotes católicos apostólicos romanos, filhos da Santa Igreja, que amamos com todas as veras de nossa alma e em cujo seio queremos viver e morrer, como esperamos pela graça de Deus.

Renovamos, pois, nossa profissão de Fé, já conhecida de nossos fiéis. Mais particularmente, declaramos que damos plena e amorosa adesão e obediência ao Santo Padre, o Papa, Vigário de Jesus Cristo na Terra, Chefe visível da Igreja. Aceitamos todos os direitos e atribuições, honras e privilégios que ao Romano Pontífice conferem a Tradição e o Direito Canônico, dentro dos limites especificados no Concílio Vaticano I, ao definir o dogma da Infalibilidade Pontifícia. Reconhecemos o primado e o magistério do Papa sobre a Igreja Universal, Pastores e fiéis. Baseados, no entanto, na Tradição, não temos dúvida em afirmar que uma medida que ponha em risco a pureza e a integridade da Fé não deve ser aceita, seja qual for o Superior que a ordene.

É esta doutrina da Igreja que nos leva a, em consciência, não poder aceitar e pôr em prática a nova ordenação da Santa Missa, instaurada em 1969.

Toda obediência na Igreja está condicionada à fidelidade à Fé. Ora, nessa nova ordenação do Santo Sacrifício do Altar, extenuam-se e obscurecem-se os dogmas eucarísticos: da Presença Real e substancial de Jesus Cristo na Hóstia Consagrada; da Transubstanciação; da Missa como verdadeiro sacrifício propiciatório; do sacerdócio hierárquico especificamente distinto do sacerdócio comum dos fiéis. E o n° 7 da "Institutio", que precede e explica o novo Missal reformado, chega a afirmar, contrariamente ao ensino do Concílio de Trento e de acordo com a doutrina luterana, que a ação sacrificial é de toda a assembléia, e não exclusivamente do sacerdote hierárquico:

Santo Tomás de Aquino: "(...) havendo perigo próximo para a Fé, os prelados devem ser argüídos, até mesmo publicamente, pelos súditos. Assim, S. Paulo, que era súdito de S. Pedro, argüiu-o publicamente, em razão de um perigo iminente de escândalo em matéria de Fé." (Suma Teol. II-II, 33, 4, 2)

São Roberto Belarmino: "(...) assim como é lícito resistir ao Pontífice que agride o corpo, assim também é lícito resistir ao que agride as almas, ou que perturba a ordem civil, ou, sobretudo, àquele que tentasse destruir a Igreja. Digo que é lícito resistir-lhe não fazendo o que ordena e impedindo a execução de sua vontade..." (De Rom. Pont., lib. II c. 29)

II - Nossa recusa é motivada, portanto, justamente pela obediência aos ensinamentos perenes da Santa Igreja.

Será justo nos apontarem como rebeldes, desobedientes, cismáticos, se, ao nos dirigirmos aos nossos superiores, usamos as mesmas palavras de S. Bruno de Segni ao Papa Pascoal II: "Eu vos estimo como a meu Pai e senhor (...) Devo amar-vos; porém devo amar mais ainda Àquele que criou a vós e a mim."

Esta atitude não é perfeitamente coerente com o ensinamento de S. Pedro: "Importa obedecer antes a Deus que aos homens" 7 (Atos 5, 29)

A resistência é uma forma heróica de obediência. Repetimos com São Bernardo: "Aquele que faz um mal porque lhe mandam, faz menos um ato de obediência do que de rebeldia." (Carta XXIII, em "Cartas Diversas")

III - Nossa posição, por outro lado, se ajusta ao propósito explícito do Concílio Vaticano II, quando declara, na Constituição sobre a Sagrada Liturgia (Proêmio, nº 4), que: "obedecendo fielmente à Tradição, a Santa Mãe Igreja considera todos os ritos legitimamente reconhecidos com igual direito e honra e, para o futuro, os quer *defender* e, de todos os modos, *favorecer*." (grifos nossos)

Afirmamos, outrossim, que nossa atitude é patrocinada pelo mesmo Concílio Vaticano II, ao estabelecer que, em matéria religiosa, ninguém pode ser impedido por nenhum poder humano de agir segundo a sua consciência, em privado ou em público, só ou associado a outros, desde que se respeitem os direitos alheios segundo a justiça e a benevolência. (Decl. sobre a Liberdade Religiosa, nn. 2 e 7)

Concluímos dirigindo uma súplica filial e confiante à Virgem Santíssima, Mãe do Sumo Sacerdote e nossa Mãe, para que nos obtenha de Seu Divino Filho a graça de permanecermos fiéis, até à morte, à Missa Católica.

SUB TUUM PRAESIDIUM CONFUGIMUS, SANCTA DEI GENITRIX.

DEBAIXO DA VOSSA PROTEÇÃO NOS REFUGIAMOS, Ó SANTA MÃE DE DEUS.

Campos, 26 de setembro de 1982.

Mons. Licínio Rangel	Pe. José Olavo Pires Trindade
Mons. Dr. Benigno de Britto Costa	Pe. Élcio Murucci
Mons. Francisco Apoliano	Pe. David Francisquini
Mons. Ovídio Simón	Pe. Antônio Paula da Silva
Mons. Henrique Conrado Fischer	Pe. José Eduardo Pereira
Pe. Emanuel José Possidente	Pe. José Gualandi
Pe. Fernando Arêas Rifan	Pe. Jonas dos Santos Lisboa
Pe. José M. F. Collaço	Pe. Geraldo Gualandi
Pe. Edmundo G. Delgado	Pe. José Ronaldo de Menezes
Pe. José Moacir Pessanha	Pe. Alfredo Oelkers
Pe. Eduardo Athayde	Pe. José Onofre Martins de Abreu
Pe. Antônio Alves de Siqueira	Pe. Alfredo Gualandi
Pe. Gervásio Gobato	

AOS FIEIS DA VINHOSA
Pela Igreja e pela Fé trabalhar e sofrer!

Louvado seja N. Sr. Jesus Cristo!

Prezados católicos da Vinhosa, queria dizer-vos o que N. Sr. disse a seus Apóstolos: "Desejei ardentemente comer esta páscoa convosco".

Também eu desejei muito estar convosco durante a Semana Santa, mas Deus quis ou permitiu outra coisa: no ano passado fui impossibilitado diretamente por Deus, neste Ele / cermiu dos homens. No ano passado sofria fisicamente, neste moralmente. Em um e outro lembrei-me de vós. Sempre quero sofrer pela e vossa santificação.

Nesta ano, já que fisicamente nada me impede, além das orações e sofrimentos, / quero dirigir-vos algumas palavras para que mais santamente possais passar esta Santa Semana.

Com S. Paulo quero dizer-vos: "Eu vos prego Cristo, e Cristo Crucificado". Pois / de um lado é a Semana dos sofrimentos de Jesus Cristo por nós e de outro são os nossos sofrimentos pela causa da Fé. É portanto justo que aprendamos sofrer e imitar a Jesus na sua Cruz: (Fla) "suportou a dor pura sem mistura de nenhuma consolação"; amou-nos e entregou-se / por nós!"

O homem é tão fraco de si e, por outro lado, há circunstâncias tão críticas, defeitos ou paixões tão difíceis de superar, virtudes de tão custosa prática, que é preciso uma / força sobrenatural, esta força é na Cruz que reside. Com a Cruz na mão, vencem-se todas as / dificuldades. Acha-se nela um exemplo, que confunde toda a covardia e ecita o ânimo; uma garantia das nossas imortais esperanças que, elevando o coração ao céu, o torna mais forte que toda a terra, uma graça que empara, um amor que provoca o nosso amor e inspira o sacrifício, finalmente o selo dos escolhidos, que nos convida a segui-los para conseguir o mesmo fim que eles. S. Paulo se unia a Cruz e apoiado nela, julgava-se mais forte que todas as tentações e provações. Os Mártires e os confessores nos seus sofrimentos pensavam na cruz, e achavam / nela uma fortaleza que os tornava invencíveis. "Eu padego muito, dizia um deles; mas que é isto em comparação do que padeceu Jesus na cruz?" Imitemos estes belos exemplos. Experimentamos reveses, até ficarmos na miséria? a nudez de Jesus na Cruz nos tornará preciosa a penúria, e nos induzirá a dizer animosamente com um santo: "seguirei nú a Jesus Cristo". Atoem-nos o corpo a enfermidade e a dor? as chagas de Jesus Cristo na Cruz nos farão prezar o padecimento até nos obrigarem a dizer com S. Boaventura: "Não quero viver sem dor, vendo-te na dor"; ou com Santa Tereza: "Ou padecer ou morrer. Aborreço, dizia esta grande santa, a riqueza e suas comodidades, a sensualidade e os regalos". Somos o alvo da calúnia, da desconfiança, do desprezo? as ignomínias de Jesus na cruz nos desengenerão do amor da estima e / dos louvores. Não os queremos já; porque como havemos de fazer caso de estima de um mundo / que tem tão mal apreciado a sabedoria eterna? como havemos de querer ser melhor tratados, mais louvados que um Deus? Finalmente, temos que padecer desgostos, que corrigir o nosso mau gênio que sujeitar a nossa vontade? A mansidão e a obediência de Jesus crucificado nos tornarão / mansos e doces, simples e obedientes.

Depois de assim contemplarmos a cruz de Jesus, não esqueçamos que ao pé da Cruz estava a Mãe das dores, a nossa Mãe. Estava ali para nos dar ânimo diante dos sofrimentos. Estava ali para ser nosso modelo em procurar consolo unicamente em Jesus Crucificado. Estava para ser nossa Mãe. É o testamento de Jesus na hora de sua morte: "Eis aí a tua Mãe". (Jo 19, 26). "Tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim". (Jo 13, 1). Sejam os consoladores de Jesus nesta Semana de tantas graças para nós, e Ele não deixará perder nenhum de nós, pois é a vontade do Pai. Ressuscitaremos com Ele para uma vida Nova vivida no amor daquele que tanto nos amou.

Que todo o sacrifício e lamento que fizermos nesta Semana Santa sirvam para nos fortalecer na Fé e guardarmos fidelidade à doutrina do Nosso Senhor.

Ó Santa Mãe, dai-me isto, trazer as chagas de Cristo
Gravadas no Coração.

Uma bênção a todos do humilde servo em Jesus e Maria
Pe. Geraldo Gualandi.

Do Exílio, em Campos - 03 de abril de 1982.

**ANEXO 5 - Carta do padre Geraldo Gualandi aos fiéis da paróquia de Nossa Senhora
de Fátima de Itaperuna ARQTRAD 03/04/1982**

A MINHA DESPEDIDA

Meus caríssimos paroquianos de Bom Jesus
do Itabapoana,

Hoje é o triste dia de minha despedida. Por disposição de S. Exa. D. Carlos Alberto Navarro, amanhã devo entregar a Paróquia.

Aqui passei pouco mais de um ano como Coadjutor do nosso caríssimo Vigário, Mons. Francisco Apoliano, meu e vosso mestre. Aqui passei as primícias do meu sacerdócio, compartilhando convosco alegrias e tristezas, auxiliando-vos com as bênçãos do Céu e sendo confortado por vossas orações. Rendamos juntos a Deus nossas ações de graças.

Quando, com grande estupefação geral, foi exonerado da paróquia de Bom Jesus o Revmo. Mons. Francisco Apoliano, depois de 25 anos de esplêndido trabalho apostólico na Matriz e em todas as Capelas, como vós mesmos podeis dar testemunho diante de Deus, N. Senhor, o Sr. Bispo quis nomear-me Vigário ecônomo para substituí-lo. Eu escrevi ao Sr. Bispo que não poderia aceitar, por me sentir incapaz de desenvolver trabalho à altura do realizado pelo Mons. Francisco Apoliano, e também porque minha aceitação envolveria uma pacífica aprovação à medida tomada contra o nosso Vigário, o que em consciência não poderia aceitar. Apesar desta minha atitude, o Sr. Bispo persistiu na sua disposição e espontaneamente mandou-me a provisão de Vigário ecônomo. Foi nesta condição de Vigário ecônomo que fui surpreendido com a ordem de deixar a paróquia. De maneira que quero que meus paroquianos saibam que não fui eu que quis deixá-los. Eu fui removido. Não pedi demissão.

Não precisa dizer, meus caríssimos paroquianos, o grande pesar que sinto de deixar esse vosso tão edificante convívio. Não obstante, o que mais me pesa é o temor de que algum dia possa esta paróquia transformar-se em um bastião da igreja progressista. Não faço aos meus caros paroquianos a injúria de por em dúvida a sua fidelidade à Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, mas queria preveni-los de que a ação diuturna e persistente do progressismo não deixa de por em perigo as mais tenazes resistências. Pesa-me a visão que apresentam muitas paróquias dominadas pelo progressismo: altares profanados, diminuição do fervor, vestes indecentes nas igrejas, arrefecimento da Fé: eis o triste saldo do progressismo nos lugares onde penetrou.

Caríssimos paroquianos, minha última palavra será da Sagrada Escritura: PERMANECEI FIRMES NA FÉ. DEUS NÃO NOS ABANDONARÁ. AS HERESIAS E NOVIDADES PASSARÃO. AS PORTAS DO INFERNO NÃO PREVALECERÃO.

Que o Sagrado Coração de Jesus e o Imaculado Coração de Maria, a quem esta Paróquia foi consagrada, nos guarde na fidelidade à Igreja de sempre. Amém.

Bom Jesus do Itabapoana, 10 de junho de 1982

(Festa de Corpus Christi)

(a) Padre José Ronaldo de Meneses

ANEXO 7 - Resposta dos padres tradicionalistas ao decreto do bispo Dom Carlos

Alberto Navarro

Exmo. e Revmo. Sr. Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro DD. Bispo Diocesano. *Laudetur Jesus Christus!* Em atenção à ordem constante do decreto que Vossa Excelência nos entregou e fez publicar nos jornais de Campos, em 25 de agosto p. p., cabe-nos, respeitosamente, dar a seguinte resposta, que envolve considerações de ordem jurídica e teológica. I – Quanto ao aspecto jurídico: 1. Vossa Excelência não especifica precisamente qual a decisão do Santo Padre que devemos acatar, nem nos indica o documento em que o mesmo Santo Padre no-la impõe. Nestas condições, torna-se difícil uma resposta precisa, porque não podemos dizer que acatamos, se não sabemos com clareza o que devemos acatar. 2. Entre os documentos emanados da Santa Sé, não se encontra nem um que exclua formalmente dos livros litúrgicos aprovados o Missal chamado de São Pio V. Quanto a cláusula com que, segundo Vossa Excelência, Paulo VI teria promulgado o Missal Romano restaurado, se ela de fato afirma a validade e eficácia daquilo que estabelece e ordena, de modo algum revoga qualquer Missal preexistente. Em outras palavras, tal cláusula derroga a Bula *Quo primum* apenas enquanto esta obrigava, de maneira exclusiva, o Missal Tridentino. II – Quanto ao aspecto teológico, em consciência declaramos: 1. Somos sacerdotes Católicos Apostólicos Romanos, filhos da Santa Igreja, que amamos com todas as veras de nossa alma e em cujo seio queremos viver e morrer, como esperamos pela graça de Deus. 2. Como católicos e filhos da Santa Igreja, damos plena e amorosa adesão e obediência ao Santo Padre, Vigário de Jesus Cristo na terra, Chefe visível da Igreja, segundo as determinações constantes do Cap. 4º da Ses. IV do Concílio Vaticano I, que definiu a Infalibilidade Pontifícia (Cf. Denz.-Sch. 3070). Pio IX precisou as delimitações ou contornos do poder papal mais acuradamente, ao aprovar a carta dos Bispos alemães à circular do chanceler Bismark (Denz.-Sch. 3212-3117). Aceitamos, pois, todos os direitos e atribuições, honras e privilégios que ao Romano Pontífice conferem a Tradição e o Direito Canônico. 3. De acordo com essa mesma doutrina católica tradicional, toda obediência na Igreja está condicionada à fidelidade à Fé. A Igreja é uma sociedade constituída para manter a integridade e pureza da Fé transmitida pelos Apóstolos. Ora, esta Fé é que nos impede de poder, em consciência, aceitar a imposição que Vossa Excelência nos faz, no sentido de admitir e pôr em prática o novo *Ordo Missae*, uma vez que nele se extenuam os dogmas eucarísticos e há mesmo ensinamento contrário ao depósito revelado no nº 7 da *Institutio Generalis Missalis Romani*. De fato, por esse nº 7, contrariamente ao ensino do Concílio de Trento (Ses. XXII. c. 1; Ses. XXIII. c. 1), e de acordo com a doutrina luterana, a ação sacrificial é de toda a assembléia, e não exclusivamente do sacerdote hierárquico. 4. Se aceitássemos – como gostaríamos, por deferência a Vossa Excelência – a imposição que nos faz, nós nos estaríamos, *ipso facto*, excluindo da fé e da mesma Igreja. 5. Nos casos em que pode haver perigo para a Fé, os súditos têm o direito, e até o dever, de resistir. (Cf. Inocência III, *apud* Billot, *Tract. de Eccl. Christi*, Tom. I, pp. 618-619; S. Tomás de Aquino, *Summa Theol.* II-II, 33, 4, 2 – Ad Gal. 2, 11-14, lect. III, nn. 77, 83-84; – S. Roberto Belarmino, *De Rom. Pont.*, lib. II, c. 29). III – Observamos a) que nossa atitude coincide com deliberações do Concílio Vaticano II, segundo as quais nenhum poder humano pode impedir alguém de, em matéria religiosa, agir de acordo com sua consciência (D. Hum. nº 2), desde que mantenha convivência pacífica com os demais cidadãos. b) que nossa posição também se ajusta ao propósito explícito do Concílio Vaticano II, onde este declara que, atendendo fielmente a Tradição, a Igreja atribui igual direito e honra a todos os ritos legitimamente reconhecidos e quer que no futuro se conservem e fomentem (grifos nossos), por todos os meios. (*Sac. Conc.*, *Proem.* n. 4). IV – Aos que nos acusam de estarmos pondo em dúvida a ortodoxia de Paulo VI, de João Paulo I e de João Paulo II que adotaram o novo *Ordo Missae*, fazemos as seguintes ponderações: O Concílio de Trento lançou anátema

contra quem condenasse o rito, que manda dizer em voz baixa as palavras da Consagração na Missa; o novo *Ordo* manda que, em virtude da própria natureza das palavras (Rub. 91; Institutio, nn. 10 e 12), a prece eucarística – portanto também as palavras da Consagração – sejam ditas em voz alta. A aceitação desta segunda proposição envolve a rejeição da primeira, onde haveria, aliás, erro palmar, por estabelecer um rito contrário à própria natureza das palavras a serem pronunciadas! Diriam nossos opositores que quantos aceitam o novo *Ordo Missae* põem em dúvida a ortodoxia de Pio IV, que aprovou o Concílio de Trento, e de seus sucessores até Paulo VI? Queremos notificar, outrossim, que já respondemos a carta de S. Exa. D. Giuseppe Casoria, DD. Pró-Prefeito da Sagrada Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino, que V. Exa. nos entregou. Ao enviar esta resposta, renovamos a expressão de nossos respeitos devidos a V. Exa., e apresentamos as nossas orações. De Vossa Excelência Reverendíssima, devotíssimos no Senhor

ANEXO 8 - Carta do Padre Jonas dos Santos Lisboa aos paroquianos de São Fidélis

Ao Querido Povo de São Fidélis

Meus caros paroquianos

Em uníssono com o pesar que vos invade a alma, comunico a todos vós que, por um ato do Meritíssimo Sr. Juiz de Direito, fui constrangido a entregar as chaves de nossa Igreja Matriz, esse templo magnífico que vossos antepassados construíram como testemunho de sua fé íntegra e genuína, por cuja pureza deu sua vida e derramou seu sangue o nosso glorioso Padroeiro: SÃO FIDÉLIS.

Eis que o Sr. Bispo, na falta de argumentos doutrinários, recorre à violência, usando da Justiça Civil, para me expulsar da Paróquia de São Fidélis.

Unico crime que cometi: ser fiel à Tradição da Igreja. Unico crime de que o Sr. Bispo me acusa: ter eu, por gratidão, permitido ao caro Mons. Ovídio, a quem S. Fidélis tanto deve, celebrar a Santa Missa na Matriz por ele restaurada.

A verdadeira razão que leva o Sr. Bispo a me expulsar, como consta de Decreto de 25/08/1982, é minha recusa em aceitar uma missa cujo texto extenua excessivamente a profissão de fé nos dogmas eucarísticos. Semelhante diminuição na profissão de fé é tão clara que S. Excelência se sentiu na necessidade de ex-cogitar um outro motivo para apresentar ao povo.

A própria natureza do assunto escapa à competência da Justiça Civil. Mas o Sr. Bispo quer que eu me retire de qualquer maneira. Usei de todos os meios possíveis para permanecer, por imperativo de consciência, dada a ilegalidade da medida. É, portanto, só diante da força, da violência, que somos obrigados a sair.

Já que não houve causa justa e grave, de acordo com o Direito Canônico (c. 2.157, § 1), minha remoção é destituída de valor. Sou, portanto, o Pároco de São Fidélis.

A violência usada na minha destituição e expulsão patenteou-se tão chocante que o oficial de Justiça de São Fidélis se recusou a executá-la, prestando-se a isso um oficial de Justiça recentemente nomeado menos comprometido com os sentimentos do povo de São Fidélis.

Caríssimos paroquianos, como vos sou grato por toda bondade e solidariedade que tivestes comigo! Mais que por sentimento de gratidão, e por dever de consciência que vos afirmo: não vos abandonarei. Continuarei em vosso meio, exercendo os poderes que me conferem a ordenação sacerdotal e a praxe da Igreja, conforme o Direito Canônico, para a salvação de vossas almas.

Entristecido ante a previsão das profanações e irreverências de que será objeto a nossa Matriz com a liberalização de trajés e maneiras mundanas, estou certo de que haveis de reparar, com atos de penitência, as ofensas irrogadas à Majestade do Deus três vezes Santo.

São Fidélis, advogai a nossa causa!

São Fidélis, 19 de setembro de 1983.

Pe. Jonas dos Santos Lisboa
Pároco de São Fidélis

ANEXO 9 - Manifesto do padre Antônio Paula da Silva ao bispo Dom Carlos Alberto

Navarro

Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano D. Carlos Alberto Navarro

Louvido seja Nosso Senhor Jesus Cristo!

Com todo respeito devido a um Bispo da Santa Igreja, dirijo-me a V. Excia., na certeza de estar expressando sinceramente os sentimentos próprios, os de muitos colegas no sacerdócio, e de milhares de fiéis, da Paróquia, da Diocese e de fora da Diocese.

A terrível crise que se bate contra a Santa Igreja atinge também a nós. Assim nos encontramos no momento impasse: de um lado temos as Leis de Deus e da Santa Igreja, de acordo com as quais fomos criados; e de outro lado, as múltiplas novidades contrárias à nossa consciência, que nos são impostas. Aqui podemos aduzir, bem a propósito, as palavras de São Pedro, primeiro Sumo Pontífice, e de São João Evangelista, o Apóstolo do amor. Querendo os judeus obrigá-los a calarem-se a respeito de Nosso Senhor Jesus Cristo, eles lhes disseram: "Se é justo diante de Deus obedecer antes a vós que a Deus, julgai-o vós" (Atos, 4, 19).

V. Excia. numa fórmula aparentemente conciliatória, quer que eu saia da Paróquia, mas com a liberdade de apresentar sugestões do que fazer no futuro.

Tendo em vista que V. Excia. veio para dismantelar tudo quanto foi construído sob a inspiração dos ensinamentos multi-seculares da Santa Igreja, essa minha exoneração não é senão um ato que dá continuidade a essa demolição da Tradição Católica, na Diocese.

Por essa razão V. Excia. somente aceitará sugestões que estejam de acordo com esse objetivo. As sugestões contrárias serão recusadas. Aliás, na conversa que tivemos no dia 19/3, p. p., V. Excia. me advertiu de que ouvirá as sugestões mas não se compromete em atendê-las. Por isso, cabe-me, pelo menos, portar-me com dignidade, não sugerindo nada. Para que minhas sugestões fossem atendidas teria que sugerir o que é contra a minha consciência. Comprova isto o fato de V. Excia. impor a condição de que, em qualquer hipótese, devo ficar fora da Paróquia, para que meus paroquianos fiquem inteiramente à mercê do trabalho de reciclagem, perdendo assim o contato com toda influência religiosa tradicional.

Justamente, Excia., o que me angustia a consciência é a perspectiva de que milhares de meus paroquianos — que se mobilizam num abaixo-assinado que já conta com mais de mil assinaturas — não terão o direito e os meios para uma assistência religiosa da forma que sempre receberam da Santa Igreja: nos moldes da Tradição Católica. E serão sugestionados, pressionados, forçados a uma adaptação que contraria a sua consciência, porque contraditória com tudo o que se habituaram a ver e a receber da Santa Igreja Católica, Apostólica, Romana.

Se V. Excia. estivesse usando sua autoridade não com esse objetivo "auto-demolidor", eu acataria a ordem de V. Excia., confiando-lhe tranquilamente meu futuro e o de meus paroquianos.

Mas a Santa Igreja é divina, é de Cristo. E toda a autoridade, toda a ordem, toda disciplina, devem estar subordinadas aos fins altíssimos para os quais Nosso Senhor Jesus Cristo A edificou.

A Santa Igreja não é uma instituição humana, uma empresa, cujo governo se regeria, não pelas regras da Fé divina e dos mandamentos revelados por Deus, mas somente pela vontade humana de suas autoridades. Pelo contrário, os ensinamentos do próprio Papa, segundo nos ensina Pio IX, devem estar ligados aos ensinamentos da Sagrada Escritura e aos ensinamentos irreformáveis dos Papas anteriores.

O sacerdote na Paróquia, por sua vez, tem como regra última de sua catequese e de sua ação, não a vontade e os decretos do bispo, mas a Revelação Divina assegurada infalivelmente pelo Magistério perene da Santa Igreja. De fato, porque as autoridades, hierárquicas são constituídas para salvaguardar o depósito da Revelação.

Sobre minha participação nas manifestações de apoio e de solidariedade aos padres demitidos, elas se inserem dentro desse contexto em que os atos de V. Excia. — com formalidades legais e pretextos pastorais — no entanto convergem todos para um objetivo mais do que óbvio: desalojar de seus postos os sacerdotes que agem segundo a Tradição; e nós, por outro lado, fazemos o contrário: dentro do que permite uma legítima resistência, na esteira do que fizeram grandes santos e ensinaram grandes Doutores e Papas, pacífica, serena, mas firmemente procuramos nos opor aos objetivos de V. Excia., sempre tendo em vista que "salus animarum suprema lex".

Quanto à posição de minhas assinaturas em nossos documentos, pediria a V. Excia. que mostrasse em que esses documentos contradizem o Magistério da Igreja. E particularmente sobre o Vaticano II, também imploro encarecidamente que V. Excia. demonstre como seus documentos, naqueles pontos por nós aludidos, se conciliam com os ensinamentos do Magistério Tradicional.

V. Excia., na conversa que tivemos, timbrou em afirmar que quer agir cordial e paternalmente comigo. É próprio do pai esclarecer e persuadir os filhos à luz da lógica e da evidência. Como se conciliam o que diz o Vaticano II sobre a "Liberdade Religiosa" e o que dizem a "Quanta Cura" de Pio IX e a "Libertas" de Leão XIII?

V. Excia. diz que deseja paz e reconciliação. João Paulo diz que a paz é fruto da verdade. Sem um esclarecimento exaustivo e sereno, teológico e profundo, se a doutrina do Vaticano II se opõe ou não à Tradição, a verdade não reluz. E por isso não pode apaziguar os espíritos.

Quanto ao fato de eu responder a V. Excia. através da imprensa, ultimamente a maneira como foi conduzida toda a controvérsia religiosa de Campos, tornou-se uma praxe do bispado publicar pela imprensa atos e decisões que anteriormente eram tratados confidencialmente. Temos os fatos mais notórios, por exemplo, das acusações a Mons. Ovidio Simón e da remoção do Pe. Geraldo Gualandi. Isto justifica inteiramente minha atitude.

De nossa parte esse modo de agir tornou-se um ato de legítima defesa.

É o que tenho a declarar a V. Excia.

In Jesu et Maria, subscrevo-me respeitosamente.

Italva, 22 de abril de 1984.

Páscoa da Ressurreição.

Pe. Antônio Paula da Silva

ANEXO 10 - Manifesto dos fiéis tradicionalistas de S. Antônio de Pádua ARQTRAD

27/01/1985

Boletim Católico da Matriz de Santo Antônio de Pádua



Quem são os Verdadeiros Católicos?

27 de Janeiro de 1985

O catecismo ensina que as notas características da verdadeira Igreja de Cristo são: unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade. ou seja: a verdadeira Igreja de Cristo tem que ser: una, santa, católica e apostólica, como rezamos no Credo da Missa.

Unidade: quer dizer que a Igreja de Cristo deve ter sempre a mesma doutrina em todos os tempos e lugares. O mesmo dogma, a mesma moral, o mesmo catecismo, ontem, hoje e sempre e em todos os lugares. Ela é uma só. E fora dela ninguém pode se salvar.

É por isso, por exemplo, que os protestantes não são a verdadeira Igreja de Cristo porque não têm unidade de doutrina: cada cabeça é uma sentença: daí a multiplicidade de seitas.

Santidade: quer dizer que a verdadeira Igreja de Cristo deve ser santa, isto é, tem em si os meios - sua doutrina e sua moral - que conduzem a santidade de vida. E como prova disso produz realmente homens santos no decurso da História.

Os protestantes e outras seitas não têm essa nota: sua doutrina não é santa (pelo contrário permite muitos crimes com a desculpa de que Cristo cobre os pecados) e não apresenta santos no decurso da história.

Catolicidade: quer dizer universalidade. A verdadeira Igreja de Cristo, por ser uma só, é para todos os homens: todos devem pertencer a ela sob pena de não entrar no céu. É universal no espaço e no tempo; ela não é de uma época nem acompanha a mudança do mundo. É para todos os tempos e lugares.

É por isso, por exemplo, que os protestantes não são a verdadeira Igreja de Cristo. Eles começaram no século XV.

Apostolicidade: quer dizer que a verdadeira Igreja de Cristo foi fundada sobre o fundamento dos Apóstolos e vem deles até hoje essa perfeita tradição e unidade de doutrina.

Portanto a verdadeira Igreja de Cristo é **UNA, SANTA, CATÓLICA e APOSTOLICA**. A ela devemos pertencer, sob pena de nos condenar eternamente.

Esta Igreja de Cristo é a Santa Igreja Católica na qual nós mesmos, fomos batizados, fizemos a nossa primeira comunhão e na qual esperamos morrer, com a graça de Deus. É a Igreja de nossos pais, nossos avós, nossos bisavós, é a Igreja de todos os Papas e bispos até os apóstolos, é a Igreja dos santos, é a Igreja caminho do céu.

Essa Igreja Católica é a verdadeira Igreja de Cristo porque é.

UNA: uma mesma fé, doutrina e moral sempre e em todos os lugares. A doutrina e a moral não podem variar com os tempos e lugares

nem com o gosto dos homens. E nosso catecismo nos ensina que fora da Igreja não há salvação.

SANTA: sua doutrina, sua disciplina, sua santidade, seus sacramentos produzem de fato a santidade de vida, desde que realmente sigamos os seus ensinamentos. Ela não tolera o mal. «Prega a verdade quer agrade quer desagrade» (II Tim. 4,2). E já produziu no decurso da história milhares de santos e santas, homens e mulheres que viveram de acordo com esta mesma doutrina que aprendemos e conseguimos o céu e nos são apresentados como modelos a seguir.

CATÓLICA: essa doutrina e moral que aprendemos e ensinamos foi sempre ensinada, foi ensinada por todos e em toda parte e lugares e desafiamos a quem quer que seja a nos provar se aquilo que nós ensinamos hoje não é o que foi sempre e em toda a parte ensinado em toda a Igreja.

APOSTÓLICA: o que a nossa Igreja nos ensina no seu catecismo vem desde o tempo dos Apóstolos. É a doutrina de todos os Papas e Concílios, de todos os Padres da Igreja, doutores e santos, desde o começo até hoje. De modo algum podemos aceitar doutrina que contraria essa tradição apostólica, ensinada por quem quer que seja, conforme nos preveniu São Paulo: «Mas ainda que nós mesmo ou um anjo do céu vos anuncie um Evangelho diferente daquele que vos temos anunciado, anátema» (Gal. 1,8).

HOJE EM DIA, apareceu uma Nova Igreja, chamada progressista, que se diz muito obediente para poder enganar os incautos; mas que **NÃO É A VERDADEIRA IGREJA DE CRISTO!!!**

POR QUÊ?

Porque essa tal Igreja progressista

NÃO É UNA: ela é **PLURALISTA:** quer dizer tem várias doutrinas, várias Teologias, vários catecismos, várias missas uma diferente da outra, vários teólogos com doutrinas e ideologias diferentes. Ensina que o homem tem o «direito» de não seguir a verdade, «direito» de ser ateu (Concílio Vaticano II). Ensina que ninguém pode ser impedido de agir conforme sua consciência (Conc. Vaticano II) o que favoreceu a toda sorte de idéias.

NÃO É SANTA: ela é **PERMISSIVISTA;** permite tudo. Muitos da Igreja nova praticamente ensinam que nada ou quase nada mais é pecado. Modas à vontade. Para entrar na Igreja: à vontade. Frequentar quaisquer lugares. Comunga-se à vontade (mesmo sem confessar), etc. E essa Igreja nunca, na História, produziu santo algum, nem vai produzir, porque essa doutrina permissivista e liberal não conduz ao Céu e sim ao inferno. Nosso Senhor disse: «Entrai pela porta estreita; largo e espaçoso é o caminho que conduz à perdição».

NÃO É CATÓLICA: ela é ECUMÊNICA. Não ensina mais que fora da Igreja não há salvação. Ensina que todas as religiões são boas. Quer abraçar a todas as religiões, mas não para converter os hereges ou infiéis, não, mas para que cada um fique onde está. Ela não é universal. Sua doutrina é nova. Não foi ensinada em todos os tempos e lugares nem por todos.

NÃO É APOSTÓLICA: ela é CONCILIAR, do Concílio Vaticano II. Ela não é dos Apóstolos, de todos os 260 Papas e de todos os Concílios, Ela só fala nos tres(3) últimos Papas e no último Concílio (Vaticano II). Não fala Tradição, na doutrina perene de todos os tempos. É como se a Igreja tivesse começado com o Concílio Vaticano II. Acha que a Igreja pode e deve mudar com os tempos e os homens.

PORTANTO, já que a Igreja Nova, Progressista, não é UNA, SANTA, CATÓLICA E APOSTÓLICA ela não é a verdadeira Igreja de Cristo e quem a segue não é verdadeiramente católico!

«Quanto ao axioma: Onde está o Papa, aí está a Igreja, isto é válido quando o Papa se comporta como Papa. Caso contrário nem ele está na Igreja, nem a Igreja está nele». (Card. Charles Journet, teólogo feito cardeal pelo Papa Paulo VI).